

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**



*RELATÓRIO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO 2013*

**Conab**



**Brasília – maio de 2014**

**Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**

NERI GELLER

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

**DIRETORIA COLEGIADA**

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

LINEU OLIMPIO DE SOUZA

Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor de Gestão de Pessoas

JOÃO MARCELO INTINI

Diretor de Política Agrícola e Informações

ÂNGELO BRESSAN FILHO

Superintendente de Estratégia e Organização

Ana Lúcia de Passos Curado

Gerente de Planejamento e Estratégia

Maria de Lourdes Marino

Assistente

Coordenado e Elaborado por:

Maria de Lourdes Marino

Márcia Teixeira da Silva

Joracy Mendes Lima dos Reis

Roberto de Castro Almendra

Betti Isabel Borgmann Araújo

Colaboração: José Pereira Rocha

Gerência de Planejamento Estratégico - Geple

[geple@conab.gov.br](mailto:geple@conab.gov.br)

Fones: (061) 3312-6257 / 3312-6313

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Companhia Nacional de Abastecimento**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, da DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e nº 129 de 14 de agosto de 2013, da Portaria TCU nº 175 de 9 de julho de 2013 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**CONAB**

**Brasília, maio de 2014**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA COMPANHIA.....</b>	<b>10</b>
1.1. Identificação da Companhia.....	10
1.2. Identificação dos Dirigentes.....	10
1.3. Identificação das unidades orçamentárias e das unidades gestoras e respectivas gestões no SIAFI.....	14
1.4. Identificação e descrição sucinta das normas que regulamentam a atuação.....	14
1.5. Organograma Funcional.....	15
<b>2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
2.1. Ambiente de atuação da Companhia.....	21
2.2. Ambiente de Negócios.....	26
<b>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>28</b>
3.1. Estrutura de Governança.....	28
3.2. Estrutura da Auditoria Interna.....	30
3.3. Política e práticas de Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselhos.....	32
3.4. Alçadas decisórias em Atos ou Contratos.....	34
3.5. Parecer da Auditoria Interna.....	34
3.6. Controles Internos.....	35
3.7. Estrutura e Sistema de Correição.....	36
3.8. Auditoria Independente.....	37
3.9. Indicadores de Desempenho.....	37
<b>4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>38</b>
4.1. Planejamento Estratégico.....	38
4.2. Plano de Atuação das Superintendências Regionais.....	41
4.3. Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA.....	42
<b>5. ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO.....</b>	<b>45</b>
5.1. Sustentação de Renda.....	45
5.1.1. Principais ações ligadas à compra e à subvenção.....	45
5.1.2. Análise dos Programas de Sustentação de Renda.....	50
a) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	50
b) Aquisições do Governo Federal – AGF.....	55
c) Contratos de Opção de Venda.....	56
d) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	56
e) Compras em Leilão Público.....	58
5.2. Promoção do Abastecimento.....	60
5.2.1. Principais ações ligadas à venda.....	60
5.2.2. Análise das Ações de Venda de Produtos com e sem subvenção.....	60
a) Venda em Balcão.....	60
b) Venda em Leilão Público.....	61
5.2.3. Principais Indicadores de Desempenho.....	63
5.3. Articulação e Organização do Abastecimento.....	67
5.3.1. Prohort.....	67
5.3.2. Principais Indicadores de Desempenho.....	69
5.4. Prestação de Serviços.....	70
5.4.1. Serviços de Armazenagem.....	70
5.4.2. Leilões de Terceiros.....	73
5.4.3. Classificação de Produtos Agrícolas.....	74

5.4.4. Principais Indicadores de Desempenho.....	75
5.5. Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.....	75
5.5.1. Armazéns utilizados pela Companhia.....	75
5.5.2. Fiscalização de Estoques Públicos.....	82
5.5.3. Movimentação de Estoques Públicos.....	85
5.5.4. Principais Indicadores de Desempenho.....	88
5.6. SigaBrasil.....	88
<b>6. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>91</b>
6.1. Gestão de Tecnologia da Informação.....	91
6.2. Suporte de TI às Superintendências Regionais.....	92
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>96</b>
7.1. Alocação de Servidores.....	96
7.2. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	96
7.3. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	97
7.4. Área de Pessoal da Companhia.....	98
7.5. Cadastro no SISAC.....	111
7.6. Providências adotadas para identificar acúmulo remunerado de cargos.....	111
7.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	111
7.8. Trabalhadores Terceirizados (DN TCU 129 de 14/08/13).....	114
<b>8. TÓPICOS ESPECIAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>115</b>
8.1. Restos a Pagar.....	115
8.2. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	115
8.3. Transferências mediante Convênio.....	117
8.4. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas.....	117
8.5. Composição dos investimentos da Companhia.....	118
8.6. Patrimônio Imobiliário de propriedade da Companhia ou locado de Terceiros.....	119
8.7. Relatório da Auditoria Independente.....	119
<b>9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>120</b>
9.1. Frota de Veículos.....	120
9.2. Patrimônio Imobiliário.....	121
9.3. Gestão dos Imóveis locados de Terceiros.....	123
<b>10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</b>	<b>124</b>
10.1. Demonstrativo do cumprimento das determinações do TCU.....	124
10.2. Demonstração da atuação da Conab em relação às ações programadas no PAINT do exercício.....	124
10.3. Demonstrativo do cumprimento das recomendações feitas pelo OCI.....	124
10.4. Danos ao Erário.....	124
10.5. Entrega das Declarações de Bens e Renda.....	124
<b>11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>126</b>
11.1. Tratamentos Contábeis.....	126
11.2. Declaração do Contador.....	126
11.3. Demonstrações Contábeis - Lei nº 4.320/64.....	127
11.4. Demonstrações Contábeis - Lei nº 6.404/76.....	127
11.5. Composição acionária do Capital Social.....	127
11.6. Relatório do Auditor Independente.....	127
<b>12. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>130</b>
12.1. Canais de Acesso.....	130
12.2. Satisfação do Cidadão.....	131
12.3. Acesso às Informações.....	132
<b>13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>133</b>
13.1. Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	133
13.1.1. Subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar.....	133
13.1.2. Subvenção econômica aos produtores extrativistas.....	133

---

13.1.3. Refap.....	134
13.1.4. Distribuição de Alimentos.....	135
13.1.5. Levantamentos de Safra.....	136
<b>ANEXO I - Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO II - Parecer da Unidade de Auditoria Interna.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO III - Mapa Estratégico.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO IV - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO V - Necessidades para Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazém.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO VI - Previdência Complementar (Cibrius).....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO VII - Bens Imóveis de Propriedade da UJ.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO VIII - Cumprimento das Determinações do TCU.....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO IX - Cumprimento das Recomendações do OCI.....</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO X - Demonstrações Contábeis – Lei nº 6404/76 - Balanço Patrimonial.....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXO XI - Relatório do Auditor Independente.....</b>	<b>284</b>

**Lista de Siglas**

AGF	Aquisição do Governo Federal
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Adm de Participações Societárias da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
CONAD	Conselho de Administração
FND	Fundo Nacional de Desestatização
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDVI	Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SDPE	Subvenção Direta ao Produtor Extrativista
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SISCOM	Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa
STN	Secretaria de Tesouro Nacional
UA	Unidade Armazenadora
UJ	Unidade Jurisdicionada

## Lista de Quadros

Quadro	Título	Pág.
1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
2.1	Empresas que prestam serviços análogos aos da Conab	24
2.2	Principais clientes do setor público e privado	25
2.3	Serviços que geram receitas próprias na UJ	26
3.1	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	32
3.2	Síntese da Remuneração dos Administradores	33
3.3	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	35
4.1	Ações orçamentárias da UJ	42
5.1	Aquisições por meio da CDAF (MDS)	51
5.2	Aquisições por meio da CDS (MDS)	51
5.3	Aquisições por meio do Apoio à Formação de Estoque (MDS e MDA)	52
5.4	Recursos dispendidos por instrumento e origem	54
5.5	Dez maiores operações do PAA	55
5.6	Aquisições através da AGF	55
5.7	Dez maiores operações na AGF	56
5.8	Dez maiores operações de Contratos de Opção	56
5.9	Demonstrativo da Comercialização de PEPRO	57
5.10	Dez maiores operações de PEPRO	57
5.11	Aquisições de Milho em Leilão Público	58
5.12	Demonstrativo das Vendas em Balcão	60
5.13	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	61
5.14	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	61
5.15	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	62
5.16	Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções	63
5.17	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	68
5.18	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	69
5.19	Estoques de terceiros armazenados nas unidades próprias.	71
5.20	Resultado dos Serviços de Armazenagem	73
5.21	Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros	74
5.22	Principais Indicadores de Desempenho	75
5.23	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	75
5.24	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	77
5.25	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	78
5.26	Valor necessário para recuperação, modernização e aquisição de equipamentos das UA da Conab	79
5.27	Valor gasto para manutenção e aquisição de equipamentos nas Uas	80
5.28	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	81
5.29	Ocorrências em Perdas e Desvio de Produtos	84
5.30	Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento	84
5.31	Demonstrativo das Remoções Contratadas (produtos agrícolas)	86
5.32	Demonstrativo das Remoções Contratadas (sacarias e cestas)	87
5.33	Principais Indicadores de Desempenho	88
6.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	91
6.2	Inventário de Microcomputadores	95
7.1	Composição do Quadro de Empregados – Período 2012 a 2013	99
7.2	Custos com Pessoal	101
7.3	Composição do Quadro de Estagiários	101
7.4	Contratos prestação de serviços com locação de mão de obra/ limpeza e higiene e vigilância ostensiva	103
7.5	Demonstrativo do Turnover – Período 2011 a 2013	105
7.6	Taxa de Integração de Recém Admitidos/Concursados – Período de 2011 a 2013	106
7.7	Distribuição dos Empregados por Nível de Escolaridade - 2013	108
7.8	Perspectiva de Aposentadoria	109
7.9	Quantitativo de Empregados Aposentados por Regiões	110
7.10	Principais Indicadores de Recursos Humanos	110

## Lista de Quadros

7.11	Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	111
7.12	Total de contribuições dos participantes ativos e da patrocinadora Conab	112
7.13	Folha de Pagamento de Benefícios - Exercício 2013	113
8.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	115
8.2	Instrumentos de Transferências vigentes no exercício	115
8.3	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	117
8.4	Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ	117
8.5	Composição Acionária da UJ como investidora	118
8.6	Provisão para perdas prováveis	119
9.1	Tipos dos veículos / Média quilometragem	120
9.2	Custos com Veículos	121
9.3	Distribuição dos Veículos	121
9.4	Bens Imóveis de Propriedade da UJ	122
9.5	Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	122
9.6	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	123
10.2	Demonstrativo do Cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	125
12.1	Registros de Acessos x Canais de Comunicação	130
13.1	Pagamento de subvenção da cana-de-açúcar	133
13.2	Pagamento de subvenção de etanol	133
13.3	Pagamento de subvenção da PGPMBio	134
13.4	Distribuição de Cestas de Alimentos	135
13.5	Doações da Agricultura Familiar	135
13.6	Doações da Ajuda Humanitária	136

## Lista de Figuras

Figura	Título	Pág.
1.1	Organograma Conab n.º08 de 03/11/2013	16
2.1	Capacidade Estática no Brasil	23
4.1	Diagrama de funcionamento das atividades da Conab na condução das políticas de abastecimento público	40
5.1	Indicador de Efetividade nas Intervenções - Arroz em casca – Rio Grande do Sul	65
5.2	Indicador de Efetividade nas Intervenções - Feijão cores – Paraná	65
5.3	Indicador de Efetividade nas Intervenções - Milho – Mato Grosso	66
5.4	Indicador de Efetividade nas Intervenções - Trigo – Paraná	67
7.1	Demonstrativo de Investimento x Área de Conhecimento	67

## Introdução

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa oficial do governo federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com a prestação de contas anual, apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2013.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, sendo que a Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

Abaixo estão indicados os itens requeridos pela Parte C da referida Decisão e que não constam do presente documento, com a justificativa correspondente:

Descrição		Justificativa
<b>5.1. Sustentação de Renda</b>		
5.1.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)	Não foram realizadas operações de PEP no período
<b>5.2. Promoção do Abastecimento</b>		
5.2.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
	Valor para Escoamento do Produto – VEP	Não foram realizadas operações de VEP no período
<b>7. Gestão de Pessoas</b>		
7.3.b	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA COMPANHIA

#### 1.1. Identificação da Companhia

**Nome completo; denominação abreviada; CNPJ; natureza jurídica; Poder e órgão de vinculação ou supervisão; endereço postal; endereço eletrônico institucional; endereço do sítio na Internet**

**Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação	
<b>Poder:</b> Executivo	
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação Completa:</b> Companhia Nacional de Abastecimento	
<b>Denominação Abreviada:</b> Conab	
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública	<b>CNPJ:</b> 26.461.699/0001-80
<b>Endereço Eletrônico Institucional:</b> <a href="mailto:conab@conab.gov.br">conab@conab.gov.br</a>	
<b>Endereço do sítio na Internet:</b> <a href="http://www.conab.gov.br/">http://www.conab.gov.br/</a>	
<b>Endereço Postal:</b> SGAS Quadra 901, Bloco A, Lote 69, Brasília-DF	

#### 1.2. Identificação dos Dirigentes

**Identificação da presidência e diretorias, membros dos conselhos de administração e fiscal, auditor interno, ouvidor e contador: a) Nome; b) Currículo resumido; c) Órgão ou entidade que representam; d) Período de gestão**

##### **DIRETORIA COLEGIADA**

##### **Presidente: Rubens Rodrigues dos Santos – CONAB/PRESI**

Bacharel em Direito, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Pós-graduado em Recursos Humanos, com MBA em Administração de Negócios (IBMEC) e MBA em Gestão de Serviços Bancários (FGV). Formação em Gestão Avançada (APG) pelo Centro de Educação e Desenvolvimento de Líderes Amana-Key (SP).

Funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal há 24 anos, onde atuou como Gerente Geral de Recuperação de Créditos.

Exerce o cargo de Presidente da Conab desde março de 2012.

##### **Diretor: Sílvio Isopo Porto – CONAB/DIPAI**

Engenheiro agrônomo.

Foi Diretor da Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte; Diretor-presidente das Centrais de Abastecimento da Secretaria Municipal de Betim/MG e Presidente da Ceasa do Estado do Rio Grande do Sul.

Consultor na Área de Segurança Alimentar no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Exerceu cargo de diretor de Política Agrícola e Informações da Conab de 21/01/2003 a 20/01/2014.

**Diretor: Marcelo de Araújo Melo – CONAB/DIRAB**

Empresário, com superior incompleto em Direito, fez carreira política tendo exercido dois mandatos como deputado estadual em Goiás, de 1999 a 2007, e um mandato como deputado federal, pelo mesmo estado, de 2007 a 2011.

Condecorado com os Títulos Cidadania/ Brasília – DF e a Medalha do Mérito Alvorada/Governo do Distrito Federal, Brasília – DF.

Exerce o cargo de Diretor de Operações e Abastecimento da Conab desde junho de 2011.

**Diretor: João Carlos Bona Garcia – CONAB/DIAFI**

Advogado, Pós-Graduado em Desenvolvimento Econômico. Juiz Aposentado do Tribunal de Justiça Militar/RS.

Trabalhou no Ministério de Desenvolvimento Social, no Chile; em setor ligado à construção civil, na Argélia; no Instituto de Pesquisas Agronômicas e na Fundação Léo Lagrange, na França.

Atuou como Secretário de Obras no Município de Passo Fundo/RS; Sub-Chefe da Casa Civil para Assuntos do Interior do Estado no Governo Pedro Simon/RS; Professor das Universidades de Passo Fundo e do Alto Taquari/RS; Presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos/RS; Diretor de Crédito Rural, Recursos Humanos e Programas Especiais do BANRISUL; Presidente da Comissão de Anistia dos Ex-Presos Políticos do RS; Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do RS; Chefe da Casa Civil do RS no Governo Antônio Brito; Juiz aposentado e presidente do Tribunal da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Participa da Associação Internacional das Justiças Militares; do Conselho Fiscal da CEAGESP e do Conselho de Administração da EMBRAPA.

Exerceu o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização da Conab, de 07/12/2011 a 19/12/2013.

**Diretor: Rogério Luiz Zeraik Abdalla – CONAB/DIGEP**

Engenheiro, faz parte do corpo funcional da Conab há 5 anos. Depois de muito tempo atuando em empresas privadas, chegou à Conab em 2007 como Assessor da Presidência e, em 2008, passou a chefiar aquele setor. Em 2009 foi nomeado diretor Administrativo da Companhia e, em 2010, acumulou também o comando da Diretoria Financeira. Exerce o cargo de diretor de Gestão de Pessoas e Modernização desde fevereiro de 2012.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente: José Gerardo Fontelles**

Engenheiro Agrônomo. Dentre outras atividades, foi Diretor de Administração da CONAB em 1991. Atuou no Ministério da Fazenda nas funções de Coordenador-Geral do Departamento de Abastecimento e Preços; da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos; da Secretaria de Acompanhamento Econômico e, também, como Assessor Especial do Ministro da Fazenda para Assuntos Agrícolas. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi Diretor de Programa da Secretaria Executiva, e atualmente ocupa o cargo de Secretário; também assessorou o Ministro e ocupou a função de Secretário de Produção e Agroenergia do MAPA.

Exerce a função de Conselheiro na Conab desde junho de 2011, passando a exercer a função de Presidente do Conselho a partir de abril de 2013.

**Membros efetivos:****Rubens Rodrigues dos Santos**

Presidente da Conab (acima citado)

**Caio Tibério Dornelles da Rocha**

Engenheiro Agrônomo e gestor de políticas públicas. Servidor concursado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, do Estado do Rio Grande do Sul, onde atuou como extensionista e, Diretor Administrativo e Presidente por duas gestões. Foi Diretor Financeiro da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente é Secretário Nacional de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Exerce a função de Conselheiro desde 05/09/2012.

**Neri Geller**

Deputado federal em 2007 e 2011. Iniciou a carreira como produtor rural e também político em Lucas do Rio Verde, cidade onde exerceu mandato como vereador em 1996, sendo reeleito em 2000. Atua no setor de combustíveis e também desenvolve, em sua propriedade, o plantio e a comercialização de grãos, como soja e milho, já tendo sido vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do estado do Mato Grosso (Aprosoja). Antes de assumir a pasta da Agricultura, foi Secretário de Política Agrícola do Ministério (desde janeiro de 2013), quando participou ativamente da elaboração do atual Plano Agrícola e Pecuário e trabalhou na aprovação da liberação de variedades de soja transgênica por parte da China e, ainda, esteve à frente de medidas de apoio aos produtores, em 2013, com os lançamentos de Contratos de Opção de Venda de milho e leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro).

Exerceu a função de Conselheiro a partir de 25/09/2013.

**André de Oliveira Bucar**

Sociólogo formado e pós-graduado pela Universidade de Brasília – UnB. Servidor Público Federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MP, desde julho de 2002. Exerceu cargos e funções públicas no Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação. Atualmente está lotado no Ministério do Planejamento, onde exerce o cargo de chefe de gabinete da Secretaria Executiva.

É representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Exerce a função de Conselheiro desde 01/09/2013.

**CONSELHO FISCAL****Presidente: Gustavo Pereira da Silva Filho**

Graduado em Administração de Empresas, com Mestrado em Administração.

Foi Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças no MAPA; Assessor da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP; Representante Adjunto do IICA no Brasil, em exercício da Representação; Assessor do Centro Regional Sul, do IICA, com exercício em Assunção/Paraguai e Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do MAPA, nos períodos de 2005/2009, 2010/2011, 2011/2012.

Representante do MAPA, exerceu a função de Conselheiro de junho de 2012 a novembro de 2013.

**Membros efetivos****Lúcia Aída Assis de Lima - MAPA**

Representante do MAPA.

Graduada em Administração de Empresas pela UDF.

Técnica de Nível Superior do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Coordenadora Financeira da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração Substituta nos períodos de 2004 e de 2011 a 2012.

Assumiu a função de Conselheira em dezembro de 2013.

**Maria dos Remédios Vilar Teixeira – MF-STN**

Representante do Ministério da Fazenda

Graduada em Economia e Pós graduada em Administração Pública.

Gerente da Secretaria do Tesouro Nacional, onde participa da equipe que realiza missões aos Estados com o objetivo de acompanhar os ajustes fiscais decorrentes do refinanciamento de dívidas com a União; revisa e avalia os Programas de Ajuste Fiscal dos Estados; calcula a Receita Líquida Real e a capacidade de pagamento dos Estados; acompanha a projeção da dívida e registra os balancetes mensais dos Estados.

Exerce a função de Conselheira desde maio de 2013.

**Pedro Roberto Rocha – MAPA**

Representante do MAPA.

Formado em Direito.

Foi Assessor Parlamentar no Gabinete da Deputada Marinha Raupp e Secretário Parlamentar no Gabinete do Senador Valdir Raupp. Atualmente é Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal da secretaria de Defesa Agropecuária/Gabinete do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Exerce a função de Conselheiro desde agosto de 2013.

**AUDITOR INTERNO****Paulo Ricardo Grazziotin Gomes – CONAB/AUDIN**

Economista, pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior e professor universitário especializado em gestão governamental, atualmente exercendo o magistério noturno na disciplina Auditoria e Controles Internos Governamentais; membro de bancas examinadoras de concursos públicos; autor do livro A Contratação na Administração Pública; criador do Ementário de Gestão Pública; agraciado com a Medalha do Pacificador (pelo Exército Brasileiro) e com a Medalha Amigo da Marinha (pela Marinha do Brasil), por relevantes serviços prestados àquelas Forças Armadas.

Analista de Finanças e Controle-AFC da Controladoria-Geral da União, cedido à Conab consoante inciso VII do art. 18 da Lei nº 11.890, de 24/12/2008.

Atuou como Secretário de Controle Interno nos Ministérios da Cultura e do Meio Ambiente; Corregedor da Agência Nacional de Águas – ANA (acumulando as funções de Auditor-Chefe); Assessor Especial de Controle Interno dos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Previdência Social e da Pesca e Aquicultura; desempenhou cargos em nível de Coordenador-Geral e de Chefe de Divisão em diversas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Ocupa a função de Chefe da Auditoria Interna da Conab desde 01/12/2011.

**OUVIDOR****Carla Maria Azevedo de Carvalho Castro – CONAB/OUVIR**

Graduada em Direito - Universidade Católica de Goiás (2005), OAB/GO nº 32.293 e Pós-graduação em Direito Civil/ Processo Civil - Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande/MS (2011). Exerceu cargo de assessoria administrativa e jurídica em secretarias do Governo de Goiás entre 2008 e 2012.

Ocupa a função de Chefe da Ouvidoria da Conab desde 01/12/2013.

**Jales Alves Barreto Júnior – CONAB/OUVIR**

Formado em Direito, com pós-graduação em Direito Tributário e atuação em advocacia desde 2011. Ocupou a função de chefe da Ouvidoria da Conab no período de 10/09/12 a 30/11/13.

**CONTADOR****José Carlos de Andrade – CONAB/SUCON**

Contador e pós-graduado em Contabilidade pela FGV.

Exerceu os cargos de Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura e de Coordenador Geral de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; Conselheiro Fiscal da Casesp; Presidente do Conselho Fiscal da Ceagesp; Conselheiro Fiscal da Ceagesp; Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Diretor de Programa do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Membro do Conselho Deliberativo do Cibrius; Diretor de Gestão Administrativa e Financeira da Conab; Gerente de Contabilidade da Conab; Gerente do Departamento de Execução e Controle Orçamentário da Conab.

Coordenou a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, em todas as Unidades e atividades da Conab; participou do Grupo de Trabalho que estruturou as atividades de planejamento, programação, execução e controle orçamentário por ocasião da fusão da Cobal, CFP e Cibrazem para constituição da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Ocupa a função de Superintendente de Contabilidade da Conab desde 01/01/2012.

**1.3. Identificação das unidades orçamentárias e das unidades gestoras e respectivas gestões no SIAFI**

Todas as Unidades Gestoras da Conab apresentam a mesma Unidade Orçamentária e código SIAFI 22211.

O detalhamento das unidades orçamentárias e respectivas gestões no SIAFI encontra-se no **Anexo I, pág.138**.

**1.4. Identificação e descrição sucinta das normas que regulamentam a atuação**

- Lei nº 8.029, de 12 /04/1990 – Cria a Conab a partir da fusão da CFP, Cobal e Cibrazem
- Lei n.º 8.171, de 17 /01/1991 – Dispõe sobre a Política Agrícola
- Lei n.º 9.973, de 29/05/2000 – Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários
- Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001 – Regulamenta a Lei n.º 9.973, que dispõe sobre o sistema de armazenagem

- Estatuto Social: trata da denominação e da natureza jurídica, da sede, do foro e da duração, do objeto social, do capital social e das ações, do patrimônio, dos recursos financeiros, da organização e da administração, da composição organizacional, dos órgãos de administração, do conselho de administração, da diretoria colegiada, do presidente e dos diretores, do conselho fiscal, do exercício social e das demonstrações financeiras, do pessoal, das disposições gerais e transitórias.
- Regimento Interno: trata da composição organizacional, das atribuições dos dirigentes e dos titulares de funções gratificadas, das responsabilidades comuns.
- Manual de Operações da Conab-MOC <http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>
- Normas da Organização-NOC
- Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos

### **1.5. Organograma Funcional**



**São atribuições do Presidente da Conab:** dirigir as ações, os negócios e as atividades da Companhia, objetivando o cumprimento de suas normas, diretrizes, políticas e missão; fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e também as recomendações do Conselho Fiscal; coordenar as atividades pertinentes aos órgãos subordinados.

**Ao Gabinete da Presidência – Gabin** compete: assessorar o Presidente em sua representação e atuação política, administrativa e social; coordenar as atividades de apoio administrativo no âmbito do Gabinete, aos órgãos colegiados e também aos Conselhos; coordenar a emissão de Resoluções, Portarias e outros Atos; secretariar as reuniões dos Colegiados e preparar as respectivas Atas de reuniões; preparar estudos técnicos por solicitação dos Conselheiros e exercer outras atividades específicas, mediante deliberação dos Conselhos.

**À Comissão de Ética**, vinculada administrativamente à Presidência, compete: atuar como instância consultiva dos gestores e empregados da Conab e promover a compatibilização e interação das normas, procedimentos técnicos e de gestão relativos à ética pública; orientar e aconselhar sobre ética profissional do empregado no relacionamento com as pessoas e tratamento do patrimônio público; administrar a aplicação do Código de Ética; apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes; elaborar e manter atualizados os normativos específicos de ética da Conab; promover a disseminação de princípios éticos contidos em legislação específica e nos normativos internos.

**À Comissão de Assédio Moral**, vinculada administrativamente à Presidência, compete: elaborar e manter atualizado normativo específico de Assédio Moral no trabalho; orientar as áreas, formular e expedir instruções sobre a conduta a fim de prevenir a ocorrência de Assédio Moral na Companhia; receber denúncias relativas à ocorrência de Assédio Moral e adotar os procedimentos cabíveis visando sua apuração; examinar e instruir, antes do julgamento, processos de apuração, bem como os demais expedientes relativos à ocorrência de Assédio Moral; recomendar a abertura de Processo Interno de Apuração; promover a apuração e aplicação das penalidades previstas no normativo específico.

**À Assessoria da Presidência – Aspre**, subordinada à Presidência, compete: promover estudos e elaboração de propostas relativas a temas específicos demandados pelo Presidente; elaborar, quando for o caso, pareceres preliminares sobre os assuntos e proposições encaminhados à Presidência, promovendo a distribuição às áreas competentes; exercer outras atividades específicas, mediante designação da Presidência.

**À Corregedoria-Geral – Coger**, subordinada à Presidência, compete: coordenar, orientar, controlar e avaliar as atividades de correição no âmbito das unidades da Conab, inclusive no que se refere às ações preventivas, objetivando a melhoria do padrão de qualidade no processo de gestão e na prestação dos serviços à sociedade; estudar e propor a revisão de normas e procedimentos administrativos internos, quando da constatação de eventuais riscos e desvios de conduta funcional e irregularidades; promover, quando necessário, a realização de inspeções preventivas e a requisição de perícias e laudos periciais; receber denúncias envolvendo desvio de conduta de empregados, lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público e adotar os procedimentos correccionais cabíveis à espécie; acompanhar e controlar a adoção dos procedimentos correccionais assim como coordenar e acompanhar a realização dos trabalhos das Comissões Internas de Apuração; orientar as unidades orgânicas da Companhia, formular e expedir instruções sobre procedimentos correccionais; examinar e instruir, antes do julgamento, processos disciplinares e de apuração, bem como os demais expedientes relativos à conduta disciplinar do corpo de empregados.

**À Consultoria Jurídica – Cojur**, subordinada à Presidência, compete: exarar pareceres, cancelar editais, contratos e normativos administrativos, prestar informações e elaborar despachos,

comunicados internos e externos, relatórios e notas técnicas, nos assuntos submetidos à sua apreciação, zelando pelos direitos e interesses da Companhia; representar a Companhia judicial e extrajudicialmente, por delegação ou outorga do Presidente da Conab; propor, ajuizar e acompanhar as ações de interesse da Companhia; zelar, no âmbito de sua competência, pela uniformidade de entendimento jurídico interno e pela observância às normas adotadas pela Companhia e, no que couber, pela Advocacia-Geral da União; manter arquivo atualizado, com informações detalhadas acerca das ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada; promover a compilação e atualização das informações necessárias à publicidade e à avaliação do desempenho da área Jurídica; subsidiar os procuradores lotados nas Superintendências Regionais com informações das publicações relativas a processos judiciais que estejam em grau de recurso, perante Tribunal com sede na Capital Federal, quando por eles requeridas; zelar pela manutenção e atualização jurídica do banco de dados dos Sistemas de Controle de Processos e Cobranças Judiciais.

**À Superintendência de Marketing e Comunicação – Sumac**, subordinada à Presidência, compete: coordenar, apoiar e avaliar as ações de comunicação social e de promoção institucional; difundir e reafirmar o conhecimento e entendimento da sociedade sobre o papel e importância da Companhia; coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Plano Anual de Comunicação; assessorar a Presidência, Diretorias e demais áreas coordenando ações que envolvam a comunicação social, a promoção institucional e a realização de eventos de qualquer natureza; promover o intercâmbio e o fortalecimento da comunicação social na Matriz e nas superintendências regionais; elaborar manuais e/ou normativos que disciplinem o uso correto e padronizado da linguagem jornalística, da marca, do slogan e todos os elementos relacionados à identidade visual da Companhia; administrar as informações disponibilizadas na intranet e página da Conab na internet, obedecendo o disposto na matriz de responsabilidade; administrar, fiscalizar e acompanhar os contratos para prestação de serviços firmados com terceiros relativos à área de comunicação.

**À Superintendência de Acompanhamento das Regionais - Suare**, subordinada à Presidência, compete: acompanhar e supervisionar as atividades e demandas das Superintendências Regionais; promover a interação entre as Superintendências Regionais e a Matriz; divulgar e acompanhar o cumprimento das diretrizes governamentais estratégicas, disposições legais e atos normativos da Conab nas Regionais; propor e monitorar indicadores de desempenho das atividades executadas no âmbito das Superintendências Regionais.

**À Ouvidoria – Ouvir**, subordinada à Presidência, compete: receber e encaminhar, às respectivas unidades orgânicas da Companhia, as manifestações do público interno e externo para apuração, adotando, se for o caso, as providências cabíveis; apurar procedência de denúncias e acompanhar o andamento dos assuntos sob exame; promover entendimentos quanto às questões não solucionadas; dar conhecimento aos interessados das soluções e/ou providências adotadas.

**À Superintendência de Controladoria e Riscos – Sucor**, subordinada à Presidência, compete: formular normas corporativas sobre métodos, técnicas, critérios e procedimentos de controle e mitigação de riscos e orientar as demais unidades da Conab sobre o assunto; formular normas, critérios e padrões de conformidade, orientando as demais áreas da Companhia sobre o assunto; avaliar e encaminhar solução para os casos de não conformidade; propor e implementar modelo de mensuração de custos das áreas e suas respectivas atividades e a precificação dos serviços executados pela Conab.

**À Superintendência de Estratégia e Organização – Suorg**, subordinada à Presidência, compete: promover o aprimoramento das atividades da Conab, em consonância com os objetivos estratégicos da Companhia, formulando propostas de desenvolvimento e gestão empresarial; desenvolver

estudos visando à melhoria da gestão e ao alinhamento entre o planejamento estratégico e a gestão operacional da Companhia; avaliar as iniciativas e os indicadores estratégicos e sugerir as adequações necessárias; coordenar a elaboração, acompanhar a execução e reportar-se à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração sobre o andamento do Planejamento Estratégico; desenvolver atividades específicas atribuídas pela Presidência, que tenham correlação com o planejamento estratégico e a gestão da Companhia; prestar informações sobre o desempenho das atividades da Companhia; elaborar Relatório de Gestão e acompanhar o Plano Plurianual – PPA; gerir a estrutura organizacional e a melhoria de processos.

#### **DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES - DIPAI**

Contando com a Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof; Superintendência de Informações do Agronegócio-Suinf; Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar-Supaf; Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin, além da Unidade de Gerenciamento do Programa-UGP/PNUD, a Dipai é responsável por planejar, coordenar, acompanhar e orientar as ações relacionadas aos estudos e análises de mercado do agronegócio e de produtos da sociobiodiversidade; às políticas públicas de apoio à comercialização de produtos agropecuários (Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio, Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, Programa de Aquisição de Alimentos- PAA); às necessidades de formação e de logística de estoques, à programação comercial, incluindo demandas de importação e de exportação de produtos agropecuários; ao levantamento e avaliação de safras e à disponibilização de informações agrícolas e de abastecimento, incluindo custos de produção e informações de estoques privados; ao apoio aos programas voltados à produção familiar, inclusive buscando fontes alternativas de recursos, respondendo também pela tecnologia da informação no âmbito da Companhia.

#### **DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO - DIRAB**

A Dirab é responsável por coordenar, acompanhar e orientar a execução das atividades de análises de viabilidade operacional e financeira para suporte às necessidades de formação, escoamento e posicionamento dos estoques públicos; suporte operacional às ações de importação e exportação de produtos agropecuários e abastecimento aos programas sociais nacionais e internacionais; monitoramento do desempenho dos processos logísticos que são utilizados nas ações operacionais e de abastecimento; cadastramento, credenciamento e contratação das Unidades Armazenadoras privadas, prestadoras de serviços; operacionalização da rede de armazéns, manutenção, modernização e construção das bases físicas da Conab; abastecimento institucional e social em conformidade com as políticas governamentais e com os objetivos e estratégias aprovadas pela Conab; aquisições especiais, controle, movimentação, comercialização dos estoques governamentais, instrumentos de escoamento dos estoques públicos e/ou privados, de garantia de renda e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e todos aqueles referentes aos programas do agronegócio; apoio às ações governamentais de segurança alimentar e nutricional; contribuição para o fortalecimento e modernização do comércio varejista e dos segmentos econômicos de pequeno porte, bem como do setor hortigranjeiro; suporte operacional às ações de desenvolvimento de programas e projetos relativos à Bioenergia; controle, movimentação e comercialização dos estoques formados a partir das operações do PAA, incluindo o atendimento a programas sociais de distribuição de alimentos, por meio de suas superintendências subordinadas, quais sejam: Superintendência de Logística Operacional-Sulog; Superintendência de Operações Comerciais-Suope; Superintendência de Armazenagem-Suarm e Superintendência de

Abastecimento Social-Supab.

#### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE FISCALIZAÇÃO - DIAFI**

Conta com a Superintendência de Orçamento e Finanças-Suofi, Superintendência de Contabilidade-Sucon, Superintendência de Administração-Supad, e Superintendência de Fiscalização de Estoques-Sufis, e responde pela coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de elaboração e execução da programação orçamentária; administração dos recursos financeiros e descentralização dos créditos; execução do fluxo de caixa, pagamentos das obrigações; apropriações contábeis; execução e análise contábil, fiscal e tributária; controle de documentação e garantias contratuais; acompanhamento dos resultados econômicos; registro das conformidades contábeis; relatórios de desempenho econômico-financeiro e de Prestação de Contas; cadastro e cobrança; administração de serviços gerais, apoio administrativo, materiais, patrimônio e seguros; licitações e contratações; fiscalização, supervisão técnico-operacional, classificação e controle de qualidade dos estoques próprios e governamentais dos produtos vinculados aos Programas de Aquisição de Alimentos, Institucionais e Sociais de Abastecimento, do agronegócio e de operações de escoamento dos estoques públicos e/ou privados e de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e extrativistas.

#### **DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DIGEP**

Contando com a Superintendência de Relações do Trabalho-Suret e a Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas-Sudep, é responsável por coordenar, orientar e acompanhar as atividades de administração de recursos humanos promovendo, entre outras, ações relacionadas ao controle do cadastro, executando o processo de admissão e desligamento de empregados, organizando e mantendo atualizados o cadastro de pessoal e a documentação do corpo funcional; compilando e verificando dados para o processamento da folha de pagamento mensal, bem como para o acompanhamento, controle e distribuição dos respectivos relatórios; participando das discussões com associações, sindicatos, fórum de relações trabalhistas e outras instituições afins, visando melhoria das relações de trabalho; implementando ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas; administração de cargos e salários; seleção de pessoal; avaliação de desempenho; segurança e medicina do trabalho; concessão de benefícios e gestão da saúde; e representando a Companhia junto ao Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius, na condição de interlocutor, nos assuntos de interesse mútuo.

## 2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

### 2.1. Ambiente de atuação da Companhia

#### a) a caracterização e o comportamento do mercado de atuação

A produção e a comercialização dos produtos agrícolas estão sujeitas a fortes interferências de aspectos não controláveis pelos produtores tais como: o clima, o mercado externo e a logística de distribuição, sendo este último influenciado negativamente pela deficiente infraestrutura nacional de transporte de cargas, além da coincidência temporal da colheita dos principais grãos, aumentando a concorrência por modais de transporte.

A produção nacional de grãos comercializada em 2013 foi de 187 milhões de toneladas e, apesar de ter sido a maior da série de 37 anos de registros da Conab, ainda deixa o Brasil em uma situação frágil no que tange ao abastecimento de suas principais fontes de alimentos e de matérias-primas para o agronegócio.

No ano citado, o Brasil foi praticamente autossuficiente na produção de arroz, porém 77,3% de todo produto é oriundo da região Sul do País, uma concentração preocupante, tanto no aspecto logístico, como no risco de incidentes climáticos. Tem-se ainda o trigo, que teve 95% de sua produção também concentrada na região Sul e, que representa apenas cerca de 50% do consumo nacional, tendo o país que importar um grande volume desse cereal para suplementação do consumo doméstico. Há também o exemplo da soja, responsável por importante parcela da matéria-prima utilizada na alimentação animal e que representa 43,6% dos grãos produzidos no País, porém mais de 65% da produção é exportada. De outro lado, temos a região Nordeste, que por ser suscetível a problemas graves de escassez e chuva, necessita ser abastecida de alimento, visto que sua capacidade de produção agrícola não é bastante para o próprio abastecimento.

Em face dessas características de funcionamento do setor agrícola, o Governo Federal deve lançar mão de ferramentas que reduzam a volatilidade dos preços, diminuindo o risco da atividade, que incentivem a distribuição adequada da produção e garanta o abastecimento público e que assegure a segurança alimentar da população. Os instrumentos disponíveis emanam da Política Agrícola Nacional, que tem como seu principal executor a Conab.

Nestas condições, as ações da Companhia tem um caráter estratégico na produção agrícola, no abastecimento e na segurança alimentar e nutricional da população brasileira, com óbvios reflexos econômicos, ambientais e sociais, destacando-se inclusive nos processos de inclusão e redução de desigualdade e do acesso do seu público-alvo às políticas públicas.

Relacionando-se diretamente com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, a Companhia participa de conselhos, câmaras temáticas e setoriais além de manter contatos com diversas instituições ligadas à sua área de atuação no âmbito nacional e internacional. A sua participação nesses ambientes tem relação com suas atribuições e competências institucionais, seu conhecimento e sua experiência acumulada.

Fato importante a se destacar é que há exigência, cada vez mais consistente, das instituições que lidam com a agricultura, a segurança alimentar e nutricional e o abastecimento, quanto ao desenvolvimento da inteligência organizacional e sua efetiva disseminação, no sentido de oferecer oportunidades de investimentos produtivos e de tomada de decisão pelos agentes estatais e não estatais.

Sob esse prisma, a Conab insere-se no contexto da informação e do conhecimento de qualidade no âmbito do Estado. Seu objetivo estratégico é ter participação decisiva no núcleo de

inteligência do governo e ser reconhecida como empresa de excelência, competência e credibilidade na geração e no acesso à informação e ao conhecimento relevante nas suas áreas de atuação.

Os fatores críticos de risco que ameaçam a organização podem ser resumidos na necessidade da atualização constante dos dados e informações que geram o conhecimento; na qualificação de pessoal; e no uso intensivo da tecnologia da informação (TI).

Contudo, a criação de rede de parceiros institucionais locais e regionais, a aproximação com o seu público-alvo, o fortalecimento qualitativo do seu quadro de pessoal e os investimentos em TI são fatores que minimizam os riscos e fortalecem a credibilidade da Companhia.

#### **b) o comportamento da demanda por serviços de armazenagem e de apoio à comercialização**

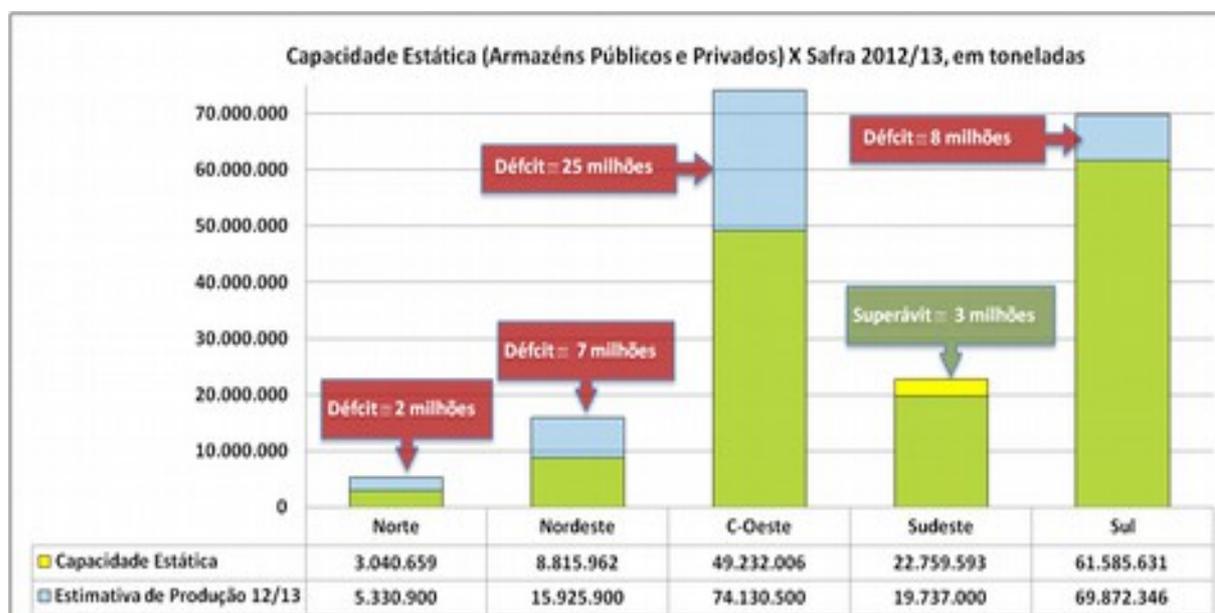
A Conab deve ser vista como um ator público que age na comercialização de produtos originários da agropecuária atuando, direta ou indiretamente, nos mercados físico e financeiro. No mercado físico, em 2013, a Empresa se envolveu diretamente na comercialização agrícola acionando os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM tais como Aquisições do Governo Federal (AGF), Contrato de Opção de Venda (COV) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).

É necessário mencionar que as decisões de ativar os instrumentos de sustentação de preços são tomadas em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, cabendo a esta Conab a operacionalização do instrumento, além do fluxo de informações que vai desde as quantidades operadas, até a análise dos resultados da operação no contexto da sustentação de preços ao produtor e do suprimento dos produtos da pauta da PGPM. Em alguns casos a Conab, encaminha ao Mapa notas técnicas sugerindo a utilização dos instrumentos de sua gestão.

Além da já citada questão de transporte, outro aspecto da logística, que está diretamente ligado à Companhia, vem causando fragilidades ao setor agrícola brasileiro. Estima-se que no Brasil, em 2013, o déficit de capacidade de armazenagem poderia estar próximo de 40 milhões de toneladas. O estado de Mato Grosso, maior produtor de milho e soja do País, representa 30% desse déficit. Apesar de o País manter estruturas de armazenagem para 80% da produção, a distribuição dessas estruturas não acompanha o volume da produção regional de grãos, provocando gargalos logísticos pois, em nível estadual, os maiores produtores, com exceção do Rio Grande do Sul, apresentam grandes déficits, enquanto que Estados de pouca representatividade na produção de grãos apresentam superávits.

Devido à dinâmica da produção e aos fluxos de escoamento, que são interestaduais, entende-se que melhor se visualiza as relações entre produção e capacidade de armazenagem agrupando os estados por regiões, conforme apresentada na figura que se segue:

Figura 2.1 – Capacidade Estática no Brasil



Fonte: Conab/Sugof

A deficiência na estocagem de grãos determina uma sensível redução da capacidade de reação do país a fatores como: crises de oferta externa, por motivos geopolíticos; volatilidade de preços, por questões econômicas internacionais; até mesmo, catástrofes climáticas. O último fator citado obteve destaque no cenário agrícola e social brasileiro em 2013.

### c) as ameaças para o negócio da companhia e as estratégias para o enfrentamento no curto e médio prazos

Vários foram os desafios que se apresentaram durante o período, representando ameaças que demandaram diferentes estratégias para seu enfrentamento.

O contingenciamento de recursos, ocorrido no segundo semestre de 2013, e que teoricamente não deveria afetar a PGPM, trouxe riscos à confiança do setor agrícola nas Políticas de Garantia de Preços Mínimos. Houve situações de produto com preço abaixo do Preço Mínimo, como o milho, para o qual não ocorreu a liberação do recurso, apesar de existir orçamento. Ressalte-se que os instrumentos da PGPM também atuam de forma indireta no mercado, ou seja, a simples possibilidade de intervenção já pode impulsionar os preços para o nível desejado, assim como a falta de confiança na atuação do governo pode surgir como um fato novo de pressão gravosa nos preços. O contato com produtores e cooperativas identificou uma redução na procura para operar AGF, junto às Superintendências Regionais, por falta de confiança na efetivação da compra. Embora a Conab venha aperfeiçoando seus processos internos de planejamento orçamentário, e com isso melhorando a precisão das solicitações orçamentárias, a liberação dos recursos compete a esferas superiores da administração pública.

A divulgação insuficiente dos instrumentos de garantia de preços faz com que muitos produtores deixem de buscar a ferramenta AGF, quando seus preços estão abaixo do mínimo, simplesmente por não conhecê-la, sendo que o mesmo ocorre com a PGPM-Bio e respectiva subvenção aos extrativistas. Como estratégia, foi buscada a elaboração de um plano de divulgação ampla dos instrumentos citados, juntamente à área de marketing e comunicação da Companhia.

A deficiência na rede de armazenagem da Conab, com dificuldades físicas e

operacionais, impede o crescimento do alcance do AGF, na medida em que tal instrumento necessita de estruturas preferencialmente próprias para a aquisição de grãos. Para enfrentar tal situação a Conab participou de grupo de trabalho e subsidiou a elaboração do Plano Nacional de Armazenagem, lançado por ocasião do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, o qual prevê dotação de 500 milhões, a serem liberados em 2014 e 2015, visando a reestruturação de unidades armazenadoras da Conab.

De acordo com o próprio nome, a Política de Garantia de Preços Mínimos tem como insumo fundamental a informação dos preços dos produtos agrícolas. Para a instrumentalização da política agrícola e levando em consideração pelo menos dois dos princípios que regem o serviço público, quais sejam, transparência e controle, há a necessidade de que os preços utilizados como balizadores das decisões das ações da PGPM sejam rigorosamente fiéis à realidade local e sejam disponibilizados ao público. Em face de deficiência detectada na estrutura de produção de informações, foi elaborada uma nova metodologia de coleta de preços, concluída em 2013, e que culminou com o desenvolvimento de aplicativo para divulgação de preços, em nível de produtor e atacado, de cerca de 120 produtos, disponíveis na página eletrônica da Conab. Complementando essa estratégia de uma metodologia única de coleta de informações, pretende-se proceder sua padronização, treinando o pessoal que efetua essa coleta nas regionais.

As novas responsabilidades da empresa, que nos últimos anos passou a atuar também como braço operacional do MDS, sobretudo na implantação e operacionalização do PAA, ampliou a necessidade de renovação do quadro de pessoal que, por sua vez, demanda um robusto programa de treinamento e compartilhamento de conhecimento, o que tem conflitado com a escassez de recurso orçamentário, principalmente nesse último exercício. Em que pese a elaboração de um plano de treinamento corporativo, este acaba sendo prejudicado, em grande parte pela falta de recursos.

Os sistemas corporativos da Companhia, no âmbito da estrutura de TI, ainda apresentam limitações, principalmente em se tratando de relatórios gerenciais, não raro dificultando os trabalhos das áreas finalísticas, visto que os principais insumos destes trabalhos são, basicamente, os fluxos de informações que passam por esses sistemas.

De forma resumida, os fatores críticos de risco que ameaçam a organização remetem à necessidade de atualização constante dos dados e informações que geram o conhecimento, além de melhor qualificação de pessoal e do uso intensivo da tecnologia da informação (TI). E as estratégias em curso ou a serem adotadas contemplam a criação de rede de parceiros institucionais locais e regionais e a aproximação com o seu público-alvo, além do fortalecimento qualitativo do quadro de pessoal da companhia e de investimentos em TI, fatores que minimizam os riscos e fortalecem a credibilidade da Companhia.

**d) as principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da companhia (armazenagem, comercialização, classificação, etc.)**

**Quadro 2.1 - Empresas que prestam serviços análogos aos da Conab**

Área	UF	Razão Social	Capacidade (ton)
Comercialização	-	Não existem empresas que prestam serviços semelhantes aos da Conab na área de Comercialização	
Armazenagem	RS	Bianchini S/A Indústria, Comércio e Agricultura	1.480.622
	SP	Ceagesp	905.132
	PR	Cooperativa Agrária Agroindustrial Ltda	426.631
	SP	Cnaga Comp Nacional de Armazéns Gerais	409.604
	GO	Comigo Coop Indl Produtores Rurais Sudoeste Goiano	366.937
	MG	Casemg	460.613

Área	UF	Razão Social	Capacidade (ton)
	RS	Cesa	650.000
	GO	Goiazem Armazéns Gerais Ltda	345.820
	PR	Cocamar - Cooperativa Agroindustrial	331.594
Classificação*	ES	Superinspect Ltda	-
		SGS do Brasil Ltda	-
		Control Union Ltda	-

Fonte: Dirab/ Sufis/ Suarm; Site do MAPA

\*A Conab conta com esse serviço apenas na Sureg/ES, para a classificação de café. A insuficiência da estrutura de classificadores e de laboratórios de classificação da companhia para efetuar o controle de qualidade em todo o território nacional impõe a esta empresa cumprir a determinação da Lei 9.972/2000, a qual estabelece que a classificação de produtos vegetais é obrigatória nas operações de compra e venda do Governo Federal. Torna-se indispensável, portanto, a contratação de empresas para a prestação desses serviços, tais como: a EBDA na Bahia; a CLAVECE no Ceará; a AGRODEFESA em Goiás; o IMA em Minas Gerais; a CODAPAR no Paraná; a EMATER/ASCAR no Rio Grande do Sul; e a SIDASC em Santa Catarina; todas credenciadas pelo MAPA (e constantes do Título 9 do MOC).

**e) os principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CPF/CNPJ, volume de operações**

**Quadro 2.2 - Principais clientes do setor público e privado**

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant. (ton)	Valor (R\$)
Público	Comercialização	Não houve no período					
	Armazenagem	MG	26.461.699/0345-90	Conab - Merc Opções	Milho	98.823	425.177.210,67
		RN	26.461.699/0346-70	Conab - Merc Opções	Milho	131.847	81.359.014,11
		RS	26.461.699/0455-24	Conab - PAA	Arroz	12.794	63.399.635,71
		BA	26.461.699/0227-45	Conab - PGPM	Diversos	90.273	56.395.347,19
	PB	26.461.699/0375-05	Conab - Merc Opções	Milho	81.291	52.726.181,91	
Privado	Comercialização	PR	84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	Trigo em grãos (Indústria)	55.302	44.607.184,20
		PR	14.998.37/1004-025	J Macedo S/A	Trigo em grãos (Indústria)	33.718	24.824.595
		PR	75.904.383/0063-24	Coamo Agroindustrial Cooperativa	Milho em grãos a granel	30.000	21.924.000
		RS	89.776.991/0001-02	Moinho Estrela Ltda	Trigo em grãos (Indústria)	27.153	19.492.912
		RS	87.274.81/0001-36	Moinho do Nordeste	Trigo em grãos (Indústria)	27.137	18.976.093,031
		RS	88.618.285/0004-12	Tondo S/A.	Trigo em grãos (Indústria)	25.756	18.772.101,155
		PI	06.855.894/0001-88	Risa S/A	Milho em grãos (ensacado)	29.120	18.283.730
		MT	36820989920	Getulio Gonçalves Viana	Milho em grãos a granel	25.000	18.270.000
		GO	00.159.074/0001-75	Coop. Agríc. Serra dos Cristais	Milho em grãos (ensacado)	27.500	16.773.380
		RS	00.333.653/0001-92	Moinho Casquense Ltda	Trigo em grãos (Indústria)	21.279	15.591.967,36
	Armazenagem	PR	84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	Trigo	96.612	72.778.088,77
		SP	44.990.901/0001-43	Tilibra Prods Papelaria Ltda	Prods Ind.	6.475	70.229.898,66
		PR	75.904.383/0103-56	Coamo Agroindustrial	Soja	68.850	68.850.607,00
		ES	93.161.050/0001-29	Friovix Com Refriger	Prods Ind.	3.359	67.243.973,79

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant. (ton)	Valor (R\$)
		MG	25.266.685/0008-10	Coop Cafeic Tres Pontas	Café	6.930	40.281.530,03
	Classificação	Não houve no período					

Fonte: Dirab/Suope e Suarm

Dentre as atividades desempenhadas pela Conab, como empresa pública, estão as de serviços de armazenagem tanto para terceiros quanto para o governo. Do quantitativo estocado, somente sobre os produtos de terceiros são geradas receitas de armazenagem.

**f) os produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias, identificando a representatividade de cada produto ou serviço na formação da receita líquida dos serviços (por exemplo: armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários etc.)**

A comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos (AGF e Contrato de Opção) e produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários (PEP, PEPRO, Vendas em Leilão e VEP) não geram receita própria porque para sua operacionalização são utilizados os recursos do tesouro e estes valores são repassados ao órgão de origem após a comercialização.

A seguir, estão demonstrados os serviços que geram receitas próprias para a Companhia.

### Quadro 2.3 - Serviços que geram receitas próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	22.735.492,70	99,87
Leilão de Terceiros (público)	0,00	0,00
Leilão de Terceiros (privado)	30.427,45	0,13
Classificação de Produtos	0,00	0,00
<b>Total de Serviços</b>	<b>22.765.920,15</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi

## 2.2. Ambiente de Negócios

**Informações sucintas e objetivas sobre o ambiente de negócios em que estão inseridas as superintendências regionais, destacando as adversidades e riscos a que se submetem e as estratégias da companhia para enfrentá-los**

As Superintendências Regionais-Sureg, instaladas em todas as unidades da federação, representam a linha de frente das ações da Conab, e têm como atribuições o contato com o público-alvo, a coleta das informações e a observação dos resultados se dão em nível local. Dentro das atribuições e competências estatutárias e regimentais, as Superintendências Regionais atuam no âmbito estadual e municipal, o que reafirma a importância estratégica da Companhia.

Cabe realçar que as particularidades de cada Unidade da Federação exigem ações voltadas ao atendimento das necessidades dos agentes envolvidos nos programas de governo direcionados para a política agrícola, de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional.

Nas áreas de tradicional desenvolvimento do agronegócio existem grandes necessidades estruturais e de pessoal para o atendimento dos diversos programas operados pela Companhia. Há um fluxo intenso de informações que são os principais insumos para o planejamento da Política

Agrícola e um contato muito forte com os atores das diversas cadeias do agronegócio, que buscam na Conab não apenas orientação sobre as operações, como também apresentam seus pleitos. Há também, nessas áreas, um intenso esforço operacional para a efetivação dos instrumentos da Política Agrícola, em atividades como fiscalização, acompanhamento de remoções, recepção e envio de documentos e processos. E em algumas unidades regionais, ocorre até mesmo em quantidades extraordinárias, devido às grandes proporções das operações nas localidades.

As áreas de fronteira agrícola, como nos estados referidos como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), em relação ao Agronegócio, passam por processos semelhantes às áreas tradicionais por conta das operações, porém com alguns agravantes: menor infraestrutura (modais de transporte, armazenagem etc); menor nível de informação por parte do público-alvo, exigindo maior contato e disponibilização de informações; menor estrutura da Sureg, cujo nível de trabalho cresce mais rapidamente que a capacidade do Estado em disponibilizar aumento de quantitativo de pessoal e melhoria de estrutura; dentre outros.

De outro lado está a Agricultura Familiar e os extrativistas, também público-alvo da Conab. As regiões que necessitam de apoio a este público requerem uma estrutura diferenciada da primeiramente citada, no entanto, não menos complexa. Atualmente, a agricultura familiar representa mais de 80% das unidades produtivas no Brasil; este número já fala por si em se tratando de planejamento de estruturas. Enquanto que no Agronegócio as operações são de alto volume de produtos e menor número de unidades operadas, a Agricultura Familiar apresenta menores quantidades operadas, porém com alto volume de unidades produtivas para operar.

Além disso, no caso das operações com extrativistas, os colaboradores das unidades regionais da Conab muitas vezes precisam ir a locais distantes, e com pouca infraestrutura para efetuar fiscalização, vistorias, acompanhamento de operações e coleta de informação.

No campo da informação e do conhecimento, as regionais têm participação ativa no processo de coleta, tratamento e análise de dados e informações, sendo responsáveis, sobretudo, pela implementação das metodologias de pesquisa de preços e de avaliação de safra de grãos, laranja, café e cana-de-açúcar. Em razão do conhecimento e relacionamento na sua base territorial, as Superintendências organizam todos os procedimentos para a realização de painéis visando a elaboração dos custos de produção.

Os problemas para a execução das suas atividades são, em sua maioria, contornados pelo excelente relacionamento institucional que a regional detém no território de atuação. Os riscos estão relacionados com as exigências da qualificação dos dados e informações, com os aspectos quantitativos de pessoal e com o uso da tecnologia.

Assim sendo, o Brasil, devido a seu tamanho continental e grande diversidade cultural, acaba exigindo da Conab a estratificação das estruturas de suas unidades regionais, que devem ser diferentes entre si, todavia apropriadas aos diferentes públicos-alvo em cada região. Desta maneira percebe-se que, atualmente, a estrutura organizacional das regionais, enrijecida pela estrutura pensada há 14 anos, não está adequada, colocando em risco a efetividade da Empresa.

Importa ressaltar que a estratificação citada não envolve apenas estruturas físicas, mas, principalmente, a estrutura de gestão, cujas mudanças deverão observar, dentre outros aspectos: o público a ser atendido, os rumos apontados pelo Governo Federal e as novas atribuições absorvidas pela Empresa nos últimos anos, além do diálogo amplo na Companhia.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Estrutura de Governança

**Informações sobre a estrutura de governança da entidade, tais como unidade de auditoria interna, comitê de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, comitê de controles internos e compliance, Ouvidoria etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância**

A Conab não conta, em sua estrutura, com comitês de auditoria, de avaliação ou de gestão. Por outro lado, apresenta uma área de Controles Internos e Compliance, recentemente criada, e mantém, de forma regimental, a Auditoria Interna, a Ouvidoria, os Conselhos Fiscal e de Administração e o Fórum de Superintendentes e órgãos afins.

A **Auditoria Interna** subordina-se hierarquicamente ao Conselho de Administração e administrativamente à Presidência, conforme regem o art. 12, § 2º do Estatuto Social e o art. 3º do Regimento Interno da Companhia, e apresenta, de forma resumida, as seguintes competências: realiza trabalhos de auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia, de forma amostral e consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*”; avalia procedimentos administrativos e operacionais, inclusive de ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia; efetua auditorias periódicas na entidade fechada de previdência complementar; desenvolve auditorias extraordinárias por demanda do Conselho de Administração ou sugestão do Conselho Fiscal; emite parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Processo de Prestação de Contas da Conab; acompanha as recomendações dos órgãos de controle interno e externo; elabora Plano e Relatório Anual de Atividades assim como define políticas e diretrizes da Auditoria Interna; e mantém atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos.

Tais atividades são realizadas em conformidade com as técnicas estabelecidas no Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, com a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

O **Conselho de Administração**, órgão de deliberação colegiada, em conformidade com o art. 14 do Estatuto Social da Conab, tem a seguinte composição: o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o presidirá; o Presidente da Conab, que substituirá o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em caso de ausência ou impedimento deste, presidindo a reunião, compondo quorum e votando, em nome próprio e em nome do substituído; até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conforme o art. 2º do Regimento Interno da Conab, compete ao Conselho de Administração, observando a legislação pertinente em vigor: fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Conab, acompanhando sua execução; aprovar o plano plurianual, o orçamento anual e a programação operacional da Conab, em conformidade com as diretrizes do Governo Federal e as normas fixadas a respeito; fiscalizar a gestão da Diretoria Colegiada; manifestar-se sobre a prestação anual de contas da Conab, sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras; deliberar sobre proposta de aumento de capital e destinação do lucro do exercício; autorizar a aquisição, alienação, reversão, oneração, demolição, o desmonte e também a baixa

contábil de seus imóveis; aprovar o regimento interno da Conab, a criação, extinção ou fusão de unidades organizacionais e escritórios de representação; submeter ao MAPA os regulamentos de licitação e de pessoal, o quadro de pessoal e o plano de cargos, salários, benefícios e vantagens da Conab; aprovar normas gerais sobre a realização de convênios, contratos, acordos e ajustes; aprovar a indicação do titular da Auditoria Interna e atribuir aos diretores a titularidade da respectiva Diretoria; autorizar licença a membro da Diretoria Colegiada; convocar o Conselho Fiscal para reuniões; contratar e destituir auditores independentes; apreciar proposta de reformulação do Estatuto; pronunciar-se sobre a cisão, fusão ou incorporação da Conab; sobre a alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas, caso venham a ser criadas; sobre o aumento do seu capital social, por subscrição de novas ações; sobre a renúncia a direitos de subscrição de ações conversíveis em ações de empresas controladas e emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; sobre a permuta de ações e outros valores mobiliários, de emissão da Conab, e deliberar sobre quaisquer assuntos técnicos que lhe forem submetidos, aprovando as normas de seu funcionamento.

O Conselho de Administração deliberará sobre as propostas que lhe forem submetidas pela Diretoria Colegiada, por intermédio do Presidente da Conab. E, conforme o art. 15 do Estatuto Social da Conab, reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, sendo que o quorum mínimo para tal reunião é o da maioria absoluta de seus membros. As deliberações do Conselho, sempre com a presença do seu Presidente, ou, quando de sua ausência ou impedimento, com a de seu substituto, serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, sendo que ao membro que presidir a reunião do Conselho cabem os votos ordinário e o de qualidade, na hipótese de desempate.

Salvo impedimento legal, a remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado supervisor, e não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos do art. 1º da Lei n.º 9.292, de 12 de julho de 1996, que dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona e dá outras providências.

O **Conselho Fiscal**, órgão de fiscalização da Conab, funciona em caráter permanente, conforme Art. 23 do Estatuto Social da Conab, e apresenta, conforme o art. 7º do Regimento Interno da Companhia, as seguintes atribuições: fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Conab e verificar o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários; opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis; opinar sobre as propostas da Diretoria Colegiada, relativas à modificação do capital social, aos planos de investimentos ou orçamentos de capital, à distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Conab; requisitar da Diretoria Colegiada, esclarecimentos, informações e documentos, inclusive a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais que julgar necessários; analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Conab, emitindo parecer; examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar conclusivamente; denunciar às instâncias superiores, erros, fraudes ou crimes porventura constatados no exercício de suas atribuições, praticados contra o patrimônio da Conab, para que sejam adotadas as providências necessárias à proteção dos interesses da Companhia.

Em consonância com o art. 24 do Estatuto Social da Conab, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após aprovação de seus nomes pela Presidência da República, com mandato de um ano, admitida à recondução, da seguinte forma: um representante do Tesouro Nacional e dois representantes do MAPA, sendo que os membros do Conselho Fiscal

elegem, entre si, o seu Presidente. As reuniões ordinárias desse Conselho ocorrem uma vez por mês e, extraordinárias, quando convocadas pelo seu Presidente, ou por deliberação da maioria de seus membros, sendo as deliberações por maioria dos votos, podendo contar com o apoio técnico e de serviços de secretaria. O membro do Conselho Fiscal perde automaticamente o seu mandato se faltar, com ou sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, considerando-se vaga, em decorrência, a função, caso em que se procede, de imediato, à designação de novo membro.

A remuneração dos membros desse Conselho é fixada pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não podendo exceder a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da Conab, nos termos do art. 1º da Lei n.º 9.292, de 1996.

Conforme os artigos 27 e 28 de seu Regimento Interno, a Conab conta com uma unidade de **Controles Internos**, que subsidia a área de Controladoria e Riscos, vinculada à Presidência da Companhia, e apresenta atribuições tais como: avaliar a qualidade e adequação dos controles internos existentes nos aspectos de conformidade normativa; acompanhar os limites e alçadas estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis; gerir a sistematização normativa e a definição de padrão normativo, assim como sua divulgação; avaliar os impactos de novas legislações e regulamentações nas normas internas da Companhia, zelando pela sua atualização e aderência às diretrizes normativas, regulatórias e governamentais.

O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com os controles internos é objeto de relatórios anuais, que contemplam as conclusões dos exames efetuados; as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento, quando for o caso; e a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas e das medidas saneadoras adotadas.

A **Ouvidoria**, subordinada diretamente à Presidência da Conab, compõe a estrutura de governança da Companhia e teve suas atribuições descritas na pág.18 deste.

### **3.2. Estrutura da Auditoria Interna**

#### **Demonstração de como a auditoria interna está estruturada, como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UJ e descrição sucinta da forma de atuação dessa Área**

Considerando que a Auditoria Interna subordina-se ao Conselho de Administração e administrativamente vincula-se à Presidência, compete ao primeiro aprovar a indicação do seu titular e, ao segundo, designá-lo, conforme disposto nos artigos 20 e 16, inciso XII do Estatuto Social da Conab,

Contando com três gerências subordinadas na Matriz, e com um núcleo regional no Nordeste, com sede em João Pessoa/PB, a auditoria se relaciona, além do Conselho de Administração da Conab, com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR nº 2, de 31.12.2010. Isto porque a unidade está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal,

aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab.

Seu objetivo básico é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos permeia todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos, para o cumprimento das competências regimentais que lhes são afetas, conforme anteriormente citado.

Para tal, conta com uma equipe composta por 1 chefe, Analista de Finanças e Controle – AFC (cedido pela Controladoria-Geral da União à vista do permissivo do inc. VII do art. 18 da Lei n.º 11.890, de 24 de dezembro de 2008), 3 gerentes de área, 1 coordenador de núcleo, 16 auditores internos (11 lotados na Matriz e 5 lotados no Núcleo de Auditoria Interna do Nordeste - Nuaud/NE), cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, direito e agronomia.

O aprimoramento da governança corporativa implica o fortalecimento da Auditoria Interna, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010. Nesse sentido, foi proposto por meio da Nota Técnica, em 2012, a reestruturação da Auditoria Interna, contemplando a criação dos núcleos regionais, a recomposição do quadro de auditores, a criação segregada da carreira de auditor e a alteração da estrutura orgânica na Matriz, com a criação de uma área de avaliação de natureza operacional e a consequente transferência da área de riscos para outra unidade da Companhia.

Das demandas apresentadas na referida Nota Técnica foram parcialmente implementadas, em 2013: o núcleo de auditoria interna do Nordeste; a contratação de 5 (cinco) auditores internos por meio de concurso público para compor a equipe do citado núcleo; a alteração na estrutura orgânica com a criação e transferência das áreas mencionadas.

Como já abordado, as atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, e os procedimentos de relatoria e acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital, por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados por completo e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e on-line, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Em face desses benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) que solicitaram a cessão do SIAUDI para uso interno.

Em razão da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo final de desenvolvimento na Conab um novo SIAUDI, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos (cinco), que se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Não obstante os avanços alcançados em 2013, a Auditoria Interna continuará envidando esforços para a recomposição do quadro de auditores internos, inclusive para que os demais núcleos sejam implementados (sendo necessária a realização de novo concurso público) e a implementação da carreira de auditor interno, fundamental para a retenção dos técnicos na área.

### 3.3. Política e práticas de Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselhos

**Informações sobre a política e as práticas de remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração, do conselho fiscal e dos comitês, contemplando a base normativa, demonstração gerencial da remuneração fixa e variável de cada instância conforme orientações da Portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa**

A remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal tem como base normativa o Ofício n.º 434/DEST-MP, de 14/5/2010, em observância ao Decreto n.º 7.063, de 13/1/2010, e os elementos de remuneração são os honorários, a gratificação natalina e a gratificação de férias (1/3) e, no caso dos conselheiros somente o Jeton. A proporção de cada elemento, na remuneração total, corresponde a 100% para os honorários e a 100% para os jetons.

A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração é a aprovada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST e o Reajuste é calculado com base no IPCA do período de abril a março, sendo que a composição da remuneração segue orientações daquele Departamento.

**Quadro 3.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal**

<b>Conselho de Administração</b>			
<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (em R\$)</b>
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Total</b>
Fontelles, J.G.	05/04/13		30.185
Santos, R. R.	05/03/12		30.185
Rocha, C.T.D.	05/09/12		30.185
Geller, N.	25/09/13		10.220
Buccar, A.O.	01/09/13		10.220
Vaz, J. C.	05/09/11	04/04/13	9.745
Carboni, C.	13/10/11	24/09/13	19.965
<b>Conselho Fiscal</b>			
<b>Nome do Conselheiro (T/S)</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (em R\$)</b>
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Total</b>
Teixeira, M.R.V.	25/05/13		30.185
Lima, L. A.A.	02/12/13		2.555
Rocha, P. R.	08/08/13		12.775
Carvalho, R.L.	11/06/12	30/06/13	17.410
Silva Filho, G.P.	10/01/12	07/11/13	17.410

Fonte: Presi/Gabin e Digep/Sudep

## Quadro 3.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Colegiada			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
<b>Número de membros:</b>	5	5	5
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	1.850.923,61	1.737.482,81	1.611.804,31
<i>a) salário ou pró-labore</i>	1.745.010,46	1.629.290,55	1.484.856,60
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	105.913,15	108.192,26	126.947,71
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	,00	,00	,00
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	1.850.923,61	1.737.482,81	1.611.804,31
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>			

Fonte: Presi/Gabin e Digep/Sudep

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
<b>Número de membros:</b>	6	6	6
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	,00	,00	,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>			
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	182.031,00	167.734,17	180.518,94
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	182.031,00	167.734,17	180.518,94
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	182.031,00	167.734,17	180.518,94
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>			

Fonte: Presi/Gabin e Digep/Sudep

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
<b>Número de membros:</b>	3	3	3
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	,00	,00	,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>			
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	102.658,98	90.092,07	90.259,47
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	102.658,98	90.092,07	90.259,47
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	102.658,98	90.092,07	90.259,47
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>			

Fonte: Presi/Gabin e Digepl/Sudep

### 3.4. Alçadas decisórias em Atos ou Contratos

**Informações sobre as alçadas decisórias relacionadas à aprovação de ato ou contrato, indicando a data e o número da ata do conselho de administração que define os parâmetros e as delegações de competência do conselho de administração para a diretoria executiva ou outras instâncias**

Ao Conselho de Administração compete aprovar normas gerais sobre a realização de convênios, contratos, acordos e ajustes.

Contudo, à Diretoria Colegiada, de acordo com o estabelecido no Art. 16 inciso V, do Estatuto Social, compete realizar contratos, mediante parâmetros estabelecidos por meio da resolução 013, consoante decisão da 977.<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 21/12/2010, a qual estabelece as competências concernentes a licitações e contratos no âmbito da Conab.

### 3.5. Parecer da Auditoria Interna

**Parecer da unidade de auditoria interna conforme disposto no Decreto Federal nº 3.591/2000, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade**

**a) se há e como ocorre a avaliação dos controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios contábeis e financeiros**

**b) de qual instância da Administração é a responsabilidade pela instituição e manutenção de uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para a elaboração das demonstrações financeiras e para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos**

**c) quais práticas, método ou padrão de avaliação dos controles internos são adotados pela entidade**

**d) se há e como são feitos a avaliação e o ateste periódicos da eficácia dos controles internos pela Alta Administração**

**e) síntese das conclusões da auditoria independente sobre a qualidade dos controles internos;**

**f) a forma de comunicação sistemática à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados assumidos pela gerência ao não implementar as recomendações da Auditoria Interna**

**g) a forma em que ocorre a certificação de que a alta gerência toma conhecimento e aceita os riscos pela não implementação das recomendações feitas pela auditoria interna**

As informações demandadas nesse item foram atendidas no Parecer da Audin, o qual encontra-se no **Anexo II**, pág.144.

### 3.6. Controles Internos

**Informações sobre qualidade e suficiência dos controles internos da companhia, de acordo com quadro específico da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa, considerando os seguintes elementos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento**

**Quadro 3.3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b>					

### 3.7. Estrutura e Sistema de Correição

#### Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da companhia

**a) a base normativa aplicável; b) demonstração de forma sucinta e gerencial da atuação na apuração dos ilícitos administrativos cometidos por funcionários ou colaboradores; c) informações sobre o cumprimento, pela instância de correição da companhia, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União–CGU.**

A Conab conta com uma unidade específica de correição vinculada diretamente à Presidência da Companhia e que integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. A atuação da Corregedoria se pauta no Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, o qual foi regulamentado pelo Art. 2º da Portaria CGU n.º 335, de 30 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 31/05/06 e alterada pela Portaria CGU n.º 1.099, de 06/08/07, publicada no Diário Oficial da União de 07/08/07.

No âmbito organizacional os Processos Internos de Apuração-PIA são regulamentados pela norma NOC 10401 podendo, em casos omissos, ser utilizada a Lei 8.112/90.

Como integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal cabe a essa

unidade cumprir com as atribuições e competências estabelecidas no artigo 17 do Regimento Interno da Conab, atividades essas relacionadas à prevenção e apuração de atos ou fatos irregulares que envolvam direta ou indiretamente empregados da Companhia por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais de apuração de responsabilidades.

As informações relativas aos processos instaurados no âmbito da Conab são atualizadas e encaminhadas mensalmente à CGU, conforme formulário requerido pela Unidade de Correição Setorial da CGU/MAPA e, trimestralmente, à Auditoria Interna da Companhia, por solicitação do Conselho Fiscal da Conab, contendo relatório com informações relativas aos Processos Internos de Apuração até a sua conclusão.

Visando ao aprimoramento de suas atribuições essa unidade está providenciando treinamento junto à CGU e adotando medidas pertinentes objetivando a adesão da Companhia ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU/PAD.

### **3.8. Auditoria Independente**

**Informações sobre a empresa de auditoria independente ou auditor independente, contemplando: a) identificação da empresa ou do auditor independente; b) os critérios para contratação; c) a identificação de outros serviços prestados pela empresa ou por auditor independente, à Companhia, que não sejam relacionados à atividade de auditoria externa; d) o montante total de remuneração da empresa de auditoria ou dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados.**

Para auditar as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2013 foi contratada a empresa de auditoria Maciel & Auditores, cuja contratação se deu por meio do Pregão Eletrônico 002/2014 - Processo Conab 21200.001426/2013-27, tendo a Maciel & Auditores apresentado atestados de prestação de serviços para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

A contratação foi efetuada pelo montante de R\$37.899,00 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais), e o Parecer dessa auditoria independente foi emitido em 28/03/14.

### **3.9. Indicadores de Desempenho**

**Informações sobre indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos, contextualizando, inclusive, as superintendências regionais**

A Conab não possui estes indicadores ainda, mesmo porque a área envolvida nesse monitoramento/apuração foi recém-criada.

## 4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 4.1. Planejamento Estratégico

#### Informações sobre o planejamento estratégico da companhia

a)estágio de implantação; b)identificação dos principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade (Sustentação de Renda, Promoção do Abastecimento; Articulação e Organização do Abastecimento; Atendimento a Parceiros; Prestação de Serviços; Administração de estoques públicos, Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos); c)descrição do mapa estratégico, identificando os objetivos estratégicos e os resultados da gestão esperados na vigência do plano estratégico; d)os métodos e formas de aferição das metas e resultados dos objetivos estratégicos e das iniciativas; e)alinhamento com o Plano Plurianual do Governo, identificando a participação em programas temáticos, objetivos e iniciativas do PPA; f)alinhamento com o plano estratégico do ministério supervisor

Devido à descontinuidade no processo de planejamento e por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU n.º 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Conab sobre a necessidade de retomada do planejamento em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foram criados grupos de trabalhos em 2011 e também em 2012, com a finalidade de retomar as atividades do Planejamento Estratégico.

Tendo em vista as premissas, princípios e principalmente a aderência ao contexto da Companhia, a Diretoria Colegiada tomou a decisão de retomar o planejamento a partir das estratégias definidas no Mapa Estratégico Corporativo existente. O grupo criado no exercício de 2012 foi encarregado, por meio da CI PRESI nº097/12, de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas e as iniciativas, visando o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Como resultado desse trabalho foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico, conforme figura constante do **Anexo III**, pág. **159**.

Embora os indicadores tenham passado pelo crivo das áreas envolvidas, e também da Direção, não chegaram a ser apurados, por dependerem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada e dependente de aprimoramento a ser efetuado oportunamente.

O passo seguinte, conforme sugestão do grupo de trabalho antecedente e opção da Presidência, seria a contratação, em 2013, de empresa especializada para a implantação e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas, projetos e operações para a Conab, visando alcançar os objetivos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

Modernização organizacional esteve na pauta de discussões durante o exercício de 2013, tendo como propósito incorporar o pensamento e ação estratégica como cultura da empresa e também profissionalizar a gestão interna, mediante o desenvolvimento do espírito de organização. Isto envolveu, naturalmente, diversas adequações de ordem estrutural e um maior gerenciamento das informações, sustentado na eficiência do controle interno e na identificação e mitigação dos riscos.

A discussão também recaiu na disseminação e consolidação de uma visão estratégica voltada a dirigentes e dirigidos. Nesse sentido, a direção elegeu como prioridade a retomada do planejamento estratégico, tático e operacional, focado na objetividade, instrumentalização,

integração, unidade, flexibilidade e capacitação.

Para tal, faz-se necessária a implantação de ações estruturantes que possam contar com a participação de todos os colaboradores, sendo que a intensificação dos programas de treinamento e capacitação são fundamentais nesse processo.

Nesse sentido, a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade o Voto 021, em julho de 2013, que autoriza a continuidade do processo de contratação de empresa de consultoria especializada, para implantação e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas, projetos e operações. O objetivo dessa unidade é aperfeiçoar os mecanismos estruturais de gestão da Conab.

O processo passou pela CPL (Comissão Permanente de Licitação), para elaboração do edital, foi chancelado pela área jurídica, e encaminhado à área financeira, a qual deverá manifestar-se sobre a disponibilidade de recursos financeiros para suportar a contratação.

O Plano de trabalho para a unidade de apoio acima citada destaca cinco blocos de ações, com direcionamentos para:

- Reativação do Planejamento Estratégico,
- Gerenciamento de Projetos,
- Gestão de Processos,
- Gestão de Pessoal e
- Estrutura Organizacional.

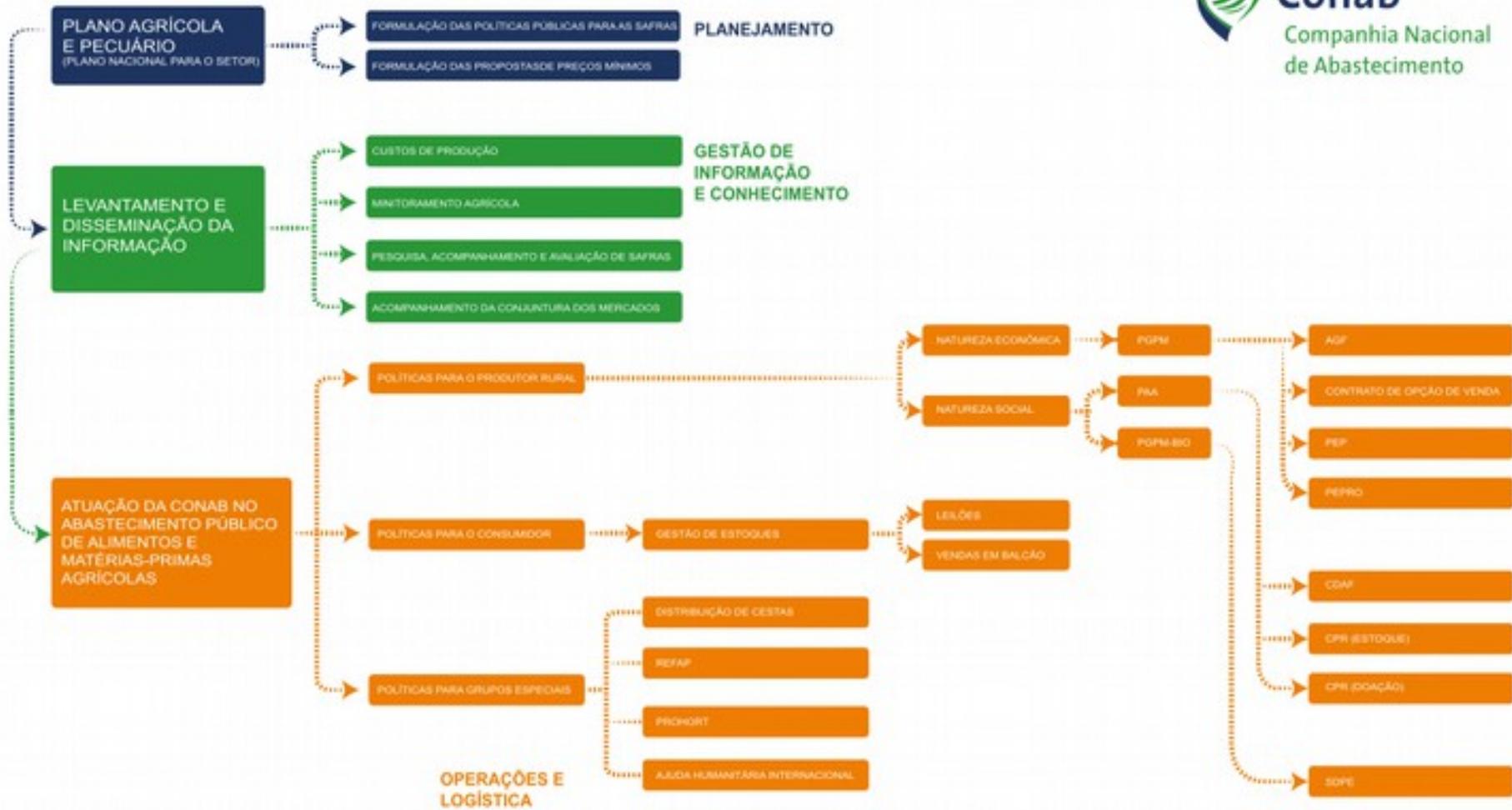
Com esse projeto, busca-se a profissionalização da gestão da Conab e a blindagem da empresa a ações internas e externas que possam criar riscos ao cumprimento de sua missão.

A Conab deve assumir seu papel de empresa de grande porte e com múltiplas funções, que cumpra a nobre missão de cuidar do abastecimento público. Claramente, a Conab já deu passos iniciais para um movimento interno de mudanças, e a fase seguinte é contratar suporte especializado para auxiliar no processo.

O apoio de consultores profissionais tornará mais fácil a consecução da principal prioridade estratégica da Conab, que pode ser resumida como a construção de uma empresa moderna e integrada, dinâmica e inovadora, capaz de dar respostas rápidas e eficazes às demandas da sociedade e ser reconhecida como empresa de primeira linha, além de ter autonomia de ação.

Esta preocupação se justifica quando leva-se em conta a multiplicidade e dimensão das atividades que a Companhia deve cumprir na condução das políticas oficiais voltadas ao abastecimento público de alimentos e matérias-primas agrícolas, conforme pode ser observado no diagrama a seguir disposto.

Figura nº 4.1 - Diagrama de funcionamento das atividades da Conab na condução das políticas de abastecimento público



## 4.2. Plano de Atuação das Superintendências Regionais

### **Demonstração, de forma sucinta, sobre o plano de atuação das superintendências regionais em relação aos objetivos definidos no plano estratégico da companhia**

**a) forma de vinculação do plano de atuação das superintendências com o plano estratégico da companhia; b) estágio de implantação dos planos das superintendências; c) principais resultados estratégicos previstos de curto, médio e longo prazo; d) métodos e formas de aferição dos resultados pactuados com a sede da companhia; e) desempenho das regionais e a forma de atuação da sede da companhia em relação às superintendências com baixo desempenho.**

A Conab possui 27 unidades regionais instaladas nas capitais de todas as unidades da federação. Atualmente, por força de uma decisão tomada em 1999, elas são classificadas em dois tipos (Tipo I e Tipo II). As onze unidades classificadas como tipo I, têm uma estrutura organizacional composta por um Superintendente, um Assistente, três Gerências de Área, uma Gerência Jurídica e nove Setores. As demais, classificadas como tipo II, dispõem de uma estrutura organizacional composta por um Superintendente, um Assistente, duas Gerências de Área, uma Gerência Jurídica e cinco Setores. Ademais dessa estrutura na sede das unidades, quase todas devem se encarregar também de gerir, com o apoio dos gerentes locais, as unidades armazenadoras de sua jurisdição.

O desenho da atual estrutura das unidades regionais tem como fundamento reproduzir a estrutura funcional da Matriz. Por esse motivo, cada área interna tende a ter um vínculo direto com a diretoria e superintendências correlatas no âmbito da Matriz. Esse modelo de estrutura acaba estabelecendo um tipo de gestão compartimentalizada, onde as áreas das unidades regionais tornam-se o agente de execução das decisões que emanam do centro decisório sem que, necessariamente, haja uma discussão de metas a realizar e envolvimento das unidades locais além da parte estritamente operacional.

Essa maneira de atuar está associada a fatores como: a deficiência, em número e qualificação, do quadro de funcionários das unidades regionais; o número de programas e operações que as mesmas devem se envolver; e também na cristalização de uma tradição que, dentro das limitações impostas, tem sido bem sucedida.

Do ponto de vista de sua atuação cotidiana, o momento e a duração da intervenção variam de acordo com os tipos de programas que devem ser implementados e das demandas e necessidades regionais e locais. Por esse motivo, a intensidade e o volume das operações desenvolvidas pela Conab em cada estado variam enormemente de acordo com fatores locais, e requerem estruturas organizacionais diferenciadas e adequadas a essas necessidades. E, como regra geral, os estados que concentram a produção agropecuária são aqueles que mais demandam os serviços da Conab.

Para alterar esse comportamento, a Conab decidiu colocar em prática três medidas:

- 1) autorizar a contratação de 400 novos funcionários para serem lotados nas unidades regionais, sendo que a formação e a qualificação dos futuros contratados foi estabelecida de acordo com as necessidades de cada uma delas;
- 2) elaborar um estudo das atividades finalísticas das unidades para balizar a redefinição de sua estrutura organizacional de acordo com a intensidade e esforço exigido das mesmas pelos programas executados localmente, dentro das atribuições institucionais da empresa. Este estudo foi iniciado em outubro de 2013 e gerou uma proposta de ajuste que está sendo discutida com a

Diretoria Colegiada e com os Superintendentes Regionais;

3) incluir na nova estrutura áreas específicas que tenham como atribuições cuidar da interlocução com a Matriz, da conformidade dos programas executados e da avaliação de seu desempenho.

Com a implantação desses procedimentos será possível estabelecer e monitorar, com mais clareza, as metas a serem atingidas no âmbito da Companhia.

#### 4.3. Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA

**Demonstração dos resultados da atuação da Companhia em relação às metas físicas e financeiras das ações de sua responsabilidade na Lei Orçamentária Anual (LOA) contemplando as justificativas para as disparidades relevantes entre as metas planejadas e as executadas e suas causas.**

**Quadro 4.1 - Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
2014 (MAPA)	0350 (Conab)	20Y7	0113 2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido	4.152.000	646.574	2.100.000.000,00	1.073.895.759,29	
			0119 2137 - Fiscalização dos Estoques	Fisc realizada	3.300	4.408	2.000.000,00	1.564.945,71	
			0031 - Desenv Abast Agroal/MG	Cadeia mantida	1	0	1.000.000,00	0,00	
			<b>0001 - Desenv Abast Agroal/Nac</b>	<b>Cadeia mantida</b>	-	-	<b>7.920.000,00</b>	<b>2.282.259,75</b>	
			PO1 - Recup Rede Própria	Unid Modernizada	60	59	5.080.000,00	812.448,48	
			PO2 - Estudo das Perdas	Estudo realizado	1	0	240.000,00	0,00	
			PO3 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	5.000	2.707	600.000,00	337.286,02	
			PO4 - Pesquisa de Safra	Pesq realizada	12	12	1.500.000,00	1.056.451,37	
2069 (MDS)	0613	02DY	PO5 - Geração de Informações	Inform disponib	5.500	6.676	500.000,00	76.073,88	
			<b>20TB - Abast Móvel Fluvial</b>	<b>Unid instalada</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>17.880.000,00</b>	<b>0,00</b>	
			PO1 - Adequação das UAs	Unid instalada			9.880.000,00	0,00	
2012 (MDA)	0411	01BB	PO2 - Manut do Serv Móvel	Unid instalada	4	0	8.000.000,00	0,00	
			20GI - Formação Estoques AF	Prod Adquirido	535.000	1.010	200.000.000,00	90.611,20	
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	558.784.241,00	555.358.115,56	
			0110 - Previdência Privada	Não tem	Não tem	Não tem	33.447.001,00	31.534.035,91	
			<b>2000 - Administração da Unidade</b>	<b>Não tem</b>	-	-	<b>110.380.000,00</b>	<b>93.274.681,74</b>	
			PO1 - Gestão Abast Agroalim	Não tem	Não tem	Não tem	109.730.000,00	92.817.318,73	
			PO2 - Capacitação de Servids	Servidor capac	500	6.557	650.000,00	457.363,01	
			<b>2004 - Assistência Médica</b>	<b>Pessoa benef</b>	-	-	<b>29.080.416,00</b>	<b>28.689.428,99</b>	
			PO1 - Assist Médica	Pessoa benef	15.464	12.684	28.200.000,00	27.809.443,84	
			PO2 - Exames Pediódicos	Servidor benef	3.607	2.889	880.416,00	879.985,15	
			2010 - Assistência Pré-Escolar	Criança atendida	955	1.055	4.174.000,00	4.115.363,64	
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	3.547	4.318	8.712.444,00	8.383.392,70	
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	4.509	4.551	31.050.000,00	31.034.814,48	
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	002F - Cumprimento de Débitos	Não tem	Não tem	Não tem	48.334,00	47.858,88	
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	44.387.238,00	44.345.960,03	
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	6.000.000,00	5.906.970,20	
			<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		
			<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Proces</b>	<b>Valores Pagos</b>
			2.956.372.634,00	3.154.863.674,00	1.994.447.641,85	1.880.524.198,08	406.822,82	1.324.095,91	

fonte: Presi/Suorg/Geple

A Ação **2130 - Formação de Estoques Públicos** inclui os produtos adquiridos nas modalidades de AGF e Contrato de Opção. Apresentou baixa execução física e financeira porque os preços se apresentaram equilibrados não necessitando da intervenção do governo.

Na Ação **2137 - Fiscalização dos Estoques** a execução física superou a meta. Devido ao baixo volume dos estoques públicos a Conab diminuiu as equipes de fiscalização e também o tempo

gasto para realizar a operação, resultando em um dispêndio de 78,25% da meta contida na LOA-2013.

A Ação **0031 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar - Minas Gerais** trata-se de uma Emenda Parlamentar tendo como meta a construção de uma unidade armazenadora em Ponte Nova/MG. A obra já está contemplada no Plano Nacional de Armazenagem e, apesar dos esforços da Companhia, não houve alocação de recursos financeiros para a Ação no período.

Já a Ação **Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar - Nacional**, inclui 5 Planos Orçamentários. As devidas justificativas serão apresentadas em separado, como segue:

- No **PO1 - Recuperação da Rede Própria** a execução orçamentária ficou prejudicada com os cortes de limites para movimentação e empenho do Decreto 8.062 de 29 de julho de 2013 e da Portaria MPOG 268 de 30 de julho de 2013. Já a execução física não sofreu interferências porque muitas obras realizadas visaram apenas a manutenção das estruturas.
- A parceria entre a Conab e o CNPQ no **PO2 - Estudo das Perdas** resultou na minuta do Termo de Cooperação Técnica, que já foi chancelado pela Companhia; entretanto, os ajustes relativos aos novos limites de movimentação e empenho inviabilizaram a assinatura do Termo e conseqüente execução do estudo.
- As execuções física e orçamentária do **PO3 - Cadastro de Armazéns** ficaram prejudicadas em decorrência da indisponibilidade de limite de movimentação e empenho para liquidar as obrigações de custeio, o que inviabilizou os gastos com diárias, passagens e locomoção, consideradas as principais despesas do PO.
- O **PO4 - Pesquisa de Safras** apresentou execuções física e orçamentária dentro do esperado.
- Apesar da meta física ter sido superada no **PO5 - Geração e Difusão de Informações**, ações como o desenvolvimento do Projeto do Observatório Agrícola e treinamento da nova metodologia de pesquisa de preços, não se concretizaram devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, o que também resultou na baixa execução orçamentária.

A Ação **20TB - Abastecimento Móvel Fluvial** foi inserida no PPA-2012 não havendo execução física e orçamentária até 2013. No período foi concluído o Projeto Básico Preliminar de Construção das Embarcações, submetido à Conab e aprovado, aguardando autorização para licitação visando a construção das embarcações.

Já na Ação **20GI - Formação de Estoques da Agricultura Familiar**, os técnicos da Conab elaboraram o Manual de Operações sendo que a operação pioneira de aquisição de produtos teve seu início em outubro, justificando a baixa execução física e orçamentária.

As Ações **00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo** e **0110 - Contribuição à Previdência Privada** não possuem meta física. Quanto ao aspecto financeiro, a execução das despesas ficou próxima à meta. Estas Ações receberam suplementações orçamentárias no período: a Ação 00H1, suplementação de R\$132.162.685,00 e a 0110 suplementação de R\$1.400.000,00.

A Ação **2000 - Administração da Unidade** inclui 2 Planos Orçamentários: o **PO1 - Gestão do Abastecimento Agroalimentar** registrou no período várias alterações no orçamento, envolvendo suplementações, cancelamentos e remanejamento de recursos, mas a execução financeira ficou próxima da meta. Já o **PO2 - Capacitação de Servidores** apresentou no período meta incompatível com a realidade da Companhia, necessitando de ajustes, o que não ocorreu. Desse modo, a execução física superou a meta em 1.211%. A Ação recebeu um complemento de

R\$150.000,00 no período.

Quanto à Ação **2004 - Assistência Médica**, foram incluídos 2 PO no período: **PO1 - Assistência Médica e Odontológica** e **PO2 - Exames Periódicos**, que apresentaram execuções física e orçamentária próximas do planejado. Esta Ação recebeu suplementação de R\$4.431.117,00.

As Ações **2010 - Assistência Pré-Escolar; 2011 - Auxílio Transporte** e **2012 - Auxílio-Alimentação** apresentaram execução física acima do esperado devido à contratação de concursados no período, indicando que estas Ações necessitarão de revisão na meta para o próximo ano. Todas as Ações receberam suplementação: a 2010 de R\$310.000,00, a 2011 de R\$1.050.000,00 e a 2012 de R\$4.050.000,00.

As Ações **002F - Cumprimento de Débitos; 0022 - Cumprimento de Sentenças e 00H2 - Pagamento de Depósitos Recursais**, também não possuem meta física. As execuções orçamentárias ficaram próximas à meta. A Ação 0022 recebeu R\$35.587.238,00 de suplementação.

## 5. ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

### 5.1. Sustentação de Renda

#### 5.1.1. Principais ações ligadas à compra e à subvenção

#### **Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País**

Os produtos abaixo identificados, com as respectivas análises, tiveram preços registrados abaixo do Preço Mínimo, ou apresentaram preços propícios para venda de estoques da Conab, sofrendo assim intervenções em 2013, mediante a implementação de instrumentos como Aquisições do Governo Federal - AGF, Contrato de Opção de Venda - COV, Prêmio Equalizador pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO e Leilões de Venda.

#### **MILHO**

É notório que o produto demandante de maior apoio governamental em 2013 foi o milho.

A safra Norte-Americana de milho, historicamente o maior produtor mundial do grão, sofreu forte redução devido à falta de chuva nas principais áreas de produção deste produto. Esta safra, comercializada em 2012, foi 12,77% menor que a anterior. Esse fato levou os produtores brasileiros a aumentarem a área com o cereal, tomando áreas de alguns outros produtos, especialmente com aumento de área plantada do milho de segunda safra.

O ano de 2012, cujos preços internacionais estavam alavancados, em função da quebra de safra americana, foi um ano de excelentes negócios para os produtores brasileiros, vez que o país bateu o recorde de exportações deste grão. Contudo, na presente safra, os Estados Unidos voltaram à sua tradicional posição de grande produtor, inclusive com a produção recorde de 355,3 milhões de toneladas. Da mesma forma, outros players importantes do mercado internacional se fizeram presentes com volumes maiores ofertados.

Em 2013 os preços do milho começaram a dar sinais de queda, e no mês de julho já se ouvia relatos de preços de mercado abaixo do preço mínimo. É importante ressaltar que a área responsável pelo acompanhamento do mercado e direcionamento dos estoques próprios da empresa já previa a situação de risco de preços gravosamente baixos deste grão, informando, acerca do assunto, em dezembro de 2012 (Ofício Dipai N° 376 de 20/12/2012, encaminhado ao Mapa), inclusive com a proposta de utilização de um contrato de opção.

O **Contrato de Opção** foi realizado em 2013 com um volume de **2.080.404 toneladas**. A opção por este instrumento se deu em face da percepção antecipada da queda dos preços, já que o COV tem por objetivo ser um seguro de preço, que só é exercido se os preços caírem abaixo do Preço Mínimo. Tal instrumento, além de garantir um preço mínimo, tem um efeito “psicológico” no mercado, provocando sua reação, o que pode diminuir ou anular a necessidade de aquisição de estoques pelo Governo. No caso pontuado, o COV apenas atenuou a queda dos preços e houve o exercício de cerca 65% dos contratos.

Dois outros instrumentos, utilizados de forma concomitante ao COV, foram o PEPRO e o AGF. Ambos visam garantir o Preço Mínimo ao produtor no momento da comercialização, sendo

que o **AGF** teve a vantagem adicional de recomposição dos estoques de milho, baixos naquele momento, em **644.979 toneladas**. Já o **PEPRO** induziu a comercialização no montante de **8.861.670 toneladas**.

No total, o Governo Federal apoiou **11.587.017** toneladas do grão no Estado do Mato Grosso, principal foco do preço abaixo do mínimo, sendo que cerca de metade da produção do citado Estado foi apoiada.

O apoio à comercialização, decorrente dos preços muito baixos do segundo semestre de 2013, configuraram duas importantes oportunidades para a Conab: a primeira de retirar produto do mercado, por meio de aquisições (AGF) e Contrato de Opção, auxiliando o produtor rural a não ter seu produto demasiado depreciado em preço; a segunda, consequência da primeira, seria de recompor seus estoques de milho, já tão diminuídos e que anualmente são necessários para o abastecimento do nordeste, além de outras áreas de risco de desabastecimento.

No entanto, o corte na disponibilidade de recursos, efetuado pelo Tesouro Nacional, prejudicou o aproveitamento das oportunidades citadas, principalmente quanto ao AGF. Apesar de a Conab ter orçamento (fruto de planejamento e estudo) para efetuar as aquisições necessárias, o recurso financeiro não foi liberado, provocando a desconfiança do produtor rural, que passou a procurar menos o programa. Como exemplo, no Mato Grosso, produtores chegaram a depositar o produto em armazéns, para entrar com o AGF, após sinalização positiva da Sureg local. No entanto, seu produto não foi comprado pelo Governo Federal por corte repentino de recurso. Neste cenário, tal situação coloca em cheque a confiabilidade da Conab e da própria política agrícola.

## CAFÉ

Em 2013 o café passou por um delicado momento, visto que fatores externos e internos contribuíram para uma situação de preço prejudicial aos produtores. Mesmo em um ano de colheita de safra de bienalidade negativa (produção naturalmente menor) no que contribuiria, em uma análise simplista, para uma elevação de preços, ocorreu uma queda acentuada de preços. Entende-se que esta queda foi promovida principalmente pelo alto estoque final do produto em 2012, estimado em aproximadamente 2 anos de consumo. Tal elevação é explicada pela capitalização dos produtores (devido aos remuneradores preços de 2011), que capitalizados puderam investir e colher uma safra forte em 2012; além disso, com vistas ao barateamento de matéria-prima, as indústrias passaram a aumentar o percentual de café robusta nas misturas, concorrendo para a menor demanda de arábica e, consequentemente, aumento dos estoques.

A citada conjuntura levou à necessidade de intervenção governamental, em 2013, sob a forma de **Contrato de Opção**, no montante de **3 milhões de sacas**. A escolha pela utilização do citado instrumento foi em decorrência, mais uma vez, da perspectiva de queda acentuada dos preços em uma época em que estes ainda estavam acima do mínimo, inviabilizando a possibilidade de AGF, ou subvenções. Os contratos não chegaram a ser exercidos no ano de 2013, tendo em vista que o período de entrega foi aprazado para o 1º semestre de 2014.

## LARANJA

O consumo mundial de suco de laranja apresentou taxas negativas de crescimento de 2008/09 até 2011/12, o que resultou em acúmulo de estoques que, no período, cresceram 24%, causando pressão baixista nos preços.

No mercado interno os preços apresentaram-se em patamares baixos por vários motivos, com dois fatores se destacando nesse cenário: 1) os pomares das indústrias e dos grandes produtores

que mantêm contratos de entrega usam alta tecnologia na produção, obtendo, assim, alto rendimento, chegando ao dobro dos pequenos e médios produtores. Desta maneira, seus custos de produção tendem a ser menores, possibilitando que comercializem esta produção a preços mais baixos, balizando o mercado. Paralelamente a essa situação vem acontecendo um intenso processo de verticalização na produção de suco de laranja, ou seja, o oligopólio do suco de laranja já tem grande parte da sua necessidade produzida em pomares próprios; 2) parte expressiva da safra de laranja brasileira é exportada na forma de suco, mas nos últimos anos os exportadores nacionais enfrentaram problemas de restrição comercial pelos Estados Unidos, o principal importador mundial, pela proibição do uso de pesticidas Carbedazin, proibido pela *Food and Drug Administration* – FDA, mas utilizado no Brasil. A não aceitação do produto brasileiro, diante de uma grande produção no Brasil, provocou pressão baixista de preços.

Para apoiar o produtor rural o Mapa lançou, em 2013, o **PEPRO** para a laranja, que chegou a operar o quantitativo de **4.458 mil caixas**.

## UVA

O mercado de vinhos no Brasil tem apresentado crescimento nos últimos anos, porém este aumento se deu prioritariamente para o vinho importado, principalmente da Argentina e Chile, visto que a comercialização dos vinhos nacionais apresentou recuo e o volume importado cresceu significativamente no período de 2009 a 2012, ocupando espaço do vinho nacional. Essa assimetria se deu em especial pela entrada de vinhos de outros países com preços baixos, creditados aos seguintes fatores: maior experiência e tradição, conseqüentemente uma preferência de compra pelo consumidor; no cultivo, boas condições edafoclimáticas; política de incentivos por parte dos governos de outros países produtores; e alíquotas de importação dos países do Mercosul zeradas. Somando-se a isto ocorrem as vantagens encontradas pelos países do Mercosul na comercialização com o Brasil e, em especial, o Acordo com o Chile que zerou as alíquotas de importação a partir de 2011.

Neste sentido, ao se comparar os dados de comercialização de vinhos relativos ao ano de 2012 com os de 2011 observa-se uma queda de 10,7% no volume de venda de vinhos de mesa que passou de 230,0 milhões de litros no ciclo anterior para 205,4 milhões de litros em 2012. Os vinhos viníferas também apresentaram queda (4%) em relação ao mesmo período analisado. Enquanto isso os vinhos espumantes registraram um expressivo aumento de aproximadamente 12%.

A demanda por subprodutos brasileiros da uva, e o principal deles é o vinho, sofreu redução, provocando o acúmulo de estoques e, conseqüentemente, baixando o valor do produto no varejo e depreciando o preço recebido pelo produtor da uva. Este quadro levou a Cadeia da Uva a solicitar ações de PEP (Prêmio Para Escoamento da Produção), para apoiar a safra, visto que este instrumento subsidia a indústria para que esta venha a garantir o pagamento do Preço Mínimo ao produtor. Porém, como o PEP passava por um processo de reestruturação, estando suspenso no período, decidiu-se operar o PEPRO, o qual não surtiu o efeito desejado, pois não há comercialização de uva vinífera sem a indústria e o PEPRO apresenta o prêmio (incentivo) diretamente ao produtor, enquanto o PEP, que seria o instrumento mais indicado, é direcionado à indústria; contudo, ambos garantem o Preço Mínimo ao produtor. Foram ofertadas 66.560 ton de uva e negociadas 25.406 ton. do produto, representando somente 38% do quantitativo ofertado por meio desse instrumento.

## ARROZ

Ao longo da safra 2012/13, observou-se estabilidade nos preços por volta dos R\$33,00 a

saca de 50/kg. Esse comportamento foi resultado da retenção da oferta de grandes produtores em busca de preços mais atrativos na entressafra e do estabelecimento de um preço de liberação de estoques, o que igualou as expectativas do mercado frente às intervenções governamentais. Com a proximidade do período de colheita e a baixa oferta do produto, e com a desvalorização do Real diante do Dólar e o consequente alto volume de contratos de exportações firmados, os preços do arroz avançaram e atingiram o patamar dos R\$ 35,00. Diante deste cenário, o Governo Federal interveio no mercado por meio de **leilões de venda** de arroz, num total de **228.962 toneladas**.

As atuações mais intensas ocorreram em dezembro de 2013, quando foram leiloadas 106,6 mil toneladas de arroz em casca, e o restante no início de 2014, o que estabilizou e evitou uma disparada nos preços no Estado do RS.

## FEIJÃO

A partir de novembro/12, os preços praticados no mercado continuaram numa trajetória de alta, provocados pela expressiva redução da produção da 1ª safra - 2012/13, ou seja, cerca de 21,9% ou menos 372,2mil toneladas. Todos os principais estados produtores indicaram plantios de áreas menores que as cultivadas anteriormente, em função da competição estabelecida por outras culturas, como a soja e o milho.

A segunda safra registrou praticamente a manutenção da área plantada na Região Centro-Sul do país e acentuada retração no nordeste brasileiro, em função de problemas de ordem climática (seca), pelo segundo ano consecutivo. Em Minas Gerais os atrativos preços de mercado não foram suficientes para estimular o crescimento da área em virtude da forte incidência da mosca branca que praticamente inviabilizou o plantio em diversas áreas do noroeste daquele estado. Apesar da queda de área, houve melhoria na produtividade, redundando num ganho de 42 mil toneladas em comparação à safra passada.

Na 3ª e última safra, constatou-se um ligeiro aumento na área e na produção, resultando em um volume de produção de 142,0 mil toneladas acima da colheita registrada em 2012.

A produção brasileira comercializada em 2013 (1ª, 2ª e 3ª safras) ficou estabelecida em 2.832,0 mil toneladas, sendo 3,0% inferior à colhida na safra anterior, ou menos 86,4 mil toneladas, se caracterizando como a menor das últimas quatorze safras.

O pacote de 1 kg do carioquinha tipo 1, começou o ano safra (novembro/12), cotado, em média a R\$4,00. Com o mercado pouco ofertado, os preços subiram gradativamente, atingindo o ápice em maio, quando superou a cifra de R\$ 7,00/kg, passando a ser considerado um dos vilões da cesta básica. Essa brusca elevação de preço impactou o consumo interno, desestimulando ainda mais a compra deste produto de fundamental importância na dieta do brasileiro. Posteriormente, os preços seguiram em trajetória oposta, chegando em dezembro a R\$ 4,00/kg.

A conjuntura acima, que provocou considerável alta de preço do feijão, conduziu à **venda de 7.764 toneladas** de feijão no Estado do Paraná.

## TRIGO

A **venda de 488.169 toneladas** dos estoques da Conab do Estado do Paraná foi circunstanciada pela oferta curta em que a Argentina teve produção restrita a 13,2 milhões de toneladas, caindo para 8,2 milhões em 2012/13 e o Brasil com pouco mais de 4,0 milhões de toneladas nesse período.

Dessa forma, os preços internos subiram aceleradamente tanto no Paraná como no Rio

Grande do Sul com reflexos no custo operacional da indústria moageira e elevação dos preços das farinhas produzidas.

### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

As intervenções nos mercados dos produtos amparados pela PGPM são motivadas por fatores conjunturais característicos de cada safra. Como os principais produtos alimentares e matérias-primas agrícolas fazem parte da lista daqueles produtos, a necessidade, o momento, a intensidade da ação oficial deve ser estabelecida a cada safra. Deve ser observado que os preços oficiais oferecidos são fixados, por decreto presidencial, junto com as demais regras de apoio ao produtor rural (como crédito rural), em período que antecede o início do plantio da safra de forma a auxiliar o mesmo em sua decisão sobre a área e o produto a ser cultivado.

Para balizar estas decisões a Conab faz um acompanhamento sistemático do funcionamento dos mercados, acumulando informações de dimensão das safras no Brasil e nos países concorrentes, do ritmo das colheitas e preparação do produto, do comportamento dos custos de produção, dos níveis de preços de safra e entressafra e, principalmente, da conjuntura dos mercados e as perspectivas de comercialização e abastecimento. Todas estas informações são sistematicamente divulgadas para conhecimento público.

A decisão sobre quais dos instrumentos disponíveis devam ser utilizados, bem como os complementos de sua ativação - que incluem as classes de produtores beneficiárias, as unidades da federação, as metas, o volume e o fluxo dos recursos disponibilizados e o período - é tomada por várias instâncias e níveis de autoridade do governo federal, que incluem além da Conab, representantes do MAPA, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional. A implementação física e financeira das operações são de responsabilidade exclusiva da Conab.

No que se refere ao tipo de instrumento a ser usado devem ser levados em conta os objetivos e as características de cada um deles:

AGF – a aquisição direta é o instrumento natural a ser utilizado quando os excedentes da produção de uma determinada safra não tiverem outra destinação viável e, se não forem retirados de circulação, impedem uma reação nos preços. Essas aquisições diretas também representam a melhor alternativa quando, além da sustentação de preços, se busca também a recomposição dos estoques públicos. Quando os excedentes são retirados da comercialização privada torna-se possível modular o comportamento dos preços de mercado de acordo com os objetivos da política oficial. Sua implementação normalmente ocorre no período mais forte da colheita dos produtos amparados.

Contrato de Opção – este instrumento oferece uma opção de comércio para os produtores num momento futuro, com preços previamente estabelecidos. Os interessados pagam um prêmio para terem o direito de fazer a venda de seu produto ao programa oficial pelo valor de liquidação, se for de seu interesse. Este instrumento deve ser ativado quando as condições de mercado indicarem que faz sentido apostar no comportamento altista dos preços, na entressafra. Se houver a reação de alta esperada os proprietários do contrato perdem o valor do prêmio pago, mas ganham com os preços mais remuneradores. Se não houver a reação ele exerce seu direito de entrega e recebe o preço pactuado. Este instrumento é interessante na medida em que adia as aquisições para um período fora do pico da colheita, cria a oportunidade de uma ação efetiva de sustentação de preços, pois esta parcela da produção tenderá a ficar fora do comércio regular até o prazo de vencimento e pode, se as circunstâncias assim indicarem, dispensar a formação de estoques públicos.

PEP/PEPRO – estes instrumentos funcionam como se as aquisições oficiais dos produtores fossem simultaneamente vendidas cabendo à política oficial assumir o ônus da diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda. Na prática, esta diferença aparece como uma subvenção econômica paga aos produtores, diretamente (PEPRO) ou através de intermediários (PEP). Esta operação, em geral, está associada a um compromisso de entrega do produto num destino determinado pelo programa. Esta opção atende tanto ao interesse de sustentação da renda dos participantes quanto ao abastecimento público do destino escolhido. Como este instrumento nunca resulta em formação de estoques públicos, e mantém a produção em mãos da iniciativa privada, tem sido utilizado com bastante frequência pelas autoridades responsáveis. É preciso observar, porém, que ele deve ser utilizado com cuidado pois tem um efeito colateral importante: no período de sua ação os compradores tendem a ignorar os produtores que não conseguem participar do programa que, por sua vez, deixam de ter clientes ou têm que vender por um preço muito baixo, invertendo o resultado da política de sustentação de preços.

Em termos da escolha de qual instrumento de sustentação de preços utilizar existe uma longa tradição já estabelecida entre os técnicos do governo federal que cuidam desta matéria. Convém lembrar que a decisão tomada sempre leva em conta fatores como a disponibilidade orçamentária e financeira do Tesouro Nacional e o fato que a formação de estoques públicos implica em elevados gastos de administração dos mesmos.

### **5.1.2. Análise dos Programas de Sustentação de Renda**

#### **a) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

**Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** aquisição de produtos efetuada diretamente de agricultores familiares ou de associação de agricultores, realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência.

**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CDS:** modalidade na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção ao governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, creches, escolas, asilos, abrigos, etc.

**Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar:** possibilita às organizações da agricultura familiar obterem recursos para a aquisição de produtos da safra vigente e próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado.

#### **Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada modalidade e em cada estado da federação**

**Quadro 5.1 - Aquisições por meio da CDAF (MDS)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	AM	1	Pescado	102	170	255.174,00
MDS	MS	1	Semente de Feijão	142	160	1.120.000,00
MDS	PE	29	Caprino	1.301	813	5.405.020,55
MDS	PR	1	Arroz	916	3.404	5.583.314,40
MDS	RJ	1	Diversos	35	25	128.214,07
MDS	RS	1	Semente de Feijão	48	40	150.000,00
MDS	RS	1	Semente de Milho	36	58	203.000,00
MDS	SC	1	Leite de vaca UHT	459	2.000	3.400.000,00
MDS	SC	1	Semente de Feijão	188	262	1.495.364,40
MDS	SC	1	Semente de Milho	218	458	1.739.617,20
<b>Subtotal</b>		<b>38</b>	<b>-</b>	<b>3.445</b>	<b>7.390</b>	<b>19.479.704,62</b>

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf Obs.: não houve aquisição por meio da CDAF com recursos do MDA

\* RS - 1 município, sem repetição; \* SC - 1 município, sem repetição

**Quadro 5.2 - Aquisições por meio da CDS (MDS)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	AC	5	Diversos	416	816	1.953.502,00
MDS	AL	17	Diversos	1.577	7.151	8.218.440,92
MDS	AM	10	Diversos	846	4.320	4.997.063,35
MDS	AP	7	Diversos	682	1.456	4.242.534,53
MDS	BA	31	Diversos	2.578	7.255	11.841.773,19
MDS	CE	7	Diversos	309	330	1.297.515,78
MDS	DF	1	Diversos	52	128	247.986,06
MDS	ES	15	Diversos	892	2.888	4.853.878,67
MDS	GO	23	Diversos	1.354	2.549	7.236.729,36
MDS	MA	24	Diversos	1.815	2.330	8.709.479,35
MDS	MG	18	Diversos	1.268	4.652	7.262.874,63
MDS	MS	23	Diversos	1.696	5.763	8.593.264,40
MDS	MT	26	Diversos	1.215	3.365	5.617.299,15
MDS	PA	3	Diversos	110	457	550.683,10
MDS	PB	44	Diversos	2.526	5.733	13.458.867,42
MDS	PI	26	Diversos	1.063	1.620	4.795.220,20
MDS	PR	19	Diversos	2.024	4.910	7.813.602,72
MDS	RJ	10	Diversos	599	1.535	2.846.033,78
MDS	RN	24	Diversos	1.160	966	5.336.036,47
MDS	RO	11	Diversos	790	1.816	3.785.874,66
MDS	RR	2	Diversos	400	730	1.872.744,90
MDS	RS	14	Diversos	1.024	3.131	5.144.810,55
MDS	SC	2	Diversos	95	193	617.496,50
MDS	SE	5	Diversos	242	465	1.072.855,30
MDS	SP	81	Diversos	8.440	33.827	51.235.172,46
MDS	TO	16	Diversos	576	955	2.808.582,40
<b>Total</b>		<b>464</b>	<b>-</b>	<b>33.749</b>	<b>99.339</b>	<b>176.410.321,85</b>

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

**Quadro 5.3- Aquisições por meio do Apoio à Formação de Estoque (MDS e MDA)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	BA	1	CACAU	51	51	202.500,00
MDS	BA	1	PESCADO	56	20	240.979,00
MDS	PB	1	PESCADO	67	100	500.000,00
MDS	RS	5	ARROZ	679	6.269	3.576.797,86
MDS	RS	3	LEITE DE VACA EM PÓ INTEGRAL	426	320	3.399.991,00
MDS	RS	1	SEMENTES	124	8	572.120,00
MDS	RS	1	SUCO ORGÂNICO DE FRUTAS	29	26	96.300,00
<b>Subtotal</b>		<b>13</b>	<b>-</b>	<b>1.432</b>	<b>6.792,9</b>	<b>8.588.687,86</b>
MDA	AC	1	CAFÉ	89	105	400.497,20
MDA	AC	1	CAFÉ CONILLON	32	105	105.000,00
MDA	AM	1	PIRARUCU	144	165	988.200,00
MDA	AM	1	QUEIJO COALHO	10	6	79.940,00
MDA	AP	1	CASTANHA DO BRASIL	46	120	299.000,00
MDA	BA	1	ACHOCOLATADO EM PÓ	131	190	1.045.000,00
MDA	BA	1	AMÊNDOA DE CACAU	53	37	146.016,00
MDA	BA	1	BANANA E ABACAXI DESIDRATADOS	62	12	279.000,00
MDA	BA	1	MILHO	33	852	263.999,72
MDA	BA	1	POLPA DE MARACUJÁ	30	80	240.000,00
MDA	BA	1	POLPA e COMPOTA DE UMBU	16	32	128.000,00
MDA	DF	1	BEBIDA LÁCTEA	48	90	383.968,00
MDA	GO	1	BEBIDA LÁCTEA	50	200	400.000,00
MDA	MT	1	CASTANHA DO BRASIL	45	340	357.000,00
MDA	MT	1	POLPA DE CUPUAÇU	22	19	95.000,00
MDA	MT	1	RAPADURA	5	10	24.000,00
MDA	PE	1	BANANA, INHAME, MELANCIA, MELÃO	80	833	638.580,00
MDA	PE	1	CARÁ E BANANA	63	568	500.000,00
MDA	PE	1	CARNE CAPRINA E OVINA	188	162	1.499.991,36
MDA	PI	1	MEL DE ABELHA	62	75	300.000,00
MDA	PR	1	AÇÚCAR	33	60	257.400,00
MDA	PR	1	FEIJÃO	62	168	489.988,80
MDA	PR	1	MILHO	13	240	99.984,00
MDA	PR	1	PEIXE FILÉ CONGELADO	21	10	100.000,80
MDA	PR	1	POLPA DE FRUTAS CONGELADA	100	92	599.995,50
MDA	PR	1	QUEIJO MUSSARELA DE LEITE DE VACA	188	141	1.499.995,28
MDA	PR	1	SUCO ORGÂNICO DE FRUTAS	26	33	200.400,00
MDA	PR	1	TRIGO	113	1.648	899.910,00
MDA	RR	1	FEIJÃO	76	300	600.000,00
MDA	RS	3	ARROZ	132	1.731	952.994,46
MDA	RS	1	CONSERVA DE HORTALIÇAS, GELÉIA, COMPOTA	31	34	147.120,00
MDA	RS	1	ERVA MATE	8	20	49.600,00
MDA	RS	1	LEITE DE VACA	188	130	1.499.991,00
MDA	RS	1	MILHO	30	545	149.875,00
MDA	RS	1	ÓLEO ESSENCIAL DE MANDARINA	121	14	963.765,00
MDA	RS	1	PÊSSEGO COMPOTA	188	332	1.499.998,50
MDA	SE	2	NÉCTAR DE ACEROLA E NÉCTAR DE MARACUJÁ	46	283	367.997,50
MDA	SP	3	FEIJÃO	135	322	964.698,00
MDA	SP	1	MEL DE ABELHA	53	70	417.504,00
MDA	SP	1	POLPA DE FRUTAS	13	10	104.000,00
<b>Subtotal</b>		<b>45</b>	<b>-</b>	<b>2.786</b>	<b>10.184,1</b>	<b>20.038.410,12</b>
<b>Total</b>		<b>58</b>	<b>-</b>	<b>4.218</b>	<b>16.977,0</b>	<b>28.627.097,98</b>

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

\* RS- São 9 municípios, sem repetição; \* MT -São2 municípios, sem repetição; \* PE- São 2 municípios, sem repetição; \* PR- São 6 municípios, sem repetição

## **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A modalidade do PAA que se presta à intervenção de mercado é a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF.

Em 2013, as operações de CDAF mais significativas foram as aquisições de carne de caprinos em Pernambuco, com 5,4 milhões de reais, a de arroz no Paraná, com 5,5 milhões de reais, a de leite de vaca UHT em Santa Catarina, com 3,4 milhões de reais e aquisição de sementes de feijão nos Estados do Mato Grosso do Sul (com 1,1 milhão de reais) e Santa Catarina (1,4 milhão de reais) e ainda semente de milho em Santa Catarina (1,7 milhão de reais).

Tendo em vista problemas climáticos enfrentados pelos produtores familiares de carne de caprinos e ovinos, notadamente em Pernambuco, mas também nas demais áreas do nordeste, o Grupo Gestor do PAA publicou a Resolução nº. 48, de 20/08/2012, dispondo sobre preço de referência para aquisição de caprinos e ovinos, área de abrangência e demais detalhamentos. O prazo para tais aquisições foi estendido pelas Resoluções nº. 52, de 21/11/2012, nº. 54, de 27/12/2012 e finalmente a de nº. 60, de 20/08/2013, estendendo para 31/12/2013.

A aquisição de arroz se fez necessária para atender a composição das cestas de alimentos.

A aquisição do leite de vaca UHT foi demandada pelo MDS para atendimento às localidades afetadas pela estiagem no Nordeste, notadamente na Bahia. O leite UHT atenderia regiões onde há carência de água potável. Como não ocorreu a contrapartida dos governos estaduais do nordeste para a contratação do transporte, o produto ficou em Santa Catarina, e está sendo doado, paulatinamente, para unidades receptoras que atendam os critérios da Resolução nº. 62 do GGPA.

E as aquisições de sementes foram executadas pela Conab atendendo a solicitações formais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. A motivação para a aquisição e a seleção das organizações consumidoras são de responsabilidade do MDS.

As regiões que se destacaram no volume de recursos executado em 2013 foram Sudeste e Nordeste, notadamente os estados de São Paulo (52 milhões de reais), Bahia (14 milhões de reais) e Paraíba (13 milhões de reais). Nos casos desses estados, a execução foi mais expressiva na modalidade CDS. Em que pese a região sul aparecer como terceira colocada na execução dos recursos em 2013, vale ressaltar que os estados do Rio Grande do Sul (18 milhões de reais) e Paraná (17 milhões de reais) apresentaram, isoladamente, desempenhos expressivos, distribuídos nas três modalidades (CDAF, CDS e Formação de Estoque).

Com relação aos riscos identificados, constata-se a ausência de uma área específica nas Suregs para atender as atividades da agricultura familiar, prejudicando a interlocução com a Matriz e onerando os empregados com o acúmulo de atividades de outras naturezas, que ficam a cargo das gerências e setores nas quais estão lotados. A Diretoria responsável pela implementação do programa reiterou, por meio da CI nº. 359, de 08/11/2013, a criação de áreas específicas da agricultura familiar e da Sociobiodiversidade nas Regionais.

Também contribui para tais riscos a deficiência de pessoal nas Suregs para efetuar a contento as atividades administrativas e, principalmente, de acompanhamento dos projetos, sendo este um dos problemas recorrentes detectados pelos órgãos de controle interno e externo, identificando-se deficiências na instrução dos processos administrativos. A falta de pessoal nessas Superintendências impede que haja a segregação de trabalhos. Nesse sentido, a Companhia elaborou e instituiu o Plano Nacional de Acompanhamento e Supervisão das Operações do PAA –

PNAS, que possui um capítulo dedicado à supervisão dos processos administrativos nas Regionais.

Ainda concorrem para tais riscos as inconformidades ligadas diretamente à esfera dos beneficiários fornecedores e unidades receptoras, fragilidades estas de natureza estrutural (sistêmicas) que estão estritamente ligadas a distância da unidade executora (Conab) em relação aos beneficiários (consumidores e fornecedores), dificultando o acompanhamento da execução do programa no atual modelo. A Conab propôs alterações nesse modelo por meio da CI nº. 314, de 11/10/2013 e por meio de gestões junto ao GGPA, que publicou a Ata do dia 24/10/2013, que dispõe sobre a destinação dos alimentos adquiridos com recursos do PAA.

As medidas adotadas para a mitigação dos riscos envolvem, além de algumas áreas da Matriz, basicamente todas as Superintendências Regionais.

Com a implantação do PNAS - Plano Nacional de Acompanhamento e Supervisão das Operações do PAA busca-se apurar e avaliar técnica, operacional e administrativamente os projetos em curso e, ao mesmo tempo, propiciar ações de caráter educativo e corretivo, orientando as organizações fornecedoras, beneficiários fornecedores e unidades receptoras a executar os projetos de acordo com os normativos vigentes, buscando a integridade do processo e maior controle e transparência em sua execução. O PNAS define a meta anual a ser atingida para cada Regional e a listagem, contendo a seleção dos projetos a serem supervisionados.

Paralelamente, a implantação do Plano Nacional de Fiscalização das Operações do PAA visa garantir a segregação de funções na fiscalização dos projetos e aumentar o quantitativo de projetos vistoriados. Como resultado das fiscalizações coordenadas pela área responsável, 450 (quatrocentos e cinquenta) projetos em execução foram fiscalizados em 2013, em 4 (quatro) etapas ordinárias do cronograma proposto, além de 10 (dez) etapas especiais, atendendo a solicitações de Suresgs, ou para apurar denúncias oriundas dos órgãos de controle ou da Ouvidoria da Conab.

## Resultado financeiro geral

O PAA é um programa que integra política agrícola (renda) e política de segurança alimentar e nutricional (assistência alimentar), que objetiva a aquisição de produtos de agricultores familiares que têm dificuldade em vender seus produtos, e viabiliza a posterior distribuição desses alimentos a pessoas em estado de insegurança alimentar.

**Quadro 5.4 - Recursos dispendidos por instrumento e origem**

Instrumento	Origem do Recurso	Nº de Produtores	Quantidade (em t)	Valor da Aquisição (R\$)	Participação (%)	Valor Siafi (Liquidado)
CDAF	MDS	3.445	7.390	19.479.704,62	9%	-
CDS	MDS	33.749	99.339	176.410.321,85	79%	-
Apoio Formação Estoque	MDA	2.786	10.184	20.038.410,12	9%	-
Apoio Formação Estoque	MDS	1.432	6.793	8.588.687,86	4%	-
<b>TOTAL MDS</b>		<b>38.626</b>	<b>113.522</b>	<b>204.478.714,33</b>	<b>91%</b>	<b>205.416.287,82</b>
<b>TOTAL MDA</b>		<b>2.786</b>	<b>10.184</b>	<b>20.038.410,12</b>	<b>9%</b>	<b>20.038.410,12</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>41.412</b>	<b>123.706</b>	<b>224.517.124,45</b>	<b>100%</b>	<b>225.454.697,94</b>

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

A diferença entre o valor da aquisição e o valor liquidado no Siafi (Item 8.2- Demonstrativo de Transferências Recebidas), justifica-se com os inscritos em Restos a Pagar, impostos e aquisições de sacaria para embalagem dos produtos.

### Quadro 5.5 - Dez maiores operações do PAA

Modalidade	Origem do recurso	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Valor (R\$)
CDAF	MDS	PR	01.106.849/0003-79	Cooperativa de Com e Ref Agrária Avante Ltda	Arroz	5.583.314,40
	MDS	PE	-	-	Caprino	5.405.020,55
	MDS	SC	01.435.328/0001-01	Coop Regional de Comerc Extremo Oeste	Leite de vaca UHT	3.400.000,00
	MDS	SC	09.034.982/0001-07	Coop Oestebio	Semente de milho	1.739.617,20
CDS	MDS	SP	11.858.978/0001-05	Coop Agric Familiares de Itararé - COAFAI	Diversos	1.518.998,96
Estoque	MDS	RS	87.455.432/0001-75	COSULATI-Coop Sul Rio Grandense Laticínios Ltda	Leite em pó	1.500.000,00
	MDS	RS	01.112.137/0001-09	Coop Trabalhadores Assentados Porto Alegre	Arroz	1.499.999,46
	MDA	RS	90.430.414/0001-43	Coop Apicultores e Fruticultores da Zona Sul	Pêssego compota	1.499.998,50
	MDA	PR	02.052.962/0001-10	Coop Como e Reforma Agrária União Camponesa	Queijo Mussarela	1.499.995,28
	MDA	PE	05.849.041/0001-70	Coop dos Criadores Caprinos e Ovinos - COOPERCAPRI	Carne caprina e ovina	1.499.991,36
Total						25.146.935,71

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

### b) Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada modalidade e em cada estado da federação

#### Quadro 5.6 - Aquisições através da AGF

UF	MILHO		CAFÉ	
	QUANT.(t)	VALOR (R\$)	QUANT.(t)	VALOR (R\$)
AL	15.482	12.281.020,38	-	-
BA	70.750	53.080.509,97	-	-
CE	47.815	36.405.692,28	-	-
ES	1.677	1.177.638,55	-	-
MA	12.561	9.145.861,26	-	-
MG	23.474	14.037.946,56	-	-
MS	1.704	495.773,79	-	-
MT	339.566	73.685.894,57	-	-
PB	22.182	16.288.577,87	-	-
PE	44.918	35.502.099,79	-	-
PI	31.666	22.783.128,74	-	-
RN	17.816	13.115.904,87	-	-
SE	15.366	11.673.851,29	-	-
SP	-	-	219	945.000,08
TOTAL	644.979	299.673.899,92	219	945.000,08

Fonte: Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos- Dirab/Sulog

**OBS:** Das 644.979 t de milho: (1.704 t MS) e (339.566 t MT) foram adquiridas diretamente do produtor pelo Preço Mínimo vigente. O restante 303.709 t foram adquiridas por meio dos Avisos de Compra n° 057/13, 065/13, 068/13, 075/13, 076/13, 077/13, 081/13, 088/13, 108/13, 132/13, 145/13 e 206/13 de acordo com as Portarias n°s 115/13, 610/13 e 1067-A/13.

**Dez maiores operações na modalidade****Quadro 5.7 - Dez maiores operações na AGF**

Ordem	CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Valor Aquisição (kg)	Quant. (ton.)	Valor (R\$)
1	36820989920	Getúlio Gonçalves Viana	Milho	0,8014	36.294	29.087.186,54
2	75904383006324	Coamo Agro Industrial	Milho	0,7858	31.211	24.525.427,00
3	10693132000361	J.A.F. Ferreira Alimentos Ltda	Milho	0,7394	29.555	21.851.778,52
4	6855894000188	Risa S/A	Milho	0,7136	28.642	20.437.464,52
5	159074000175	Coop Agrícola Serra Cristais	Milho	0,6937	27.563	19.119.577,55
6	70053693003307	Nidera Semente Ltda	Milho	0,8804	19.963	17.575.560,76
7	26651646001951	CDA CIA Distribuição Araguaia	Milho	0,7119	17.103	12.176.103,49
8	10796199000160	Bola Sete Agr Com Benef.	Milho	0,7206	14.152	10.198.107,74
9	3616325000191	Giro Dist Alimentos	Milho	0,7023	11.783	8.274.996,73
10	2018294000104	Com Rebeneficiamento Cereais	Milho	0,8050	10.082	8.115.808,48

Fonte: Dirab/Sulog/Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

**c) Contratos de Opção de Venda**

O participante, produtor rural ou sua cooperativa, adquire o direito em leilão, de vender seu produto para a Conab, em uma data futura e por um preço estabelecido pelo Governo Federal.

**Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada modalidade e em cada estado da federação**

No exercício de 2013 houve aquisição de 1.342.257 toneladas de milho, no estado do Mato Grosso, no valor de R\$338.248.764,00, por meio do Contrato de Opção.

**Dez maiores operações na modalidade****Quadro 5.8 - Dez maiores operações de Contratos de Opção**

Ordem	CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Valor Aquisição (kg)	Quant. (ton.)	Valor (R\$)
1	6889621000154	Cooamat Cooperativa	Milho	0,2520	160.758	40.511.016,00
2	36820989920	Getúlio Gonçalves Viana	Milho	0,2520	88.236	22.235.472,00
3	33511705991	Erai Maggi Scheffer	Milho	0,2520	73.035	18.404.820,00
4	422487015	Eloi Vitorio Marchett	Milho	0,2520	71.010	17.894.520,00
5	35345560110	Fernando Maggi Scheffer	Milho	0,2520	63.585	16.023.420,00
6	5112520000100	Coop Merc Ind Prod	Milho	0,2520	57.132	14.397.264,00
7	42925410197	Alfeo Boscoli Neto	Milho	0,2520	38.988	9.824.976,00
8	40764257072	Neri José Chiarello	Milho	0,2520	35.397	8.920.044,00
9	9303596900	Lourival Tomelin	Milho	0,2520	31.617	7.967.484,00
10	16695068000172	Produzir Agropec Ltda	Milho	0,2520	30.105	7.586.460,00

Fonte: Dirab/Sulog/Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

**d) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO**

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 5.9 - Demonstrativo da Comercialização de PEPRO

Produto	UF de Origem	Quantidade (t)			Valor Previsto da Subvenção
		Ofertada	Negociada	% Negociada	
MILHO	GO	300.000	228.260	76,09%	R\$ 5.624.320,00
	MT	9.100.000	8.355.112	91,81%	R\$ 434.570.828,00
	MS	300.000	278.298	92,77%	R\$ 339.136,22
UVA	RS	66.560	25.406	38,17%	R\$ 10.886.903,70
LARANJA (*)	MG	4.080	3.882	95,14%	R\$ 523.248,00
	SP	244.800	178.029	72,72%	R\$ 10.498.730,59
<b>Total</b>		<b>10.015.440</b>	<b>9.068.986</b>	<b>90,55%</b>	<b>R\$ 451.421.187,92</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

(\*) O mercado trabalha com quantidade em caixa; para facilitar os cálculos, os dados foram convertidos em toneladas, sendo que cada caixa de laranja corresponde a 40,8kg.

## Dez maiores operações na modalidade

### Quadro 5.10 - Dez maiores operações de PEPRO

Ordem	CPF/CNPJ	ARREMATANTE	UF	Produto	Quantidade Negociada (t)	Total da Operação (R\$)
1	07572351000116	Coop Agrop Indl Celeiro Norte - COACEN	MT	MILHO	442.913	26.248.210,55
2	08436729000117	Central Coop Serra Gaúcha – CENECOOP	RS	UVA	17.076	6.468.183,22
3	21062803000	Oscar Luiz Cervi	MT	MILHO	129.600	5.889.008,00
4	34549340100	Nelson José Vígolo	MT	MILHO	119.004	5.110.683,41
5	00315457002139	Agropecuária Maggi Ltda	MT	MILHO	110.567	4.837.037,14
6	05112520000100	Coop Mercantil Ind Produtores Sorizo	MT	MILHO	81.846	4.608.558,75
7	77752293009497	Coop Agroindustrial Lar	MT	MILHO	128.000	4.096.000,00
8	17691958900	Domingos Munaretto	MT	MILHO	69.915	3.911.919,80
9	87547188000170	Coop Vinícola Aurora Ltda	RS	UVA	7.370	3.906.511,38
10	04250037000129	Coop Agropecuária Terra Viva - COOAVIL	MT	MILHO	58.607	3.490.649,01

Fonte: Dirab/Suope/Geop

## ACÓRDÃO N.º 781/2012 - TCU - Plenário

**Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre as medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de subvenção econômica para a comercialização das safras de café, especialmente aquelas decorrentes das determinações e recomendações expedidas no processo TC 018.696/2007-1**

Desde 2007 a Conab não mais realizou operações de Pepro Café. As medidas de aperfeiçoamento foram adotadas e, tão logo novas operações de Pepro Café sejam deflagradas, aludidas providências constarão dos Avisos de leilão.

## ACÓRDÃO N.º 7189/2012 - TCU - 1ª Câmara

**Determinar à Conab que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre o andamento das medidas relativas à aplicação das penalidades previstas no item 15, subitens 15.1 e 15.3 dos Avisos de PEPRO, a devolução do prêmio indevidamente recebido pela União Cooperativa Agropecuária Sul de**

### Minas (Unicoop) e a inclusão daquela cooperativa no cadastro de inadimplentes da Companhia, conforme registro de inadimplência 1516 de 22/8/2012 e "FAX" Dirap/Suope/Geope 1515, de 22/8/2012

Em cumprimento à determinação, foi solicitada a devolução do prêmio indevidamente recebido pela Unicoop, bem como sua inclusão no cadastro de inadimplentes. Cabe ressaltar que a Unicoop recorreu administrativamente da decisão por meio de requerimento datado de 13/11/2012, cuja análise está sendo procedida pela Procuradoria Jurídica da Companhia.

#### e) Compras em Leilão Público

Aquisições de milho, autorizadas em caráter excepcional, por meio de legislação específica (Medida Provisória nº603, de 18/01/13 e Lei 12.806, de 07/05/13), para recomposição dos estoques públicos, com o objetivo de venda direta para atendimento ao programa Venda em Balcão, nos municípios da área de atuação da Sudene.

**Quadro 5.11- Aquisições de Milho em Leilão Público**

UF	Quantidade (ton)		% Negociado	Preço Médio Fecham		Valor da Operação R\$/kg	
	Ofertada	Negociada		Kg	60 Kg	s/icms	c/icms
AL	16.900	16.900	100,00%	0,7081	42,4869	11.967.140,00	13.431.790,00
BA	75.700	75.700	100,00%	0,6497	38,9804	49.180.285,00	53.499.735,00
CE	51.050	51.050	100,00%	0,7007	42,0448	35.773.100,00	39.221.270,00
ES	1.700	1.700	100,00%	0,6180	37,0800	1.050.600,00	1.193.740,00
MA	12.600	12.600	100,00%	0,6240	37,4386	7.862.100,00	9.162.340,00
MG	30.400	27.900	91,78%	0,5209	31,2550	14.533.590,00	16.602.120,00
PB	24.000	24.000	100,00%	0,6453	38,7163	15.486.500,00	17.818.990,00
PE	46.520	46.520	100,00%	0,6971	41,8273	32.430.113,00	36.704.443,00
PI	30.470	30.470	100,00%	0,6354	38,1212	19.359.230,00	21.887.425,00
RN	18.200	18.200	100,00%	0,6511	39,0654	11.849.850,00	13.426.610,00
SE	16.000	16.000	100,00%	0,6679	40,0725	10.686.010,00	12.142.070,00
<b>Total</b>	<b>323.540</b>	<b>321.040</b>	<b>99,23%</b>	<b>0,6547</b>	<b>39,2808</b>	<b>210.178.518,00</b>	<b>235.090.533,00</b>

Fonte: Dirab/Suope/Gecom

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A efetividade das intervenções das ações públicas no mercado para a sustentação dos preços nos níveis desejados pela política oficial depende de um conjunto de fatores e pode variar bastante entre os produtos, como está apresentado para o arroz em casca, feijão cores, milho e trigo no item 5.2.3.

Antes de analisar o comportamento de cada um desses mercados é necessário fazer um pequeno comentário sobre a natureza intrínseca do instrumento que permeia a ação oficial, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Esse instrumento de proteção da renda dos produtores e regularização dos preços para o consumidor tem um conjunto de qualidades que o torna um instrumento eficiente sem causar distorções nos mercados onde atua. Para tanto sua implementação deve cumprir alguns requisitos:

1) ser universal, no sentido de ser mais um competidor no mercado, oferecendo um preço de compra atraente e aberto para todos os interessados. Tudo se passa como se houvesse um novo competidor oferecendo melhores condições de negócios a todos os interessados. Os demais competidores devem escolher em melhorar sua oferta ou ficar fora do mercado. É muito frequente a

simples divulgação da ação oficial ser suficiente para elevar os preços, tornando desnecessária a realização de aquisições;

2) ter um modelo operacional simples, de fácil acesso e de liquidação rápida, de modo a impor um baixo custo, financeiro e logístico, para seus beneficiários;

3) ter ampla divulgação para assegurar que todos os agentes que participam desse mercado conheçam a alternativa de negócio oferecida e possam decidir, de forma independente, o que fazer.

4) ter recursos financeiros para atender a todos os interessados.

Se estas condições forem oferecidas, com a aquisição, e retirada de circulação de uma parcela, em geral pequena, da oferta disponível os preços de comércio tenderão a subir e remunerar igualmente todos os vendedores, inclusive aqueles que se abstiveram de comercializar seu produto com o instrumento oficial. O mesmo movimento, em sentido inverso, ocorre quando ao invés da compra, a ação oficial é direcionada para a venda dos estoques públicos.

Do ponto de vista das ações levadas a cabo para a regularização do **mercado do arroz no estado do Rio Grande do Sul**, desde 2009, os efeitos são visíveis no gráfico. Logo após as intervenções de compra (2009 e 2011) e de venda (2012 e 2013) os preços de comércio mudam de patamar. No caso do **milho no estado de Mato Grosso**, especialmente em 2013, ano de implementação de um forte programa de sustentação de preços, estes resultados também são claros.

No caso do **feijão cores no estado do Paraná** os resultados da venda dos estoques também são percebidos, porém menos intensos. Neste caso é preciso considerar que 1) a preferência das donas de casa para o produto recém-colhido faz com que o produto em estoque e mais antigo não se comporte como um substituto-perfeito do mesmo, arrefecendo seu efeito como produto concorrente e 2) os volumes comercializados foram pequenos, comparativamente ao total da demanda.

No caso do **trigo no estado do Paraná** esta análise tem um poder explicativo limitado porque os preços praticados nos mercados têm uma forte influência das cotações internacionais. Como o país é um grande importador de trigo existe uma influência direta desses preços na formação dos preços domésticos que cria uma forte tendência de convergirem para um mesmo nível. Mais ainda, como grande parte dos moinhos estão localizados nas proximidades dos portos e, portanto, longe das regiões produtoras nacionais, os custos de transação do produto importado, com frequência, são mais baixos que aqueles do produto interno. Ou seja, os preços do mercado livre tendem a permanecer nos níveis anteriores ao início da intervenção e não reagem. Entretanto, deve ser considerado que os agricultores que participarem do programa oficial venderão sua produção por um valor acima dos níveis do mercado melhorando seu nível de receita.

Em termos do risco associado ao sucesso da ação do instrumento o principal deles está na limitação do volume dos recursos que são disponibilizados. Outros fatores referem-se à demora no início das operações; deficiência na estrutura física (falta de armazéns na proximidade) ou operacional (ausência de classificadores ou fiscal) e divulgação insuficiente.

## Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do item 5.2, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

## 5.2. Promoção do Abastecimento

### 5.2.1. Principais ações ligadas à venda

#### Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Por meio da Venda em Balcão foram comercializados milho, farelo e quirera de arroz, com destaque expressivo para o milho. E por meio de Leilões Públicos foram vendidos arroz, feijão, trigo, sisal e quirela de milho, destacando-se as vendas do trigo, seguido do arroz.

#### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado.

Já abordado no item 5.1.1.

### 5.2.2. Análise das Ações de Venda de Produtos com e sem subvenção

#### a) Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada modalidade e em cada estado da Federação

**Quadro 5.12 - Demonstrativo das Vendas em Balcão**

UF	Quantidade Vendida (ton)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Clientes
<b>Farelo de Arroz</b>			
TO	121	36.432,00	125
<b>Subtotal</b>	<b>121</b>	<b>36.432,00</b>	<b>125</b>
<b>Quirera de Arroz</b>			
TO	22	4.462,00	95
<b>Subtotal</b>	<b>22</b>	<b>4.462,00</b>	<b>95</b>
<b>Milho em Grãos</b>			
AC	767	385.218,55	308
AL	38.880	12.701.578,99	6.277
AM	4.633	2.236.693,46	651
BA	106.584	34.329.524,86	41.936
CE	104.930	33.538.421,25	37.886
DF	5.451	2.122.627,00	678
ES	21.662	7.367.403,74	5.817
GO	14.680	5.479.998,55	1.373
MA	11.304	3.998.540,66	1.631
MG	31.358	11.629.358,21	6.607
PA	1.573	695.990,02	92
PB	86.248	27.681.964,78	19.475
PE	59.266	18.887.422,35	21.576
PI	72.338	22.987.187,61	31.971
PR	17	5.425,92	1
RN	85.028	27.694.743,51	20.093
RO	2.139	941.001,42	716
RR	3.064	1.736.253,49	978

UF	Quantidade Vendida (ton)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Clientes
RS	33.663	14.182.439,77	1.948
SC	15.647	6.857.982,81	1.454
SE	19.237	6.225.389,24	5.333
SP	81	32.400,00	1
TO	990	513.135,52	555
<b>Subtotal</b>	<b>719.540</b>	<b>42.230.698,71</b>	<b>207.357</b>
<b>Total Geral</b>	<b>719.683</b>	<b>242.271.592,71</b>	<b>207.577</b>

Fonte: Dirab/ Supab/Gepab

## Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 5.13 - Dez maiores operações de Vendas em Balcão**

Ordem	CPF/CNPJ	Cliente	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	50498118053	Vanderlei Francisco Rosanelli	RS	Milho	207.500,0	87.114,60
2	43560466091	Arlei Orlando Rosanelli	RS	Milho	207.500,0	87.135,00
3	75317800030	Marcos Luis Leichtweis	RS	Milho	178.500,0	75.990,00
4	53365348034	Adelar Valmor Rosanelli	RS	Milho	170.681,0	71.911,02
5	53265750191	Paulo César Machado da Cruz	GO	Milho	167.640,0	56.716,80
6	3523756715	Márcio Reinaldo Dias Moreira	DF	Milho	166.840,0	65.439,74
7	44161735049	Marino Birck	RS	Milho	165.000,0	68.130,00
8	30922224072	Milton Birck	RS	Milho	165.000,0	68.130,00
9	03414205068	Arno José Birck	RS	Milho	165.000,0	68.130,00
10	00580365042	Marcos Roberto Birck	RS	Milho	165.000,0	68.130,00

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

## b) Venda em Leilão Público

**Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada modalidade e em cada estado da Federação**

**Quadro 5.14 - Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público**

Produto	UF	Quantidade (ton)			Valor da Operação s/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	%	
ARROZ	RS	288.513	227.342	79%	151.050.648,12
	PR	2.273	1.620	71%	1.131.064,30
FEIJAO	PR	7.876	7.756	98%	3.362.309,89
	SP	61	8	13%	4.239,36
SISAL	BA	1.404	1.404	100%	2.673.624,14
QUIRELA	PR	128	128	100%	23.537,57
TRIGO	MG	351	351	100%	72.952,23
	MS	116	116	100%	63.668,20
	PR	227.925	227.925	100%	176.562.202,82
	RS	258.912	258.912	100%	189.265.511,06
	SP	865	865	100%	574.404,75
<b>Total Geral</b>		<b>788.424</b>	<b>726.427</b>	<b>92%</b>	<b>524.784.162,44</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

## Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 5.15 - Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público**

Ordem	CPF/CNPJ	Arrematante	UF	Produto	Quantidade Negociada (t)	Total da Operação (R\$)
1	84046101037003	Bunge Alimentos S/A	PR	Trigo	55.302	44.607.184,20
2	14998371004025	J Macedo S/A	PR	Trigo	33.717	24.824.595,18
3	89776991000102	Moinho Estrela Ltda	RS	Trigo	27.153	19.492.911,90
4	87274817000136	Moinho do Nordeste S/A	RS	Trigo	27.137	18.976.093,03
5	88618285000412	Tondo S/A	RS	Trigo	25.755	18.772.101,16
6	00333653000192	Moinho Casquense Ltda	RS	Trigo	21.278	15.591.967,36
7	05444083000121	Moinho Cidade Bella Ltda	PR	Trigo	19.527	14.856.868,12
8	84584515000176	Specht Produtos Alimentícios Ltda	SC	Trigo	19.012	14.670.131,41
9	82490434000181	Indústria de Alimentos Tradição Ltda	PR	Trigo	17.807	13.514.662,33
10	14998371004106	J Macedo S/A	PR	Trigo	17.682	13.252.223,82

Fonte: Dirab/Suope/Gerop

### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

O programa Venda em Balcão é importante na medida em que atende uma parcela de pequenos criadores que teria dificuldade em adquirir a alimentação para seus rebanhos, quer seja pela distância dos mercados quer seja pelos elevados níveis de preços praticados, especialmente no interior da região nordeste, que não é região preferencial para a produção de milho e depende de importações de outras regiões. Como atende diretamente aos criadores, seu nível de sucesso está associado ao volume das vendas realizadas: se o programa for atraente consegue liquidar todo o estoque disponível, que tem sido o caso em todos os estados de atuação, em especial aqueles da região da Sudene, vítima de forte seca nos últimos anos.

Como não existe uma informação completa sobre seu público potencial não é possível estabelecer o percentual de atendimento realizado comparativamente aos demais que não tiveram acesso ao produto do estoque oficial.

Com a previsão do fim do período de estiagem nas áreas da Sudene o programa especial de venda de milho em balcão deverá ser desativado. Tudo indica, porém, que ele tenderá a se tornar um cliente natural do programa convencional de venda em balcão e, se isso vier a ser aprovado, passará a ser ativado de forma usual e permanente nessa região. Para tanto deverá ser removido milho dos estoques oficiais, localizado nas regiões produtores, para os novos destinos.

### **Resultado financeiro geral**

Consolidando as informações dos itens 5.1.2. e 5.2.2.

**Quadro 5.16 - Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Milho	644.979,0	299.673.899,92
		Café	219,0	945.000,08
	Contrato de Opção	Milho	1.342.257,0	338.248.764,00
Subvenção	PEPRO	Milho	8.861.670,0	440.534.284,22
		Uva	25.406,0	10.886.903,70
		Laranja (*)	181.910,0	11.021.978,59
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>11.056.441,0</b>	<b>1.101.310.830,51</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz	228.962,0	152.181.712,42
		Feijão	7.764,0	3.366.549,25
		Sisal	1.404,0	2.673.624,13
		Quirela	128,0	23.537,57
		Trigo	488.169,0	366.538.739,06
	Venda em Balcão	Farelo de Arroz	121,0	36.432,00
		Quirera Arroz	22,0	4.462,00
Milho		719.683,0	242.271.592,71	
<b>Total das Vendas</b>			<b>1.446.253,0</b>	<b>767.096.649,14</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>12.502.694,00</b>	<b>1.868.407.479,65</b>

Fonte: Dirab/Suope/Sulog/Supab

(\*) O mercado trabalha com quantidade em caixa; para facilitar os cálculos, os dados foram convertidos em toneladas, sendo que cada caixa de laranja corresponde a 40,8kg.

Também foram adquiridas 4.140.067t de sacaria, ao custo de R\$338.248.764,00

### 5.2.3. Principais Indicadores de Desempenho

**Principais indicadores de desempenho adotados pela companhia para o macroprocesso, destacando o resultado geral e os resultados das superintendências regionais, apresentando as justificativas e ações corretivas no caso das superintendências com resultados abaixo das metas estabelecidas para o exercício**

Como indicador para esse macroprocesso, apurou-se o Índice de Efetividade da Aplicação dos Instrumentos de Política Agrícola, cujo objetivo é avaliar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos, tendo como intenção mensurar, avaliar e acompanhar o alcance dos instrumentos da política agrícola com atuação da Conab, medindo o impacto da entrada do Governo como garantidor de renda, e, especialmente o efeito sobre os preços ao nível do produtor.

Para tal, foi escolhido o Coeficiente de Pearson, um índice já conhecido na literatura que, de forma simplificada, mede o grau de associação entre dois fenômenos, que no caso específico das intervenções da Política Agrícola são: quantidade de produto injetado ou retirado do mercado e preço desse produto.

Tecnicamente o Índice de Efetividade é calculado através do Coeficiente de Correlação de Pearson, que é uma medida de associação linear entre variáveis. O sinal indica a relação entre as variáveis: direta (positiva) - ambas crescem ou decrescem; ou inversa (negativa) - uma cresce e outra decresce. Já o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis. Dessa forma, pode-se inferir que o resultado esperado das ações governamentais é uma

relação inversa, ou seja, quanto mais produto injetado no mercado, menor o preço, ou, quanto maior a quantidade de produto retirado (comprado, ou removido) do mercado, maior o preço.

Uma das principais características da utilização deste coeficiente para a análise em tela é que ele é adimensional, ou seja, permite a comparação entre medidas de unidades diferentes, como volume de produto em quilogramas (Kg) e Preço de Mercado, em Reais por quilograma (R\$/Kg).

A equação de cálculo do Coeficiente de Pearson é a seguinte:

$$CP = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:

$x_i$  = Preço recebido pelo produtor em cada mês.

$\bar{x}$  = Média de preço recebido pelo produtor dos 12 meses do ano agrícola.

$y_i$  = Volume utilizado (compra ou venda) no mês.

$\bar{y}$  = Média do volume utilizado (compra ou venda) nos 12 meses do ano

Sendo que, aos valores de aquisição, ou subsídio do Governo, foi atribuído valor positivo; já para as vendas, atribuiu-se valor negativo.

Nos gráficos deve-se observar, no eixo das quantidades de produto, que, como o AGF e as subvenções têm o mesmo objetivo (retirar produto do mercado) suas quantidades são somadas, formando uma única quantidade de sinal positivo; já as vendas têm sinal negativo.

Para a análise do resultado do indicador consideram-se estudos técnicos<sup>12</sup> que classificaram as variações do valor de “CP” da seguinte forma: CP = 0,10 até 0,30 (fraco); CP = 0,40 até 0,6 (moderado); CP = 0,70 até 1 (forte).

Do valor de “CP”, pode-se inferir com que força a aplicação dos instrumentos de política agrícola influenciaram a variação do preço de mercado. Considerando a vasta quantidade de variáveis do mercado e a força dessas variáveis, as ações podem ser consideradas efetivas, no sentido de elevar ou reduzir os preços, quando o “CP” atinge valores classificados como moderado e forte, assim, as metas devem ser superiores a scores 0,30, o qual indica fraca força de atuação do instrumento no preço recebido pelo produtor.

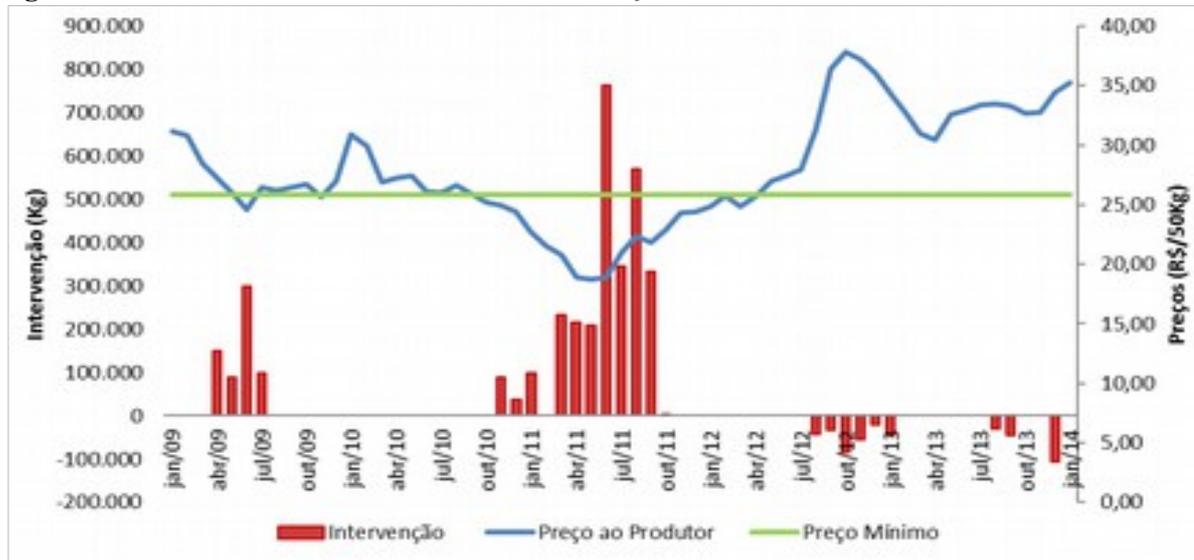
Resultado da aplicação do indicador na utilização dos instrumentos de política agrícola

As análises foram feitas nas praças mais representativas nos aspectos de produção, comercialização e volume de operações.

<sup>1</sup> COHEN, Jacob. (1988), Statistical power analysis for the behavioral sciences. Hillsdale, NJ, Erlbaum; e

<sup>2</sup> DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre, Artmed

**Figura 5.1 – Indicador de Efetividade nas intervenções - Arroz em casca – Rio Grande do Sul**

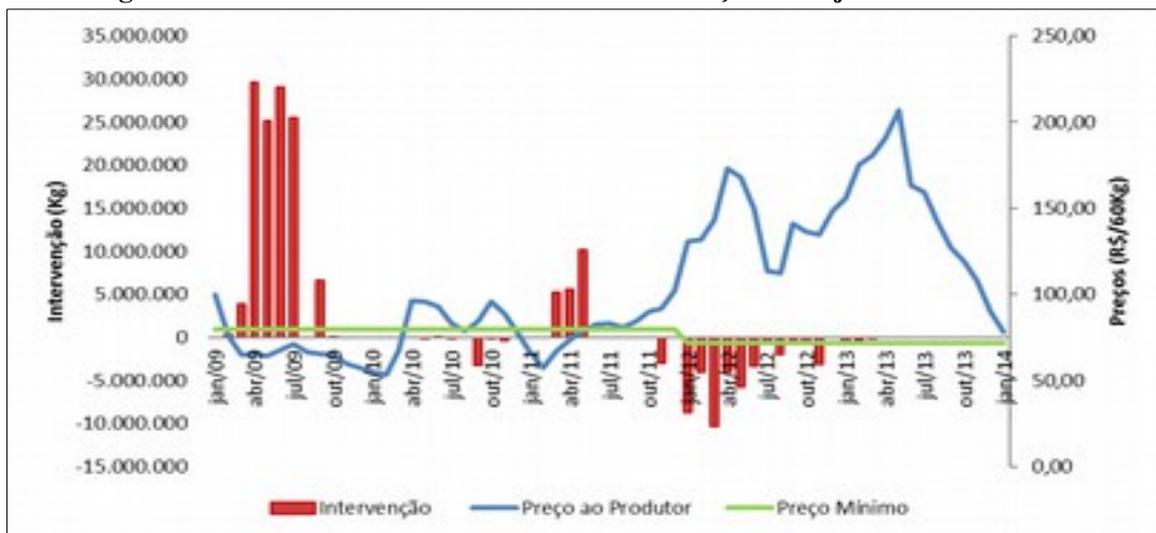


Fonte: Dipai/Sugof

Pelo resultado de Pearson e também notado no gráfico, vê-se que as intervenções de venda, em 2013, cumpriram o objetivo proposto (coeficiente -0,42), contribuindo moderadamente para a redução da pressão altista, no momento em que os preços já estavam em patamares demasiado elevados.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,48
2010	-0,70
2011	-0,58
2012	-0,86
2013	-0,42

**Figura 5.2– Indicador de Efetividade nas intervenções - Feijão Cores – Paraná**



Fonte: Dipai/Sugof

As intervenções no feijão, em 2013, se resumiram às vendas, motivadas pela necessidade de se desfazer de estoques muito depreciados, já que a situação de mercado (preços

altos) do produto permitiam a operação sem influenciar negativamente nos preços. O coeficiente comprova a citada intenção da operação, visto que apresenta sinal positivo e de baixa correlação. Cabe lembrar que a ação governamental, para este tipo e análise, exige sinal negativo, que indica direções inversas, ou seja, se o governo quer alta de preços, provoca baixa na quantidade do produto no mercado e o inverso, também é verdadeiro.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,33
2010	-0,15
2011	-0,17
2012	-0,38
2013,	0,27

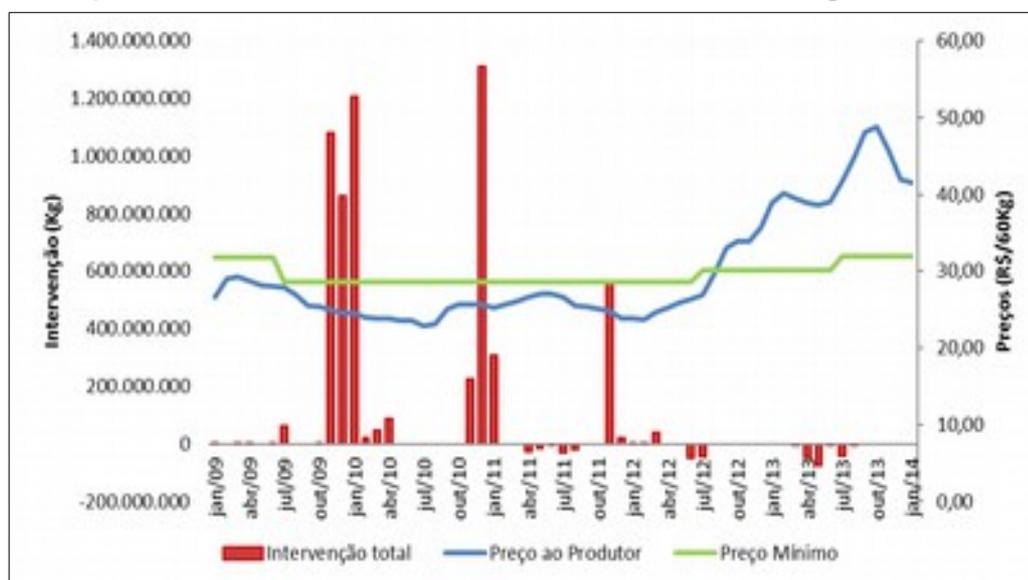
**Figura 5.3 - Indicador de Efetividade nas intervenções - Milho – Mato Grosso**



Fonte: Dipai/Sugof

Observando o Gráfico acima, nota-se que as intervenções de AGF, Pepro e COV foram exitosas em elevar o preço recebido pelo produtor, quando estava abaixo do mínimo. Tal realidade é evidenciada e quantificada no resultado do coeficiente, que apresentou nível de efeito moderado, em 2013. Ressalta-se que o milho, uma das maiores commodities comercializadas no mundo, é de difícil ação efetiva no tocante a intervenção, devido à forte influência dos preços externos. Além disso, os grandes volumes produzidos exigem que, para obter o efeito desejado, ocorram intervenções tempestivas e em grandes quantidades.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,09
2010	0,07
2011	0,02
2012	-0,21
2013	-0,60

**Figura 5.4 - Indicador de Efetividade nas intervenções - Trigo – Paraná**

Fonte: Dipai/Sugof

A intervenção de venda de estoques públicos, ocorrida no trigo, em 2013, apresentou resultado dentro do objetivo buscado pela empresa (coeficiente entre -0,4 e -1), contribuindo para a queda dos preços, quando se fez necessária.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,07
2010	0,04
2011	-0,19
2012	0,02
2013	-0,41

### 5.3. Articulação e Organização do Abastecimento

#### 5.3.1. Prohort

O programa visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, por meio do desenvolvimento e integração de dados estatísticos dos mercados atacadistas, disponibilizando informações técnicas para formulação de políticas públicas agrícolas e de abastecimento e universalização das informações geradas, reduzindo suas assimetrias junto ao público. Exercido em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contempla o conjunto de interesses do setor, da produção à comercialização, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

O papel da Conab no Prohort não é de interferir ou fomentar a comercialização, mas de unificar as informações das Ceasas em um Banco de dados e disponibilizá-las ao público. Para verificar as informações, basta acessar o site: [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br) /Comercialização nas Ceasas/ Consulta Relatório, e escolher a Classificação Mensal ou Anual.

Estão disponibilizados no site três ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização das Centrais, quais sejam: Preços (preços diários e médios dos 48 principais

produtos comercializados em 46 mercados atacadistas); Siscom (movimentação física e financeira de 58 Mercados atacadistas em 22 unidades da federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos); Simab (informações de mercado sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização de 58 Mercados Atacadistas).

**Quadro 5.17 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas**

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
AC	1	1	1	1	1
AL	1	1	1	1	-
BA	3	3	3	3	-
CE	3	3	1	3	1
DF	1	1	1	1	-
ES	3	3	1	2	3
GO	1	1	1	1	1
MA	1	1	-	1	-
MG	11	11	5	11	10
MS	1	1	1	1	-
PA	1	1	1	1	-
PB	3	3	2	3	-
PE	3	1	1	1	-
PI	1	-	-	-	-
PR	5	5	2	5	5
RJ	6	6	1	6	5
RN	1	1	1	-	-
RS	2	2	2	2	1
SC	4	3	1	3	-
SE	1	-	-	-	-
SP	15	13	13	13	2
TO	1	1	1	1	-
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>62</b>	<b>40</b>	<b>60</b>	<b>29</b>

Fonte: Dirab/Supab

**Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).**

**Quadro 5.18 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros**

Ceasa	Quantidade (1.000 ton.)			Valor (milhões de R\$)		
	2012	2013	Variação	2012	2013	Variação
Ceasa-AC - Rio Branco	14,1	13,3	-5,8%	28,03	28,27	0,9%
Ceasa-AL - Maceió	136,1	115,6	-15,1%	-	208,15	-
Ceasa-BA - Juazeiro	740,8	837,9	13,1%	832,61	1.104,00	32,6%
Ceasa-BA - Paulo Afonso	13,8	14,6	5,2%	21,94	44,58	103,2%
Ceasa-BA - Salvador	582,7	592,3	1,6%	1.019,00	1.265,06	24,1%
Ceasa-CE - Cariri	-	32,01	-	-	55,99	-
Ceasa-CE - Ibiapaba	69,1	75,1	8,7%	72,36	89,81	24,1%
Ceasa-CE - Fortaleza	497,4	474,4	-4,6%	793,98	910,22	14,6%
Ceasa-DF - Brasília	347,8	348,5	0,2%	574,90	836,07	45,4%
Ceasa-ES - Cachoeiro do Itapemirim	11,2	-	-	18,06	-	-
Ceasa-ES - Noroeste	15,0	28,1	87,2%	23,18	44,74	93,0%
Ceasa-ES - Vitória	503,0	515,7	2,5%	741,74	915,84	23,5%
Ceasa-GO - Goiânia	864,6	871,0	0,7%	1.559,91	1.780,98	14,2%
Ceasa-MA - São Luís	-	118,9	-	-	214,04	-
Ceasa-MG - Barbacena	16,8	16,5	-2,2%	24,30	28,18	16,0%
Ceasa-MG - Caratinga	47,3	45,4	-3,9%	54,07	65,80	21,7%
Ceasa-MG - Gov. Valadares	36,7	44,7	21,7%	53,11	70,33	32,4%
Ceasa-MG - Grande BH	2.331,6	2.215,3	-5,0%	3.901,50	4.155,65	6,5%
Ceasa-MG - Juiz de Fora	79,5	75,5	-5,0%	117,82	135,34	14,9%
Ceasa-MG - Montes Claros	-	43,1	-	-	54,93	-
Ceasa-MG - Uberaba	77,3	108,9	41,0%	112,63	180,86	60,6%
Ceasa-MG - Uberlândia	216,3	222,4	2,8%	338,81	394,84	16,5%
Ceasa-MG - Varginha	49,4	-	-	64,22	-	-
C Int Abast - Itajubá	10,1	12,3	22,1%	19,23	28,76	49,5%
Merc Mun - Patos de Minas	29,5	28,8	-2,2%	46,39	53,75	15,9%
Ceasa-MS - Campo Grande	148,3	166,7	12,4%	228,43	299,98	31,3%
Ceasa-PA - Belém	287,6	279,8	-2,7%	478,89	581,57	21,4%
Ceasa-PB - Campina Grande	150,4	147,0	-2,2%	254,29	281,64	10,8%
Ceasa-PB - João Pessoa	122,1	125,2	2,5%	158,84	218,86	37,8%
Ceasa-PB - Patos	45,2	43,3	-4,1%	61,47	85,69	39,4%
Ceasa-PE - Recife	1.024,5	1.003,3	-2,1%	2.282,95	2.785,12	22,0%
Ceasa-PR - Cascavel	59,6	58,9	-1,2%	110,24	123,74	12,2%
Ceasa-PR - Curitiba	715,6	682,9	-4,6%	977,02	1.136,87	16,4%
Ceasa-PR - Foz do Iguaçu	65,7	71,7	9,1%	99,29	122,60	23,5%
Ceasa-PR - Londrina	125,5	87,2	-30,5%	179,07	150,15	-16,1%
Ceasa-PR - Maringá	117,5	116,8	-0,6%	185,07	230,54	24,6%
Ceasa-RJ - Grande Rio	1.520,0	1.830,7	20,4%	2.858,25	3.671,95	28,5%
Ceasa-RJ - Nova Friburgo	16,3	17,4	7,0%	10,09	25,14	149,3%
Ceasa-RJ - Pati do Alferes	19,3	15,5	-19,9%	23,91	23,96	0,2%
Ceasa-RJ - Ponto de Pergunta	25,3	26,8	6,2%	30,55	26,81	-12,3%
Ceasa-RJ - S. José do Ubá	25,3	19,1	-24,7%	33,95	15,08	-55,6%
Ceasa-RJ - São Gonçalo	287,3	271,7	-5,4%	229,74	326,07	41,9%
Ceasa-RN - Natal	251,5	281,6	11,9%	382,80	508,66	32,9%
Ceasa-RS - Caxias do Sul	30,6	30,2	-1,2%	47,18	53,60	13,6%
Ceasa-RS - Porto Alegre	564,6	548,5	-2,8%	891,28	995,96	11,7%
Ceasa-SC - Blumenau	47,2	47,2	0,1%	55,79	68,70	23,1%
Ceasa-SC - São José	304,8	311,8	2,3%	363,49	436,77	20,2%
Ceasa-SC - Tubarão	11,5	23,8	107,0%	13,90	33,95	144,2%
Ceagesp-SP - Araçatuba	25,9	21,1	-18,6%	46,47	49,23	5,9%
Ceagesp-SP - Araraquara	33,6	36,0	7,1%	52,65	65,40	24,2%
Ceagesp-SP - Bauru	63,9	74,7	16,9%	91,78	132,57	44,4%
Ceagesp-SP - Franca	10,7	10,6	-0,9%	17,26	20,55	19,1%
Ceagesp-SP - Grande SP	3.408,0	3.378,4	-0,9%	6.265,43	7.879,00	25,8%
Ceagesp-SP - Marília	11,9	12,7	6,7%	18,20	23,53	29,3%
Ceagesp-SP - Piracicaba	71,0	47,3	-33,4%	110,38	71,73	-35,0%
Ceagesp-SP - Pres. Prudente	50,0	60,2	20,5%	63,90	85,87	34,4%
Ceagesp-SP - Ribeirão Preto	220,8	193,3	-12,5%	321,59	313,63	-2,5%
Ceagesp-SP - S. José dos Campos	102,2	109,6	7,3%	135,30	181,82	34,4%
Ceagesp-SP - S. José Rio Preto	86,1	84,3	-2,1%	135,78	156,12	15,0%
Ceagesp-SP - Sorocaba	105,7	105,3	-0,4%	138,29	162,91	17,8%
Ceasa-SP - Campinas	754,1	603,9	-19,9%	1.289,93	1.217,80	-5,6%
Ceasa-SP - Santo André	138,4	-	-	208,43	-	-
Ceasa-SP - Taubaté	29,2	-	-	23,24	-	-
Ceasa-TO - Palmas	13,5	10,1	-24,7%	29,04	18,23	-37,2%
<b>Total</b>	<b>17.780,7</b>	<b>17.805,3</b>	<b>0,1%</b>	<b>29.321,9</b>	<b>35.248,0</b>	<b>20,2%</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

**5.3.2. Principais Indicadores de Desempenho**

Principais indicadores de desempenho adotados pela companhia para o macroprocesso,

---

**destacando o resultado geral e os resultados das superintendências regionais, apresentando as justificativas e ações corretivas no caso das superintendências com resultados abaixo das metas estabelecidas para o exercício**

Não há indicadores estabelecidos para as Superintendências Regionais, na medida em que as ações e metas são definidas de forma corporativa.

Outrossim, a Conab não tem governabilidade sobre a comercialização desempenhada nos mercados hortigranjeiros, atuando tão somente como facilitadora na unificação das informações das Ceasas em um banco de dados e respectiva disponibilização ao público.

## **5.4. Prestação de Serviços**

### **5.4.1. Serviços de Armazenagem**

#### **Informações sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas**

O tempo de armazenagem dos produtos recebidos pela Conab varia em função do tipo. Em média, produtos agrícolas de diversas espécies permanecem nos armazéns da Conab por volta de 1 ano, podendo chegar a mais de 5 anos, como o café. O período de armazenamento de produtos manufaturados, como aqueles empregados nas cestas básicas fornecidas pelo governo, depende da natureza e perfil de processamento do produto; nesses casos segue-se orientação quanto à validade e condições de armazenamento indicado pelo fabricante.

Nas unidades armazenadoras da Companhia, conforme os normativos internos, são realizadas as operações de pré limpeza, secagem e limpeza para padronização dos grãos, além da aeração e termometria, para acompanhamento da temperatura durante a armazenagem de produtos agrícolas em armazéns graneleiros. Ressalta-se que nem todas as unidades estão aptas para a realização dessas operações, variando de acordo com sua modalidade. Na unidade de Rio Formoso/TO realiza-se, ainda, o beneficiamento de arroz.

#### **Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Companhia por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)**

**Quadro 5.19 - Estoques de terceiros armazenados nas unidades próprias**

UF	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
AM	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	17.112	279.089,00
	<b>TOTAL AM</b>	<b>17.112</b>	<b>279.089,00</b>
BA	MAMONA	12.980	17.302,34
	<b>TOTAL BA</b>	<b>12.980</b>	<b>17.302,36</b>
CE	ACUCAR	10.858	24.973,40
	ARROZ	24.203	67.284,34
	FARINHAS	3.449	7.310,82
	FEIJAO	5.923	33.228,03
	LATICINIOS	4.191	83.711,23
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	25.718	149.000,25
	<b>TOTAL CE</b>	<b>74.342</b>	<b>365.508,10</b>
DF	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	1.736.263	9.381.833,88
	TRIGO	3.254.160	2.755.645,93
	<b>TOTAL DF</b>	<b>4.990.423</b>	<b>12.137.479,81</b>
ES	BEBIDAS	2.330	7.794,91
	CAFE	45.000	247.500,00
	MILHO	302.670	124.851,38
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	407.011	5.368.181,78
	<b>TOTAL ES</b>	<b>757.013</b>	<b>5.748.328,23</b>
GO	ARROZ	369.142	257.386,95
	EMBALAGENS	2.934	28.714,48
	LATICINIOS	3.250	7.475,00
	MILHO	7.315.694	2.778.275,70
	OUTROS PRODUTOS AGRICOLAS	156.635	38.911,45
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	650	97,50
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	45.274	1.767.970,34
	SEMENTE	909.903	5.298.263,33
	SOJA	7.630	7.553,67
	SORGO	992.310	305.104,70
	<b>TOTAL GO</b>	<b>9.803.423</b>	<b>10.489.753,12</b>
MA	ARROZ	8.867.590	11.087.147,67
	MILHO	976.000	383.682,80
	TRIGO	6.050.380	5.113.767,00
	<b>TOTAL MA</b>	<b>15.893.970</b>	<b>16.584.597,47</b>
MG	ARROZ	1.132.910	676.990,06
	CAFE	4.046.439	21.511.481,48
	EMBALAGENS	48.342	471.827,49
	FECULAS E AMIDOS	110.600	81.874,35
	MILHO	1.311.470	459.006,71
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	15.755	325.045,86
	SOJA	89.250	74.375,04
	TRIGO	3.888.206	3.667.374,85
	<b>TOTAL MG</b>	<b>10.642.972</b>	<b>27.267.975,84</b>
MS	MILHO	28.160.570	8.168.684,33
	<b>TOTAL MS</b>	<b>28.160.570</b>	<b>8.168.684,36</b>
MT	ARROZ	5.376.170	1.344.042,59
	OUTROS PRODUTOS AGRICOLAS	9.704.690	5.143.485,70
	<b>TOTAL MT</b>	<b>15.080.860</b>	<b>6.487.528,34</b>
PA	CAFE	26.800	58.429,50
	FEIJAO	100.000	580.000,00
	FRUTAS E DERIVADOS	49.116	240.177,24
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	98.395	1.788.747,11
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	32.904	129.267,86
	<b>TOTAL PA</b>	<b>307.215</b>	<b>2.796.621,71</b>
PE	ACUCAR	51.720	79.338,47
	ARROZ	259.830	448.825,57
	FARINHAS	51.710	168.940,85
	FEIJAO	51.000	106.054,50
	LATICINIOS	16.385	188.427,50
	OLEOS VEGETAIS	18.940	49.054,60
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	51.710	90.206,01
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	4.310	255.540,20	
	<b>TOTAL PE</b>	<b>505.605</b>	<b>1.386.387,70</b>

UF	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
PI	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	70.472	1.575.788,00
	<b>TOTAL PI</b>	<b>70.472</b>	<b>1.575.788,00</b>
PR	CAFE	2.873.070	14.233.302,45
	MILHO	271.524	11.909,01
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	74.957	134.237,50
	SOJA	29.854.417	29.986.150,00
	TRIGO	39.050.767	29.541.898,96
	<b>TOTAL PR</b>	<b>72.124.735</b>	<b>73.907.498,02</b>
RJ	ALHO	3.702.090	195.006,25
	ARROZ	23.990	69.571,00
	BEBIDAS	49.905	268.365,75
	EMBALAGENS	6.498	12.484,96
	FRUTAS E DERIVADOS	200.608	230.451,15
	LATICINIOS	19.410	194.100,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	378.532	1.762.859,76
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	62.711	1.748.562,13
	<b>TOTAL RJ</b>	<b>4.443.745</b>	<b>4.481.401,00</b>
RO	CAFE	2.690	9.680,00
	<b>TOTAL RO</b>	<b>2.690</b>	<b>9.680,00</b>
RS	EMBALAGENS	3.266	12.057,84
	OUTROS PRODUTOS FRIGORÍFICOS	82	1.088,61
	PESCADOS	19.363	10.236,02
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	15.993	112.974,71
	SEMENTE	29.863	96.117,81
	<b>TOTAL RS</b>	<b>68.837</b>	<b>232.477,10</b>
SC	ACUCAR	2.909	13.497,78
	ARROZ	139.920	28.488,98
	LATICINIOS	17.724	212.688,00
	OLEOS VEGETAIS	12.172	46.115,04
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	127.897	1.012.445,26
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	10.000	10.000,00
	<b>TOTAL SC</b>	<b>330.722</b>	<b>1.323.235,11</b>
SP	AMENDOIN	1.355.336	2.958.037,89
	AVEIA	1.500	540,00
	CAFE	5.731.245	27.606.836,65
	EMBALAGENS	1.138	4.095,00
	FARINHAS	196.430	510.718,00
	FEIJAO	2.030	4.940,00
	MILHO	41.050	16.248,00
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/ MANUFATURADOS	1.933.681	13.904.878,04
	SEMENTE	9.780	9.800,00
	SOJA	638.164	632.296,31
	<b>TOTAL SP</b>	<b>9.910.353</b>	<b>45.648.390,86</b>
TO	ARROZ	142.560	108.808,07
	<b>TOTAL TO</b>	<b>142.560</b>	<b>108.808,07</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>173.340.598</b>	<b>219.016.534,19</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gearm (Saagra, 2013)

Por meio do Sistema Aplicado à Armazenagem de Grãos – Saagra, a Conab gerencia as informações operacionais e financeiras, oriundas das Unidades Armazenadoras da Companhia.

Conforme o quadro acima, ao final de 2013 a Conab apresentava um saldo de produtos de terceiros de aproximadamente 173.340 toneladas, representando 19% do estoque total. O Estado do Paraná apresentou o maior estoque final (72.124 t), seguido do Mato Grosso do Sul (28.160 t), Maranhão (15.893 t) e Mato Grosso (15.080 t), sendo os produtos trigo e milho os de maior representatividade.

### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

A qualidade dos produtos armazenados na Conab é satisfatória, uma vez que a Companhia possui um corpo técnico de RT-Responsáveis Técnicos que constantemente acompanham a situação desses produtos, determinando a correção de algumas falhas detectadas tanto na qualidade quanto no armazenamento.

Além disso, ressalta-se que a Companhia possui mecanismos de manutenção da qualidade já que realiza tratamento fitossanitário, aeração, monitoramento da temperatura no interior dos armazéns graneleiros e silos, mediante termometria.

### Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

**Quadro 5.20 - Resultado dos Serviços de Armazenagem**

Discriminação	Valor	%
<b>RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS</b>	<b>22.759.253,51</b>	<b>0,00</b>
Receita de Vendas	0,00	0,00
Receita de Serviços de Armazenagem	22.759.253,51	0,00
(-) Deduções (ISS e Outras)	-429.175,41	1,89
<b>RECEITA LIQUIDA</b>	<b>22.330.078,10</b>	<b>8,11</b>
-Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>22.330.078,10</b>	<b>8,11</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>-132.047.338,85</b>	<b>580,19</b>
Despesas de Pessoal	-82.878.934,67	364,15
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-49.168.404,18	216,04
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>109.491.690,55</b>	<b>81,09</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>-225.570,20</b>	<b>0,99</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>-3.098.442,61</b>	<b>13,61</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO ACUMULADO</b>	<b>-3.324.012,81</b>	<b>-14,61</b>

Fonte: Siafi e Sisdre (Sucon)

#### 5.4.2. Leilões de Terceiros

##### Informações sobre os principais resultados da prestação de serviços de leilões de terceiros

Os leilões de terceiros são operações eventuais, onde a Conab recebe uma remuneração do cliente pelo uso do sistema de interligação de Bolsas de Mercadorias. Não há regularidade na demanda para essas operações. Em geral, quando ocorrem, são tempestivamente atendidas.

**Quantidade física e financeira de produtos transacionada em leilões de terceiros por produto e por Estado; Faturamento total com serviços de leilões de terceiros; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quadro 5.21 - Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros**

Setor	Ofertante	Produto	Valor Operação (Em R\$)	Comissão Conab
Privado	Não houve no período			
Público	MDS	Madeira (m³)	4.155.880,90	27.013,23
	Casemg/MG	Cafê, Feijão, Milho, Soja e Sorgo	525.265,35	3.414,22
<b>Total Setor Público</b>			<b>4.681.146,25</b>	<b>30.427,45</b>

Fonte: Dirab/Suope/Gerop

### 5.4.3. Classificação de Produtos Agrícolas

**Informações sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas**

A Conab não detém estrutura técnica, quadro de pessoal especializado de classificadores e, principalmente, estrutura laboratorial apropriada para realização dos serviços de classificação de produtos governamentais.

A insuficiência da estrutura de classificadores e de laboratórios de classificação da companhia para efetuar o controle de qualidade em todo o território nacional impõe a esta empresa cumprir a determinação da Lei 9.972/2000, a qual estabelece que a classificação de produtos vegetais é obrigatória nas operações de compra e venda do Governo Federal. Torna-se indispensável, portanto, recorrer a empresas que prestam tais serviços, como a EBDA na Bahia, a Clavece no Ceará, a Agrodefesa em Goiás, o IMA em Minas Gerais, a Codapar no Paraná, a Emater/Ascar no Rio Grande do Sul e a Sidasc em Santa Catarina, todas credenciadas pelo MAPA (e constantes do Título 9 do MOC).

Sendo assim, a Companhia contrata empresas credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, para a prestação de serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, formalizando contratualmente as obrigações, direitos e responsabilidades consignados para a consecução das atividades.

Vale ressaltar que sem a contratação destas empresas seria impossível garantir o controle de qualidade e a fidedignidade qualitativa do estoque governamental, e que o valor pago para a prestação deste serviço é muito inferior ao necessário para implantar novos laboratórios, com a compra de todos os equipamentos necessários e exigidos pelo MAPA, e também com a contratação de muitos classificadores para executarem a amostragem e classificação, além de aumentar expressivamente os custos com treinamento e capacitação desses profissionais.

**Quantidade física e financeira de produtos classificados por produto e por Estado; Faturamento total com serviços de classificação; Demonstração do resultado financeiro das operações de classificação de produtos agrícolas**

O único estado que efetivamente presta o serviço de classificação para terceiros é o Espírito Santo, e em pequena escala, sendo que não houve faturamento nesse exercício.

Nos demais estados a classificação é realizada apenas para o controle interno de qualidade dos produtos governamentais, e não gera receita financeira.

#### 5.4.4. Principais Indicadores de Desempenho

Principais indicadores de desempenho adotados pela companhia para o macroprocesso, destacando o resultado geral e os resultados das superintendências regionais, apresentando as justificativas e ações corretivas no caso das superintendências com resultados abaixo das metas estabelecidas para o exercício

#### Quadro 5.22 - Principal Indicador de Desempenho

Percentual de Estoque de Terceiros em relação aos Estoques Públicos	2013	2012	2011
<b>Objetivo:</b> Comparar os estoques de terceiros e os estoques públicos nas Unidades Armazenadoras próprias. (Estoque total)	56,7	18,0	22,0
<b>Análise:</b> Influenciaram no resultado o aumento do estoque de terceiros e os estoques públicos, que diminuíram 43% em relação ao ano anterior.			

### 5.5. Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

#### 5.5.1. Armazéns utilizados pela Companhia

#### Quadro 5.23 - Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	Quantidades		Capacidade (t)			Total Capacidade (t)	Média de Ocupação	% de Ocupação
	Nº armazéns	Nº unidades	convencional	granel	frigorífico			
AC	1	1	600			600	175	29,2%
AL	2	2	6.000			6.000	3.010	50,2%
AM	2	1	4.800			4.800	659	13,7%
AP	1	1	640			640	0	0,0%
BA	10	5	33.800			33.800	6.414	19,0%
CE	11	8	56.400			56.400	10.048	17,8%
DF	5	1	37.800	25.800		63.600	15.139	23,8%
ES	5	3	141.600			141.600	4.524	3,2%
GO	14	9	56.900	145.000		201.900	76.544	37,9%
MA	8	3	11.500	52.000		63.500	12.084	19,0%
MG	16	9	127.200	241.600		368.800	95.163	25,8%
MS	17	8	17.300	169.700		187.000	10.794	5,8%
MT	21	5	19.300	180.100		199.400	46.259	23,2%
PA	5	3	25.000			25.000	3.273	13,1%
PB	4	4	22.200			22.200	2.655	12,0%
PE	4	2	28.400			28.400	1.892	6,7%
PI	6	4	23.900			23.900	4.680	19,6%
PR	12	5	109.800	445.800	5.000	560.600	216.495	38,6%
RJ	2	1	26.800			26.800	7.473	27,9%
RN	8	7	33.680			33.680	6.741	20,0%
RO	5	3	20.000			20.000	2.623	13,1%
RR	4	1	8.700			8.700	711	8,2%
RS	4	3	13.300		14.100	27.400	6.354	23,2%
SC	4	2	6.600	5.000		11.600	2.636	22,7%
SE	1	1	3.200			3.200	3.242	101,3%
SP	5	4	164.500			164.500	29.029	17,6%
TO	3	2	5.200	28.000		33.200	6.060	18,3%
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>98</b>	<b>1.005.120</b>	<b>1.293.000</b>	<b>19.100</b>	<b>2.317.220</b>	<b>574.677</b>	<b>24,8%</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gecad e Gearm

Verifica-se que a média do percentual de ocupação dos armazéns próprios ficou em torno de 20%. Ressalta-se que as atividades das Unidades Frigoríficas de Curitiba/PR e Passa

Quatro/MG foram encerradas, reduzindo a capacidade estática do frigorífico para 14.100 toneladas.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelas Unidades Armazenadoras quanto a manter um estoque mais expressivo, destaca-se a atual estrutura física que necessita ser modernizada para competir com a iniciativa privada, além da falta de pessoal qualificado. Ressaltamos que o baixo estoque de produtos de terceiros nas estruturas de armazenagem localizadas nas regiões Norte e Nordeste e nos Estados ES, RJ, SC deve-se ao atendimento quase que exclusivo a programas sociais de governo.

Além disso, o percentual de ocupação nas Unidades Armazenadoras apresenta-se baixo devido a outros fatores como: baixa capacidade graneleira; mudança das fronteiras agrícolas; modernização da estrutura de armazenagem da rede privada; estruturas de armazenagem e equipamentos obsoletos; grande concentração de unidades com finalidade exclusivamente social, com alta rotatividade, não formando estoques; falta de pessoal na área de engenharia; falta de pessoal qualificado nas Unidades o que coopera com a má gestão em algumas delas; ausência de política de armazenagem para os armazéns próprios; adoção de tarifas não competitivas.

Visando aumentar o índice de ocupação, foram adotadas as seguintes estratégias:

- Por intermédio do Termo de Cooperação N° 04/2012 entre a Conab e o MDS foram investidos R\$1.469.106,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove e cento e seis reais), sendo que os contratos gerados encontram-se em fase de execução, ou seja, a entrega dos equipamentos nas UAs ainda está sendo realizada. Tal iniciativa buscou suprir as demandas por equipamentos, de forma a recuperar ou substituir por novos aqueles em estado precário;
- O Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 prevê investimentos de R\$ 500 milhões na Conab para construção de novas UAs e reforma/modernização/ampliação de UAs existentes, cujos investimentos consistem no Plano Nacional de Armazenagem. Por meio da Medida Provisória n° 619, de 06/06/2013, a Conab foi autorizada a contratar o Banco do Brasil S.A. (BB) para atuar na gestão e fiscalização de obras e serviços relacionados à reforma, modernização, ampliação e construção de Unidades Armazenadoras.
- Contratação, por meio de concurso público, de engenheiros nas áreas civil, elétrica, mecânica e arquitetura para realização dos trabalhos de recuperação e modernização da Rede própria.

As principais dificuldades encontradas foram a falta de pessoal na área de engenharia e a restrição orçamentária e financeira ocorrida em 2013.

### **Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios (estoques públicos)**

O quadro abaixo apresenta, de forma resumida, a posição dos estoques públicos armazenados nas unidades da Conab, sendo que informações mais detalhadas encontram-se no **Anexo IV, pág.160**.

**Quadro 5.24 - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
AC				15.672	21.942,83
AL	Açúcar, Arroz, Far.mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	1.607	2.447.378,93	110.501	103.834,62
AM	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	1.435	2.496.460,45	74.053	78.898,28
BA	Açúcar, Arroz, Café Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	7.831	16.779.962,62	539.063	579.568,50
CE	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	4.971	5.685.023,12	635.198	696.544,62
DF	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	662	622.077,55	141.406	120.921,17
ES	Açúcar, Arroz, Café Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	4.791	10.967.171,09	443.760	448.324,38
GO	Açúcar, Algodão, Arroz, Café Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros, Trigo	19.536	12.016.378,58	0	0,00
MA	Açúcar, Arroz, Café Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	7.970	7.716.034,15	443.828	482.329,06
MG	Açúcar, Arroz, Café Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros, Trigo	85.470	460.789.520,61	0	0,00
MS	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	4.243	4.566.632,54	21.095	64.927,83
MT	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	425	1.188.055,38	91.916	93.509,16
PA	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Outros	1.447	3.437.824,36	70.375	88.058,98
PB	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	610	1.132.941,03	408.514	462.274,11
PE	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	4.446	7.631.491,09	277.015	292.753,51
PI	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	2.264	2.242.468,04	457.238	468.803,24
PR	Açúcar, Arroz, Café, Farinha de Trigo, Feijão, Leite, Outros	2.949	12.249.676,66	52.509	52.387,89
RJ	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão cor, Leite, Milho, Outros	148	280.885,63	11.624	4.621,70
RN	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	1.968	2.800.824,49	318.553	362.722,78
RO	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	1.472	2.059.757,12	123.155	110.313,41
RR	Milho	127	156.364,59	295.023	291.676,66
RS	Açúcar, Arroz, Feijão cor, Leite, Outros	1.509	5.016.726,39	25.366	29.310,54
SC	Açúcar, Arroz, Farinha de Trigo, Feijão cor, Milho, Outros	5.354	5.561.929,40	42.118	76.560,52
SE	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	4.187	6.582.107,68	47.906	62.849,01
SP	Açúcar, Arroz, Café, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Outros	11.081	66.853.245,55	12.200	14.269,92
TO	Açúcar, Arroz, Farinha de mandioca, Feijão, Leite, Milho, Outros	1.031	1.569.119,42	18.901	18.841,46
<b>TOTAL</b>		<b>177.534</b>	<b>642.850.056</b>	<b>4.676.989</b>	<b>5.026.244</b>

Fonte: Dirab/Sulog

Outros: produtos como fubá, macarrão, óleo, suco, que compõem as cestas básicas para doações a organizações de Assistência Social.

**Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados****Quadro 5.25 - Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados**

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
AP	MILHO		232	341.639,99	26.126	32.392,70
<b>Subtotal</b>			232	341.639,99	26.126	32.392,70
BA	SISAL		2.751	5.130.939,08		
<b>Subtotal</b>			2.751	5.130.939,08		
GO	ALGODÃO		27	349.758,16		
	MILHO		33.416	23.600.696,80		
<b>Subtotal</b>			33.443	23.950.454,96		
MS	MILHO		2.278	1.515.493,47		
<b>Subtotal</b>			2.278	1.515.493,47		
MT	ARROZ		205	124.691,78	17.011	1.701,10
	MILHO		1.758.283	466.781.651,97		
<b>Subtotal</b>			1.758.488	466.906.343,75	17.011	1.701,10
PR	FEIJAO		36	136.551,76	1.039	557,61
<b>Subtotal</b>			36	136.551,76	1.039	557,61
RS	ARROZ		904.551	777.788.374,61	194.304	206.732,28
	LEITE		543	6.246.110,00		
	MILHO		14.928	13.523.644,40		
<b>Subtotal</b>			920.022	797.558.129,01	194.304	206.732,28
SC	MILHO		21.318	21.605.080,14		
<b>Subtotal</b>			21.318	21.605.080,14		
SP	FEIJAO		42	60.858,28		
	MILHO		14.433	7.041.455,62		
<b>Subtotal</b>			14.474	7.102.313,90		
<b>Total</b>			<b>2.753.043</b>	<b>1.324.246.946,06</b>	<b>238.480</b>	<b>241.383,69</b>

Fonte: Dirab/Sulog/Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos.

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001****a) Principais problemas**

A Rede Armazenadora da Conab, por possuir Unidades Armazenadoras construídas há mais de 20 anos, que nunca passaram por um programa de reforma e modernização geral como o Programa Nacional de Armazenagem em curso, encontra-se em estado precário de conservação, com equipamentos eletromecânicos e instalações, em sua maioria, com seu tempo de vida útil vencido e obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

Assim, possui como principais problemas: 1) coberturas cujas telhas e estruturas necessitam ser substituídas, em virtude das inúmeras goteiras e do risco de desabamento; 2) instalações elétricas que necessitam ser substituídas/modernizadas, porque além dos problemas causados pelo vencimento da vida útil, como panes, queimas de lâmpadas e equipamentos e maior consumo de energia elétrica, estão em desacordo com os normativos atuais; 3) ausência ou irregularidade nos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI) e Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

**b) Demanda por manutenção**

Mediante informações recebidas das Sureg em 2013, que atenderam à solicitação da

Superintendência responsável na Matriz, estima-se que são necessários R\$209.557.093,35 para a recuperação e modernização de toda a rede armazenadora da Conab, conforme pode ser observado em planilha detalhada no ANEXO V, pág. 165 e no quadro resumo por Sureg a seguir:

**Quadro 5.26 - Valor necessário para recuperação, modernização e aquisição de equipamentos das UAs da Conab**

SUREG	CAPITAL (R\$)	CORRENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
SUREG/AC	40.500,00	240.000,00	280.500,00
SUREG/AL	295.000,00	187.000,00	482.000,00
SUREG/AP	71.964,63	0,00	71.964,63
SUREG/AM	1.911.700,00	0,00	1.846.200,00
SUREG/BA	4.941.200,00	1.374.000,00	6.315.200,00
SUREG/CE	453.000,00	1.334.300,00	1.787.300,00
SUREG/ES	792.064,00	535.768,00	1.327.832,00
SUREG/GO	18.360.600,00	6.903.000,00	25.263.600,00
SUREG/MA	4.291.000,00	1.340.000,00	5.631.000,00
SUREG/MG	14.256.078,00	3.517.000,00	17.623.078,00
SUREG/MS	13.971.800,00	1.081.000,00	15.052.800,00
SUREG/MT	42.250.000,00	960.000,00	42.610.000,00
SUREG/PA	4.330.000,00	266.500,00	4.596.500,00
SUREG/PB	5.703.663,00	749.500,00	6.453.163,00
SUREG/PR	12.917.023,66	3.527.305,43	16.444.329,09
SUREG/PE	4.805.000,00	1.417.000,00	6.102.000,00
SUREG/PI	10.120.000,00	15.000,00	10.135.000,00
SUREG/RJ	5.820.000,00	3.635.000,00	9.455.000,00
SUREG/RS	5.897.910,26	2.233.818,00	8.131.728,26
SUREG/RN	4.300.000,00	1.320.000,00	7.353.000,00
SUREG/RO	3.686.500,00	1.136.500,00	4.823.000,00
SUREG/RR	4.440.000,00	1.500.000,00	5.940.000,00
SUREG/SC	830.000,00	598.000,00	1.428.000,00
SUREG/SP	970.000,00	850.000,00	1.820.000,00
SUREG/TO	2.246.600,00	753.600,00	3.000.200,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>173.333.301,92</b>	<b>36.223.791,43</b>	<b>209.557.093,35</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gerap a partir de informações das Sureg

## c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Quadro 5.27 - Valor gasto para manutenção e aquisição de equipamentos nas UAs

SUREG	Total Empenhado em 2013		Inscrito em restos a pagar não processados		Total Liquidado em 2013 (em R\$)	
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital
SUREG AM	2.409,00	0,00	0,00	0,00	2.409,00	0,00
SUREG BA	10.484,84	4.900,00	0,00	0,00	10.484,84	4.900,00
SUREG CE	986,17	0,00	0	0	986,17	0,00
SUREG ES	182.345,62	103.660,00	172.000,00	0,00	10.345,62	103.660,00
SUREG GO	87.269,69	0,00	84.109,00	0,00	3.160,69	0,00
SUREG MA	142.065,31	75.068,00	137.016,49	23.450,00	5.048,82	51.618,00
SUREG MG	217.075,49	78.373,00	12.938,35	0,00	204.137,14	78.373,00
SUREG MS	36.865,23	0,00	0,00	0,00	36.865,23	0,00
SUREG MT	27.811,45	0,00	0,00	0,00	27.811,45	0,00
SEUREG PA	19.616,00	0,00	0,00	0,00	19.616,00	0,00
SUREG PB	5.050,95	9.388,20	2.138,14	9.388,20	2.912,81	0,00
SUREG PI	3.333,98	0,00	680,00	0,00	2.653,98	0,00
SUREG PR	93.180,88	0,00	0	0	93.180,88	0,00
SUREG RJ	7.801,79	0,00	0,00	0,00	7.801,79	0,00
SUREG RN	1.022,40	0,00	0,00	0,00	1.022,40	0,00
SUREG RO	3.578,82	0,00	0,00	0,00	3.578,82	0,00
SUREG RR	11.199,00	0,00	8.480,00	0,00	2.719,00	0,00
SUREG RS	59.612,10	0,00	6.800,00	0,00	52.812,10	0,00
SUREG SC	30.135,64	0,00	4.689,33	0,00	25.446,31	0,00
SUREG TO	100.066,41	0,00	44.400,41	0,00	55.666,00	0,00
SUREG SP	12.738,43	0,00	7.500,00	0,00	5.238,43	0,00
<b>Programa Nacional de Armazenagem</b>	<b>0,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.054.649,20</b>	<b>721.389,20</b>	<b>480.751,72</b>	<b>482.838,20</b>	<b>573.897,48</b>	<b>238.551,00</b>
		<b>1.776.038,40</b>		<b>963.589,92</b>		<b>812.448,48</b>

Fonte:Dirab/Suarm/Gerap

## d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

A Conab, no ano de 2013, não realizou a certificação de nenhuma unidade armazenadora, pois considerando o disposto na IN MAPA N° 24, de 09 de julho de 2013, que altera o cronograma para a certificação de Unidades Armazenadoras, a conclusão da segunda etapa para a certificação foi prorrogada para 31 de dezembro de 2014. Com isso, até a referida data a Companhia deverá concluir a segunda etapa da certificação.

Além da IN MAPA N° 24, a qual prorroga o prazo para a conclusão da segunda etapa da certificação, em 2013 a Conab enfrentou restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O ANEXO V, **pág. 165**, além de apresentar as necessidades para modernização das Unidades Armazenadoras, também contempla as demandas para a Certificação da rede armazenadora própria.

**e) Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem por produto e por Estado**

**Quadro 5.28 - Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

UF	Nº. UA	Capacidade Estática (mil t)			* Produção 13/14 (mil t)	Demanda % (Capac./Prod)
		Convencional	Granel	Total		
AC	15	28	1	29	130	-77%
AL	73	202	349	551	58	856%
AM	40	69	315	384	43	798%
AP	3	3	0	3	6	-40%
BA	635	870	3.162	4.032	7.303	-45%
CE	102	217	168	385	648	-41%
DF	90	151	314	464	769	-40%
ES	256	633	810	1.443	74	1850%
GO	934	1.315	11.847	13.162	17.399	-24%
MA	159	135	1.728	1.863	3.755	-50%
MG	1232	2.990	5.856	8.846	12.362	-28%
MS	854	643	7.129	7.772	14.307	-46%
MT	2171	2.201	27.388	29.589	48.631	-39%
PA	135	209	432	641	1.297	-51%
PB	25	52	41	93	52	79%
PE	109	395	583	978	152	545%
PI	141	95	869	964	3.253	-70%
PR	3077	4.661	23.104	27.764	35.894	-23%
RJ	28	105	79	184	19	887%
RN	22	58	5	63	22	195%
RO	132	208	500	708	1.225	-42%
RR	27	35	112	147	156	-6%
RS	4834	2.869	24.538	27.406	30.865	-11%
SC	967	779	4.402	5.180	6.397	-19%
SE	1	3	0	3	1.028	-100%
SP	1168	4.193	7.460	11.653	7.810	49%
TO	133	326	1.087	1.412	3.019	-53%
<b>Total</b>	<b>17.363</b>	<b>23.445</b>	<b>122.278</b>	<b>145.723</b>	<b>196.672</b>	<b>-26%</b>

Fonte: Suarm/Geacad e Suinf/Geasa

\* Produtos: Carvão algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale

Alguns Estados do Brasil possuem produção de subsistência o que não gera incentivo para o desenvolvimento de uma rede armazenadora prestadora de serviços de armazenagem. Observa-se na tabela os seguintes Estados que se enquadram nesse perfil: Acre, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Pará, Roraima e Sergipe.

Destacam-se também as novas fronteiras agrícolas, que vem apresentando grandes incrementos na produção de grãos porém não apresentam rede armazenadora desenvolvida. Esses Estados são Bahia, Maranhão, Piauí Rondônia e Tocantins. Nesse sentido, está prevista para 2015 a construção de uma unidade armazenadora da Conab em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, com capacidade de 50.000 t.

Alguns Estados apresentam superavit de armazenagem devido ao fato de existir armazéns utilizados para armazenar açúcar, como é o caso de Alagoas, Pernambuco e até mesmo São Paulo. Outro motivo de superavit são os armazéns convencionais que eram utilizados para

armazenagem e escoamento de café, tais como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, que se enquadram nessa situação.

Existem ainda os Estados que são tradicionalmente produtores de grãos e que apresentam déficit de armazenagem devido a falta de investimentos no setor durante os últimos anos. A produção cresceu porém os investimentos em armazenagem não acompanharão o crescimento. Esses Estados são Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com relação ao déficit de armazenagem tem que ser levado em consideração que a colheita da safra de milho e de soja em grande parte não tem coincidido. Atualmente a safra de soja, que representa cerca de 47% da produção de grãos, tem um forte caráter exportador possuindo um reduzido tempo de armazenagem. Assim os armazéns ficam liberados para entrada do milho, que representa 41% da produção de grãos. Essa dinâmica ameniza o déficit de armazenagem mas é um fator de risco para a segurança alimentar do país.

Para reduzir esse déficit, o Governo Federal através do Plano Nacional de Armazenagem investirá R\$145 milhões em reforma dos armazéns da Conab e mais R\$321,5 milhões em novos armazéns, o que resultará em incremento de 727 mil toneladas na capacidade estática nacional. Além desse investimento, o Governo Federal disponibilizou financiamentos, a partir de 2013, num total de R\$5 bilhões por um período de 4 anos. Estima-se que esse investimento privado incrementará a capacidade estática em cerca de 12,5 milhões de toneladas nos próximos 4 anos.

#### **f) Ações de capacitação de mão de obra do Setor Armazenador**

As atividades previstas nesta Ação fizeram parte do PPA até o exercício de 2009. No entanto, citada ação foi suspensa em face da necessidade de implementação de novos controles, como o feedback do participante e a redefinição do público-alvo beneficiado com o treinamento. Em 2013 houve a regularização administrativa do Centreinar, responsável por implementar a ação em termos de transmissão de conhecimento. No entanto, a retomada da ação depende da disponibilidade de recursos, da implementação dos citados controles e da assinatura de novo convênio entre as partes, assim como de sua inclusão no Plano Plurianual.

#### **5.5.2. Fiscalização de Estoques Públicos**

##### **Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos**

As inspeções realizadas pela área, no exercício de 2013, foram executadas com quadro reduzido de pessoal, correspondendo a aproximadamente 80 fiscais em atividade. Contudo, houve o envolvimento total de 261 empregados, em números acumulados, em função de que há repetição de equipes nas operações ao longo do ano.

Conforme estudos técnicos, são necessários 140 empregados integralmente à disposição da área de fiscalização, para a execução das atividades de fiscal.

A insuficiência da atual estrutura existente se deve essencialmente ao acúmulo de tarefas diversificadas executadas pela área de fiscalização, sobrecarregada com as novas atribuições para as quais a Companhia vem sendo demandada, o que torna imprescindível a prioridade para a contratação e treinamento de novos empregados. Cabe salientar que as operações de fiscalização executadas corresponderam a cerca de 10,7 milhões de toneladas de produtos do governo federal no

exercício de 2013, distribuídas em mais de 2.416 unidades armazenadoras (em números acumulados), além de 2.000 vistorias especiais relacionadas aos Programas de Subvenção e à fiscalização da execução em 4.638 entidades envolvidas com 434 projetos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, totalizando acima de 9 mil visitas de inspeção realizadas pela área no exercício.

Visando ao remanejamento de fiscais entre Regionais, ou da Matriz para as Sureg, encontra-se em estudo uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da área de fiscalização da Companhia, assim como da reorganização das ações descentralizadas, pela via do suporte necessário de recursos humanos, materiais e tecnológicos e os consequentes ajustes indispensáveis a serem propiciados em sua estrutura orgânica, incluindo a criação e núcleos regionalizados.

O calendário de fiscalização dos estoques é estabelecido para cada exercício em função da necessidade de se definir os recursos orçamentários e financeiros a serem disponibilizados para a execução das atividades. Para tanto, ficou acordado que seriam realizadas cinco operações ao ano nos estados detentores de maiores volumes de estoques, ou seja, a cada 60 dias esses produtos seriam integralmente fiscalizados. Normalmente esses estados são Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná e Goiás, que diante do número de fiscais envolvidos têm que ser atendidos alternadamente, a partir de fevereiro, após as férias do período dez/jan, muito embora sejam realizadas operações especiais de vistoria em janeiro, em função do período da entressafra, onde podem ocorrer diversas anormalidades com os estoques. A mesma situação acontece também com os outros estados com menor volumes de estoques.

No que se refere às operações especiais ou não programadas, é importante esclarecer que esta prática já é adotada quando há indício ou suspeita de qualquer irregularidade, tanto na quantidade como na qualidade dos estoques. Esta medida dependerá do volume envolvido, característica da situação e disponibilidade da estrutura técnica para atender. Como exemplo, no estado do Rio Grande do Sul as operações de fiscalização ocorrem praticamente todos os meses do ano, como forma de se manter estreita vigilância sobre o comportamento das depositárias em relação a guarda, integridade e conservação dos estoques governamentais.

Um aspecto fundamental para a adequada execução das atividades está relacionado ao volume global das operações de formação e de manutenção dos estoques, bastante diferenciado em cada exercício, nos diversos estados produtores (nesse ano o estoque se aproximou dos 3 milhões de toneladas), o que implica a existência de uma estrutura compatível para atendimento a todas às necessidades, acrescida, também, das vistorias especiais relacionadas aos Programas de Subvenção e da fiscalização da execução dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, assumida pela área de fiscalização nos exercícios vindouros.

O sucesso das ações e das atividades de fiscalização depende fundamentalmente do fortalecimento e da consolidação da estrutura das equipes de fiscais da Conab. O desenvolvimento de um quadro de fiscais de formação multidisciplinar, tecnicamente qualificado, estável, em número ideal e bem remunerado, é um dos grandes desafios à gestão da Companhia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos para o fortalecimento desta atividade, refletidos no aprofundamento dos resultados alcançados pelas operações realizadas nos exercícios anteriores, enfrenta-se, rotineiramente, sérias dificuldades no planejamento e montagem das operações de fiscalização, em razão da insuficiência do número de empregados habilitados para o desenvolvimento desta tarefa e a permanente indicação desses profissionais para outras ações operacionais desenvolvidas nas Regionais, com prejuízos significativos para a organização dos trabalhos e também para os resultados alcançados.

**Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos**

**Quadro 5.29 - Ocorrências em Perdas e Desvio de Produtos**

Perdas em Armazenagem					Desvios				
UF	Nº de Ocorrências	Produto	Peso (ton)	Valor (R\$)	UF	Nº de Ocorrências	Produto	Peso (ton)	Valor (R\$)
CE	1	Milho	34	181.111,00					
GO	3	Milho	901	501.279,19					
MA	4	Milho	144	186.420,37					
MG	1	Milho	20	27.054,08					
MS	4	Farinha	1	138,88					
		Feijão	23	32.498,68					
MT	12	Milho	4.701	2.499.799,26	MT	3	Arroz	180	46.892,41
						1	Milho	7.181	3.153.024,73
PB	1	Milho	2	2.030,23					
PR	1	Feijão	4	5.247,19	PR		Feijão	1.316	2.008.301,88
RO	1	Milho	13	12.857,36					
RR	1	Milho	2	2.331,29					
RS	9	Arroz	719	654.949,88	RS	1	Trigo	984	516.334,16
		Milho	45	86.329,49					
SC	1	Milho	155	145.665,87					
SP	4	Trigo	3	2.005,67					
		Feijão	80	73.641,89					
TO	4	Arroz	29	16.743,28					
		Milho	6	4.900,85					
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>6.882</b>	<b>4.435.004,46</b>	<b>Total</b>	<b>5</b>		<b>9.661</b>	<b>5.724.553,18</b>

Fonte: Dirab/Sufis

## Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

**Quadro 5.30 - Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento**

Situação Cadastral	Convencional		Granel		Total	
	Quant	Capacidade (t)	Quant	Capacidade (t)	Quant	Capacidade (t)
Cadastro Efetivado com impedimento	4.359	14.518.119	6.775	52.134.913	<b>11.134</b>	<b>66.653.032</b>
Credenciado com impedimento	5	13.885	39	1.151.447	<b>44</b>	<b>1.165.332</b>
Descredenciado	79	287.849	107	1.788.728	<b>186</b>	<b>2.076.577</b>
Impedimento Financeiro e cadastro efetivado	162	1.008.691	193	3.170.569	<b>355</b>	<b>4.179.260</b>
Impedimento Financeiro e credenciado	4	12.266	33	656.845	<b>37</b>	<b>669.111</b>
SICAF - impedido e cadastro efetivado	1.076	4.243.130	2.181	36.193.797	<b>3.257</b>	<b>40.436.927</b>
SICAF - impedido e credenciado	368	1.571.136	1.163	22.093.149	<b>1.531</b>	<b>23.664.285</b>
<b>Total</b>	<b>6.053</b>	<b>21.655.076</b>	<b>10.491</b>	<b>117.189.448</b>	<b>16.544</b>	<b>138.844.524</b>

Fonte: Dirab/Suarm (Sicarm - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras)

## Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab

As ações e providências conduzidas pela fiscalização resultaram em 1.871 registros de irregularidades, correspondente a 26,11% inferior ao ano de 2012, evidenciando-se que os agentes armazenadores estão melhorando as condições das unidades armazenadoras, inclusive nas unidades armazenadoras próprias, com destaque para as anormalidades técnico-operacionais que diminuíram,

tais como deficiência no sistema de termometria, deficiência na aeração, presença de insetos vivos, falta de higienização e falta de identificação das pilhas. Fato extremamente positivo, pois contribuiu para a melhor guarda e conservação dos produtos governamentais, diminuindo as perdas quantitativas e qualitativas conforme verificado, aumentando assim a eficiência da estrutura armazenadora.

Os estados que apresentaram elevado número de irregularidades foram: Ceará (306), Bahia (269) e Rio Grande do Sul (254). Já os estados do Pará, Amapá e Rio de Janeiro não apresentaram irregularidades, talvez, devido ao pequeno número de unidades armazenadoras instaladas.

A atividade de vistoria apresentou expressivos ganhos de qualidade com a unificação dos procedimentos fiscalizatórios em todo território nacional, recomendado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (desde 2012), sobretudo com o preenchimento por todos os fiscais do Laudo de Fiscalização Técnico Operacional de Unidades Armazenadoras, constante no Anexo II do Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais, elencado nas Normas da Organização-NOC (intranet), funcionando como um “check list”, orientando o fiscal a verificar obrigatoriamente toda a estrutura armazenadora.

### **Saldo de débitos relativos a desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos a desvios ou perdas em estoques públicos**

Até 31/12/2013, encontram-se ajuizados 4.545 dívidas no valor de R\$1.962.091.158,19. Dessas, 2.786 são de anos anteriores, até 2013. Em 2013, foram ajuizadas 33 dívidas no valor de R\$5.021.433,25. Foram recuperados, no período, o valor total de R\$1.654.959,65 referente a 279 dívidas. Parte desse recebimento deu-se em produtos (5.168 ton).

### **5.5.3. Movimentação de Estoques Públicos**

**Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; valores gastos com fretes**

Quadro 5.31 - Demonstrativo das Remoções Contratadas (produtos agrícolas)

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade (ton)			Valor Operação (Em R\$)	
				Contratada	Removida	Cancelada		
GO	AL	MILHO	PROVB	1.000	1.000	0	257.500,00	
	BA	MILHO	PROVB	7.000	7.000	0	1.701.799,99	
	CE	MILHO	PROVB	34.800	34.800	0	10.922.086,94	
	ES	MILHO	PROVB	1.000	1.000	0	158.900,00	
	GO	MILHO	PROVB	400	400	0	15.592,00	
	MA	MILHO	PROVB	1.500	1.500	0	499.000,00	
	PB	MILHO	PROVB	5.300	5.300	0	1.647.899,99	
	PE	MILHO	PROVB	8.328	8.328	0	2.397.200,00	
	PI	MILHO	PROVB	3.572	3.572	0	880.300,00	
RN	MILHO	PROVB	3.784	3.784	0	1.105.499,00		
<b>Subtotal</b>				<b>66.684</b>	<b>66.684</b>	<b>0</b>	<b>19.585.777,92</b>	
MA	PI	MILHO	PROVB	1.500	1.500	0	212.755,18	
<b>Subtotal</b>				<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>0</b>	<b>212.755,18</b>	
MG	MG	MILHO	ARM. S/ CONTRATO	2.429	2.429	0	300.000,00	
<b>Subtotal</b>				<b>2.429</b>	<b>2.429</b>	<b>0</b>	<b>300.000,00</b>	
MS	AL	MILHO	PROVB	4.198	4.198	0	1.475.500,00	
	CE	MILHO	PROVB	6.584	6.584	0	2.193.790,00	
<b>Subtotal</b>				<b>10.782</b>	<b>10.782</b>	<b>0</b>	<b>3.669.290,00</b>	
MT	AC	MILHO	PROVB	500	500	0	144.960,58	
	AL	MILHO	PROVB	7.883	7.883	0	3.060.750,00	
	AM	MILHO	PROVB	3.000	825	2.175	1.019.000,04	
	BA	AÇÚCAR	CESTAS	18	18	0	5.492,88	
	BA	ARROZ BENEFL.	CESTAS	15	15	0	4.577,36	
	BA	FARINHA MAND.	CESTAS	12	12	0	3.661,84	
	BA	FEIJÃO	CESTAS	18	18	0	5.492,88	
	BA	LEITE EM PÓ	CESTAS	3	3	0	1.308,00	
	BA	MACARRÃO	CESTAS	3	3	0	915,52	
	BA	ÓLEO	CESTAS	12	12	0	3.661,84	
	BA	MILHO	PROVB	20.250	19.250	1.000	6.638.313,25	
	CE	MILHO	PROVB	22.999	22.708	0	9.013.296,00	
	ES	MILHO	PROVB	13.200	13.200	0	3.604.760,00	
	PA	MILHO	PROVB	1.332	1.332	0	548.776,95	
	PB	MILHO	PROVB	14.802	14.457	0	5.923.800,00	
	PE	MILHO	PROVB	6.250	6.250	0	2.728.000,00	
	PI	MILHO	PROVB	14.021	14.021	0	5.252.659,00	
	RJ	MILHO	PROVB	890	890	0	393.192,84	
	RN	MILHO	PROVB	31.991	30.566	1.425	12.623.072,17	
	RO	MILHO	PROVB	1.018	1.018	0	198.529,14	
	RR	MILHO	PROVB	3.000	1.750	*	1.840.709,77	
	RS	MILHO	PROVB	30.000	30.000	0	8.789.360,00	
	SC	MILHO	PROVB	30.364	30.364	0	7.900.860,00	
	SE	MILHO	PROVB	4.500	4.500	0	1.828.700,00	
	<b>Subtotal</b>				<b>206.081</b>	<b>199.595</b>	<b>4.600</b>	<b>71.533.850</b>
	PA	PA	AÇÚCAR	CESTAS	9	9	0	1.591,86
ARROZ BENEFL.			CESTAS	45	45	0	7.959,73	
FARINHA MAND.			CESTAS	13	13	0	2.388,01	
FEIJÃO			CESTAS	18	18	0	3.183,72	
LEITE EM PÓ			CESTAS	4	4	0	1.136,53	
MACARRÃO			CESTAS	4	4	0	796,15	
<b>Subtotal</b>				<b>103</b>	<b>103</b>	<b>0</b>	<b>18.648</b>	
PR	AL	ARROZ BENEFL.	CESTAS	336	336	0	125.973,37	
	BA	ARROZ BENEFL.	CESTAS	717	717	0	214.575,57	
	CE	ARROZ BENEFL.	CESTAS	220	220	0	101.123,41	
	DF	ARROZ BENEFL.	CESTAS	170	170	0	25.697,88	
	ES	ARROZ BENEFL.	CESTAS	47	47	0	8.919,70	
	MA	ARROZ BENEFL.	CESTAS	519	519	0	186.512,51	
	MG	ARROZ BENEFL.	CESTAS	644	644	0	103.424,43	
	PA	ARROZ BENEFL.	CESTAS	347	347	0	120.818,19	
	PB	ARROZ BENEFL.	CESTAS	243	243	0	102.742,97	
	PE	ARROZ BENEFL.	CESTAS	983	983	0	396.923,00	
	PI	ARROZ BENEFL.	CESTAS	112	112	0	42.077,24	
	RJ	ARROZ BENEFL.	CESTAS	109	109	0	14.433,82	
	RN	ARROZ BENEFL.	CESTAS	121	121	0	53.911,79	
	RO	ARROZ BENEFL.	CESTAS	182	182	0	62.387,59	
SC	FEIJÃO	AJUDA HUM. INTL	234	234	0	39.999,00		
SE	ARROZ BENEFL.	CESTAS	390	390	0	136.958,26		
TO	ARROZ BENEFL.	CESTAS	135	135	0	37.516,82		
<b>Subtotal</b>				<b>5.509</b>	<b>5.509</b>	<b>0</b>	<b>1.773.996</b>	
RS	AL	LEITE EM PÓ	CESTAS	45	45	0	28.653,26	
	AM	LEITE EM PÓ	CESTAS	34	34	0	31.208,06	
	AM	MILHO	PROVB	2.175	2.175	0	409.000,00	
	BA	LEITE EM PÓ	CESTAS	1.559	1.382	177	809.913,29	
	CE	LEITE EM PÓ	CESTAS	30	30	0	23.374,85	
	DF	LEITE EM PÓ	CESTAS	32	32	0	12.514,22	
	ES	LEITE EM PÓ	CESTAS	41	41	0	13.133,55	
	GO	LEITE EM PÓ	CESTAS	295	295	0	70.967,85	
	MA	LEITE EM PÓ	CESTAS	69	69	0	46.347,64	
	MG	LEITE EM PÓ	CESTAS	1.302	1.302	0	421.862,09	
	MG	MILHO	PROVB	1.000	1.000	0	3.213,69	
	MS	LEITE EM PÓ	CESTAS	812	812	0	173.506,76	
	MT	ARROZ BENEFL.	CESTAS	230	230	0	59.947,58	
	MT	LEITE EM PÓ	CESTAS	41	41	0	15.150,36	
	PA	LEITE EM PÓ	CESTAS	86	86	0	55.588,35	
	PB	LEITE EM PÓ	CESTAS	42	42	0	29.638,50	
	PE	LEITE EM PÓ	CESTAS	164	164	0	111.767,81	
	PI	LEITE EM PÓ	CESTAS	15	15	0	11.114,47	
	PR	LEITE EM PÓ	CESTAS	33	33	0	6.748,91	
	RJ	LEITE EM PÓ	CESTAS	19	19	0	5.578,35	
	RN	LEITE EM PÓ	CESTAS	21	21	0	15.536,89	
	RO	LEITE EM PÓ	CESTAS	42	42	0	27.416,84	
	SE	LEITE EM PÓ	CESTAS	53	53	0	30.646,83	
	SP	ARROZ BENEFL.	CESTAS	347	347	0	53.501,45	
	SP	LEITE EM PÓ	CESTAS	130	130	0	24.989,31	
	TO	LEITE EM PÓ	CESTAS	27	27	0	16.406,92	
<b>Subtotal</b>				<b>8.643</b>	<b>8.466</b>	<b>177</b>	<b>2.507.728</b>	
<b>Subtotal</b>	SP	MILHO	PROVB	369	0	369	8.874,00	
<b>Subtotal</b>				<b>369</b>	<b>0</b>	<b>369</b>	<b>8.874,00</b>	
<b>Total Geral</b>				<b>302.100</b>	<b>295.068</b>	<b>5.146</b>	<b>99.610.918</b>	

Fonte: Dirab/Sulog/Gemov

**Quadro 5.32 - Demonstrativo das Remoções Contratadas (sacarias e cestas)**

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade (Unidades)			Valor (R\$)
				Contratada	Removida	Cancelada	
SC	SC	CESTAS	CESTAS	256.360	256.360	0	11.175,79
SP	SP	CESTAS	CESTAS	141.460	141.460	0	9.365,16
RS	MG	SACARIA	PROVB	415.301	415.301	0	15.969,18
	ES	SACARIA	PROVB	214.215	214.215	0	15.564,68
<b>Subtotal</b>				<b>629.516</b>	<b>629.516</b>		<b>31.533,86</b>
MT	ES	SACARIA	PROVB	2.106.630	2.106.630	0	729.967,51
<b>Total</b>				<b>3.133.966</b>	<b>3.133.966</b>	<b>0</b>	<b>782.042,32</b>

Fonte: Dirab/Sulog/Gemov

Para efeito de remoção, foram contratadas 302.100 toneladas de produtos agrícolas e 3.133.966 unidades de sacaria e cestas, tendo sido efetivamente removidas 295.068 toneladas de produtos agrícolas e 3.133.966 unidades de sacaria e cestas, representando 97,7% de remoções efetivadas em relação ao contratado.

Todas as demandas foram atendidas, com exceção dos cancelamentos efetuados por falta de espaço nos armazéns de destino e devido a problemas de qualidade do produto a ser removido.

Durante as remoções foram enfrentados problemas tais como: a necessidade de realização de tratamento fitossanitário dos estoques a serem movimentados; a necessidade de reprocessamento do produto para atingir o padrão de qualidade exigido pela Conab; a falta de recurso de custeio para deslocamento de empregados da Companhia para acompanhar os embarques e proceder a recepção da mercadoria nos destinos; a baixa capacidade de recepção nos pólos de venda do PROVB; a necessidade de ensaque da mercadoria concomitantemente à descarga dos veículos.

A metodologia utilizada na definição do valor dos fretes considerou a pesquisa de frete de mercado, a planilha NTC, e a planilha Guia do Transportador e da Conab, daí obtendo-se a Mediana dos valores que compõem a Planilha de Fretes da Conab. Devido a necessidade de atendimento ao PROVB ESPECIAL, durante o período de colheita da 2ª safra de milho, foi utilizada a interpolação linear para obter-se a Planilha de Fretes da Conab. Por recomendação da CGU e também da Dirab, a interpolação linear deixou de ser utilizada a partir de 15/10/2013, tendo sido constituído grupo de trabalho para proceder a revisão, adequação e atualizações necessárias no Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários, visando a obtenção de uma nova Planilha de Fretes Rodoviários.

## **6. Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local**

O principal impacto nas regiões de onde os estoques foram removidos foi a abertura de espaço para recebimento da segunda safra de soja e milho.

Nas regiões receptoras do milho, o objetivo foi o de regular o mercado e atender a pequenos e médios criadores/produtores rurais, sobretudo nas regiões de abrangência da Sudene, garantindo a manutenção das atividades do setor.

#### 5.5.4. Principais Indicadores de Desempenho

**Principais indicadores de desempenho adotados pela companhia para o macroprocesso, destacando o resultado geral e os resultados das superintendências regionais, apresentando as justificativas e ações corretivas no caso das superintendências com resultados abaixo das metas estabelecidas para o exercício**

**Quadro 5.33- Principais Indicadores de Desempenho**

<b>Percentual de armazéns impedidos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	95,49	95,99	91,34
<b>Análise:</b> Os impedimentos técnicos nos armazéns, detectados por fiscais da Conab, assim como sua regularização, depende exclusivamente do agente armazenador.			
<b>Percentual de armazéns credenciados</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	4,51	4,01	8,66
<b>Análise:</b> O índice demonstra a falta de interesse do armazenador em trabalhar com os estoques públicos e também da grande produção anual onde os armazéns encontram-se abastecidos. Neste caso o armazém é considerado apenas como cadastrado.			
<b>Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado.	0,15	0,08	0,07
<b>Análise:</b> O crescimento do índice em relação ao ano anterior é devido principalmente ao aumento no número de clientes do Programa Vendas em Balcão e das doações internacionais.			
<b>Percentual de desvio de produtos armazenados</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes.	0,06	0,12	0,22
<b>Análise:</b> Vários fatores podem ter contribuído para que o índice tenha recuado em relação ao ano anterior. Um deles, pode ter sido o volume dos estoques públicos que tem diminuído nos últimos anos.			
<b>Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento.	0,02	0,28	0,01
<b>Análise:</b> Em 2013 a alteração da qualidade apresentou baixo índice. A principal causa do aumento em 2012 foi o feijão no Paraná e no Pará que perdeu a qualidade pela demora na destinação do produto.			
<b>Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Objetivo:</b> Acompanhar o custo da remoção de produtos.	337,59	287,87	193,34
<b>Análise:</b> Devemos considerar o aumento do frete e também do combustível, entre outros.			

#### 5.6. SigaBrasil

**Principais trabalhos produzidos com ênfase no público-alvo e impactos nas cadeias produtivas; Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa; Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas**

Os principais produtos do Projeto SigaBrasil atenderam basicamente as demandas internas da Companhia.

Foram elaborados mapas temáticos relativos à distribuição da produção agrícola e da área plantada de 2013 de todos os produtos assistidos pela Companhia; a espacialização da quantidade produzida de diversas variedades de laranja; os pólos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, com dados atualizados do ano de 2013 e a localização dos armazéns rede própria.

Também foram coletados pontos de controle para o mapeamento de um novo roteiro de levantamento de safra no Nordeste do Mato Grosso, em função do grande potencial da região para a produção de grãos, da presença de infraestrutura de armazenagem e de logística em desenvolvimento e do ambiente físico bastante propício para altos índices de produtividade. Ainda fizeram parte do Projeto as atividades vinculadas ao georreferenciamento dos armazéns e das usinas de cana-de-açúcar.

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab, com os recursos da Companhia.

Os resultados dos custos de produção, de forma resumida, espelham os sistemas de cultivo e da utilização de pacotes tecnológicos na agricultura nacional, o que contribui para a tomada de decisão dos agentes envolvidos direta ou indiretamente com a cadeia produtiva, como é o caso do volume de recursos para o financiamento da safra agrícola, da estimativa de insumos e serviços necessários para o plantio, da formulação dos preços mínimos e do dimensionamento da renda e da rentabilidade do setor agrícola.

As atualizações dos custos propiciaram o acompanhamento dos pacotes tecnológicos e as suas evoluções ao longo do tempo. Observou-se, como resultado dessa avaliação ocorrida em 2013, que a agricultura vem passando por grandes mudanças que nem sempre são facilmente perceptíveis. O acompanhamento da sua evolução através dos custos de produção e de seus componentes é um bom indicativo das transformações ocorridas. Com esse trabalho, tem-se buscado melhorar constantemente a avaliação de custos para, dentro da missão da Companhia, subsidiar de informações pertinentes à construção de políticas agrícolas e de abastecimento.

A Conab possui um acervo de informações que se resume, principalmente, em 13.500 séries, contendo informações relacionadas com preços recebidos e pagos pelos produtores, atacado e varejo, além de preços internacionais e outras informações (índices, indicadores etc).

O resultado desse esforço pode ser traduzido na decisão da Companhia em democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, disponibilizando consultas de preços de mais de 100 produtos, em diversas tipificações, para todos os estados brasileiros pesquisados, assegurando a qualidade, a isenção e a consistência da informação.

Ainda a respeito do acesso a informações é importante ressaltar a divulgação da receita bruta dos produtores rurais nacionais, referentes às safras 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011, nos quais se dimensiona a formação mensal de receita faturada na comercialização de 40 produtos selecionados (oleaginosas, cereais, fibras, frutas, hortícolas, carnes, leite e ovos), em cada unidade da federação. Esse conjunto de informações expõe com riqueza a situação econômica conjuntural dos setores estudados, possibilitando a formulação de políticas públicas de abastecimento.

A Revista Indicadores da Agropecuária, publicação mensal da Companhia disponibilizada em sua página eletrônica, foi totalmente reformulada em 2013 para atender as demandas do público leitor, conhecidas por meio de pesquisa de opinião. No conteúdo atual do periódico, além dos quadros e tabelas de dados agropecuários que já existiam anteriormente foram inseridas análises conjunturais de temas como Agricultura Familiar, Pesquisas de Safras, Políticas de Garantia de Preços, Cotações Agropecuárias, Custos de Produção, Índices, Insumos, Receita Bruta dos Produtores Rurais, Instrumentos de Comercialização e Abastecimento, Quadro de Suprimentos e Comércio Exterior, Indicadores Econômicos, dentre outros.

O levantamento das safras de grãos, café, cana-de-açúcar e laranja, subsidia o governo, os agentes econômicos e os consumidores em geral, na tomada de decisão sobre a melhor maneira de administrar o quadro de oferta e demanda nacional para os produtos avaliados, contribuindo para

o abastecimento adequado no país.

Ainda no campo da avaliação de safra, a Conab conta com a realização do mapeamento das principais culturas no Brasil, contribuindo com o fortalecimento da capacidade de produzir e divulgar previsões relevantes, oportunas e precisas da produção agrícola nacional e mundial. A localização das áreas de cultivo permitiu, também, quantificar e acompanhar a dinâmica do uso do solo e monitorar o desenvolvimento da vegetação.

Esse acervo de informações são subsídios importantes para a formulação e execução de políticas públicas na área de agricultura e abastecimento, favorecendo a democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

## 6. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 6.1. Gestão de Tecnologia da Informação

**Informações sobre a gestão de tecnologia da informação(TI) e do conhecimento da UJ, conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013.**

**Quadro 6.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&amp;t=1">http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&amp;t=1</a>
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
<b>Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.</b>	
Questão 2- item “os indicadores e metas de ti são monitorados”: refere-se exclusivamente aos indicadores de TI definidos por ocasião da implantação do Planejamento Estratégico.	
Questão 4- item “o PDTI relaciona as ações de TI e as vincula ao orçamento de TI”: conquanto a Conab relaciona as ações prioritizadas de TI no PDTI, não existe orçamento específico para TI.	
Questão 7- item “no caso de sistemas contratados”: entende-se que desenvolvimento de sistemas contratados refere-se à fábrica de software. A Conab não utiliza fábrica de software.	

Fonte: Dipai/Sutin

## 6.2. Suporte de TI às Superintendências Regionais

**Demonstração da forma de suporte às superintendências regionais em relação as suas necessidades tecnológicas, destacando as superintendências regionais que apresentaram problemas relacionados a equipamentos de informática (obsolescência), disponibilidade de rede, entre outras informações gerenciais julgadas relevantes, incluindo ainda justificativas e ações para sanar tais problemas**

Em alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que por sua vez segue os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico, têm sido conduzidas nos últimos anos aquisições de microcomputadores, *notebooks*, impressoras e outros equipamentos que garantem que os empregados da companhia realizem suas atividades da melhor maneira possível.

A manutenção deste parque em condições mínimas de uso implica em sua renovação

periódica e no descarte daqueles equipamentos fora de garantia e obsoletos e que por isso apresentam, na maioria das vezes, custo inviável de manutenção. Em face destas observações, algumas práticas devem ser levadas em consideração como a renovação anual de, pelo menos, 25% do parque, resultando em sua substituição integral a cada 4 anos, e possuir a maior parte dos equipamentos em garantia, senão todos.

Cabe lembrar que a TI não possui orçamento exclusivo, e por isso os recursos orçamentários/financeiros raramente são liberados na medida e no tempo necessários. As últimas aquisições de microcomputadores realizadas em anos anteriores alternam números que atendem as necessidades da companhia e outros muito aquém desta realidade e por isso, apesar de avanços o parque vem obsolescendo.

Como já exarado em recentes notas técnicas constante dos processos de aquisição de microcomputadores (2323/12 e 2776/13), somente em 2012 foi possível substituir equipamentos adquiridos em 2004, o que obviamente não condiz com as necessidades da Conab, que possui atualmente grande parte de seus processos calcados em recursos informatizados, exigindo portanto que as ferramentas de trabalho utilizadas sejam renovadas regularmente.

Corroborando com a informação acima o fato de que a previsão de compra de 700 microcomputadores ao ano desde 2012, totalizando 2.100 unidades até o fim de 2014, só realizou 996 itens, previstos para entrega no segundo trimestre de 2014.

A substituição destes 2.100 equipamentos distribuídos na Matriz, Suregs e UAs se faz necessária no exercício de 2014, uma vez que todos eles possuem o Sistema Operacional Microsoft Windows XP que ficará sem suporte no mês de abril, situação que poderá ocasionar sérios problemas de funcionamento e segurança à rede da Conab.

Quanto à rede de comunicação de dados de longa distância, está sendo finalizada a duplicação de todos os circuitos da rede corporativa da Conab; com isso, as regionais e unidades armazenadoras devem experimentar melhorias significativas. Todavia, encontra-se em desenvolvimento o projeto de reestruturação de toda a rede de comunicação de longa distância, que por sua complexidade e abrangência terá a fase externa do processo licitatório acontecendo em 2015. Convém deixar claro que parte importante de problemas imputados à rede de computadores advém da péssima qualidade das redes elétricas de alguns edifícios das regionais e unidades armazenadoras, matéria que não compete à área de TI resolver, problemas esses que têm sido relatados com frequência. Além disso, mudanças de leiaute, na matriz e nas regionais, têm comprometido a qualidade das redes locais, tendo sido motivo de alerta às instâncias superiores, quando se recomendou que quaisquer mudanças fossem precedidas de estudo e planejamento. No âmbito da TI, está se adquirindo novos ativos de rede que ampliarão a capacidade de todas as redes locais da Matriz, Suregs e UAs, o que ainda estabelecerá o alicerce para a implementação dos serviços de telefonia sobre a rede (VoIP) e videoconferência. Para que a aquisição desses ativos de rede se conclua será necessário que a Companhia dispenda R\$ 646 mil no ano de 2014, sob pena de perder todo o esforço que demandou o processo licitatório, sendo que a parte conseguida para fazer a aquisição que está em curso deveu-se a extraordinário empenho da Sutin junto às demais áreas da Conab a fim de conseguir tais recursos a partir dos restos não executados por outras áreas, o que somente foi viabilizado no fechamento do ano fiscal de 2013 por meio dos recursos oriundos do MDS. Analogamente, dos 2100 microcomputadores que deveriam ser adquiridos de 2012 a 2014, como já dito anteriormente, somente 996 foram efetivamente comprados, sendo assim necessário recursos da ordem de R\$ 2,319 milhões para complementar a aquisição no próximo exercício.

Com efeito, cumpre ainda lembrar que boa parte do quadro de empregados da Conab não está familiarizada com as tecnologias da informação, o que, por vezes, culmina com a baixa

produtividade, para o que se recomenda a realização de programa de treinamento contínuo, o qual deve ser devidamente planejado a partir de levantamento minucioso da área competente junto com as diversas unidades orgânicas descentralizadas. Além disso, o mau uso dos recursos computacionais, muitas vezes com a utilização de cunho privado por parte de empregados, apesar de filtros que buscam impedir tal uso, concorre com as demandas corporativas.

Não bastassem as dificuldades relatadas, outro grave problema enfrentado na tarefa de planejar as aquisições é a falta de comunicação das áreas estratégicas da Conab com a TI. As ações para contratação de empregados por meio de concurso público, vindo a demandar equipamentos de informática, e outras, como a criação de polos de venda, somente são levadas ao conhecimento da Sutin após sua efetivação, tornando assim impossível que se atenda a estas demandas tempestivamente.

Quadro 6.2 - Inventário de Microcomputadores

Matriz	IP	S O	Total	
Matriz	10.1.	Windows XP P	679	1060
	IP	S O	Total	
	10.1.	Windows 7P	381	
UA/B5 B	IP	S O	Total	48
	10.5.10.	Windows XP P	32	
	10.5.10.	Windows 7P	16	
CDRH	IP	S O	Total	75
	10.5.20.	Windows XP P	54	
	10.5.20.	Windows 7P	21	
AM	IP	S O	Total	92
	10.171.	Windows XP P	60	
	10.171.	Windows 7P	32	
AC	IP	S O	Total	24
	10.241.	Windows XP P	23	
	10.241.	Windows 7P	1	
AL	IP	S O	Total	46
	10.211.	Windows XP P	19	
	10.211.	Windows 7P	27	
AP	IP	S O	Total	9
	10.12.	Windows XP P	7	
	10.12.	Windows 7P	2	
BA	IP	S O	Total	129
	10.11.	Windows XP P	78	
	10.11.	Windows 7P	51	
CE	IP	S O	Total	114
	10.21.	Windows XP P	75	
	10.21.	Windows 7P	39	
ES	IP	S O	Total	66
	10.181.	Windows XP P	41	
	10.181.	Windows 7P	25	
GO	IP	S O	Total	191
	10.31.	Windows XP P	105	
	10.31.	Windows 7P	86	
MA	IP	S O	Total	107
	10.41.	Windows XP P	65	
	10.41.	Windows 7P	42	
MG	IP	S O	Total	179
	10.51.	Windows XP P	100	
	10.51.	Windows 7P	79	
MS	IP	S O	Total	89
	10.61.	Windows XP P	46	
	10.61.	Windows 7P	43	
MT	IP	S O	Total	118
	10.71.	Windows XP P	82	
	10.71.	Windows 7P	36	
PA	IP	S O	Total	66
	10.81.	Windows XP P	38	
	10.81.	Windows 7P	28	
PB	IP	S O	Total	80
	10.221.	Windows XP P	55	
	10.221.	Windows 7P	25	
PE	IP	S O	Total	82
	10.91.	Windows XP P	51	
	10.91.	Windows 7P	31	
PI	IP	S O	Total	101
	10.231.	Windows XP P	60	
	10.231.	Windows 7P	41	
PR	IP	S O	Total	130
	10.101.	Windows XP P	95	
	10.101.	Windows 7P	35	
RJ	IP	S O	Total	84
	10.111.	Windows XP P	68	
	10.111.	Windows 7P	16	
RN	IP	S O	Total	88
	10.121.	Windows XP P	60	
	10.121.	Windows 7P	28	
RO	IP	S O	Total	65
	10.191.	Windows XP P	45	
	10.191.	Windows 7P	20	
RS	IP	S O	Total	107
	10.131.	Windows XP P	68	
	10.131.	Windows 7P	39	
RR	IP	S O	Total	21
	10.201.	Windows XP P	13	
	10.201.	Windows 7P	8	
SE	IP	S O	Total	7
	10.251.	Windows XP P	2	
	10.251.	Windows 7P	5	
SC	IP	S O	Total	74
	10.141.	Windows XP P	52	
	10.141.	Windows 7P	22	
SP	IP	S O	Total	84
	10.151.	Windows XP P	63	
	10.151.	Windows 7P	21	
TO	IP	S O	Total	65
	10.161.	Windows XP P	25	
	10.161.	Windows 7P	40	
<b>Total</b>			<b>3401</b>	

## 7. GESTÃO DE PESSOAS

### 7.1. Alocação de Servidores

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados**

A Conab não possui lotaciograma definido, por isso as transferências são feitas de acordo com a Norma 60.106, observadas as atividades possíveis de serem realizadas em cada área (de acordo com os planos de cargos e salários vigentes) e a formação do empregado, visando verificar a possibilidade de mudança de função/espaco ocupacional.

Ao executar o Plano de Reordenamento previsto no Acordo de Gestão assinado com o MAPA, pretende-se rever a atual estrutura da Companhia. No citado Acordo está prevista a elaboração do lotaciograma para todas as unidades orgânicas da Conab, o que deverá ocorrer em paralelo à ação de reestruturação.

O último edital de concurso público da Conab foi feito levando em consideração a formação do candidato assim como a área de lotação no organograma da Companhia. O último concurso foi realizado no ano de 2012, sendo que de dezembro de 2012 a dezembro de 2013 foram convocados 246 candidatos, dos quais 39 já se desligaram da empresa.

A renovação periódica da força de trabalho nas organizações é um processo natural e a Conab não foge a essa regra. Nesse contexto, a alta direção tem se empenhado em estabelecer as medidas vitais para o fortalecimento e o sucesso da Companhia, orientadas para a área de pessoal, quais sejam: fortalecer a Gestão de pessoas na empresa; suprir as necessidades de pessoal da Companhia; deflagrar um programa de substituição da força de trabalho, por meio do desligamento incentivado – PDVI, visando a abertura das vagas necessárias ao recrutamento de novos empregados; estender o Serviço de Atendimento à Saúde aos aposentados e seus dependentes; incentivar a Previdência Complementar, por meio do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius; adotar instrumentos modernos de capacitação e avaliação de desempenho; estabelecer critérios técnicos para a ocupação das funções de gestão e assessoramento.

Assim como as demais organizações, a Conab está exposta à ocorrência de ações trabalhistas motivadas por desvios de função, sobretudo em razão do descompasso existente entre nível de escolaridade e enquadramento funcional. A Companhia tem apoiado seus empregados na busca da ampliação de seus horizontes educacionais, disponibilizando, via acordos trabalhistas, mecanismos incentivadores ao reingresso e aprimoramento escolar em todos os níveis.

### 7.2. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.**

Uma das estratégias da Companhia foi reativar a pesquisa de clima. Após a pesquisa foi elaborado um plano de ação visando atender as principais reivindicações apontadas pelos empregados na pesquisa.

Apresentado o Plano de Ação, criou-se uma comissão para acompanhamento. Para a ação “Implantação de projetos para melhoria da qualidade de vida no trabalho”, diversos projetos

foram apresentados, como Cine Conab, Descarta Pilhas, Caminhada saudável, distribuição de canecas em substituição aos copos descartáveis para cada empregado, criação da sala de atendimento Psicossocial, criação da sala de apoio à amamentação, compra de cadeiras novas para troca de cadeiras danificadas, treinamento ergonômico para os empregados, semanas de saúde e acompanhamento do empregado viajante.

A comissão acompanha as diversas demandas do plano, identificando as que estão em andamento, por iniciar e já implantadas.

No caso acima citado, os projetos estão em fase de implantação ou já implantados.

Ainda há pendência em relação à preparação dos líderes, item com maior índice de apontamento na pesquisa de clima. Em todas as fases e blocos de perguntas há uma grande preocupação dos empregados com a formação de seus líderes, sob todos os aspectos. No entanto, ainda não foi apresentado um projeto consistente para tal.

As limitações orçamentárias também influenciaram na implantação das ações de melhoria do clima na organização.

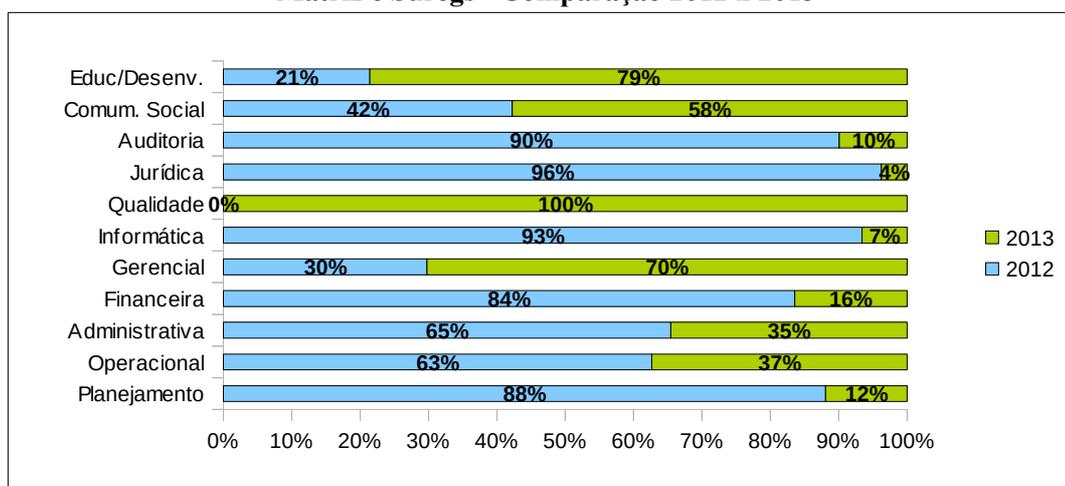
Quanto aos resultados apresentados, na avaliação da comissão, percebe-se uma maior confiança dos empregados em relação às ações do RH. As queixas em relação ao ambiente de trabalho já são mais pontuais e não generalistas como dantes da implantação das ações. E a implantação da avaliação de desempenho tenderá a quebrar, ao longo dos anos, o ciclo de apresentação de reclamações trabalhistas por motivos de promoção por mérito.

### 7.3. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

#### Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

As atividades de capacitação implementadas no período buscaram alinhar-se às exigências organizacionais, estando discriminadas por áreas de conhecimento, conforme se segue.

**Figura nº 7.1 - Demonstrativo do Investimento x Área de Conhecimento  
Matriz e Suregs - Comparação 2012 x 2013**



Fonte: Digepl/Sudep

O Gráfico acima demonstra uma redução total de 48% dos investimentos em capacitação, devido, principalmente, às restrições orçamentárias sofridas pela Companhia a partir

do 2º semestre de 2013.

No entanto, a área de “Educação e Desenvolvimento” teve investimento maior se comparado a 2012, em decorrência de três eventos importantes realizados no ano: Programa de Integração e Ambientação dos novos Empregados Treinamento Introdutório; Oficina de Integração e Ambientação; Curso sobre Avaliação de Desempenho e Preparação para Feedback, este último com abrangência nacional e envolvendo todas as Regionais e Unidades Armazenadoras da Companhia assim como empregados cedidos.

Apesar de investimento menor, ao longo de 2013, cerca de 2 vezes mais pessoas foram capacitadas se comparado ao ano anterior, influenciadas pelos cursos supracitados, além de vários cursos terem sido realizados com apoio das parcerias estabelecidas, e também com o suporte de instrutores internos, sem ônus para a Conab.

Acrescenta-se que a primeira Avaliação de Desempenho realizada pela Companhia impactou bastante os números da capacitação em 2013, tendo em vista as diversas palestras e cursos promovidos na matriz e pelos Comitês das Regionais, por meio dos instrutores internos. Esta atividade envolveu mais de 3000 empregados da Companhia e foi responsável por metade dos treinamentos ocorridos nesse ano.

#### **7.4. Área de Pessoal da Companhia**

O quadro de pessoal da Conab é composto por empregados contratados pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho e por empregados nomeados para cargos de livre provimento. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

##### **a) Composição do quadro de servidores ativos e sua distribuição em relação a Matriz e às Superintendências Regionais**

Quadro 7.1

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS - PERÍODO DE 2012 A 2013

REGIÃO	UNIDADE	COMPOSIÇÃO QUADRO DE EMPREGADOS												AFASTAMENTOS 2013			
		ATIVOS				CEDIDOS/C. CARREIRA						Mandato Eletivo	Invalidez Temporária	Licença Maternidade	Licença Particular		
		2012		2013		2012			2013								
		C.Carreira	CC/FG	C.Carreira	CC/FG	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior						
<b>DF</b>	<b>MATRIZ</b>	844	216	1.024	246	26	141	106	26	142	107	1	9	5	8		
<b>NORTE</b>	AC	13	11	13	11	2	4	1	2	4	1						
	AM	98	13	95	14	7	19	5	7	19	5				1		
	AP	1	5	0	6												
	PA	60	15	61	14		3	2		3	2		1		1		
	RO	38	15	35	16												
	RR	10	5	8	8											1	
<b>NORDESTE</b>	AL	49	14	47	15	4	10		4	7							
	BA	131	24	130	25	3	25	3	3	27			1				
	CE	227	27	225	26	6	23	4	6	21	4	1					
	MA	112	17	114	17	1	13	1	1	14	1	1	1				
	PB	184	16	193	18	6	55	13	6	56	13						
	PE	314	20	314	21	49	79	14	47	79	14	2	4				
	PI	161	16	163	17	2	18	1	2	16	1		3				
	RN	102	18	105	20	1	16	7	1	15	7						
<b>C. OESTE</b>	SE																
	GO	333	38	312	34	11	103	18	11	97	18	1	1				
	DF			27	16						2						
	MS	68	33	71	31					1			2	1			
	MT	99	29	98	28	3	5	5	3	5	5		1				
	TO	40	14	36	16		2	6		2	8						
<b>SUDESTE</b>	ES	125	14	123	16	6	24	5	6	22	5		1				
	MG	226	33	227	34	7	52	6	7	53	6		2		2		
	RJ	223	13	224	14	6	67	20	6	64	21		2		2		
	SP	64	23	61	24	1	2	2	2	3	3				1		
<b>SUL</b>	PR	102	31	102	29		1	2		2	2		1	1	1		
	RS	100	22	101	23	4	10	2	4	8	2		2		2		
	SC	39	20	39	21								1				
<b>TOTAL</b>		3.763	702	3.948	760	145	672	223	144	660	227	6	32	7	19		
<b>QD. DE PESSOAL</b>		4.465		4.708		4.465			4.708			4.708					
<b>%</b>		84,28	15,72	83,86	16,14	3,25	15,05	4,99	3,06	14,02	4,82	0,13	0,68	0,15	0,40		

Fonte: Sistema Sênior

Fonte: Digep/Suret/Sistema Sênior

CC=cargo de carreira FG= função gratificada

O quadro de pessoal da Companhia fechou o exercício de 2013 com 4.708 empregados, indicando um acréscimo de 5,44% comparativamente ao ativo/efetivo de 2012 - 4.465 empregados. Em 2012 o quantitativo de empregados de Cargos de Carreira representava 84,28% do efetivo total, contra 83,86% em 2013, enquanto o contingente de ocupantes de Funções Gratificadas cresceu de 15,72% para 16,14% entre os dois exercícios. De um ano para outro os Cargos de Carreira cresceram 4,91% - 185 casos, dos quais 180 ocorridos na Matriz; 19 unidades registraram acréscimo nas designações para Função Gratificada - 58 casos, sendo a Matriz responsável por 30 casos (51,7%) e a Sureg/DF, criada por meio da Resolução 005/2011, por 16 casos (27,60%). Na Matriz as designações decorreram da contratação de 30 Assessores Técnicos para assuntos ligados à Tecnologia da Informação, tudo em conformidade com o acervo documental integrante do Processo MAPA n.º 70100.001170/2013-91.

Os cedidos totalizaram 1.040 e 1.031 em 2012 e 2013, respectivamente. Os números aqui apresentados incluem as cessões amparadas pelo Decreto n.º 4.050/2001, Lei n.º 10.470/2002, e ainda as “redistribuições” a que se refere o Decreto n.º 6.077/2007, assim caracterizadas as lotações definidas diretamente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para os contemplados pela Lei n.º 8.878/1994 – Lei da Anistia, a partir da manifestação de diversos órgãos interessados na mão de obra desses anistiados. A distribuição percentual dos cedidos, de acordo com os grupos de cargos a que pertencem - nível Fundamental, Médio e Superior, não sofreu oscilação significativa entre os exercícios. A partir do Acórdão 2.170/2007, da 2.ª Câmara/TCU, cujo item 2.1 determinou à Conab “*redimensionar e recompor o seu quadro de pessoal, em especial nas Superintendências Regionais, de acordo com suas atribuições, suas necessidades e seu planejamento de longo prazo, ...*” a Direção da Companhia expediu orientações internas voltadas a uma análise mais apurada dos pedidos de cessão direcionados à Conab. Em 2013 essas orientações foram ampliadas e passaram a nortear as demandas envolvendo a prorrogação de cessões de empregados ocupantes de cargos de carreira com déficit interno, tanto na Matriz, quanto nas Regionais.

Os afastamentos regulamentares que reduzem a força de trabalho foram divididos em quatro categorias, a saber: Mandato Eletivo/6 casos; Invalidez Temporária/32 casos; Licença Maternidade/7 casos e Licença Particular/19 casos. Contudo, o contingente de 64 empregados afastados representa redução de apenas 1,36% no quadro de pessoal do ano em análise.

## **b) Custos associados à manutenção do pessoal**

A planilha a seguir demonstra que o dispêndio com a manutenção de pessoal, em 2012, foi da ordem de R\$ 380.519.511,60 e, em 2013, de R\$ 456.441.063,43, indicando que o aumento real de 5,44% no número de empregados, entre os exercícios fiscais, conforme relatado anteriormente, exigiu um aporte financeiro 19,95% maior. O montante financeiro de 2013 ficou assim distribuído: 30,52% cobriram as despesas com os ocupantes de Funções Gratificadas, 54,78% destinaram-se aos Cargos de Carreira e o ônus financeiro com os cedidos representou 14,70% da despesa anual. A Matriz consumiu 37,61% do montante destinado às FGs, seguida pela Sureg/GO(4,31%), Sureg/MG(4,23%), Sureg/PR(4,12%), Sureg/MS (3,60%) e Sureg/CE(3,60%); no quesito Cargos de Carreira a Matriz monopolizou 33,3% da despesa anual, acompanhada pelas Suregs CE(7,17%), GO(7,14%) e MG(5,28%). Com relação aos cedidos, a Matriz absorveu 43,9% dos recursos destinados ao pagamento dos empregados cedidos a outros órgãos.

Ainda nesta planilha se pode verificar que do total de 4.708 empregados apenas 1.547 - 32,86% participam do plano de benefícios do Instituto de Seguridade Conab - Cibrius. A Matriz aparece com o maior percentual de participantes - 35,79%, seguida pela Sureg/CE (7%), Sureg/GO (6,88%) e Sureg/PE (5,32 %).

**Quadro 7.2 - Custos com Pessoal**

Região	Unidade	Custos com a Manutenção de Pessoal (R\$)				
		2012	2013			2013
		Total Anual	CC/FG	C.Carreira	Cedidos	Total Anual
<b>DF</b>	Matriz	131.998.258,89	52.394.598,15	83.264.427,48	29.456.172,63	165.115.198,26
<b>Norte</b>	AC	1.640.292,64	1.273.298,62	206.670,39	335.088,70	1.815.057,71
	AM	6.864.449,94	2.348.961,29	3.967.474,86	1.443.267,10	7.759.703,25
	AP	783.441,28	900.866,47	-	-	900.866,47
	PA	6.156.231,85	2.219.692,38	4.616.129,30	205.103,70	7.040.925,38
	RO	4.642.289,36	2.594.711,31	2.544.164,88	-	5.138.876,19
	RR	967.221,75	1.056.020,75	230.611,20	-	1.286.631,95
<b>Nordeste</b>	AL	4.190.893,28	2.472.712,80	1.974.164,11	455.294,40	4.902.171,31
	BA	9.881.439,34	3.578.035,08	6.607.294,06	1.289.297,72	11.474.626,86
	CE	19.504.060,37	5.017.778,39	17.941.372,17	2.390.628,93	25.349.779,49
	MA	9.418.329,24	2.818.549,90	7.395.797,08	707.914,53	10.922.261,51
	PB	12.525.077,23	3.880.676,30	7.697.112,77	3.034.238,54	14.612.027,61
	PE	19.419.571,10	3.851.543,77	12.790.847,25	5.549.585,35	22.191.976,37
	PI	11.372.141,87	2.716.684,93	9.828.638,65	1.059.907,03	13.605.230,61
	RN	9.915.804,26	3.296.752,29	7.626.188,00	1.433.616,76	12.356.557,05
	SE	-	-	-	-	-
<b>C.Oeste</b>	GO	28.955.966,00	6.004.637,77	17.848.304,88	6.825.763,80	30.678.706,45
	DF	-	2.390.458,53	1.388.467,66	155.591,38	3.934.517,57
	MS	8.636.367,31	5.018.023,90	4.668.487,22	57.742,66	9.744.253,78
	MT	8.869.845,04	4.320.644,19	5.199.279,27	519.751,97	10.039.675,43
	TO	5.201.468,71	2.930.133,88	2.267.900,16	688.734,90	5.886.768,94
<b>Sudeste</b>	ES	9.877.738,01	2.340.651,68	6.844.776,24	1.838.101,38	11.023.529,30
	MG	18.740.338,65	5.895.420,06	13.216.181,77	2.730.348,46	21.841.950,29
	RJ	13.937.625,79	2.955.027,50	8.961.787,82	5.123.352,32	17.040.167,64
	SP	8.802.721,64	3.893.142,55	5.298.372,71	635.696,97	9.827.212,23
<b>Sul</b>	PR	12.323.471,52	5.743.006,91	7.442.349,40	546.537,59	13.731.893,90
	RS	9.769.400,82	4.203.664,28	6.391.033,19	620.634,08	11.215.331,55
	SC	6.125.065,71	3.187.071,76	3.818.094,57	-	7.005.166,33
<b>Total</b>		<b>380.519.511,60</b>	<b>139.302.765,44</b>	<b>250.035.927,09</b>	<b>67.102.370,90</b>	<b>456.441.063,43</b>
<b>%</b>			<b>30,52</b>	<b>54,78</b>	<b>14,70</b>	

Fonte: Digeop/Suret/Sistema Sênior

**c) Composição e custos relacionados ao quadro de estagiários**

A Conab oferece oportunidade de estágio a estudantes do nível médio e superior, para atuarem tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais. A contratação de estagiários é feita de forma descentralizada, ou seja, cada Superintendência Regional realiza seus contratos levando em consideração o limite de contratações previamente estabelecido.

Em 2013, a Companhia contava com 304 estagiários de nível superior e 53 de nível médio, com custo anual de **R\$2.776.422,52**, incluindo bolsa de estágio, auxílio transporte e taxa de administração do órgão contratado.

**Quadro 7.3- Composição do Quadro de Estagiários**

Sureg	Nível Médio	Nível Superior	Total	Custo (R\$)
AC	-	5	5	39.116,75
AL	-	7	7	55.025,50
AM	-	16	16	119.804,27
AP	2	3	5	7.815,24
BA/SE	3	18	21	163.907,56
CE	-	13	13	112.960,50
ES	-	5	5	42.102,01
GO	7	17	24	184.069,49
MA	-	14	14	106.005,48
MG	5	12	17	116.823,46
MS	-	14	14	108.999,57

Sureg	Nível Médio	Nível Superior	Total	Custo (R\$)
MT	-	31	31	239.013,90
PA	-	11	11	97.521,60
PB	-	7	7	64.669,00
PE	3	4	7	46.426,51
PI	-	18	18	136.989,39
PR	5	7	12	86.384,17
RJ	-	6	6	41.848,10
RN	-	10	10	87955,36
RO	1	15	16	122.120,97
RR	-	6	6	43.114,01
RS	7	8	15	110.176,79
SC	1	12	13	59.211,56
SP	-	8	8	73.850,43
TO	2	11	13	107.093,36
Matriz	17	26	43	403.417,54
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>304</b>	<b>357</b>	<b>2.776.422,52</b>

Fonte: Digeop/Sudep

Quanto ao projeto **Jovem Aprendiz**, a Companhia contratou 85 jovens e adolescentes aprendizes, através da Fundação Pró-Cerrado – Renapsi, ao custo de R\$969.575,73 em 2013.

Este projeto objetiva a inserção e permanência do adolescente no mundo do trabalho como fator decisivo para a formação do jovem, não somente como futuro profissional, mas também como pessoa inserida num contexto de cidadania.

#### d) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

### Quadro 7.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra/ limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Nome: Companhia Nacional de Abastecimento																
UG/Gestão: 22211										CNPJ: 26.461.699/0473-06						
UF	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						Início	Fim	F		M		S			P	C
								P	C	P	C	P	C			
Ma triz	2012	V	O	038/2012.	08.931.820/0002-90	04.01.2013	04.01.2014	-	10	-	11	-	1	A	-	22
	2010	L	O	047/2010	04.944.460/0001-29	13.10.2010	31.01.2014	-	33	-	30	-	-	A	-	63
AC	2009	V	O	19.019015/09-39	17.219.353/0002-60	10/06/09	10/06/14	-	-	-	-	-	-	P	2	2
	2013	L	O	24.000016/13-91	12.013.484/0001-92	02/04/13	02/04/15	-	-	-	-	-	-	P	2	2
AL	2011	V	O	005/2011	11.179.264/0007-66	03/09/13	02/09/14		2		6			P		8
	2010	L	O	003/2010	01.182.827/0001-26	03/09/13	02/09/14				6			P		6
AM	2010	L	O	1	09.540.692/0001-35	21/09/10	20/09/14	11	11					P	11	11
	2008	V	O	6	07.030.464/0001-90	01/07/08	01/01/14			10	10			E	10	10
	2009	1	O	3	01.768.859/0001-08	16/10/09	15/10/14							P		
	2012	1	O	2	83.353.912/0001-74	03/12/12	02/12/14	2			2			P	2	2
	2012	6	O	TAC	37.381.902/0001-25	07/05/12	06/05/14			4	4			A	4	4
BA/ SE	2012	V	O	005/2012	16.207.888/0001-78	11/02/12	10/02/15	-	4	-	-	-	-	P	-	4
	2012	V	O	014/2012	42.035.097/0001-18	19/04/12	18/04/14	-	23	-	-	-	-	P	-	23
CE	2010	V	O	2010	07.434.673/0001-07	2010	2015			28	28			P	28	28
ES	2012	V	O	005/12	25183468/0003-51	31/01/12	30/01/13			16	16				16	16
GO	2010	L	O	003/2010	06.308.467/0001-80	01/03/13	01/03/14	9	9					A	9	9
	2012	V	O	0558/2012	04.032.981/0001-00	01/01/13	01/01/14	22	22					A	22	22
MA	2012	V	O	34/2011	08.692.482/0001-08	01/02/12	01/02/15	32						P	32	32
	2012	L	O	26/2012	13.909.561/0001-50	05/11/12	04/11/13	2						E	2	2
		L	O	27/2012			04/11/13	1						E	1	1
MT	2013	L	O	20/2013	13.714.479/0001-70	18/11/13	17/11/14	2	2					A	2	2
	2012	V	O	12/2012	08.282.957/0001-80	16/06/12	15/06/13	11	11	17	17			A	28	28
MS	2012	L	O	006/2011	12.624.167/0001-02	02/01/14	02/01/15	x						P		2
	2012	V	O	001/2012	04.923.655/0001-92	09/03/14	09/03/14	x						P		36
MG	2011	V	O	014/2011	07.534.224/0001-22	01/01/11	01/01/13	-	-	-	17	-	-	A	-	17
	2011	L	O	004/2011	11.098.462/0001-00	14/03/11	14/03/13	-	-	-	3	-	-	A	-	3
	2012	L	O	002/2012	05.935.466/0001-00	03/01/12	03/01/13	-	-	-	1	-	-	A	-	1
	2011	L	O	008/2011	04.712.320/0001-25	08/05/11	08/05/12	-	-	-	3	-	-	A	-	3
	2012	V	O	010/2012	03.108.004/0001-86	03/08/12	03/02/13				48			A		48
	2013	V	O	008/2013	03.108.004/0001-86	03/08/13	03/02/14				4			A		4
PA	2008	V	O	001/2008	03.257.467/0001-00	09/05/13	08/05/14		11		11			A		22
	2010	L	O	006/2010	06.028.733/0001-10	28/10/13	27/10/14		1		2			A		3
	2013	9	O	029/2013	04.615.616/0001-28	09/10/13	08/10/14							A		
	2012	2	O	008/2012	06.855.175/0007-52	01/10/13	30/09/14				X			A		2
PB	2011	L	O	21221.000710	10.548.761/0001-36	01/06/13	30/05/14	1						A	1	
	2008	V	O	21221.000269	09.222.175/0001-18	07/10/13	06/10/13	11						A	11	
	2013	V	O	21221000106	09.222.175/0001-18	08/10/13	07/10/14	11						A	11	
PE	2010	V	O	13/2010	09.543.683/0001-06	01/12/12	30/11/13							P	14	14
	2011	L	O	08/2011	05.164.930/0001-02	26/02/13	25/02/14							P	14	14
PI	2013	L	O	01/2013	08.483.447/0001-70	02.01.13	01.01.14							A	3	3
	2012	V	O	2982012	12.062.071/0001-06	14.01.13	13.01.14							A	12	12

UF	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores		
						Início	Fim	F		M		S			P	C	
								P	C	P	C	P	C				
PR	2.009	1	O	026/2009	03.495.870/0001-77	30/12/09	30/12/14					4			A		4
	2.012	1	E	045/2012	13.749.888/0001-01	03/11/12	28/04/13								E		
	2.013	1	O	006/2013	05.948.378/0001-35	29/04/13	15/12/13								E		
	2.013	1	O	017/2013	03.495.870/0001-77	16/12/13	28/04/14		4		4				A		8
	2.008	1	O	035/2008	77.998.912/0001-29	31/12/08	30/12/14		2		2				A		4
	2.007	1	O	027/2007	85.446.813/0001-62	07/11/07	30/06/14		2		2				E		4
	2.008	1	O	002/2008	85.446.813/0001-62	07/07/08	06/07/14		3		3				A		6
	2.008	1	O	007/2008	03.495.870/0001-77	01/05/08	30/09/13										
	2.013	1	O	011/2013	10.364.152/0003-99	01/10/13	30/09/14		4		4				A		8
	2.012	4	O	012/2012	07.228.643/0001-36	02/07/12	01/07/14		5						A		5
	2.011	4	O	025/2011	80.275.290/0001-15	10/01/11	09/01/14		1						A		1
2.011	4	O	002/2011	10.405.110/0001-97	11/02/11	10/02/16		1						A		1	
RJ	2013	L	O	002/2013	61.308.607/0001-28	01/03/13	28/02/14	-	-	-	-	-	-	-	A	22	22
	2012	V	O	005/2012	31.376.361/0001-60	03/10/12	02/10/14	-	-	-	-	-	-	-	P	30	30
RO	2011	V	O	07/2011	12.159.225/0001-74	01/07/11	30/06/14			14	14				P	14	14
	2012	L	O	10/2012	07.533.627/0001-57	13/12/12	12/12/14	4	4						P	4	4
	2012	1	O	02/2012	61.600.839/0001-55	04/04/12	03/04/14					17	15		P	17	15
	2010	7	O	6 e 7/2010	07.533.627/0001-57	05/07/10	04/07/14		3						P	3	
	2011	1	O	02/2011	07.533.627/0001-57	01/08/11	31/07/14	1	1						P	1	1
RN	2010	L	O	01*10	01.417.412/0001-94	03/01/13	02/01/14	-	-	3	-	-	-	-	A	-	3
	2011	V	O	03*11	04.008.185/0001-31	23/12/13	22/11/14	-	-	-	-	-	-	-	A	-	38
	2012	B	O	27*12	06.234.467/0001-82	22/11/12	21/11/13	25	-	-	-	-	-	-	A	-	25
RS	2009	V	O	01/04/09	04.281.402/0001-62	01/07/09	30/06/14	22	22						A	22	22
		L	O	01/01/10	10.930.754/0001-05	01/02/10	30/01/14	3	3						A	3	3
SC	2013	V	O	05/2013	14.576.552/0001-57	01/09/13	31/08/14			x					P	8	
	2011	L	O	03/2011	02.531.343/0001-08	01/03/11	28/02/15	x							P	1	
	2012	L	O	01/2012	02.220.017/0001-80	23/04/12	22/04/14	x							P	2	
SP	2013	2	O	20/2013	00.568.594/0001-31	05/11/13	04/11/15								A		
	2009	1	O	017/2012	07.447.264/0001-37	01/11/09	31/10/14								P	3	3
	2012	1	O	06/2012	07.447.264/0001-37	10/04/12	09/04/15								P	3	3
	2013	1	O	08/2013	06.069.276/0001-02	24/05/13	23/05/14								A	5	5
	2008	12	O	24/2008	61.567.590/0001-23	02/12/08	01/12/13								P		
	2013	12	O	09/2013	11.385.969/0001-44	12/07/13	11/07/14								A		
	2008	12	O	25/2008	66.489.899/0001-66	10/12/08	09/12/14								P		
	2010	2	O	04/2010	00.920.881/0001-69	05/10/10	04/10/14								P		
	2009	12	O	06/2009	04.999.840/0001-60	04/05/09	03/05/14								P	6	6
	2012	12	O	02/2012	13.054.395/0001-57	24/02/12	23/02/15								P	11	11
	2013	12	O	07/2013	12.603.471/0001-73	12/06/13	11/06/14								A		
	2010	6	O	13/2010	69.145.761/0001-38	29/12/10	28/12/13								P		
	2008	12	O	03/2008	08.604.419/0001-64	14/04/08	13/04/13								P	2	2
	2011	12	O	01/2011	43.147.784/0001-98	29/04/11	28/04/14								P		
	2012	12	O	22/2012	54.699.962/0001-00	30/03/12	29/03/15								P		
2008	12	O	07/2008	06.888.220/0001-80	13/06/08	12/06/13								P	1	1	
2013	2	O	13/2013	11.917.008/0001-33	12/07/13	11/07/14								A	1	1	
TO	2014	V	O		03.601.036.0003/80	18/02/14	18/02/15	7							A		7
	2013	L	O		00.588.541/0004-25	13/07/13	12/07/14			5					A		5
	2012	11	O		03.396.082/0001-23	02/05/13	01/05/14			2		11			A		13
	2013	8	O		04.829.840/0001-12	15/07/13	14/07/14	16		0		0			A		16

**Observações:**

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Diafi/Supad/Gerad e Sureg

### e) Demonstrativo gerencial dos atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Os empregados da Conab são contratados pelo regime CLT não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões. Também não há idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo o empregado se aposentar pela Previdência Social e permanecer em atividade.

**Quadro 7.5 - Demonstrativo do Turnover – Período de 2011 a 2013**

REGIÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO							
		2011		2012		2013		TOTAL	
		ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO
DF	MATRIZ	51	49	33	37	286	63	370	149
NORTE	AC	1	0	0	0	0	0	1	0
	AM	3	2	2	0	0	0	5	2
	AP	0	1	0	0	0	0	0	1
	PA	0	0	1	1	0	0	1	1
	RO	0	0	0	0	0	1	0	1
	RR	0	0	0	1	0	0	0	1
NORDESTE	AL	3	1	0	3	0	1	3	5
	BA	11	1	1	2	0	1	12	4
	CE	7	5	0	2	1	1	8	8
	MA	2	0	3	0	1	0	6	0
	PB	6	1	2	0	7	0	15	1
	PE	13	8	2	5	1	2	16	15
	PI	2	1	1	1	1	0	4	2
	RN	2	0	3	1	3	1	8	2
	SE	0	0	0	0	0	0	0	0
	GO	6	1	1	3	3	1	10	5
C. OESTE	DF					1	1	1	1
	MS	3	1	0	1	2	0	5	2
	MT	3	0	0	4	0	1	3	5
	TO	0	0	0	1	0	0	0	1
SUDESTE	ES	2	0	1	1	1	1	4	2
	MG	7	3	4	1	5	1	16	5
	RJ	10	2	9	2	5	0	24	4
	SP	1	0	1	0	1	0	3	0
SUL	PR	10	0	0	1	1	2	11	3
	RS	0	3	1	0	1	0	2	3
	SC	3	1	0	0	1	0	4	1
TOTAL		146	80	65	67	321	77	532	224
Q.L. ANO ANTERIOR		4.401		4.474		4.465			
Q.L. MÉDIO		4.434		4.473		4.709		45,38	
TURNOVER(%)		2,55		1,48		4,34		8,33	

Fonte: Digep/Suret/Sistema Sênior

Os dados consolidados na planilha acima englobam os atos de admissão/demissão em geral e, ainda, o retorno judicial/administrativo dos empregados contemplados pela Lei n.º 8.878/1994 – Lei da Anistia, haja vista se tratarem de ocorrências que alteram a configuração do quadro de pessoal da Conab, o que as qualificam para o cálculo do turnover. Sobre eles destaca-se:

- o turnover ou rotatividade de 2011 foi de 2,55%, com queda para 1,48% em 2012; nesses exercícios as admissões formalizadas deveram-se exclusivamente ao retorno de anistiados;
- com a retomada das admissões por concurso público, em 2013, a rotatividade registrada foi da ordem de 4,34%, ou seja aumentou 293,24% em relação ao exercício anterior;

- do total de 321 admissões, 286 (89,1%) foram na Matriz, que também concorreu com 63 (81,81%) das 77 demissões efetuadas no exercício;
- dos desligamentos ocorridos em 2013, 13 (16,88%) foram motivados por falecimento de empregados (2/Matriz; 1/AL; 1/BA; 1/CE; 1/ES; 1/MG; 2/PE; 2/PR; 1/RN; 1/RO);
- para esse indicador o percentual desejável é de <5%, meta alcançada em 2013.

**Quadro 7.6 – Taxa de Integração de Recém Admitidos/Concursados – Período de 2011 a 2013**

REGIÃO	UNIDADE	EXERCÍCIOS							
		2011		2012		2013		TOTAL	
DF	MATRIZ	ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO
		0	5	0	2	233	37	233	44
NORTE	AC	0	0	0	0	0	0	0	0
	AM	0	0	0	0	0	0	0	0
	AP	0	1	0	0	0	0	0	1
	PA	0	0	0	0	0	0	0	0
	RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	AL	0	0	0	0	0	0	0	0
	BA	0	0	0	0	0	0	0	0
	CE	0	0	0	0	0	0	0	0
	MA	0	0	0	0	1	0	1	0
	PB	0	0	0	0	5	0	5	0
	PE	0	1	0	0	1	0	1	1
	PI	0	0	0	0	0	0	0	0
	RN	0	0	0	0	0	0	0	0
C. OESTE	SE	0	0	0	0	0	0	0	0
	GO	0	0	0	0	1	1	1	1
	DF					1	1	1	1
	MS	0	0	0	0	0	0	0	0
	MT	0	0	0	0	0	1	0	1
SUDESTE	TO	0	0	0	0	0	0	0	0
	ES	0	0	0	0	0	0	0	0
	MG	0	1	0	0	1	0	1	1
	RJ	0	0	0	0	1	0	1	0
SUL	SP	0	0	0	0	1	0	1	0
	PR	0	0	0	0	0	0	0	0
	RS	0	0	0	0	0	0	0	0
	SC	0	0	0	0	1	0	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>246</b>	<b>40</b>	<b>246</b>	<b>50</b>
<b>% INTEGRAÇÃO</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>83,74</b>		<b>79,67</b>	

Fonte: DigeP/Suret/Sistema Sênior

Para efeito de apreciação da taxa de integração de concursados se considerou o último triênio como forma de resgatar a informação de que em 2011 e 2012 não se tem registro de ingressos por meio de concurso público, o que voltou a acontecer a partir de janeiro/2013 em razão dos concursos objeto dos Editais n.º 1/2012 (diversas áreas de formação em Nível Superior) e 2/2012 (exclusivo para a área de Tecnologia da Informação). Ressalte-se que:

- em âmbito nacional foram efetivadas 246 admissões por concurso público, contra 40 demissões entre esse mesmo público, resultando em uma taxa de integração de 83,74%;
- na Matriz a taxa de integração foi de 84,12%, unidade que contribuiu com 233 (94,71%) contratações de concursados e com 37 (92,5%) do total das demissões processadas em 2013;
- as admissões registradas nas Regionais, no decurso de 2013, decorreram da movimentação de pessoal por processo de transferência amparado pelos normativos internos. Dos 13 recém-admitidos lotados nas Suregs, 5 (2,03%) estão na Sureg/PB e integram o Núcleo Regional da Auditoria Interna do Nordeste, com sede em João Pessoa, em observância à Resolução Conad n.º 001, de 24/04/2013;

- do cruzamento de dados alusivos ao turnover/rotatividade de pessoal e os da taxa de integração restou demonstrado que as diferença de 75 admissões e de 37 demissões entre os totais de ambas as planilhas correspondem às admissões e demissões de anistiados, que são consideradas para efeito de cálculo da rotatividade de pessoal.

#### **f) Distribuição dos empregados por nível de escolaridade**

A distribuição dos empregados por nível de escolaridade foi orientada a partir dos graus de escolaridade que integram a RAIS e que compõem a base de dados do Sistema Sênior de RH.

Dos 4.708 empregados da Companhia a maior concentração se deu nos níveis 7/2º Grau Completo - 1.748 (37,13%), 9/Superior Completo – 1.056 (22,43%) e 10/Pós-Graduação – 553 (11,75%).

Dentre os 1.270 colaboradores da Matriz as maiores densidades foram entre os mesmos níveis do quadro geral, com predominância para o 9/Superior (38,11%), seguido do 7/2º Grau Completo (21,81%) e 10/Pós-Graduação (19,45%).

Considerando o contingente de 3.438 empregados lotados nas Regionais, as maiores concentrações foram observadas nos seguintes níveis de escolaridade: 7/2º Grau Completo – 1.471 (42,8%), 9/Superior Completo – 572 (16,64%), 5/1º Grau Completo – 310 (9,01%) e 10/Pós-Graduação – 306 (8,80%). Nesse universo ainda existem 648 (18,85%) empregados com escolaridade variando entre o Analfabetismo e a 5.ª/8.ª Série Incompleta, em contraponto aos 96 (7,56%) casos registrados no âmbito da Matriz.

**Quadro 7.7 - Distribuição dos Empregados por Nível de Escolaridade - 2013**

REGIÃO	UNIDADE	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE														LOTAÇÃO
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
DF	MATRIZ		14	56	26	61	26	277	21	484	247	49	6		3	1270
NORTE	AC		1	4		4	1	8		6						24
	AM	1	3	10	4	4	3	56	1	18	9					109
	AP							3		2	1					6
	PA		1	2	3	7	1	28		16	14	3				75
	RO			3	2	2		20		12	10	2				51
	RR				1			10		4	1				16	
NORDESTE	AL	1	9	2	7	3		30		6	4				62	
	BA		2	9	13	11	1	88	2	18	8	3			155	
	CE		29	8	24	19		103	1	43	21	1	1		251	
	MA		8	5		12		73	1	27	5				131	
	PB		7	3	38	20	4	82		40	15	2			211	
	PE		5	72	17	25	10	136	3	54	13				335	
	PI		6	15	25	19	3	85		18	9				180	
	RN		3	3	11	15	3	42	2	27	17	1	1		125	
	SE															
C. OESTE	GO		11	25	23	26	4	169	4	44	38	2	1		345	
	DF			6	1	5		18	2	5	8				43	
	MS		2	6	8	7		46		19	10	4			102	
	MT	1	12	4	4	10	4	51	2	23	14	1			126	
	TO				5		1	19	3	13	11				52	
SUDESTE	ES		18	7	7	17	3	57	1	13	15	1			139	
	MG		5	10	28	32	6	110	1	46	20	3			261	
	RJ		2	12	29	39	7	91	2	36	17	3			238	
	SP		5	3	3	5	2	36		23	7			1	85	
SUL	PR		2	4	12	11	2	51	1	24	21	2	1		131	
	RS		3	10	19	11	5	38	3	25	8	2			124	
	SC		1		3	6	3	24	1	10	10	2			60	
TOTAL		3	149	279	313	371	89	1748	51	1056	553	81	10	0	5	4.708
%		0,06	3,18	5,93	6,65	7,88	1,89	37,13	1,08	22,43	11,75	1,72	0,21	0,00	0,11	

Fonte: Sistema Sênior

Nível de escolaridade:

1 - Analfabeto; 2 - 4ª Série Incompleta; 3 - 4ª Série Completa; 4 - 5ª a 8ª Série Incompleta; 5 - 1º Grau Completo; 6 - 2º Grau Incompleto; 7 - 2º Grau Completo; 8 - Superior Incompleto; 9 - Superior Completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado c/defesa de Tese; 12 - Doutorado; 13 - Ph.D.; 14 - Mestrado s/defesa de Tese.

Comparando a distribuição do número real de empregados entre os níveis de escolaridade com maior frequência, nos exercícios 2012/2013, na Matriz e nas Regionais, verifica-se que, excetuando o 7/2.º Grau Completo, na Matriz, os demais sofreram aumento. Na Matriz os níveis de escolaridade 7 e 9 se inverteram, de um ano para o outro. Algumas variáveis podem estar associadas a essas alterações, a saber: progressão escolar em decorrência da continuidade ou retomada dos estudos; mobilidade de empregados entre Matriz e Regionais, por processo de transferência; reingresso judicial/administrativo de anistiados ao quadro de pessoal da Conab.

Tendo em vista que os níveis de escolaridade anteriormente examinados guardam estreita relação com os níveis dos cargos de enquadramento funcional, salientamos que os 4.708 empregados estavam assim distribuídos em 31/12/2013: 2.498 (53,06%) empregados em cargos de Nível Auxiliar/Intermediário, 1.115 (23,68%) em cargos de Nível Médio/Assistente e 1.095 (23,26%) em cargos de Nível Superior/Analista.

### g) Perspectivas de aposentadorias no curto e médio prazos e estratégia de recomposição de pessoal

Os dados constantes das tabelas que se seguem apresentam um panorama do contexto solicitado.

### Quadro 7.8 - Perspectiva de Aposentadoria

COMPARATIVO FAIXA ETÁRIA X TEMPO DE CASA – 2013													
FAIXA ETÁRIA	TEMPO DE CASA – ANOS											TOTAL	
	-1	1/2	3/4	5/9	10/14	15/19	20/24	25/29	30/34	35/39	+40	Q.L.	%
18/22	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,02%
23/27	99	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	101	2,15%
28/32	88	3	0	44	0	0	0	0	0	0	0	135	2,87%
33/37	33	4	0	113	0	0	0	0	0	0	0	150	3,19%
38/42	15	0	0	83	0	0	0	1	0	0	0	99	2,10%
43/47	7	8	5	64	31	3	0	56	4	0	0	178	3,78%
48/52	2	5	7	137	235	88	14	167	167	7	0	829	17,61%
53/57	3	6	4	92	260	258	63	139	448	187	1	1459	30,99%
58/62	1	5	3	59	141	163	62	77	296	217	23	1047	22,24%
63/67	0	2	2	28	93	97	48	36	80	85	30	501	10,64%
+ 68	1	1	2	19	63	41	24	15	26	9	7	208	4,42%
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>36</b>	<b>23</b>	<b>639</b>	<b>823</b>	<b>648</b>	<b>211</b>	<b>491</b>	<b>1021</b>	<b>505</b>	<b>61</b>	<b>4.708</b>	<b>100,00%</b>
%	5,31%	0,76%	0,49%	13,57%	17,48%	13,76%	4,48%	10,43%	21,69%	10,73%	1,30%	100,00%	

Observação: Q.L.: Quadro de Lotação  
Fonte: Sistema Sênior

Do cruzamento dos dados relacionados à faixa etária e tempo de casa restaram evidenciados os seguintes aspectos:

- as faixas etárias predominantes na Conab foram as compreendidas nos intervalos 53/57 – 1.459 (30,99%), 58/62 – 1.047 (22,24%), 48/52 – 829 (17,61%) e 63/67 – 501 (10,64%); somadas correspondem a (81,48%) do quadro de pessoal de 2013;
- as faixas etárias anteriores, entre 18/47 anos, totalizaram 664 empregados, respondendo por apenas 14,10% do contingente da força de trabalho do exercício;
- existiam na Conab 208 colaboradores com idade superior a 68 anos;
- relativamente ao tempo de casa os intervalos com frequência mais significativa foram: 30/34 – 1.021 (21,68%), 10/14 – 823 (17,48%), 5/9 – 639 (13,57%) e 25/29 – 491 (10,43%), ou seja, 63,17% dos empregados enquadraram-se nestes intervalos;
- os empregados com 30/34, 10/14, e 25/29 anos de casa concentraram-se nas faixas etárias compreendidas entre 48/62 anos.

Ao final de 2013 o sistema de recursos humanos registrava a existência de 949 empregados aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS, uma vez que o quadro de pessoal é regido pela CLT. Tratam-se de aposentadorias espontâneas, por tempo de serviço/idade e referidos empregados se encontram em plena atividade.

Em linha gerais significa que 20,16% do total de empregados estão aposentados; na Matriz o total de aposentados corresponde a 33,62%, seguida das Regiões Sudeste (26,56%), Sul (23,81%) e Norte (23,49%).

**Quadro 7.9 - Quantitativo de Empregados Aposentados por Regiões**

QUANTITATIVO DE EMPREGADOS APOSENTADOS					
REGIÃO	UF	N.º	REGIÃO	UF	N.º
NORTE	AC	04	C. OESTE	GO	10
	AM	27		DF	02
	AP	-		MS	08
	PA	21		MT	29
	RO	13		TO	12
	RR	01		TOTAL	
TOTAL		66	%		9,12
%		23,49	SUDESTE	ES	58
NORDESTE	AL	05		MG	81
	BA	05		RJ	50
	CE	10		SP	03
	MA	04		TOTAL	
	PB	28	%		26,56
	PE	71	SUL	PR	49
	PI	02		RS	06
	RN	03		SC	20
TOTAL		128	TOTAL		75
%		8,83	%		23,81
<b>TOTAL MATRIZ: 427 = 33,62%</b>					
<b>QUADRO DE LOTAÇÃO 2013: 4.708</b>					
<b>TOTAL DE APOSENTADOS: 949</b>					

Fonte: Dige/Suret/Sistema Sênior

Integravam as estratégias da Direção da Companhia, para 2013, suprir as necessidades de pessoal mediante a realização de concurso público, o que se concretizou conforme referenciado no item 7.1, e deflagrar um programa de substituição da força de trabalho por meio de Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI. Estas são medidas delineadas ante a perspectiva de aposentadoria de empregados do quadro de pessoal, a serem implementadas oportunamente.

#### h) Indicadores gerenciais da Gestão de Pessoas

**Quadro 7.10 - Principais Indicadores de Recursos Humanos**

Rotatividade ou Turnover total	2013	2012	2011
<b>Objetivo:</b> Monitorar indícios de problemas relacionados a processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	4,34	1,48	2,55
<b>Análise:</b> Os índices de turnover foram mais representativos no exercício por ocasião do ingresso de concursados.			
Percentual de realização de exames médicos periódicos	2013	2012	2011
<b>Objetivo:</b> Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.	61,36	56,75	55,61
<b>Análise:</b> Foram emitidas 4.274 convocações o que gerou a efetiva expedição de 2.889 ASOs – Atestado de Saúde Ocupacional. Os índices têm melhorado a cada ano, mas ainda demonstram que tanto a Conab quanto os empregados precisam dedicar mais atenção a esse indicador, adequando os procedimentos ao cumprimento dessa obrigação patronal.			
Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	2013	2012	2011
<b>Objetivo:</b> Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades.	0,36	0,81	0,67
<b>Análise:</b> Em 2013, ocorreram 16 acidentes de trabalho e nenhum caso de doença ocupacional.			

#### 7.5. Cadastro no SISAC

Em atenção às disposições da Instrução Normativa n.º 55/2007, as informações alusivas

aos atos de admissão/demissão de pessoal foram repassadas ao TCU, via Sisac. Importante relevar que, por orientação daquele Tribunal, os atos de retorno dos anistiados não integram os quantitativos dos atos de admissão informados, daí advindo a diferença numérica das admissões registradas nos quadros 7.5 (demonstrativo do turnover) e 7.6 (taxa de integração de recém-admitidos/concursados).

Os respectivos comprovantes de transferência dos dados e demais documentos comprobatórios do atendimento à IN estão de posse da área de cadastro de pessoal da Companhia.

**Quadro 7.11 – Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de Atos sujeitos a registros		Quantidade de Atos Cadastrados	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2013	2012	2013
Admissão	-	246	-	246
Demissão	67	77	67	77
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>323</b>	<b>67</b>	<b>323</b>

Fonte: Digeep/Suret/Sistema Sênior

## 7.6. Providências adotadas para identificar acúmulo remunerado de cargos

Com o intuito de coibir a ocorrência de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, prática vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, os ingressos ao quadro de pessoal da Conab, quer na condição de empregado de Cargo de Carreira, quer como Contrato Especial, são convidados ao preenchimento da Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, cumprindo-se assim a obrigação admissional prevista no capítulo “Dos Deveres e Proibições”, integrante do Regulamento de Pessoal.

Os indícios de acúmulo de cargo público são comunicados à Conab pela Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP. A partir de então essas ocorrências são averiguadas por intermédio de processo interno de apuração, sob a orientação da unidade de corregedoria, a quem compete examinar e instruir processos relativos à conduta disciplinar do corpo de empregados.

Em 2013 não se teve registro de acumulação remunerada de cargos.

## 7.7. Previdência Complementar (Cibrius)

### Informações sobre a relação da Companhia com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab é a patrocinadora constituidora do Plano de Benefícios Conab administrado pelo Cibrius.

## Identificação da unidade

Nome	Cíbrus
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social – Cíbrus Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D n.º 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Fonte: Cíbrus

### Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes e pela patrocinadora

#### Quadro 7.12 - Total de contribuições dos participantes ativos e da patrocinadora Conab

CONTRIBUIÇÕES AO CIBRIUS 2013						
REGIÃO	UNIDADE	QUADRO LOTAÇÃO	N.º PARTICIP.	% PARTICIP.	CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTES (R\$)	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (R\$)
<b>DF</b>	MATRIZ	1270	408	35,79	6.212.072,86	6.130.285,45
<b>NORTE</b>	AC	24	3	0,18	30.683,41	30.683,41
	AM	109	33	1,69	293.529,97	288.605,11
	AP	6		0	-	-
	PA	75	27	1,56	271.219,05	271.219,05
	RO	51	21	1,29	223.966,44	223.939,52
	RR	16	1	0,12	20.069,66	24.994,52
<b>NORDESTE</b>	AL	62	35	1,14	198.653,68	199.997,37
	BA	155	32	1,64	285.434,80	286.215,91
	CE	251	125	7,00	1.214.574,39	1.210.558,81
	MA	131	42	1,84	319.158,32	318.438,53
	PB	211	50	2,66	461.470,80	454.871,13
	PE	335	109	5,32	923.503,32	922.621,80
	PI	180	29	1,66	288.420,73	288.420,73
	RN	125	38	2,50	434.343,47	427.737,59
	SE			0	-	-
<b>C. OESTE</b>	GO	346	101	6,88	1.194.727,15	1.297.150,17
	DF	43	19	0,75	130.842,13	6.916,72
	MS	102	56	2,89	501.552,69	508.058,86
	MT	126	44	2,32	403.009,97	402.462,51
	TO	52	16	1,22	211.116,75	211.703,78
<b>SUDESTE</b>	ES	139	42	2,44	423.084,41	423.084,41
	MG	261	80	4,71	817.307,09	808.250,65
	RJ	238	42	2,60	451.168,36	451.168,36
	SP	85	36	2,68	465.196,96	464.931,34
<b>SUL</b>	PR	131	78	4,32	749.707,97	749.707,97
	RS	124	52	2,93	508.979,89	502.358,75
	SC	60	28	1,86	323.343,87	323.343,87
<b>Sub-Total</b>						<b>17.227.726,32</b>
<b>Dotação</b>						16.219.274,68
<b>TOTAL %</b>		<b>4.708</b>	<b>1.547</b>	<b>100,00</b>	<b>17.357.138,14</b>	<b>33.447.001,00</b>

Fonte: Digep/ Suret/Sistema Sênior/SIAFI/SISDRE

### Quadro 7.13 – Folha de Pagamento de Benefícios - Exercício 2013

TIPOS DE BENEFÍCIOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
<b>RENDA VITALÍCIA</b>	<b>R\$ 1.708.810,20</b>	<b>R\$ 1.704.146,32</b>	<b>R\$ 1.703.388,06</b>	<b>R\$ 1.702.803,42</b>	<b>R\$ 1.727.188,06</b>	<b>R\$ 1.727.375,94</b>	<b>R\$ 1.718.889,62</b>
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	R\$ 1.289.049,55	R\$ 1.289.049,55	R\$ 1.285.460,13	R\$ 1.283.050,39	R\$ 1.299.743,66	R\$ 1.297.864,40	R\$ 1.289.975,93
Aposentadoria por Idade	R\$ 67.560,99	R\$ 67.560,99	R\$ 67.560,99	R\$ 67.560,99	R\$ 67.415,09	R\$ 67.415,09	R\$ 62.408,48
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 107.914,23	R\$ 106.709,65	R\$ 105.921,36	R\$ 105.921,36	R\$ 106.463,27	R\$ 108.364,53	R\$ 103.536,69
Benefício Proporcional Diferido c/Risco	R\$ 10.797,73	R\$ 10.797,73	R\$ 10.797,73	R\$ 10.797,73	R\$ 10.805,30	R\$ 10.805,30	R\$ 10.805,30
Benefício Proporcional Diferido s/Risco	R\$ 4.202,74	R\$ 4.202,74	R\$ 4.202,74	R\$ 4.202,74	R\$ 4.205,68	R\$ 4.205,68	R\$ 4.205,68
Aposentadoria Especial	R\$ 16.315,73	R\$ 16.315,73	R\$ 16.315,73	R\$ 16.315,73	R\$ 16.327,14	R\$ 16.327,14	R\$ 16.327,14
Pensão por Morte	R\$ 210.523,39	R\$ 207.139,99	R\$ 210.772,02	R\$ 212.540,73	R\$ 219.868,91	R\$ 219.791,59	R\$ 211.454,93
Benefício Suspenso	R\$ 2.445,84	R\$ 2.369,94	R\$ 2.357,36	R\$ 2.357,36	R\$ 2.359,01	R\$ 2.305,57	R\$ 20.175,47
Recuperação de Benefício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 56,39	R\$ -	R\$ 296,64	R\$ -
<b>RENDA TEMPORÁRIA</b>	<b>R\$ 7.620,87</b>	<b>R\$ 14.473,51</b>	<b>R\$ 11.110,89</b>	<b>R\$ 9.404,73</b>	<b>R\$ 16.729,41</b>	<b>R\$ 11.393,59</b>	<b>R\$ 8.891,86</b>
Auxílio Doença	R\$ 7.620,87	R\$ 14.473,51	R\$ 11.110,89	R\$ 9.404,73	R\$ 16.729,41	R\$ 8.473,37	R\$ 8.891,86
Benefício Anterior	R\$ -	R\$ 657,05	R\$ -				
Recuperação de Benefício	R\$ -	R\$ 2.263,17	R\$ -				
<b>ABONO ANUAL</b>	<b>R\$ 365,28</b>	<b>R\$ 889,93</b>	<b>R\$ 413,67</b>	<b>R\$ 613,89</b>	<b>R\$ 549,83</b>	<b>R\$ 777,97</b>	<b>R\$ 311,79</b>
Abono Anual	R\$ 365,28	R\$ 889,93	R\$ 297,78	R\$ 613,89	R\$ 431,53	R\$ 777,97	R\$ 218,27
Recuperação de Abono Anual	R\$ -	R\$ -	R\$ 115,89	R\$ -	R\$ 118,30	R\$ -	R\$ 93,52
<b>RENDA ÚNICA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 63.330,60</b>	<b>R\$ 36.064,57</b>	<b>R\$ 56.185,06</b>	<b>R\$ 11.472,90</b>	<b>R\$ 61.600,37</b>	<b>R\$ 18.861,15</b>
Pecúlio por Morte	R\$ -	R\$ -	R\$ 36.064,57	R\$ 56.185,06	R\$ 11.472,90	R\$ 61.600,37	R\$ 18.861,15
Reserva de Poupança	R\$ -	R\$ 63.330,60	R\$ -				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 1.716.796,35</b>	<b>R\$ 1.782.840,36</b>	<b>R\$ 1.750.977,19</b>	<b>R\$ 1.769.007,10</b>	<b>R\$ 1.755.940,20</b>	<b>R\$ 1.801.147,87</b>	<b>R\$ 1.746.954,42</b>

TIPOS DE BENEFÍCIOS	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	13° SAL	TOTAL
<b>RENDA VITALÍCIA</b>	<b>R\$ 1.757.447,45</b>	<b>R\$ 1.724.668,62</b>	<b>R\$ 1.729.769,31</b>	<b>R\$ 1.726.378,94</b>	<b>R\$ 1.729.174,02</b>	<b>R\$ 1.719.682,70</b>	<b>R\$ 22.379.722,66</b>
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	R\$ 1.296.214,29	R\$ 1.295.198,75	R\$ 1.304.172,21	R\$ 1.302.373,43	R\$ 1.307.575,10	R\$ 1.297.403,65	R\$ 16.837.131,04
Aposentadoria por Idade	R\$ 63.117,03	R\$ 63.595,61	R\$ 63.714,05	R\$ 63.593,69	R\$ 63.925,08	R\$ 63.593,69	R\$ 849.021,77
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 126.267,37	R\$ 109.456,26	R\$ 105.806,69	R\$ 105.094,08	R\$ 105.938,81	R\$ 106.371,91	R\$ 1.403.766,21
Benefício Proporcional Diferido c/Risco	R\$ 10.805,30	R\$ 140.438,62					
Benefício Proporcional Diferido s/Risco	R\$ 4.205,68	R\$ 54.662,08					
Aposentadoria Especial	R\$ 16.327,14	R\$ 212.207,18					
Pensão por Morte	R\$ 219.588,76	R\$ 216.211,95	R\$ 216.982,09	R\$ 216.785,50	R\$ 215.184,07	R\$ 213.790,57	R\$ 2.790.634,50
Benefício Suspenso	R\$ 9.534,06	R\$ 8.867,93	R\$ 7.756,15	R\$ 7.184,76	R\$ 5.212,84	R\$ 7.184,76	R\$ 80.111,05
Recuperação de Benefício	R\$ 11.387,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 9,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.750,21
<b>RENDA TEMPORÁRIA</b>	<b>R\$ 10.221,02</b>	<b>R\$ 8.247,80</b>	<b>R\$ 11.641,73</b>	<b>R\$ 15.027,54</b>	<b>R\$ 14.371,69</b>	<b>R\$ 6.781,75</b>	<b>R\$ 145.916,39</b>
Auxílio Doença	R\$ 10.167,08	R\$ 8.247,80	R\$ 11.641,73	R\$ 15.027,54	R\$ 14.371,69	R\$ 6.781,75	R\$ 142.942,23
Benefício Anterior	R\$ -	R\$ 657,05					
Recuperação de Benefício	R\$ 53,94	R\$ -	R\$ 2.317,11				
<b>ABONO ANUAL</b>	<b>R\$ 2.665,47</b>	<b>R\$ 512,84</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 1.384,41</b>	<b>R\$ 2.635,72</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 11.120,80</b>
Abono Anual	R\$ 1.649,69	R\$ 415,64	R\$ -	R\$ 1.040,08	R\$ 2.635,72	R\$ -	R\$ 9.335,78
Recuperação de Abono Anual	R\$ 1.015,78	R\$ 97,20	R\$ -	R\$ 344,33	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.785,02
<b>RENDA ÚNICA</b>	<b>R\$ 37.442,93</b>	<b>R\$ 77.854,19</b>	<b>R\$ 24.677,67</b>	<b>R\$ 52.325,90</b>	<b>R\$ -</b>	<b>###</b>	<b>R\$ 439.815,34</b>
Pecúlio por Morte	R\$ 37.442,93	R\$ 77.854,19	R\$ 24.677,67	R\$ 52.325,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 376.484,74
Reserva de Poupança	R\$ -	R\$ 63.330,60					
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 1.807.776,87</b>	<b>R\$ 1.811.283,45</b>	<b>R\$ 1.766.088,71</b>	<b>R\$ 1.795.116,79</b>	<b>R\$ 1.746.181,43</b>	<b>R\$ 1.726.464,45</b>	<b>R\$ 22.976.575,19</b>

Fonte: Cibrius

**Resultado financeiro; Demonstrativo da posição das aplicações; Parecer atuarial anual do Cibrius - ver Anexo VI, pág. 197.**

**7.8. Trabalhadores Terceirizados (DN TCU 129 de 14/08/13)**

**Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem nas situações constatadas a partir da aplicação dos critérios estabelecidos nos subitens 9.1.1. e 9.1.2. do Acórdão 2.303/2012 – Plenário**

Ao final de 2013 a Conab contava com 35 empregados terceirizados, os quais deverão ser substituídos mediante concurso público a ser realizado em 2014, no âmbito das Superintendências Regionais.

## 8. TÓPICOS ESPECIAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 8.1. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro 8.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito 01/01/2013	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	49.633.144,95	-408.361,65	48.203.801,72	1.021.168,29
2011	685.145,33	-61.588,66	358.493,04	260.133,91
2010	260.360,63	-107.408,75	60.031,27	90.301,01
2009	300.805,69	-2.476,80	69,74	298.259,15
2008	122.160,41	0,00	1.239,54	120.920,87
2007	3.389,67	0,00	0,00	3.389,67
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito 01/01/2013	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	115.485.701,66	-35.718.892,03	73.273.157,41	6.493.652,22
2011	1.639.698,63	-1.633.038,94	11.589,41	0,00
2010	171.504,38	0,00	2.619,60	171.504,38

Fonte: Diafi/Suofi/Gefin

Na Matriz ainda consta, inscrito em Restos a Pagar Liquidado, o empenho 2011NE002702, no valor de R\$74.068,15, em nome da empresa Visual – Locação, Serviço e Construção Civil, que aguarda decisão judicial para pagamento ou cancelamento.

### 8.2. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício

**Quadro 8.2 - Instrumentos de Transferências vigentes no exercício**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento									
CNPJ: 26.461.699/0001/80					UG/GESTÃO: 135100/22211				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
<b>Transferências Recebidas</b>									
3	004/2012	MDS (Oper. PAA)	2.633.750.164,00	-	212832.201,03	651.943.886,16	08/12	07/15	1
3	007/2010	MDS (Dist. Cesta)	207.000.000,00	-	35.983.330,60	194.542.032,42	06/10	03/13	1
3	-	MDA (PAA)	490.701.432,00	-	20.211.270,98	56.399.653,73	06/12	12/14	1
3	001/2013	MAPA (Safrá Café)	800.000,00	-	740.153,77	740.153,77	11/13	12/13	1
3	-	MAPA (Cana/etanol)	528.000.000,00	-	515.703.704,84	515.703.704,84	08/13	07/14	1
3	004/2012	SEPP/PR(Cestas)	440.000,00	-	149.004,03	193.236,79	08/12	07/14	1
<b>Transferências Realizadas</b>									
3	-	PNUD	78.086.896,68	-	686.200,23	67.821.313,63	12/03	06/14	1
3	030/2013	B.Brasil (Armazéns)	32.946.437,44	-	450.000,00	450.000,00	09/13	12/15	1

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Siafi e áreas responsáveis pelos Termos de Cooperação

**Análise dos Termos de Cooperação Técnica em vigência no período:**

Os Termos de Cooperação Técnicas celebrados entre a Conab e o **MDS** e **MDA** são realizados através de Ações do PPA, que estão inseridos no Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, quais sejam: MDS - Aquisição e Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, através das Ações orçamentárias 2798 e 2792, respectivamente; e MDA - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, mediante a Ação orçamentária 2B81.

**MAPA - Levantamento da Safra de Café, de Estoques Privados e de Custos de Produção**, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira-Funcafê, cujos resultados em dezembro de 2013 apresentaram uma área plantada com a cultura de café de 2.312 mil hectares, 0,76% inferior a safra passada, correspondendo a uma redução de 17.758 hectares. Também mostrou uma produção de 49,15 milhões de sacas de 60 kg beneficiadas das variedades arábica e robusta, sendo 3,3% ou 1,67 milhão de sacas inferior ao volume de 50,83 milhões de sacas colhida na safra anterior. Essas reduções se devem, principalmente, ao ciclo de baixa bienalidade e às adversidades climáticas observadas.

**MAPA - Subvenção da Cana-de-açúcar e Etanol** - O Decreto n.º 8.079, de 20/08/2013, regulamentou os artigos 11º e 2º da medida Provisória n.º 615/2013, autorizando o pagamento de subvenção econômica aos produtores e fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, as quais desenvolvem atividades na região Nordeste, referente à safra 2001/2012.

**SEPP/PR - Desenvolvimento de Quilombos e Matrizes Africanas** - Objetiva a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africanas. Foram distribuídas em 2013, 2.121 toneladas de alimentos beneficiando 17.200 famílias pertencentes às comunidades terreiro.

**PNUD-Programa das Nações Unidas** - Tem como finalidade modernizar a estrutura tecnológica da informação (PMTI) e aperfeiçoar a metodologia da previsão das safras da Conab, através do Geosafra.

**Banco do Brasil** - A Medida Provisória n.º 619, de 6 de junho de 2013, autorizou a Conab a contratar o Banco do Brasil ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na administração financeira dos recursos da Conab destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários. Para isso, o BB fará a contratação e fiscalização de obras, serviços de engenharia e outros serviços de natureza técnica,

aquisição de bens e equipamentos.

### 8.3. Transferências mediante Convênio

**Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência**

**Quadro 8.3 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento						
CNPJ: 26.461.699/0001/80						
UG/GESTÃO: 135100/22211						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	8	8	13	785.619.665,25	511.593.057,54	451.798.423,11
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>785.619.665,25</b>	<b>511.593.057,54</b>	<b>451.798.423,11</b>

Fonte: Siafi e áreas responsáveis pelos Termos de Cooperação

**Quadro 8.4 - Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ**

Unidade Concedente						
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento						
CNPJ: 26.461.699/0001/80 UG/GESTÃO: 135100/22211						
Exercício	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2	-	
		Montante Repassado	-	1.136.200,23	-	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-	
		Montante Repassado	-	6.084.264,14	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-	
		Montante Repassado	-	99.000,00	-	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-	
		Montante Repassado	-	3.218.477,00	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
Anterior 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	

Fonte: Siafi e PNUD

### 8.4. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Esta informação constará no item 11.4.

## 8.5. Composição dos investimentos da Companhia

## Quadro 8.5 - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2013					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Empresa Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2011 (R\$)	31/12/2012 (R\$)	31/12/2013 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	39.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	0,00	0,00
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
<b>Total</b>	<b>11.246.571.800</b>	=====	<b>24.283.767,98</b>	<b>24.274.516,78</b>	<b>24.274.516,78</b>

Ações Preferenciais - %					
Empresa Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2011 (R\$)	31/12/2012 (R\$)	31/12/2013 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosá	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
<b>Total</b>	<b>1.967.220.957</b>	=====	<b>11.580.527,29</b>	<b>11.575.984,63</b>	<b>11.575.984,6</b>

Fonte: Diafi/Sucon

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art.

183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a Provisão para Perdas Prováveis, no total de R\$8.047.210,53 (oito milhões, quarenta e sete mil, duzentos e dez reais e cinquenta e três centavos), assim discriminados:

#### Quadro 8.6 – Provisão para Perdas Prováveis

CNPJ	Empresa Investida	Quantidade	31/12/2013 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia. Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
<b>Total</b>			<b>8.047.210,53</b>

Fonte: Diafi/Sucon

#### 8.6. Patrimônio Imobiliário de propriedade da Companhia ou locado de Terceiros

Esta informação consta nos itens 9.2 e 9.3.

#### 8.7. Relatório da Auditoria Independente

Esta informação consta no item 11.6.

## 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 9.1. Frota de Veículos

#### Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

##### a) a contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos

A Conab, como empresa pública, interage com diversos Órgãos, seja para a participação em eventos, reuniões, cursos, ou outras atividades pertinentes ao serviço público. Também existem demandas de serviços de compra, distribuição e entrega de materiais, seja para outras unidades da Conab ou outros Órgãos ligados à gestão da Companhia. Dessa forma, a utilização de veículos de serviços comuns torna-se de vital importância para o deslocamento de pessoal a serviço, e para o transporte de materiais, bem como para atender à demanda de deslocamento do grupo diretivo quando da execução de suas atividades institucionais.

##### b) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota e a definição de critérios

A gestão, o uso da frota e a definição dos critérios estão definidos na Norma 60.205 – Administração de Veículos, que tem como objetivos: disciplinar o uso, uniformizar os procedimentos e racionalizar as atividades referentes a administração de veículos próprios e utilização de veículos particulares a serviço da Companhia; e também orientar os condutores de veículos da Conab com relação aos procedimentos que deverão ser adotados para o correto desempenho de suas atividades. Quanto à utilização da frota são estabelecidos como principais critérios: uso exclusivo a Serviço da Conab; requisição da área demandante, com a devida justificativa; e a disponibilidade da frota de veículos.

##### c) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação; os custos envolvidos

A opção da Conab pela manutenção de frota própria, em detrimento da locação de veículos, se deu em razão da existência de um quadro de motoristas compondo o corpo funcional da Companhia, e tem como suporte o Art. 10 do Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e a IN 03 MPOG, de 15 de maio de 2008.

Considerando sua atuação em âmbito nacional, a Companhia possui veículos de passeio, camionetes, tratores, carretas e caminhões. Dos veículos de passeio, 01 deles é de uso exclusivo do Presidente (com 1 ano de uso), o qual tem uma média de quilometragem mensal de 2.300 km. Os demais são destinados ao atendimento a serviços gerais, distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 9.1 - Tipos dos veículos / Média quilometragem**

Tipo	Quantidade	Média de quilometragem mensal
Passeio e camionete	210	840 Km/mês
Carreta, caminhão e trator	62	865 km/mês

Fonte: Diafi/Supad/Gerad

A renovação da frota ocorre a cada 5 anos em média, quando há disponibilidade orçamentária e financeira. Os custos anuais do serviço de manutenção de toda a frota são distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 9.2 - Custos com Veículos**

<b>Custos</b>	<b>Valor Anual - R\$</b>
Combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, licenciamento, seguro obrigatório e salário de pessoal administrativo	1.692.516,06
Aquisição de peças para manutenção	510.852,90
Serviços de manutenção	274.109,12

Fonte: Diafi/Supad/Gerad

Os veículos são distribuídos em todo o Brasil, conforme a necessidade de cada Regional.

**Quadro 9.3 - Distribuição dos Veículos**

<b>SUREG</b>	<b>TIPO 01</b>	<b>TIPO 02</b>
AM	2	1
ES	4	1
AC	4	1
SC	4	--
MT	11	3
PR	18	6
PI	9	3
RN	7	2
SP	9	1
RR	2	1
MA	5	4
RJ	4	1
AL	4	2
GO	12	5
PE	5	4
MS	15	2
TO	11	2
MG	31	3
AP	1	--
BA	8	4
RO	7	1
CE	9	4
RS	8	3
DF	3	4
MATRIZ	17	4
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>62</b>

Fonte: Diafi/Supad/Gerad

Tipo 01: carros de passeio e camionetes

Tipo 02: caminhões, carretas e tratores

Os normativos internos estabelecem regras e procedimentos que visam assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte considerando, entre outros fatores, os seguintes: controle de viaturas em serviço (programação de atendimento); controle diário de tráfego (horário e quilometragem percorrida); correta identificação dos veículos (adesivos com logotipo); mapas de abastecimento (controle de despesas com o veículo); adequada manutenção e conservação da frota e demais aspectos correlatos.

**9.2. Patrimônio Imobiliário**

**Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade.**

**Quadro 9.4 - Bens Imóveis de Propriedade da UJ**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
	2012	2013
Acre	1	1
Alagoas	4	4
Amazonas	4	4
Bahia	7	7
Ceará	18	17
Distrito Federal	8	8
Espírito Santo	4	4
Goiás	16	15
Maranhão	15	14
Mato Grosso	34	33
Mato Grosso do Sul	14	14
Minas Gerais	7	7
Pará	9	9
Paraíba	11	11
Paraná	7	7
Pernambuco	12	12
Piauí	9	9
Rio de Janeiro	23	22
Rio Grande do Norte	12	12
Rio Grande do Sul	17	17
Rondônia	18	13
Roraima	3	3
Santa Catarina	5	5
São Paulo	7	7
Sergipe	3	3
Tocantins	3	3
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>271</b>	<b>261</b>
<b>Total Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>261</b>

Fonte: Diafi/Supad/Gemap

Ver **Anexo VII** – pág. **210** para informações detalhadas por municípios e as devidas observações.

**Quadro 9.5 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
SUREG– MG/ PROJETO SEDE	PRÓPRIO	BOM	0,00		0,00	Projeto – SEDE – 160.262,67	
SUREG– PR/ APUCARANA	CESSÃO	BOM	0,00		0,00	R\$ 12.750,00	0,00
SUREG– SP/ BAURU	CESSÃO	BOM	0,00		0,00	R\$ 48.728,43	0,00
SUREG– TO/ SEDE	PRÓPRIO	ÓTIMO	0,00		0,00	R\$ 30.578,80	0,00
SUREG– ES/CAMBURI	CESSÃO	BOM	0,00		0,00	R\$ 99.028,00	0,00
SUREG– PB/ SEDE	CESSÃO		0,00		0,00	R\$ 300.073,95	0,00
<b>Total</b>						<b>R\$ 651.421,85</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Diafi/Supad/Gemap

**9.3. Gestão dos Imóveis locados de Terceiros****Quadro 9.6 - Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

UF	Município	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2013
BA	Salvador	1	1
AP	Macapá	1	0
MA	São Luís	2	0
MG	Belo Horizonte	1	1
MS	Campo Grande	1	1
MT	Cuiabá	1	1
TO	Palmas	1	0
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>4</b>

Fonte: Diafi/Supad/Gemap

## **10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **10.1. Demonstrativo do cumprimento das determinações do TCU**

Ver o ANEXO VIII, pág. 218 a 230.

### **10.2. Demonstração da atuação da Conab em relação às ações programadas no PAINT do exercício**

Ver o ANEXO II - Avaliação da Audin sobre a atuação da Companhia em relação às ações programadas no PAINT/2013, pág.. 151.

### **10.3. Demonstrativo do cumprimento das recomendações feitas pelo OCI**

**Demonstrativo do cumprimento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior ao de referência do relatório de gestão**

Ver o ANEXO IX, pág. 231 a 251.

### **10.4. Danos ao Erário**

**Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, demonstrando os esforços da Companhia para sanar o débito no âmbito interno**

#### **a) a quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas**

Conforme regulamenta a NOC 10401 os processos internos de apuração são instaurados para apurar atos ilegais ou irregulares praticados pelos empregados da Conab no exercício da função. Verificado prejuízo ao erário a Corregedoria encaminha à área competente para providenciar o ressarcimento.

#### **b) a quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012**

Em 2013 não houve nenhuma manifestação da área contábil sobre a dispensa de tomadas de contas especiais conforme determina o art. 6º da IN TCU nº 71/2012, cujo valor atualizado deverá ser de até R\$75.000,00.

#### **c) a quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União**

Em 2013 não houve tramitação de tomadas de contas especiais na contabilidade.

### **10.5. Entrega das Declarações de Bens e Renda**

**Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas**

**Quadro 10.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR - Declaração de Bens e Renda**

DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR DBR		
DETENTORES DE CARGOS COMMISSIONADOS/FUNÇÃO DE CONFIANÇA OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	SITUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DA Lei n.º 8.730/93	SITUAÇÃO EM 2013
AUTORIDADES (CONAD/CONFIS/PRESI/ DIRETORES)	Obrigados a entregar	78
	Entregaram a DBR	78
	Não cumpriram a obrigação	0
EMPREGADOS COM FUNÇÃO GRATIFICADA	Obrigados a entregar	681
	Entregaram a DBR	681
	Não cumpriram a obrigação	0

Fonte: Digepe/Suret

A recepção e o controle das DBR.-Declarações de Bens e Renda é efetuada tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais.

Os Regulamentos de Pessoal NOC 10.105 – Art. 169/Inciso XV e NOC 10.106 – Art. 160/XV dispõem que são deveres dos empregados, além daqueles estabelecidos na legislação trabalhista: “*prestar, por ocasião da admissão, declaração de bens e de acumulação de cargo, de acordo com o disposto na legislação vigente*”.

A partir daí prevalece a cultura interna desenvolvida ao longo dos anos, envolvendo a obrigatoriedade dos integrantes do corpo funcional de apresentarem à área competente, tão logo encerrado o prazo para remessa das informações à Receita Federal, a DBR correspondente. Decorrido um mês, aproximadamente, a área de pessoal contata com os empregados que não apresentaram a DBR, por meio de comunicação interna individualizada ou e-mail, cientificando-os sobre a pendência junto à Companhia. Para os empregados cedidos o contato é feito por meio de Carta encaminhada por Aviso de Recebimento – AR.

A área responsável não conta com sistema informatizado para o gerenciamento dessas informações; o controle é realizado por intermédio de planilha Excel, mediante a apresentação de cópia da DBR, que é acondicionada em envelope lacrado e arquivada em local reservado, para eventual consulta pelos órgãos internos e externos de fiscalização e controle.

O monitoramento e cobrança se restringem aos colaboradores que não optaram pela Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, que permite o acesso à declaração anual/respectivas retificações, via base de dados da Secretaria da Receita Federal, conforme estabelecido no Decreto n.º 5.483/2005.

A Companhia não dispõe de mecanismos que possibilitem a análise das DBR para identificação de possíveis incompatibilidades entre remuneração e bens patrimoniais.

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1. Tratamentos Contábeis

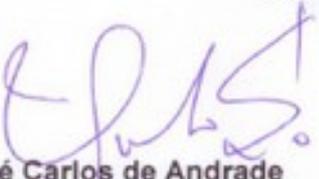
A Conab cumpre, na íntegra, os procedimentos estabelecidos pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, referentes às normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que tratam, respectivamente, da Depreciação, Amortização e Exaustão de itens do patrimônio e dos critérios de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos, quando da elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei 6.404/76, e com as alterações introduzidas pela Lei 11.138/07 e nº 11.941/09, estando evidenciadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2013 (nºs 2,3 e 4).

### 11.2. Declaração do Contador

#### DECLARAÇÃO

O Contador da Companhia Nacional de Abastecimento, no uso de suas atribuições legais, declara que as Demonstrações Contábeis, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, encerradas em 31 de dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações promovidas pela Lei nº 11.638, de 28.12.2007 e Lei nº 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado, certificadas pela Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, estão em condições de serem submetidas à deliberação dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Companhia.

Brasília, 29 de janeiro de 2014

  
**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC DF 005969/0-5

### **11.3. Demonstrações Contábeis - Lei nº 4.320/64**

A Conab executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Portanto, as Demonstrações Contábeis são as previstas pela Lei nº 6.404/76.

Em que pese ser obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras de acordo com a Lei 6.404/76 a Conab, como empresa estatal dependente e integrante da administração indireta, utiliza o SIAFI em sua modalidade total para os registros das suas operações financeiras e patrimoniais e de seus saldos contábeis. Tanto pela legislação societária, como pela Lei 4.320/64, integra de forma on-line o Balanço Geral da União- BGU.

### **11.4. Demonstrações Contábeis - Lei nº 6.404/76**

As demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas, encontram-se no **ANEXO X**, pág. **265**.

### **11.5. Composição acionária do Capital Social**

Apresentado no item 8.5.

### **11.6. Relatório do Auditor Independente**

Apresentamos abaixo o Parecer da Auditoria Independente, sendo que o Relatório detalhado dos auditores encontra-se no **ANEXO XI**, pág. **284**.



À  
 DD. Diretoria e Conselheiros da  
 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB  
 Brasília - DF

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, que compreendem o Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2013, e as Demonstrações do Resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondente ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CONAB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável, para que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a responsabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima, referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB em 31 de dezembro de 2013, o



desempenho de suas operações assim como as variações patrimoniais desse período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### ÊNFASE

Fomos contratados após o processo de levantamento de inventário, o que nos impossibilitou de efetuar o acompanhamento do mesmo, sendo que aplicamos testes alternativos para confirmação do saldo de R\$ 1.979.542.663,84 em 31/12/2013.

#### Outros Assuntos

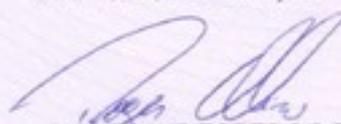
##### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria na data de 18 de abril de 2013, sem ressalvas.

Brasília, DF, 28 de março de 2014.

  
 MACIEL AUDITORES S/S EPP  
 CRC/RS 5.460/O-0 "S" DF  
 ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
 CRC RS 71.505/O-3  
 Responsável Técnico

  
 ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO  
 CRC RS 65.932/O-7 "S" DF  
 Responsável Técnica

## 12. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 12.1. Canais de Acesso

**Descrição dos canais de acesso do cidadão à entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas recebidas por intermédio de cada canal**

Os canais de acesso à sociedade, na Conab, se dão por meio da Ouvidoria e área de Comunicação.

**Quadro 12.1 - Registros de Acessos x Canais de Comunicação**

Canal de Comunicação		Correspondência	Site	E-mail	Total
Denúncias	Em Tramitação	1	69	8	78
	Solucionado	3	174	16	196
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>243</b>	<b>24</b>	<b>271</b>
Reclamações	Em Tramitação	0	67	30	97
	Solucionado	1	337	96	434
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>404</b>	<b>126</b>	<b>531</b>
Solicitações	Em Tramitação	1	214	83	298
	Solucionado	2	830	265	1.097
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1.044</b>	<b>348</b>	<b>1.395</b>
Sugestões	Em Tramitação	0	10	2	12
	Solucionado	0	29	2	31
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>4</b>	<b>43</b>
Informações	Em Tramitação	0	59	1	60
	Solucionado	0	381	3	384
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>440</b>	<b>4</b>	<b>444</b>
Elogios	Em Tramitação	0	2	0	2
	Solucionado	0	13	2	15
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>17</b>
Total Geral	Em Tramitação	2	421	124	547
	Solucionado	6	1.764	384	2.154
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2.185</b>	<b>508</b>	<b>2.701</b>

Fonte: Presi/Sumac/Ouvir

As estatísticas constantes do quadro apresentado, contendo a descrição dos canais de acesso do cidadão junto à Companhia, permitem tecer as seguintes considerações:

- O Sistema de Informática que atende a Ouvidoria ainda não foi atualizado, interferindo direta e indiretamente nos resultados ora apresentados;
- Em 2013 houve 2.701 manifestações, entretanto, várias eram repetidas se considerados os Canais de Acesso Site e Email. Como o Sistema funciona muito mais como um Cadastro de manifestações, muitas vezes, a ocorrência de duplicidade de manifestação não é identificada, podendo elevar o número de demandas no conjunto dos acessos;
- No que concerne ao Serviço de Acesso ao Cidadão - SIC, foram cadastradas 136 manifestações que se encontram inseridas no universo do total de informações solicitadas, num total de 444 manifestações;

De qualquer forma, o conjunto de manifestações que se encontra em tramitação deve-se, essencialmente, a dois fatores:

- Como o SISOUV ainda não é um sistema integrado, o excesso de Cis.-Comunicações Internas elevam o risco de lentidão na operacionalização dos processos e procedimentos. Ressalte-se que, muitas vezes, as respostas são efetivamente dadas em um período de tempo considerado satisfatório, normalmente em 7 dias;

- Ao retornarem para a Ouvidoria, os dados necessitam de mais um processamento, de modo que se atualize o Sistema (cadastro das demandas); porém, como dito anteriormente, na grande maioria das vezes os clientes/demandantes já receberam uma resposta.

Conclui-se que à medida que a Companhia amplia suas atividades de prestação de serviços e produtos, por meio de Programas do Governo Federal, aumentam mais que proporcionalmente as manifestações, independentemente da natureza das demandas. Pode-se ainda observar que os canais de comunicação que mais avançaram foram o SITE e o e-mail, sendo que o SITE, em 2013, participou com cerca de 81% do total das demandas contra, aproximadamente, 19% das manifestações encaminhadas por e-mail.

A área de Comunicação possui canais de acesso com a sociedade por meio da Gerência de Imprensa, das contas da Conab nas mídias sociais e atendimento aos jornalistas e pela Gerência de Eventos e Promoção Institucional nas feiras, comitivas internacionais e oficinas do PAA.

A Conab está presente no Youtube, Flickr, Twitter e Facebook, sendo que os dois últimos se destacam na interação com o público. O trabalho de gerenciamento das contas no Facebook e Twitter segue as orientações do manual de comunicação da SECOM nas redes sociais. O número de postagens diárias, nos dias úteis, varia de uma a três, no Facebook, e de três a mais, no Twitter. Nos finais de semana e feriados, publica-se uma mensagem em cada página. Mensalmente, são atendidas, em média, 10 demandas/questionamentos de usuários que visitam as páginas no Twitter e Facebook. As respostas são dadas dentro de no máximo 24h.

Por telefone e email, a Gerência de Imprensa atende somente jornalistas. Todas as solicitações são, obrigatoriamente, encaminhadas para o email [imprensa@conab.gov.br](mailto:imprensa@conab.gov.br), para registro.

A tabela abaixo indica o número de atendimentos a jornalistas ao longo de 2013

2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
<b>Nº de Atendimentos à Imprensa</b>	76	54	79	146	110	82	93	95	101	87	47	65	<b>1.035</b>

Atendimentos realizados em feiras, comitivas de missões internacionais, oficinas do PAA e outros eventos com a participação da Conab

Feiras	Comitivas Internacionais	Oficinas do PAA	Outros eventos
22	12	18	68

## 12.2. Satisfação do Cidadão

**Informações sobre os mecanismos utilizados pela entidade para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços disponibilizados de acordo sua área de competência**

Para as informações sobre os mecanismos utilizados para medir a satisfação da sociedade com os produtos e serviços disponibilizados pela Conab, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para efetivar a consulta aos seus públicos-alvo.

### 12.3. Acesso às Informações

**Identificação clara e completa dos caminhos, no Portal da entidade na Internet, onde podem ser acessadas as informações sobre os relatórios produzidos pela entidade:**

**Relatório de Auditoria de Gestão** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Auditoria e Parecer do Dirigente do Controle Interno/CGU

**Demonstrações Contábeis** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Balanço Patrimonial

**Processo de Contas** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Dados do Processo de Contas

**Parecer da Auditoria Interna** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Parecer da Auditoria Interna

**Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT

**Relatório de Gestão** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Processos de Contas Anuais / Relatórios de Gestão

**Planejamento Estratégico** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Planejamento e Gestão / Planejamento Estratégico

**Macroprocessos da Conab** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Planejamento e Gestão / Macroprocessos da Conab

**Balanço Social** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Conab em Números / Balanço Social

**Programação PGPM e Operações Oficiais de Crédito** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Conab em Números / Programação PGPM e Operações Oficiais de Crédito

**Plano Diretor de Tecnologia da Informação** - [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) / A Conab / Tecnologia da Informação / Plano Diretor de Tecnologia da Informação

## 13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

### 13.1. Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

#### 13.1.1. Subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar

Por meio de legislação específica (Decreto nº 8.079, de 20/08/2013 e Lei nº 12.865, de 09/10/2013) foi regulamentado e autorizado o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2011/2012.

A Conab não participou da decisão, atuando tão somente como executora da ação, efetuando o pagamento da subvenção.

**Quadro 13.1 - Pagamento de subvenção da cana-de-açúcar**

UF	N.º Beneficiários	Quant (ton)	Valor (R\$)
AL	4.843	5.763.407	69.160.883,04
BA/SE	198	574.443	6.893.320,32
CE	30	19.872	238.463,76
PB	1.517	1.737.173	20.846.076,01
PE	7.043	3.444.802	41.337.618,74
PI	15	53.823	645.880,92
RN	182	366.147	4.393.766,99
<b>Total</b>	<b>13.828</b>	<b>11.959.668</b>	<b>143.516.009,78</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

**Quadro 13.2 - Pagamento de subvenção de etanol**

UF	N.º Beneficiários	Quant (litros)	Valor (R\$)
AL	7	358.446.153	71.689.230,60
BA/SE	9	230.297.804	46.059.560,88
CE	1	2.800.078	560.015,60
MA	2	127.307.418	25.461.483,60
PB	7	273.403.482	54.680.696,40
PE	9	215.741.607	43.148.321,40
PI	1	37.126.347	7.425.269,40
RN	2	28.409.660	5.681.932,00
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>1.273.532.549</b>	<b>254.706.509,88</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

#### 13.1.2. Subvenção econômica aos produtores extrativistas

Para os produtos da Sociobiodiversidade a Companhia desenvolveu o Programa de Subvenção Direta ao Extrativista (SDPE), por intermédio da elaboração e implementação dos Preços Mínimos de produtos extrativistas, o que possibilita a execução de subvenção aos beneficiários pela diferença entre o preço de garantia e o de mercado, assegurando melhoria da renda de modo a manter o indivíduo na floresta.

**Quadro 13.3 - Pagamento de subvenção da PGPMBio**

Produto	UF	Quant (kg)	Valor (R\$)	Nº de Acessos de Extrativistas
Borracha	AC	180.663	437.683	347
	AM	237.523	335.471	757
	RO	69.461	122.929	186
	PA	82.470	154.199	89
<b>Subtotal</b>		<b>570.117</b>	<b>1.050.282</b>	<b>1.379</b>
<b>Amêndoa de Babaçu</b>	<b>MA</b>	<b>2.097.894</b>	<b>2.234.156</b>	<b>9.947</b>
Castanha do Brasil	AC	134	283	1
	AM	338.421	43.995	112
<b>Subtotal</b>		<b>338.555</b>	<b>44.277</b>	<b>113</b>
Fibra de Piaçava	AM	135.890	59.906	70
	BA	6.473.076	2.030.179	816
<b>Subtotal</b>		<b>6.608.966</b>	<b>2.090.085</b>	<b>886</b>
Açaí	AC	31.335	9.726	32
	AM	245.014	58.953	138
<b>Subtotal</b>		<b>276.349</b>	<b>68.679</b>	<b>170</b>
<b>Total</b>		<b>9.891.881</b>	<b>5.487.480</b>	<b>12.495</b>

Fonte: Dipai/Sugof/Gebio

### 13.1.3. Refap

Para preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado, foi concebida a Rede de Fortalecimento de Comércio Familiar de Produtos Básicos -Refap, com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento das unidades varejistas de pequeno porte.

A Refap encontra-se inserida no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Organização de Micro e Pequenos Varejistas, que não constou com recursos orçamentários nas LOAs 2012 e 2013, tendo as atividades sido realizadas com recursos próprios do custeio da Conab. Esse fato limitou as operações, uma vez que não houve dispêndios com a operacionalização da Rede, devido às restrições orçamentárias vivenciadas pela Conab, estabelecidas pelo Decreto nº 8.062/2013, MPOG nº 268/2013 e o Ofício MAPA nº 685/2013, estabelecendo limites de gastos para despesas de custeio.

Em 2013 foram realizadas apenas visitas aos bairros das periferias das cidades do Nordeste e do Amazonas, com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar unidades varejistas do ramo de supermercado, monitoramento das nove Centrais de Negócios já formadas e assistência técnico-operacional para as dez em processo de formação. Atualmente a Rede conta com 415 filiados, sendo 19 no estado do Amazonas, 34 na Bahia, 28 no Ceará, 20 no Maranhão, 95 na Paraíba, 142 em Pernambuco e 77 no Piauí. Aliada à restrição orçamentária, há também outros entraves: deficiência de pessoal qualificado nas Superintendências Regionais e estrutura física das instalações inadequadas para atendimento aos varejistas.

### 13.1.4. Distribuição de Alimentos

#### Distribuição de Cestas de Alimentos

São beneficiários as famílias acampadas que aguardam a sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, as comunidades indígenas, quilombolas, presentes em terreiros, atingidos por barragem e pescadores artesanais, dentre outros. Em 2013, foram beneficiadas 387 mil famílias.

**Quadro 13.4 – Distribuição de Cestas de Alimentos**

Comunidades Atendidas	2012		2013	
	Atendimentos (mil unidades)	Alimentos (toneladas)	Atendimentos (mil unidades)	Alimentos (toneladas)
Acampados	690	15.860	692	15.747
Quilombolas	148	3.496	219	5.264
Terreiros	63	1.403	92	2.121
Atingidos por Barragens	74	1.732	118	2.887
Indígenas	244	5.809	354	8.669
Marisqueiras/ Caranguejeiras/ Pescadores Artesanais	30	641	55	1.222
Vítimas de Calamidades	60	1.141	45	1.100
Outras Comunidades Tradicionais	22	1.030	52	2.476
<b>Total</b>	<b>1.331</b>	<b>31.112</b>	<b>1.627</b>	<b>39.486</b>
<b>Famílias Beneficiadas (mil unidades)</b>	<b>430</b>		<b>387</b>	

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

#### Doações provenientes da Agricultura Familiar

Após o atendimento das demandas para a composição das cestas de alimentos destinadas a comunidades específicas, previamente definidas pelo MDS, são canalizados para doação a entidades públicas e às de interesse social, visando suplementar a oferta de alimentos para segmentos carentes da comunidade.

Em 2013, foram doadas 16.791 toneladas de alimentos provenientes da agricultura familiar para o atendimento destes públicos.

**Quadro 13.5 – Doações da Agricultura Familiar**

Descrição	2012	2013
Produtos (ton)	11.962	16.791
Instituições Atendidas (unid)	398	448
Municípios Atendidos (unid)	198	221
Unidades da Federação Atendidas (unid)	24	24

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

#### Ajuda Humanitária

Assistência humanitária por meio da doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres).

Em 2013, houve a doação emergencial de arroz (26.035 toneladas) e feijão (233 toneladas) aos governos de 16 países, detalhados no quadro a seguir:

**Quadro 13.6 – Doações da Ajuda Humanitária**

País	Quantidade (ton)
Argélia	2.170
Bangladesh	895
Bolívia	300
Burundi	2.000
Congo	524
El Salvador	1.005
Equador	578
Etiópia	1.513
Guatemala	5.056
Honduras	7.596
Madagascar	1.000
Nicarágua	1.694
São Tomé e Príncipe	180
Somália	1.575
Uganda	118
Zimbábue	64
<b>Total</b>	<b>26.268</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

### 13.1.5. Levantamentos de Safra

Os resultados dos Levantamentos de Safra decorrem de diversas parcerias com a Companhia. Os levantamentos a seguir apresentam resultados publicados em dezembro/2013.

O 3º Levantamento da Safra de **Laranja** em São Paulo e no Triângulo Mineiro estimou para a safra 2013/14 que o volume da fruta destinada à moagem industrial foi de 221,9 milhões de caixas, a produção de laranja para comercialização in natura foi de 54,8 milhões de caixas, totalizando a produção de 278,5 milhões de caixas de 40,8kg. Para esta mesma safra, a área ocupada foi estimada em 524,2 hectares.

Já a Safra de **Cana-de-Açúcar** (3º levantamento) apresenta área de 8.810,79 mil hectares distribuídas em todos os estados produtores, com a produção de açúcar ficando em torno de 38,81 milhões de toneladas e a produção de etanol em 27,66 bilhões de litros.

Para a Safra de **Grãos** (3º levantamento) a área estimada deve alcançar 55,19 milhões de hectares, aumento de 3,6% em relação à safra anterior. A produção de 186,86 milhões de toneladas deve receber acréscimo de 4,8%. Esse resultado representa um incremento de 9,04 milhões de toneladas, devido, sobretudo, à cultura de soja, que apresenta crescimento na produção de 8,53 milhões de toneladas, o algodão em pluma, com crescimento de 327,8 mil toneladas, o trigo, com crescimento de 979,0 mil toneladas e o feijão primeira safra com aumento de 334,2 mil toneladas.

A produção para a Safra de **Café** ficou estimada em 49,15 milhões de sacas de 60 kg beneficiadas, sendo 3,3% ou 1,67 milhão de sacas inferior à safra anterior. Esta redução se deve ao ciclo de baixa bialidade e às adversidades climáticas.

# ANEXOS

## ANEXO I - Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

UF	UG	Título UG	Título Resumido
AC	135229	UA/RIO BRANCO	UA/RIO BRANCO
	135240	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AC	UNID.EST.ESTRATEG.
	135241	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AC - PGPM	NUCLEO PGPM/AC
	135530	MO/ACRE	MO/ACRE
	135547	UNIDADE CONAB PAA ACRE	PAA ACRE
	135605	CONAB SEDE SUREG ACRE	SUREG ACRE
AL	135294	UA/MACEIO	UA/MACEIO
	135295	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AL	UNID.EST.ESTRATEG.
	135296	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AL - PGPM	NUCLEO PGPM/AL
	135439	MO/ALAGOAS	UNID.MERC.OPCOES
	135586	CONAB SEDE SUREG ALAGOAS	CONAB SEDE SUREG AL
	135601	UNIDADE CONAB PAA ALAGOAS	PAA/AL
	135610	UNIDADE ARMAZENADORA PALMEIRA DOS INDIOS	UA/PALM.DOS INDIOS
AM	135045	CONAB SEDE SUREG AMAZONAS	CONAB SEDE SUREG AM
	135246	UA/MANAUS	UA/MANAUS
	135247	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AM	UNID.EST.ESTRATEG.
	135248	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AM - PGPM	NUCLEO PGPM/AM
	135435	MO/AMAZONAS	UNID.MERC.PCOES
	135553	UNIDADE CONAB PAA AMAZONAS	PAA AMAZONAS
	AP	135596	CONAB SEDE SUREG AMAPA
135598		UNIDADE CONAB PAA AMAPA	PAA AMAPA
135599		UNIDADE MERCADO DE OPCOES AMAPA	MO/ AMAPA
135600		UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO AMAPA	UNID.EST.ESTRAT/AP
135614		UNIDADE ARMAZENADORA MACAPA CENTRAL	UA/MACAPA CENTRAL
BA		135101	CONAB SEDE SUREG BAHIA
	135103	UA/ITABERABA	UA/ITABERABA
	135112	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/BA - PGPM	NUCLEO PGPM/BA
	135113	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/BA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135114	UNID.CENT.IRECE	UNID.CENT.IRECE
	135425	MO/BAHIA	UNID.MERCADO OPCOES
	135558	UNIDADE CONAB PAA BAHIA	PAA/BAHIA
	135564	UNIDADE ARMAZENADORA DE ENTRE RIOS	UA/ENTRE RIOS
	135565	UNIDADE ARMAZENADORA RIBEIRA DO POMBAL	UA/RIB. DO POMBAL
	135566	UNIDADE ARMAZENADORA TEIXEIRA DE FREITAS	UA/TEIX. DE FREITAS
	135584	UNIDADE ARMAZENADORA DE FEIRA DE SANTANA	UA/FEIRA DE SANTANA
135585	UNIDADE ARMAZENADORA DE STA MARIA DA VITORIA	UA/STA M.DA VITORIA	
CE	135000	UA/RUSSAS	UA/RUSSAS
	135115	CONAB SEDE SUREG CEARA	CONAB SEDE SUREG CE
	135116	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/CE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135117	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/CE - PGPM	NUCLEO PGPM/CE
	135118	UA/MARACANAU	UA/MARACANAU
	135120	UC/FORTALEZA	UC/FORTALEZA
	135130	UA/JUAZEIRO DO NORTE	UA/JUAZ. DO NORTE
	135131	UA/SOBRAL	UA/SOBRAL
	135133	UA/IGUATU	UA/IGUATU
	135329	UA/SENADOR POMPEU	UA/SENADOR POMPEU
	135447	MO/CEARA	UNID.MERC.DE OPCOES
	135552	UA/CRATEUS	UA/CRATEUS
	135597	UNIDADE CONAB PAA CEARA	PAA CEARA
	135612	UNIDADE ARMAZENADORA ICO	UA/ICO
DF	135100	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB - MATRIZ
	135153	UA/BRASILIA	UA/BRASILIA
	135167	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/DF	UNID.EST.ESTRATEG.
	135168	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/DF - PGPM	NUCLEO PGPM/DF
	135169	SILO BUFFALO	SILO BUFFALO
	135347	NUCLEO DO ESTOQUE ESTRATÉGICO - SEDE	NUC.ESTQ.ESTR. SEDE
	135348	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR - SEDE	NUC.PGPM - SEDE
	135350	PRESIDENCIA	PRESI
	135351	GABINETE	GABIN
	135352	ASSESSORIA DA PRESIDENCIA	ASPRE

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135353	SUP. DE MARKETING E COMUNICACAO - SUMAC	SUMAC
	135354	AUDITORIA INTERNA	AUDIN
	135355	CONSULTORIA JURIDICA - COJUR	COJUR
	135356	DIRETORIA DE POLITICA AGRICOLA E INFORMACOES	DIPAI
	135359	GERENCIA DE PLANEJAMENTO E PROG. ORÇAMENT.	GEPOR
	135360	DIRETORIA DE OPERACOES E ABASTECIMENTO	DIRAB
	135361	GERENCIA DA REDE DE ARMAZENS PROPRIOS	GERAP
	135362	GERENCIA DE MOVIMENTACAO DE ESTOQUES	GEMOV
	135363	GERENCIA DE FORMACAO E CONTROLE DE ESTOQUE	GEFOC
	135365	GERENCIA DE EXECUCAO OPERACIONAL	GEREP
	135366	GERENC.DE PROGRAMAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO	GEPAB
	135368	DIRET. ADMINIST. FINANCEIRA E DE FISCALIZACAO	DIAFI
	135369	SUPERINTENDENCIA DE CONTABILIDADE	SUCON
	135370	SUPERINTENDENCIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS	SUOFI
	135371	GERENCIA DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	GEORC
	135373	SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO	SUPAD
	135374	SUPERINTENDENCIA DE RELACOES DO TRABALHO	SURET
	135375	GERENCIA DE SISTEMAS E INFORMACAO	GESIN
	135377	GERENCIA DE MATERIAL E PATRIMONIO - GEMAP	GEMAP
	135378	PESSOAL A DISPOSICAO DE OUTROS ORGAOS	P.D.O.O.
	135388	GERENCIA DE ADM. REDE E SEGUR.DA INFORMACAO	GEASI
	135390	GERENCIA DE CADASTRO E COBRANCA	GECOB
	135428	MO/DISTRITO FEDERAL	UNID.MER.OPCOES
	135450	SUPERINTENDENCIA DE ABASTECIMENTO SOCIAL	SUPAB
	135452	GERENCIA DE DESENVOL. DE PESSOAS E DE QUALID.	PPQUA
	135454	SUPERINTENDENCIA DE OPERACOES COMERCIAIS	SUOPE
	135455	GER.DE FISCALIZACAO E VISTORIA DE ESTOQUES	GEFIS
	135456	GERENCIA DE COMERCIALIZACAO DE ESTOQUE	GECOM
	135468	CORREGEDORIA GERAL	COGER
	135469	GERENCIA DE IMPRENSA	GEIMP
	135470	GERENCIA DE PROMOCAO INSTITUCIONAL	GEPIN
	135477	CONTROLADORIA	CONTR
	135495	SUPERINT. DE GESTAO DA TECNOL. DA INFORMACAO	SUTIN
	135496	SUPERINT.DE INFORMACOES DO AGRONEGOCIO	SUINF
	135497	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DA OFERTA-SUGOF	SUGOF
	135498	GERENCIA DE LEVANT. E AVALIACAO DE SAFRAS	GEASA
	135499	GERENCIA DE INFORMACOES TECNICAS	GEINT
	135500	GERENCIA DE CUSTOS DE PRODUCAO	GECUP
	135501	GERENCIA DE INFORMACOES DE ESTOQUES PRIVADOS	GER.INF.EST.PRIVADO
	135502	GERENCIA DE ALIMENTOS BASICOS	GERAB
	135503	GERENC.DE FIBRAS E PROD.ESPECIAIS E REGIONAIS	GEFIP
	135504	GERENCIA DE OLEAGINOSAS E PROD. PECUARIOS	GEOLE
	135505	SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO DE ESTOQUES	SUFIS
	135506	SUPERINTENDENCIA DE ARMAZENAGEM - SUARM	SUARM
	135507	GERENCIA DE SUPERVISAO TEC.OPERAC.AGRONEGOCIO	GESUP
	135509	GERENCIA DE CLASSIF.E CONTROLE DE QUALIDADE	GECOQ
	135510	GERENCIA DE CADASTRO E CREDENC.DE ARMAZENS	GECAD
	135511	GERENCIA DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	GEPRI
	135512	GERENCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - GERAD	GERAD
	135513	GER. DE PROTOCOLO,ARQUIVO E TELECOMUNICACOES	GEPAT
	135514	GERENCIA DE SEGUROS - GERSE	GERSE
	135515	GERENCIA DE PROGRAMACAO FINANCEIRA	GEPRO
	135516	GERENCIA DE EXECUCAO FINANCEIRA	GEFIN
	135517	GERENCIA DE CONT. FINANC.OPER.GOVERNAMENTAIS	GEFOG
DF	135518	GERENCIA DE EXECUCAO CONTABIL	GECON
	135519	GERENCIA DE CONTR.DE CONV.E OP.GOVERNAMENTAIS	GECOV
	135520	GERENCIA FISCAL E TRIBUTARIA	GEFIT
	135521	GERENCIA DE ANALISE CONTABIL - GERAC	GERAC
	135522	GERENCIA DE CADASTRO DE PESSOAL	GEPES
	135523	GERENCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	GEFOP
	135524	GERENCIA DE BENEF.SEGUR.E MEDIC.DO TRABALHO	GEBEM

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135525	GERENCIA DE MATERIA ADMINISTRATIVA - GEMAD	GEMAD
	135526	GERENCIA DE MATERIA JUDICIAL - GEMAJ	GEMAJ
	135527	GERENCIA DE CARREIRAS E REMUNERACAO - GECAR	GECAR
	135528	GERENCIA DE CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO	GECAP
	135535	SUPERINTENDENCIA DE SUPORTE A AGRIC.FAMILIAR	SUPAF
	135536	GER.DE ACOMPE CONTR.DAS ACOES DA AG.FAMILIAR	GECAP
	135537	GER.DE PROG.OPERACIONAL DA AGR.FAMILIAR-GEPAF	GEPAF
	135538	GERENCIA DE GEOTECNOLOGIAS - GEOTE	GEOTE
	135542	GERENCIA DE AUDITORIA - GEAUD	GEAUD
	135543	GERENCIA DE DESENV. TECNICO-OPERACIONAL	GEDOP
	135571	UNIDADE CONAB PAA BRASILIA	PAA/DF
	135573	GERENCIA DE CONTRATOS - GECOT	GECOT
	135574	OUVIDORIA	OUVIR
	135575	GERENCIA DE PROCESSOS ESPECIAIS - GEPRE	GEPRE
	135576	GER. DE MODERNIZACAO DO MERC. HORTIGRANJEIRO	GEHOR
	135577	PROGRAMA NACOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
	135578	DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS - DIGEP	DIGEP
	135579	SUPERINT.DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	SUDEP
	135580	GERENCIA DE MODELAGEM ORGANIZACIONAL - GEMOR	GEMOR
	135581	GERENCIA DE CONTROLE E RELACOES DE TRABALHO	GECAT
	135582	GERENCIA DE AVALIACAO OPERACIONAL	GENOP
	135588	GERENCIA DE OPERACOES ESPECIAIS	GEOPE
	135589	GERENCIA DE APOIO AO VAREJO DE PEQUENO PORTE	GEVAP
	135591	GERENCIA DE SUPORTE TECNICO - GESUT	GESUT
	135592	GERENCIA DE PROD.DA SOCIOBIODIVERSIDADE-GEPIO	GEPIO
	135593	GERENCIA DE SERVICO DE ASSIST. A SAUDE-GESAS	GESAS
	135594	GERENCIA DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO - GEDIN	GEDIN
	135595	UNIDADE MERCADO DE OPCOES - SEDE	MO/SEDE
	135604	GERENCIA DE ARMAZENAGEM	GEARM
	135616	SUPERINTENDENCIA DE CONTROLADORIA E RISCOS	SUCOR
	135617	GERENCIA DE RISCOS CORPORATIVOS	GERIC
	135618	GERENCIA DE MENS DE CUSTOS E PREC DE SERVICOS	GEPE
	135619	GERENCIA DE CONTROLES INTERNOS	GECOI
	135620	SUPERINTENDENCIA DE ESTRATEGIA E ORGANIZACAO	SUORG
	135621	GERENCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO	GEPL
	135622	SUPERINT DE ACOMPANHAMENTO DAS REGIONAIS	SUARE
	135623	SUPERINTENDENCIA DE LOGISTICA OPERACIONAL	SULOG
	135624	GERENCIA DE PROGRAMACAO EM LOGISTICA	GELOG
	135625	UNIDADE ARMAZENADORA CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	UA/CACHOEIRO ITAPM
	135626	CONAB SEDE SUREG DISTRITO FEDERAL E ENTORNO	CONAB SEDE SUREG DF
	135311	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/ES	UNID.EST.ESTRATEG.
	135312	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/ES - PGPM	NUCLEO PGPM/ES
	135441	MO/ESPIRITO SANTO	UNID.MERC.OPCOES
ES	135458	CONAB SEDE SUREG ES	CONAB SEDE SUREG ES
	135465	UNIDADE ARMAZENADORA COLATINA	UA/COLATINA
	135481	UNIDADE ARMAZENADORA CAMBURI	UA/CAMBURI
	135559	UNIDADE CONAB PAA ESPIRITO SANTO	PAA/ESPIRITO SANTO
	135141	CONAB SEDE SUREG GOIAS	CONAB SEDE SUREG GO
	135142	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/GO	UNID.EST.ESTRATEG.
	135143	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/GO	NUCLEO PGPM/GO
	135145	UA/PALMEIRAS DE GOIAS	UA/PALMEIRAS DE GO.
	135146	UA/PARAUNA	UA/PARAUNA
	135147	UA/PONTALINA	UA/PONTALINA
	135148	UA/RIO VERDE	UA/RIO VERDE
GO	135149	UA/S.L.MONTES BELO	UA/S.L.MONTES BELOS
	135152	UA/SANTA HELENA	A/SANTA HELENA
	135161	UNIDADE CENTRAL DE ITAPURANGA	UN.CENT.ITAPURANGA
	135410	UA PORTEIRAO	UA PORTEIRAO
	135427	MO/GO	UNID.MERC.OPCOES
	135449	UA/GOIANIA	UA/GOIANIA
	135540	UNIDADE CONAB PAA GOIAS	PAA GOIAS

UF	UG	Título UG	Título Resumido
MA	135170	CONAB SEDE SUREG MARANHAO	CONAB SEDE SUREG MA
	135171	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135172	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MA - PGPM	NUCLEO PGPM/MA
	135173	UNIDADE ARMAZENADORA DE ITAQUI	UA ITAQUI
	135174	UA/IMPERATRIZ	UA/IMPERATRIZ
	135429	MO/MARANHAO	UNID.MERC.OPCOES
	135460	UNIDADE ARMAZENADORA DE SAO LUIS	UA SAO LUIS
	135550	UNIDADE CONAB PAA MARANHAO	PAA MARANHAO
MG	135569	UNIDADE ARMAZENADORA DE BALSAS	UA/BALSAS
	135182	CONAB SEDE SUREG MINAS GERAIS	CONAB SEDE SUREG MG
	135183	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MG	UNID.EST.ESTRATEG.
	135184	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MG - PGPM	NUCLEO PGPM/MG
	135185	UA/UBERABA	UA/UBERABA
	135186	UA/UBERLANDIA	UA/UBERLANDIA
	135187	UA/PASSA QUATRO	UA/PASSA QUATRO
	135431	MO/MG	UNID.MERC.OPCOES
	135474	UA SAO SEBASTIAO DO PARAISO	UA S.SEBAST.PARAISO
	135475	UA CONCEICAO DO RIO VERDE	UA CONCEI.RIO VERDE
	135482	UA/JUIZ DE FORA	UA/JUIZ DE FORA
	135483	UNIDADE ARMAZENADORA VARGINHA	UA/VARGINHA
	135491	UA/PERDOES	UA/PERDOES
	135492	UA/CAMPOS ALTOS	UA/CAMPOS ALTOS
	135494	UA/MONTES CLAROS	UA/MONTES CLAROS
135562	UNIDADE CONAB PAA MINAS GERAIS	PAA MINAS GERAIS	
MS	135192	CONAB SEDE SUREG MATO GROSSO DO SUL	CONAB SEDE SUREG MS
	135193	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MS - PGPM	NUCLEO PGPM/MS
	135194	UA/CAMPO GRANDE	UA/CAMPO GRANDE
	135195	UA/DOURADOS	UA/DOURADOS
	135196	UA/CASSILANDIA	UA/CASSILANDIA
	135197	UA/MARACAJU	UA/MARACAJU
	135199	UA/RIO BRILHANTE	UA/RIO BRILHANTE
	135200	UA/S.GABRIEL D'OESTE	UA/S.GABRIEL D'OEST
	135201	UA/SIDROLANDIA	UA/SIDROLANDIA
	135397	UA/CHAPADAO DO SUL	UA/CHAPADAO DO SUL
	135402	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/MS	UEE/MS
	135432	MO/MATO GROSSO DO SUL	UNID.MERC.OPCOES
	135551	UNIDADE CONAB PAA MATO GROSSO DO SUL	PAA MT.GR. DO SUL
MT	135043	MO/MATO GROSSO	UNID.MERC.OPCOES
	135209	CONAB SEDE SUREG MATO GROSSO	CONAB SEDE SUREG MT
	135210	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MT	UNID.EST.ESTRATEG.
	135211	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MT - PGPM	NUCLEO PGPM/MT
	135214	UNIDADE ARMAZENADORA CUIABA	UA/CUIABA
	135215	UA/DIAMANTINO	UA/DIAMANTINO
	135216	UA/RONDONOPOLIS I	UA/RONDONOPOLIS I
	135218	UA/SORRISO	UA/SORRISO
	135221	UA/CHAP.DOS GUIMARAES	UA/CHAP.DOS GUIM.
	135224	UA/SINOP	UA/SINOP
	135446	UA/ALTA FLORESTA	UA/ALTA FLORESTA
135539	UNIDADE CONAB PAA MATO GROSSO	PAA/MATO GROSSO	
PA	135242	CONAB SEDE SUREG PARA	CONAB SEDE SUREG PA
	135243	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135244	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PA	NUCLEO PGPM/PA
	135245	UA/ANANINDEUA	UA/ANANINDEUA
	135393	UA/SANTAREM	UA/SANTAREM
	135434	MO/PARA	UNID.MERC.OPCOES
	135532	UA/MARABA	UA/MARABA
135546	UNIDADE CONAB PAA PARA	PAA PARA	
PB	135288	UA/JOAO PESSOA	UA/JOAO PESSOA
	135289	UA/CAMPINA GRANDE	UA/CAMPINA GRANDE
	135300	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PB	UNID.EST.ESTRATEG.
	135301	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PB - PGPM	NUCLEO PGPM/PB

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135464	MO/PARAIBA	MO/PARAIBA
	135476	CONAB SEDE SUREG PARAIBA	SUREG/PARAIBA
	135602	UNIDADE CONAB PAA PARAIBA	PAA/PB
	135607	UNIDADE ARMAZENADORA DE PATOS	UA/PATOS
	135608	UNIDADE ARMAZENADORA DE MONTEIRO	UA/MONTEIRO
PE	135285	CONAB SEDE SUREG PERNAMBUCO	CONAB SEDE SUREG PE
	135286	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135287	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PE - PGPM	NUCLEO PGPM/PE
	135290	UC/RECIFE	UC/RECIFE
	135298	UA/ARCOVERDE	UA/ARCOVERDE
	135304	UA/RECIFE	UA/RECIFE
	135405	UC/CARUARU - PE	UC/CARUARU
	135438	MO/PERNAMBUCO	UNID.MERC.POCOES
	135563	UNIDADE CONAB PAA PERNAMBUCO	PAA/PERNAMBUCO
PI	135178	UA/TERESINA	UA/TERESINA
	135179	UA/PICOS	UA/PICOS
	135180	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PI	UNID.EST.ESTRATEG.
	135181	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PI - PGPM	NUCLEO PGPM/PI
	135217	UA/FLORIANO	UA/FLORIANO
	135345	CONAB SEDE/SUREG PI	SEDE SUREG/PIAUI
	135462	UA/PARNAIBA	UA/PARNAIBA
	135463	UNID. MERC. OPCODES PIAUI	MERC. OPCODES
	135541	UNIDADE CONAB PAA PIAUI	PAA PIAUI
PR	135265	CONAB SEDE SUREG PARANA	CONAB SEDE SUREG PR
	135266	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PR	UNID.EST.ESTRATEG.
	135267	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PR - PGPM	NUCLEO PGPM/PR
	135268	UA/CAMBE	UA/CAMBE
	135270	UA/PONTA GROSSA I	UA/PONTA GROSSA I
	135271	UA/APUCARANA	UA/APUCARANA
	135280	UC/CURITIBA	UC/CURITIBA
	135396	UA/ROLANDIA	UA/ROLANDIA
	135437	UNIDADE MERCADO OPCA/O/PR	INID.MERC.OPCOES
	135544	ARMAZEM FRIGORIFICO CURITIBA	AF CURITIBA
	135545	UNIDADE CONAB PAA PARANA	PAA PARANA
RJ	135305	CONAB SEDE SUREG RIO DE JANEIRO	CONAB SEDE SUREG RJ
	135306	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RJ	UNID.EST.ESTRATEG.
	135307	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RJ - PGPM	NUCLEO PGPM/RJ
	135308	UA/LIRA TAVARES	UA/LIRA TAVARES
	135420	UGR/HORTOMERCADO HUMAITA	UGR/HORTOM.HUMAITA
	135421	UGR/HORTOMERCADO LEBLON	UGR/HORTOM.LEBLON
	135422	UGR/HORTOMERCADO MEIER	UGR/HORTOM.MEIER
	135423	UGR/HORTOMERCADO CAMPINHO	UGR/HORTOM.CAMPINHO
	135424	UGR/HORTOMERCADO IRAJA	UGR/HORTOM.IRAJA
	135440	MO/RIO DE JANEIRO	UNID.MERC.OPCOES
	135561	UNIDADE CONAB PAA RIO DE JANEIRO	PAA RIO DE JANEIRO
RN	135119	UA/NATAL	UA/NATAL
	135138	UA/MOSSORO	UA/MOSSORO
	135139	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RN	UNID.EST.ESTRATEG.
	135140	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RN - PGPM	NUCLEO PGPM/RN
	135448	MO/RIO GRANDE DO NORTE	UNID.MERC.DE OPCODES
	135457	CONAB SEDE SUREG RIO GRANDE DO NORTE	CONAB SEDE SUREG RN
	135533	UNIDADE CONAB PAA RIO GRANDE DO NORTE	PAA/RIO G. DO NORTE
	135534	UNIDADE ARMAZENADORA ASSU	UA/ASSU
	135567	UNIDADE ARMAZENADORA CURRAIS NOVOS	UA/CURRAIS NOVOS
	135568	UNIDADE ARMAZENADORA NATAL-CAIAPOS	NATAL-CAIAPOS
	135611	UNIDADE ARMAZENADORA DE CAICO	UA/CAICO
	135615	UNIDADE ARMAZENADORA UMARIZAL	UA/UMARIZAL
RO	135136	COMPANHIA NAC. DE ABASTECIMENTO - UA/CACOAL	UA/CACOAL
	135219	UA/PORTO VELHO	UA/PORTO VELHO
	135220	UA/VILHENA	UA/VILHENA
	135227	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RO	UNID.EST.ESTRATEG.

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135228	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RO - PGPM	NUCLEO PGPM/RO
	135433	MO/RONDONIA	UNID.MERC.OPCOES
	135461	CONAB SEDE SUREG RONDONIA	SUREG RONDONIA
	135548	UNIDADE CONAB PAA RONDONIA	PAA RONDONIA
RR	135436	MO/RORAIMA	UNID.MERCAD.OPCOES
	135554	UNIDADE CONAB PAA RORAIMA	PAA RORAIMA
	135557	UNIDADE ARMAZENADORA BOA VISTA	UA/BOA VISTA
	135570	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO RORAIMA	UNID.EST.ESTRAT.RR
	135587	CONAB SEDE SUREG RORAIMA	CONAB SEDE SUREG RR
	135606	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RR - PGPM	NUCLEO PGPM/RR
RS	135315	CONAB SEDE SUREG RIO GRANDE DO SUL	CONAB SEDE SUREG RS
	135316	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RS	UNID.EST.ESTRATEG.
	135317	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RS - PGPM	NUCLEO PGPM/RS
	135318	UF/AUG.A.LEITAO	UF/AUG.A.LEITAO
	135319	AF/PORTO ALEGRE	AF/PORTO ALEGRE
	135322	UA/PORTO ALEGRE	UA/PORTO ALEGRE
	135442	MO/RIO GRANDE DO SUL	UNID.MERC.OPCOES
	135556	UNIDADE CONAB PAA RIO GRANDE DO SUL	PAA RIO GRDE DO SUL
SC	135276	UA/HERVAL D'OESTE	UA/HERVAL D'OESTE
	135278	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SC	UNID.EST.ESTRATEG.
	135279	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SC - PGPM	NUCLEO PGPM/SC
	135284	CONAB SEDE SUREG SANTA CATARINA	SEDE/SUREG-SC
	135445	MO/SANTA CATARINA	UNID.MERC.OPCOES
	135549	UNIDADE CONAB PAA SANTA CATARINA	PAA SANTA CATARINA
SE	138011	UA SAO JOSE	UA SAO JOSE
	135110	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135111	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SE - PGPM	NUCLEO PGPM/SE
	135416	UA ITABAIANA	UA ITABAIANA
	135426	MO/SERGIPE	UNID.MERC.OPCOES
SP	135572	UNIDADE CONAB PAA SERGIPE	PAA/SERGIPE
	135325	CONAB - SEDE SUREG SAO PAULO	CONAB SEDE SUREG SP
	135326	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SP	UNID.EST.ESTRATEG.
	135327	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SP - PGPM	NUCLEO PGPM/SP
	135330	UA/MOOCA	UA/MOOCA
	135331	UA/BAURU	UA/BAURU
	135332	UC/SAO PAULO	UC/SAO PAULO
	135443	MO/SAO PAULO	UNID.MERC.OPCOES
	135486	UA/CARAPICUIBA	UA/CARAPICUIBA
	135487	UA/GARCA	UA/GARCA
	135531	UA/BERNARDINO DE CAMPOS	UA/BERN.DE CAMPOS
	135555	UNIDADE CONAB PAA SAO PAULO	PAA SAO PAULO
TO	135613	UNIDADE SERV.TERMINAL PESQUEIRO PUB.DE SANTOS	TER.PESQ.SANTOS
	135337	CONAB SEDE SUREG TOCANTINS	CONAB SEDE SUREG TO
	135338	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/TO	UNID.EST.ESTRATEG.
	135339	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/TO - PGPM	NUCLEO PGPM/TO
	135340	UA/ARAGUAINA	UA/ARAGUAINA
	135417	UA RIO FORMOSO	UA RIO FORMOSO
	135444	MO/TOCANTINS	UNID.MERC.OPCOES
135560	UNIDADE CONAB PAA TOCANTINS	PAA / TOCANTINS	

## **ANEXO II - Parecer da Unidade de Auditoria Interna Exercício 2013**

A Auditoria Interna – Audin, com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, relativos ao exercício findo em 31.12.2013 e, em cumprimento ao disposto no inciso VI, art. 3.º do Regimento Interno da Conab, nas Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União – TCU n.ºs 127, de 15.5.2013 e 132, de 2.11.2013, na Norma de Execução da Controladoria Geral da União – CGU n.º 01/2013, aprovada pela Portaria/CGU n.º 133/2013, de 18.1.2013, e na Resolução Conad n.º 004, de 28.3.2012, emite o seguinte parecer:

### **I. INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS**

#### **1.1. Padrão de avaliação dos controles internos adotados pela Conab**

No intuito de fortalecer a estrutura de governança e de autocontrole da gestão, e atendendo sugestão da Auditoria Interna - Audin, exposta na Nota Técnica Audin n.º 16/2012, a alta administração da Companhia, por meio da Resolução Conad n.º 009, de 19.12.2012, criou áreas específicas, no âmbito da Presidência, de controle interno, riscos corporativos, estratégia (planejamento estratégico) e organização. A citada Nota Técnica n.º 16/2012 foi encaminhada à CGU por meio do Ofício Audin n.º 059, de 4.9.2012, e ao TCU por intermédio do Ofício Audin n.º 086, de 21.12.2012.

Cabe à Gerência de Controles Internos – Gecoi, subordinada à Superintendência de Controladoria e Riscos – Sucor, esta por sua vez subordinada à Presidência da Companhia, avaliar a qualidade e adequação dos controles internos existentes nos aspectos de conformidade normativa; gerir a sistematização normativa e a definição do padrão normativo; manifestar-se sobre o sistema de controles internos das unidades jurisdicionadas e - dentre outras competências - gerir tecnicamente os assistentes de conformidade. A aludida Unidade iniciou suas atividades no exercício de 2013 e, por essa razão, não foram planejadas auditorias específicas, no Plano Anual de Auditoria Interna – Paint, exercício de 2013, para avaliar o desempenho da nova área. Assim, não foi possível emitir nossa opinião sobre os reflexos advindos com a criação da atual estrutura de controle implementada na Companhia no que pertine à melhoria da qualidade e suficiência dos controles internos.

#### **1.2. Avaliação dos controles internos administrativos, feita pela Audin, com base nas auditorias ordinárias realizadas no exercício de 2013**

Não obstante o fato de a Audin não ter examinado a atuação da nova área de controle interno da Conab, os controles internos administrativos foram avaliados por ocasião das auditorias ordinárias realizadas nas diversas atividades executadas pela Conab, no exercício de 2013. Assim, foi possível comprovar que as deficiências de controle interno apontadas no exercício de 2012 se fizeram presentes no exercício de 2013, evidenciando vulnerabilidades no processo de gestão, decorrentes das fragilidades nos sistemas de controle e acompanhamento, com reflexos negativos na eficiência e eficácia dos programas desenvolvidos pela Companhia.

#### **1.3. Estrutura e procedimentos de controle para elaboração das demonstrações financeiras**

A Conab é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União. Além disso, integra o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social da União. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com o disposto na Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.º 11.941, de 25.5.2009.

Integram as aludidas demonstrações financeiras, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Valor Adicionado, do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

A Conab utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, o que permite o controle imediato das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Companhia, a agilização da programação financeira, a padronização de métodos e rotinas e a geração de informações precisas e em

tempo real. Dessa forma, o sistema se constitui em um eficiente mecanismo de controle do gasto público.

No âmbito da Companhia, cabe à Superintendência de Orçamento e Finanças – Suofi, subordinada à Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi, as ações de programação e execução financeira e o registro de conformidade de gestão e à Superintendência de Contabilidade – Sucon, vinculada à mesma diretoria, a execução e análise contábil, fiscal e tributária, o acompanhamento dos resultados econômicos, o registro das conformidades contábeis e a elaboração das demonstrações contábeis.

Nas Superintendências Regionais da Companhia são realizadas ações descentralizadas de execução orçamentária, de contabilização dos atos e fatos e de registro das conformidades contábeis e de gestão, no âmbito de sua jurisdição.

#### **1.4. Avaliação dos controles e procedimentos para emissão de relatórios contábeis e financeiros**

A Audin tem a competência regimental, estabelecida no inciso VI, do artigo 3.º do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10104), de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Audin realizou auditorias nas Superintendências Regionais de AL, PB, RN, ES, SC, AM e Matriz, com o objetivo de examinar as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31.12.2013, verificando, inclusive, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos praticados no âmbito da Companhia.

Foram avaliados o balanço patrimonial da Companhia, levantado em 31.12.2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Os exames foram realizados com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações, com base em testes, das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.

Na opinião da Audin, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto em relação aos fatos a seguir relatados:

a) o Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2013, evidenciou que a Conab possui o montante de R\$50.169 mil, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos para Recursos” integrante do grupo “Recursos Vinculados”, em decorrência dos depósitos recursais, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, conforme consignado nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11. Todavia, as análises levadas a efeito nas Unidades auditadas (Superintendências Regionais de AL, AM, ES, RN, PB, SC e Matriz) revelaram inconsistências de diversos saldos, porquanto se verificou a existência de ações judiciais já transitadas em julgado, cujos depósitos recursais já foram levantados, no entanto os valores registrados contabilmente permanecem pendentes. Assim, não foi possível atestar que a importância expressa no Balanço Patrimonial reflita adequadamente a real situação dos depósitos recursais da Conab. No intuito de promover o saneamento dos créditos, a Companhia criou grupos de trabalho na Matriz e nas Superintendências Regionais. Contudo, até o momento, não houve avanço significativo dada a dificuldade de obter-se informações dos processos judiciais já encerrados de longa data. Registre-se que o tema é objeto do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal;

b) o Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2013, demonstrou que a Conab possui o montante de R\$90.623 mil registrado na rubrica “Depósitos Judiciais”, integrante do grupo “Recursos Vinculados”, oriundos de depósitos feitos por decisão judicial em decorrência de ações trabalhistas e cíveis transitadas em julgado ou em andamento, conforme explicitado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11. Sobre o referido saldo contábil não foi possível emitir nossa opinião, visto que não foram

disponibilizados relatórios extracontábeis, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, que servissem de parâmetro para as análises pertinentes. A respeito da matéria, a Companhia está formalizando convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF com a finalidade de dar acesso à Conab aos extratos ou relatórios que demonstrem os valores depositados judicialmente naquela instituição financeira. Da mesma forma, o assunto está inserido no escopo do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal.

### 1.5. Síntese das conclusões da auditoria independente sobre a qualidade dos controles internos

Os trabalhos de auditoria independente foram realizados pela empresa Maciel Auditores S/S EPP, cujos resultados foram apresentados no Relatório Circunstanciado de Auditoria n.º 01/14. O referido relatório concluiu que:

“O resultado de nosso trabalho demonstrou que a entidade possui adequado gerenciamento dos controles internos e registros contábeis, cabendo destacar o seguintes fatos:

- Fomos contratados após a data do inventário não nos possibilitando o acompanhamento dos mesmos;
- Revisão dos parâmetros de cálculos de provisão de férias;
- Concessão de diárias superiores a 50% do salário.”

## II. ESTRUTURA DA AUDITORIA INTERNA

As informações inerentes às alíneas “a” e “d”, do Anexo III da Decisão Normativa TCU n.º 132, de 2.10.2013, estão explicitadas no item 3.2 da parte C do Anexo II do Relatório de Gestão, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU n.º 127, de 15.5.2013.

## III – ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Os relatórios de auditoria produzidos pela Audin, via sistema Siaudi (Sistema de Auditoria Interna), são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria-Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001, c/c a alínea “g” do art. 1.º da Resolução CGPAR n.º 2, de 31.12.2013.

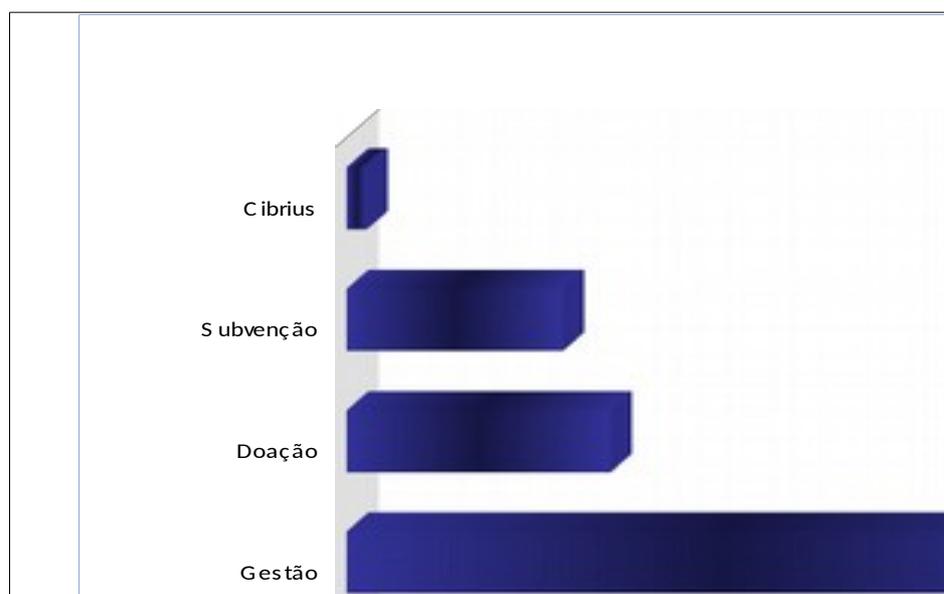
As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam, não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio do *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

**O monitoramento das recomendações emitidas em 2013 demonstrou que 47% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.**

Gráfico 1 – Percentual das recomendações por ação de auditoria/2013



As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema SiauDi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são de fato uma impropriedade ou uma oportunidade de melhoria e aperfeiçoamento de processo. Assim, tais solicitações não foram consideradas para efeito de categorização.

As recomendações foram categorizadas em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

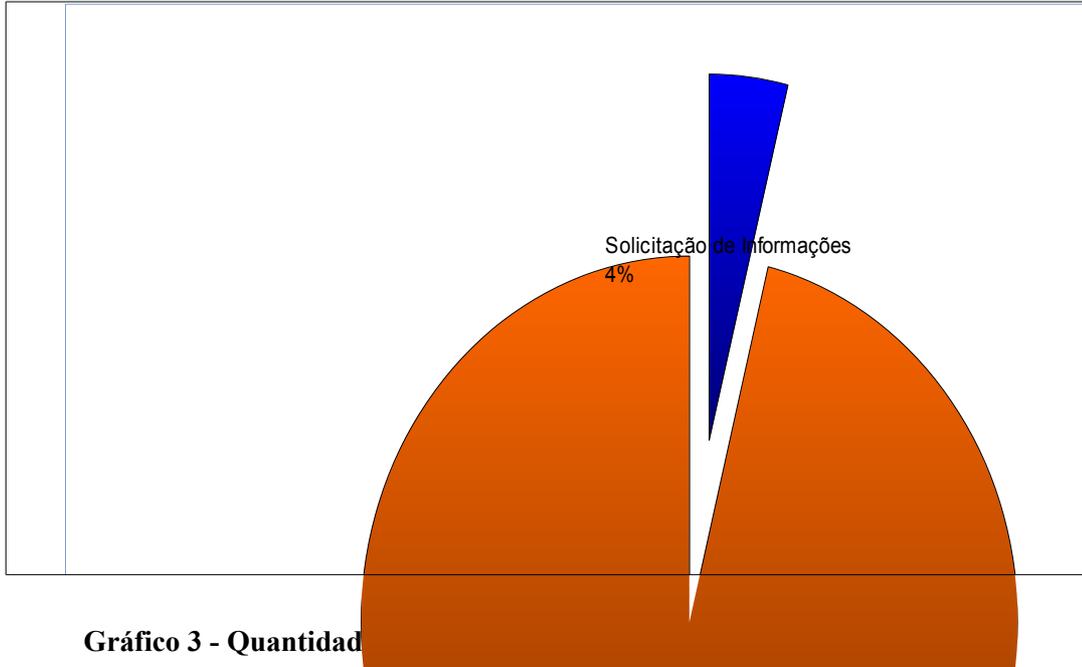
Quadro 1 – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
<b>Gestão da Atividade</b>	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia. Envolve não somente as atividades finalísticas, mas também as administrativas e financeiras. Podem ser falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, deficiência na estrutura orgânica, sugestões de melhorias e aperfeiçoamento de processo entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Deficiência de estrutura orgânica;</li> <li>✓ Falhas na execução das atividades;</li> <li>✓ Falhas no fluxo do processo;</li> <li>✓ Melhorias e aperfeiçoamento do processo;</li> <li>✓ Outras.</li> </ul>
<b>Controle Interno</b>	Deficiência de controles internos, tais como: falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos, que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência/deficiências de normas internas;</li> <li>✓ Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados;</li> <li>✓ Falhas na documentação e instrução de processos;</li> <li>✓ Descumprimento de leis, normas ou regulamentos;</li> <li>✓ Falta de segregação de funções;</li> <li>✓ Outras.</li> </ul>
<b>Gestão de Recursos Humanos</b>	Deficiências oriundas de problemas de estrutura de recursos humanos envolvendo os aspectos qualitativos, quantitativos e de clima organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Deficiências de qualificação e capacitação;</li> <li>✓ Deficiência quantitativa;</li> <li>✓ Clima organizacional;</li> <li>✓ Outras.</li> </ul>
<b>Gestão de TI</b>	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inexistência ou deficiência de sistemas;</li> <li>✓ Integridade e segurança da informação;</li> <li>✓ Infraestrutura (equipamentos);</li> <li>✓ Outras.</li> </ul>

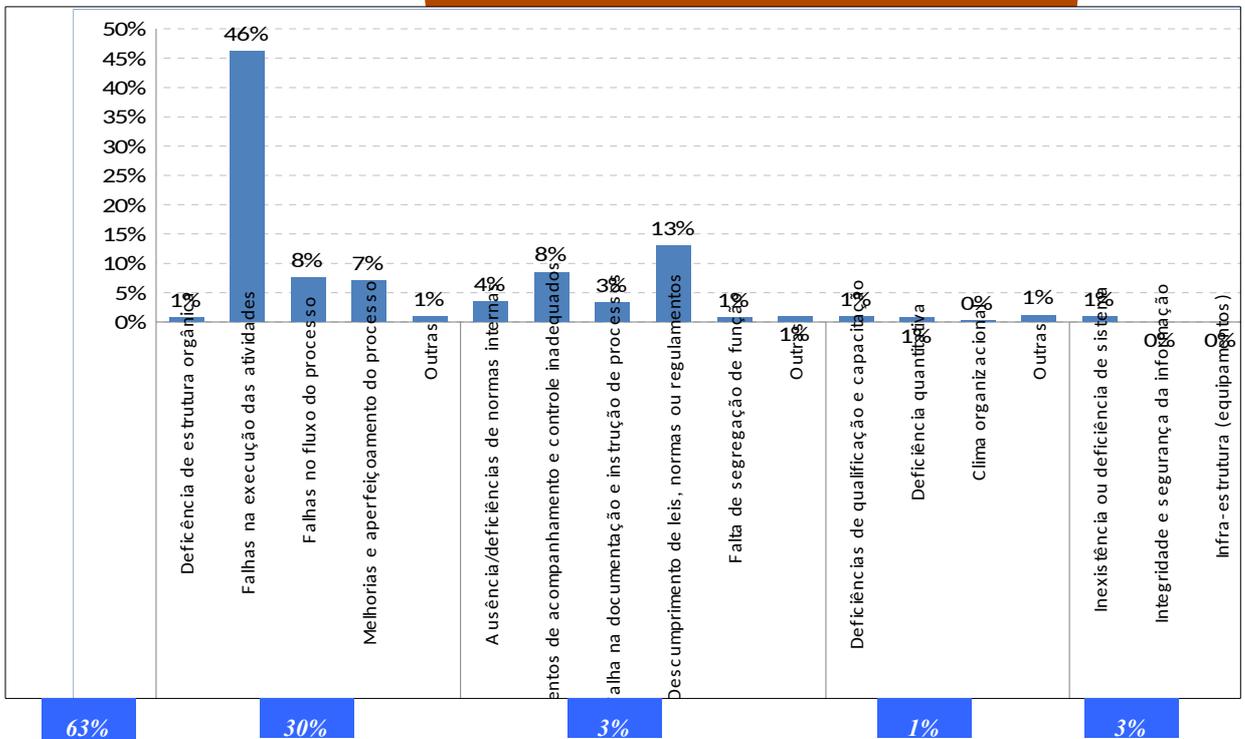
<b>Gestão Patrimonial</b>	Deficiências na estrutura física (unidades operacionais e administrativas) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Deficiência na estrutura física;</li> <li>✓ Falta de equipamentos e mobiliário;</li> <li>✓ Outras.</li> </ul>
---------------------------	---	--

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

**Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo**



**Gráfico 3 - Quantidade**



## V. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA - EXERCÍCIO DE 2013

### 1. Descrição das ações realizadas pela Auditoria Interna

No exercício de 2013, as auditorias ordinárias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2014.

Foram realizadas auditorias ordinárias de avaliação de balanço, por força das competências regimentais da Audin, com vistas à emissão do parecer de auditoria interna sobre as demonstrações contábeis da Conab.

Também foram realizadas auditorias de gestão com o foco na Gestão Administrativa, Contábil-financeira e Operacional.

Na área operacional, foram realizadas ações de auditorias em Doação de Cestas, Subvenção (Valor para Escoamento de Produto – VEP e Cana-de-Açúcar), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e, ainda, foi realizada uma Avaliação de Natureza Operacional – ANOp em remoção de produtos e frete.

Ainda em 2013, a Audin deu continuidade aos trabalhos de supervisão no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius por meio de realização de auditoria especial, na qual se procedeu à análise das contas relativa ao exercício de 2012.

No planejamento para o exercício, estavam previstas 18 (dezoito) auditorias, sendo 16 (dezesseis) nas Suregs, 01 (uma) na Matriz e 01 (uma) no Cibrius e 02 ANOps, distribuídas da seguinte forma:

07 ações de Balanço, classificadas como AVG;

02 ações no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, 02 ações nas operações de Doação de Alimentos, 02 ações em Subvenção, 02 ações de Gestão Administrativa e 02 ações de Gestão Contábil-Financeira, Administrativa e Operacional, classificadas como ACG;

01 ação no Cibrius, classificada como AE; e

02 Avaliações de Natureza Operacional – ANOp (Gestão de Armazéns Próprios e Processo de Contratação de Frete).

Entretanto, ao longo do exercício, foram realizadas 01 ANOp, 17 auditorias e 01 avaliação de conformidade, assim distribuídas:

07 Auditorias de Avaliação de Gestão – Balanço Financeiro, sendo 01 na Matriz e 06 nas Superintendências Regionais;

09 Auditorias de Acompanhamento de Gestão nas Superintendências Regionais;

01 Auditoria Especial – Cibrius;

01 Avaliação de Natureza Operacional – ANOp;

01 Avaliação de Conformidade.

Foram auditadas as unidades em suas diversas áreas e setores, conforme demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Descrição das ações de auditoria interna quanto ao número dos relatórios, unidades/área/setores, escopo dos trabalhos e cronograma executado no exercício/2013.**

NUMERO DO RELATÓRIO	CRONOGRAMA EXECUTADO		UNIDADE	ÁREA	SETORES	ESCOPO DOS TRABALHOS	OBS
	Início	Fim					
<i>1E</i>	21/10/13	1/11/13	Sureg/MS	Geope	Sepab	PAA	
<i>1</i>	4/2/13	8/2/13	Sureg/PA	Gefad	Secof	Balanço	
<i>2</i>	25/2/13	15/3/13	MATRIZ	DIAFI	Sucon	Balanço	
<i>3</i>	28/1/13	1/2/13	Sureg/SP	Gefad	Secof	Balanço	
<i>4</i>	28/1/13	1/2/13	Sureg/MA	Gefad	Secof	Balanço	
<i>5</i>	4/2/13	8/2/13	Sureg/PE	Gefad	Secof	Balanço	
<i>6</i>	18/2/13	22/2/13	Sureg/RJ	Gefad	Secof	Balanço	
<i>7</i>	25/2/13	1/3/13	Sureg/RS	Gefad	Secof	Balanço	
<i>8</i>	14/1/13	1/2/13	Sureg/MG	Geope	Sepab	PAA	
<i>9</i>	15/7/13	26/7/13	Sureg/PE	Geope	Secom	Subvenção - VEP	
<i>10</i>	29/7/13	9/8/13	Sureg/AL	Geose	Segeo	Subvenção - Cana-de-açúcar	
<i>11</i>	12/8/13	23/8/13	Sureg/CE	Gedes, gefad e Geope	Seopi, Segeo, Secom, Sepab, Setad e Secof	Gestão Contábil/Financeira e Administrativa	
<i>12</i>	22/7/13	2/8/13	Supab/DF	Geope	Sepab	Doação	
<i>13</i>	12/8/13	23/8/13	Sureg/GO	Geope	Sepab	Doação	
<i>14</i>	31/10/13	11/11/13	Sureg/ES	Geose	Seopi, Segeo	Gestão Contábil/Financeira e Administrativa	
<i>15</i>	18/11/13	22/11/13	Sureg/RN	Gefad	Seadi, Secof	PAA	
<i>1 - Especial</i>	1/10/13	31/10/13	CIBRIUS	Geope	Seopi	PAA	
<i>Nota Técnica nº 15</i>	17/11/13	14/12/13	Sureg/GO	Cibrius	Cibrius	CIBRIUS	
			Sureg/GO	Geope	Sepab	PAA	

<b>Legenda</b>	
<i>ACG - Acompanhamento da Gestão;</i>	<i>GEOPE – Gerência de Operações;</i>
<i>AVG – Avaliação da Gestão;</i>	<i>GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico;</i>
<i>E – Especial;</i>	<i>GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico</i>
<i>GESTÃO A e C/ F – Gestão Administrativa e Contábil-Financeira;</i>	<i>SUPAF - Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar;</i>
<i>VEP – Valor de Escoamento de Produto</i>	<i>GEFAD – Gerência de Finanças e Administração;</i>
<i>CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social;</i>	<i>SEGE0 - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;</i>
<i>PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;</i>	<i>SECOM - Setor de Operações Comerciais;</i>
<i>DIAFI - Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização;</i>	<i>SECOF - Setor Contábil Financeiro</i>
<i>SUCON - Superintendência de Contabilidade;</i>	<i>SEADE - Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos;</i>
<i>SUARM - Superintendência de Armazenagem;</i>	<i>SEOPE - Setor de Operações de Estoques;</i>
<i>SUPAD - Superintendência Administração;</i>	<i>SETAD – Setor Administrativo;</i>
<i>SUOFI – Superintendência de Orçamento e Finanças.</i>	

Ao compararmos a meta programada de auditorias com as que foram efetivamente realizadas, verificamos um decréscimo de 6% (Tabela 2). Registre-se que esta redução ocorrida foi em razão da não realização das ações 6.1 e 6.2 constantes no PAINT 2013, cujas razões pela não realização foram explicitadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2013, submetido ao Conselho de Administração na 248.<sup>a</sup> Reunião Ordinária realizada em 11.3.2014.

**Tabela 2 - Auditorias Programadas x Realizadas por Modalidade**

TIPO DE AUDITORIA	NÚMERO PROGRAMADO (A)	NÚMERO REALIZADO (B)	PART. (B) / (A)	PART. (B) / TOTAL REALIZADO
<i>Acompanhamento de Gestão (ACG)</i>	10	09	90%	53%
<i>Avaliação de Gestão (AVG)</i>	07	07	100%	41%
<i>Especial (E)</i>	01	01	100%	6%
<b>TOTAL</b>	18	17	94%	100%

Com relação à materialidade das áreas auditadas, o valor ultrapassa a cifra de R\$ 2,76 bilhões de reais, conforme demonstrado na Tabela 3.

**Tabela 3 - Área de Atuação da Auditoria Interna – Exercício 2013**

Em R\$1,00

MATÉRIA AUDITADA	PROGRAMA	AÇÃO	RECURSOS ENVOLVIDOS (R\$)
<i>Balanco</i> <sup>(1)</sup>	Todos	Todas	2.661.287.445,20
<i>Gestão Administrativa, Contábil-Financeira e Operacional</i> <sup>(2)</sup>	Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Administração da Unidade	52.295.971,73
<i>Cibrius</i> <sup>(2)</sup>		Contribuição à Previdência Privada	33.447.001,00
<i>Doação de alimentos</i> <sup>(4)</sup>	-	-	5.814.894,83
<i>Programa de Aquisição de Alimentos – PAA</i> <sup>(3)</sup>	-	-	5.286.489,36
<i>Programa de subvenção – VEP</i> <sup>(4)</sup>	-	-	2.395.125,40
<i>Programa de subvenção - cana-de-açúcar</i> <sup>(4)</sup>	Ação sob a supervisão do Ministério da Fazenda	Garantia a Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	4.715.477,01
<b>Total</b>			<b>2.765.242.404,53</b>

FONTE: Siafi

1 – Total do Ativo

2 – Montante de recursos executados nas unidades auditadas

3 – Valor das CPRs

4 – Montante da amostra auditada

## 2. Avaliação da Audin sobre a atuação da Companhia em relação às ações programadas no PAINT/2013.

Neste tópico serão apresentados, em síntese, os resultados dos trabalhos realizados pela Audin, a partir das auditorias realizadas ao longo do exercício de 2013.

### 2.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar – Cibrius

O Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, atualmente regulamentado na forma estabelecida pelas Leis Complementares n.º108/2001 e n.º109/2001, foi constituído, inicialmente pela patrocinadora, a então Companhia Brasileira de Armazenamento – Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, sob a forma de sociedade civil, por tempo indeterminado e de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Figura, ainda, como patrocinadora, o próprio Cibrius.

Os recursos financeiros que a entidade dispõe para o seu funcionamento são oriundos de contribuições das Patrocinadoras, dos participantes ativos e assistidos, como também dos rendimentos resultantes das aplicações efetuadas em renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes.

Em cumprimento ao que dispõem o art. 25 de Lei Complementar n.º 108/2001 e o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 109/2001, e em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2013, realizou-se Auditoria Especial de Gestão no âmbito do Cibrius, com o objetivo de examinar a gestão do Instituto, relativamente aos eventos ocorridos no exercício de 2012.

Após exames amostrais, a equipe de auditores internos se posicionou no sentido de que as operações transcorreram dentro da normalidade, obedecendo à legislação pertinente. Todavia, permanece o desequilíbrio atuarial em decorrência do serviço passado a contratar com a Conab, o que coloca a entidade em alto risco de insolvência e, por consequência, de liquidação. O equacionamento da questão está relacionado a fatores externos e envolve a patrocinadora Conab, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Previdência Social e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Tem-se informações de que as negociações avançaram significativamente ao longo do exercício de 2013 e se espera uma solução definitiva, em 2014.

## **2.2. Demonstrações Contábeis**

Compete regimentalmente à Auditoria Interna examinar a consistência e a adequação das demonstrações econômico-financeiras, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104), emitindo o Parecer da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis. Por essa razão, a Audin realizou sete auditorias contemplando as Superintendências Regionais de Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Matriz, posição em 31.12.2012.

Das análises levadas a efeito, foi possível constatar que as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletiram adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, relativamente aos atos e fatos ocorridos no exercício de 2012.

Enfatizou-se, todavia, que a Companhia registrou, de forma inadequada, a crédito do Passivo Circulante, conta 21221.07.00 – Entidades Federais, pertencente ao grupo das obrigações da Companhia para com Credores – Entidades e Agentes, os montantes de R\$ 10.058 mil e R\$ 7.899 mil, contabilizados nas Unidades Gestoras da Matriz e Unidade Mercado de Opções, respectivamente. Tais registros foram efetivados com o objetivo de diferir receitas não realizadas, contabilizadas em obediência ao princípio da competência, por ocasião do reconhecimento de direitos a receber de devedores, em decorrência da aplicação de multas contratuais e pagamentos indevidos, cujos lançamentos estão consignados no Ativo Circulante e Não Circulante, nas contas 11219.19.00 e 12249.19.00, denominadas Créditos por Infração Legal e Contratual, respectivamente. O referido procedimento contábil foi adotado, segundo esclarecimentos prestados pela área contábil da Companhia, em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 04, de 18.3.2013, e Nota Explicativa n.º 4.12.2, em razão do elevado grau de insegurança do recebimento dos referidos débitos. Tal prática, embora não tenha causado reflexos relevantes nas demonstrações contábeis, estava em desacordo com o disposto na NBCTG 25, item 33, que orienta no sentido de que os Ativos Contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que podem tratar-se de resultados que nunca venham a ser realizados.

## **2.3 . Auditoria de Gestão – Administrativa, Contábil-Financeira e Operacional**

Foram planejadas, para o exercício de 2013, ações de auditoria de gestão com o objetivo de avaliar a eficiência da gestão administrativa, contábil-financeira e operacional das Superintendências Regionais do Ceará e do Espírito Santo.

As análises evidenciaram impropriedades e disfunções que mereceram recomendações saneadoras, das quais se destacam:

a) divergência nos saldos dos depósitos recursais quando comparados com a Consulta de Saldos IS (Caixa Econômica Federal – CEF). Tal situação se evidenciou nas Sureg's/CE e ES;

- b) deficiência na estrutura física das Unidades Armazenadoras de Maracanaú-CE, Camburi-ES, Colatina-ES e sede da Sureg/CE;
- c) deficiência na estrutura de pessoal das Unidades Armazenadoras de Maracanaú-CE, Camburi-ES, Colatina-ES;
- d) durante a visita *in loco* na Sureg/CE, não foram encontradas algumas Associações Proponentes dos projetos de PAA, nos endereços informados nas Propostas de Participação. Ainda, durante a visita, identificou-se que há fornecedores que estão comprando o produto de terceiros para fornecer ao programa e que produtos entregues às entidades beneficiárias não possuem o padrão de qualidade determinado pelo Programa;
- e) diversos projetos referentes à Compra com Doação Simultânea – CDS/PAA com depósitos efetuados pela Sureg/CE, na conta vinculada, encontravam-se sem operacionalização e acompanhamento da evolução dos saldos. A análise demonstrou, também, divergências entre os valores registrados no Siafi e os registrados nas contas vinculada e bloqueada da instituição financeira depositante;
- f) desvio do objetivo do Programa Vendas em Balcão – PVB na Sureg/CE, pois se detectou comprador vendendo o que adquiriu por meio do PVB. Ainda, há clientes do Programa que não possuem a documentação exigida para a participação, como a relativa à posse do plantel;
- g) saldos paralisados na Sureg/ES, de longa data, na conta 11319.01.00 – Adiantamento a Fornecedor, que registra os adiantamentos concedidos às entidades proponentes do PAA para operacionalização das operações de Compra com Doação Simultânea - CDS e CPR Estoque, o que evidencia situações de inadimplência de fornecedores.

#### **2.4. Valor para Escoamento de Produto – VEP**

Trata-se da ação de auditoria para avaliar o instrumento Valor para Escoamento do Produto – VEP, que é uma subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em Aviso.

A referida ação de auditoria estava prevista, no PAINTE 2013, para ser realizada na Superintendência Regional de Mato Grosso - Sureg/MT. Todavia, considerando que a Sureg/PE fora o destino de parte expressiva do produto, além de possuir a documentação comprobatória do escoamento, optou-se por realizar a referida ação nesta Sureg. Registre-se, por oportuno, que a Sureg/MT, local de origem dos estoques, foi instada a manifestar-se sobre as operações de VEP (de forma amostral) realizadas na sua jurisdição, sendo que os resultados das informações obtidas foram consignados no Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão n.º 09/2013.

Em relação à conformidade normativa na execução do Programa, de acordo com o verificado pela equipe de auditoria, ocorreram impropriedades, porém, sem desvirtuar o instrumento de intervenção.

A efetividade das intervenções da Companhia, por intermédio do instrumento de subvenção Valor para Escoamento de Produto - VEP, demonstrou, como pode ser aferido pela amostra que serviu de análise à equipe de auditoria, ter produzido os efeitos esperados, tanto quanto à melhora na estabilidade dos preços quanto em alternativas de abastecimento viáveis aos segmentos amparados.

#### **2.5. Subvenção de cana-de-açúcar**

Por meio desse Programa, o governo federal concedeu subvenção econômica diretamente aos produtores independentes de cana-de-açúcar, implementado a partir da Lei n.º 12.666/2012, com regulamento operacional publicado no DOU n.º 185, de 24/09/2012. Os referidos instrumentos legais estabeleceram os procedimentos e condições necessários para a concessão de subvenção direta aos produtores de cana-de-açúcar na área de atuação da SUDENE e no Estado do Rio de Janeiro, safra 2010/2011.

A ação de auditoria foi executada na Superintendência Regional de Alagoas – Sureg/AL. Das análises levadas a efeito, evidenciaram-se os pontos de fragilidades que mereceram recomendações e sugestões, no intuito de implementar-se ações saneadoras e mitigar riscos operacionais, além de propiciar o aprimoramento

dos controles internos administrativos. Dos temas abordados, merecem destaque:

que há muitas oportunidades de melhoria quanto ao processo de trabalho do instrumento de subvenção (com ênfase em planejamento, controles internos administrativos e disponibilização de recursos), para implementação nos futuros Programas. Melhorias saneadoras foram recomendadas pela Audin, no intuito de resguardar a Companhia de riscos existentes que podem resultar em perdas financeiras e danos à sua imagem institucional, inclusive; que, em relação à conformidade normativa na execução do Programa, algumas inconsistências foram verificadas e devidamente recomendadas; ocorrência de pagamento de subvenção a beneficiário falecido e possibilidade de que este fato tenha ocorrido com mais 12 beneficiários mortos; que a efetividade do Programa de subvenção deve ser relativizada, em decorrência da aparente pouca viabilidade econômica da cultura da cana-de-açúcar para pequenos produtores rurais, dada a baixa produtividade. Depoimentos de beneficiários evidenciam culturas alternativas mais rentáveis e mais adequadas a pouca escala dos pequenos proprietários rurais – cerca de 85% dos beneficiários do Programa de subvenção da cana-de-açúcar em 2010/2011, em Alagoas.

## 2.6. Doação de Produtos

Trata-se de ações de auditoria planejadas com o intuito de avaliar a regularidade do processo de distribuição de alimentos, por meio de doações, aos grupos populacionais beneficiados. Nesse sentido, foram realizadas auditorias nas Superintendências Regionais de Goiás e da Bahia.

As análises realizadas no âmbito da Sureg/GO evidenciaram pontos de fragilidades que mereceram recomendações, no intuito de implementar-se ações saneadoras e mitigar riscos operacionais, além de propiciar o aprimoramento dos controles internos. Das impropriedades identificadas, merecem destaque:

- a) ausência, em alguns processos, de documentos que compõem as etapas de doação de produtos, além da ocorrência de documentos preenchidos com falhas;
- b) ausência de prestação de contas da doação instruída no processo n.º 21209.0753/2012;
- c) inexistência de acompanhamento e fiscalização das doações de modo a comprovar o uso social adequado dos produtos oferecidos em doação;
- d) indícios de que o endereço da Associação Comunitária Beneficente Jardim da Barragem IV, CNPJ n.º 07.595.711/0001-03, é fictício, fato que, analisado em conjunto com outros elementos, poderá indicar a ocorrência de fraude, requerendo medidas de encaminhamento do assunto para providências na esfera do Ministério Público Federal;
- e) inexistência de normas internas específicas que detalhassem as atribuições de cada área e o *modus operandi* do processo de doação. Constatou-se o uso excessivo de orientações normatizadoras por meio de Comunicações Internas, instrumento que favorece a perda da informação, seja por falta de arquivos adequados, seja pela possibilidade de rodízio de empregados e gestores.
- f) Mencione-se, por oportuno, que se esperava, com a ação de auditoria realizada na Sureg/GO, obter-se informações acerca da efetividade do processo de doação de alimentos aos grupos populacionais beneficiados. Todavia, este objetivo não foi alcançado diante das dificuldades de entrevistar os beneficiários, visto que muitos não foram localizados nos endereços indicados nas prestações de contas e, ainda, outros endereços inexistiam; fato preocupante levado ao conhecimento do Senhor Secretário Federal de Controle Interno – SFC/CGU, na forma do Ofício/AUDIN n.º 069, de 11.11.2013, haja vista demanda anterior feita pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno na forma do Ofício n.º 38390 DGI/SE/CGU-PR, de 21.12.2012, relativamente à denúncia de n.º 19528-76, postada no sítio web daquela CGU em 14.03.2012, inclusive.
- g) Quanto ao trabalho realizado na Sureg/BA, tem-se a comentar o que segue:
- h) emissões de notas fiscais sem a identificação do respectivo número da Autorização de Doação de Produtos - ADP da operação;
- i) retiradas de produtos após o vencimento da ADP, sem o respectivo documento de revalidação do vencimento;

j) processos autuados com documentos que pertencem a outro processo, duplicados, sem assinatura e fora de ordem cronológica;

k) grande número de operações de doações de suco de frutas canceladas, em razão da dificuldade dos beneficiários retirarem o produto acondicionado em embalagem “barriga mole”. Tal embalagem exige estrutura de transporte e refrigeração adequados, dificultando a operação para pequenas entidades.

## 2.7. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

Foram realizadas auditorias nas Superintendências Regionais de Minas Gerais e Rio Grande do Norte com o objetivo de examinar a gestão do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, na modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS.

- a) As análises revelaram impropriedades que mereceram recomendações no sentido de implementar-se ações saneadoras, assim como melhoria nos processos de trabalho. Das referidas impropriedades, destacam-se:
- b) formalização e instrução de processos em desacordo com os normativos internos da Companhia;
- c) ausência de normatização disciplinadora da obrigatoriedade de fiscalização prévia e acompanhamento dos projetos de Compra com Doação Simultânea - CDS analisados, ainda que de forma amostral (ver item 1.5.1.7 do Acórdão n.º 5.078/2009-TCU-2ª Câmara), de modo a aferir a capacidade produtiva dos produtores fornecedores e a estrutura de execução da associação proponente;
- d) no modelo operacional em que o Banco de Alimentos é a entidade consumidora, verificou-se que a responsabilidade pela destinação final dos produtos constantes da Proposta de Participação fica a cargo do citado Banco de Alimentos, que é a entidade que assina o Termo de Recebimento e Aceitabilidade. Este modelo, todavia, apresentou-se frágil na medida em que a Conab não consegue aferir se os produtos foram efetivamente doados, em consonância com o disposto na Proposta de Participação, em que pese a crença de que os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS's) devam inserir-se no processo, na vertente do controle social, sem embargos à uma melhor definição de responsabilidades entre Conab e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- e) em alguns processos, verificou-se divergências nos preços constantes nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade e Relatórios de Entregas e aqueles registrados nos controles fornecidos pelas Associações e Bancos de Alimentos;
- f) constatação das irregularidades denunciadas na execução da CPR doação n.º MG/2012/02/0688;
- g) ocorrência de duplicidades e erros de numeração de DAPs nas informações disponibilizadas no Portal de Transparência da Conab;
- h) estrutura de recursos humanos inadequada para a execução das atividades do PAA, além da não definição, no Regimento Interno da Companhia, sobre as competências das áreas responsáveis pelas atividades de autorização, aprovação, execução e controle do ciclo operacional do PAA, de modo a resguardar a necessária segregação de funções.
- i) Além das auditorias ordinárias e, em razão do solicitado pelo Sr. Diretor da DIPAI, por meio da CI n.º 342, de 29/10/2013, a Audin proferiu análise na base de dados do SIGPAA – CPR Doação, referente aos estados do Paraná, Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Santa Catarina.
- j) A análise foi realizada por meio do software ACL (*Audit Command Language*) o qual permite o exame da base de dados em sua totalidade. Em uma primeira análise, verificou-se uma série de DAP's (Declarações de Aptidão ao Pronaf) duplicadas.
- k) Na seqüência, tais duplicidades foram analisadas, caso a caso, resultando nas impropriedades resumidas na Tabela 4.

UF	N.º Municípios	Valor total das propostas (R\$)	Número inconsistente de DAP	Limite excedido por DAP	Número DAP inconsistente e limite excedido	Outras Situações	Situação Correta	Total	Valor (R\$)
PR	93	31.410.904,92	5	3	26	-	3	37	2.079.189,01
CE	29	4.967.702,00	-	-	10	-	-	10	86.975,40
GO	31	10.351.900,41	-	7	1	-	-	8	75.879,70
RS	24	11.309.441,35	44	23	5	-	-	72	453.034,82
MS	24	10.332.531,84	-	10	2	-	-	12	114.899,80
PB	45	10.306.188,31	-	13	9	-	-	22	198.460,28
PE	18	6.856.893,30	-	8	16	-	-	24	197.078,80
BA	103	31.318.744,00	1	12	17	-	-	30	237.156,00
SE	18	7.375.264,00	1	14	3	-	1	19	153.008,20
MG	121	42.323.734,95	56	8	20	-	14	98	558.820,76
SC	64	38.163.807,80	125	217	88	1	-	431	127.891,50

Foram encaminhadas Comunicações Internas à DIPAI, contendo o resultado das análises levadas a efeito e solicitando que a Audin fosse informada, oportunamente, sobre as providências corretivas adotadas pela respectiva Superintendência Regional ou pela SUPAF/DIPAI.

## 2.8. Avaliação de Natureza Operacional – ANOp

No exercício de 2013, foi realizada pela Audin/Genop uma Avaliação de Natureza Operacional – ANOp no processo de Remoção e Contratação de Frete, com a aquiescência do Conselho de Administração da Conab, no intuito de examinar de forma isenta sua eficácia, eficiência e efetividade, procurando atender à demanda do Senhor Diretor de Operações e Abastecimento formalizada por meio da CI SUARM n.º 1353, de 16/10/2012, inclusive.

As remoções são essenciais para diversas operações da Companhia que, neste particular, reveste-se de braço operativo à conta do Tesouro Nacional, sendo fator determinante para o sucesso de várias das ações sob responsabilidade da Conab.

Adicionalmente, trata-se de um processo de elevada materialidade, haja vista os montantes aplicados para sua execução nos últimos exercícios.

Por compor o rol de importantes processos/atividades da Empresa, cabe à Conab promover todos os esforços necessários para dar segurança e eficiência às operações de remoções, incluindo não apenas melhorias no que tange aos controles internos primários da operação, mas também ações estruturantes de gestão de recursos humanos e, principalmente, de melhoria da estrutura e da gestão da rede armazenadora própria.

Resumem-se as impropriedades detectadas em:

- a)desatualização dos normativos e falta de segregação de funções;
- b)deficiências estruturais das Unidades Armazenadoras - UAs próprias (falta de equipamentos de recepção, movimentação e tratamento e, em algumas unidades, de pesagem e tipo de Unidade inadequada para a função);
- c)ingerências externas;
- d)número reduzido de empregados nas UAs e empregados com baixa qualificação e alta faixa etária;
- e)número reduzido de empregados para o acompanhamento das operações nas Suregs e na Matriz;
- f)dependência de terceiros para execução de atividades de recebimento, ensaque e empilhamento dos produtos (braçagem);
- g)alto custo das operações, custeadas pelo Tesouro Nacional;
- h)contingenciamentos orçamentários;
- i)dificuldade de apuração dos custos totais das remoções;

j) não utilização de sistema informatizado para o acompanhamento e o controle, além da precária utilização de planilhas de dados;

k) não realização de avaliações das remoções realizadas e inexistência de indicadores de desempenho de eficiência.

As constatações acima têm impactos negativos em todo o processo de remoção, tais como: pagamento de multas e estadias; desabastecimento do Programa de Vendas em Balcão; impossibilidade de movimentação de produtos sob risco de perda ou desvio; falta de espaço para armazenamento de produtos de novas safras em regiões produtoras e inúmeras dificuldades operacionais que afetam o dia a dia da área gestora, com indesejáveis consectários para a imagem institucional da Companhia e do próprio Governo Federal.

#### **V. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Em cumprimento de competência regimental, foram levados a efeito acompanhamentos no decorrer do exercício de 2013, que permitem registrar que as determinações e recomendações, emanadas dos órgãos de controle externo e interno, foram objeto de ações focadas no cumprimento delas, de modo a saná-las, mantendo-as sob constante monitoramento, desde o recebimento de correspondências do Tribunal de Contas da União - TCU e, na forma de Plano de Providências, no que diz respeito à Controladoria Geral da União - CGU. Nesse mister, o Plano de Providências – Exercício 2012, inerente à Auditoria Anual de Contas, Relatório n.º 201308737, foi objeto do Ofício AUDIN n.º 068, de 08.11.2013.

#### **VI. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

No decorrer do exercício de 2013, o Conselho Fiscal – Confis realizou 12 reuniões ordinárias, sendo uma por mês, e uma reunião extraordinária em 26.04.2013, a 49ª (quadragésima nona), nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, relatório da execução orçamentária, exame das demonstrações contábeis anuais e tratou de outros assuntos de relevância.

O Conselho de Administração - Conad, por sua vez, realizou, no decorrer do exercício, doze reuniões ordinárias, sendo uma por mês, nas quais, dentre outros assuntos de relevância, exerceu as suas competências estatutárias de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

A Audin acompanhou as decisões dos Conselhos por meio de monitoramento das implementações de recomendações e correção de eventuais impropriedades apontadas. Nesse sentido, promoveu, em interação com as áreas envolvidas, o acompanhamento das ações saneadoras.

#### **VII. DEMANDAS APRESENTADAS À AUDITORIA INTERNA PELOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.**

##### **a) Demandas relativas ao cumprimento das atividades consignadas no PAINT.**

Ao longo do exercício de 2013 não houve manifestação por parte dos Conselhos de Administração e Fiscal acerca do cumprimento das atividades consignadas no PAINT.

##### **b) Demandas relativas à solicitação de trabalhos especiais efetuados à Auditoria Interna.**

No exercício de 2013, os Conselhos de Administração e Fiscal não solicitaram trabalho especial à Auditoria Interna. Todavia, demandaram análises pontuais sobre determinados aspectos relacionados em Atas, que não se confundem com auditoria extraordinária, merecendo destaque, todavia, o contido no Processo n.º 21200.002206/2013-11, por solicitação do Conselho Fiscal, relativamente ao art. 8.º C da Lei n.º 9.028, de 12.04.1995.

##### **c) Acompanhamento do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, inclusive da própria Auditoria Interna.**

O Conselho Fiscal recebe, trimestralmente, informações sobre o acompanhamento do cumprimento das recomendações e determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, além de cópias de todos os relatórios elaborados pela Auditoria Interna, acompanhados de informações inerentes ao cumprimento das recomendações exaradas nos referidos relatórios. Tais informações, após examinadas pelo Confis, são registradas em atas, nas quais o Conselho solicita à alta administração da Companhia a implementação de medidas saneadoras para as situações consideradas de maior relevância.

Brasília-DF, 30 de abril de 2014.

Paulo Grazziotin  
Chefe da Auditoria Interna  
CORECON/11ª R n.º 3772

Eugenia Maria Rocha de Oliveira  
Gerente de Auditoria  
CORECON/11ª R n.º 2683

Júlia Mendes Nogueira Sarres  
Gerente de Avaliação Operacional  
CRA/DF n.º 16616

Marcelo Henrique Coelho  
Gerente de Des. Téc. Operacional  
CREA/DF n.º 10397/DF

Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira  
Auditora Interna  
CRC/PB n.º 010834/O-4

Artulino Lucas Neto  
Auditor Interno  
OAB/RO n.º 857

Débora de Moura  
Auditora Interna  
CRA/DF n.º 024918

Edmar José Tosta  
Auditor Interno  
CORECON/11ª R n.º 3719

Estela Ferreira Marques  
Auditora Interna  
CRA/MS n.º 5202

Geraldo Ferreira de Aquino  
Auditor Interno  
Mat. n.º 45835

Isaac Wagner Oliveira do Nascimento  
Auditor Interno  
CORECON/PB n.º 1723

Jair Barcelos  
Auditor Interno  
CRA/DF n.º 4315

João Gonçalves Filho  
Auditor Interno  
CRC/DF n.º 01858410-7

José Romero Santiago  
Auditor Interno  
CRA/DF n.º 5270

Kelly Ramalho Freire  
Auditora interna  
CRA/PB n.º 4458

Maria do Socorro F. da S. Lopes  
Auditora Interna  
CRC/DF n.º 6046

Mariana Vilar da Fonseca  
Auditora Interna  
CRC/PB n.º 010827/O-0

Oswaldo Gonçalves Pateiro  
Auditor Interno  
CRC/RJ n.º 094366

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva  
Auditora Interna  
CRC/DF n.º 7417/O-0

## ANEXO III - Mapa Estratégico



**ANEXO IV - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
AC					15.672	21.942,83
<b>Subtotal</b>					15.672	21.942,83
AL	ACUCAR		472	774.461,74	110.501	103.834,62
	ARROZ		224	393.249,31		
	F. MANDIOC		0	127,66		
	FELJÃO		67	144.588,15		
	LEITE		22	255.278,43		
	MILHO		732	687.585,56		
	OUTROS		90	192.088,08		
<b>Subtotal</b>			1.607	2.447.378,93	110.501	103.834,62
AM	ACUCAR		47	77.141,80	74.053	78.898,28
	ARROZ		234	426.425,16		
	F. MANDIOC		47	155.274,71		
	FELJAO COR		77	153.303,20		
	LEITE		23	244.495,00		
	MILHO		913	1.144.806,78		
	OUTROS		93	295.013,80		
<b>Subtotal</b>			1.435	2.496.460,45	74.053	78.898,28
BA	ACUCAR		509	841.760,03	539.063	579.568,50
	ARROZ		1.592	2.641.132,39		
	CAFE		635	3.674.067,11		
	F. MANDIOC		371	1.108.386,36		
	FELJAO COR		663	1.241.810,37		
	LEITE		235	2.670.350,04		
	MILHO		2.788	2.374.845,04		
	OUTROS		1.038	2.227.611,28		
<b>Subtotal</b>			7.831	16.779.962,62	539.063	579.568,50
CE	ACUCAR		26	40.925,16	635.198	696.544,62
	ARROZ		129	227.406,96		
	F. MANDIOC		29	92.622,40		
	FELJAO COR		39	82.168,76		
	LEITE		13	131.590,00		
	MILHO		4.682	4.983.628,91		
	OUTROS		53	126.680,93		
<b>Subtotal</b>			4.971	5.685.023,12	635.198	696.544,62
DF	ACUCAR		19	24.779,54	141.406	120.921,17
	ARROZ		5	8.383,68		
	F. MANDIOC		23	77.941,73		
	FELJAO COR		34	64.766,95		
	LEITE		10	109.700,00		
	MILHO		464	239.429,47		
	OUTROS		107	97.076,18		
<b>Subtotal</b>			662	622.077,55	141.406	120.921,17

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
ES	ACUCAR		13	22.439,41	443.760	448.324,38
	ARROZ		4	11.600,00		
	CAFE		1.314	7.239.649,72		
	F. MANDIOC		6	18.369,91		
	FELJAO COR		8	26.058,39		
	LEITE		4	39.530,00		
	MILHO		3.411	3.544.650,01		
	OUTROS		31	64.873,65		
<b>Subtotal</b>			4.791	10.967.171,09	443.760	448.324,38
GO	ACUCAR		37	45.478,40		
	ALGODAO		10	262.013,63		
	ARROZ		204	375.021,58		
	CAFE		169	1.190.734,12		
	F. MANDIOC		41	125.447,27		
	FELJAO COR		64	115.495,53		
	LEITE		24	262.613,52		
	MILHO		18.871	9.437.921,96		
	OUTROS		93	189.857,57		
	TRIGO		24	11.795,00		
<b>Subtotal</b>			19.536	12.016.378,58	0	0,00
MA	ACUCAR		122	186.075,50	443.828	482.329,06
	ARROZ		437	717.735,49		
	F. MANDIOC		99	312.030,24		
	FELJAO COR		183	357.811,62		
	LEITE		55	635.616,50		
	MILHO		6.828	4.963.867,93		
	OUTROS		244	542.896,87		
<b>Subtotal</b>			7.970	7.716.034,15	443.828	482.329,06
MG	ACUCAR		140	203.395,69		
	ARROZ		578	1.162.664,00		
	CAFE		82.560	456.174.931,51		
	F. MANDIOC		132	427.486,60		
	FELJAO COR		211	394.245,85		
	LEITE		51	520.970,00		
	MILHO		1.471	1.332.021,26		
	OUTROS		318	571.742,79		
<b>Subtotal</b>			85.470	460.789.520,61	0	0,00
MS	ACUCAR		115	152.841,29	21.095	64.927,83
	ARROZ		571	1.250.682,00		
	F. MANDIOC		115	345.216,00		
	FELJÃO		287	480.207,24		
	LEITE		96	1.031.790,00		
	MILHO		2.829	893.035,33		
	OUTROS		230	412.860,68		
<b>Subtotal</b>			4.243	4.566.632,54	21.095	64.927,83

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
MT	ACUCAR		26	37.265,23	91.916	93.509,16
	ARROZ		221	599.151,00		
	F. MANDIOC		26	83.850,73		
	FEIJAO COR		40	62.661,89		
	LEITE		27	294.735,00		
	MILHO		32	11.347,70		
	OUTROS		53	99.043,83		
<b>Subtotal</b>			425	1.188.055,38	91.916	93.509,16
PA	ACUCAR		132	217.596,75	70.375	88.058,98
	ARROZ		644	1.075.250,66		
	F. MANDIOC		132	438.062,38		
	FEIJAO COR		198	389.882,05		
	LEITE		66	691.951,00		
	OUTROS		274	625.081,52		
	<b>Subtotal</b>			1.447	3.437.824,36	70.375
PB	ACUCAR		33	50.177,16	408.514	462.274,11
	ARROZ		164	295.103,35		
	F. MANDIOC		33	101.684,43		
	FEIJAO COR		49	104.028,90		
	LEITE		16	178.668,50		
	MILHO		267	298.286,91		
	OUTROS		49	104.991,78		
<b>Subtotal</b>			610	1.132.941,03	408.514	462.274,11
PE	ACUCAR		60	91.593,50	277.015	292.753,51
	ARROZ		969	1.666.819,98		
	F. MANDIOC		194	621.445,90		
	FEIJAO		320	615.894,87		
	LEITE		97	1.091.789,37		
	MILHO		2.404	2.666.360,02		
	OUTROS		402	877.587,45		
<b>Subtotal</b>			4.446	7.631.491,09	277.015	292.753,51
PI	ACUCAR		20	31.442,48	457.238	468.803,24
	ARROZ		38	63.000,66		
	F. MANDIOC		16	44.651,01		
	FEIJAO COR		24	43.995,67		
	LEITE		8	87.222,68		
	MILHO		2.129	1.913.098,83		
	OUTROS		28	59.056,71		
<b>Subtotal</b>			2.264	2.242.468,04	457.238	468.803,24
PR	ACUCAR		124	475.902,70	52.509	52.387,89
	ARROZ		287	470.002,68		
	CAFE		1.792	9.315.232,21		
	F. TRIGO		68	111.558,79		
	FEIJAO		371	566.238,73		
	LEITE		13	147.361,00		
	OUTROS		294	1.163.380,55		
<b>Subtotal</b>			2.949	12.249.676,66	52.509	52.387,89

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
RJ	ACUCAR		14	22.231,13	11.624	4.621,70
	ARROZ		21	34.283,22		
	F. MANDIOC		14	40.851,46		
	FEIJAO		43	63.566,95		
	LEITE		3	32.740,00		
	OUTROS		53	87.212,87		
<b>Subtotal</b>			148	280.885,63	11.624	4.621,70
RN	ACUCAR		24	38.684,57	318.553	362.722,78
	ARROZ		111	208.125,00		
	F. MANDIOC		24	72.536,55		
	FEIJAO		44	62.240,73		
	LEITE		12	122.050,00		
	MILHO		1.726	2.233.741,42		
	OUTROS		28	63.446,22		
<b>Subtotal</b>			1.968	2.800.824,49	318.553	362.722,78
RO	ACUCAR		52	83.445,17	123.155	110.313,41
	ARROZ		234	385.919,61		
	F. MANDIOC		52	174.640,27		
	FEIJAO		70	134.035,46		
	LEITE		24	261.585,00		
	MILHO		953	773.284,02		
	OUTROS		88	246.847,59		
<b>Subtotal</b>			1.472	2.059.757,12	123.155	110.313,41
RR	MILHO		127	156.364,59	295.023	291.676,66
<b>Subtotal</b>			127	156.364,59	295.023	291.676,66
RS	ACUCAR		67	99.576,03	25.366	29.310,54
	ARROZ		413	974.323,10		
	FEIJAO		116	277.505,56		
	LEITE		83	950.820,00		
	OUTROS		831	2.714.501,70		
<b>Subtotal</b>			1.509	5.016.726,39	25.366	29.310,54
SC	ACUCAR		26	37.254,35	42.118	76.560,52
	ARROZ		279	445.020,00		
	F. TRIGO		10	20.699,45		
	FEIJAO COR		9	10.838,70		
	MILHO		4.994	4.940.468,73		
	OUTROS		37	107.648,17		
<b>Subtotal</b>			5.354	5.561.929,40	42.118	76.560,52
SE	ACUCAR		103	154.311,63	47.906	62.849,01
	ARROZ		392	687.725,15		
	F. MANDIOC		26	82.409,68		
	FEIJAO		40	65.302,23		
	LEITE		40	454.721,50		
	MILHO		1.686	1.689.380,47		
	OUTROS		1.901	3.448.257,02		
<b>Subtotal</b>			4.187	6.582.107,68	47.906	62.849,01

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)	Sacaria (unid.)	Valor (R\$)
SP	ACUCAR		40	48.515,46	12.200	14.269,92
	ARROZ		98	165.880,30		
	CAFE		10.691	65.899.168,04		
	F. MANDIOC		41	131.366,51		
	FEIJAO		86	103.947,92		
	LEITE		28	319.499,14		
	OUTROS		96	184.868,18		
<b>Subtotal</b>			11.081	66.853.245,55	12.200	14.269,92
TO	ACUCAR		36	48.328,88	18.901	18.841,46
	ARROZ		412	531.862,41		
	F. MANDIOC		36	106.659,63		
	FEIJAO		54	89.461,96		
	LEITE		18	206.482,50		
	MILHO		340	341.018,12		
	OUTROS		136	245.305,92		
<b>Subtotal</b>			1.031	1.569.119,42	18.901	18.841,46
<b>TOTAL</b>			<b>177.534</b>	<b>642.850.056</b>	<b>4.676.989</b>	<b>5.026.244</b>

## ANEXO V - Necessidades para Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazém

### NECESSIDADES PARA RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE ARMAZÉM (PLANILHA COMPLEMENTAR DO ITEM: F - SUBITEM: 4 - ALÍNEA: C)

Elaborada através das planilhas enviadas pelas SUREGs de Janeiro e Março de 2013

UNIDADE OPERACIONAL	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL		TOTAL PREVISTO	PRIORIDADE / OBSERVAÇÃO
		INVESTIMENTO (R\$1,00)	C.CORRENTE (R\$1,00)		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/AC</b>					
UA RIO BRANCO	AQUISIÇÃO DE 01(UMA) MÁQUINA DE COSTURAR SACARIA COM ESTEIRA – CAPACIDADE PARA 500 SACOS/HR.	8.000,00		8.000,00	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA U.A		10.000,00	10.000,00	
	ADEQUAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS SANITÁRIAS PARA PÚBLICO E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE.	25.000,00		25.000,00	
	RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DA UA.		20.000,00	20.000,00	
	AQUISIÇÃO DE 01(UM) CARRO PLATAFORMA CAPACIDAD: 1.000 KG.	2.500,00		2.500,00	
	AQUISIÇÃO DE 01(UM) PORTÃO DE ACESSO À U.A RIO BRANCO.	5.000,00		5.000,00	
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO TOTAL DA COBERTURA, ÁREA LATERAL, CALHAS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS DO IMÓVEL DA SUREG/AC E U.A RIO BRANCO/AC. PROCESSO Nº 21.224.00008/2012-34.		150.000,00	150.000,00	
PROCESSO PARA EXECUÇÃO DA OBRA E SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DA CONAB/SUREG/AC. PROCESSO Nº 21.224.000043/2010-11.		60.000,00	60.000,00		
<b>SUB TOTAL</b>		<b>40.500,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>280.500,00</b>	
<b>TOTAL SUREG/AC</b>		<b>40.500,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>280.500,00</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/AL</b>					
UA PALMEIRA DOS INDIOS	REPARO DA COBERTURA E PORTAS		33.000,00	33.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E SANITÁRIOS	50.000,00		50.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E TROCA DE PORTÃO	120.000,00		120.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS		15.000,00	15.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 03 BALANÇAS CAP DE 500 E 1000 KG		10.000,00	10.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 1000 ESTRADOS, 02 LONAS PLÁSTICAS PARA EXPURGO, COBRAS DE AREIA		25.000,00	25.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 02 MAQUINAS DE COSTURA DE SACOS		4.000,00	4.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 02 ESTEIRA ELEVATORIA PARA EMPILHAMENTO		35.000,00	35.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>170.000,00</b>	<b>122.000,00</b>	<b>292.000,00</b>	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E TROCA DE PORTÃO	100.000,00		100.000,00	1
AQUISIÇÃO DE 600 ESTRADOS, 01 LONA PLÁSTICA PARA EXPURGO, COBRAS DE AREIA		18.000,00	18.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATORIA PARA EMPILHAMENTO		18.000,00	18.000,00	1	
MANUTENÇÃO DO TELHADO E PINTURA DA ESTRUTURA METÁLICA DO TETO DO ARMAZÉM		15.000,00	15.000,00	2	
AQUISIÇÃO DE 02 MAQUINAS DE COSTURA DE SACOS		4.000,00	4.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 03 BALANÇAS CAP DE 500 E 1000 KG		10.000,00	10.000,00	2	
CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E BANHEIROS	25.000,00		25.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>125.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>190.000,00</b>		
<b>TOTAL SUREG/AL</b>		<b>295.000,00</b>	<b>187.000,00</b>	<b>482.000,00</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/AP</b>					
UA MACAPÁ	TRANSPORTADOR HORIZONTAL INCLINÁVEL (COMP)	15.158,00		15.158,00	
	BALANÇA MECÂNICA 200gl 41/57	600,00		600,00	
	BALANÇA MECÂNICA 1000kg 1,0 X 1,0	1.800,00		1.800,00	
	CARRRO PALTAFORMA SEM ABAS	1.200,00		1.200,00	
	MAQUINA DE COSTURA	1.200,00		1.200,00	
	CARRRO HIDRÁULICO OU TRANSPALETE MANUAL	2.156,63		2.156,63	
	ENSAÇADEIRA AUTOMÁTICA COM ROSCA TRANSP.	48.000,00		48.000,00	
	MAQUINA DE COSTURA BOCA SACOS DE MILHO	1.850,00		1.850,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>71.964,63</b>	<b>0,00</b>	<b>71.964,63</b>	
	<b>TOTAL SUREG AP</b>		<b>71.964,63</b>	<b>0,00</b>	<b>71.964,63</b>
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/AM</b>					
UA MANAUS	RECUPERAÇÃO DA GUARITA DE CONT. DO PORTÃO COM INST. DE CANC. ELET.	15.000,00		15.000,00	
	MANUTENÇÃO CORRETIVA DO SIST. DE PREVENÇÃO E COMB. À INCÊNDIO E PÂNICO	30.000,00		30.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE ARMAZ. CONV. C/ CAP. ESTÁTICA P/ 3.000T	500.000,00		500.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE ARMAZ. FRIGORÍFICO C/ CAP. ESTÁTICA P/ 6.000T	600.000,00		600.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE MUR/CERCA, DIV. ENTRE UA-MANAUS E SEDE - SUREG/AM	153.000,00		153.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA CLIENTES E FUNCIONÁRIOS	16.000,00		16.000,00	
	CONFECÇÃO DE INST. DE TELA PASSARINHEIRA P/ PROT. CONT. ENT. PASSÁRIOS/ARM.05	23.000,00		23.000,00	
	REF. VESTIBANH C/ AMPL. SALAS P/ INST. DE OFICINA E ESCO/CONFORTO DOS OPER.	66.700,00		1.200,00	
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANH. EXISTENTE NO ESCR. DA UA P/ PORT. N. ESP.	12.000,00		12.000,00	
	REFORMA/RECU. E PAVIMENTO DAS VIAS DE CIRC. DA UA E ACESSO SUREG	451.000,00		451.000,00	
	REFORMA DA COZ./REFETÓRIO E BANH.	20.000,00		20.000,00	
	REFORMA/REV. DO PISO DO ARMAZ. 05	25.000,00		25.000,00	
	REF. C/ AMPL. PORTARIA P/ INST. DE LABOR. E SALA PROV. E BANH. P/ PORT. N. ESPEC.	83.000,00			
	AQUISIÇÃO E INST.-BALANÇA RODOV. ELET. DE SUPERF. CAP. 100T. C/ CABINE	390.000,00			
	CONSTRUÇÃO DE BASE P/ INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	1.830,00			
	AQUISIÇÃO DE UMA MAQ. DE COSTURAR BOCA DE SACO (C/ESTEIRA FIXA) REPOS.	9.775,00			
	AQUISIÇÃO DE DUAS ESTEIRAS TRANSP.- EMPILHÃO (TIPO DALL) REPOS.	75.000,00			
	AQUISIÇÃO BALANÇA ELETRONICA AUTOMOTRIZ A GASOLINA/GAS (REPOSIÇÃO)	90.000,00			
	AQUIS. BALANÇA ELETRONICA MD PLATAFORMA CAP. 1000 KG (REPOSIÇÃO)	7.820,00			
	AQUIS./INST. DE SIST. DE PRE-LIMP. E SECAGEM C/ A CONST.- MOEGA GRANELLEIRA (SUPLEM.)	385.000,00			
	AQUIS. DE UMA BALANÇA DE PRECISÃO CAP. DE 5kg (DIV. 0.1G) SEMAN. (SUPLEM)	3.680,00			
	AQUIS. DE DOIS CARRROS DE PLATAFORMA C/ GAFO MANUAL (REPOSIÇÃO)	4.600,00			
	AQUIS. DE UMA LUPA P/ IDENTIFICAÇÃO DE PRAGAS (C/ AUM DE 10X) (SUPLEM)	115,00			
	AQUIS. DE UM VEICULO UTILITARIO/ TIPO: GAMBHONETE- CAB. DUPLA (REPOSIÇÃO)	92.000,00			
	AQUIS. E INSTALAÇÃO DE CANCELAS ELET. P/ ENTRADA- ACESSO UA (REPOSIÇÃO)	5.000,00			
	AQUIS. DE TRANSPORTADOR HELICOIDAL DE GRÃOS /CHOPIN (SUPLEM.)	7.000,00			
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.911.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.846.200,00</b>	
<b>TOTAL SUREG/AM</b>		<b>1.911.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.846.200,00</b>	

UNIDADE: CONAB – SUREG/BA						
UA IRECÉ	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA E DO TELhado E DAS PORTAS DOS 6 (SEIS) ARMAZÉNS E REFORMA DAS PAREDES LATERAIS		460.000,00	460.000,00	1	
	REFORMA DO ESCRITÓRIO, REFORMA DO BANHEIRO DOS BRAÇA GISTAS E REFORMA DO ALMOXARIFADO		60.000,00	60.000,00	1	
	REFORMA DA CASA DE FORÇA E REFORMA DA CASA DO POÇO ARTESIANO		25.000,00	25.000,00	2	
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (EÓLICOS)	100.000,00		100.000,00	1	
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		25.000,00	25.000,00	2	
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	350.000,00		350.000,00	2	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	680.000,00		680.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40000		40.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	40000		40.000,00	1	
	REVISÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DOS 6 (SEIS) ARMAZÉNS		52.000,00	52.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DAS TELAS CONTRA PÁSSAROS DOS 6 (SEIS) ARMANÉNS		64.000,00	64.000,00	1	
	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO		15.000,00	15.000,00	2	
	REFORMA DAS CERCAS		15.000,00	15.000,00	1	
	SUBSTITUIÇÃO (GERAL) DOS FIOS ELÉTRICOS E LÂMPADAS NA ÁREA EXTERNA		10.000,00	10.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 03 CARROS HIDRÁULICOS PARA PALETES	12.000,00		12.000,00	2	
	03 BALANÇAS PLATAFORMA CAPACIDADE 3 TONELADAS	15.000,00		15.000,00	2	
	02 ROÇADEIRA PROFISSIONAL COM RODAS	12.000,00		12.000,00	2	
	01 VEÍCULO CAMINHONETE CAPACIDADE PARA 2 TONELADAS	110.000,00		110.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) CARROS PLATAFORMA TRANSPORTADOR DE PRODUTOS – CAPACIDADE PARA 500 KG - COM 04 RODAS	6.000,00		6.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g	1.600,00		1.600,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) EMPILHADEIRAS HORIZONTAL DE PRODUTOS	75.000,00		75.000,00	2	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.466.600,00</b>	<b>726.000,00</b>	<b>2.192.600,00</b>		
	UA ITABERABA	MANUTENÇÃO DO TELhado E NA ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DO MESMO, CONSERTOS DAS PORTAS DO ARMAZÉM		80.000,00	80.000,00	1
		CONSTRUÇÃO DE UMA GUARITA PARA VIGILANTE	25.000,00		25.000,00	2
		CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO	25.000,00		25.000,00	1
		PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DE MANOBRAS DA UNIDADE	75.000,00		75.000,00	1
		CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA (80 m X 2 m DE ALTURA)	35.000,00		35.000,00	1
		CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40.000,00		40.000,00	1
		ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		25.000,00	25.000,00	1
PINTURA GERAL DO ARMAZÉM E DO ESCRITÓRIO			25.000,00	25.000,00	1	
REFORMA DA CANALETA DE PASSAGENS DAS ÁGUAS			6.000,00	6.000,00	1	
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DO ARMAZÉM E DO ESCRITÓRIO			35.000,00	35.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) CARRINHOS TRANSPORTADORES DE 500 KG – 4 RODAS		2.000,00		2.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) ESCADA DE ACESSO A FILHAS E BLOCOS		500,00		500,00	2	
AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g		1.600,00		1.600,00	2	
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 120 TONELADAS		225.000,00		225.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>429.100,00</b>	<b>171.000,00</b>	<b>600.100,00</b>		
UA SANTA MARIA DA VITÓRIA		REFORMA GERAL NA UNIDADE		86.000,00	86.000,00	1
		CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO DA UNIDADE	120.000,00		120.000,00	1
		CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DO MURO DA FRENTE E DA LATERAL DA UNIDADE	20.000,00		20.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40.000,00		40.000,00	1	
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DE MANOBRAS DA UNIDADE	50.000,00		50.000,00	2	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		25.000,00	25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	1	
	COLOCAÇÃO DE TELA CONTRA PÁSSARO	3.500,00		3.500,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1 (UM) ESCADA DE ACESSO A FILHAS E BLOCOS	500,00		500,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 01(UM) EMPILHADEIRA HORIZONTAL DE PRODUTOS	15.000,00		15.000,00	1	
	UA SANTA MARIA DA VITÓRIA	AQUISIÇÃO DE 1(UM) LONA PARA TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	4.500,00		4.500,00	2
AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g		1.600,00		1.600,00	2	
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 120 TONELADAS		225.000,00		225.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>530.100,00</b>	<b>111.000,00</b>	<b>641.100,00</b>			
UA RIBEIRA DO POMBAL	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DE MANOBRAS DA UNIDADE	200.000,00		200.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40.000,00		40.000,00	1	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	190.000,00		190.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA NO PERÍMETRO DA CERCA EXISTENTE (800M X 2M DE ALTURA)	350.000,00		350.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES	25.000,00		25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	1	
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DO ARMAZÉM E ATERRAMENTO DA CERCA	25.000,00		25.000,00	1	
	REPARO DAS RACHADURAS DAS PAREDES E DO TETO DO ESCRITÓRIO		5.000,00	5.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) ROÇADEIRA A GASOLINA COM PALETAS DE AÇO	2.500,00		2.500,00	1	
AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CARROS PLATAFORMA TRANSPORTADOR DE PRODUTOS – CAPACIDADE PARA 500 KG - COM 04 RODAS	2.000,00		2.000,00	1		

UA RIBEIRA DO POMBAL	AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g	1.600,00		1.600,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1 (UM) ESCADA DE ACESSO A PILHAS E BLOCOS	500,00		500,00	2	
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 120 TONELADAS	225.000,00		225.000,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.111.600,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>1.116.600,00</b>		
ITABAIANA	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DAS EDIFICAÇÕES		80.000,00	80.000,00	1	
	CORRIGIR PROBLEMAS DE RACHADURAS E INFILTRAÇÃO NAS PAREDES E NO PISO DO ARMAZÉM, LIMPEZA GERAL DA COBERTURA METÁLICA DO ARMAZÉM E ELIMINAÇÃO DAS GOTTEIRAS		60.000,00	60.000,00	1	
	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESCRITÓRIO DA UNIDADE E CONSTRUÇÃO DE NOVOS BANHEIROS PARA OS FUNCIONÁRIOS		70.000,00	70.000,00	1	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	190.000,00		190.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40.000,00		40.000,00	1	
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DE MANOBRAS DA UNIDADE	200.000,00		200.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO	30.000,00		30.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA NO PERÍMETRO DA CERCA EXISTENTE( 192m x 2,0m de altura)	84.000,00		84.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES	25.000,00		25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	1	
	PINTURA DAS PAREDES DA UNIDADE E ABERTURA DE LOGOMARCAS DA CONAB COM BASE NO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL ATUALMENTE EM VIGOR	30.000,00		30.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE UMA FOSSA SÉPTICA COM MAIOR CAPACIDADE E LIGAÇÃO DA MESMA A REDE DE ESGOTO DO MUNICÍPIO	3.500,00		3.500,00	2	
	REVISÃO DA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA	12.000,00		12.000,00	1	
	REVISÃO GERAL DOS PORTÕES DA UNIDADE COM SUBSTITUIÇÃO DOS COMPONENTES MECÂNICOS DANIFICADOS.	14.000,00		14.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) CARRINHOS TRANSPORTADORES DE 500 KG – 4 RODAS	3.600,00		3.600,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 01(UM) ESTEIRA TRANSPORTADORA DE PRODUTOS	15.000,00		15.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g	1.600,00		1.600,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) ROÇADEIRA A GASOLINA COM PALETAS DE AÇO	2.500,00		2.500,00	1	
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 120 TONELADAS	225.000,00		225.000,00	1	
	COLOCAÇÃO DE TELA CONTRA PÁSSARO	15.000,00		15.000,00	1	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>860.200,00</b>	<b>266.000,00</b>	<b>1.126.200,00</b>			
ENTRE RIOS	CONCERTO NO TELHADO COM SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS GALVANIZADAS E REFORMA NA ESTRUTURA METÁLICA DO TELHADO DA PLATAFORMA		35.000,00	35.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	27.000,00		27.000,00	1	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	190.000,00		190.000,00	1	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO PÁTIO DE MANOBRAS DA UNIDADE	20.000,00		20.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ANÁLISE DE PRODUTOS	40.000,00		40.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DAS PAREDES DO ARMAZÉM		10.000,00	10.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DAS PORTAS E PORTÕES DO ARMAZÉM		22.000,00	22.000,00	1	
PINTURA GERAL DO ARMAZÉM E DO ESCRITÓRIO		23.000,00	23.000,00	1		
ENTRE RIOS	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DAS EDIFICAÇÕES		5.000,00	5.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 01(UM) ROÇADEIRA A GASOLINA COM PALETAS DE AÇO	2.500,00		2.500,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA PLATAFORMA COM CAPACIDADE DE 1.000 KG	3.500,00		3.500,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) ROÇADEIRA A GASOLINA COM PALETAS DE AÇO	2.500,00		2.500,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) LONA PARA TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	4.500,00		4.500,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 1(UM) BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DE 0,2 g	1.600,00		1.600,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CARROS PLATAFORMA TRANSPORTADOR DE PRODUTOS – CAPACIDADE PARA 500 KG – COM 04 RODAS	2.000,00		2.000,00	1	
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 120 TONELADAS	225.000,00		225.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>543.600,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>638.600,00</b>			
<b>TOTAL (SUREG/BA)</b>	<b>4.941.200,00</b>	<b>1.374.000,00</b>	<b>6.315.200,00</b>			
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/CE</b>						
UA JUAZEIRO DO NORTE	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA DE TIJOLOS CERÂMICOS - Proc. SUREG/CE nº 04.2457/2010	95.000,00		95.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1	
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. SALA DE REUNIÃO, ALMOXARIFADO E DEPOSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 1 EMPILHADERA INCLINÁVEL, 1 RÁDIO COMUNICADOR e 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		17.000,00	17.000,00	1	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E PINTURAS		15.000,00	15.000,00	1	
	MANUTENÇÃO DO PÁTIO E MELHORIA DO ACESSO DA U.A.		56.000,00	56.000,00	1	
	MANUTENÇÃO DO TELHADO DO ARMAZÉM		5.000,00	5.000,00	1	
	SINALIZAÇÃO DA U.A.		1.500,00	1.500,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>125.000,00</b>	<b>163.500,00</b>	<b>288.500,00</b>		
	UA MARACANAÚ	PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE MARQUES P/ ARM. 01 E 04		5.000,00	5.000,00	2
		INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA - Proc. Nº 04.157/2010	30.000,00		30.000,00	1
		ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
		RECUPERAÇÃO DE CERCAS		5.000,00	5.000,00	1
PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. ALMOXARIFADO E DEPOSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS			60.000,00	60.000,00	1	
INSTALAÇÃO DE CAIXA D'AGUA DE 10.000 LITROS		8.000,00		8.000,00	2	
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E PINTURAS			20.000,00	20.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 4 ESTEIRAS ELEVATÓRIA		56.000,00		56.000,00	1	
INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS		140.000,00	140.000,00	1		
<b>SUB TOTAL</b>	<b>38.000,00</b>	<b>295.000,00</b>	<b>333.000,00</b>			

<b>IGUATU</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 1 RÁDIO COMUNICADOR E 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		2.300,00	2.300,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. LABORATÓRIO, SALA DE REUNIÃO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE MUROS		80.000,00	80.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		10.000,00	10.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		15.000,00	15.000,00	1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>177.800,00</b>	<b>207.800,00</b>		
<b>SOBRAL</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA - Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 1 RÁDIO COMUNICADOR E 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		17.000,00	17.000,00	1
	CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO, SALA DE REUNIÃO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		15.000,00	15.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		10.000,00	10.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		20.000,00	20.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>72.500,00</b>	<b>102.500,00</b>	
<b>RUSSAS</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA - Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 01 RÁDIO COMUNICADOR		15.000,00	15.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		15.000,00	15.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	RECUPERAÇÃO DE PISOS E CAIXAS DE AREIA		5.500,00	5.500,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		10.000,00	10.000,00	1
	EXECUÇÃO DE ÁREA PARA DESCARGA DE PRODUTO E ENSAQUE	80.000,00		80.000,00	2
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>110.000,00</b>	<b>116.000,00</b>	<b>226.000,00</b>	
<b>ICÓ</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 1 ROÇADEIRA, E 1 RÁDIO COMUNICADOR		17.000,00	17.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		20.000,00	20.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DE PISOS, TAMPA DO POÇO DA BALANÇA		30.000,00	30.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE CERCAS		10.000,00	10.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE 02 PORTÕES NAS LATERAIS DO ARMAZÉM		10.000,00	10.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		10.000,00	10.000,00	1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>166.000,00</b>	<b>196.000,00</b>		
<b>BREJO SANTO(POLO)</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 1 RÁDIO COMUNICADOR E 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		17.000,00	17.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E. LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		15.000,00	15.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		10.000,00	10.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>112.500,00</b>	<b>142.500,00</b>	

<b>SENADOR POMPEU</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 1 RÁDIO COMUNICADOR E 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		15.000,00	15.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E, LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		20.000,00	20.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	PAVIMENTAÇÃO E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.		5.000,00	5.000,00	1
	REFORMA DA ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DO TELHADO DO ARMAZÉM		5.000,00	5.000,00	1
<b>SUBTOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>115.500,00</b>	<b>145.500,00</b>		
<b>CRATEÚS</b>	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. Nº 04.187/2010	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 01 ESTEIRA ELEVATÓRIA, 1 RÁDIO COMUNICADOR E 01 ROÇADEIRA A GASOLINA		17.000,00	17.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		9.000,00	9.000,00	1
	PROJETO, CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANHEIROS P/ CLIENTES E P.N.E, LABORATÓRIO, ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE AGROTÓXICOS E EPIS		60.000,00	60.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDÁULICAS E PINTURAS		18.000,00	18.000,00	1
	SINALIZAÇÃO DA UA		1.500,00	1.500,00	1
	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO, CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		10.000,00	10.000,00	1
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>115.500,00</b>	<b>145.500,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG/CE)</b>	<b>453.000,00</b>	<b>1.334.300,00</b>	<b>1.787.300,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB - SUREG/ES</b>					
<b>UA COLATINA</b>	SERVIÇOS DE REFORMAS DE INSTALAÇÕES/EDIFICAÇÕES – ARMAZÉM Nº 3 - Proc. SUREG-ES Nº 21217.000154/2012-88	268.331,00	68.904,00	337.235,00	
	REFORMA DO ARMAZÉM 2 – Proc. SUREG-ES Nº 21217.000154/2012-88	129.640,00	276.180,00	405.820,00	
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO ESCRITÓRIO CENTRAL DA UNIDADE – Proc. SUREG-ES Nº 21217.000154/2012-88		41.769,00	41.769,00	
	RECUPERAÇÃO DE RUAS E ATERRAMENTO DE CERCA DE ARAME – Proc. SUREG-ES Nº 21217.000154/2012-88		13.408,00	13.408,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>397.971,00</b>	<b>400.261,00</b>	<b>798.232,00</b>	
<b>UA CAMBURÍ</b>	RECUPERAÇÃO DE PISO E PINTURA GERAL DOS ARMAZÉNS, PORTÕES E PORTAS – Proc. SUREG-ES Nº 21217.000154/2012-88	394.093,00	135.507,00	529.600,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>394.093,00</b>	<b>135.507,00</b>	<b>529.600,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG/ES)</b>		<b>792.064,00</b>	<b>535.768,00</b>	<b>1.327.832,00</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/GO</b>					
<b>UA BRASÍLIA</b>	SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PÁRA-RAIOS		60.000,00	60.000,00	2
	REFORMA E REORGANIZAÇÃO DAS DIVISÓRIAS DO ESCRITÓRIO		10.000,00	10.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PÚBLICO EXTERNO		30.000,00	30.000,00	1
	SERVIÇO DE REPARO NAS BOMBAS DO SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO E REVISÃO DO MOTOR GERADOR DE EMERGÊNCIA DO SILO BUFFALO – Proc. Nº 09.283/2008-09		30.000,00	30.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO DA UA CONV.		<b>40.000,00</b>	40.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE TERMOMETRIA – Proc. n.º 09.315/96	90.000,00		90.000,00	2
	EXECUÇÃO DAS OBRAS DO NOVO ACESSO DA UA – Proc. n.º 0170/2008	150.000,00		150.000,00	1
	DUAS MÁQUINAS PORTÁTEIS DE COSTURAR SACARIA	5.000,00		5.000,00	3
	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PARA ATENDIMENTO AOS QUILOMBOLAS E TERREIRAS	80.000,00		80.000,00	1
	DUAS BALANÇAS MÓVEIS – CAPACIDADE DE 1500 KG	6.000,00		6.000,00	2
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		80.000,00	80.000,00	1
	REFORMA GERAL DO PISO DO ARMAZÉM 1		120.000,00	120.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	REFORMA DO ELEVADOR DE PASSAGEIROS DO SILO BUFFALO – Proc. n.º 09.193/2006	120.000,00		120.000,00	em andamento

UA BRASÍLIA	REFORMA/MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DO SILO BUFFALO – PROC. SUARM/GERAP Nº 1682/2007	420.000,00		420.000,00	2
	REATIVAÇÃO DO LABORATÓRIO DO PRÉDIO DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO	50.000,00		50.000,00	2
	COLETOR DE AMOSTRAS PNEUMÁTICO - Proc. n.º 0804/2008	70.000,00		70.000,00	2
	REPAROS E SUBSTITUIÇÃO DA REDE HIDRÁULICA DO SILO BÚFALO E DAS CASAS RESIDENCIAIS		30.000,00	30.000,00	executado
	RECUPERAÇÃO - INSTALAÇÕES ELÉTRICA DO ARMAZÉM 07 – Proc. n.º 09.0093/2009		25.000,00	25.000,00	executado
	RECUPERAÇÃO/REVISÃO GERAL ELÉTRICA SILO BÚFALO. - Proc. n.º 09.0093/2008.		15.000,00	15.000,00	VER PROC. Nº 09089/2009
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE AERAÇÃO / TERMOMETRIA INFORMATIZADO - Proc. SUREG/GO nº 09.0089/2009	70.000,00		70.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DAS CALHAS E TELHADOS DOS ARMAZÉNS 01, 06 E 07.	168.000,00		168.000,00	2
	RECUPERAÇÃO METÁLICA E PINTURA EXTERNA DO ARMAZÉM 07 – Proc. Nº 09.1006/07		100000,00	100.000,00	Recuperado/Siloé/Captação de pó
	RECUPERAÇÃO DO GUINCHO INSTALADO NA TORRE DO SILO BUFFALO – Proc. Nº 09.0877/2007		10.000,00	10.000,00	1
	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL – Proc. Nº 09.536/2007		10.000,00	10.000,00	2
	PROJETO: DIAGNÓSTICO DE VIABILIDADE E MODERNIZAÇÃO		150.000,00	150.000,00	1
	MANUTENÇÃO DE 3 TRANSFORMADORES DE CORRENTE AT – Proc. Nº 09.092/2008		25.000,00	25.000,00	1
	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS DE MOVIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E PROCESSAMENTO – Proc. Nº 1061/2007		20.000,00	20.000,00	2
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODoviÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS – Proc. Nº 09.091/09	270.000,00		270.000,00		
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.529.000,00</b>	<b>755.000,00</b>	<b>2.284.000,00</b>	<b>1</b>	
UA ITAPURANGA	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PÚBLICO EXTERNO		30.000,00	30.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO ARMAZÉM PROJETO GOIÁS		250.000,00	250.000,00	2
	UM VEÍCULO PARA UNIDADE	45.000,00		45.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE INDICADOR DE PESAGEM ELETRÔNICA	25.000,00		25.000,00	1
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 10 AERADORES EÓLICOS	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 25 METROS DE CORREIA PARA OS MÓDULOS DE ELEVACÃO (21 CM DE LARGURA)		10.000,00	10.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 100 METROS DE CORREIA PARA OS MÓDULOS TRANSPORTADORES (28 CM DE LARGURA)		35.000,00	35.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE UM NEBULIZADOR PARA TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	3.000,00		3.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE 10 TELHAS TRANSLÚCIDAS		20.000,00	20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE UM TANQUE DE ÓLEO OC-2A DE 35 TONELADAS	50.000,00		50.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA UNIDADE	400.000,00		400.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA BALANÇA	40.000,00		40.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE FORNALHAS ÓLEO PARA LENHA	50.000,00		50.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E DO ARMAZÉM		40.000,00	40.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE SEIS CALHAS DAS MARQUIZES DO ARMAZÉM PROJETO GOIÁS		15.000,00	15.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DE 12 VITRÓS		10.000,00	10.000,00	1
	PINTURA DO ARMAZÉM		30.000,00	30.000,00	2
	MANUTENÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM PROJETO GOIÁS		120.000,00	120.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODoviÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS – Proc. Nº 09.091/09	280.000,00		280.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>953.000,00</b>	<b>560.000,00</b>	<b>1.513.000,00</b>	<b>2</b>
UA PALMEIRAS DE GOIÁS	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM CONVENCIONAL - Proc. n.º 09.097/2009.		180.000,00	180.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DA PENEIRA DE PRÉ-LIMPEZA		10.000,00	10.000,00	1
	REFORMA GERAL DE UM SECADOR KW-15 E SEUS COMPONENTES		80.000,00	80.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODoviÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS	270.000,00		270.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS ANTI-EXPLOSIVAS NOS ARMAZÉNS	5.000,00		5.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA UNIDADE	380.000,00		380.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA COM BANHEIRO PARA VIGILANTE	30.000,00		30.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DA MÁQUINA DE LIMPEZA DO SECADOR KW-15		80.000,00	80.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PÁRA-RAIOS		60.000,00	60.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DE SEIS ESQUADRIAS DO ESCRITÓRIO		4.000,00	4.000,00	1
	DUAS MÁQUINAS PORTÁTEIS DE COSTURAR SACARIA	5.000,00		5.000,00	1
	TERMONEBULIZADOR		3.000,00	3.000,00	1
	UM VEÍCULO UTILITÁRIO	35.000,00		35.000,00	2
	TRANSPOSIÇÃO DE UM TANQUE DE ÓLEO OC-2A DOS KW-08 PARA O SECADOR KW-15		25.000,00	25.000,00	1
	REVISÃO GERAL DAS CALHAS DOS ARMAZÉNS PROJETO GOIÁS		30.000,00	30.000,00	2
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		30.000,00	30.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>764.000,00</b>	<b>532.000,00</b>	<b>1.296.000,00</b>	<b>1</b>

UA PARAÚNA	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS E ATERRAMENTO DE CERCAS		120.000,00	120.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS - Proc. SUREG/GO nº 09.0861/2010	270.000,00		270.000,00	2
	CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE LABORATÓRIO PARA CLASSIFICAÇÃO E ARMAZENAGEM DE AMOSTRA DE GRÃOS	30.000,00		30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E BANHEIROS PARA VIGILANTES	25.000,00		25.000,00	3
	CONSTRUÇÃO DE LANTERNIM NO ARMAZÉM 10 (REBAIXAMENTO DO TETO INTERNO)	70.000,00		70.000,00	1
	REFORMA CIVIL DOS ARMAZÉNS PROJETO GOIÁS		60.000,00	60.000,00	1
	REFORMA GERAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA UNIDADE		30.000,00	30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE REDE DE HIDRANTES	70.000,00		70.000,00	2
	PULVERIZADOR COSTAL MOTORIZADO	3.500,00		3.500,00	1
	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO	50.000,00		50.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE QUARENTA LONAS DE FUNDO PARA SILO TELCON®		45.000,00	45.000,00	1
	REFORMA DAS PORTAS DE AÇO		12.000,00	12.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	2
	ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA U.A.		30.000,00	30.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE UMA NOVA CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE CEREAIS	1.200.000,00		1.200.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS NOS SECADORES MATHEUS E VITÓRIA – Proc. n.º 09.450/2008 e 09.100/2009	85.000,00		85.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.842.500,00</b>	<b>327.000,00</b>	<b>2.169.500,00</b>	<b>1</b>
	UA PORTEIRÃO	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	30.000,00		30.000,00
INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA		5.000,00		5.000,00	1
ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO			30.000,00	30.000,00	1
EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		250.000,00		250.000,00	1
RECUPERAÇÃO DO SILO METÁLICO Nº 03 (4.200 T), DEVIDO AOS DANOS ESTRUTURAIS CONSTATADOS - Proc. SUREG/GO nº 09.0774/2010			90.000,00	90.000,00	2
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS		270.000,00		270.000,00	1
VEDAÇÃO DAS CHAPAS DOS SILOS (GÁS E AERAÇÃO)			200.000,00	200.000,00	1
ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS		30.000,00		30.000,00	1
RECUPERAÇÃO DAS ESTRUTURAS MECÂNICAS DA UNIDADE ARMAZENADORA - Proc. SUREG/GO nº 09.0221/2010			120.000,00	120.000,00	Asfalto Agetop 2
CALÇAMENTO COM BLOQUETES SOB A COBERTURA DO SILO DE EXPEDIÇÃO		30.000,00		30.000,00	1
REFORMA DE 07 VENTILADORES DE AERAÇÃO E REPARO NA ESTRUTURA DO VENTILADOR METÁLICO Nº 10 – Proc. Nº 09.150/2008			75.000,00	75.000,00	1
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PARTÍCULAS NOS DOIS SECADORES		100.000,00		100.000,00	1
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ NOS TÚNELS DE DESCARGA		60.000,00		60.000,00	1
SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS TRANSPORTADORAS DOS ELEVADORES DE CANECAS 01 E 02			130.000,00	130.000,00	1
UM VEÍCULO AUTOMOTOR (PICK-UP)		45.000,00		45.000,00	1
UM ELEVADOR DE EXPEDIÇÃO COM CAPACIDADE DE 80 TONELADAS/HORA			55.000,00	55.000,00	2
DUAS MESAS DE CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS		3.600,00		3.600,00	1
REFORMA NOS ELEVADORES			50.000,00	50.000,00	2
SISTEMA DE ATERRAMENTO ELÉTRICO PARA CERCA DIVISÓRIA			20.000,00	20.000,00	1
REFORMA DOS TRANSPORTADORES HELICOIDIAIS DOS SILOS METÁLICOS			25.000,00	25.000,00	1
REFORMA DO TELHADO/COBERTURA DOS DEZ SILOS			120.000,00	120.000,00	1
MANUTENÇÃO NA ESTRUTURA METÁLICA DE DOIS VENTILADORES CENTRÍFUGOS			15.000,00	15.000,00	1
CALAFETAÇÃO DAS FENDAS EXISTENTES NOS PISOS DAS MOEGAS			20.000,00	20.000,00	1
APLICAÇÃO DE CASCALHO E COMPACTAÇÃO NO PÁTIO EXTERNO UNIDADE			20.000,00	20.000,00	1
PINTURA DO LETREIRO COM LOGOMARCA NA PASSARELA DOS SILOS			15.000,00	15.000,00	1
SUBSTITUIÇÃO DOS CABOS DE AÇO QUE DÃO SUSTENTAÇÃO AOS ELEVADORES			25.000,00	25.000,00	2
REFORMA DAS PAREDES INTERNAS, INCLUINDO OS MONTANTES DOS SILOS 01 A 10 – Proc. Nº 09.141/2008			80.000,00	80.000,00	2
INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00		
<b>SUB TOTAL</b>	<b>832.600,00</b>	<b>1.090.000,00</b>	<b>1.922.600,00</b>	<b>1</b>	

<b>UA PONTALINA</b>	RECUPERAÇÃO DO TELHADO DOS ARMAZÉNS PROJETO GOIÁS		30.000,00	30.000,00	Aguardando Agetop 2
	PROJETO PARA PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA UNIDADE		30.000,00	30.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DE PISOS DAS ÁREAS DE ESTOCA GEM E PRÉ-ESTOCA GEM		180.000,00	180.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	SISTEMA DE ATERRAMENTO E SPDA PARA AS EDIFICAÇÕES E ELEVADORES		60.000,00	60.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EÓLICOS NOS ARMAZÉNS DO PROJETO GOIÁS	40.000,00		40.000,00	1
	REFORMA DOS DOIS SECADORES KW-25		200.000,00	200.000,00	1
	REFORMA DOS ELEVADORES DE CANECA		100.000,00	100.000,00	1
	REVISÃO NAS MÁQUINAS DE LIMPEZA, MÓDULOS TRANSPORTADORES, ROSCA DE DESCARGA, SILOS E TUBULAÇÕES.		100.000,00	100.000,00	1
	REFORMA DA TUBULAÇÃO DE CAPTAÇÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS COM LIMPEZA DAS CAIXAS DE DRENAGEM		50.000,00	50.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE UMA BALANÇA DE CEM TONELADAS	270.000,00		270.000,00	1
	REFORMA DOS SECADORES KW-08 E KW-15		100.000,00	100.000,00	1
	PINTURA GERAL DAS EDIFICAÇÕES DOS ARMAZÉNS PROJETO GOIÁS		30.000,00	30.000,00	2
	INFORMATIZAÇÃO DO BANCO DE BANCO DE CAPACITORES	30.000,00		30.000,00	2
	EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARA MODERNIZAÇÃO DA UA - Proc. SUARM nº 00.2812/2010		140.000,00	140.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS NOS DOIS SECADORES KW25 – Proc. n.º 1217/2006.	150.000,00		150.000,00	1
	REFORMA DAS FORNALHAS DO KW 15 E KW 25 – Proc. Nº 09.102/2009		55.000,00	55.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO, PORTÃO E REFORMA DO ESCRITÓRIO – Proc. Nº 1927/2006	65.000,00		65.000,00	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>594.000,00</b>	<b>1.105.000,00</b>	<b>1.699.000,00</b>	<b>1</b>	
<b>UA RIO VERDE</b>	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO / VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES	50.000,00		50.000,00	1
	PERFURAÇÃO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO (ARTESIANO) COM REDE DE DISTRIBUIÇÃO HIDRÁULICA E CAIXA D'ÁGUA	40.000,00		40.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE UM MODERNO LABORATÓRIO DE GRÃOS COM AMOSTRADOR HIDRÁULICO	150.000,00		150.000,00	1
	REFORMA DOS BANHEIROS E VESTIÁRIOS DOS EMPREGADOS E BRAÇAGISTAS		30.000,00	30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE NOVA GUARITA DA UA	30.000,00		30.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DAS JANELAS METÁLICAS DO ESCRITÓRIO POR JANELAS DE ALUMÍNIO		25.000,00	25.000,00	1
	INTERLIGAÇÃO ENTRE AS QUATRO PASSARELAS SUPERIORES DOS SILOS METÁLICOS DO ARMAZÉM 30	80.000,00		80.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA PARA AS DUAS BALANÇAS RODOVIÁRIAS	50.000,00		50.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE UM ELEVADOR DE PLATAFORMA PARA ACESSO ÀS PASSARELAS SUPERIORES INSTALADAS SOBRE OS SILOS METÁLICOS DO ARMAZÉM 30	120.000,00		120.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE QUATRO SECADORES KW-25 POR DOIS SECADORES NO ARMAZÉM 30	1.700.000,00		1.700.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EÓLICOS EM 30 SILOS METÁLICOS DO ARMAZÉM 30	420.000,00		420.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE CINCO EMPILHADEIRAS HORIZONTAIS INCLINÁVEIS, UMA PALETEIRA DE 3.000 KG E UM TRANSPORTADOR AUTOMOTRIZ A GÁS	90.000,00		90.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS E UM TRATOR COM CARRETA GRANELEIRA	180.000,00		180.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA DE DEZESSEIS SILOS METÁLICOS DO ARMAZÉM 30		175.000,00	175.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DAS TUBULAÇÕES OU DUTOS DOS ELEVADORES DE CANECAS E CHAPAS METÁLICAS DOS SILOS PULMÕES DO ARMAZÉM 30		20.000,00	20.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA METÁLICA E CALHAS DO ARMAZÉM 20		250.000,00	250.000,00	1
	PINTURA DE PAREDES INTERNAS E EXTERNAS DO ARMAZÉM 20 E ESCRITÓRIO		75.000,00	75.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE RETENTORES DE PARTÍCULAS PARA O SECADORES KW 25, 15 E 8 – Proc. n.º	200.000,00		200.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARA MODERNIZAÇÃO DA UA - Proc. SUARM nº 00.2813/2010		140.000,00	140.000,00	1
	RECUPERAÇÃO, VEDAÇÃO E PINTURA DOS SILOS METÁLICOS – ARMAZÉM Nº 30 – Proc. Nº 09.1232/2010	2.000.000,00		2.000.000,00	1
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TROCA DO QUADRO DE COMANDO DO ARMAZÉM 30 – Proc. Nº 09.268/2008		600.000,00	600.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DAS COBERTURAS DE 02 FORNALHAS E MANUTENÇÃO E PINTURA DOS SILOS PULMÕES E ELEVADORES – Proc. Nº 09.106/09		150.000,00	150.000,00	1
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ARMAZÉM Nº 30 – Proc. Nº 09.0105/09		200.000,00	200.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>5.140.000,00</b>	<b>1.695.000,00</b>	<b>6.835.000,00</b>	<b>2</b>

UA SANTA HELENA	INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS PARA BRAÇAÇISTAS E PESSOAL DA CONAB	30.000,00		30.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DA OFICINA	25.000,00		25.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DO TELHADO E CALHAS DOS GALPÕES DO ARMAZÉM 08		150.000,00	150.000,00	1
	RECOLOCAÇÃO DA MARQUISE DO ARMAZÉM 08		30.000,00	30.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DAS ESQUADRIAS DAS JANELAS DO ARMAZÉM 08		10.000,00	10.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA UNIDADE	250.000,00		250.000,00	2
	SINALIZAÇÃO COMPLEMENTAR DA UA		4.000,00	4.000,00	1
	EMPLHADERA AUTOMOTRIZ	50.000,00		50.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO E UM RECINTO PARA ARQUIVO	30.000,00		30.000,00	1
	UM VEÍCULO AUTOMOTOR (PICK-UP)	34.000,00		34.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS	270.000,00		270.000,00	2
	EXECUÇÃO DE CENTRAL DE GÁS		5.000,00	5.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE 01 DETERMINADOR DE UMIDADE	9.000,00		9.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>737.000,00</b>	<b>229.000,00</b>	<b>966.000,00</b>	<b>1</b>
UA S. L. MONTES BELOS	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	30.000,00		30.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL KW-08		300.000,00	300.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (EÓLICOS)	100.000,00		100.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	5.000,00		5.000,00	1
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		30.000,00	30.000,00	1
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	250.000,00		250.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE KIT DE PESAGEM ELETRÔNICO – Proc. Nº 09.354/2008	9.000,00		9.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL KW-25 COM INSTALAÇÃO DE BATERIA DE SILOS	3.500.000,00		3.500.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO DA UNIDADE	400.000,00		400.000,00	1
	UM VEÍCULO AUTOMOTOR (PICK-UP)	40.000,00		40.000,00	2
	TRATOR AGRÍCOLA DE PEQUENO PORTE COM CABRITA GRANDEIRA	70.000,00		70.000,00	2
	ROÇADEIRA MOVIDA A COMBUSTÍVEL (GASOLINA)	2.500,00		2.500,00	1
	BOMBA DE ALTA PRESSÃO	1.500,00		1.500,00	2
	SUGADOR PARA GRÃOS	2.500,00		2.500,00	2
	EMPLHADERA PARA EXPEDIÇÃO DE GRÃOS	30.000,00		30.000,00	2
	POSTO METEOROLÓGICO	5.000,00		5.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DE TELHADO, PAREDES, PISO, REDE ÁGUA PLUVIAIS, PORTÃO, MARQUISES E PINTURA DOS GALPÕES A E B		140.000,00	140.000,00	1
	REVISÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DOS GALPÕES E ESCRITÓRIO		20.000,00	20.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS	270.000,00		270.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE RETENTORES DE PARTÍCULAS NOS SECADORES KW25 – Proc. Nº 09.109/09	65.000,00		65.000,00	1
	REPAROS/SUBSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – Proc. Nº 09.883/2009		65.000,00	65.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>4.810.500,00</b>	<b>555.000,00</b>	<b>5.365.500,00</b>	
UA GOIÂNIA	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	30.000,00		30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS – Proc. Nº 09.854/2010	270.000,00		270.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA DE TUILOS CERÂMICOS, ESTRUTURADO EM CONCRETO ARMADO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES	250.000,00		250.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE BALANÇA DIGITAL DE 1.000 Kg.	13.000,00		13.000,00	1
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		25.000,00	25.000,00	1
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	250.000,00		250.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS – Proc. Nº 09.854/2010	270.000,00		270.000,00	1
	REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	1
	ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	45.000,00		45.000,00	1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.158.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>1.213.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/GO)</b>	<b>18.360.600,00</b>	<b>6.903.000,00</b>	<b>25.263.600,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/MA</b>					
UA IMPERATRIZ	EXECUÇÃO DE CERÇAS E INSTALAÇÃO DE PORTÕES	100.000,00		100.000,00	1
	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	30.000,00		30.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TERMOMETRIA		70.000,00	70.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO		50.000,00	50.000,00	3
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	250.000,00		250.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (EÓLICOS)	100.000,00		100.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	2.000,00		2.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	30.000,00		30.000,00	2
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		25.000,00	25.000,00	2
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	400.000,00		400.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO / VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES	60.000,00		60.000,00	1
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		30.000,00	30.000,00	1
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	1.000.000,00		1.000.000,00	1
MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO PRIMÁRIA DA UA (PÁTIO DE MANOBRAS PARA VEÍCULOS PESADOS, ESTACIONAMENTOS, VIAS DE ACESSO NO INTERIOR DA UNIDADE) – Proc. n.º 11.343/2009 e 11.117/2008		80.000,00	80.000,00	1	

UA IMPERATRIZ	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DAS MOEGAS	50.000,00		50.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE TERMOMETRIA – Proc. SUREG/MA nº 11.0217/09	80.000,00		80.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM ROÇADEIRA E CARRETA	95.000,00		95.000,00	JÁ ADQUIRIDO	
	AQUISIÇÃO DE UM MICROTRATOR AGRÍCOLA COM ROÇADEIRA FRONTAL	30.000,00		30.000,00	3	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO		40.000,00	40.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO BANCO DE CAPACITORES – Proc. Nº 11.171/2007		30.000,00	30.000,00	1	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE RECEPÇÃO E MOVIMENTAÇÃO – Proc. Nº 11.1056/2007	30.000,00		30.000,00	1	
	REFORMA E ADAPTAÇÃO DO ESCRITÓRIO	40.000,00		40.000,00	3	
	PROJETO PARA REVISÃO GERAL NO SISTEMA ELÉTRICO.	16.000,00		16.000,00	1	
	REVISÃO GERAL NO SISTEMA ELÉTRICO.	150.000,00		150.000,00	1	
CONFECÇÃO DE AVISOS E PLACAS		8.000,00	8.000,00	2		
<b>SUB TOTAL</b>		<b>2.463.000,00</b>	<b>333.000,00</b>	<b>2.796.000,00</b>		
UA ITAQUI	EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARA MODERNIZAÇÃO DA UA - Proc. SUARM nº 00.0950/2009		150.000,00	150.000,00	EXECUTADO	
	AQUISIÇÃO DE 02 MOTORES ELÉTRICOS P/ ELEVADORES 03 E 04 E CORREIA CT-4 – Proc. Nº 11.026/07			0,00	NÃO NECESSÁRIO	
	AQUISIÇÃO DE MOTOR ELÉTRICO DE 15 CV P/ CORREIA DE DESCARGA – Proc. Nº 11.170/2008	15.000,00		15.000,00	NÃO NECESSÁRIO	
	AQUISIÇÃO DE UM MOTOR SIEMENS DE 150CV	17.000,00		17.000,00	NÃO NECESSÁRIO	
	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DE SUSTENTAÇÃO DAS CORREIAS TRANSPORTADORAS NA UA ITAQUI/MA – PROC. SUREG/MA Nº 11.0020/2008 e 11.0052/2009	600.000,00		600.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO SUGADOR PNEUMÁTICO		250.000,00	250.000,00	NECESSÁRIO UM NOVO	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DO ARMAZÉM Nº 02 E O DESVIO DA REDE ELÉTRICA TRIFÁSICA QUE ALIMENTA O ESCRITÓRIO DA UA		30.000,00	30.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE FOSSA – Proc. Nº 11.102/2007			0,00	EM EXECUÇÃO	
	CONFECÇÃO DE AVISOS E PLACAS		5.000,00	5.000,00	2	
	REVISÃO GERAL NO SISTEMA ELÉTRICO-Proc. Nº 11.120/2008		120.000,00	120.000,00	1	
	PINTURA DA BATERIA DE SILOS		313.000,00	313.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO		20.000,00	20.000,00	NÃO NECESSÁRIO	
	DEMOLIÇÃO DA ESTRUTURA DE UM GALPÃO ANTIGO		25.000,00	25.000,00	JÁ EFETUADA	
	RECUPERAÇÃO DO ESCRITÓRIO		20.000,00	20.000,00	1	
	REPAROS NO MOTOR ENROLADOR DOS CABOS DE MOVIMENTAÇÃO DO SUGADOR – Proc. Nº 11.073/2007			0,00	NECESSÁRIO UM NOVO	
	REPAROS NOS ELEVADORES DE CANECAS Nºs 01, 02,03 E 04 – Proc. Nº 11.335/2007		50.000,00	50.000,00	1	
	SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO – CFTV	60.000,00		60.000,00	1	
RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO DA BATERIA DE SILOS – Proc. Nº 11.402/2008	150.000,00		150.000,00	1		
<b>SUB TOTAL</b>		<b>842.000,00</b>	<b>983.000,00</b>	<b>1.825.000,00</b>		
UA SÃO LUÍS	EXECUÇÃO DA OBRA DE ILUMINAÇÃO DO PÁTIO DA UA - Proc. SUREG/MA nº 11.0030/2010	25.000,00		25.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO VESTIÁRIO SANITÁRIO		20.000,00	20.000,00	2	
	EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO INTERNA - Proc. SUREG/MA nº 11.0031/2010	294.000,00		294.000,00	1	
	REVISÃO GERAL NO SISTEMA ELÉTRICO (*)	16.000,00		16.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS (*)	20.000,00		20.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO (*)	40.000,00		40.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DO ABRIGO PARA VEÍCULOS (*)	40.000,00		40.000,00	2	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO (*)	26.000,00		26.000,00	1	
	EXECUÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO (*)	500.000,00		500.000,00	1	
	PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGA – SPA (*)	25.000,00		25.000,00	1	
	CONFECÇÃO DE AVISOS E PLACAS		4.000,00	4.000,00	2	
	<b>SUB TOTAL</b>		<b>986.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.010.000,00</b>	
	<b>TOTAL (SUREG/MA)</b>		<b>4.291.000,00</b>	<b>1.340.000,00</b>	<b>5.631.000,00</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/MG</b>						
UA CAMPOS ALTOS	REFORMA GERAL DO ARMAZÉM	80.000,00		80000	1	
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA DE 80 TONELADAS	100.000,00		100000	1	
	REFORMA DOS VESTIÁRIOS DOS BRAÇAGISTAS	45.000,00		45000	2	
	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	5.000,00		5000	2	
	LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO	35.000,00		35000	2	
	SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO	370.000,00		370000	1	
	REFORMA DO ESCRITÓRIO	40.000,00		40000	1	
	REFORMA DO BANHEIRO E ADAPTAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	45.000,00		45000	2	
	REFORMA DAS GARAGENS	15.000,00		15000	2	
	REFORMA DAS DUAS GUARITAS	15.000,00		15000	2	
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA CONTRA DESCARGAS ELÉTRICAS DA ATMOSFERA		5.000,00	5000	2	
	REFORMA DA COZINHA E SALA DE REFEIÇÃO DOS GUARDAS	5.000,00		5000	2	
	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A COZINHA DO ESCRITÓRIO E COZINHA DOS GUARDAS	9.000,00		9000	2	
	MANUTENÇÃO DA CERCA DA UNIDADE		12.000,00	12000	2	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		5.000,00	5000	2	
	01 ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	11.000,00		11000	3	
	01 JAU	11.000,00		11000	3	
	02 DALAS DE 05 METROS	22.000,00		22000	3	
	AR CONDICIONADO	4.000,00		4000	1	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		30.000,00	30000	2	
	<b>SUB TOTAL</b>		<b>812.000,00</b>	<b>52.000,00</b>	<b>864.000,00</b>	

UA CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	REFORMA DE CALHAS		130.000,00	130.000,00	1- PRIORIDADE DE RISCO DE PERDA DE PRODUTO
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	150.000,00		150.000,00	2
	REFORMA GERAL DO ARMAZÉM	100.000,00		100.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA COM CAPACIDADE PARA 80 T	100.000,00		100.000,00	2
	REFORMA DOS VESTIÁRIOS DOS BRAÇAGISTAS	45.000,00		45.000,00	3
	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	7.000,00		7.000,00	3
	LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO	35.000,00		35.000,00	3
	SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO	425.000,00		425.000,00	1- CERTIFICAÇÃO DA UNIDADE
	REFORMA DO ESCRITÓRIO	40.000,00		40.000,00	2
	REFORMA DO BANHEIRO E ADAPTAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	45.000,00		45.000,00	3
	REFORMA DO TELHADO	600.000,00		600.000,00	1- PRIORIDADE DE RISCO DE PERDA DE PRODUTO
	01 BALANÇA DE PRECISÃO	500,00		500,00	3
	MOVEIS PARA O ESCRITÓRIO	20.000,00		20.000,00	3
	01 ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	11.000,00		11.000,00	3
	REFORMA, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO		250.000,00	250.000,00	1- PRIORITÁRIO/ESTA DO PRECÁRIO DE CONSERVAÇÃO
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.578.500,00</b>	<b>380.000,00</b>	<b>1.958.500,00</b>	
	UA JUIZ DE FORA	TROCA DAS TELHAS TRANSLUCIDA	20.000,00		20.000,00
CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NO ARMAZÉM		10.000,00		10.000,00	1
CONSTRUÇÃO DE ACESSO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS		5.000,00		5.000,00	2
SANITÁRIOS A CLIENTES E PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS		45.000,00		45.000,00	2
CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA GUARITA		5.000,00		5.000,00	3
CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO		40.000,00		40.000,00	3
LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO		35.000,00		35.000,00	2
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		7.000,00		7.000,00	3
SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO		425.000,00		425.000,00	2
AQUISIÇÃO DE TRANSPORTADOR HORIZONTAL (DALA) 8M		10.500,00		10.500,00	1
AQUISIÇÃO DE JAU		8.600,00		8.600,00	1
MAQUINA DE COSTURA DE SACARIA		1.200,00		1.200,00	1
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			30.000,00	30.000,00	2
<b>SUB TOTAL</b>		<b>612.300,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>642.300,00</b>	
MANHAURIM	<b>ARMAZÉM</b>				,00
	PISO INTERNO (5.300 m²)				,00
	PISO EXTERNO - PLATAFORMAS				,00
	ALVENARIAS				,00
	COBERTURA				,00
	ESQUADRIAS E PORTÕES METÁLICOS				,00
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		200.000,00	200.000,00	,00
	INSTALAÇÕES CONTRA INCÊNDIO				,00
	SERVIÇOS GERAIS E PROGRAMAÇÃO VISUAL				,00
	<b>PARTE EXTERNA DO ARMAZÉM</b>				,00
	ÁREA EXTERNA - CERCA				,00
	ÁREA EXTERNA - PORTÕES				,00
	ARRUAMENTO				,00
	GUARITAS (DUAS EDIFICAÇÕES)				,00
	RAMPA PARA MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE VEÍCULOS				,00
	RESERVATÓRIO DE ÁGUA E CASAS DE BOMBAS				,00
	SERVIÇOS GERAIS E PROGRAMAÇÃO VISUAL				,00
	<b>BANHEIRO E VESTIÁRIO</b>				,00
	RECOMPOSIÇÃO DE PISO INTERNO				,00
	ALVENARIAS				,00
	ESQUADRIAS				,00
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				,00
	<b>ABRIGO PARA VEÍCULOS</b>				,00
	ALVENARIAS				,00
	ESQUADRIAS				,00
	COBERTURA				,00
	<b>ESCRITÓRIO E RESIDÊNCIA</b>				,00
	PROJETOS				,00
	COBERTURA				,00
	ALVENARIAS				,00
	ESQUADRIAS				,00
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				,00
	PISOS				,00
	MUROS DIVISÓRIOS				,00
	<b>RESIDÊNCIA 02</b>				,00
	ALVENARIAS				,00
	ESQUADRIAS				,00
	COBERTURA E LAJE DE FORRO				,00
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				,00
	PISOS				,00
	ARMÁRIOS EMBUTIDOS				,00
	MUROS DIVISÓRIOS				,00
	<b>RESIDÊNCIA 03</b>				,00
	ALVENARIAS				,00
	ESQUADRIAS				,00
	COBERTURA E LAJE DE FORRO				,00
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				,00
PISOS				,00	
ARMÁRIOS EMBUTIDOS				,00	
MUROS DIVISÓRIOS				,00	
SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	5.000,00		5.000,00	1	
BALANÇA DE PLATAFORMA MÓVEL 5.000 Kg	4.000,00		4.000,00	1	
BALANÇA DE PLATAFORMA RODOVIÁRIA 80 T	100.000,00		100.000,00	1	
CALADOR PARA SACARIA	320,00		320,00	1	
HOMOGENEIZADOR	2.500,00		2.500,00	1	
DETERMINADOR DE MÉTODO INDIRETO	8.190,00		8.190,00	1	
BALANÇA DE PRECISÃO 1 KG PRECISÃO MÍNIMA DE 0,2G	1.600,00		1.600,00	1	
JOGO DE PENEIRAS	1.200,00		1.200,00	1	
TRANSPORTADOR HORIZONTAL	10.500,00		10.500,00	1	
ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	2.400,00		2.400,00	1	
TRENA DIGITAL	600,00		600,00	1	
ESCADA DE ALUMÍNIO	500,00		500,00	1	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>136.810,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>336.810,00</b>		

<b>MONTES CLAROS</b>	REVISÃO DO TELHADO DO ARMAZÉM 01 E 03		50.000,00	50.000,00	1	
	REDE DE DRENAGEM PLUVIAL SEGUIDA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO PÁTIO DA UNIDADE	3.000.000,00		3.000.000,00	2	
	REVISÃO DAS GOTEIRAS DOS TRÊS ARMAZÉNS	15.000,00		15.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DOS PISOS DOS ARMAZÉNS CDA 540287_0024-3 E CDA 540287_0025-1	40.000,00		40.000,00	1	
	IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	100.000,00		100.000,00	1	
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		30.000,00	30.000,00	2	
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		50.000,00	50.000,00	1	
	PINTURA DOS ARMAZÉNS DA UNIDADE		35.000,00	35.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE CABO ESTRUTURA DO SUBTERRÂNEO PARA INTERLIGAÇÃO DA BALANÇA AO ESCRITÓRIO DA UNIDADE (SAAGRA)	10.000,00		10.000,00	2	
	REFORMA DOS ESCRITÓRIOS DA UNIDADE	40.000,00		40.000,00	1	
	REFORMA DOS BANHEIROS E ADAPTAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	45.000,00		45.000,00	2	
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000,00		10.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 2 EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO	106.224,00		106.224,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 2 EMPILHADEIRA ELÉTRICA	14.000,00		14.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 1 VARREDEIRA INDUSTRIAL	169.900,00		169.900,00	3	
	AQUISIÇÃO DE 2 BALANÇAS ELETRÔNICAS CAPACIDADE 1.000 KG	4.000,00		4.000,00	1	
	DETERMINADOR DE MÉTODO INDIRETO	8.190,00		8.190,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 5 PALETEIRAS HIDRÁULICAS	6.000,00		6.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE 01 JAU	8.600,00		8.600,00	2	
	AQUISIÇÃO DE 2 ESTEIRAS ELEVATÓRIAS	22.000,00		22.000,00	2	
	MAQUINA DE COSTURA PARA SACARIA	1.200		1.200,00	2	
	AQ. DE MÓVEIS PARA OS ESCRIT. DA UNIDADE	50.000,00		50.000,00	1	
	AR CONDICIONADO PARA SALA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	4.000,00		4.000,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>3.654.114,00</b>	<b>165.000,00</b>	<b>3.819.114,00</b>		
	<b>PERDÕES</b>	REFORMA DO TELHADO DO ARMAZÉM COM A SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AMIANTO POR TELHAS METÁLICAS			0,00	1
		REFORMA DO CALÇAMENTO DO PÁTIO DA UNIDADE COMPOSTO POR COMPLEXO BLOQUETES HEXAGONAIS			0,00	1
		PINTURA GERAL DA UNIDADE ARMAZENADORA		25.000,00	25.000,00	2
REFORMA DA CERCA DA UNIDADE				0,00	2	
LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO		35.000,00		35.000,00	3	
SANITÁRIO DE CLIENTES E PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS		45.000,00		45.000,00	2	
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		5.000,00		5.000,00	3	
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			20.000,00	20.000,00	2	
SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO		325.000,00		325.000,00	2	
INSTALAÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA COM CAPACIDADE PARA 80 T		100.000,00		100.000,00	1	
01 ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL		16.000,00		16.000,00	2	
02 MINI DALLA		22.000,00		22.000,00	2	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		10.000,00		10.000,00	1	
AQUISIÇÃO DE 01 JAU		8.600,00		8.600,00	2	
ROÇADEIRA LATERAL MOTORIZADA À GASOLINA		1.150,00		1.150,00	1	
PULVERIZADOR COSTAL		234,00		234,00	1	
MOVES PARA O ESCRITÓRIO		20.000,00		20.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>587.984,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>632.984,00</b>			
<b>UA SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO</b>	REFORMA DO TELHADO		100.000,00	100.000,00	1	
	REFORMA GERAL DO ARMAZÉM COM PINTURA	50.000,00		50.000,00	2	
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA COM CAPACIDADE PARA 80 T	90.000,00		90.000,00	2	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	10.000,00		10.000,00	2	
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO		200.000,00	200.000,00	1	
	REFORMA DOS VESTIÁRIOS DOS BRAÇAGISTAS	30.000,00		30.000,00	3	
	REFORMA DAS GUARITAS (DUAS)	20.000,00		20.000,00	2	
	REFORMA DO ESCRITÓRIO	30.000,00		30.000,00	2	
	REFORMA DA GARAGEM	15.000,00		15.000,00	3	
	ATIVACÃO DO POÇO ARTESIANO	30.000,00		30.000,00	2	
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	7.000,00		7.000,00	2	
	LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO	2.000,00		2.000,00	2	
	02 MINI DALLA	22.000,00		22.000,00	3	
	01 CONJUNTO DE PENEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO	1.200,00		1.200,00	2	
	01 MEDIDOR DE UMIDADE (SUPLEMENTAÇÃO)	7.060,00		7.060,00	3	
	01 ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	16.000,00		16.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>330.260,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>630.260,00</b>		
<b>UF PASSA QUARTO</b>	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO (MODERNIZAÇÃO) DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DO ARMAZÉM FRIGORÍFICO – Proc. n.º 08.389/2008	450.000,00		450.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRAS – PROC. 1220/2010	150.000,00			1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>600.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>450.000,00</b>		
<b>TEÓFLEO OTONI</b>	<b>ARMAZÉM</b>			0,00		
	PISO INTERNO (5.300 m²)			0,00		
	PISO EXTERNO – PLATAFORMAS			0,00		
	ALVENARIAS			0,00		
	COBERTURA			0,00		
	ESQUADRIAS E PORTÕES METÁLICOS			0,00		
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		150.000,00	150.000,00		
	INSTALAÇÕES CONTRA INCÊNDIO			0,00		
	SERVIÇOS GERAIS E PROGRAMAÇÃO VISUAL			0,00		
	<b>PARTE EXTERNA DO ARMAZÉM</b>			0,00		
	ÁREA EXTERNA – CERCAS			0,00		
	ÁREA EXTERNA - PORTÕES			0,00		
	ARRUAMENTO			0,00		
	GUARITA			0,00		
	RESERVATÓRIO DE ÁGUA E DEPÓSITO/ALMOXARIFADO			0,00		
	SERVIÇOS GERAIS E PROGRAMAÇÃO VISUAL			0,00		
	TELHADO E FORRO			0,00		
	ALVENARIAS			0,00		
	ESQUADRIAS			0,00		
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS			0,00		
	BANHEIRO E VESTIÁRIO			0,00		
	<b>ABRIGO PARA VEÍCULOS</b>			0,00		
	ALVENARIAS			0,00		
	ESQUADRIAS			0,00		
	COBERTURA			0,00		
	RAMPA PARA MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE VEÍCULOS			0,00		
	<b>RESIDÊNCIA 1</b>			0,00		
	PROJETOS			0,00		
	COBERTURA			0,00		
	ALVENARIAS			0,00		
	ESQUADRIAS			0,00		
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS			0,00		
PISOS			0,00			
ARMÁRIOS EMBUTIDOS			0,00			
MUROS DIVISÓRIOS E ÁREA EXTERNA			0,00			

TEÓFLEO OTONI	<b>RESIDÊNCIA 2</b>			0,00	
	COBERTURA			0,00	
	ALVENARIAS			0,00	
	ESQUADRIAS			0,00	
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			0,00	
	PISOS			0,00	
	ARMÁRIOS EMBUTIDOS			0,00	
	MUROS DIVISÓRIOS E ÁREA EXTERNA			0,00	
	EXECUÇÃO DE CHAPISCO E PINTURA GERAL DOS MUROS DIVISÓRIOS, INCLUSIVE FECHAMENTO DE TRINCAS			0,00	
	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E PINTURA DE MOIRÕES DE CONCRETO ARMADO E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIOS EM CERCA			0,00	
	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CAPINA GERAL DA ÁREA CERCADA DA EDIFICAÇÃO			0,00	
	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO			0,00	
	BALANÇA DE PLATAFORMA MÓVEL 5.000 Kg	4.000,00		4.000,00	
	BALANÇA DE PLATAFORMA RODOVIÁRIA 80 T	100.000,00		100.000,00	
	CALADOR PARA SACARIA	320,00		320,00	
	HOMOGENIZADOR	2.500,00		2.500,00	
	DETERMINADOR DE MÉTODO INDIRETO	8.190,00		8.190,00	
	BALANÇA DE PRECISÃO 1 KG PRECISÃO MÍNIMA DE 0,2G	1.600,00		1.600,00	
	JOGO DE PENEIRAS	1.200,00		1.200,00	
	TANSPORTADOR HORIZONTAL	10.500,00		10.500,00	
	JAÚ	8.600,00		8.600,00	
	MAQUINA DE COSTURA DE SACARIA	1.200,00		1.200,00	
	TRENA DIGITAL	600,00		600,00	
	ESCALADA DE ALUMÍNIO	500,00		500,00	
	ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	2.400,00		2.400,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>141.610,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>291.610,00</b>	
UA UBERABA	CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO PARA O PÚBLICO EXTERNO, INCLUINDO OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE	110.000,00		110.000,00	2
	INSTALAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO PÁTIO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	15.000,00		15.000,00	1- CERTIFICAÇÃO DA UNIDADE
	CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA FORNALHA PARA O SECADOR DE GRÃOS DA UA E DEMOLIÇÃO DA ANTIGA	170.000,00		170.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO DA SUBESTAÇÃO DO SILO		7.500,00	7.500,00	1- PRIORITÁRIO - CONFIABILIDADE DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO
	MANUTENÇÃO DA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA (TRATAMENTO DE ÓLEO DO TRAFÓ)		25.000,00	25.000,00	1- PRIORITÁRIO - TRAFÓ DE MANOBRA DESATIVADO
	MANUTENÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		10.000,00	10.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TERMOMETRIA		20.000,00	20.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO PAINEL SINÓTICO, REDES E CHAVES FIM DE CURSO		25.000,00	25.000,00	1
	PINTURA DOS ELEVADORES DE CANECAS - PROC. 08.695/2010		90.000,00	90.000,00	2
	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DO PÁTIO		15.000,00	15.000,00	1- PRIORITÁRIO - VIGILÂNCIA/SEGURANÇA NOTURNA COMPROMETIDA
	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ÁREA DE CIRCULAÇÃO INTERNA E PÁTIOS DA UA UBERABA/MG - PROC. SUREG/MG Nº 08.1071/2009	1.500,00		1.500,00	2
	MANUTENÇÃO DO ELEVADOR Proc. n.º 497/2003 e 08.387/98		50.000,00	50.000,00	1
		<b>153.000,00</b>		<b>153.000,00</b>	<b>1- PRIORITÁRIO - UNIDADE PARALISADA DEVIDO A RISCO DE PERDA DE PRODUTOS</b>
	RECUPERAÇÃO DO TELhado DA UNIDADE				
	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	10.000,00		10.000,00	
	MANUTENÇÃO DO ELEVADOR Proc. n.º 08.045/2010		24.000,00	24.000,00	
	MANUTENÇÃO DAS PENEIRAS DO SISTEMA DE LIMPEZA		24.000,00	24.000,00	2
	MANUTENÇÃO DAS CORREIAS TRANSPORTADORAS, DOS ELEVADORES DE CANECA		25.000,00	25.000,00	2
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO DO SILO		20.000,00	20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE UNIFORME E EPIS		15.000,00	15.000,00	
	SUBSTITUIÇÃO DO PULVERIZADOR INSETICIDA EM CORREIAS	35.000,00		35.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE PORTA DE AÇO PARA A BALANÇA RODOVIÁRIA	1.000,00		1.000,00	3
	ALAMBRAÇÃO EM TELA E POSTES DE CONCRETO COM MURETA DE 0,30 MT. EM PLACAS DE CIMENTO, PARA IMPEDIR A ENTRADA DE ANIMAIS NO INTERIOR DA UNIDADE	120.000,00		120.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DO POSIO DO LABORATÓRIO	5.900,00		5.900,00	2
	RECUPERAÇÃO DO PIOS DA OFICINA DE MANUTENÇÃO	10.000,00		10.000,00	2
	PROLONGAMENTO DA COBERTURA DO SECADOR	10.000,00		10.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O ESCRITÓRIO EM SUBSTITUIÇÃO A OS ATUAIS QUE ESTÃO FORA DAS NORMAS ESTABELECIDAS PELA nr 17, ESTAÇÕES DE TRABALHO INADEQUADAS	35.000,00		35.000,00	2
	MANUTENÇÃO DO FREIO DO GUINCHO MONTA CARGA		9.000,00	9.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO TRATOR		11.000,00	11.000,00	2
	ADEQUAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO ESCRITÓRIO		5.000,00	5.000,00	2
ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO ARMAZÉM CONVENCIONAL		16.000,00	16.000,00		
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS PARA A OFICINA (LIXADEIRA/ESMIRALHADEIRA, JOGOS DE CHAVES		2.000,00	2.000,00	2	
NIVELAMENTO DA ÁREA ACIDENTADA DO PÁTIO, COM RETIRADA/A TERRO DOS ENTULHOS		36.000,00	36.000,00	1	
MANUTENÇÃO GERAL DOS VEÍCULOS		10.000,00	10.000,00	2	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>676.400,00</b>	<b>439.500,00</b>	<b>1.115.900,00</b>	

UA UBERLÂNDIA					
CONCLUSÃO DAS OBRAS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO	700.000,00		700.000,00	Prioridade 1 – Certificação da Unidade e risco às mercadorias, instalações e pessoas.	
INSTALAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO PÁTIO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	35.000,00		35.000,00	1- CERTIFICAÇÃO DA UNIDADE	
CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO PARA O PÚBLICO EXTERNO, INCLUINDO OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE	60.000,00		60.000,00	Prioridade 2 – Adaptação da antiga guarita, que conta com acesso externo.	
CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA DEFENSIVOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO.		10.000,00	10.000,00	Prioridade 1 – A situação atual (depósito improvisado) é irregular.	
ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE AERAÇÃO NO ARMAZÉM Nº 04	60.000,00		60.000,00	Prioridade 3 – Conjunto graneleiro Arm 04 - tratar como obras interdependentes.	
ADEQUAÇÕES CONSTRUTIVAS NO TÚNEL DO ARMAZÉM Nº 04		100.000,00	100.000,00	Prioridade 3 – Conjunto graneleiro Arm 04 - tratar como obras interdependentes.	
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VENTILAÇÃO NO TÚNEL DO ARMAZÉM Nº 04 (GRANELEIRO PARA 18.000 TON)	100.000,00		100.000,00	Prioridade 3 – Conjunto graneleiro Arm 04 - tratar como obras interdependentes.	
INSTALAÇÃO DOS FILTROS DE MANGA NO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ NO SILO BUFFALO	200.000,00		200.000,00	Prioridade 1 – O sistema atual emite poeira na atmosfera, portanto é ambientalmente irregular.	
MANUTENÇÃO NO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO DA SUBESTAÇÃO DO SILO		7.500,00	7.500,00	1- PRIORIDADE - CONFIABILIDADE DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO	
MANUTENÇÃO NO PAINEL SINÓTICO E CCM DO SILO BUFFALO		30.000,00	30.000,00	1- PRIORITÁRIO – FUNCIONAMENTO PLENO DO SILO	
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO DO SILO		20.000,00	20.000,00	1- PRIORITÁRIO – FUNCIONAMENTO PLENO DO SILO	
REFORMA GERAL DO REDLER DO SILO BUFFALO		50.000,00	50.000,00	1- PRIORITÁRIO – FUNCIONAMENTO PLENO DO SILO	
AQUISIÇÃO DE SONDA P/ APLICAÇÃO DE FOSFINA	11.000,00		11.000,00	Prioridade 1 – No caso de recebimento de mercadorias no graneleiro, este equipamento é indispensável.	
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ARMAZÉM GRANELEIRO 04		15.000,00	15.000,00	1- PRIORITÁRIO – SISTEMA EM CURTO-CIRCUITO- ENERGIA ELÉTRICA DESLIGADA	
SUBSTITUIÇÃO DE CARROCERIA DE CAMINHÃO MERCEDES BENZ (TANQUE)		30.000,00	30.000,00	2- COMBATE A INCÊNDIOS NA RESERVA FLORESTAL	
SUBSTITUIÇÃO DA CARROCERIA DE CAMINHÃO IVECO (BASCULANTE)		45.000,00	45.000,00	1- TRANSPORTE INTERNO E DESCARTE DE RESÍDUOS NO ATERRO SANITÁRIO	
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE ILUMINAÇÃO DO PÁTIO DO SILO BUFFALO		20.000,00	20.000,00	1- PRIORITÁRIO- VIGILÂNCIA NOTURNA COMPROMETIDA	
COLETOR DE AMOSTRAS PNEUMÁTICO – Proc. n.º 0804/2008	425.000,00		425.000,00	<b>Prioridade 2 - Agilidade no recebimento de mercadorias.</b>	
INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE AERAÇÃO NO ARMAZÉM Nº 04	1.100.000,00		1.100.000,00	<b>Prioridade 3 – Conjunto graneleiro Arm 04 - tratar como obras interdependentes.</b>	
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA PARA 100L	150.000,00		150.000,00		
REFORMA DO TELHADO DOS ARMAZÉNS CONVENCIONAIS	90.000,00		90.000,00		
REFORMA DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO DE ARMAZENAGEM E CLASSIFICAÇÃO		150.000,00	150.000,00	<b>Prioridade 3 – Bastante apropriado para a certificação da unidade e aperfeiçoamento do pessoal.</b>	
REFORMA E ADEQUAÇÃO DE UMA MOEGA GRANELEIRA PARA INSTALAÇÃO DE UM TOMBADOR	700.000,00		700.000,00	<b>Prioridade 2 – Obra indispensável devido às dificuldades de mão de obra para descarga.</b>	
AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR DE 75 CV	100.000,00		100.000,00	<b>Prioridade 1 - Aumento das áreas verdes exigem equipamentos mais eficientes e econômicos.</b>	
02 EMPILHADERAS AUTOMOTRIZES – MOTORES A GÁS	200.000,00		200.000,00	<b>Prioridade 3 – Para movimentação de mercadorias em Big Bag, industrializadas, etc.</b>	
REFORMA DA BALANÇA FERROVIÁRIA DO SILO COM ALTERAÇÃO DO LOCAL DE INSTALAÇÃO		50.000,00	50.000,00	<b>Prioridade 3 – Somente viável se houver a retomada de movimentação ferroviária na Unidade.</b>	
DEMOLIÇÃO COM REMOÇÃO DE ENTULHO DA ANTIGA SUBESTAÇÃO DE ENTRADA		4.000,00	4.000,00	<b>Prioridade 3 – Devido mudança no disjuntor de média tensão, esta edificação perdeu a função.</b>	
CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS EM 03 PASSARELAS DOS TRANSPORTADORES DE CORRENTE DA TORRE DE PROCESSAMENTO	200.000,00		200.000,00	<b>Prioridade 2 – Correção, visando conservação dos equipamentos e mercadorias transportadas.</b>	
CONSTRUÇÃO DE GUARITA PARA VIGILANTES NO SETOR DO SILO	20.000,00		20.000,00	<b>Prioridade 2 – Para abrigo e apoio aos vigilantes.</b>	
SUBSTITUIÇÃO E/OU REFORMA DOS PORTÕES DOS ARMAZÉNS CONVENCIONAIS, COM RESPECTIVOS BATENTES E TRILHOS.	80.000,00		80.000,00	<b>Prioridade 1 - Segurança das mercadorias e instalações, portões atuais em péssimo estado.</b>	
REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DOS ARMAZÉNS CONVENCIONAIS E DOS TELHADOS, PORTÕES, PISOS, REVESTIMENTOS DE PAREDES E PINTURA DOS ARMAZÉNS CONVENCIONAIS E GRANELEIRO 04		500.000,00	500.000,00	<b>Prioridade 2 - Instalações elétricas e piso em situação precária.</b>	
CONSTRUÇÃO DE NOVA SUBESTAÇÃO DE 500 KVA P/ O SETOR DE ARMAZÉNS CONVENCIONAIS/ARMZ. 04	120.000,00		120.000,00	<b>Prioridade 2 – Equipamento antigo e subdimensionado.</b>	
CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO – CANTINA/VESTIÁRIO DO SETOR CONVENCIONAL A TÊ A REDE EXISTENTE DO SILO BUFFALO	80.000,00		80.000,00	<b>Prioridade 2 – Instalação não disponível atualmente.</b>	
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO	150.000,00		150.000,00	<b>Prioridade 3 – Bastante apropriado para a certificação da unidade e aperfeiçoamento do pessoal.</b>	
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DA REDE DE HIDRANTES, PISOS, ESCADAS DE ACESSO E CALHAS DO SILO BUFFALO		300.000,00	300.000,00	<b>Prioridade 1 – Certificação da Unidade e risco às mercadorias, instalações e pessoas.</b>	
MANUTENÇÃO DO ELEVADOR Proc. n.º 499/2003 e 08.387/96		40.000,00	40.000,00	<b>Prioridade 1 – Recolocar o equipamento em operação, para facilitar o deslocamento vertical de pessoas e cargas nas torres do Buffalo e Graneleiro.</b>	
MANUTENÇÃO DO ELEVADOR Proc. n.º 08.045/2010		24.000,00	24.000,00		
ELABORAÇÃO DO PROJETO DA SALA ELÉTRICA, CLASSIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ARMAZÉNS CONVENCIONAIS E GRANELEIRO – Proc Nº 08.628/2009		15.000,00	15.000,00	<b>Prioridade 2 - Instalações ainda não existentes, funcionando parcialmente em local improvisado.</b>	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>4.581.000,00</b>	<b>1.410.500,00</b>	<b>5.991.500,00</b>		

VARGINHA	REFORMA ESCRITÓRIO: IMPLANTAR RAMPA DE ACESSO PARA DEFICIENTES, RETIRADA DO CARPETE, PINTURA INTERNA, TROCA DAS PORTAS, SUBSTITUIÇÃO DAS TOMADAS POR TOMADAS DE TRÊS PINOS, TROCA DA FIAÇÃO, INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE VENTILADORES DE TETO, INSTALAÇÃO DE PERSIANAS NAS JANELAS, RENOVACÃO DO MOBILIÁRIO, CRIAÇÃO DE SALAS COM DIVISÓRIAS (ISOLAMENTO DO SAAGRA, BALCÃO DE ATENDIMENTO, SALA DE VISITAS, LABORATÓRIO, ARQUIVO MORTO, ESCRITÓRIO, SALA RT, ALMOXARIFADO, DALA DA GERÊNCIA).	100.000,00		100.000,00	2
	BALANÇA: CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NA ÁREA DE PESAGEM, COLOCAÇÃO DE TELHADO NA CABINE DE PESAGEM(A COBERTURA SÓ TEM A LAJE O QUE FAVORECE A INFILTRAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA),REFORMA DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA, RECUPERAÇÃO DO PISO DA PLATAFORMA E ADEQUAÇÃO DA CABINE DE PESAGEM PARA POSSIBILITAR ATENDIMENTO AO PÚBLICO, INSTALAÇÃO DE VENTILADOR DE TETO NA CABINE DE PESAGEM.	100.000,00		0,00	2
	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DA NOVA SUBESTAÇÃO , DO QGBT E DA REDE DE ILUMINAÇÃO DO PÁTIO	20.000,00		20.000,00	2
	REFORMA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO PÁTIO, COMPOSTO DE 45 POSTES		150.000,00	150.000,00	2
	MANUTENÇÃO DA REDE AÉREA PRIMÁRIA		50.000,00	50.000,00	2
	REFORMA E MANUTENÇÃO DAS SUBESTAÇÕES DE ALTA TENSÃO, COM SUBSTITUIÇÃO DO DISJUNTOR DE ALTA TENSÃO – CLASSE 15 kV		80.000,00	80.000,00	2
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ARMAZÉM, DO ESCRITÓRIO E DAS RESIDÊNCIAS		45.000,00	45.000,00	2
	IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS NO ARMAZÉM	40.000,00		40.000,00	2
	PÁTIO: SUBSTITUIÇÃO DA CERCA ADAPTADA EM ARAME E TELHAS POR MURO EM ALVENARIA CIRCUNDANDO TODA A ÁREA APROXIMADAMENTE 40,00 M LINEAR, SUBSTITUIÇÃO DO PORTÃO CENTRAL DE ACESSO POR PORTÃO ELETRÔNICO, REVISÃO DO PISO ASFÁLTICO (PONTUAIS)	15.000,00		15.000,00	3
	ARMAZÉM: REFORMA PISO, REMARCAÇÃO DE PORTAS, RUAS QUADRAS, FILHAS, RECOMPOSIÇÃO DE PAREDES E PILASTRAS (VEDANDO ESPAÇOS QUE ESTÃO PROPORCIONANDO ACESSO A ANIMAIS AO INTERIOR DO ARMAZÉM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS CALHAS, ELIMINAÇÃO DAS GOTERAS DO ARMAZÉM , PINTURA INTERNA E EXTERNA DO ARMAZÉM, VEDAÇÃO COM GRADES MOVEIS DO SISTEMA DE DRENAGEM E DE ÁGUA, REDIMENSIONAMENTO DA ÁREA CENTRAL DE ACESSO E SAÍDA DE CAMINHÕES, INSTALAÇÃO DE PARA RAIO, INSTALAÇÃO DE UMA NOVA ESCADA DE ACESSO AO TELHADO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES – GRADE DE PROTEÇÃO, REFORMA GERAL NO BLOCO DA OFICINA.	150.000,00		150.000,00	2
	SALA DE GUARDA DE AGROTÓXICOS (CERTIFICAÇÃO)	40.000,00		40.000,00	2
	RESIDÊNCIAS FUNCIONAIS: SUBSTITUIÇÃO DO PISO DE TACO POR PISO CERÂMICA, DESCUPNIZAÇÃO DOS ARMÁRIOS EMBUTIDOS, SUBSTITUIÇÃO DAS JANELAS E COLOCAÇÃO DE GRADES DE SEGURANÇA, CONCRETAÇÃO DO PISO EXTERNO, REVISÃO TOTAL DO TELHADO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS E FERRILHAS PARA ELIMINAÇÃO DE GOTERAS CRÔNICAS, RECUPERAÇÃO DE REBOCO DAS PAREDES EXTERNA DEGRADADAS PELA AÇÃO DO TEMPO, ILUMINAÇÃO EXTERNA, REFORMA HIDRÁULICA, SUBSTITUIÇÃO DAS CAIXAS DE GORDURA, SUBSTITUIÇÃO DE MANILHAS POR TUBOS DE PVC (ESGOTO SANITÁRIO, TANQUE E COZINHA)	80.000,00		80.000,00	3
	REFETÓRIO: COZINHA, BANHEIROS TROCA DE VASOS, DESCARGAS, INSTALAR LAVABO, INSTALAR PIAS COM ESPELHOS, SUBSTITUIÇÃO TOTAL POR PISO CERÂMICA	25.000,00		25.000,00	3
	SEGURANÇA: SISTEMA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, INSTALAÇÃO DE DUAS CANCELAS NAS VIAS LATERAIS VISANDO ISOLAR O ACESSO AO ARMAZÉM POR PESSOAS E VEÍCULOS ESTRANHOS AO SERVIÇO, CONSTRUÇÃO DE GUARITAS MAIORES, MAIS SEGURAS E COM MAIORES ÂNGULOS DE VISÃO.	40.000,00		40.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) JAÚS	17.200,00		17.200,00	2
	AQUISIÇÃO DE 04 VARREDORAS PROFSSIONAL TIPO T 500N ( IMPRESCINDÍVEL)	10.400,00		10.400,00	2
	AQUISIÇÃO DE UM ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	1.500,00		1.500,00	2
	AQUISIÇÃO DE UMA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM EXTENSÃO DE MANGUEIRA DE 50 METROS E UM CABO DE 50 METROS	2.700,00		2.700,00	2
	AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA COSTAL ELÉTRICA 220 VOLTS ( COM CORTE DE LÂMINA)	1.500,00		1.500,00	2
	AQUISIÇÃO DE UM MINI COMPRESSOR DE AR (CALIBRAÇÃO DE PENUS DAS DUAS DALAS , ETC)	600,00		600,00	2
	AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE COSTURA MANUAL PARA SACARIA	1.200,00		1.200,00	2
	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DO PÁTIO		20.000,00	20.000,00	3
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>545.100,00</b>	<b>345.000,00</b>	<b>890.100,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG/MG)</b>	<b>14.256.078,00</b>	<b>3.517.000,00</b>	<b>17.623.078,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/MS</b>					
UA CAMPO GRANDE	SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS TELHAS METÁLICAS DA COBERTURA DO SILO BUFFALO (2.000,00 M²), INCLUINDO RECUPERAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE TERÇAS DANIFICADAS, ELEMENTOS DE FIXAÇÃO, CALAFETAÇÃO, RUFOS, ETC..	300.000,00		300.000,00	1
	REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 02 (DOIS) CONJUNTOS DE SECA GEM DE CEREAIS, MARCA PEREIRA, CAP. 40 T/H CADA, INCLUINDO FORNALHAS, ELEVADORES DE CARGA/DESCARGA E SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO – CERTIFICAÇÃO – PROC. SUREG/MS Nº 13.0048/2009	700.000,00		700.000,00	2
	IMPERMEABILIZAÇÃO DAS LAJES DE COBERTURA DE 08 (OITO) SILOS VERTICAIS DE CONCRETO REMOÇÃO DA IMPERMEABILIZAÇÃO ANTIGA EXISTENTE E EXECUÇÃO DE NOVA IMPERMEABILIZAÇÃO INCLUINDO, REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, IMPERMEABILIZAÇÃO DAS LAJES COM SISTEMA DE MANTA ASFÁLTICA, ESPESURA 4MM, SUBSTITUIÇÃO DOS BUZINOTES POR PEÇAS Ø 100MM MELHORANDO O ESCOAMENTO D'ÁGUA, EXECUÇÃO DE ARGAMASSA DE PROTEÇÃO MECÂNICA SOBRE A IMPERMEABILIZAÇÃO.		180.000,00	180.000,00	1
	REFORMA/RECUPERAÇÃO DO ELEVADOR DE PASSAGEIROS – Proc. Nº 3436/96		60.000,00	60.000,00	3
	PROJETO – SISTEMA CAPTAÇÃO DE PÓ-Proc. Nº 13.082/08		20.000,00	20.000,00	2

UA CAMPO GRANDE	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE CEREAIS (ELEVADORES/TRANSPORTADORAS)	200.000,00		200.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (ASFALTO) – CERTIFICAÇÃO	1.330.000,00		1.330.000,00	2
	SANITÁRIO PARA CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO	45.000,00		45.000,00	2
	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS – CERTIFICAÇÃO	30.000,00		30.000,00	2
	TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO	30.000,00		30.000,00	2
	SINALIZAÇÃO INTERNA DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO	3.000,00		3.000,00	2
	PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO		30.000,00	30.000,00	1
	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		20.000,00	20.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE 08 ROSCAS VARREDOURAS P/ OS SILOS DE CONCRETO	80.000,00		80.000,00	1
	TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG	88.500,00		88.500,00	3
	PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M³	17.000,00		17.000,00	3
	ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)	6.000,00		6.000,00	3
	CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	3
	ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	3
	SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE	3.400,00		3.400,00	3
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.857.900,00</b>	<b>310.000,00</b>	<b>3.167.900,00</b>		
UA CASSILÂNDIA	PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO		20.000,00	20.000,00	1
	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		30.000,00	30.000,00	1
	REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 10 (DEZ) SILOS METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, CAP. 1.000 TON/CADA, COM SUBSTITUIÇÃO DE 92 (NOVENTA E DUAS) CHAPAS LATERAIS DANIFICADAS, VEDAÇÕES DE PARAFUSOS E PINTURA GERAL	300.000,00		300.000,00	2
	PROJETO – SISTEMA CAPTAÇÃO DE PÓ		20.000,00	20.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE CEREAIS (ELEVADORES/TRANSPORTADORAS)	150.000,00		150.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) – CERTIFICAÇÃO	80.000,00		80.000,00	3
	SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO	45.000,00		45.000,00	3
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO	3.000,00		3.000,00	1
	REFORMA DE SECADORES COM INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO (SECADORES) – CERTIFICAÇÃO	500.000,00		500.000,00	3
	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS – CERTIFICAÇÃO	10.000,00		10.000,00	3
	TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO	15.000,00		15.000,00	3
	TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG	88.500,00		88.500,00	1
	PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M³	17.000,00		17.000,00	1
	ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)	6.000,00		6.000,00	1
	CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	1
	10 (DEZ) ROSCAS VARREDOURAS PARA SILOS METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, CAP. 30 T/H	100.000,00		100.000,00	2
	ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	1
	SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE	3.400,00		3.400,00	3
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.042.900,00</b>	<b>370.000,00</b>	<b>1.412.900,00</b>	
	CHAPADÃO DO SUL	REFORMA DA COBERTURA DO ARMAZÉM GRANELEIRO COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS TELHAS METÁLICAS E DAS TERÇAS DE MADEIRA – PROC. 13.038/2012	840.000,00		840.000,00
PROJETO – SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ			20.000,00	20.000,00	2
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE CEREAIS (ELEVADORES/TRANSPORTADORAS)		200.000,00		200.000,00	2
REFORMA DE ELEMENTOS DE OBRAS CIVIS: CONFEÇÃO DE PISO DE CONCRETO PARA ÁREAS DE EXPEDIÇÃO E FORNALHAS; SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS METÁLICAS DA COBERTURA DA CORREIA TRANSPORTADORA DE CARGA DO GRANELEIRO; RECUPERAÇÃO DE PAREDES LATERAIS DE CONCRETO DO ARMAZÉM GRANELEIRO.			80.000,00	80.000,00	1
AQUISIÇÃO DE 240,00 M. DE CORREIAS P/ SUBSTITUIÇÃO DOS TRANSPORTADORES DE DESCARGA DO GRANELEIRO			36.000,00	36.000,00	1
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (CERTIFICAÇÃO)		495.000,00		495.000,00	2
PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO			20.000,00	20.000,00	1
PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) – CERTIFICAÇÃO		180.000,00		180.000,00	2
RECINTO DE ANÁLISE DE PRODUTOS – CERTIFICAÇÃO		50.000,00		50.000,00	2
SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO		45.000,00		45.000,00	2
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO		3.000,00		3.000,00	1
SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO (SECADORES) – CERTIFICAÇÃO		630.000,00		630.000,00	2
SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS – CERTIFICAÇÃO		15.000,00		15.000,00	2
TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO		30.000,00		30.000,00	2
TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG		88.500,00		88.500,00	3
CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	3	
ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.601.500,00</b>	<b>156.000,00</b>	<b>2.757.500,00</b>		

UA DOURADOS	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – CERTIFICAÇÃO	250.000,00		250.000,00	1
	PROJETO P/ SISTEMA CAPTAÇÃO DE PÓ		20.000,00	20.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE CEREJAS (ELEVADORES/TRANSPORTADORAS)	200.000,00		200.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE PULVERIZAÇÃO	35.000,00		35.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) – CERTIFICAÇÃO	80.000,00		80.000,00	2
	SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO	45.000,00		45.000,00	2
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO	3.000,00		3.000,00	1
	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS – CERTIFICAÇÃO	15.000,00		15.000,00	2
	TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO	20.000,00		20.000,00	2
	TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG	88.500,00		88.500,00	1
	PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M³	17.000,00		17.000,00	1
	ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)	6.000,00		6.000,00	1
	CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	1
	ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	1
	SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE	3.400,00		3.400,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>787.900,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>807.900,00</b>	
	UA MARACAJÚ	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – CERTIFICAÇÃO	300.000,00		300.000,00
ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ			25.000,00	25.000,00	1
EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		200.000,00		200.000,00	2
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (EÓLICOS)		100.000,00		100.000,00	2
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO / VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES – CERTIFICAÇÃO		50.000,00		50.000,00	2
PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UA JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO			20.000,00	20.000,00	1
PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (ASFALTO) – CERTIFICAÇÃO		80.000,00		80.000,00	2
SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO		45.000,00		45.000,00	2
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO		3.000,00		3.000,00	1
SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO (SECADORES) – CERTIFICAÇÃO		255.000,00		255.000,00	1
TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO		20.000,00		20.000,00	2
TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG		88.500,00		88.500,00	3
PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M³		17.000,00		17.000,00	3
ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)		6.000,00		6.000,00	3
CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG		6.000,00		6.000,00	3
ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)		19.000,00		19.000,00	3
SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE		3.400,00		3.400,00	1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.192.900,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>1.237.900,00</b>		
UA RIO BRILHANTE	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		25.000,00	25.000,00	2
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	200.000,00		200.000,00	2
	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		30.000,00	30.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – CERTIFICAÇÃO	230000		230.000,00	2
	REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 10 (DEZ) SILOS METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, CAP. 1.000 TON/CADA, COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DE PAREDES LATERAIS E COBERTURAS, VEDAÇÕES E PINTURA GERAL	250.000,00		250.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) – CERTIFICAÇÃO	75.000,00		75.000,00	3
	SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES – CERTIFICAÇÃO	45.000,00		45.000,00	3
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CERTIFICAÇÃO	3.000,00		3.000,00	1
	SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO (SECADORES) – CERTIFICAÇÃO	255.000,00		255.000,00	2
	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS – CERTIFICAÇÃO	20.000,00		20.000,00	2
	TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) – CERTIFICAÇÃO	20.000,00		20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) ROSCAS VARREDOURAS P/ SILOS DE ARMAZENAMENTO	100.000,00		100.000,00	1
	TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG	88.500,00		88.500,00	3
	PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M³	17.000,00		17.000,00	3
	ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)	6.000,00		6.000,00	3
	CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	3
	ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	2
SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE	3.400,00		3.400,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.337.900,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>1.392.900,00</b>		

UA SÃO GABRIEL	REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 02 (DOIS) CONJUNTOS DE SECAGEM DE CEREAIS CAP. 30 T/H CADA, INCLUINDO FORNALHAS/CICLONES EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE COMO ELEVADORES/TUBULAÇÕES E SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO - CERTIFICAÇÃO	800.000,00		800.000,00	1
	REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 10 (DEZ) SILOS METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, CAP. 1.000 TON/CADA, COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DE PAREDES LATERAIS E COBERTURAS, VEDAÇÕES E PINTURA GERAL	250.000,00		250.000,00	1
	IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE DE COBERTURA DO TUNEL DAS CORREIAS DE DESCARGA DOS SILOS DE ARMAZENAMENTO	70.000,00		70.000,00	1
	PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO		20.000,00	20.000,00	1
	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		25.000,00	25.000,00	1
	EXECUÇÃO / IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	200.000,00		200.000,00	2
	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		30.000,00	30.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - CERTIFICAÇÃO	230.000,00		230.000,00	2
	ARMAZEM GRANELIRO TIPO FLAT-STORAGE; SUBSTITUIÇÃO DE CORREIA PLANA DA TRANSPORTADORA DE CARGA, REFORMA DAS CANALETAS DE AERAÇÃO DO PISO, SUBSTITUIÇÃO DE ALGUMAS TELHAS METÁLICAS DANIFICADAS.	80.000,00		80.000,00	1
	REFORMA GERAL DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CEREAIS (ELEVADORES E TRANSPORTADORAS), COM SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E PINTURA GERAL	250.000,00		250.000,00	1
	EXPEDIÇÃO; EFETUAR A ELEVÇÃO DO PÉ DIREITO DA COBERTURA DO PAVILHÃO E DOS SILOS ELEVADOS POSSIBILITANDO O ACESSO DE CAMINHÕES DE TODO PORTE	100.000,00		100.000,00	1
	PAVILHÃO DE RECEPÇÃO E PROCESSAMENTO; REFORMA DA COBERTURA COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE TELHAS, ELEVÇÃO DO PÉ DIREITO DA COBERTURA DAS MOEGAS, SUBSTITUIÇÃO DE MÁQUINAS DE LIMPEZA	220.000,00		220.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) - CERTIFICAÇÃO	80.000,00		80.000,00	2
	SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES - CERTIFICAÇÃO	45.000,00		45.000,00	2
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - CERTIFICAÇÃO	3.000,00		3.000,00	1
	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS - CERTIFICAÇÃO	20.000,00		20.000,00	2
	TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) - CERTIFICAÇÃO	20.000,00		20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) ROSCAS VARREDOURAS P/ SILOS DE ARMAZENAMENTO	100.000,00		100.000,00	1
	TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG	88.500,00		88.500,00	3
	PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M²	17.000,00		17.000,00	3
	ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)	6.000,00		6.000,00	3
	CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG	6.000,00		6.000,00	3
	ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)	19.000,00		19.000,00	2
	SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE	3.400,00		3.400,00	3
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.607.900,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>2.682.900,00</b>	
	UA SINDROLÂNDIA	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS		30.000,00	30.000,00
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - CERTIFICAÇÃO		230.000,00		230.000,00	2
PROJETO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE JUNTO AO ESTADO E MUNICÍPIO			20.000,00	20.000,00	1
REFORMA GERAL DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		100.000,00		100.000,00	2
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO NOS SECADORES - CERTIFICAÇÃO		255.000,00		255.000,00	1
REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 04 (QUATRO) SILOS METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, CAPACIDADE 2.000 TON/CADA, DE 04 (QUATRO) SILOS DE ESPERA CAP. 120 TON/CADA E DE 02 (DOIS) SILOS DE EXPEDIÇÃO, COM SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES DANIFICADOS (CHAPAS, MONTANTES), VEDAÇÕES E PINTURAS		400.000,00		400.000,00	1
REFORMA/RECUPERAÇÃO DE 12 ELEVADORES DE CEREAIS		150.000,00		150.000,00	2
IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE DE COBERTURA DO TUNEL DE DESCARGA DOS SILOS DE ARMAZENAMENTO E EXECUÇÃO DE NOVO PISO EM CONCRETO NA ÁREA ENTRE SILOS		100.000,00		100.000,00	2
PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO (CASCALHO) - CERTIFICAÇÃO		80.000,00		80.000,00	2
SANITÁRIO DE CLIENTES E DEFICIENTES - CERTIFICAÇÃO		45.000,00		45.000,00	3
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - CERTIFICAÇÃO		3.000,00		3.000,00	1
SISTEMA DE VENTILAÇÃO DE AMBIENTES CONFINADOS/SEMICONFINADOS - CERTIFICAÇÃO		20.000,00		20.000,00	3
TERMOMETRIA (SENSORES A CADA 150 M²) - CERTIFICAÇÃO		20.000,00		20.000,00	3
TRATOR AGRÍCOLA, POT. 75 CV, COM TOMADA DE POTÊNCIA, SISTEMA HIDRÁULICO LEVANTE DE 03 (TRÊS) PONTOS CAPACIDADE 2500/3200 KG		88.500,00		88.500,00	1
PÁ AGRÍCOLA MODULADA P/ TRATOR, CAPACIDADE 0,600M²		17.000,00		17.000,00	1
ROÇADEIRA HIDRÁULICA PARA ACOPLAGEM AO TRATOR (CENTRAL E LATERAL)		6.000,00		6.000,00	1
CARRETA AGRÍCOLA A TRATOR, 02 EIXOS, RODADO SIMPLES, CAPACIDADE DE CARGA 4.000 KG		6.000,00		6.000,00	1
ASPIRADOR DE GRÃOS PARA LIMPEZA DE POÇOS DE ELEVADORES, CAPACIDADE 1500 KG/H (GRÃOS)		19.000,00		19.000,00	2
SERRA TELESCÓPICA PARA PODA DE CERCAS VIVAS NO ENTORNO DA UNIDADE		3.400,00		3.400,00	1
<b>SUB TOTAL</b>		<b>1.542.900,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>1.592.900,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG/MS)</b>	<b>13.971.800,00</b>	<b>1.081.000,00</b>	<b>15.052.800,00</b>		

UNIDADE: CONAB – SUREG/MT						
UA ALTA FLORESTA	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	230.000,00		230.000,00	1	
	REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DA UNIDADE, AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE CEREAIS.	600.000,00		600.000,00	1	
	COMPLEMENTAÇÃO DAS RAMPAS DE CONCRETO ARMADO, FCK=25 MPA, DA BALANÇA RODOVIÁRIA DA UNIDADE.		15.000,00	15.000,00	1	
	CONSTRUIR UM ABRIGO COM COLETA SELETIVA PARA LAVAGEM DE EPIS	20.000,00		20.000,00	1	
	ELABORAÇÃO DO PROJETO E PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.		80.000,00	80.000,00	1	
	REFORMA DA SALA DE COLETA E PRÉ-CLASSIFICAÇÃO.		25.000,00	25.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X25,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	200.000,00		200.000,00	2	
	INSTALAÇÃO DO CAPTADOR DE PÓ E RETENÇÃO DE PARTÍCULAS PARA A UNIDADE.	170.000,00		170.000,00	3	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.220.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>1.340.000,00</b>			
UA DIAMANTINO	CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA – PROC. Nº 12.300/2008.	1.450.000,00		1.450.000,00	1	
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	300.000,00		300.000,00	1	
	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,42MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIROS CODRASA, INCLUINDO EXAUSTORES EÓLICOS NA COBERTURA.	900.000,00		900.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS, EPIS, ETC., UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	240.000,00		240.000,00	1	
	REFORMA DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE INCLUINDO CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", SUBSTITUIÇÕES DE COBERTURA, FORRO, ILUMINAÇÃO E PISO, ESQUADRIAS E PORTAS, ASSIM COMO REVISÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIFICAÇÃO.	150.000,00		150.000,00	1	
	REVISÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE SECAGEM E PROCESSAMENTO INCLUINDO LIXAMENTO E PINTURA DOS EQUIPAMENTOS, REFORMA DA COBERTURA DE MÁQUINAS BEM COMO INSTALAÇÃO DO CAPTADOR DE PÓ NO SECADOR KW 25	300.000,00		300.000,00	2	
	REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA.	280.000,00		280.000,00	2	
	REVISAR CERCAS E PORTÕES		30000	30.000,00	2	
	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO JUNTO À MOEGA, CONF. P. 12.348/06		40.000,00	40.000,00	2	
	AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	200.000,00		200.000,00	3	
	SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	500.000,00		500.000,00	3	
	INSTALAR SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.	180.000,00		180.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>4.570.000,00</b>		
	UA RONDONÓPOLIS	COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO PÁTIO E DO ACESSO DA UNIDADE	1.800.000,00		1.800.000,00	1
		SUBSTITUIÇÃO DAS CABLAGENS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DAS CENTRAIS DE PROCESSAMENTO, SUBSTITUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS QUADROS DE COMANDO E SISTEMAS ELÉTRICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA PARA OS EQUIPAMENTOS, CONFORME PROC. 12.299/2008	5.900.000,00		5.900.000,00	1
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA- SPDA.		700.000,00		700.000,00	1	
REFORMA DOS OITO SILOS GRANELEIROS COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS COBERTURAS E 60% DAS CHAPAS DAS LATERAIS		900.000,00		900.000,00	1	
REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO, MOVIMENTAÇÃO(VERTICAL E HORIZONTAL), AERAÇÃO E ESTRUTURAS METÁLICAS DAS FITAS ELEVADAS E TORRES.		700.000,00		700.000,00	1	
REFORMA/ADEQUAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UA DE RONDONÓPOLIS INCLUINDO A SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E FORRO,LOCAL PARA GUARDA DE ARQUIVO E ALMOXARIFADO, CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", ASSIM COMO REVISÃO/AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIFICAÇÃO.		400.000,00		400.000,00	1	
SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,42MM DAS COBERTURAS DO GRANELEIRO CODRASA Nº 25, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.		450.000,00		450.000,00	1	
CONSTRUÇÃO DE DUAS GUARITAS		40.000,00		40.000,00	1	
REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES E SINALIZAÇÃO DO PÁTIO.			70.000,00	70.000,00	1	
IMPERMEABILIZAÇÃO E REVISÃO DO PISO, PORTÕES E COBERTURAS E DAS TELAS LATERAIS DOS TRÊS ARMAZÉNS "FLAT STORAGE"		650.000,00		650.000,00	2	
INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE COLETA DE AMOSTRAS			70.000,00	70.000,00	2	
REDIMENSIONAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA, BEM COMO REVISÃO DOS RESPECTIVOS PISOS.		800.000,00		800.000,00	2	
CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X50,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.		700.000,00		700.000,00	2	
INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.		1.200.000,00		1.200.000,00	3	
SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS		1.500.000,00		1.500.000,00	3	
AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO DOS GRANELEIROS.		500.000,00		500.000,00	3	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>16.240.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>16.380.000,00</b>		

UA SORRISO	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA- SPDA.	450.000,00		450.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,42MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA E DAS TELHAS ROLL FOR DOS DOIS ARMAZÉNS FLAT STORAGE . INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	1.400.000,00		1.400.000,00	1
	ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM CONFORME PROCESSO Nº 21212.000365/2008/84	4.500.000,00		4.500.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA .	3.500.000,00		3.500.000,00	1
	REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES, INCLUINDO A COLOCAÇÃO DE TELA NA CERCA FRONTAL.		60.000,00	60.000,00	1
UA SORRISO	REVISÃO DA ENCASALHAMENTO DAS VIAS DE TRÁNSITO DO PÁTIO DA UNIDADE		50.000,00	50.000,00	1
	REFORMA/ADEQUAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, FORRO BEM COMO CONTEMPLANDO A CONSTRUÇÃO DO SANITÁRIO PARA PNE E O ARQUIVO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO.	250.000,00		250.000,00	1
	REFORMA DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO DOS BRAÇAGISTAS COM SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, REVESTIMENTO INTERNO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIA.		50.000,00	50.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO	30.000,00		30.000,00	2
	REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZÉNS CODRASA E DAS DIAS MOEGAS		30.000,00	30.000,00	2
	REFORMA/ADEQUAÇÃO NO ARMAZÉM AUTOPORTANTE	150.000,00		150.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DA CALÇADA DA FRENTE DA UNIDADE(300,00X3,00M,e=7,0CM)	40.000,00		40.000,00	2
	EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E MOVIMENTAÇÃO INTERNA DA UNIDADE EM CBUQ.	2.000.000,00		2.000.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DA ATUAL BALANÇA RODOVIÁRIA POR UMA DE 100.000KG(30,00X3,00M), TOTALMENTE AUTOMATIZADA.	150.000,00		150.000,00	2
	REDIMENSIONAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA E DOS FLAT STORAGE.	250.000,00		250.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE UM VESTIÁRIO SANITÁRIO PARA PESSOAL DA CONAB.	60.000,00		60.000,00	2
	CONSTRUIR DOIS ABRIGOS DE LENHA PARA OS KW40, MEDINDO 15X30,00M	200.000,00		200.000,00	3
	INSTALAR SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	400.000,00		400.000,00	3
	SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS	80.000,00		80.000,00	3
	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE TERMOMETRIAS COMPUTADORIZADOS PARA OS DOIS ARMAZÉNS FLAT STORAGE.	150.000,00		150.000,00	3
	AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	300.000,00		300.000,00	2
	SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	500.000,00		500.000,00	2
	ADEQUAR O GALPÃO DE PROCESSAMENTO "MULTI" ATUALMENTE INOPERANTE PARA UTILIZAÇÃO COMO ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS .	100.000,00		100.000,00	2
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>14.510.000,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>14.700.000,00</b>	
	UA SINOP	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,42MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	900.000,00		900.000,00
ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM CONFORME PROCESSO Nº 12.364/2008		900.000,00		900.000,00	1
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA- SPDA.		350.000,00		350.000,00	1
CONTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA CONFORME PROJETO ELABORADO ATRAVÉS DO PROC. Nº12.300/2008.		1.600.000,00		1.600.000,00	1
ADEQUAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS SANITÁRIAS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO E PNE.			40.000,00	40.000,00	1
REFORMA DO ESCRITÓRIO VISANDO ADEQUAÇÃO PARA PNE E ARQUIVO CORRENTE.			50.000,00	50.000,00	1
CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO		30.000,00		30.000,00	1
CONSTRUÇÃO DE NOVOS PORTÕES RODOVIÁRIA DEVIDO À MUDANÇA DA ENTRADA DA UNIDADE.		30.000,00		30.000,00	1
CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO		70.000,00		70.000,00	2
RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO.			50.000,00	50.000,00	2
REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA.		280.000,00		280.000,00	2
INSTALAR SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ		200.000,00		200.000,00	2
CONSTRUÇÃO DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO PARA OS EMPREGADOS DA CONAB		60.000,00		60.000,00	2
SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS		50.000,00		50.000,00	2
CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UNIDADE.		400.000,00		400.000,00	2
REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZÉNS CODRASA E DA MOEGAS			30.000,00	30.000,00	2
AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO		150.000,00			3
SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS		450.000,00			3
CONSTRUÇÃO (PROJETAR E EXECUTAR) DE 03 SEPTOS EM CONCRETO ARMADO NO INTERIOR DO ARMAZÉM 12		310.000,00	270.000,00	580.000,00	3
<b>SUB TOTAL</b>	<b>5.780.000,00</b>	<b>440.000,00</b>	<b>5.620.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/MT)</b>	<b>42.250.000,00</b>	<b>960.000,00</b>	<b>42.610.000,00</b>		

UNIDADE: CONAB – SUREG/PA					
UA ANANINDEUA	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DOS ARMAZÉNS 02 E 03 (CDA: 57.0287.0063-9 E 57.0287.0070-1): TROCA DE TELHAS E ESTRUTURAS METÁLICAS, CUMEIRA, FIXADORES, TELAS CONTRA PÁSSAROS E OUTROS – Proc. N.º 07.323/2011.	1.228.000,00		1.228.000,00	PRIORIDADE 01
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE INCÊNDIO E PÂNICO NA UA ANANINDEUA-PA - ADAPTAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DE AUTOMAÇÃO, COMANDO E PROTEÇÃO DO SISTEMA DE BOMBAS DE COMBATE À INCÊNDIO – Proc. N.º 07.347/1997.	260.000,00		260.000,00	PRIORIDADE 01
	TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E DO PÁTIO DE MANOBRAS E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS - – Proc. N.º 07.322/2010	1.500.000,00		1.500.000,00	PRIORIDADE 01
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ARMAZÉM 01 (CDA: 57.0287 57.0044-2), COM SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	42.000,00		42.000,00	PRIORIDADE 01
	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESCRITÓRIO, REFEITÓRIO, VESTIÁRIOS, BANHEIROS E CASA DE BALANÇA: RECUPERAÇÃO DOS PISOS, PAREDES, JANELAS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E INSTALAÇÕES LÓGICAS DO ESCRITÓRIO .	400.000,00		400.000,00	PRIORIDADE 01
	CONSTRUÇÃO DE SALA DE 50 M² PARA ARQUIVO DE DOCUMENTOS DA UA ANANINDEUA-PA - Proc. N.º 07.062/2009.	70.000,00		70.000,00	PRIORIDADE 02
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO COM BANHEIRO PARA GUARDA DE AGROTÓXICOS E EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS.	50.000,00		50.000,00	PRIORIDADE 01
	AQUISIÇÃO DE ESTRADOS Proc. N.º 07.324/2008		30.000,00	30.000,00	PRIORIDADE 02
	RECUPERAÇÃO DAS PORTAS DOS ARMAZÉNS 1, 2 E 3: TROCA DE CHAPAS METÁLICAS, TRILHOS, ROLDANAS E OUTROS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	72.000,00		72.000,00	PRIORIDADE 01
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADEIRA AUTOMOTRIZ (GLP), PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CARGA NOS ARMAZÉNS DA UNIDADE	90.000,00		90.000,00	PRIORIDADE 02
	RECUPERAÇÃO DE UMA ROSCA SEM FIM – Proc. N.º 07.392/2008		4.500,00	4.500,00	PRIORIDADE 03
	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PÓRTICO DE ENTRADA	100.000,00		100.000,00	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.812.000,00</b>	<b>34.500,00</b>	<b>3.846.500,00</b>	
UA MARABÁ	AQUISIÇÃO DE ESTRADOS Proc. N.º 07.324/2008		15.000,00	15.000,00	PRIORIDADE 01
	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA, PAREDES E PORTAS DO ARMAZÉM - – Proc. N.º 07.091/2012	80.000,00		80.000,00	PRIORIDADE 01
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO – Proc. N.º 07.125/2011	130.000,00		130.000,00	PRIORIDADE 01
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		80.000,00	80.000,00	PRIORIDADE 01
	ADAPTAÇÃO DO RECINTO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS		20.000,00	20.000,00	PRIORIDADE 02
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO	30.000,00		30.000,00	PRIORIDADE 01
	RECUPERAÇÃO E AFERIÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA		22.000,00	22.000,00	PRIORIDADE 01
	RECUPERAÇÃO DE CERCAS E PORTÃO DA UNIDADE		30.000,00	30.000,00	PRIORIDADE 02
<b>SUBTOTAL</b>	<b>240.000,00</b>	<b>167.000,00</b>	<b>407.000,00</b>		
SANTARÉM	AQUISIÇÃO DE ESTRADOS Proc. N.º 07.324/2008		15.000,00	15.000,00	PRIORIDADE 02
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	130.000,00		130.000,00	PRIORIDADE 01
	ADAPTAÇÃO DO RECINTO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS – Proc. N.º 07.126/2011		20.000,00	20.000,00	PRIORIDADE 02
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO	30.000,00		30.000,00	PRIORIDADE 01
	RECUPERAÇÃO DE PAREDES, TELHADO PORTAS E TELAS CONTRA PÁSSAROS DO ARMAZÉM		30.000,00	30.000,00	PRIORIDADE 01
	RECUPERAÇÃO DO MURO E CERCA DA UNIDADE	25.000,00		25.000,00	PRIORIDADE 01
	INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO PARA CONVERSÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA DE MECÂNICA PARA ELETRÔNICA	20.000,00		20.000,00	PRIORIDADE 02
	REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA UNIDADE	33.000,00		33.000,00	PRIORIDADE 01
	CONSTRUÇÃO DE SALA PARA ARQUIVO DE DOCUMENTOS NA UA SANTARÉM-PA	40.000,00		40.000,00	PRIORIDADE 03
<b>SUBTOTAL</b>	<b>278.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>343.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/PA)</b>	<b>4.330.000,00</b>	<b>266.500,00</b>	<b>4.596.500,00</b>		
UNIDADE: CONAB – SUREG/PB					
UA MONTEIRO	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE PROTEÇÃO NO ENTORNO DA UNIDADE.	180.000,00		180.000,00	2
	COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DOS ARRUAMENTOS INTERNOS DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DO PÁTIO DA UNIDADE.	120.000,00		120.000,00	1
	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESCRITÓRIO COM LOCAL PARA ARQUIVO, BANHEIROS, LABORATÓRIO E VESTIÁRIO/SANITÁRIO.	130.000,00		130.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO PARA GUARDA DE AGROTÓXICOS.	25.000,00		25.000,00	1
	MANUTENÇÃO CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO ARMAZÉM, INCLUSIVE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.	70.000,00		70.000,00	1
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	220.000,00		220.000,00	2
	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO ARBUSTA DE TODA ÁREA INTERNA DO PÁTIO E REMIÇÃO DE ENTULHO.		4.500,00	4.500,00	1

UA MONTEIRO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FENÔMENOS NATURAIS E DE COMBATE A INCÊNDIO.	280.000,00		280.000,00	1
	REFORMA DA REDE DE AT E BT E TROCA DO TRAFÓ		45.000,00	45.000,00	1
	ARQUIVO – ARMÁRIO DE AÇO PARA AMOSTRA DE GRÃOS – (03 unidades).	2.850,00		2.850,00	1
	MATERIAL DE LABORÓRIO (Lupa, pinça, paquímetro, luminária de mesa e bandeja de classificação).	1.770,00		1.770,00	1
	TRENA LASER.	480,00		480,00	1
	MÁQUINA VARREDEIRA DE PISO MANUAL PROFISSIONAL...	4.800,00		4.800,00	1
	CARRO DE MÃO TIPO CONSTRUÇÃO	150,00		150,00	1
	LENÇOL DE EXPURGO (4 Unidade).	18.400,00		18.400,00	1
	COBRA DE AREIA (352 metros).	1.936,00		1.936,00	1
	CAIXETA PORTA PASTILHA PARA EXPURGO (128 unidades).	3.840,00		3.840,00	1
	CAIXA PORTA ISCA DE COMBATE A ROEDORES (28 unidades).	840,00		840,00	1
	TRNSPALETEIRA ( Porta Paleta hidráulico).	1.800,00		1.800,00	1
	CARRO PLATAFORMA PA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	1.500,00		1.500,00	1
	EMPLHADERA HORIZONTAL INCLINAVEL (Transportador de correia para produto ensacado).	16.000,00		16.000,00	1
	TRNAPORTADOR HELICOIDAL DE GRÃOS (Rosca sem fim, Transportador de rosca, ou chupim).	15.370,00		15.370,00	1
	ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	9.000,00		9.000,00	2
	DETECTOR DE GASES TOXICOS	1.990,00		1.990,00	1
	BALANÇA ENSACADEIRA	11.000,00		11.000,00	1
	MAQUINA DE COSTURA COM ESTEIRA	12.700,00		12.700,00	1
	BALANÇA PLATAFORMA MÓVEL DIGITAL	9.000,00		9.000,00	1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.138.426,00</b>	<b>49.500,00</b>	<b>1.187.926,00</b>		
UA JOÃO PESSOA	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE PROTEÇÃO NO ENTORNO DA UNIDADE.	360.000,00		360.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DOS ARRUEAMENTOS INTERNOS DE CIRCULAÇÃO DE VEICULOS DO PÁTIO DA UNIDADE.	450.000,00		450.000,00	1
	REVISÃO DO TELHADO, FECHAMNETOS LATERAIS E ESTRUTURAS METÁLICAS DO ARMAZÉM, INCLUSIVE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.		380.000,00	380.000,00	1
	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESCRITÓRIO COM LOCAL PARA ARQUIVO, BANHEIROS, LABORATÓRIO E VESTIÁRIO/SANITÁRIO.	150.000,00		150.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO PARA GUARDA DE AGROTÓXICOS.	25.000,00		25.000,00	1
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FENÔMENOS NATURAIS E DE COMBATE A INCÊNDIO.	450.000,00		450.000,00	1
	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO ARBUSTA DE TODA ÁREA INTERNA DO PÁTIO		15.000,00	15.000,00	1
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS.	220.000,00		220.000,00	2
	REFORMA DA REDE DE AT E BT E TROCA DO TRAFÓ	45.000,00		45.000,00	2
RECOMPOSIÇÃO DE TELAS PASSARINHEIRAS DA COBERTURA DO ARMAZÉM		75.000,00	75.000,00	1	
UA JOÃO PESSOA	MANUTENÇÃO CORRETIVA DO ARQUIVO, GUARITA E CABINE DA BALANÇA		45.000,00	45.000,00	1
	DETERMINADOR DE UMIDADE MÉTODO DIRETO.	4.800,00		4.800,00	2
	PAQUIMETRO DIGITAL.	1.300,00		1.300,00	2
	TRENA LASER	480,00		480,00	2
	MÁQUINA VARREDEIRA DE PISO MANUAL.	4.800,00		4.800,00	1
	LENÇOL DE EXPURGO (4 UNIDADES).	18.400,00		18.400,00	1
	COBRA DE AREIA (485 metros).	2.668,00		2.668,00	1
	CAIXETA PORTA PASTILHA PARA EXPURGO (110 unidades).	3.300,00		3.300,00	1
	CAIXA PORTA ISCA DE COMBATE A ROEDORES (62 unidades).	1.860,00		1.860,00	1
	TRNSPALETEIRA ( Porta Paleta hidráulico).	1800,00		0,00	1
	CARRO PLATAFORMA PA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	1.500,00		1.500,00	2
	EMPLHADERA HORIZONTAL INCLINAVEL (Transportador de correia para produto ensacado).	16.000,00		16.000,00	1
	TRNAPORTADOR HELICOIDAL DE GRÃOS (Rosca sem fim, Transportador de rosca, ou chupim). (duas unidades)	30.740,00		30.740,00	1
	ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	9.000,00		9.000,00	2
	DETECTOR DE GASES TOXICOS	1.990,00		1.990,00	1
	BALANÇA ENSACADEIRA	11.000,00		11.000,00	1
	MAQUINA DE COSTURA COM ESTEIRA	12.700,00		12.700,00	1
BALANÇA PLATAFORMA MÓVEL DIGITAL	9.000,00		9.000,00		
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.829.538,00</b>	<b>515.000,00</b>	<b>2.344.538,00</b>		

UA CAMPINA GRANDE	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE PROTEÇÃO NO ENTORNO DA UNIDADE.	220.000,00		220.000,00	1
	PAVIMENTAÇÃO DOS ARRUAMENTOS INTERNOS DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DO PÁTIO DA UNIDADE.	350.000,00		350.000,00	1
	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESCRITÓRIO COM LOCAL PARA ARQUIVO, BANHEIROS VESTIÁRIO E LABORATÓRIO.	110.000,00		110.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO PARA GUARDA DE AGROTÓXICOS.	25.000,00		25.000,00	1
	MANUTENÇÃO CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO ARMAZÉM, INCLUSIVE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.		180.000,00	180.000,00	1
	REFORMA DA REDE DE AT E BT E TROCA DO TRAFÓ	45.000,00		45.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	220.000,00		220.000,00	2
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FENÔMENOS NATURAIS E DE COMBATE A INCÊNDIO.	280.000,00		280.000,00	1
	ARQUIVO – ARMÁRIO DE AÇO PARA AMOSTRA DE GRÃOS – (03 unidades).	2.850,00		2.850,00	1
	MATERIAL DE LABORATÓRIO (Lupa, pinça, paquímetro, luminária de mesa e bandeja de classificação).	1.770,00		1.770,00	1
	TRENA LASER	480,00		480,00	2
	MÁQUINA VARREDEIRA DE PISO MANUAL PROFSSIONAL.	4.800,00		4.800,00	1
	LENÇOL DE EXPURGO (4 UNIDADES).	18.400,00		18.400,00	1
	COBRA DE AREIA (355 metros).	2.063,00		2.063,00	1
	CAIXETA PORTA PASTILHA PARA EXPURGO (60 unidades).	1.800,00		1.800,00	1
	CAIXA PORTA ISCA DE COMBATE A ROEDORES (40 unidades).	1.200,00		1.200,00	1
	TRNSPALETEIRA( Porta Palete hidráulico).	1.800,00		1.800,00	1
	CARRO PLATAFORMA PA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	1.500,00		1.500,00	2
	EMPLHADEIRA HORIZONTAL INCLINAVEL (Transportador de correia para produto ensacado).	16.000,00		16.000,00	1
	TRNAPORTADOR HELICOIDAL DE GRÃOS (Rosca sem fim, Transportador de rosca, ou chupim).(duas unidades)	30.740,00		30.740,00	1
	ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	9.000,00		9.000,00	2
	DETECTOR DE GASES TÓXICOS	1.990,00		1.990,00	1
	BALANÇA ENSACADEIRA	11.000,00		11.000,00	1
	MAQUINA DE COSTURA COM ESTEIRA	12.700,00		12.700,00	1
	BALANÇA PLATAFORMA MÓVEL DIGITAL	9.000,00		9.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.377.093,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>1.557.093,00</b>	
UA PATOS	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE PROTEÇÃO NO ENTORNO DA UNIDADE.	230.000,00		230.000,00	2
	PAVIMENTAÇÃO DOS ARRUAMENTOS INTERNOS DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DO PÁTIO DA UNIDADE.	280.000,00		280.000,00	2
	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESCRITÓRIO COM LOCAL PARA ARQUIVO, BANHEIROS, LABORATÓRIO E VESTIÁRIOS.	110.000,00		110.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO PARA GUARDA DE AGROTÓXICOS.	25.000,00		25.000,00	1
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	220.000,00		220.000,00	2
	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO ARBUSTA DE TODA ÁREA INTERNA DO PÁTIO.		5.000,00	5.000,00	1
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FENÔMENOS NATURAIS E DE COMBATE A INCÊNDIO.	280.000,00		280.000,00	1
	IMPLANTAÇÃO DA REDE ADUTORA DE ABASTECIMENTO DE AGUA	60.000,00		60.000,00	1
	REFORMA DA REDE DE AT E BT E TROCA DO TRAFÓ	45.000,00		45.000,00	2
	ARQUIVO – ARMÁRIO DE AÇO PARA AMOSTRA DE GRÃOS – (03 unidades).	2.850,00		2.850,00	1
	MATERIAL DE LABORATÓRIO (Lupa, pinça, paquímetro, luminária de mesa e bandeja de classificação).	1.770,00		1.770,00	1
	TRENA LASER	480,00		480,00	1
	MÁQUINA VARREDEIRA DE PISO MANUAL.	4.800,00		4.800,00	1
	CARRO DE MÃO TIPO CONSTRUÇÃO.	150,00		150,00	1
	LENÇOL DE EXPURGO (3 unidade).	13.800,00		13.800,00	1
	COBRA DE AREIA (312 metros).	1.716,00		1.716,00	1
	CAIXETA PORTA PASTILHA PARA EXPURGO (112 unidades).	3.360,00		3.360,00	1
	CAIXA PORTA ISCA DE COMBATE A ROEDORES (44 unidades).	1.320,00		1.320,00	1
	TRNSPALETEIRA( Porta Palete hidráulico).	1.800,00		1.800,00	1
	CARRO PLATAFORMA PA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	1.500,00		1.500,00	1
	EMPLHADEIRA HORIZONTAL INCLINAVEL (Transportador de correia para produto ensacado).	16.000,00		16.000,00	1
	TRNAPORTADOR HELICOIDAL DE GRÃOS (Rosca sem fim, Transportador de rosca, ou chupim).	15.370,00		15.370,00	1
	ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL	9.000,00		9.000,00	2
	DETECTOR DE GASES TÓXICOS	1.990,00		1.990,00	1
	BALANÇA ENSACADEIRA	11.000,00		11.000,00	1
	MAQUINA DE COSTURA COM ESTEIRA	12.700,00		12.700,00	1
	BALANÇA PLATAFORMA MÓVEL DIGITAL	9.000,00		9.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.358.606,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>1.363.606,00</b>	
	<b>TOTAL (SUREG/PB)</b>	<b>5.703.663,00</b>	<b>749.500,00</b>	<b>6.453.163,00</b>	

UNIDADE: CONAB – SUREG/PR					
UA CAMBÉ	CONSTRUÇÃO ABRIGO PARA DEPÓSITO/GUARDA DE PRODUTOS AGROTÓXICOS - Proc. 10.346/2011	81.653,00		81.653,00	1
	ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	25.000,00		25.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO, USUÁRIO EXTERNO (MOTORISTA E PESSOAL SINDICATO) 25 M2, INCLUINDO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – Proc. n.º 10.0304/2007	93.186,79		93.186,79	1
	IMPERMEABILIZAÇÃO DAS CÉLULAS DE SERVIÇO PARA OPERAÇÃO DE EXPURGO - SILO BUFALO	15.000,00		15.000,00	1
	SERVIÇO DE ENCAMISAMENTO E VEDAÇÃO COM TELHAS METÁLICAS GALVANIZADAS, TRAPEZOIDAIS, COM ESPESURA DE 0,5 MM – PROC. SUREG/PR Nº 10.0510/2008	300.000,00		300.000,00	3
	REFORMA DO PISO ASFALTICO DO PÁTIO DA UNIDADE – Proc. Nº 10.511/2008.	181.018,32		181.018,32	2
	MANUTENÇÃO, LIMPEZA E PINTURA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ESCADA – PROC. 10.294/2008 E 10.330/2008		97.605,43	97.605,43	1
	MANUTENÇÃO DO DESVIO FERROVIÁRIO		30.000,00	30.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TERMOMETRIA		15.000,00	15.000,00	1
	MANUTENÇÃO DA SUBESTAÇÃO		40.000,00	40.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ – FILTROS DE MANGA – PROC. 10.106/2009	330.000,00		330.000,00	3
	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE MATERIAL PARTICULADO – PROC. 10.371/2010		15.000,00	15.000,00	2
	REPAROS DE MOTORES ELÉTRICOS		23.000,00	23.000,00	1
	ADAPTAÇÃO NAS INSTALAÇÕES CONFORME PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO NA UA. Processo nº 10.247/2012		100.000,00	100.000,00	1
	REFORMA DE TUBULAÇÕES E ACESSÓRIOS, ROLETES, REDLERS E CORREIAS		30.000,00	30.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE SILOS METÁLICOS P/ 12.000 T. - PROC. 10.234/2008	2.500.000,00		2.500.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO	5.000,00		5.000,00	1
	MANUTENÇÃO DO ELEVADOR DE PASSAGEIROS/SERVIÇOS DA UA - Proc. SUREG/PR nº 10.076/2008		25.000,00	25.000,00	1
	EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARA MODERNIZAÇÃO DA UA - Proc. SUREG/PR nº 10.0239/2010		150.000,00	150.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>3.530.858,11</b>	<b>525.605,43</b>	<b>4.056.463,54</b>	
	AQUISIÇÃO DE A PARELHO DE GPS		1.000,00	1.000,00	1
UA PONTA GROSSA	ADAPTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES PARA USUÁRIOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		30.000,00	30.000,00	1
	REFORMA DE BANHEIROS – PROC. 10.027/2008		180.000,00	180.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA MODERNIZAÇÃO DE TODA A UA – PROC. SUARM/GERAP Nº 00.0274/2008		150.000,00	150.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DE PARTE DO TALUDE DO DESVIO FERROVIÁRIO DA UA PONTA GROSSA/PR – PROC. SUREG/PR Nº 10.151/2002	600.000,00		600.000,00	2
	KIT FULL ADAPTAÇÃO ELETRÔNICA BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. n.º 10.160/2009	50.000,00		50.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MÁQUINAS DE PRÉ-LIMPEZA COM CAPACIDADE OPERACIONAL EFETIVA DE 80 T/H – PROC. SUREG/PR Nº 10.0171/2008	200.000,00		200.000,00	2
	COLETOR DE AMOSTRAS PNEUMÁTICO – Proc. n.º 10.620/2006	70.000,00		70.000,00	1
	VARREDOR MOTORIZADO PARA PÁTIO	120.000,00		120.000,00	3
	AUTOMAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES		59.200,00	59.200,00	1
	VEDAÇÃO DO TELHADO DOS GRANELEIROS DA UA PONTA GROSSA/PR, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DE TELHAS TRANSLÚCIDAS – PROC. SUREG/PR Nº 10.0032/2008	400.000,00		400.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS P/ MANUTENÇÃO		150.000,00	150.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE CORREIAS TRANSPORTADORAS		150.000,00	150.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MEDIÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DE FOSFINA – PROC. 10.086/2008	18.000,00		18.000,00	1
	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA CONTRA INCÊNDIO – PROC. 10.090/2008		350.000,00	350.000,00	1
	PROJETO: READEQUAÇÃO DO ACESSO À UNIDADE		15.000,00	15.000,00	2
	REFORMA DE EMPILHADEIRAS		8.000,00	8.000,00	2
	REFORMA DOS COMPRESSORES DE AR		25.000,00	25.000,00	1
	REPAROS DE MOTORES ELÉTRICOS		20.000,00	20.000,00	1
	COLOCAÇÃO DE CORRIMÃOS EM ELEVADORES		5.000,00	5.000,00	1
	REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DOS CABOS E PENDULOS DO SISTEMA DE TERMOMETRIA - PROC.10.397/2011		120.000,00	120.000,00	1
	REVISÃO DE TRANSFORMADORES COM TROCA DE ÓLEO - PROC.10.354/2011		10.000,00	10.000,00	1
	PROJETO MODERNIZAÇÃO ELEVADOR MONTA-CARGA - TORRE GR 1	200.000,00		200.000,00	1
	PROJETO: MODERNIZAÇÃO DO ELEVADOR DE PASSAGEIROS - PROC.10.066/2008		110.000,00	110.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS – PROC. 10.024/2008	550.000,00		550.000,00	1
	PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO DOS SILOS – PROC.10.615/2008		500.000,00	500.000,00	1
	AUTOMAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES	350.000,00		350.000,00	1
	MODERNIZAÇÃO /REGULARIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO – PROC. 10.458/2009	500.000,00		500.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO INFRAVERMELHO	1.000,00		1.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS P/ REALIZAÇÃO DE TESTES DE MICOTOXINAS	40.000,00		40.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DE ASFALTO – Proc. n.º 10.472/2009	1.000.000,00		1.000.000,00	2
	REFORMAS, MODIFICAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE PÓ DOS 06 (SEIS) GRANELEIROS E 01 (UM) SILO DA UA PONTA GROSSA/PR – PROC. SUREG/PR Nº 10.0051/2007	1.200.000,00		1.200.000,00	1
	TROCA DE DORMENTES DO DESVIO FERROVIÁRIO – Proc. n.º 10.134/2008	150.000,00		150.000,00	1
	REFORMA GERAL/MODIFICAÇÕES DO SISTEMA DE AERAÇÃO DO GRANELEIRO 01		200.000,00	200.000,00	1
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE NOVA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO (RELOCAÇÃO) – Proc. Nº 10.351/2008		20.000,00	20.000,00	1	

UA PONTA GROSSA	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO ELÉTRICO/ELETRÔNICO – Proc. Nº 10.025/08	1.600.000,00		1.600.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE SUGADORA/ASPIRADOR INDUSTRIAL DE CEREAIS (PARA LIMPEZA PÉS DE ELEVADORES)	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE Sonda A VÁCUO (PARA COLETA DE AMOSTRA NAS CÉLULAS)	20.000,00		20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE LONA DE EXPURGO (40 LONAS)	107.000,00		107.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE TOMBADOR	150.000,00		150.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS	4.000,00		4.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE SOPRADORES	5.000,00		5.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS	190.000,00		190.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE PEÇAS AGRÍCOLAS (peças para manutenção de roçadeiras e similares)	35.000,00		35.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE MUNCK PARA CAMINHÃO	56.000,00		56.000,00	1
	PROJETO PARA DRENAGEM E IMPERMEABILIZAÇÃO DOS GRANDEIROS	10.000,00		10.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA PARA DRENAGEM DE ÁGUA NO TÚNEL (4 bombas)	2.500,00		2.500,00	1
	PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA ÁREA DE CARREGAMENTO	5.000,00		5.000,00	1
	RECARGA PARA EXTINTORES	15.000,00		15.000,00	1
	SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO		75.000,00	75.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS PARA FUNCIONÁRIOS E BRAGAISTAS		30.000,00	30.000,00	1
	PROJETO CIRCUITO FECHADO CFPV - PARA A UNIDADE.	115.765,55		115.765,55	1
	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO		40.000,00	40.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>7.794.265,55</b>	<b>2.248.200,00</b>	<b>10.042.465,55</b>	
	UA ROLÂNDIA	CONSTRUÇÃO DE CERCA DO TIPO ALAMBRADO E MURO - Proc. nº 10.0619/2008	250.000,00		250.000,00
AQUISIÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA COM CAPACIDADE PARA 100 TONELADAS, CONSTRUÇÃO DA SALA DA BALANÇA COM BANHEIRO, PROJETO E OBRAS. - Proc. n.º 10.381/2007		180.000,00		180.000,00	1
CORREÇÃO E PINTURA DE PAREDES DO ARMAZEM		200.000,00		200.000,00	2
AQUISIÇÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO		3.500,00		3.500,00	2
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - RENOVACÃO DE FROTA		100.000,00		100.000,00	2
AQUISIÇÃO DE LONAS PARA EXPURGO		30.000,00		30.000,00	1
AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR		10.000,00		10.000,00	2
ACESSIBILIDADE À PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PROC. 10.515/2008			30.000,00	30.000,00	2
AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES		4.000,00		4.000,00	2
REFORMA DOS BANHEIROS - ESCRITÓRIO E DOS ENSACADORES			70.000,00	70.000,00	1
AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE ALTA PRESSÃO		3.000,00		3.000,00	2
REFORMAS DE TELHADOS, SISTEMA HIDRÁULICO, PISOS E REBOCOS DAS 3 RESIDÊNCIAS DA UA.		100.000,00		100.000,00	2
REPAROS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS			40.000,00	40.000,00	1
REPAROS NA COBERTURA DO ARMAZÉM – PROC. 10.617/2008		250.000,00	250.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>880.500,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>1.270.500,00</b>		
UA APUCARANA	AQUISIÇÃO DE 280 TELHAS DE FIBER-GLASS - PROC. 10.486/2009		90.000,00	90.000,00	1
	PADRONIZAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DA UNIDADE - PROC. 10.419/2011 PARA ATENDER AS NORMAS VINGENTES.		10.000,00	10.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRA HIDRÁULICO DE 3000 T	48.400,00		48.400,00	2
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	3.000,00		3.000,00	3
	AQUISIÇÃO DE 03 APARELHO DE AR CONDICIONADOS DE 12000 BTUs		4.000,00	4.000,00	2
	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS		35.000,00	35.000,00	2
	REFORMA DA COBERTURA DO ARMAZÉM	390.000,00		390.000,00	1
	REFORMA DAS DEPENDÊNCIAS DA UA E ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE PARA CERTIFICAÇÃO		150.000,00	150.000,00	1
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		35.000,00	35.000,00	1
	PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE PARA-RAIO NA UA		5.000,00	5.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DA CERCA DE ARAME POR TELA AO REDOR UA.		30.000,00	30.000,00	2
	SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ÁGUA EXISTENTE NO PÁTIO DA UA	20.000,00		20.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHONETA PIC-UP 1.6 C/AR	40.000,00		40.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL CINCO LUGARES 4P 1.6 C/AR	38.000,00		38.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COM CINCO LUGRES 2P C/AR	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA DE 70 T	120.000,00		120.000,00	1
	PROJETO DE CESSÃO PARA USO GRATUITO DO ARMAZENS DO EX-IBC		4.500,00	4.500,00	1
REFORMA DO PORTÃO DE ACESSO E CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS P/ MOTORISTAS	22.000,00		22.000,00	3	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>711.400,00</b>	<b>363.500,00</b>	<b>1.074.900,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/PR)</b>		<b>12.917.023,66</b>	<b>3.527.305,43</b>	<b>16.444.329,09</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG PE</b>					
UA ARCO VERDE	MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA – Proc. Nº03.202/2008		10.000,00	10.000,00	
	MANUTENÇÃO DOS PORTÕES, PORTAS E ESQUADRIAS-Proc. Nº03.201/08		7.000,00	7.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO, DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO E SANITÁRIOS	400.000,00		400.000,00	
	PROJETO BÁSICO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO, DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO E SANITÁRIOS	40.000,00		40.000,00	
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		150.000,00	150.000,00	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E MOVIMENTAÇÃO	300.000,00		300.000,00	
	PROJETO BÁSICO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS DE ACESSO E MOVIMENTAÇÃO	30.000,00		30.000,00	
	IMPLANTAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	200.000,00		200.000,00	
	PROJETO BÁSICO PARA IMPLANTAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	20.000,00		20.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>990.000,00</b>	<b>167.000,00</b>	<b>1.157.000,00</b>	

UA RECIFE	MELHORIA NO SISTEMA DE VENTILAÇÃO-Roc.Nº 03.080/07		400.000,00	400.000,00	
	TROCA PARCIAL DA COBERTURA DOS ARMAZÉNS		500.000,00	500.000,00	
	CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO, DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO E SANITÁRIOS	600.000,00		600.000,00	
	PROJETO BÁSICO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO, DEPÓSITO FITOSSANITÁRIO E SANITÁRIOS	60.000,00		60.000,00	
	IMPLANTAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	200.000,00		200.000,00	
	PROJETO BÁSICO PARA IMPLANTAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	20.000,00		20.000,00	
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		350.000,00	350.000,00	
	AMPLIAÇÃO DA UA COM SILOS METÁLICOS	2.800.000,00		2.800.000,00	
	AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) ESTEIRAS (DALAS) - CORREA TRANSPORTADORAS	120.000,00			
	AQUISIÇÃO DE 4 (QUATRO) CARROS HIDRÁULICOS PARA PORTA PALLETES	15.000,00		15.000,00	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>3.815.000,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>4.945.000,00</b>	
	<b>TOTAL (SUREG PE)</b>	<b>4.805.000,00</b>	<b>1.417.000,00</b>	<b>6.102.000,00</b>	
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/PI</b>					
UA FLORIANO	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA AGROTÓXICOS	30.000,00		30.000,00	3
	REPARO DO TELHADO DO ARMAZÉM		15.000,00	15.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	150.000,00		150.000,00	1
	AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE ESCRITÓRIO	50.000,00		50.000,00	2
	CONSTRUÇÃO VESTUÁRIOS PARA ESTIVA E BANHEIROS MASCULINO, FEMININO E DE ACESSIBILIDADE	50.000,00		50.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE 1 UNIDADE DE ARMAZENAGEM COMPOSTA POR 1 SILO EXTERNO, 1 ELEVADOR, MOEGA, SILO DE EXPEDIÇÃO INTERNO E BALANÇA ENSACADEIRA CAP 2.000 TONELADAS	2.000.000,00		2.000.000,00	1
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>2.295.000,00</b>		
UA PARNAÍBA	CONSTRUÇÃO DE 1 UNIDADE DE ARMAZENAGEM COMPOSTA POR 1 SILO EXTERNO, 1 ELEVADOR, MOEGA, SILO DE EXPEDIÇÃO INTERNO E BALANÇA ENSACADEIRA CAP 2.000 TONELADAS	2.000.000,00		2.000.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA AGROTÓXICOS	30.000,00		30.000,00	3
	CONSTRUÇÃO VESTUÁRIOS PARA ESTIVA E BANHEIROS MASCULINO, FEMININO E DE ACESSIBILIDADE	50.000,00		50.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE 1 UNIDADE DE ARMAZENAGEM COMPOSTA POR 1 SILO EXTERNO, 1 ELEVADOR, MOEGA, SILO DE EXPEDIÇÃO INTERNO E BALANÇA ENSACADEIRA CAP 2.000 TONELADAS	150.000,00		150.000,00	1
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.230.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.230.000,00</b>	
UA PICOS	CONSTRUÇÃO DE 1 UNIDADE DE ARMAZENAGEM COMPOSTA POR 1 SILO EXTERNO, 1 ELEVADOR, MOEGA, SILO DE EXPEDIÇÃO INTERNO E BALANÇA ENSACADEIRA CAP 2.000 TONELADAS	2.000.000,00		2.000.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA AGROTÓXICOS	30.000,00		30.000,00	3
	CONSTRUÇÃO VESTUÁRIOS PARA ESTIVA E BANHEIROS MASCULINO, FEMININO E DE ACESSIBILIDADE	50.000,00		50.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	150.000,00		150.000,00	1
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.230.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.230.000,00</b>		
UA TERESINA	CONSTRUÇÃO DE 1 UNIDADE DE ARMAZENAGEM COMPOSTA POR 1 SILO EXTERNO, 1 ELEVADOR, MOEGA, SILO DE EXPEDIÇÃO INTERNO E BALANÇA ENSACADEIRA, CAP. 4.000 TONELADAS	3.100.000,00		3.100.000,00	1
	AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE ESCRITÓRIO	50.000,00		50.000,00	2
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA AGROTÓXICOS	30.000,00		30.000,00	3
	CONSTRUÇÃO VESTUÁRIOS PARA ESTIVA E BANHEIROS MASCULINO, FEMININO E DE ACESSIBILIDADE	50.000,00		50.000,00	2
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 100 TONELADAS	150.000,00		150.000,00	1
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.380.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.380.000,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG PI)</b>	<b>10.120.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.135.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/RJ</b>					
UA LYRA TAVARES	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO PÁTIO EXTERNO	1.500.000,00		1.500.000,00	
	PROJETO: SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO		40.000,00	40.000,00	
	REFORMA DOS SANITÁRIOS ESTIVA	20.000,00		20.000,00	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>1.560.000,00</b>		
HORTO HUMAITÁ	REFORMA DA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS		580.000,00	580.000,00	
	REFORMA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS E CORREDOR DE SERVIÇO		200.000,00	200.000,00	
	REFORMA DA COBERTURA	1500000		1.500.000,00	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DA CIRCULAÇÃO INTERNA	0	65.000,00	65.000,00	
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		300.000,00	300.000,00	
	REFORMA DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E INSTALAÇÃO DE MEDIDORES INDIVIDUAIS		1.000.000,00	1.000.000,00	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>2.145.000,00</b>	<b>3.645.000,00</b>		
HORTO LEBLÓN	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	2.000.000,00		2.000.000,00	
	REFORMA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS		250.000,00	250.000,00	
	SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE PISOS INTERNOS	800.000,00		800.000,00	
	PINTURA INTERNA E EXTERNA DOS ARMAZÉNS		200.000,00	200.000,00	
	REFORMA DA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA OBJETIVANDO OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS		400.000,00	400.000,00	
	REFORMA DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E INSTALAÇÃO DE MEDIDORES INDIVIDUAIS		600.000,00	600.000,00	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>1.450.000,00</b>	<b>4.250.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/RJ)</b>	<b>5.820.000,00</b>	<b>3.635.000,00</b>	<b>9.455.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/RS</b>					
AFCAAL	elaboração de projeto básico para solucionar problemas causados pela formação de gelo abaixo do piso do bloco frigorífico, entre as placas de isolamento térmico paredes e no forro		40.000,00	40.000,00	1
	reforço estrutural na estrutura metálica do frigorífico (mão-francesas nos topos dos pilares de concreto)		8.000,00	8.000,00	1
	substituição dos isopainéis danificados do forro do bloco frigorífico, reforço na estrutura de sustentação do forro		300.000,00	300.000,00	1
	substituição dos isopainéis superiores, próximos à cobertura do bloco frigorífico		250.000,00	250.000,00	1
	reparos nos pilares de sustentação da parte externa do bloco frigorífico		37.000,00	37.000,00	1
	substituição de parte da estrutura metálica de fechamento externo(chapas) da cobertura do bloco frigorífico	250.000,00		250.000,00	1
	eliminação de goteiras na cobertura do bloco frigorífico		100.000,00	100.000,00	1
	instalação de telhas translúcidas e eólicos na cobertura do bloco frigorífico	50.000,00		50.000,00	1
	elaborar projeto para construção de muro de contenção de desmoronamento na galeria inferior à laje do piso do bloco frigorífico-C/GERAP/001/10		6.000,00	6.000,00	1

	construção de <b>muro de contenção</b> de desmoronamento na galeria inferior à laje do piso do bloco frigorífico	20.000,00		20.000,00	1
	elaboração de <b>projeto básico</b> para a construção de <b>dependências para o SIF nº 2247</b>		7.000,00	7.000,00	3
	construção de <b>dependências para o SIF nº 2248</b>	100.000,00		100.000,00	3
	elaboração de <b>projeto básico</b> para instalação de <b>concertinas</b> e aumento do muro de alvenaria		4.158,00	4.158,00	1
	instalação de <b>concertinas</b> (aprox 700m) e execução de aumento no muro da unidade	100.000,00		100.000,00	2
	substituição de parte da <b>tela otis</b> sobre o muro (divisa com a vila), para que seja possível instalar a concertina	15.000,00		15.000,00	2
	Elaboração do <b>projeto básico</b> para reforma no <b>piso</b> do bloco frigorífico (aplicação de revestimento epóxi, para fechamento de buracos e fechamento de buracos e proteção do piso)		5.000,00	5.000,00	1
	reforma no <b>piso</b> do bloco frigorífico (aplicação de revestimento epóxi, para fechamento de buracos e proteção do piso)		130.000,00	130.000,00	1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para recuperação/reforma do <b>castelo d'água</b>		12.000,00	12.000,00	1
	Execução de recuperação/reforma do <b>castelo d'água</b>	150.000,00		150.000,00	1
	Execução da obra de <b>impermeabilização</b> laje de cobertura da sala de máquinas	183.500,00		183.500,00	1
	Elaboração do <b>projeto básico</b> para a substituição da cobertura do <b>prédio Ionado</b>		5.000,00	5.000,00	1
	Execução da substituição da cobertura do <b>prédio Ionado</b>	200.000,00		200.000,00	1
	Elaboração de <b>projeto</b> para a adequação do sistema <b>drive-in</b> para CE-1 e CE-2		3.000,00	3.000,00	1
	Execução de adequação do sistema <b>drive-in</b> para CE-1 e CE-2	400.000,00		400.000,00	1
	projeto básico para adequação das instalações à legislação de <b>acessibilidade</b> a portadores de deficiências		10.000,00	10.000,00	1
	reforma para adequação das instalações à legislação de <b>acessibilidade</b> a portadores de deficiências		20.000,00	20.000,00	1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para a <b>modernização do sistema de partida</b> , proteção e lógica dos <b>motocompressores</b>		20.000,00	20.000,00	1
	Execução da <b>modernização do sistema de partida</b> , proteção e lógica dos <b>motocompressores</b>	350.000,00		350.000,00	1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para a substituição da rede de <b>iluminação</b> interna da CE1 e CE2		5.000,00	5.000,00	1
	substituição da rede de <b>iluminação</b> interna da CE1 e CE2	30.000,00		30.000,00	1
	manutenção preventiva, corretiva e preditiva da <b>subestação</b>		15.000,00	15.000,00	1
	elaboração de <b>projeto básico</b> para reforma de <b>14 portas</b> do armazém frigorífico, das CP-câmaras polivalentes		3.000,00	3.000,00	2
	reforma de <b>14 portas</b> frigoríficas não automáticas, das CP-câmaras polivalentes)com cortinas de ar e termômetros digitais	200.000,00		200.000,00	2
	instalação de <b>sistema de expansão</b> de líquidos nos evaporadores das câmaras de estocagem	18.349,05		18.349,05	1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para <b>16 plataformas</b> para acesso e manuseio de polias e mancais das câmaras polivalentes – CI AFCAAL 272/2012 (para acesso aos evaporadores??)		5.000,00	5.000,00	consta no PPRA. 1
	fabricação e montagem de de <b>16 plataformas</b> para acesso e manuseio de polias e mancais das câmaras polivalentes – CI AFCAAL 272/2012 (para acesso aos evaporadores??)	80.000,00		80.000,00	consta no PPRA. 1
	elaboração de <b>projeto básico</b> para <b>escada</b> de segurança às salas de máquinas		5.000,00	5.000,00	consta no PPRA. 1
	execução de <b>escada</b> de segurança às salas de máquinas	90.000,00	90.000,00	180.000,00	consta no PPRA. 1
	inspeção com <b>ensaios</b> não destrutíveis e visuais nas linhas e equipamentos de amônia		20.000,00	20.000,00	consta no PPRA. 1
	inspeção (NR 13) de <b>24 vasos</b> de pressão		20.000,00	20.000,00	consta no PPRA. 1
	Reforma para a adequação das instalações ao <b>PPCI</b>	28.000,00		28.000,00	1
	<b>calibração</b> de 54 válvulas de segurança da linha de amônia		4.000,00	4.000,00	1
	<b>calibração</b> dos <b>manovacuômetros</b>		1.500,00	1.500,00	1
	elaboração de <b>projeto básico</b> para escadas (int e ext) de <b>acesso à caixa d'água</b> , câmaras de congelamento, câmara de estocagem, central de amônia, forro, túneis de congelamento		15.000,00	15.000,00	consta no PPRA. 1
	Substituição de escadas de <b>acesso à caixa d'água</b> , câmaras de congelamento, câmara de estocagem, central de amônia, forro, túneis de congelamento e adequação de guarda-corpos	100.000,00		100.000,00	consta no PPRA. 1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para o depósito de <b>inflamáveis</b>		15.000,00	15.000,00	consta no PPRA. 1
	Execução de obras do depósito de <b>Inflamáveis</b>	35.000,00	35.000,00	70.000,00	consta no PPRA. 1
	Emissão de laudo técnico referente às instalações elétricas existentes na galeria <b>subterrânea/ isolar</b> instalações elétricas		3.000,00	3.000,00	consta no PPRA. 1
	Execução de <b>projeto</b> elétrico e de <b>lum inotécnica</b> (almoxarifado, câmaras de congelamento, câmaras de estocagem, depósito de materiais/rouparia, escritório, galeria, gerência, manutenção, operacional, plataforma de carga e descarga, sala de máquinas		30.000,00	30.000,00	consta no PPRA. 2
	Readequação das instalações elétricas-iluminação ao projeto de <b>lum inotécnica</b>	200.000,00		200.000,00	consta no PPRA. 2
	Instalação do novo sistema de controle de <b>temperatura</b> e umidade relativa do ar	262.000,00		262.000,00	1
	Elaboração de <b>projeto básico</b> para monitoramento da unidade através de câmeras de <b>vigilância</b>		15.000,00	15.000,00	2
	Execução das instalações previstas no projeto básico para monitoramento da unidade através de câmeras de <b>vigilância</b>	480.000,00		480.000,00	2
	<b>Estudo de Viabilidade</b> Tec Econ Fin Oper Amb Social		190.000,00	190.000,00	1
	execução de sistema para acoplamento dos caminhões nas docas( <b>abrigos de carga</b> )	90.000,00		90.000,00	1
	Manutenção preventiva e corretiva dos <b>automóveis</b> da unidade		10.000,00	10.000,00	2
	Manutenção preventiva e corretiva da <b>balança</b> rodoviária 80Ton		15.000,00	15.000,00	1
	Substituição/conserto das 8 <b>rampas</b> móveis metálicas das docas de carga e descarga	25.000,00		25.000,00	2
	manutenção de <b>empilhadeiras</b> , transpaletas e paletas		20.000,00	20.000,00	1
	conserto em trocador de calor, <b>compressor nº 04</b>		24.300,00	24.300,00	1
	manutenção e recarga de <b>extintores</b>		3.000,00	3.000,00	1
	manutenção de motores e <b>compressores</b>		50.000,00	50.000,00	1
	aquisição de duas <b>empilhadeiras</b> elétricas e seus componentes, com 6 metros de elevação da torre-destinadas ao AFCAAL	150.000,00		150.000,00	1
	aquisição de duas <b>paletas</b> elétricas e seus componentes – destinadas ao AFCAAL	40.000,00		40.000,00	2
	aquisição de dois <b>motores</b> de alto rendimento de 400cv	115.747,50		115.747,50	1
	aquisição de equipamento de <b>ar condicionado</b>	1.900,00		1.900,00	1
	aquisição de lençol de borracha <b>PULSÔMETRO</b>		19.560,00	19.560,00	1
	aquisição de <b>balança</b>	4.000,00		4.000,00	2
	aquisição de <b>equipamento</b> para monitorar teor de amônia no ambiente de trabalho	12.000,00		12.000,00	1
	aquisição de <b>mobiliário</b> (mesas, cadeiras, armários)	7.500,00		7.500,00	2
	aquisição de <b>material</b> elétrico para CE 01 e 02		16.000,00	16.000,00	1
	contratação de <b>engenheiro mecânico/seg trabalho</b>		54.000,00	54.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	3.787.996,55	1.640.518,00	5.428.514,55	1

AFCAAL

AFPA	Laudo Técnico de inspeção predial, em atendimento a Decreto Municipal		30.000,00	30.000,00	1	
	Projeto básico para reforma parcial no piso do bloco frigorífico		5.000,00	5.000,00	1	
	execução de reforma parcial no piso do bloco frigorífico		40.000,00	40.000,00	1	
	projeto básico para adequação das instalações à legislação de acessibilidade a portadores de deficiências		6.000,00	6.000,00	1	
	reforma para adequação das instalações à legislação de acessibilidade a portadores de deficiências	15.000,00		15.000,00	1	
	Projeto básico para reforma no sistema de vedação das portas das câmaras		3.000,00	3.000,00	2	
	Execução de reforma no sistema de vedação das portas das câmaras		30.000,00	30.000,00	2	
	recuperação dos isolamentos térmicos e das tubulações das linhas de líquido e gás do forro das antecâmaras do AFPA	45.000,00		45.000,00	1	
	projeto do depósito de inflamáveis e de produtos químicos		7.000,00	7.000,00	consta no PPRA. 1	
	execução do depósito de inflamáveis e de produtos químicos	20.000,00		20.000,00	consta no PPRA. 1	
	projeto básico para o PPCI		15.000,00	15.000,00	1	
	execução de reforma nas instalações para adequação ao PPCI	50.000,00		50.000,00	1	
	Projeto básico para adequação dos guarda-corpos área dos cilindros de amônia, forro, torre de resfriamento		5.000,00	5.000,00	consta no PPRA. 1	
	Execução de adequação dos guarda-corpos área dos cilindros de amônia, forro, torre de resfriamento	40.000,00		40.000,00	consta no PPRA. 1	
	inspeção com ensaios não destrutivos e visuais nas linhas e equipamentos de amônia		10.000,00	10.000,00	consta no PPRA. 1	
	inspeção (NR 13) de 14 vasos de pressão		10.000,00	10.000,00	consta no PPRA. 1	
	projeto básico de luminotécnica e elétrico câmaras de congelamento, câmaras de descongelamento, casa de máquinas, cilindro de amônia, manutenção, plataforma de carga e descarga, túnel de congelamento		15.000,00	15.000,00	consta no PPRA. 2	
	execução de reforma para adequação ao projeto de luminotécnica e elétrico câmaras de congelamento, câmaras de descongelamento, casa de máquinas, cilindro de amônia, manutenção, plataforma de carga e descarga, túnel de congelamento	70.000,00		70.000,00	consta no PPRA. 2	
	calibração dos manovacuômetros e das válvulas de segurança		2.000,00	2.000,00	1	
	manutenção do sistema de refrigeração amônia		10.000,00	10.000,00	1	
	estudo de viabilidade Tec Econ Fin Oper Amb Social		150.000,00	150.000,00	1	
	manutenção de motores		10.000,00	10.000,00	1	
	reforma de compressores		10.000,00	10.000,00	1	
	AFPA - serviços emergências de reforma em dois condensadores de amônia-CI/AFPA/080/80		20.000,00	20.000,00	1	
	manutenção de empilhadeiras, transpaletas e paletes		20.000,00	20.000,00	1	
	manutenção preventiva e corretiva do automóvel da unidade		3.500,00	3.500,00	2	
	pintura do prédio do armazém	60.000,00		60.000,00	2	
	aquisição de empilhadeira com carregador e carrinho	30.000,00		30.000,00	3	
	aquisição de duas paletes elétricas e seus componentes - destinadas ao AFPA	40.000,00		40.000,00	1	
	aquisição de equipamento para monitorar teor de amônia no ambiente de trabalho	8.000,00		8.000,00	1	
	aquisição de condensador evaporador, com extrator de ar e quadro de comando elétrico - CI 357/2012	220.000,00		220.000,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>598.000,00</b>		<b>401.500,00</b>	<b>999.500,00</b>	
	AFPA, AFCAAL e UA-POA	estudo de adequação das subestações às normas (CEEE, NR10) à demanda utilizada, revitalização, para UA-POA, AFPA e AFCAAL		50.000,00	50.000,00	1
		Elaboração de projeto básico para manutenção preditiva, preventiva e corretiva nas subestações elétricas e quadros e rede externa AFCAAL e AFPA		13.000,00	13.000,00	1
		manutenção preditiva, preventiva e corretiva nas subestações elétricas e quadros e rede externa AFCAAL e AFPA		30.000,00	30.000,00	1
		Contratação de serviços técnicos visando elaboração e repasse de orientações técnicas, formulários e prontuários de instalações elétricas, em atendimento à NR 10, incluindo procedimentos para emergências para a AFPA, AFCAAL e UAPOA		6.000,00	6.000,00	1
		aquisição de plataforma elevatória para serviços de manutenção e de limpeza na AFPA, AFCAAL e UAPOA	300.000,00		300.000,00	1
		<b>SUB TOTAL</b>	<b>300.000,00</b>		<b>99.000,00</b>	<b>399.000,00</b>
	UA-POA	cadastro das instalações e execução de projetos básicos de engenharia/arquitetura**		50.000,00	50.000,00	1
		regularização do cadastro na FMPOA, FEPAM, MAPA**		10.000,00	10.000,00	1
		laudo técnico estrutural - laje de cobertura e coberturas**		10.000,00	10.000,00	1
		execução de reforma na cobertura dos armazéns 01 e 02	50.000,00		50.000,00	1
		execução de reforma na rede pluvial e cloacal da unidade armazenadora	30.000,00		30.000,00	1
adequação da área destinada ao laboratório de grãos		10.000,00		10.000,00	1	
execução de fechamento da área do refeitório e adequação das instalações às Nrs.		30.000,00		30.000,00	1	
execução de fechamento da área da oficina mecânica, com melhoria da ventilação e execução de caixa separadora de água e óleo		40.000,00		40.000,00	1	
recuperação parcial do pavimento asfáltico no armazém 02		30.000,00		30.000,00	1	
adequação das instalações da unidade às Normas Regulamentadoras do MTE e à legislação para deficientes físicos (inclui sanitário para PNE e sanitário feminino)				30.000,00	1	
reforma da guarita dos vigilantes			2.000,00	2.000,00	2	
reforma das coberturas dos armazéns 01 e 02		200.000,00		200.000,00	1	
execução de cobertura, pavimentação e passarela técnica entre os armazéns 01 e 02		50.000,00		50.000,00	1	
fornecimento e instalação de portas e grades confeccionadas em tela otis		56.000,00		56.000,00	1	
restaurações e pintura externa e interna		240.000,00		240.000,00	1	
execução de sinalização horizontal nos armazéns 01 e 02			15.000,00	15.000,00	1	
Projeto executivo do PPCI			5.800,00	5.800,00	1, em execu:ão	
execução dos serviços e obras de engenharia para a implantação do PPCI		220.000,00		220.000,00	1	
aspirador de pó e líquidos		18.000,00		18.000,00	1	
varedeira para pisos de armazéns		3.200,00		3.200,00	1	
furadeira industrial, serra circular manual industrial e outros equipamentos		5.000,00		5.000,00	2	
empilhadeira capacidade para 2 toneladas, com levante de garfo de 5,80m		100.000,00		100.000,00	2	
execução de manutenção corretiva, preditiva e preventiva na subestação e quadros elétricos		39.713,71		39.713,71	1 serviços em andamento	
execução de manutenção corretiva/ reforma nas instalações elétricas da unidade para adequação às normas vigentes		60.000,00		60.000,00	1	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>1.211.913,71</b>		<b>92.800,00</b>	<b>1.304.713,71</b>	
<b>TOTAL (SUREGRS)</b>		<b>5.897.910,26</b>		<b>2.233.818,00</b>	<b>8.131.728,26</b>	

UNIDADE: CONAB – SUREGRN						
UA NATAL/CAIAPÓS	ANÁLISE DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA		150.000,00	150.000,00	1	
	REFORMA DA COBERTURA, FECHAMENTOS LA TERAIOS E PORTÕES DO ARMAZÉM CONVENCIONAL METÁLICO DA UNIDADE ARMAZENADORA	350.000,00		350.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO D E DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1	
	PINTURA DA UA		50.000,00	50.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM – Proc. Nº 16.213/2008		300.000,00	300.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR		50.000,00	50.000,00	1	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	350.000,00		350.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO DE MUROS	200.000,00		200.000,00	3	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		14.000,00	14.000,00	2	
	REFORMA DA GUARITA	20.000,00		20.000,00	2	
	MANUTENÇÃO DA BALANÇA RODO-FERROVIÁRIA		15.000,00	15.000,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>925.000,00</b>	<b>560.000,00</b>	<b>1.534.000,00</b>		
	UA CURRAIS NOVOS	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2
		RECUPERAÇÃO DOS PORTÕES DE ENTRADA DO ARMAZÉM		25.000,00	25.000,00	2
	RECUPERAÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO		20.000,00	20.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO D E DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRAULICA		10.000,00	10.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	1	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR		50.000,00	50.000,00	1	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADERA INCLINÁVEL	15.000,00		15.000,00	2	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	350.000,00		350.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO DE MUROS	200.000,00		200.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>805.000,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>982.000,00</b>		
UA ASSU	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	200.000,00		200.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2	
	REFORMA DO PORTÃO DE ENTRADA DO ARMAZÉM		20.000,00	20.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO		20.000,00	20.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO D E DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRAULICA		10.000,00	10.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	2	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR	40.000,00		40.000,00	1	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADERA INCLINÁVEL	15.000,00		15.000,00	2	
		<b>SUB TOTAL</b>	<b>455.000,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>617.000,00</b>	
CAICÓ	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	200.000,00		200.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2	
	REFORMA DO PORTÃO DE ENTRADA DO ARMAZÉM		20.000,00	20.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	100.000,00		100.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO D E DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRAULICA		10.000,00	10.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	2	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR		40.000,00	40.000,00	1	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADERA INCLINÁVEL	15.000,00		15.000,00	2	
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>555.000,00</b>	<b>142.000,00</b>	<b>697.000,00</b>	
MOSSORÓ	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	200.000,00		200.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2	
	REFORMA DO PORTÃO DE ENTRADA DO ARMAZÉM		20.000,00	20.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO		20.000,00	20.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO D E DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRAULICA		10.000,00	10.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	2	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADERA INCLINÁVEL	15.000,00		15.000,00	2	
		<b>SUB TOTAL</b>	<b>455.000,00</b>	<b>122.000,00</b>	<b>577.000,00</b>	

UA UMARIZAL	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	200.000,00		200.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO DOS PORTÕES DE ENTRADA DO ARMAZÉM		25.000,00	25.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO		20.000,00	20.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICA		10.000,00	10.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	2	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR		50.000,00	50.000,00	1	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	2	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	350.000,00		350.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO DE MUROS	200.000,00		200.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>990.000,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>1.167.000,00</b>		
	NATAL	RECUPERAÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICO		20.000,00	20.000,00	2
RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA			90.000,00	90.000,00	1	
REFORMA DA COBERTURA METÁLICA E ELIMINAÇÃO DE GOTEIRAS		300.000,00		300.000,00	1	
SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS			10.000,00	10.000,00	2	
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			12.000,00	12.000,00	2	
REVISÃO DE PORTAS DE ROLO E JANELAS			15.000,00	15.000,00	2	
PINTURA DA UA			50.000,00	50.000,00	2	
REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE			20.000,00	20.000,00	2	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>300.000,00</b>	<b>217.000,00</b>	<b>517.000,00</b>		
JOÃO CÂMARA		RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA	200.000,00		200.000,00	1
	RECUPERAÇÃO DO PISO DO ARMAZÉM	200.000,00		200.000,00	2	
	RECUPERAÇÃO DOS PORTÕES DE ENTRADA DO ARMAZÉM		25.000,00	25.000,00	2	
	INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA P/ 80 TONELADAS	100.000,00		100.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO P/ PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	25.000,00		25.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICA		30.000,00	30.000,00	1	
	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICA		10.000,00	10.000,00	1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA	15.000,00		15.000,00	2	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		7.000,00	7.000,00	2	
	SUBSTITUIÇÃO DE PARA-RAIOS		10.000,00	10.000,00	2	
	REFORMA DE BANHEIROS P/ ACESSIBILIDADE		10.000,00	10.000,00	2	
	ADAPTAÇÃO DE ÁREA P/ ESCRITÓRIO AUXILIAR		50.000,00	50.000,00	1	
	PINTURA DA UA		15.000,00	15.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE UMA EMPILHADEIRA INCLINÁVEL	15.000,00		15.000,00	1	
	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	350.000,00		350.000,00	3	
	CONSTRUÇÃO DE MUROS	200.000,00		200.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.105.000,00</b>	<b>157.000,00</b>	<b>1.262.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/RN)</b>	<b>4.300.000,00</b>	<b>1.320.000,00</b>	<b>7.353.000,00</b>			
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/RO</b>						
UA VILHENA	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO – Proc. Nº 19.131/2007	300.000,00		300.000,00	Prioridade 1	
	REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	80.000,00		80.000,00	Prioridade 1	
	REFORMA E ADAPTAÇÃO DE BANHEIRO PARA ATENDER INCLUSIVE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS/PNE	30.000,00		30.000,00	Prioridade 2	
	PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO	570.000,00		570.000,00	Prioridade 2	
	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO	20.000,00		20.000,00	Prioridade 2	
	SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO ARMAZÉM 01 E CENTRAL DE PROCESSAMENTO	130.000,00		130.000,00	Prioridade 1	
	AQUISIÇÃO DE BALANÇA DIGITAL DE 1.000 Kg. e de 1.000 Gr.	13.000,00		13.000,00	Prioridade 1	
	SISTEMA DE DRENAGEM	150.000,00		150.000,00	Prioridade 2	
	AQUISIÇÃO DE DETERMINADOR DE UMIDADE	10.000,00		10.000,00	Prioridade 1	
	ESTACIONAMENTO PARA CLIENTES E FUNCIONÁRIOS	55.000,00		55.000,00	Prioridade 3	
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE COSTURA PARA SACARIAS COM ESTEIRA	8.000,00		8.000,00	Prioridade 1	
	CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO PARA CLIENTES E TRABALHADORES AVULSOS	80.000,00		80.000,00	Prioridade 2	
	RECUPERAÇÃO DO ARMAZÉM 01 C/ GPE (PISOS, PAREDES, CALHAS INST. ELÉTRICAS)		60.000,00	60.000,00	Prioridade 1	
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA E CONSTRUÇÃO DE MUROS	200.000,00		200.000,00	Prioridade 3	
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ LABORATÓRIO E ARMÁRIOS P/ AMOSTRAS	5.000,00		5.000,00	Prioridade 2	
	AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO	2.000,00		2.000,00	Prioridade 2	
	REVISÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS – Proc. Nº 19.086/2008		80.000,00	80.000,00	Prioridade 1	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.653.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>1.793.000,00</b>		
	UA PORTO VELHO	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO – Proc. Nº 19.132/2007 – SUREG e UA	300.000,00		300.000,00	Prioridade 1
		LOCAL PARA GUARDA DE AGROTÓXICO	50.000,00		50.000,00	Prioridade 1
PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO		525.000,00		525.000,00	Prioridade 2	
REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		100.000,00		100.000,00	Prioridade 2	
SISTEMA DE DRENAGEM		150.000,00		150.000,00	Prioridade 2	
ESTACIONAMENTO PARA CLIENTES E FUNCIONÁRIOS		50.000,00		50.000,00	Prioridade 1	
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		4.000,00		4.000,00	Prioridade 1	
REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS SANITÁRIOS PARA CLIENTES E DEFICIENTES		90.000,00	15.000,00	105.000,00	Prioridade 2	
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA			2.000,00	2.000,00	Prioridade 1	
AQUISIÇÃO DE ESCADA DE FIBRA DE VIDRO EXTENSÍVEL DE 12 METROS			2.000,00	2.000,00	Prioridade 3	
AQUISIÇÃO DE ASPIRADOR DE PÓ INDUSTRIAL			4.000,00	4.000,00	Prioridade 1	
AQUISIÇÃO DE DOIS VENTILADORES DE GRANDE PORTE			2.000,00	2.000,00	Prioridade 2	
AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA			1.500,00	1.500,00	Prioridade 1	
AQUISIÇÃO DE CARRO HIDRÁULICO		8.000,00		8.000,00	Prioridade 3	
AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE COSTURA PARA SACARIAS COM ESTEIRA		150.000,00		150.000,00	Prioridade 2	
CONSTRUÇÃO DE MUROS		150.000,00	60.000,00	210.000,00	Prioridade 2	
REPAROS/RECUPERAÇÃO DE COBERTURA, CALHAS, PAREDES, PORTAS E PISO DO ARMAZÉM – Proc. Nº 19.090/2008			60.000,00	60.000,00	Prioridade 1	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.577.000,00</b>	<b>146.500,00</b>	<b>1.723.500,00</b>			

<b>UA CACOAL</b>	AMPLIAÇÃO/REFORMA DO ESCRITÓRIO E CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO E DEPOSITO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	350.000,00		350.000,00	Prioridade 1
	REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – PROC. 19.622/2010		350.000,00	350.000,00	Prioridade 1
	RECUPERAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO E CIRCULAÇÃO – Proc. Nº 19.819/2010		170.000,00	170.000,00	Prioridade 1
	REPARO DAS COBERTURAS, CALHAS E PORTAS DOS ARMAZENS – Proc. Nº 19.620/1010		200.000,00	200.000,00	Prioridade 1
	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	5.000,00		5.000,00	Prioridade 2
	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BALANÇA RODOVIÁRIA		10.000,00	10.000,00	Prioridade 1
	AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) DALLAS	60.000,00		60.000,00	Prioridade 1
	PINTURA DAS QUADRAS DOS ARMAZENS	10.000,00		10.000,00	Prioridade 2
	AQUISIÇÃO DE DETERMINADOR DE UMIDADE	10.000,00		10.000,00	Prioridade 2
	CONSTRUÇÃO DE 200 METROS DE MURO		120.000,00	120.000,00	Prioridade 1
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE COSTURA PARA SACARIAS COM ESTEIRA	8.000,00		8.000,00	Prioridade 1
	QUARTEADOR	2.000,00		2.000,00	Prioridade 2
	PSICROMETRO	1.000,00		1.000,00	Prioridade 1
	ELEVADOR DE SACOS	4.000,00		4.000,00	Prioridade 1
	CARRO PLATAFORMA	2.500,00		2.500,00	Prioridade 1
	MESA PARA CLASSIFICADORA DE GRÃOS	4.000,00		4.000,00	Prioridade 1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>456.500,00</b>	<b>850.000,00</b>	<b>1.306.500,00</b>	
<b>TOTAL (SUREG/RO)</b>	<b>3.686.500,00</b>	<b>1.136.500,00</b>	<b>4.823.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG RR</b>					
<b>UA BOA VISTA</b>	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES (CALÇADAS, PORTAS, BANHEIROS, ETC) PARA ACESSIBILIDADE À PNE		70.000,00	70.000,00	1
	ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE PRÓXIMO A OS ARMAZENS PARA FUNCIONAR COMO VESTIÁRIO/ SANITÁRIO PARA MOTORISTAS E BRAÇAGISTAS		50.000,00	50.000,00	1
	ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO, AQUISIÇÃO DE ARMÁRIO PARA AMOSTRAS E AMPLIAÇÃO COM IMPLANTAÇÃO DA SALA DE CLASSIFICAÇÃO		60.000,00	60.000,00	1
	AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO EM TODA ÁREA DA UA		80.000,00	80.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE DUAS BALANÇAS DIGITAIS DE 1.000 KG. E UMA DE 1.000 GR.	30.000,00		30.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MEDIÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DE FOSFINA E EQUIPAMENTOS E MATERIAIS P/ REALIZAÇÃO DE TESTES DE MICOTOXINAS	20.000,00		20.000,00	1
	AQUISIÇÃO DE UM MICROTALHADOR AGRÍCOLA COM ROÇADEIRA FRONTAL E CARRETA	150.000,00		150.000,00	
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONCERTINA PARA 900 METROS LINEARES DE MURO	50.000,00		50.000,00	1
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS SILOS METÁLICOS P/ 12.000 T.	2.500.000,00		2.500.000,00	2
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT ELETRÔNICA DA BALANÇA RODOVIÁRIA	30.000,00		30.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE COBERTURA E CALÇADA ENTRE OS BLOCOS DA UA E ARMAZENS	60.000,00		60.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO DE AGROTÓXICOS, COLETA SELETIVA E LAVAGEM DE EPH	100.000,00		100.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA FRENTE DA ÁREA EXTERNA DA UA PARA CLIENTES E VISITANTES E NA ÁREA INTERNA PARA FUNCIONÁRIOS	90.000,00		90.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE GUARITA COM CANCELAS E PORTÃO ELETRÔNICA PARA SEGURANÇA DA UA.	90.000,00		90.000,00	1
	CONSTRUÇÃO DE OFICINA PARA MANUTENÇÃO E REPARO DOS EQUIPAMENTOS DA UA	90.000,00		90.000,00	2
	DIMENSIONAMENTO, AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO DA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO	250.000,00		250.000,00	1
	ELABORAÇÃO DE PROJETO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	120.000,00		120.000,00	1
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EOLÍCOS NAS COBERTURAS DOS ARMAZENS	150.000,00		150.000,00	1
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E PINTURA DAS EDIFICAÇÕES E ARMAZENS	300.000,00		300.000,00	1
	MANUTENÇÃO DE ÁREAS DE DESCARGA DE PRODUTOS (MOEGA) E PISOS	100.000,00		100.000,00	1
MODERNIZAÇÃO DA BALANÇA COM A CONVERSÃO DE MECÂNICA PARA ELETRÔNICA	30.000,00		30.000,00	1	
RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE TELAS PASSA-FINHEIRAS	20.000,00		20.000,00	1	
RECUPERAÇÃO, REFORÇO ESTRUTURAL E CONSERTO NO TELHADO, MARQUISES, CALHAS, RUFOS E VIGAS, PAREDES E PORTÕES	350.000,00		350.000,00	1	
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE A.P.	800.000,00		800.000,00	1	
RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (ELEVADORES E CORREIAS)		350.000,00	350.000,00	1	
<b>SUB TOTAL</b>	<b>4.440.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>5.940.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/RR)</b>	<b>4.440.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>5.940.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG SC</b>					
<b>H DO OESTE SC</b>	REVISÃO E AFERIÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA EXISTENTE	3.000,00	3.000,00	6.000,00	1
	REVITALIZAÇÃO DAS CERCAS E PORTÕES DE ENTRADA E SAÍDA DE CAMINHÕES NOS ARMAZENS CONVENCIONAIS.	3.000,00	16.000,00	19.000,00	1
	PINTURA GERAL DOS SILO E ARMAZENS CONVENCIONAIS	70.000,00	70.000,00	140.000,00	1
	REFORMA, ESCRITÓRIO AMPLIAÇÃO ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	50.000,00	50.000,00	100.000,00	2
	AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA	3.000,00	3.000,00	6.000,00	1
	Instalação de sistema de automação da termometria e aeração NAS INTERCÉLULAS 03 E 06	50.000,00	50.000,00	100.000,00	2
	Empilhadeira automatizada para armazém, vertical	60.000,00	60.000,00	120.000,00	2
	Aquisição de uma balança rodoviária nova para instalação no armazém 03 (silos)	280.000,00	280.000,00	560.000,00	2
	BOMBA ÁGUA PARA RETIRADA DE ÁGUA QUE SE LOCALIZA NO FUNDO DO SILO.	1.000,00	1.000,00	2.000,00	1
	CONSERTO E MANUTENÇÃO EMPILHADERA MANUAL TIPO JACARÉ HIDRÁULICO	2.000,00	2.000,00	4.000,00	1
	Aquisição de aspirador de pó industrial	5.000,00	5.000,00	10.000,00	1
	Aquisição de Cadeira com acessórios para acesso ao interior dos silos	6.000,00	6.000,00	12.000,00	2
	Aquisição de equipamento para laboratório de análises: 01 homogenizador de amostras; 01 quartador de amostras no mínimo com 16canaletas 0,5 polegadas; duas pinças de ponta reta; 01 pinça de ponta fina; 01 kit para cada produto de peneiras: para feijão, milho e trigo	8.000,00	8.000,00	16.000,00	2
	CONSERTO TELHADO ARMAZENS CONVENCIONAIS E MANUTENÇÃO TESOURAS	6.000,00	6.000,00	12.000,00	1
	CONFEÇÃO DE AVISOS E PLACAS	5.000,00	5.000,00	10.000,00	1
	INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	3.000,00	3.000,00	6.000,00	1
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>555.000,00</b>	<b>568.000,00</b>	<b>1.123.000,00</b>	

UA SÃO JOSÉ	AQUISIÇÃO DE BALANÇA DIGITAL DE 1.000 Kg.	13.000,00		13.000,00		
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 100 TONELADAS	225.000,00		225.000,00	Considerando o custo, situação poderia ser atendida com contrato de prestação de serviços a ser firmado entre Conab e CEASA - distante 800 metros do portão da Conab.	
	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO	30.000,00		30.000,00	Considerando a instalação da UA, (junto Sede Sureg), no momento a situação encontra-se contemplada	
	PROJETO: VESTIÁRIO / SANITÁRIO		3.000,00	3.000,00	Assunto tratado no processo relativo ao projeto de pintura do prédio	
	REFORMA DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA UA SÃO JOSÉ	7.000,00		7.000,00		
	PROJETO BÁSICO:REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ESCRITÓRIO, ARQUIVO E PINTURA DO ARMAZÉM		27.000,00	27.000,00	Processo em andamento	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>275.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>305.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/SC)</b>		<b>830.000,00</b>	<b>598.000,00</b>	<b>1.428.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/SP</b>						
UA BAURU			50.000,00	50.000,00		
			395.000,00	395.000,00		
		<b>0,00</b>	<b>445.000,00</b>	<b>445.000,00</b>		
UA GARÇA		150.000,00		150.000,00		
			190.000,00	190.000,00		
		300.000,00		300.000,00		
		75.000,00		75.000,00		
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO Proc. N° 01.878/2010	<b>525.000,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>715.000,00</b>		
UA BERNARDINO DE CAMPOS	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EÓLICOS	145.000,00		145.000,00		
	<b>SUB TOTAL</b>		215.000,00	215.000,00		
	BALANÇA RODOVIÁRIA DE 80 TONELADAS – Proc. N°01.647/2010	300.000,00		300.000,00		
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EÓLICOS	<b>445.000,00</b>	<b>215.000,00</b>	<b>660.000,00</b>		
<b>TOTAL (SUREG/SP)</b>	<b>SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO</b>	<b>970.000,00</b>	<b>850.000,00</b>	<b>1.820.000,00</b>		
<b>UNIDADE: CONAB – SUREG/TO</b>						
UA FORMOSO DO ARAGUAIA	<b>SUB TOTAL</b>	120.000,00		120.000,00	1	
	AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE UMA BALANÇA RODOVIÁRIA – Proc. N° 01.032/2008	60.000,00		60.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES EÓLICOS		95.000,00	95.000,00	1	
	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO		35.000,00	35.000,00	1	
	<b>SUB TOTAL</b>	350.000,00		350.000,00	1	
	<b>TOTAL (SUREG SP)</b>	60.000,00		60.000,00	1	
			30.000,00	30.000,00	1	
	EXECUÇÃO DE CERCAS (ALAMBRADO OU MURO) E INSTALAÇÃO DE PORTÕES	250.000,00		250.000,00	1	
	REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO OS BANHEIROS P/PÚBLICO EXTERNO	0,00		0,00	EXCLUIR ESTA DEMANDA	
	RECUPERAÇÃO DOS SILOS DE ARMAZENAMENTO – PROC.N°14.098/2008	530.000,00		530.000,00	1	
	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		260.000,00	260.000,00	1	
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA		30.000,00	30.000,00	1	
	EXECUÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	150.000,00		150.000,00	1	
	AQUISIÇÃO DE PENEIRAS P/ MPL E ML		5.000,00	5.000,00	2	
	FERRAMENTAS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO DA UBA	65.000,00		65.000,00	2	
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	2.000,00		2.000,00	3	
	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SELETRON NA UBA	0,00		0,00	EXCLUIR ESTA DEMANDA	
	COLOCAÇÃO DE PISO CERÂMICO, SALA DE CONTROLE OPERACIONAL, DEPÓSITO DE EMBALAGEM E DIVISÓRIA DE SETORES DA UBA	95.000,00		95.000,00	2	
	LICENÇA AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO E SANITÁRIA DA USINA DE BENEFICIAMENTO		50.000,00	50.000,00	2	
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE SOLDAGEM – Proc. N° 14.135/2006	600,00		600,00	3	
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO / RECUPERAÇÃO DOS SECADORES DE CEREAIS		175.000,00	175.000,00	2	
	AUTOMAÇÃO DOS SECADORES KW40 – Proc. N° 14.149/2008	50.000,00		50.000,00	3	
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.732.600,00</b>	<b>680.000,00</b>	<b>2.412.600,00</b>		
UA ARAGUAÍNA	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EXTERNAS DA UA		20.000,00	20.000,00	1	
	REFORMA DO ESCRITÓRIO E SANITÁRIOS		25.000,00	25.000,00	1	
	REFORMA DO RESERVA TÓRIO D'ÁGUA E CASA DE BOMBAS		9.000,00	9.000,00	1	
	REFORMA DO TELHADO E PINTURA DO ARMAZÉM		13.000,00	13.000,00	1	
	ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UA – Proc. N° 14.702/2004	500.000,00		500.000,00	2	
	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM – Proc. N° 14.183/3010	10.000,00		10.000,00	3	
	REFORMA DE 05 (CINCO) PORTAS METÁLICAS DE ENROLAR DO ARMAZÉM, E SUBSTITUIÇÃO DE UMA PORTA POR UM PORTÃO DE CORRER		3.000,00	3.000,00	1	
	INSTALAÇÃO DE VIDRO FIXO E PORTA DE CORRER NA RECEPÇÃO DA UA		3.600,00	3.600,00	1	
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA COSTURAR SACOS, MÁQUINA DE ALTA PRESSÃO E ESCADA	4.000,00		4.000,00	1	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>514.000,00</b>	<b>73.600,00</b>	<b>587.600,00</b>		
	<b>TOTAL (SUREG/TO)</b>	<b>2.246.600,00</b>	<b>753.600,00</b>	<b>3.000.200,00</b>		
	<b>TOTAL GERAL ESTIMADO (TODAS AS SUREGs)</b>		<b>173.333.301,92</b>	<b>36.223.791,43</b>	<b>209.557.093,35</b>	

## ANEXO VI - Previdência Complementar (Cibrius)

**RENTABILIDADES POR SEGMENTOS e CARTEIRA GERAL  
 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO  
 DEZEMBRO/2013**

<b>RENDA FIXA</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,1392%	6,2490%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	INPC + 5% a.a	1,1706%	10,8831%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,6390%	1,0290%
Rentabilidade x Benchmark		-0,0310%	-4,1793%

<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		-1,4925%	-2,5024%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	IBr-X	-3,0800%	-5,1451%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-1,9797%	-7,2924%
Rentabilidade x Benchmark		1,6379%	2,7860%

<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		8,5995%	-7,6482%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	INPC + 5% a.a	1,1706%	10,8831%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		8,0624%	-12,1854%
Rentabilidade x Benchmark		7,3429%	-16,7125%

<b>IMÓVEIS</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,5401%	7,6595%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	INPC + 5% a.a	1,1706%	10,8831%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,0429%	2,3702%
Rentabilidade x Benchmark		-0,6232%	-2,9072%

<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,4619%	15,3621%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	INPC + 5% a.a	1,0601%	9,7308%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,9601%	9,6944%
Rentabilidade x Benchmark		0,3976%	5,1319%

<b>CARTEIRA GERAL</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,0116%	5,5893%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	INPC + 5% a.a	1,1706%	10,8831%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,5121%	0,4017%
Rentabilidade x Benchmark		-0,1572%	-4,7742%

Nota técnica:

Para o segmento *OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES* utilizou-se o INPC de outubro/2013 (Esta defasagem é referente aos critérios utilizados para a concessão de empréstimo vigente).

**RENTABILIDADES POR SEGMENTO  
 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
 DEZEMBRO/2013**

<b>RENDA FIXA</b>			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,8067%	10,1192%
Meta Atuarial	TR + 5% a.a	0,4970%	5,1668%
Benchmark	CDI	0,7800%	8,0602%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,3082%	4,7091%
Rentabilidade x Benchmark		0,0265%	1,9054%

## EXERCÍCIO 2013

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS X ENQUADRAMENTO

## PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	QTDE	dez/2013			
			VALOR (RS)	% ENQUADRAMENTO		
				ATUAL	P.I.	Res. 3.792
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>736.430.822,05</b>	<b>100,00</b>		
<b>SEGMENTO RENDA FIXA</b>			<b>620.210.860,50</b>	<b>84,22</b>	<b>70 a 100</b>	<b>0 a 100</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>			<b>430.950.544,90</b>	<b>58,52</b>		
<b>NOTAS DO TESOURO NACIONAL</b>			<b>430.950.544,90</b>	<b>58,52</b>		
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.350	5.596.394,68			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a 15/08/2014	NTN-B	6.410	15.364.719,65			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a 15/08/2014	NTN-B	11.050	26.467.096,89			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2014	NTN-B	29.350	70.241.313,39			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2016	NTN-B	19.550	46.374.582,47			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a 15/08/2016	NTN-B	4.800	11.363.584,22			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/06/2013 a 15/08/2022	NTN-B	12.500	31.179.137,46			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 17/07/2013 a 15/08/2022	NTN-B	3.200	8.119.620,40			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/08/2013 a 15/08/2022	NTN-B	6.100	15.356.295,69			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 28/08/2013 a 15/08/2022	NTN-B	12.400	30.917.372,55			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/10/2013 a 15/08/2022	NTN-B	5.100	12.094.227,95			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/10/2013 a 15/08/2022	NTN-B	4.250	10.046.868,53			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/10/2013 a 15/08/2018	NTN-B	9.900	23.863.591,18			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.550	6.211.574,83			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a 15/08/2020	NTN-B	19.500	46.366.328,23			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/02/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.200	5.183.275,28			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/04/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.050	4.829.870,14			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/07/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.850	9.070.731,74			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/08/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.600	8.481.723,18			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 11/09/2013 a 15/08/2022	NTN-B	6.250	14.725.213,86			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/10/2013 a 15/08/2022	NTN-B	4.150	9.777.542,00			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/09/2013 a 15/08/2022	NTN-B	8.200	19.319.480,58			
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>189.260.315,60</b>	<b>25,70</b>		
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>146.939.379,04</b>	<b>19,95</b>		
<b>LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA</b>			<b>41.547.604,52</b>			
LFS ITAU - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	20.910.233,47			
LFS BRADESCO - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	20.637.371,05			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			<b>76.216.443,00</b>	<b>10,35</b>		
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	12.742,68620	6.184.102,52			
Banco Itaú S/A - Institucional Inflação	FI	1.178.274,02625	18.044.177,99			
BMG Créditos consignados VIII - 4ª Série	FIDC	4.979,00000	6.317.248,72			
BTG Pactual IPCA	FI	8.909.248,80086	16.457.579,37			
HSBC FI RF CP Performance Institucional	FI	5.814.314,46830	9.003.454,91			
Icatu Van IPC Gold Plus	FI	5.586.148,25194	8.981.077,96			
Sul Invest FIDC	FIDC	49,85090	5.302.834,10			
Votorantim Instit. FI RF Crédito Privado	FI	2.253.368,05630	5.925.967,43			
<b>DEPOSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL (DPGE)</b>			<b>70.722.936,04</b>	<b>9,60</b>		<b>0 a 80</b>
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	6.637.274,84			
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	6.550.082,04			
Banco BMGS/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	13.763.236,10			
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	13.682.320,70			
OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento - 19/10/2009 a 19/10/2014	DPGE	10.000	17.181.324,57			
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	12.908.697,79			
<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>			<b>773.332,04</b>	<b>0,11</b>		<b>0 a 80</b>
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEL</b>			<b>773.332,04</b>	<b>0,11</b>		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	773.332,04			
<b>SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>			<b>60.302.804,85</b>	<b>8,19</b>	<b>4 a 20</b>	<b>0 a 70</b>
<b>AÇÕES</b>			<b>65.905,00</b>	<b>0,01</b>		
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>			<b>65.905,00</b>	<b>0,01</b>		
Minasfer S/A - MNCO5	PNA	500.000	65.905,00			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES</b>			<b>53.141.401,18</b>	<b>7,22</b>		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,667430	2.893.559,13			
BTG Absoluto Institucional FIA	FIA	3.282.891,271230	5.362.198,44			
Fator Sinergia V FIA	FIA	9.581,000000	9.469.982,49			
Fator Prisma Institucional	FIA	23,084610	30.097,66			
Guepardo Institucional 60 FIC FIA	FIA	12.777.424,730500	15.964.044,18			
JGP Institucional FIA	FIA	32.465,524300	5.629.890,01			
Kondor EQ Institucional FIA	FIA	4.227.980,487400	5.062.828,21			
Mercatto Gestão Fundamentalista FIA	FIA	882.897,265800	8.728.801,06			
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>			<b>7.095.498,67</b>			
Debêntures COMANCHE	DEB	4.967.391	7.095.498,67			

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			11.858.218,84	1,61	0 a 10	0 a 20
<b>QUOTAS DE FUNDO IMOBILIÁRIO</b>			<b>10.946.093,18</b>	<b>1,49</b>		
Rio Bravo Investimentos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (F. Hermes)	FII	3.028,00	5.242.253,18			
COIN - DTVM LTDA (Memorial Office)	FII	32.466,00	5.703.840,00			
<b>QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES</b>			<b>912.125,66</b>	<b>0,12</b>		
BTGPactual Infraestrutura II FI em Contas de Fundos de Investimentos em Part.	FIP	1.001.065,31	912.125,66			
<b>SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>			<b>30.337.483,78</b>	<b>4,12</b>	<b>0 a 8</b>	<b>0 a 8</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>			<b>30.337.483,78</b>	<b>4,12</b>		
<b>EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>			<b>2.434.018,45</b>	<b>0,33</b>		
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	2.434.018,45			
<b>EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>			<b>16.208.040,33</b>	<b>2,20</b>		
SHN Q. 02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	266.715,73			
CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.848.729,75			
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - BSB - DF	IMOV	1	734.260,06			
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	4.831.491,98			
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.526.842,81			
<b>INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER</b>			<b>11.695.425,00</b>	<b>1,59</b>		
Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte - BSB - DF	IMOV	1	11.695.425,00			
<b>SEGMENTO OPERAÇÕES COMPARTICIPANTES</b>			<b>13.500.720,60</b>	<b>1,83</b>	<b>0 a 15</b>	<b>0 a 15</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>			<b>13.500.720,60</b>	<b>1,83</b>		
Simples / Emergência	EMPR		13.500.720,60			
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>220.733,48</b>	<b>0,03</b>	-	-
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>220.733,48</b>	<b>0,03</b>		
PBD			220.733,48			

### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	dez/2013				
		QTDE	VALOR	% ENQUADRAMENTO		
			(R\$)	ATUAL	P.L.	P.L.
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>21.721.802,62</b>	<b>100,00</b>		
<b>SEGMENTO RENDA FIXA</b>			<b>21.538.565,02</b>	<b>99,16</b>	<b>0 a 100</b>	<b>0 a 100</b>
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>21.538.565,02</b>	<b>99,16</b>		
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>21.538.565,02</b>	<b>99,16</b>		
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			<b>21.538.565,02</b>	<b>99,16</b>		
Banco do Brasil S/A - Institucional	FI	595.440,850500	2.992.482,83			
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	5.932,424300	2.880.505,23			
HSBC FI RF CP Performance Institucional	FI	6.137.197,930450	9.503.439,33			
Votorantim Instit. FI RF Crédito Privado	FI	2.342.088,385800	6.162.137,63			
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>183.237,60</b>	<b>0,84</b>	-	-
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>183.237,60</b>	<b>0,84</b>		
PGA			183.237,60			

<b>ATIVO (INVESTIMENTOS + DISPONÍVEL)</b>			<b>758.932.479,27</b>			
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>758.152.624,67</b>			
<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>			<b>779.854,60</b>			
<b>VALORES A RECEBER</b>			<b>779.854,60</b>			
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS - DEBENTURES CONVERTÍVEIS			0,01			
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS - CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO			-			
AÇÕES - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			-			
AÇÕES - COMPANHIAS ABERTAS			548,32			
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			92.569,26			
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES			424.700,32			
OUTROS REALIZÁVEIS			262.036,69			
DIREITO DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES						
ARREDONDAMENTO/AJUSTE						



# CIBRIUS - INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

## Avaliação Atuarial de 2013

PLANO DE BENEFÍCIOS CONAB

CNPB 1979.0007-19

**Parecer Atuarial 010/14**

Fevereiro /2014

**PARECER ATUARIAL**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo as disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios CONAB**, também denominado neste documento de **PLANO CONAB**, administrado e executado pelo **CIBRIUS - INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL** e tendo como patrocinadoras a CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, como Patrocinadora-Principal, e o CIBRIUS - INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para janeiro de 2014.

O **PLANO CONAB** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0007-19, encontra-se em manutenção normal, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, posicionada em **31/08/2013**, conforme apresentada no **Relatório GAMA 07 – RE 013/14**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria nº 2.240 de 14 de maio de 2008, publicada na seção 1, do D.O.U., de 15 de maio de 2008, não tendo sofrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2013, além dos dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **31/08/2013**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer foram atuarialmente reposicionadas para **31/12/2013**, utilizando-se a metodologia de cálculo atuarial para a apuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionada na mesma data, sendo as contabilizações efetuadas pelo Instituto no balancete contábil de **31/12/2013**.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 07 – RE 013/14**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **PLANO CONAB** posicionada em **31/08/2013**, sendo que não houve qualquer alteração dos parâmetros e bases técnicas entre a Avaliação Atuarial de **31/08/2013** e seu reposicionamento para **31/12/2013**.

Ressalta-se que, para o **PLANO CONAB**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “1 – GRUPO CONAB” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Cabe salientar que encontra-se em tratativa com o DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais a estratégia previdencial definida pela Patrocinadora-Principal e pelo Instituto, que consistirá, inicialmente, na Cisão do Plano CONAB e a consequente criação do Plano CONAB SALDADO, a ser patrocinado pela CONAB e pelo CIBRIUS, destinado aos Participantes e Assistidos do Plano CONAB que exercerem esta opção, fechado ao ingresso de novos Participantes desde a sua criação, e, ainda, a criação do Plano ConabPrev, a ser patrocinado pelo CIBRIUS E CONAB, destinado aos Participantes e Assistidos

do Plano CONAB que optarem pela Transação, sendo este o plano a ser oferecido aos novos empregados a partir da Data Efetiva.

Adicionalmente, e em face do CIBRIUS não ter informado nenhum fato relevante para este plano, além da estratégia previdencial antes relatada, em conformidade com a correspondência **GAMA 07 CT 509/13** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

## **RESULTADOS ATUARIAIS**

### **EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO**

#### **Evolução dos Custos**

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 07 – RE 013/14, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/08/2013**, estava mensurado na correspondência de **17,913%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, sendo neste não incluso o custo referente à joia devida pelos Participantes, esta equivalente ao custo médio de **0,151%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução do custo do Plano de **0,017** pontos percentuais, o qual, em 2012, registrou a alíquota de **17,930%**, conforme Relatório de Avaliação Atuarial emitido pela ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, posicionado em 31/08/2012, tendo sido influenciado, especialmente, pela criação do Fundo Previdencial de Alteração do Índice do Plano, para alocar os recursos provenientes da diferença nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder quando calculadas através do SRB reajustado pelo INPC e quando calculadas através do SRB reajustado pela TR (índice do Plano), conforme ATA da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do CIBRIUS. Anteriormente, para efeito de cálculo das Provisões Matemáticas a Conceder, o SRB era reajustado pelo INPC/IBGE. Contudo, conforme definição do Instituto foi definida a criação do referido fundo relatado acima.

#### **Variação das Provisões Matemáticas**

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC*, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **PLANO CONAB**, existentes em **31/12/2013**, e disponibilizadas pelo CIBRIUS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em **R\$276.789.259,00**.

As *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC*, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do **PLANO CONAB**, existentes em **31/12/2013**, e disponibilizadas pelo CIBRIUS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em **R\$1.020.431.058,00**.

Quanto às *Provisões Matemáticas a Constituir*, avaliadas pela metodologia de recorrência financeira a partir da Avaliação Atuarial anual de **31/08/2013**, resultaram, em 31/12/2013, em

**R\$803.433.036,78.**

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do CIBRIUS com o Plano, considerando as Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante total de **R\$ 493.787.280,22**, em **31/12/2013**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, a variação percentual negativa das Provisões Matemáticas do **PLANO CONAB**, como acima informada, foi de **11,37%**, tendo sido registrado o montante de **R\$549.921.692,68** em **31/12/2012**, conforme CP1072013 emitida pela ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, a qual foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial **GAMA 07 – RE 013/14**, pela criação do Fundo Previdencial de Alteração do Índice do Plano, conforme ATA da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do CIBRIUS. Se considerarmos o valor alocado no Fundo de Alteração do Plano, o resultado foi influenciado por mutações da base de dados, especialmente pela variação do SRB, e pela ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais em relação à Avaliação Atuarial anual de 2012.

#### Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **PLANO CONAB**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2013 do **PLANO CONAB**, foram aprovadas pelo CIBRIUS, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados ao Instituto por meio do Relatório **GAMA 07 – RE 112/13**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012.

Registra-se, ainda, a atual situação do Plano quanto as reservas a amortizar, considerando os fatos históricos do Instituto, assim como os motivos que levaram a intervenção do Plano no período entre 2000 a 2007. Em especial, destaca-se as negociações em curso, para a contratação das insuficiências atuariais do Plano junto à Patrocinadora CONAB.

Adicionalmente, considerando que, caso o indexador do Plano fosse alterado de TR para INPC/IBGE ou na iminência do saldamento do Plano, conforme Estratégia Previdencial que vem sendo discutida com os Órgãos Competentes, que prevê que as reservas serão calculadas com o SRB atualizado pelo INPC/IBGE, o valor das provisões teriam uma elevação significativa, sendo que seria necessário um aporte de contribuições ou redução maior nas reservas de saldamento para fazer frente a essa alteração. Dessa forma, conforme ATA da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do CIBRIUS optou-se pela criação do Fundo Previdencial de Alteração do Índice do Plano.

#### Soluções para Insuficiência de Cobertura

Para restabelecer o Equilíbrio Técnico do Plano, em face da apuração de Déficit Técnico na data da Avaliação Atuarial de 2013, posicionada em **31/08/2013**, no montante de **R\$773.894.984**, observadas as causas estruturais que lhe deram origem, este foi levado integralmente à **Provisão**

**Matemática a Constituir**, sendo que desse montante **R\$362.237,00** refere-se às Contribuições Futuras de joia dos Participantes.

Cabe destacar, a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador a contratar, atual (TR + 6,00% a.a), conforme já vem sendo discutido com os Órgãos competentes. Dessa forma, recomenda-se a agilidade nas negociações para contratação da dívida.

## EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em 31/08/2013, e a base cadastral posicionada em 31/12/2013, devido à metodologia de cálculo atuarial para a apuração das Reserva Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações e retificações do Instituto, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial e seu reposicionamento, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

### VARIAÇÃO DO RESULTADO

Os comentários acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de 31/08/2012 e 31/08/2013 constam, de forma pormenorizada, do Relatório **GAMA 07 – RE 013/14**.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas de R\$ 493.787.280,22**, reposicionadas atuarial e financeiramente para 31/12/2013 em relação aos benefícios concedidos e a conceder, **quando consideradas as Provisões a Constituir**, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$497.995.061,21**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **PLANO CONAB** **apresentou superávit técnico no exercício**, em **31/12/2013**.

1 Destaca-se, assim, que sob a ótica atuarial, o **Superávit Técnico do PLANO CONAB**, verificado quando do reposicionamento das Provisões Matemáticas para **31/12/2013**, **considerando a Provisão Matemática a Constituir revista em 31/08/2013 e reposicionada para a mesma data**, foi influenciado por oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico.

Salienta-se que tal situação foi influenciada pela existência de Provisão Matemática a Constituir, em 31/12/2013, no valor R\$803.433.036,78, devido a revisão atuarial anual do seu saldo devedor em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais. Destaca-se que referida Provisão Matemática a Constituir, apresentou um montante superior ao do exercício de 2012, sendo influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório GAMA 07 - RE 013/14, pela ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais em relação às utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2013, pela redução do Patrimônio de Cobertura do Plano em função da criação do Fundo Previdencial de Alteração do Índice do Plano.

### Natureza do resultado

Considerando as variações do resultado apurado para este Plano, o Superávit Técnico apresentado no encerramento do exercício, deve-se supostamente a oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano. Destaca-se que o Déficit Técnico apurado na

Avaliação Atuarial anual posicionado na data base de 31/08/2013 foi levado integralmente à Provisão Matemática a Constituir então existente e reposicionado em 31/12/2013.

Portanto, apesar do resultado superavitário no encerramento do exercício, é nosso entendimento que o resultado deficitário apurado na Avaliação Atuarial anual de 31/08/2013, tem causas com caráter perene, atribuindo-se a este, então, natureza estrutural.

## SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O Déficit Técnico auferido pelo Plano, conforme constatado na Avaliação Atuarial anual de 2013, posicionada em **31/08/2013**, foi levado integralmente à **Provisão Matemática a Constituir** então existente, resultando em **R\$773.894.984,00** na mesma data, cujo reposicionamento para **31/12/2013** resultou em **R\$803.433.036,78**.

Cabe destacar, a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador a contratar, atual (TR + 6,00% a.a.), conforme já vem sendo discutido com os Órgãos competentes. Dessa forma, recomenda-se a agilidade nas negociações para contratação da dívida.

Ademais, e considerando a perenidade e a natureza estrutural do resultado deficitário, encontra-se em discussão com os Órgãos Competentes, uma estratégia previdencial que visa apresentar solução para os problemas estruturais existentes no Plano.

## ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados e não-programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado, com exceção da Suplementação do Auxílio Doença, onde adota-se o Regime de Repartição Simples.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09/2012.

### 2.1.5 - OUTROS FATOS RELEVANTES

#### 2.1.5.1

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/08/2013** e reposicionada atuarial e financeiramente para **31/12/2013**, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo e exigíveis do Plano, foram os informados pelo Instituto, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos, bem como consideramos que as Provisões Matemáticas ora avaliadas estão fixadas com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 5,00% a.a.

2) Conforme observado no Balancete Contábil de **31/12/2013** verifica-se que o montante de **R\$5.155.909,95** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber e, dentre os quais, destacam-se as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora CONAB, na forma que foram contratadas, destinadas a cobrir compromissos com serviço passado, cujo montante equivale, em **31/12/2013**, a **R\$2.227.532,44**, ou seja, 43,20% dos Recursos a Receber.

3) Em 31/12/2013, os Fundos Previdenciais montavam em **128.594.541,90**, sendo subdivididos

entre o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e o Fundo Previdencial de Alteração do Índice do Plano, previsto em Nota Técnica Atuarial e criado em 2013, conforme ATA da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do CIBRIUS. Em 31/12/2013 o Fundo Administrativo montava em **R\$21.321.908,88** e o Fundo de Investimentos do Plano em **R\$1.529.121,23**, ambos com a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade do Instituto.

4) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2013 do **PLANO CONAB** foram aprovadas pelo CIBRIUS, e pelas Patrocinadoras, considerando a estas o que lhe é pertinente, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA, cujos resultados lhes foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 07 - RE 112/13** observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, alterada pela Resolução CNPC nº 09/12.

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, comparativamente às adotadas no exercício de 2012, destaca-se as alterações relativas ao Crescimento Real dos Salários, considerando a aplicação da taxa de 1,56% a.a., em substituição à taxa de 2,70% a.a.; a Composição Familiar, na qual adotou-se a utilização da Família Real para benefícios concedidos e Experiência CIBRIUS 2013 – Fator de Reversão Médio para benefícios a conceder, em substituição à tábua de composição familiar denominada Família Média Experiência CIBRIUS Hx; o Fator de Capacidade, no valor de 97,75% em substituição à 100%; a Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 Female (Suavizada em 10%), em substituição à AT 2000 Básica Female; A Tábua de Entrada em Invalidez TASA 1927, em substituição à LIGHT MÉDIA; e o auxílio-doença GAMA - EXP.CIBRIUS 2013 em substituição à EXP. ATU VERITA (D15%).

6) Constatou-se, com base em fluxo atuarial desenvolvido especificamente para este fim, em atendimento à Resolução MPS/CGPC 18/06, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, conforme pode ser verificado no Parecer **GAMA 07 – PA 029/14** que caso não sejam efetivados os Contratos de Dívida de responsabilidade da Patrocinadora CONAB, referente às Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado, a solvência do Plano estaria comprometida. Em sentido inverso, o fluxo atuarial, considerando o aporte das Reservas a Amortizar a serem contratadas, demonstrou que a solvência do Plano não estaria afetada. Dessa forma, recomenda-se a agilidade nas negociações para contratação da dívida.

7) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, o Instituto atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, considerando o aporte das Reservas a Amortizar a serem contratadas, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer **GAMA 07 – PA 034/14**.

8) A rentabilidade Patrimonial do Plano CONAB, auferida no período de janeiro a dezembro de 2013, foi de 5,5897%, como informado pelo CIBRIUS, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 5,2006% (TR mais taxa de juros de 5,00% de janeiro a dezembro de 2013), resultando em ganho atuarial ao Plano de 0,3702% da rentabilidade patrimonial do exercício. Com relação a rentabilidade do período de agosto de 2012 a agosto de 2013 (entre as datas bases das Avaliações Atuariais dos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente), esta encontra-se descrita no Relatório GAMA 07 RE 013/14.

## **PLANO DE CUSTEIO**

O Plano de Custeio para o exercício de 2014, proposto para ter o início de sua vigência em

01/01/2014, em conformidade com o documento específico denominado de **GAMA 07 – PC 003/14**, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **CIBRIUS** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo o **CIBRIUS** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

<b>PLANO DE CUSTEIO PARA 2014</b>	
<b>PARTICIPANTES</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	
<b>PARTICIPANTES*</b>	5,00% a 6,50%
	2,80%
	6,21%
<b>PARTICIPANTES VINCULADOS CONTRIBUENTES TOTAL OU PARCIAL</b>	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
<b>PARTICIPANTES VINCULADOS QUE FIZERAM A OPÇÃO PELO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO</b>	Optantes de Riscos: 3,27% sobre a contribuição normal Não optantes de Riscos: 0%
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT E A DE</b>	
<b>SERVIÇO PASSADO</b>	
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Déficit Equacionado.	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA</b>	
<p>Contribuição Extraordinária de Joia Atuarial dos Participantes, determinada atuarialmente em face da idade, da remuneração, do tempo de serviço prestado à Patrocinadora, do tempo de contribuição à Previdência Oficial e do tempo de afastamento voluntário do Instituto, cujo valor total à vista não poderá ser inferior ao valor da contribuição no mês de adesão multiplicado pelo número de meses que este participante esteve voluntariamente afastado do Instituto, no caso da data de adesão ao Plano ser distinta da data de admissão na Patrocinadora, conforme ditames regulamentares.</p> <p>Adicionalmente, de acordo com o § 2º do artigo 9º do Regulamento do Plano CONAB, em caso de inscrição ou substituição do cônjuge ou companheiro (a), que gere impacto negativo ao Plano, o Participante ou Assistido que promover a inscrição/substituição deverá arcar com o pagamento da Joia Atuarial. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 05/2007 do Instituto, deverá ser calculado o desvio admitido em número de anos e o percentual de redução do benefício. Dessa forma, com base no estudo atuarial realizado para este fim, o desvio admitido é de 3 anos à menos em relação à idade do Participante e o percentual de redução é de 3% para cada ano que exceder a diferença.</p>	
<b>PATROCINADORAS</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	

De valor paritário à Contribuição Normal do Participante.	
<b>CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS</b>	
Corresponde aos compromissos de serviço passado, de responsabilidade da Patrocinadora, a serem contratadas conforme vem sendo negociado com os Órgãos competentes.	
<b>ASSISTIDOS</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDO*</b>	
<b>ASSISTIDOS**</b>	9,59%
*Descontada dos Assistidos com concessão posterior a 06/12/2005 e dos Aposentados com concessão anterior a esta data, quando considerado o abono na concessão.	
**Aplica-se a taxa proposta, apenas como redutor do benefício, pois não formará reservas para cobertura de benefícios, em face do Regime Financeiro e Método de Financiamento adotado do Plano.	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA</b>	
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Déficit Equacionado.	
<b>CUSTEIO ADMINISTRATIVO<sup>(1)</sup></b>	
Em conformidade com a definição do Conselho Deliberativo do CIBRIUS acerca dos Custos e Custeio Administrativos dos Planos Previdenciais, aprovados conforme ATA da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do CIBRIUS, o custo intencionado para o PLANO CONAB monta o valor de R\$8.543.800 para o exercício de 2014, a vigorar para o Plano de Custeio de 2014, a ser apurado a partir da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013., sendo as demais informações constantes do documento específico de Plano de Custeio denominado de GAMA 07 – PC 003/14.	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre todas as Contribuições Normais da Patrocinadora e dos Participantes, inclusive Participante Vinculados Contribuintes.	10,03%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre todas as Contribuições Extraordinárias da Patrocinadora, dos Participantes e dos Assistidos	0,000%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistidos.	1,000%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Extraordinárias Contratadas pelas Patrocinadoras	0,000%
e) Taxa de Administração sobre Empréstimos, conforme definição do Instituto	0,000%
f) Taxa de Carregamento, referente aos Participantes Vinculados que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido, definido pelo Instituto.	1,000%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	1,000%
<sup>(1)</sup> Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo;	

## CONCLUSÃO

**Conclui-se**, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **PLANO CONAB**, em **31/12/2013**, encontra-se **superavitária**, conforme comprovada pela existência de Superávit Técnico Acumulado, considerando as Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que em 31/08/2013 o resultado deficitário do Plano foi levado integralmente à Provisão Matemática a

Constituir, e pela existência do valor das Contribuições Contratadas incluídas no Patrimônio de Cobertura do Plano, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Contudo, o Superávit Técnico apresentado no encerramento do exercício, deve-se supostamente a oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

**ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI**

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

PABX: 61 3327 6200 | FAX: 61 3328 8887 | [gama@gama-ca.com.br](mailto:gama@gama-ca.com.br)  
SCN Q.5 SALA 118 Torre Norte | Brasília Shopping | Brasília-DF | 70.715-900

## ANEXO VII - Bens Imóveis de Propriedade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2013	
<b>Acre</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
Rio Branco	1	1	Do terreno foram regularizados 7.000 m <sup>2</sup> . O restante foi doado à dois órgãos públicos e há uma invasão já consolidada.
<b>Alagoas</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
Maceió	2	2	Guarda bens da Secretaria da Agricultura. Sem contrato. Conab mantém empregado para proteger bem. Com pequenas reformas se utilizaria para armazenar cestas básicas, mas, antes, teria que se retomar o imóvel.
Palmeira dos Índios	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns
União dos Palmares	1	1	Invasão pela segunda vez. Acampados estão no terreno face péssimas condições do prédio e a justiça só vai se manifestar após posicionamento da Conab sobre destinação do imóvel.
<b>Amazonas</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
Humaitá	1	1	Regularizado, desocupado, com vigilância.
Careiro	1	1	Em 28/09/2012, foi elaborado novo Laudo de Avaliação por Eng <sup>o</sup> Civil do quadro de pessoal da CONAB. Em 01/10/2012, o Processo nº 21218.447/2011, que trata do Laudo de Avaliação, foi remetido à SUPAD/GEPAS para providências necessárias a aprovação pela Diretoria Colegiada.
Manaus	1	1	Regularizado. Uso da CONAB (Sureg + UA). Imóvel incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. A Eletrobras Amazonas Energia S/A, em virtude do programa de expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica para cidade de Manaus, propôs aquisição de uma área que será destinada à construção de uma subestação para atendimento ao pólo industrial de Manaus, área de 7.456,07m <sup>2</sup> desmembrada da área total do terreno da Conab, pelo valor de 2.200.000,00. Em 26/08/2013, por meio do voto Diafi nº 93/2013, foi aprovada alienação à Eletrobras do terreno de 7.456,07m <sup>2</sup> desmembrada da área total do terreno da Conab, pelo valor de 2.200.000,00. Cabendo ao alienatário as despesas com o desmembramento.
Manicoré	1	1	Imóvel em Estrada MNC005 – Garapezinho. Novo Laudo de avaliação será submetido à Diretoria para aprovação, cujo valor será informado ao município que manifestou intenção de compra.
<b>Bahia</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	
Salvador	0	0	Imóvel em Rua Cônego Pereira Marinho, 07 - Sete Portas. Imóvel vendido pelo preço de R\$ 3.702.050,00 para a empresa Manz Empreendimentos Ltda (antiga Bellintane Empreendimentos Ltda), para pagamento da seguinte forma: 10% do preço no montante de R\$ 370.205,00 como sinal e princípio de pagamento, e o restante 90% no montante de R\$ 3.331.845,00 em 36 prestações mensais e sucessivas, conforme Escritura Pública de Compra e Venda apensada às fls. 885 a 887 do processo administrativo nº 21200.002566/2008-55.
Entre Rios	1	1	Endereço: Rua da Olinda S/Nº - Sítio da Olinda. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Ribeira do Pombal	1	1	Endereço: Estrada da Mirandela S/Nº KM 5. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Itaberaba	1	1	Endereço: KM 90, BR 242. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Sta Maria da Vitória	1	1	Endereço: Rua Capitão José Alfaiate, 88. Unidade reaberta conforme ATA da 179ª REDIR de 05/03/08 e 180ª REDIR de 05/06/08. Em procedimentos para criação do CNPJ e da Inscrição Estadual e Municipal.
Irecê	1	1	Endereço: Estrada BA 433, KM 2,5 Ibitiba / Irecê. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Teixeira de Freitas	1	1	Endereço: Av. Euclides da Cunha, 270. Em processo de venda direta ao município, em trâmite na Matriz, com vistas a nova avaliação. O referido imóvel foi cedido em fev/1994, sob a forma de comodato à Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, por um período de doze meses, através do contrato particular de comodato, constante no processo nº 3997/1994 às fls. 30 a 34.
Ilhéus	1	1	Endereço: Av. Lomanto Júnior, S/Nº. O Conab aprovou em 31/10/2012 a proposta de devolução do imóvel à SPU, conforme fl. 354 e 355 do processo 05.219/95.

Ceará	18	17	
Fortaleza	3	2	Aguardando processo para baixa do imóvel. Imóvel doado à SPU. Terreno do município, benfeitorias da Conab. A Companhia tem a posse do imóvel. Está sendo utilizado pelo arquivo inativo e garagem dos veículos da Sureg. A Sureg pretende construir a sua sede no local. SEDE da SUREG/CE. Imóvel penhorado.
Iguatu	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Senador Pompeu	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Russas	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Tauá	0	0	Vendido em 16/08/2010, no valor de 560.738,40. Parcelado em 3 vezes de 186.912,80.
Brejo Santo	2	2	Imóvel encontra-se penhorado. Uso Conab. Reativado como polo de venda de milho.
Icó	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Sobral	3	3	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 231/07, solicitou providências da Sureg/CE no sentido de agilizar o processo de doação do imóvel ao município de Sobral/CE. Imóvel desapropriado pelo governo do Estado; No local foi construída a Universidade de Acaraú; Aguardando decisão da Justiça
Tianguá	1	1	Reratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
Maracanaú	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Juazeiro do Norte	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Uruburetama	1	1	Em negociação para venda a ADECE - Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará. Aguardando resposta do Governo do Estado para venda direta.
Crateús	2	2	Em processo de cessão ao Governo do Estado - Secretaria de Agricultura. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
<b>Distrito Federal</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	
Brasília	8	8	Cedido à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, até 24/09/14. Regularizado/Uso da Conab. No Imóvel funciona o Restaurante e Estacionamento. Avaliação realizada pela CEF, em 10/09/2013, atribuindo valor venal de 35.500.000,00 (trinta e cinco milhões e quinhentos mil reais). Imóvel cadastrado no SPIUnet. RIP: 9701.32934.500-3 Avaliação do imóvel realizada pela CEF, em 10/09/2013, considerando o valor venal do imóvel de 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Funcionam as instalações do CDRH. Voto DIAFI nº34/2013 e Voto Prei nº09/2013, de 02/04/2013 - Determina a retomada do imóvel cedido à Secretaria Federal da Agricultura do Distrito Federal, antes do prazo de vencimento da Cessão de Uso, previsto para 29/12/2014. Ofício Presi nº 158, de 04/04/2013, solicita a devolução do imóvel, ainda no exercício de 2013, antecipando o prazo estipulado no Instrumento de Cessão de Uso assinado entre as partes. Avaliação realizada pela CEF, em 10/09/2013, atribuindo valor venal de 35.500.000,00 (trinta e cinco milhões e quinhentos mil reais).
<b>Espírito Santo</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
Vitória	3	3	Sede da SUREG/ES. Imóvel penhorado. Imóvel Comodatado, Terminal Pesqueiro. Conforme Ci Sureg Nº 405, de 04/07/05, o imóvel encontra-se penhorado através dos mandados judiciais 624/2000 e 925/2001. Sureg usa as 5 vagas existentes na garagem
Colatina	1	1	Imóvel penhorado. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
<b>Goiás</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	
Itauçu	1	0	Reratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Imóvel ocupado por frigorífico, com investimentos em melhorias e equipamentos. Em fase de retomada e venda. Vendido. Publicado Aviso de Homologação de venda à Empresa FRIGOIND, DOU - Seção 3 - nº 206, página 6, de 23/10/2013.
Pontalina	4	4	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Área do terreno, 16.170,00m2. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Área do terreno, 25.888,00m2. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Área do terreno, 3.420,00m2
Rio Verde	2	2	Área do terreno, 26.000,00m2m2. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Área do terreno, 44.360,91m2 m2
Santa Helena	2	2	Área do terreno, 10.000,00m2. Área do terreno, 35.142,00m2.
Palmeira de Goiás	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
São Luís dos Montes Belos	2	2	Armazém Convencional. Unidade Armazenadora. Área do terreno, 26.000,00m2. Armazém Convencional. Unidade Armazenadora. Área do terreno, 25.000,00m2.
Paraúna	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Goiânia	1	1	Termo de Cessão de Uso, firmado em 01/09/2013, entre a Conab e a DFDA/GO. Duração pelo período de 02 anos, expirando-se em 30/08/2015. Objeto da Cessão: uma parte do imóvel - Centro de Treinamento - sendo 4 salas medindo 4.70x4.70, 1 sala medindo 3.85x4.70 e 2 banheiros.
Itapuranga	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Goiatuba	1	1	

<b>Maranhão</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	
Rosário	1	1	Destinado a venda. Cedido ao Governo do Estado, Ocupado pela FUNASA, Edificações precárias.
São Luís	4	4	Destinado a venda. Cedido ao Governo do Estado, Ocupado pela FUNASA, Edificações precárias. Área construída 2.362 m². Terreno da RFFSA, em processo de doação à Conab. Processo de alienação em curso.
Pindaré -Mirim	2	2	A prefeitura construiu uma praça no local. Existe Processo visando indenização. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
Imperatriz	2	2	Área de terreno, 120.100,00m2. Área do terreno, 2.350,00m2.
São Félix das Balsas	1	1	Desocupado, cercado e sem vigilância. Sureg deverá providenciar novo laudo de avaliação para venda.
Balsas	1	0	Efetuada venda por meio da concorrência Sureg/MA nº 2/2012. Voto Diafi nº 84/2012, de 3/09/2012, homologa concorrência da Unidade. Adjudicação do bem à empresa Tocantins Participações e Empreendimentos LTDA. pelo valor de R\$ 4.196.100,00.
Presidente Dutra	1	1	Benfeitorias não averbadas, só existem as estruturas. Sureg deverá providenciar nova avaliação para venda.
Zé Doca	1	1	Péssimo estado de conservação. Imóvel ocupado por terceiros.
Bacabal	1	1	Ocupado irregularmente por órgãos estaduais e municipais. O município manifestou interesse em adquirir. Parte dele encontra-se ocupada irregularmente por ex funcionário da Cibrazem
Fortaleza dos Nogueiras	1	1	Segundo informações colhidas nos documentos e relatos dos funcionários, o imóvel encontra-se sem segurança, invadido, loteado e os lotes foram doados. Foi feito um Boletim de Ocorrência nº 31/2013, na Polícia Civil do Município, em que consta que o Município, por meio de seus representantes, realizou o loteamento do terreno pertencente à Conab.
<b>Mato Grosso</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	
Cuiabá	3	3	Terreno doado pelo Estado com Cláusula de reversão. Ao saber da intenção de venda, o Estado ingressou com ação de reintegração de posse e a Conab contestou. Esse fato impede a venda, permuta e doação do imóvel. A Sureg sugere que se decida a destinação ao bem após a decisão judicial. Terreno doado pelo Gov/MT para construção da sede da SUREG/MT. Encargos: 24 meses para início da construção e 48 meses para término, sob pena de rescisão da doação e reversão do terreno ao patrimônio do Estado. Prazos contados a partir da escrituração do imóvel que ocorreu em 29/01/81 Imóvel a ser excluído em face do terreno ter sido lembrado com o do imóvel MT003.
Alta Floresta	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Juciara	1	0	Em reunião realizada no Gabinete do Presidente, no dia 21/06/2011, como Prefeito e Presidente da Câmara de Vereadores do município, foram retomadas as tratativas para a alienação do imóvel, àquela municipalidade. No ano de 2013 foram finalizados os procedimentos de alienação do bem, inclusive com a emissão da Escritura de Compra e Venda.
Diamantino	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Sorriso	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Rondonópolis	1	1	
Sinop	5	5	Após recebimento do imóvel foi constatada a existência de superposição da escritura com os invasores e a SUREG notificou a irregularidade aos cartórios locais.
Juara	1	1	Cedido à Goiazem pela Sureg Proc. Nº 09.371/96, com ação judicial para ressarcimento das estruturas. Ação tramitando através da Sureg/GO.
Sto Antonio do Leverger	20	20	Imóvel penhorado. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Aguardando reavaliação para licitação pública. Questionada a posse pelo antigo proprietário. Nova ação tramitando. Terreno dividido em lotes.
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	
Campo Grande	4	4	Desocupada e em ruínas. Concorrência Pública para alienação prevista para junho 2013. Endereço: AV. Duque de Caxias 5735 - Vila Serradinho. Desocupada e em ruínas. Concorrência Pública para alienação prevista para junho de 2013. Desocupada com vigilância. Aguarda-se laudo de avaliação da CEF para venda por licitação. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Sidrolândia	1	1	
São Gabriel do Oeste	1	1	
Chapadão do Sul	2	2	Com vigilância. Em processo de alienação.
Dourados	1	1	
Glória de Dourados	1	1	Laudo de Avaliação emitido pela CEF, em 08/07/2013, fixando o preço mínimo ao imóvel de R\$ 610.000,00. O Laudo de Avaliação foi aprovado pelo Voto Diafi nº 91/2013, de 26/08/2013, na 1106ª Reunião de Diretoria.
Maracaju	1	1	
Rio Brilhante	1	1	
Cassilândia	1	1	
Pedro Gomes	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.

<b>Minas Gerais</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	
Belo Horizonte	1	1	Celebrado com a CEASAMINAS um Acordo de Exploração, mediante Licitação Pública do presente imóvel.
Uberlândia	2	2	Reiniciada obra para conclusão do granelheiro fundo.
Uberaba	1	1	
Juiz de Fora	1	1	Celebrado contrato de concessão de uso com a empresa Monte Sinai Comércio Atacadista Ltda, pelo prazo de 240 meses, contados de 23/09/2010. (processo nº 21200.000750/2010-85).
Passa Quatro	1	1	
Montes Claros	1	1	Unidade reativada para recebimento de produtos destinados ao Programa Fome Zero - Voto DIGES 001/03.
<b>Pará</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	
Alenquer	1	1	Em 21/05/2002, unidade Operativa Desativada - Voto PRESI nºs 022 e 025/01. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Cedido a Prefeitura, com Termo de Cessão vencido.
Ananindeua	1	1	Unidade reativada para recebimento de produtos destinados ao Programa Fome Zero - Voto DIGES 001/03. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Anapu	1	1	Encontra-se cedido em comodato à Prefeitura requerente desde 1999, cujos contratos vêm sendo renovados sucessivamente, sendo que o último foi formalizado em 01/10/2012, com validade até 30/09/2014.
Belém	1	1	Regularizado. Sede Administrativa da SUREG/PA.
Brasil Novo	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Cedido ao Município com Termo de Cessão a vencido em maio de 2013.
Santarém	1	1	Armazém Convencional em uso pela Conab. O imóvel localizado no lote 01, foi alienado ao Detran, tendo como consequência a baixa patrimonial. A casa localizada no lote 02, Rua Silvério Sirotheau, entre a avenida Cuiabá e a Rua Riachuelo, no bairro da Liberdade, medindo 11,70m de frente e 40m de profundidade foi objeto do desmembramento, continua em posse da Conab. Sendo re-cadastrado no sistema de patrimônio e no contábil.
Marabá	2	2	Armazém Convencional em uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
Nova Marabá	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Ocupado pela Polícia Federal/PA, Contrato cessão vencido em 21.12.10. Também ocupa o imóvel o IPASEMA/PA.
<b>Paraíba</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	
Campina Grande	3	3	Terreno utilizado pela Conab, ao lado da Unidade Armazenado de Campina Grande. Unidade Armazenadora, em uso pela Conab Cedido à Prefeitura Municipal, por 2 anos prorrogáveis por igual período, a partir de 29.03.2012.
Monteiro	2	2	Unidade Armazenadora em Uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Unidade Armazenadora, em uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Esperança	2	2	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Cedido ao Governo do Estado até 30.11.2013. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Cedido ao Governo do Estado até 30.11.2013, com opção de compra. É o terreno do imóvel (Rodovia PB 121 KM 2).
João Pessoa	1	1	Unidade Armazenadora reativada para recebimento produtos destinados programa fome zero, conforme Voto DIGES 001, de 25/02/03. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Alhandra	1	1	Imóvel Comodatado. Destinado a venda. Processo na Cojur face ação de desapropriação com vista à Reforma Agrária.
Sousa	1	1	Cedido ao município até 08/09/2012, com opção de compra ao final do contrato (Set/12). Município solicitou renovação do Termo de Cessão. Processo na Matriz. Foi autorizada cessão em 11/04/2013, processo encaminhado para Sureg/PB.
Patos	1	1	Armazém Convencional, m uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
<b>Paraná</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	
Curitiba	2	2	Casa utilizada como Sede Administrativa da Sureg/PR. Regularizado. Armazém Frigorífico em uso pela Conab. Aprovada a reabertura da Unidade Voto DIGES nº 08/05 e Ata 149ª Reunião do Conad. Em processo de alienação.
Francisco Beltrão	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Ainda ocupado pela Prefeitura, sem Contrato. Tem 20 microempresas incubadas. Município negociando direto com Diretoria Conab.
Cambé	1	1	Unidade Armazenadora regularizado, Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Ponta Grossa	2	2	Complexo Armazenador é parte integrante do imóvel PR-019. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Este terreno é parte integrante do imóvel PR-015. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Rolândia	1	1	Imóvel em Rua Tapajós s/nº Jardim Montecarlo. Regularizado, Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.

Pernambuco	12	12	
Recife	8	8	O imóvel foi vendido ao Governo do Estado de Pernambuco, conforme VOTO DIAFI 064/2012, REDIR 1045 27/06/2012. Entretanto, o Estado de Pernambuco pagou à CONAB o valor de R\$ 652.300,00 correspondente a 10% (dez) por cento do valor da avaliação, tendo sido posteriormente peticionado na justiça pelo Estado de Pernambuco para ser arbitrado um valor do qual o Estado deverá pagar a CONAB, "sub júdice".
			Rerraticada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Posse do Município, sem contrato.
			Imóvel Comodatado, destinado à venda. A CONAB oficiou a Prefeitura, ofício SUREG/PE 413 para providenciar a devolução do imóvel livre e desempeido de pessoas e objetos, caso contrário a CONAB iniciará os procedimentos necessários a reintegração de posse do imóvel. A CONAB oficiou a CEF para parestentar orçamento do valor de avaliação do imóvel.
			Sede Administrativa da Sureg/PE. Incluído no Plano de Reestruturação de Imóveis.
			Imóvel destinado à venda. Avaliado pela CEF no valor mínimo de R\$196.04176, o processo encontra-se na SUREG/PE para encaminhamento a Diretoria para aprovação do valor de venda do imóvel. O imóvel encontra-se livre de penhora, ações judiciais e extra judiciais.
			Prédio, imóvel comodatado. A Prefeitura manifestou o interesse na aquisição do imóvel, ofício nº704/2013 GAB/SE. A CONAB oficiou a CEF para apresentar orçamento visando a avaliação do imóvel, ofício SUREG/PE nº0925
			Imóvel destinado à venda, procedimentos para alienação em curso.
			Prédio em comodato. Destinado à venda. A CONAB através do ofício SUREG/PE nº 0031 solicita a Prefeitura a quitação de todos os débitos relativo ao imóvel. A CONAB oficiou a Prefeitura, ofício SUREG/PE 413 para providenciar a devolução do imóvel livre e desempeido de pessoas e objetos, caso contrário a CONAB iniciará os procedimentos necessários a reintegração de posse do imóvel. A Sureg esta providenciando avaliação do imóvel.
Arcoverde	2	2	Houve a assinatura do instrumento contratual de uso do imóvel pelo SESC, porém, a SUREG/PE esta aguardando o Laudo de Avaliação do Imóvel. Técnicos da CONAB realizaram pesquisa do mercado imobiliário na Cidade de Arcoverde/PE para elaborar o Laudo de Avaliação do Imóvel.
			Unidade Armazenadora em uso pela Conab. Autorizada a abertura da UA conforme Voto DIGES Nº 06/03, de 16/04/03. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Bom Jardim	1	1	Imóvel desocupado, destinado à venda. O imóvel foi reavaliado pelo Eng. Valdizete Aragão de Almeida, SUREG/PB, valor de R\$337.354,00. Aprovada a venda do imóvel como novo valor reavaliado, conforme VOTO DIAFI Nº020/2013, REDIR Nº 1079. Elaborada a Minuta da Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda com Pagamento Parcelado, processo encontra-se na SUREG/PE para prosseguimento.
Goiana	1	1	A Prefeitura manifestou a CONAB o interesse na compra do imóvel, conforme ofício nº 0148/2013. Técnicos da CONAB realizaram pesquisas no mercado imobiliário do Município de Goiana/PE para elaboração do Laudo de Avaliação do imóvel. Estamos aguardando o Laudo para iniciarmos a negociação de transição do imóvel.
<b>Piauí</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	
Teresina	6	6	Terreno doado pelo Município, sem averbação. Terreno do município, doado com cláusula de inalienabilidade. Existe proposta de desmonte do armazém e venda como sucata pelo GI/Conab, ou doar as estruturas para a Prefeitura. Encontra-se em estado precário de conservação. Construção não averbada. Ocupado pelo Município, sem contrato, utilizando como arquivo morto.
			Prédio Sede Administrativa da Sureg/PI. Atendendo Venda Balcão. Unidade reativada para recebimento de produtos destinados ao Programa Fome Zero - Voto DIGES 001/03.
			Unidade Armazenadora em uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
			Imóvel Alugado ao Banco do Brasil, destinado à venda. Rerraticada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
			Assinado Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito do imóvel situado no Pátio de Manobras do Itararé, à altura do quilômetro 458, da linha São Luis - Teresina, bairro São Raimundo, no Município de Teresina, Estado do Piauí. É feita a cessão gratuita, do terreno e suas benfeitorias à Conab com validade até decisão final que trata da doação definitiva à Conab. Processo de doação à Conab na SPU. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
			Imóvel em Comodato, destinado à venda. Terreno em nome da Ceasa. Decreto Estadual nº 14.330, de 08/11/2010, declarou o imóvel como Utilidade Pública, autorizando sua desapropriação (Dec. Vencido). A PRORE/PI recomendou retomar as tratativas no sentido de regularizar a situação do imóvel, mediante doação ou venda ao Governo do Estado. Construção não averbada. Cedido ao Governo Estadual, sem contrato. Estado quer comprar ou fazer novo comodato.
Parnaíba	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab.
Floriano	1	1	Terreno da CONAB. Benfeitorias sem averbação.
Picos	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab.

Rio de Janeiro	23	22	
Rio de Janeiro	16	15	Pavimento, Sede Administrativa da Sureg/RJ.
			Terreno de propriedade da CEASA. Benfeitorias não averbadas. Firmado o Protocolo de Intenções 001/05 entre a CONAB e a CEASA/RJ, com vistas a regularização e permuta de imóveis, conforme Processo 036/05.
			Unidade Armazenadora em uso da Conab.
			Terreno destinado à venda. De acordo com Fax Sureg/RJ nº699/2013, o Terreno está regularizado e invadido.
			Imóvel locado à diversos (Administrado pela Conab). Terreno doado pelo INCRA com cláusula de encargo. Sureg propõe revitalizar a unidade. Projeto na Matriz.
			Cedido ao Município. Imóvel de propriedade da CEASA (Pavilhão 12) sob o qual a CONAB possui o direito a posse permanente a título gratuito e indeterminado.
			Cedido à Prefeitura do Rio por 20 anos até 28/01/2024. Terreno do INSS. Lojas e boxes alugados.
			Prédio destinado à venda. De acordo com fax 699 Sureg/RJ, de 07/05/2013, o imóvel está em Comadato -Tribunal de Justiça do RJ.
			Alugados a diversos locatários. (Administrado pela Conab).
			Cedido à Prefeitura do Rio de Janeiro pelo período de 20 anos. Contato assinado em 28/01/2004. Proc. 051/03.
			Imóvel vendido ao Governo do Rio de Janeiro em Out. de 2012.
			Terreno destinado à venda. Segundo fax 699- Sereg/RJ, de 07/05/2013, o imóvel está ocupado pela CEHAB/RJ. Em negociação com Geverno do Estado do Rio de Janeiro - Permuta Hortomercados (RJ013, 014 e 015)
			Terreno destinado à venda. Segundo fax Sureg/RJ 699, de 07/05/2013, o imóvel está ocupado pela CEASA/RJ e outras instituições.
Por meio do fax Sureg/RJ 699, foi informado que o imóvel é objeto de negociação com Governo do Estado do RJ (Permuta com Hortomercados - RJ013,014,015).			
Prédio alugado para transportadora Sybelly Ltda. Avaliação feita em 23/08/2012, aprovada pelo Voto DIAFI 138 de 11/12/2012. Valor: 2.420.000,00. Destinado a alienação imediata.			
Vassouras	1	1	Imóvel Comodatado. Segundo fax 699 Sureg/RJ, de 07/05/2013, o imóvel está Ocupado pela CEASA/RJ. Ocupação - Mercado do Produtor. Em situação de análise para devolução à CEASA/RJ.
Nova Friburgo	1	1	Mercado Produtor. Imóvel em Mercado Produtor Pati Alferes - Mercado Produtor. Imóvel Comodatado. Segundo fax 699 Sureg/RJ, de 07/05/2013, o imóvel está Ocupado pela CEASA/RJ. Ocupação - Mercado do Produtor. Em situação de análise para devolução à CEASA/RJ.
Campos dos Goytacazes	1	1	Galpão, Cedida ao Município em 27/12/2010, por 5 anos. Proc. nº02-205/02. Sureg propõe devolução à Ceasa.
Macaé	1	1	Firmado Protocolo de Intenções 001/05 entre a CONAB e a CEASA/RJ, com vistas a regularização e permuta de imóveis, conforme Processo 036/05. Ocupado pela Prefeitura. Em situação de análise para devolução à CEASA/RJ.
Silva Jardim	1	1	Firmado o Protocolo de Intenções 001/05 entre a CONAB e a CEASA, com vistas a regularização e permuta de imóveis. Segundo fax Sureg/RJ 699, de 07/05/2013, o imóvel está ocupado pela CASE/RJ.
Cambuci (S. José de Ubá)	1	1	Imóvel em Av. XV de Novembro. S/Nº São José de Ubá - Mercado Produtor. Ocupado pelo Secretaria de Agricultura de São José de Ubá. Em análise para devolução à CEASA/RJ.
Barra do Piauí	1	1	De acordo com fax Sureg/RJ 699 de 07/05/2013, o imóvel encontra-se acupado pela Case/RJ. Sureg propõe negociar a venda direta ao Governo Estadual.
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	
João Câmara	2	2	Armazém Convencional em Uso pela Conab – venda balcão. Terreno parte do imóvel RN 001 - Uso Conab – venda balcão.
Natal	4	4	Armazém Convencional em uso pela Conab.
			Prédio utilizado pela Conab como Sede Administrativa.
			Entrepasto de pesca. Contrato de cessão vencido em 02/10/2011 e não renovado, visto que a Prefeitura não apresentou os comprovantes de pagamento do IPTU, de água, energia e aforamento, bem como não fez o seguro do imóvel. Foi solicitada a entrega do imóvel, mas a Prefeitura argumenta sobre a impossibilidade de devolvê-lo, vez que irá prejudicar os pescadores lá instalados. Está em negociação a continuidade da cessão ou doação do imóvel.
			Prédio destinado a venda. Imóvel em comodato. Esteve cedido à Ceasa até junho/2010. O imóvel encontra-se localizado em área muito valorizada. A Sureg sugere a alienação do bem, pois não existem planos para sua utilização. Conab utiliza como arquivo morto. Ceasa ainda tem alguns equipamentos.
Umarizal	1	1	
Currais Novos	2	2	Terreno integrante da Unidade Armazenadora RN008.
			Unidade Armazenadora em uso pela Conab.
Caicó	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab.
Mossoró	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Assu	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab.

<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	
Canoas	2	2	Unidade Frigorífica em uso pela Conab. Terreno da Conab, porém inalienável conforme art. 2º da Lei 7065 que autorizou a doação. Terreno em uso pela Conab. Pátio de manobra do frigorífico. (RS002)
Porto Alegre	3	3	Armazém Frigorífico em uso pela Conab. Unidade Armazenadora em uso pela Conab. Prédio em uso pela Conab como Sede Administrativa da Sureg/RS.
Caxias do Sul	1	1	Imóvel em comodato, destinado à venda.
São Borja	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Desocupado. Prefeitura desapropriou parte para abertura de rua. Regional ingressou com ação na justiça contra a desapropriação e está providenciando novo laudo de avaliação.
Entre-Ijus	1	1	Destinado a venda pelo Conad . Ocupado sem contrato. Regional vai providenciar alienação.
Guarani das Missões	1	1	Armazém Graneleiro. Destinado a venda pelo Conad . Ocupado sem contrato. Regional vai providenciar alienação.
São Paulo das Missões	1	1	Armazém Graneleiro destinado à venda. Ocupado sem contrato. Regional vai providenciar alienação.
Vacaria	7	7	Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação. Terreno desocupado e destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de licitação.
<b>Rondônia</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	
Guajará-Mirim	1	1	Instrumento de Cessão de Uso que celebram a Conab e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, em 10/06/2013, pelo prazo de 2 (dois anos).
Porto Velho	3	3	Imóvel em Comodato destinado à venda. Imóvel utilizado pela cessionária - SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado de Rondônia - para atender os portadores de deficiência física do Estado (inclusão social) . Assim, a Sureg sugere doar ao Estado . Termo de Cessão vigente. Prédio utilizado como Sede Administrativa da Sureg/RO.
Colorado do Oeste	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Em processo de alienação para Prefeitura.
Cacoal	1	1	Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. Terreno do município . Sem escritura de doação do terreno
Rolim de Moura	1	1	Terreno do município; Imóvel de difícil regularização por falta de escritura do terreno; A Sureg sugere a doação das benfeitorias ao Governo do Estado.
Pimenta Bueno	1	1	Sem documentação. Sugerida doação ao Governo Estadual.
Alvorada do Oeste	1	1	A Sureg sugere a doação das benfeitorias ao Governo do Estado. Imóvel de difícil regularização por falta de escritura do terreno.
Presidente Médici	1	0	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. O imóvel foi vendido no exercício 2013 por R\$ 495.050,00 para particular/pessoa física, mediante licitação pública.
Vilhena	1	1	Cedido uma parte à Secretaria de Assistência Social SEAS/RO. Imóvel utilizado pela cessionária para atender os portadores de deficiência física do Estado (inclusão social). Assim, a Sureg sugere doar ao Estado. Termo de Cessão vigente.
Ouro Preto d'Oeste	2	1	Armazém Convencional, destinado à venda. Terreno do município. Imóvel de difícil regularização por falta de escritura do terreno. Em processo de avaliação para venda. Foi assinado o Instrumento de doação que celebram a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e o Município de Ouro Preto do Oeste/RO. Foi publicado do DOU Extrato de Doação que celebram a Conab e o Município do Ouro Preto do Oeste.
Nova União	1	0	Terreno do município, sem escritura de doação . Imóvel de difícil regularização por falta de documentos . Em processo de doação. Instrumento de doação que celebram a Conab e o Município de Nova União/RO, assinado em 11/09/2013. Termo de entrega e recebimento de bem imóvel assinado em 11/09/2013. Extrato de doação publicado no D.O.U, no dia 13/09/2013.
Theobroma	1	1	Em deliberação na 244ª Reunião do Conad, de 18/11/2013, foi aprovada a doação das benfeitorias do imóvel ao Governo do Estado de Rondônia.
Jaru	1	0	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. Imóvel vendido no exercício 2013, por R\$ 2.201.000,00. 10% de entrada e saldo em 12 parcelas
Ariquemes	1	0	Convalidação da avaliação feita em 22/05/2012 por meio do Voto DIAFI nº045/2013 de 16/04/2013. (valor 1.953.000,00). O Conselho de Administração deliberou e aprovou a venda do referido imóvel em sua 240ª reunião ordinária, ocorrida em 31/07/2013. Imóvel alienado no exercício 2013, pelo valor venal de R\$ 4.102.000,00 ao Sr. Elis Rodrigues Alves da Silva.
Alto Paraíso	1	1	Contrato de cessão vencido, com a SEAGRI/RO, em 15/09/11. Área de difícil regularização dada a inexistência da documentação de doação do terreno. Embora cedido para a SEAGRI, o imóvel está sendo utilizado pela municipalidade na estocagem de grãos. . Assim, a Sureg sugere que as benfeitorias sejam doadas, preferencialmente, à Prefeitura.

<b>Roráima</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
Alto Alegre	1	1	Amazém Convencional. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
Boa Vista	2	2	Unidade Armazenadora. Uso da CONAB (Sede provisória da Sureg). Terreno do município, não averbado por falta de documentação. Incluído na relação de Reestruturação de Armazéns. Prédio, imóvel em comodato. A Sureg sugere reformar o imóvel para a futura Sede, visto que à mesma está funcionando precariamente na UA, sem qualquer estrutura. Desativado.
<b>Santa Catarina</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	
São José	1	1	Sede Administrativa da Sureg/SC. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Chapecó	2	2	Amazém Convencional destinado à venda. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. O amazém e o terreno cedidos ao município estão sendo utilizados pelo consórcio de municípios (IDEMA). Terreno em Comodato. Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010. O amazém e o terreno cedidos ao município estão sendo utilizados pelo consórcio de municípios (IDEMA).
Herval d'Oeste	2	2	Amazém Convencional. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns. (SC011) Unidade Armazenadora. Terreno integrante do imóvel SC011. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
<b>São Paulo</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	
São Paulo	3	3	Casa, destinada à venda. Cedido ao INMET desde 2004, com opção de compra, contrato vigente até 21/08/2013. O imóvel foi oferecido à venda ao INMET, que não se manifestou favorável a compra do mesmo. Terreno desocupado e destinado à venda. Em 01/12/2010, assinado Termo de Cooperação entre o MPA e a Conab para operacionalização de gestão compartilhada por meio da Sureg/SP. Destinado a venda.
Araraquara	1	1	
Rio Claro	1	1	Rerratificada a venda pelo CONAD, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010.
Cananéia	1	1	Em 01/12/2010, assinado Termo de Cooperação entre o MPA e a Conab para operacionalização de gestão compartilhada por meio da Sureg/SP. Destinado a venda.
Santos	1	1	Em 01/12/2010, assinado Termo de Cooperação entre o MPA e a Conab para operacionalização de gestão compartilhada por meio da Sureg/SP. Destinado a venda.
<b>Sergipe</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
Itabaiana	2	2	Imóvel em comodato. Prédio Destinado à venda. Foi autorizada a demolição do referido imóvel e a doação do respectivo terreno à Prefeitura Municipal de Itabaiana SE, tendo em vista que o mesmo encontra-se em condições precárias e esta Companhia não tem como recuperá-lo, conforme Ata da 1111ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, realizada em 30/09/2013. Amazém Convencional. Em uso pela Conab.
Nossa Senhora da Glória	1	1	Amazém Convencional. Destinado à venda, Imóvel em comodato. OFÍCIO/GABINETE/NSGNº 137/2013, enviado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória, solicitando a alteração do Termo de Comodato Vigente, bem como manifestando o interesse da referida municipalidade na aquisição de toda a infraestrutura do Amazém desta Companhia, conforme fl. 299 do processo administrativo nº 05.103/2004.
<b>Tocantins</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
Araguaína	1	1	Unidade Armazenadora em uso pela Conab. Incluído no Plano de Reestruturação de Armazéns.
Formoso do Araguaia	1	1	Unidade Armazenadora, em uso pela Conab.
Palmas	1	1	Terreno desocupado.
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>261</b>	

## ANEXO VIII - Cumprimento das Determinações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB					002114
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	025.068/2013-0	----	ÚNICO	DE	OFÍCIO Nº 2664/2013-TCU/Selog.
02	002.437/2012-0	6.174/2013	ÚNICO	DE	OFICIO Nº 0596/2013-TCU SECEX-Amb
03	007.657/2012-9	2.550/2013	---	DE	OFICIO Nº 879/2013/SE-MAPA
04	023.414/2013-8	-----	ÚNICO	DE	OFICIO Nº 0359/2013-TCU/SEFIT.
05	005.581/2013-3	3051/2013	ÚNICO	DE	OFICIO Nº 1081/2013 - TCU/SECEX-SP
06	----	-----	ÚNICO	DE	AVISO Nº 338-GP/TCU.
07	002.437/2012-0	5.040/2013-TCU-2ª C	-	DE	
08	013.046/2009-0	2746/2011-TCU-PL	9.6	DE	OFÍCIO Nº 0498/2013-TCU/2ª Câmara.  OFÍCIO Nº 876/2011/SE-MAPA.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
01 - Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização, Superintendência de Administração.					002114
02 - Presidência e CPL.					002114
03 - Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Operações e Abastecimento, Diretoria de Política Agrícola e Informações.					002114
04 - Superintendência de Modernização e Capacitação.					002114
05 - SUREG/SP.					087333
06 - Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas.					002114
07 - Presidência					002114
08 - COGER					002114
Descrição da Deliberação:					
01 - Ofício direcionado à Conab, para que encaminhe aquela secretaria resposta ao questionário "Perfil de					

Governança das Aquisições – Ciclo 2013”, nas formas eletrônica e impressa, para o endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/perfilgovaquisicoes>, ainda, com informação de interlocutor responsável pelo preenchimento do questionário, constando, entre as informações encaminhadas, nome, cargo, endereço eletrônico e telefone, para ao envio das instruções pertinentes ao seu adequado preenchimento.

02 – Retificar por inexatidão material o Acórdão 5.040/2013 – TCU – 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 27/08/2013, Ata nº 30/2013, para que:

- onde se lê: “1. Processo TC-002.437/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2011)”,
- leia-se: “1. Processo TC-002.437/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2010)”;
- onde se Lê: “1.8. dar ciência deste Acórdão à Conab”,
- leia-se: “1.9. dar ciência deste Acórdão à Conab”..

03 - VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria de conformidade realizada nas bases de dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, visando atender ao Tema de Maior Significância 9 de 2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação que:

9.1.1. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 22, incisos V e VII, oriente órgãos e entidades responsáveis pelo cadastramento de entidades privadas sem fins lucrativos no Siconv quanto à necessidade de comprovar a inscrição dessas entidades no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo mínimo de três anos;

9.1.2. em atenção ao art. 22, inciso V, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, implante controle no Siconv que, no momento do cadastramento naquele sistema ou da celebração de instrumento de transferência voluntária, alerte o cadastrador ou o concedente a respeito da condição de entidades privadas sem fins lucrativos que não tenham completado três anos de existência no CNPJ e exija justificativa expressa para prosseguimento do cadastramento ou celebração do instrumento;

9.1.3. em atenção ao art. 26 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, promova alterações no Siconv para que, no momento da aprovação do instrumento de transferência voluntária, o sistema exija cadastramento do respectivo parecer do concedente sobre o plano de trabalho enviado pelos proponentes e impeça o registro da celebração do instrumento, em caso do não cumprimento da exigência;

9.1.4. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso IV, implante no Siconv controle que alerte o concedente acerca da celebração de novo instrumento de transferência voluntária com entidade em situação de inadimplência no Siafi em relação a instrumento anterior e exija justificativa expressa do concedente para prosseguimento da celebração;

9.1.5. em atenção ao art. 10, inciso IV, e ao art. 38, inciso V, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, c/c o art. 6º, inciso III, da Lei 10.520/2002 e ao art. 97, § 10, inciso IV, alínea "b", c/c o § 1º, inciso II, e com os §§ 2º e 6º do mesmo artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, oriente os concedentes a verificarem, antes de celebrarem instrumento de transferência voluntária, a situação dos respectivos partícipes quanto: (i) à inadimplência em outros instrumentos de transferência voluntária, (ii) à existência de débito para com a administração pública federal e (iii) à existência de atraso no pagamento de precatórios judiciais, por meio de consultas ao Cauc, ao Siafi, ao Cadin e ao Cedin;

9.1.6. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso II, implante no Siconv controles para alertar o concedente, antes da formalização do instrumento de transferência voluntária, que a entidade privada sem fins lucrativos interessada em celebrar o ajuste possui dirigentes que se declararam em situação vedada pela legislação e que exija justificativa expressa, caso o concedente deseje proceder à celebração do instrumento;

9.1.7. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 72, § 3º, promova alterações no Siconv com vistas a permitir registro da inadimplência das entidades que não prestarem contas no prazo previsto pela legislação aplicável ou que tiverem as contas rejeitadas pelo concedente;

9.1.8. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso IV, implante controles no Siconv que alertem o concedente acerca da celebração de novos instrumentos de transferência voluntária com entidades em situação de inadimplência no Siconv com respeito a outros instrumentos e que exija justificativa expressa do concedente, caso deseje proceder à celebração do ajuste;

9.1.9. em atenção ao Decreto 6.170/2007, art. 13, § 5º:

9.1.9.1. oriente os concedentes sobre a necessidade de registrar a inadimplência das entidades que não prestarem contas no prazo previsto ou tiverem contas rejeitadas, mediante adoção do procedimento previsto na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, art. 72, e alerte-os de que o descumprimento desta obrigação poderá ensejar responsabilização dos servidores envolvidos;

9.1.9.2. enquanto não forem promovidas alterações no Siconv que permitam registro de inadimplência, oriente os concedentes a registrarem tal condição no Siafi e instrua-os sobre como realizar esta operação;

9.1.10. em atenção ao art. 37, caput e § 1º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, promova alterações no Siconv para impossibilitar a liberação da primeira parcela de recursos enquanto o projeto básico ou o termo de referência não for incluído na aba "Projeto Básico/Termo de Referência" do sistema e enquanto tal condição não houver sido confirmada pelo concedente no sistema, com exceção das situações previstas no § 1º e no § 7º do art. 37 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, nas quais o Siconv deverá exigir inclusão de despacho fundamentado, em campo próprio, como condição necessária para liberação dos recursos;

9.1.11. verifique os 546 (quinhentos e quarenta e seis) registros de partícipes identificados com dados de CNPJ inválidos, constantes no arquivo "P1\_1\_1ParticipesCNPJInvalidos.xls", além dos 12 (doze) registros de partícipes cadastrados na base do sistema com o mesmo CNPJ, mas com divergências cadastrais, constantes no arquivo "P1\_1\_5NomesDivergentesFiltrado.xls", com vistas a corrigir esses registros;

9.1.12. verifique os seguintes registros, identificados nas tabelas de usuários e dirigentes de entidades constantes no Siconv, e efetue as correções necessárias:

9.1.12.1. 12 (doze) registros de usuários de teste, constantes no arquivo "P1\_1\_2UsuariosTeste.xls";

9.1.12.2. 01 (um) registro de usuário com dados divergentes dos cadastrados na base de CPF da RFB, constante no arquivo "P1\_1\_2UsuariosDivergenteCPF.xls";

9.1.12.3. 02 (dois) registros de dirigentes de teste, constantes no arquivo "P1\_1\_2DirigentesTeste.xls";

9.1.12.4. 124 (cento e vinte e quatro) registros de dirigentes de entidades com dados divergentes dos cadastrados na base de CPF da RFB, constantes no arquivo "P1\_1\_2DirigentesDivergenteCPF.xls";

9.1.13. verifique os seguintes casos de dirigentes ativos no Siconv e efetue a atualização ou a exclusão desses registros:

9.1.13.1. 04 (quatro) registros de dirigentes ativos com datas de saída das respectivas entidades preenchidos com datas anteriores às datas de entrada, constantes no arquivo "P1\_1\_7DirigentesDatasDivergentes.xls";

9.1.13.2. 233 (duzentos e trinta e três) registros de dirigentes ativos que não estavam associados a um quadro válido de dirigentes, constantes no arquivo "P1\_1\_7DirigentesSemQuadro.xls";

9.1.13.3. 524 (quinhentos e vinte e quatro) registros ativos de dirigentes de entidades cujos mandatos já tinham expirado à época da extração da base de dados (maio de 2012), constantes no arquivo "P1\_1\_7DirigentesSemMandato.xls";

9.1.14. apure as seguintes inconsistências entre os sistemas Siconv e Siafi e efetue, se necessário, a devida correção dos respectivos registros e a adequação dos controles de integração entre os sistemas, com vistas a impedir a perpetuação dessas impropriedades (achado 2.15):

9.1.14.1. 934 (novecentas e trinta e quatro) ordens bancárias constantes no Siconv que não foram canceladas, mas que não se encontram registradas na base de dados do Siafi, constantes no arquivo "P1\_1\_6ConveniosSemOBSiafi.xls";

9.1.14.2. 60 (sessenta) ordens bancárias com valores divergentes registrados no Siconv e no Siafi, constantes no arquivo "P1\_1\_6ConveniosValDivergente.xls";

9.1.14.3. 2.886 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis) registros de convênios que, no Siconv, se apresentam na situação "aguardando prestação de contas", apesar de estarem em situação diversa na base de dados do Siafi, constantes no arquivo "A1.1-InconsistênciaQtoAPC.xls";

9.1.14.4. 904 (novecentos e quatro) registros de convênios/contratos de repasse que, no Siafi, encontram-se como

inadimplentes, apesar de não estarem nesta situação na base de dados do Siconv, constantes no arquivo "A1.1-InconsistênciaQtoAinadimplência.xls";

9.2. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação que:

9.2.1. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso II, estude a viabilidade de promover a integração do Siconv com a base de dados de políticos eleitos mantida pelo TSE, disponível em sítio daquela Corte na Internet, a fim de possibilitar que o concedente, no momento da celebração da transferência voluntária, esteja ciente de que o conveniente possui em seu quadro de dirigentes agente político de poder Executivo ou Legislativo federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

9.2.2. em analogia ao Decreto 6.170/2007, art. 2º, inciso V, c/c a Lei 8.443/1992, art. 16, inciso III, alíneas "a", "b", "c" e "d", e em analogia à Lei Complementar 64/1990, art. 1º, inciso I, alínea "g", promova alterações no Siconv para emitir alerta aos concedentes, no momento da análise das propostas apresentadas por entidades privadas sem fins lucrativos, sobre a existência de contas de seus dirigentes julgadas irregulares pelo TCU;

9.2.3. a fim de possibilitar efetividade no cumprimento do art. 52, inciso VIII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, promova alterações no Siconv para que o sistema analise a existência de indícios de que a entidade que deseja receber transferências voluntárias se enquadra como clube, associação de servidores ou entidade congênere e emita alerta ao concedente;

9.2.4. em atenção ao art. 87, caput, ao art. 88, incisos I, II e III, ao art. 27, inciso IV, e ao art. 29, inciso I, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, e ao art. 6º, inciso III, da Lei 10.522/2002, oriente os partícipes de instrumentos de transferência voluntária a verificarem a situação do fornecedor selecionado no Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na Internet, e no CNPJ, mediante consulta ao portal da RFB na Internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem;

9.2.5. em atenção ao art. 6º, inciso III, da Lei 10.522/2002, estude a viabilidade de criar forma de acesso ao Cadin pelos partícipes de instrumentos de transferência voluntária, a fim de que estes possam verificar se o fornecedor contratado possui créditos não quitados para com o setor público federal antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem;

9.2.6. em atenção ao princípio da impessoalidade, à Lei 8.666/1993, art. 9º, inciso III, e aos [acórdãos 1.159/2012](#) e 1.019/2013, ambos do Plenário do TCU, oriente os concedentes a alertarem seus servidores de que é ilegal a contratação, pelos partícipes de instrumento de transferência voluntária, de empresas cuja composição societária inclua servidores públicos do concedente;

9.2.7. em atenção ao princípio da economicidade e à Lei 8.666/1993, art. 90, altere o Siconv para emitir, no momento da inclusão das informações referentes ao processo de seleção do fornecedor, alertas aos usuários dos concedentes e dos partícipes de instrumento de transferência voluntária sobre a apresentação de lances ou propostas, para o mesmo item, por empresas que possuam sócios em comum, com vistas a auxiliá-los na identificação de atitudes suspeitas no decorrer do processo de seleção que possam sugerir formação de conluio entre essas empresas;

9.2.8. em atenção à Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso IV, promova integração entre Siconv e Siafi para unificar a informação de inadimplência dos partícipes de instrumento de transferência voluntária;

9.2.9. em atenção à Prática de Gestão DSS06.02 do Cobit 5, crie no Siconv controle que desative automaticamente registros de dirigentes com data de término de mandato ultrapassada, com vistas a possibilitar que o sistema reflita a situação real do dirigente na entidade;

9.2.10. em atenção ao princípio da eficiência e à Prática de Gestão DSS06.02 do Cobit 5, aperfeiçoe a integração entre o Siconv e o Siafi para manter a consistência da situação dos instrumentos de transferência voluntária nos dois sistemas;

9.3. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que, a fim de possibilitar maior eficácia no cumprimento do art. 38 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, estude a viabilidade de ampliação do Cauc, para que abarque informações sobre impedimentos de entidades privadas sem fins lucrativos que desejem receber transferências voluntárias da União, de forma a englobar as exigências aplicáveis às entidades dessa natureza, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências adotadas para atendimento desta recomendação ou esclarecimentos pertinentes para o caso de sua não implementação;

9.4. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Fazenda e à Controladoria-Geral

da União que:

9.4.1. em atenção ao Decreto 6.170/2007, art. 2º, inciso V, e em analogia à Lei Complementar 64/1990, art. 1º, inciso I, alínea "g", regulamentem a proibição contida no Decreto 6.170/2007, art. 2º, inciso V, de modo a vedar a celebração de instrumentos de transferência voluntária com entidades privadas sem fins lucrativos cujos dirigentes tenham tido contas julgadas irregulares em decorrência das situações previstas no art. 16, inciso III, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Lei 8.443/1992, com análise da possibilidade de definir um limite temporal para a referida vedação, a contar da decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, com vistas a não tornar perpétua a proibição;

9.4.2. para dar efetividade ao art. 52, inciso VIII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, proponham a positivação, na legislação pertinente a transferências voluntárias, da obrigatoriedade de o dirigente máximo da entidade privada conveniente declarar se a entidade se enquadra ou não como clube, associação de servidores ou congêneres como requisito para seu cadastramento no Siconv;

9.4.3. para dar efetividade ao art. 87, caput, ao art. 88, incisos I, II e III, ao art. 27, inciso IV, e ao art. 29, inciso I, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, regulamentem a obrigatoriedade de o participante de instrumento de transferência voluntária consultar a situação do fornecedor selecionado no Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na Internet, e no CNPJ, mediante consulta ao portal da RFB na Internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem;

9.4.4. em atenção ao princípio da impessoalidade, à Lei 8.666/1993, art. 9º, inciso III, e aos [acórdãos 1.159/2012](#) e 1.019/2013, ambos do Plenário do TCU, incluam, no regulamento relativo às transferências voluntárias, dispositivo que vede aos participantes de instrumento de transferência voluntária contratar empresas cuja composição societária inclua servidores do concedente;

9.5. dar ciência ao Conselho Nacional de Justiça de que a não inclusão no Cedin, pelos Tribunais de Justiça, das entidades que não liberam tempestivamente os recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º do artigo 97 do ADCT atenta contra o art. 34 da Resolução CNJ 115/2010;

9.6. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar ao Conselho Nacional de Justiça que, à semelhança da Prática de Gestão DSS06.02 do Cobit 5, aperfeiçoe o Cedin para contemplar informações mais detalhadas sobre decisões judiciais que determinem a inclusão de certa entidade no cadastro, tais como número, veículo oficial de divulgação e cópia do arquivo em meio digital, entre outras necessárias para garantir a completude da informação;

9.7. dar ciência ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de órgão central do Sistema de Serviços Gerais, da existência de indícios de 19 (dezenove) convênios/contratos de repasse firmados com entidades privadas sem fins lucrativos dirigidas por magistrados ou seus parentes até o segundo grau, de 1 (um) ajuste firmado com entidade dirigida por membro do Ministério Público da União e de 68 (sessenta e oito) ajustes celebrados com entidades dirigidas por deputados estaduais, prefeitos, vereadores ou seus parentes até o segundo grau (Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso II);

9.8. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de órgão central do Sistema de Serviços Gerais, que:

9.8.1. verifique, na base de dados do Siconv e mediante a realização das diligências que se fizerem necessárias, a ocorrência de convênios/contratos de repasse firmados com entidades privadas sem fins lucrativos cujos dirigentes eram agentes políticos ou seus cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau (Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, art. 10, inciso II);

9.8.2. confirmadas as irregularidades, demande dos órgãos repassadores as providências cabíveis, no sentido de proceder à responsabilização e ao disciplinamento dos ajustes futuros;

9.8.3. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas pelos órgãos repassadores de que trata o subitem anterior;

9.9. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe ao TCU plano de ação para implementação das medidas requeridas neste acórdão, contendo:

9.9.1. para cada determinação, o prazo e a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações;

9.9.2. para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, o prazo e a unidade

responsável pelo desenvolvimento das ações;

9.9.3. para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão;

9.10. aplicar a chancela de sigilo ao DVD citado na peça 254, que contém resultados dos cruzamentos e descrição dos procedimentos, ao Anexo III do relatório (peça 261) e às peças 12, 17, 19, 20, 28, 29, 36, 56, 58, 61, 108, 113, 114, 116-118, 139-143, 148-190, 192, 204-206, 218, 220, 225, 228, 234, 237, 239 e 241 destes autos, de modo a preservar a identidade dos agentes políticos envolvidos na auditoria, nos termos dos art. 2º, inciso XXI, e 9º da [Resolução TCU 191/2006](#);

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram:

9.11.1. à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;

9.11.2. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.11.3. à Controladoria-Geral da União;

9.11.4. à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.11.5. ao Ministério da Fazenda;

9.12. arquivar os autos.

04 -O órgão de controle solicita indicação por intermédio de endereço eletrônico [levpessoalti2013@tcu.gov.br](mailto:levpessoalti2013@tcu.gov.br), de interlocutor responsável pelo preenchimento do questionário, constando, entre as informações encaminhadas, nome, cargo, endereço eletrônico e telefone, para ao envio das instruções pertinentes ao seu adequado preenchimento.

05 - Encaminhamento, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3.051/2013 - TCU - 1ª Câmara, de 21.05.2013.

06 - A Corte de Contas solicita, **no prazo de cinco dias**, preencher o formulário “Dados de Apoio”, disponível no endereço <http://www.tcu.gov.br/perfilgovpessoal>, e envia-lo ao TCU, apenas por meio eletrônico, conforme as orientações constantes do respectivo documento.

07 -1.7. Julgar regulares as contas dos Srs. Edilson Guimarães, Guilherme Costa delgado, José Gerardo Fontelles, José Menezes neto, Maria das Graças Fontes e Milton Elias Ortolan, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, do Regimento Interno.

1.8. Julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Alexandre magno Franco de Aguiar, Amaury Pio Cunha, Rogério Colombini de Moura Duarte, Rogério Luiz Zeraik Abdalla, Silvio Isopo Porto e Wagner Gonçalves Rossi, dando-lhe(s) quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214 II, do Regimento interno.

1.8. dar ciência deste Acórdão à Conab.

08 –*Ministro Relator Raimundo Carreiro. Tomada de contas especial. Acordam os Ministros em:*

9.1. *rejeitar a preliminar de realização de pericial contábil, formulada pelo Ministério Público;*

9.2. *acolher as alegações de defesa dos responsáveis indicados (...), no que concerne à ausência de prejuízo financeiro.*

9.3. *considerar revel o responsável Raimundo Silva, aproveitando-lhe as alegações de defesa apresentadas pelos demais responsáveis nos autos;*

9.4. com fundamento no art. 212 do Regimento Interno, arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.5. determinar à 8ª Secex que apure informação trazida pelo Sr. José Fragoso da Luz, à fl. 457 do volume 25, acerca da despesa na qual teria incorrido a Conab de aproximadamente R\$250.000,00 para a conclusão da fase interna dessa tomada de contas especial. (...).

9.6. recomendar a Conab que, em caso de designação de servidores para compor comissões de apuração de ilícitos, dê preferência aos servidores lotados no local onde serão realizados os trabalhos, devendo consignar nos autos do respectivo processo as justificativas necessárias quando essa providência não for possível ou não se revelar conveniente;

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, à Argepal (...), ao Ministério e à Conab

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
01 - Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização, Superintendência de Administração.	002114
02 - Presidência e CPL.	002114
03 – Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Operações e Abastecimento, Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
04 – Superintendência de Modernização e Capacitação.	002114
05 – SUREG/SP.	087333
06 - Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas.	002114
07 - Presidência	002114
08 - COGER	002114

#### Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

01 - Resposta ofertada nos termos do ofício Presi nº 543, de 20/12/2013, com encaminhamento do formulário impresso e preenchido conforme orientação. - Em 19/12/2013, foi providenciado o encaminhamento na forma eletrônica.

02 – Retificação por erro material referente a prestação de contas exercício 2010.

03 – Documentação foi encaminhada às Diretorias para conhecimento do disposto no acórdão nº 2.550/2013 – TCU-Plenário.

04 - Documentação foi encaminhada à Sudep e Sutin, em 16.09.2013. Foi indicado o empregado Thiago Alexandre Ribeiro Lima, para interlocutor.

05 - Documentação encaminhada a SUREG/SP, por intermédio da CI AUDIN/GEDOP nº 176, de 17.06.2013, para conhecimento.

06 - Resposta ofertada pela Sudep, para o correio eletrônico [perfilgovpessoal2013@tcu.gov.br](mailto:perfilgovpessoal2013@tcu.gov.br) em 16/04/2013 às

12h08min, com encaminhamento do formulário do Levantamento do Perfil de Governança de Pessoal - Clico 2013 da Conab.

**07** – Original da documentação encaminhada a Suret, em 29.08.2013, para que seja dado conhecimento aos demais responsáveis na presente deliberação, conforme termos do Acórdão nº 5040/2013 - TCU - 2ª Câmara, de 27.08.2013.

**08** - A Secretaria Executiva do MAPA encaminhou o Ofício nº 876/2011/SE, de 29/11/2011 à Presidência da Conab, capeando o aviso nº 1529-Seses-TCU-Plenário, de 19/10/2011, cópia do Acórdão nº 2746/2011 e do Memorando nº 292/AECI-GM, de 22/11/2011.

- A referida documentação tramitou junto ao GABIM, DIRAB, DIFIN e COGER.

- Tramitou pelo GABIN, COGER, PROGE e AUDIN, os processos administrativos de nº 70000.004166/2012-22 e 70000.004174/2012-79, originários do MAPA, em razão de Mandados de Segurança nº 12.921 e 12.929/DF, impetrado pelos Srs. Silvio José Venturoli Filho e Manoel João Alves de Sá, tendo como autoridade coatora o Sr. Ministro de Estado (MAPA). (extraímos cópias).

PARECER PROGE/ASSISTÊNCIA Nº DS 420/2011, juntado ao processo nº 70010.000226/2009-13. Assunto: Ajuizamento da ação referente à persecução do ressarcimento referente aos prejuízos sofridos pela CONAB na ocasião da celebração de acordo ilegal. CASO ARGEPAL: Processos originais 0000.00908/2000-00 e 70100.000111/2002-17.

- Processo Interno de Apuração 1233/2005-00. Conseqüências: Processo nº 70010.001004/2008-37 (medidas judiciais pertinentes à recuperação do prejuízo causado pelo acordo ilegal entre CONAB e ARGEPAL). Processo Judicial nº 2009.34.00.021644-6, 17ª Vara Federal de Brasília/DF.

- Quanto ao item 9.5, foi determinado à 8ª Secex que apurasse a informação do custo de R\$ 250 mil. Até o presente momento não houve contato formal entre a Secex e a Conab.

- Quanto ao item 9.6 foi dada ciência à Cogex sobre a recomendação exarado no item em questão.

#### **Síntese dos resultados obtidos:**

**01**- Aprimoramento no sistema de gestão.

**02**- Aprimoramento no sistema de gestão.

**03**- Aprimoramento no sistema de gestão.

**04**- Aprimoramento no sistema de gestão.

**05**- Aprimoramento no sistema de gestão.

**06** - Aprimoramento no sistema de gestão.

**07**- Aprimoramento nos procedimentos de controle.

**08**- Aprimoramento no sistema de gestão procedimentos de controle.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração, em 2011, empenhada em atender e solucionar na medida das possibilidades, as questões objeto das recomendações oriundas do órgão de controle externo. A carência de mão de obra especializada tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de ações que, em alguns casos, demanda mais tempo para consolidação.

## SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					002114
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	009.789/2009-03	<b>123/2010 TCU Plenário.</b>	9	DE/RE	Ofício nº 010/2010 SEPROG, de 19/2/2010.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					<b>002114</b>
Descrição da Deliberação:					
<p>Diz respeito à auditoria operacional lavada a efeito com o objetivo de avaliar o processo de gestão de estoques públicos, redundando nas determinações e recomendações a seguir:</p> <p>- “9.1. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:</p> <p>9.1.1. passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8º do Decreto nº 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;</p> <p>9.1.2. aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos;</p> <p>9.1.3. altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;</p> <p>9.1.4. não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;</p> <p>9.1.5. revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias, conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab nº 56/2008;</p> <p>9.1.6. analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei nº 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU nº 313/2002 da Segunda Câmara.</p> <p>9.2. recomendar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:</p> <p>9.2.1. proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;</p>					

9.2.2. incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infra-estrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3. desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e que seja integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4. realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas nº 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações deste Tribunal, com o nome dos responsáveis por cada medida;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa, e aos Presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela Casa.”.

#### Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRESI, DIPAI, DIRAB, DIAFI E COJUR.	002114

#### Justificativa para o seu não cumprimento:

A resposta à Corte de Contas restou consolidada no OFÍCIO PRESI N.º 111, de 29/3/2010 que, além de esclarecimentos, promoveu a remessa do Plano de Ação requerido.

Pelo OFÍCIO PRESI N.º 310, DE 4.8.2010, foi encaminhado para o TCU, Ministro Raimundo Carreiro, a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 16/2010, contendo posicionamento atualizado relativamente ao Plano de Ação; oportunidade em que foi informado que ele será atualizado trimestralmente.

Pelo Ofício PRESI n.º 434, de 18.10.2010, foi encaminhado para o TCU, Ministro Raimundo Carreiro, a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 20/2010 que contempla a atualização do Plano de Ação consolidando as providências levadas a efeito no 3.º Trimestre/2010.

Pelo Ofício PRESI n.º 040, de 14.1.2011, foi encaminhado ao TCU a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 04/2011 que contempla a atualização do Plano de Ação consolidando as providências levadas a efeito no 4.º Trimestre/2010, que complementado pelo Ofício PRESI n.º 066, de 31.1.2011, para encaminhar cópia da RESOLUÇÃO N.º 001, de 13.1.2011, em face do assunto objeto da Ação n.º 05 do citado Plano, além da informação de que a Embrapa encaminhou, no dia 22.12.2010, a minuta do projeto inicial com o qual se pretende desenvolver o estudo em face das “Perdas Quantitativas e Qualitativas no Transporte e Pós-colheita de Grãos no Brasil”. No qual está previsto, também, o estudo para a determinação do peso específico, assunto esse objeto do Item 9.2.4 do Acórdão de que se trata, e tratado na Ação n.º 10 do Plano de Ação.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º

09/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 268, de 27.4.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 2.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 014/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 416, de 11.7.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 3.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 021/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 651, de 18.10.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 4.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 4/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 059, de 31.01.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 11/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 175, de 25.04.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 2.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 13/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 383, de 03.08.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 3.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 22/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 533, de 05.11.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 4.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 02/2013 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 040, de 28.01.2013.

Atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º trimestre de 2013, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 05/2013 enviada ao TCU por intermédio do Ofício PRESI n.º 183, de 22.04.2013.

Atualização do Plano de Ação, relativamente ao 2.º trimestre de 2013, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 10/2013 enviada ao TCU por intermédio do Ofício PRESI n.º 336, de 16.08.2013.

Atualização do Plano de Ação, relativamente ao 3.º trimestre de 2013, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 13/2013 enviada ao TCU por intermédio do Ofício PRESI n.º 455, de 22.04.2013.

Atualização do Plano de Ação, relativamente ao 4.º trimestre de 2013, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 1/2014 enviada ao TCU por intermédio do Ofício PRESI n.º 036, de 29.01.2014.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

A Corte de Contas ao apreciar o processo TC 015.211/2011-8, expediu o Acórdão n.º 3355/2012 – TCU - Plenário, deliberando acerca do cumprimento do Acórdão 123/2010. No item 147, apresenta quadro de deliberações, sendo que foram cumpridas as determinações 9.1.1, 9.1.4; em cumprimento: 9.1.2, 9.1.3, 9.1.5 e 9.1.6: implementada: 9.2.1 e 9.2.2 e em implementação: 9.2.3, 9.2.4, 9.2.5 e 9.2.6.

No item 149, conclui que: “Tal situação demonstra o compromisso dos gestores em adotar medidas para aperfeiçoar os pontos críticos apontados pelo TCU em relação as gestão da ação de Formação de Estoques Públicos”.

### **SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					002114
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	012.882/2009-6	<b>1.080/2010 TCU - Plenário</b>	1.5	DE	Ofício n.º 391/2010 TCU/SECEX-RR, de 27.05.2010.
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>

COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		002114
<b>Descrição da Deliberação:</b>		
<p>A Corte de Contas conheceu a representação para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia das peças de fls. 54/65 e desta deliberação à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima e à empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/RR:</p> <p>- “1.5. Determinações:</p> <p>1.5.1. à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima que, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 002/2008), celebrado com a empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;</p> <p>1.5.2. à Secex/RR que:</p> <p>1.5.2.1. após o julgamento de todas as Representações que tratam da mesma matéria, forme um processo apartado, com cópia das respectivas deliberações, inclusive das já proferidas, com vistas ao posterior encaminhamento à Procuradoria da República no Estado de Roraima, para a apuração dos indícios de atos tipificados como crime pelo art. 4º da Lei n. 8.137/1990 e pelo art. 90 da Lei n. 8.666/1993, e à Secretaria Nacional de Direito Econômico, para o exame de possível formação de cartel na prestação de serviços de vigilância a órgãos e entidades do Governo Federal no Estado de Roraima;</p> <p>1.5.2.2. monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 1.5.1 retro, bem como os resultados dele advindos, nos termos do art. 42, caput, da Resolução/TCU n.º 191/2006”.</p>		
<b>Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento</b>		
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>	
SUREG/RR	002114	
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>		
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>		
<p>– Por e-mail de 2/6/2010, foi enviado para a Sureg/RR o inteiro teor do Acórdão, com a finalidade de dar conhecimento e orientá-la para que adote as providências determinadas, além de solicitar que, ao receber do TCU a remessa formal do citado Acórdão, seja encaminhada cópia para a Audin, além de informar sobre as providências adotadas.</p> <p>– A Sureg/RR emitiu a CI n.º 059, de 12/7/2010, para encaminhar cópias dos seguintes documentos: Ofício 080/2010/GABPC/PR-RR/MPF, de 30/6/2010, OFÍCIO N.º 391/2010-TCU/SECEX-RR, de 27/5/2010, recebido em 1.º/7/2010, Carta CONAB/GEFAD/01/2010, de 1.º/7/2010, e do Ofício TRANSVIG/DG/0504/2010.</p> <p>– O MPF, em seu expediente, fez um relato da constatação do TCU, e convidou para uma reunião em sua Sede, no dia 14/7/2010.</p> <p>– A Regional, com a expedição da Carta n.º 01/2010, à TRANSVIG para dizer que, em razão do Acórdão e, no caso de prorrogação do contrato haveria a necessidade de renegociar o valor que se encontra acima dos limites estabelecidos na Portaria SLTI/MPOG N.º 10/2009.</p> <p>– A TRANSVIG pelo Ofício 0504/2010, informou da impossibilidade de adequação do preço, além de declinar da prorrogação.</p> <p>– Pela CI Sureg/RR n.º 074, de 9/8/2010, a Regional encaminhou cópias da Pauta e Ata da Reunião realizada no</p>		

MPF, no dia 14/7/2010, com a presença de representantes de diversos órgãos federais, e cópia da Ata da Reunião também realizada no MPF, em 5/8/2010, com a presença de representantes das empresas privadas de serviços de vigilância e do TRE, JF e MF-GRA/MF/RR.

– Na primeira das reuniões antes citadas, em conclusão, houve uma proposta de elaboração de um Termo de Cooperação entre os órgãos presentes e de adoção de três linhas de atuação: a) A negociação direta junto às empresas, comunicando a postura uniforme de todos os órgãos presentes; b) A realização do Registro de Preços; c) A tentativa de buscar junto à Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI a atualização da Planilha de Custos.

– Na segunda reunião o objetivo foi a busca da renegociação dos valores de modo a adequá-los aos parâmetros da SLTI. As empresas em um primeiro momento alegaram ser inviável a adequação, entretanto, propuseram a concessão de prazo de noventa dias para que possam analisar a proposta. Os representantes dos órgãos federais informaram que há urgência na adequação, tendo em vista a determinação do TCU, de forma que será necessário realizar licitação na modalidade pregão eletrônico, com sistema de registro de preços a fim de buscar novas participações de empresas em outros mercados.

– A Regional informou ter constituído o Processo n.º 21223.000205/2010 visando um novo certame, e que os autos foram encaminhados à Matriz para aprovação em Reunião da Diretoria Colegiada; e que após a aprovação, participará de um certame conjunto através de Ata de Registro de Preços, do qual estarão participando os 26 órgãos federais citados no Acórdão, a fim de promover o preço previsto na Portaria emitida pela SLTI.

– O Processo supracitado permanece em tramitação, não tendo ocorrido, ainda, a deliberação da Diretoria Colegiada sobre o quê requerido pela Sureg/RR.

– A Sureg/RR (CI n.º 094, de 14.9.2011) em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 315, de 6.9.2011, informou que o plano de trabalho embora tenha sido aprovado pela Presidência, existe entrave para o prosseguimento da licitação em virtude das restrições orçamentárias impostas as Sureg's no exercício de 2011. A contratação dos postos de vigilância necessários implica em um plano de aplicação financeira com valores superiores a R\$200.000,00, sendo que a Diretoria Financeira – Difin, impôs um cronograma de desembolso orçamentário anual para gastos de custeio na Sureg, um valor de R\$250.000,00, o que tornou a contratação inviável. O valor foi incluído na programação orçamentária do ano de 2012, vislumbrando que seja contemplado para prosseguimento do certame.

– Sureg/RR (FAX n.º 02, 05-01-2011) em resposta ao fax Audin n.º 001, de 05/01/2012, informou que em breve estará diligenciando a realização do pregão eletrônico visando a contratação de empresa de vigilância armada nos moldes propostos pela portaria SLTI n.º 40 de 23/12/2010, mas é importante saliente que estes estão desatualizados. A secretaria de Logística Tecnologia e Informação durante o ano de 2011 expediu diversas portarias atualizando os valores de contratação de vigilância para os estados, ficando Roraima de fora. Dessa forma os valores fixados para RR, tem provocado desinteresse pelas empresas. Informam que participaram de pregão conjunto com vários órgãos através da elaboração de um Termo de Referência único, sobre a tutela do Ministério Público Federal, não logrando êxito, em razão da não apresentação de proposta ao certame.

– Audin/Gedop emitiu a Comunicação Interna n.º 091, de 28/03/2012, com fito de obter informações acerca do certame para contratação dos postos de vigilância. Aguardando resposta.

– Audin/Gedop encaminhou FAX n.º 004, em 12.06.2012, reiterando acerca da contratação de vigilância armada para as dependências da Sureg/RR.

– Audin/Gedop encaminhou FAX n.º 01, em 25/01/2013, reiterando acerca da contratação de vigilância armada para as dependências da Sureg/RR.

Resposta da Sureg/RR ofertada nos termos da Comunicação Interna n.º 036, de 29/01/2013. (4º Trimestre de 2012).

– Audin/Gedop encaminhou Comunicação Interna n.º 281 de 15.10.2013, indagando acerca da existência de fato novo, estipulando prazo para resposta até 25.10.2013, todavia, em 31/10/2013, ainda não obtivemos resposta.

A SUREG/RR ainda não apresentou resposta ao acima questionado

## ANEXO IX - Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL N.º 00190.021911/2011-41-A.	9.1	Ofício n.º 35291/2011/SE/CGU-PR, de 24.11.2011
02		9.2	
03		9.3	
04		9.4	
05		9.5	
06		9.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			002114
Descrição da Recomendação:			
<p><b>01 – Item do RAE: 9.1 - DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS DA CONAB</b></p> <p>1. Relativamente à condução estratégica das políticas de públicas a cargo da Conab, recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a Companhia Nacional de Abastecimento, adote as seguintes providências:</p> <p>a) Proceder à avaliação da situação atual das diretivas internas que orientam as atividades da Companhia nos níveis estratégico, tático e operacional, com vistas à formulação e institucionalização do Planejamento Estratégico da Conab, em virtude dos seguintes fatos:</p> <p>a1) O longo período, cerca de 4 (quatro) anos, transcorrido desde a descontinuidade da implementação do Plano Estratégico, elaborado no contexto da Revitalização da Conab;</p> <p>a2) A incorporação de outras atividades finalísticas;</p> <p>a3) O diagnóstico atual sobre a situação precária em termos administrativos e operacionais das unidades próprias de armazéns;</p> <p>a4) As iniciativas de investimentos em unidades armazenadoras graneleiras, diante das prioridades levadas a efeito nos últimos anos sobre a equalização de preços e subvenção econômica;</p> <p>a5) As iniciativas de alienação de imóveis na ausência de embasamento técnico consistente;</p> <p>a6) a composição do quadro de pessoal da Conab, em especial pela elevada quantidade de empregados anistiados, reintegrados, faixa etária e grau de escolaridade;</p> <p>b) Proceder à imediata reavaliação da estrutura e composição do quadro de pessoal da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG, conferindo a esta característica que permitam maior participação de integrantes do quadro de pessoal da Companhia, com vistas a conferir caráter institucional à unidade e garantir continuidade e efetividade plena às ações de competência regimental, extinguindo-se os excessivos cargos de assessoria.</p> <p>c) Reavaliar a pertinência de manutenção, na estrutura organizacional da Companhia, das competências a cargo da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias - Coamo, haja vista que a competência regimental desta é o gerenciamento do Plano Plurianual – PPA da Conab, atividade alinhada com as competências da Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor.</p> <p>d) Proceder ao levantamento das carências de pessoal para áreas estratégicas da Companhia, tanto na Matriz como nas Superintendências Regionais, destacando-se as necessidades para o desempenho das atividades operacionais e administrativas, tais como: engenharia; tecnologia da informação; economia; contabilidade; e também para o quadro da Procuradoria, apresentando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta para realização de concurso público;</p> <p>e) Proceder ao levantamento da totalidade dos bens imóveis de propriedade da Conab, bem assim do seu estado de conservação, frente às reais necessidades operacionais e administrativas atuais, alinhando sua utilização com as diretrizes a serem formuladas no âmbito do Planejamento Estratégico, diante da crescente ampliação das atividades operacionais da Companhia. Nesse sentido, é recomendado, ainda, suspender os</p>			

procedimentos administrativos em tramitação para a alienação de imóveis até que as novas diretrizes e avaliações sejam formuladas.

2. Diante das fragilidades registradas no presente relatório de auditoria, relativamente à defesa judicial conduzida pelos escritórios de advocacia terceirizados, bem assim ao acompanhamento e supervisão da Procuradoria Jurídica da Conab, faz-se necessária a adoção de providências urgentes, de natureza pontual e estrutural, para a melhoria da defesa do patrimônio da Conab, com destaque para as que seguem:

2.1 – Pela Companhia Nacional de Abastecimentos - CONAB:

a) Elaborar um plano de ação para orientar o levantamento da situação atual, no âmbito da Matriz e das Superintendências Regionais, das ações judiciais em tramitação – cíveis e trabalhistas.

a1) O referido plano deverá classificar os processos judiciais, a partir dos respectivos andamentos processuais e segundo os riscos de perda envolvidos, agrupando-os, entre outros aspectos, pela fase processual, por assunto, valores envolvidos e tipos;

a2) Após o referido diagnóstico, avaliar as ações judiciais que reclamam providências imediatas da Companhia para mitigação dos riscos de perdas financeiras;

a3) Orientar e uniformizar, a partir da formulação de teses específicas, a defesa judicial da Companhia;

b) Adotar providências com vistas ao retorno, ao quadro de pessoal da Procuradoria, dos procuradores lotados em outros setores da Companhia, eliminado os desvios de função, e promover imediata avaliação das motivações ensejadoras dos atos de cessão, buscando, também, o retorno destes ao quadro da Procuradoria da Conab (unidades central e/ou regionais);

c) Exercitar de forma efetiva o acompanhamento e a supervisão da defesa judicial da Companhia, desenvolvida pelos escritórios de advocacia contratados, enquanto não houver a total absorção da defesa judicial pela própria Procuradoria da Conab;

2.2 – Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) Articular-se com a Advocacia Geral da União, com vistas a buscar apoio para as medidas recomendadas no item 2.1 – a, supra;

b) Adotar medidas para que, em articulação com a Conab, seja revisto o Estatuto Social da Companhia, avaliando a oportunidade da:

b1) Elevação do nível hierárquico da Procuradoria, em face da natureza e relevância das atividades desempenhadas, inclusive as relacionadas à expedição de orientações consultivas que dão suporte à atuação de toda a estrutura hierárquica da organização;

b2) Previsão para que os cargos de Procurador-Geral e de Subprocuradores sejam ocupados por integrante do quadro CONAB e também da Advocacia-Geral da União.

c) Adotar providências visando o fortalecimento da Procuradoria, de forma a viabilizar a substituição gradual dos escritórios de advocacia terceirizados;

d) Reavaliar a alteração havida no Regimento Interno da Companhia, que resultou no remanejamento de atividades de cálculos judiciais para a Superintendência de Contabilidade, com vistas a correção da disfunção relatada quanto à falta de estrutura gerencial e operacional, bem como de aprovação do Conselho de Administração.

## 02 – Item do RAE: 9.2 - AÇÕES JUDICIAIS

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento adoção das seguintes providências:

a) Encaminhar representação à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ao qual estejam inscritos os advogados que atuaram em nome da CONAB, nos processos referidos no tópico 3, para apuração de suas responsabilidades profissionais, inclusive quanto ao índice de tipicidade por atuação de advogado nos dois pólos das lides, conforme indicado no subitem 3.1.

b) Adotar providências com vistas à apuração dos fatos apresentados e responsabilização dos escritórios terceirizados e seus sócios responsáveis pelas falhas apontadas neste Relatório;

c) Proceder à detalhada análise das contas contábeis representativas dos depósitos judiciais e recursais, visando subsidiar as urgentes ações da Companhia para reclamar em juízo o levantamento dos recursos que já estejam à disposição da Conab. A referida providência requer trabalho conjunto envolvendo a Procuradoria-Geral, a Superintendência de Finanças e a Superintendência de Contabilidade, no âmbito da Matriz e nas Superintendências Regionais; o trabalho deve envolver também as Procuradorias Regionais, e áreas financeira e contábil, apresentando cronograma com prazo para conclusão.

d) Quando da elaboração dos cálculos atinentes à ação da empresa Caramuru, atentar para a data de emissão das notas complementares, de maneira que o período de cálculo não considere que estas retroajam à data de emissão da nota original.

## 03 – Item do RAE: 9.3 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento a adoção das seguintes providências:

a). Proceder à elaboração de novos laudos de avaliação dos imóveis relacionados neste Relatório, com vistas à quantificação do prejuízo causado à Administração.

b) Quando da alienação de futuros imóveis, implementar procedimentos e rotinas com vistas à análise e aprovação, por parte da área técnica competente, dos laudos de avaliação.

c) Adotar providências junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) com vistas à homologação dos laudos de avaliação dos imóveis da Conab.

d) Suspender a alienação da Unidade Frigorífica de Curitiba/PR, tendo em vista a manifestação contrária da área técnica, considerando as condições

de mercado e as avaliações técnicas de viabilidade.

e) Providenciar, junto à sua Procuradoria, estudo acerca da viabilidade jurídica para revisão e ou desfazimento das alienações dos imóveis já efetivadas, adotando, quando cabíveis, as respectivas ações.

#### **04 – Item do RAE: 9.4 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA**

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento as seguintes providências:

a) Adotar imediatas providências com vistas ao ressarcimento do valor pago indevidamente a título de Prêmio de R\$ R\$ 690.115,11, à empresa Villagio, em decorrência de extrapolação de limites constantes nos Avisos PEP de Milho nº 152/2010, 163/2010 e 170/2010 e R\$ 419.989,24 pagos indevidamente à empresa Exporta, decorrente do descumprimento de pagar o preço mínimo nas aquisições de milho realizadas junto aos produtores rurais entrevistados, nas operações de PEP objeto dos Avisos nº 105 e 187/2010;

b) Analisar as comprovações das operações PEP executadas pela empresa Villagio, com vistas a aferir a prática de situações análogas às indicadas no item “1” precedente;

c) Aplicar as penalidades previstas nos respectivos Avisos de PEP, quando confirmadas as irregularidades;

d) Comunicar os fatos ao Ministério Público Federal;

e) Agilizar as providências no sentido de concluir as apurações e respectiva imputação de penalidades aos arrematantes que não estão pagando o preço mínimo previsto nos leilões;

f) Tendo em vista a ausência de providências efetivas para apuração dos fatos apontados na fiscalização da Conab que indicaram a cobrança de deságio pelo arrematante no que tange à qualidade do trigo ofertada pelo produtor, adotar medidas urgentes para apuração das irregularidades e responsabilidades pelo pagamento a produtor beneficiado com o PEP trigo – Aviso 357/2009, considerando que mesmo após tal constatação foi efetivado o pagamento do prêmio ao arrematante;

g) Considerando que a fiscalização apontou indícios de fraude na comprovação da operação de PEPRO – milho, objeto do DCO nº 00.210.2031-0, conforme Aviso nº 415/2007, adotar providências visando obter o ressarcimento dos recursos pagos indevidamente, sem prejuízo de apuração de responsabilidade, haja vista o pagamento a arrematante já falecido.

2. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a CONAB, adote as seguintes providências:

a) Crie mecanismos de controle/fiscalização de forma a aferir, durante a execução das operações, se a finalidade da ação governamental, ou seja, conferir aos produtores rurais a recepção do preço mínimo, garantido pelo Estado, está sendo alcançada.

b) Apurar responsabilidade pelos pagamentos de prêmios mesmo após as fiscalizações de a própria Companhia evidenciarem a exigência de deságio, e a respectiva falta de remuneração pelo preço mínimo, o que ensejou, nas operações de PEP de Milho em 2010 e computando somente a diferença devolvida pelos produtores (sem considerar o valor total da subvenção patrocinada pelo Governo Federal), o deságio de R\$ 20,5 milhões, num total de 331.211 toneladas de milho irregularmente subvencionadas pelo Governo Federal.

c) Considerando-se que os valores apurados no item “b”, supra, resultam de fiscalização amostral, proceder aos levantamentos documentais e inspeções sobre a totalidade dos Avisos, de modo a ampliar tanto o número de Avisos como de produtores e arrematantes fiscalizados.

3. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:

a) Apure as responsabilidades pela alteração do Aviso nº 175/2010 de PEP de milho sem a devida motivação, o que ensejou a mudança brusca das regras a dois dias da abertura da licitação, mediante a exclusão dos limites de compra de cada produtor, o que beneficiou grandes empresas produtoras.

b) Proceda à revisão das normas aplicáveis ao PEP, visando otimizar a efetividade social da política de subvenção e garantir maior isonomia na aplicação dos recursos federais.

c) Atue junto ao Ministério Público do Trabalho, visando a obtenção das apurações em curso naquele órgão, tendo em vista que há indícios de que a Conab está concedendo subvenção a empresa investigada pela prática de irregularidades trabalhistas.

d) Atue junto à Conab, para reavaliar de imediato o sistema de comercialização adotado, tendo em vista a fragilidade constatada nos dados registrados em planilhas eletrônicas e o grande volume de informações, com vistas a cessar a omissão da Companhia quanto ao dever de transparência nas operações de subvenção com recursos do Governo Federal.

e) Em articulação com o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, providencie a implantação, com urgência, de cadastros unificados de propriedades rurais, produtoras, cooperativas e cooperados. A implantação dos citados cadastros centralizados viabilizará a necessária transparência com a publicação dos dados na internet e permitirá a integração com o Sistema Eletrônico de Comercialização, visando executar rotinas de identificação de operações que, de outra maneira, não se habilitariam a subvenção pelo Governo Federal.

f) Até a solução definitiva recomendada, faça alterar a previsão nos Avisos de modo que as planilhas sejam encaminhadas diretamente à Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab, que manterá a guarda dos originais recebidos, com cópia para a Superintendência de Operações Comerciais da Conab.

#### **05 – Item do RAE: 9.5 - PAGAMENTO DE FRETE – ESCOAMENTO DE ESTOQUE PÚBLICO**

1. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com a CONAB, adotar as seguintes providências:

a) Reavaliar a sistemática atual de remoção de estoques públicos, com vistas a ampliar a competitividade na contratação de empresas transportadoras;

b) Realizar planejamento mais adequado das remoções, reduzindo o tempo entre as demandas e a operacionalização, levando em conta as épocas de

- safra e respectiva quantidade, visando redução dos custos de transporte;
- c) Verificar previamente a estrutura e as condições do armazém de destino que recepcionará os produtos, evitando a falta de embalagens ou de balanças e equipamentos, bem assim o atraso no procedimento por situações previsíveis;
- d) Verificar antecipadamente a disponibilidade financeira, de forma a evitar atrasos nos pagamentos aos prestadores de serviços, que por sua vez podem resultar em atrasos na operacionalização, bem como em eventuais ações judiciais pela mora;
- e) Rever a metodologia de regressão, visando obter a curva que melhor se ajuste à cotação de mercado, atualizando a regressão periodicamente por meio da realimentação com dados provenientes de sistema reconhecido de cotação de frete de commodities junto ao mercado, a exemplo do Sistema de Informações de Fretes - SIFRECA, mantido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP;
- f) Atualizar os estudos sobre o valor do frete em estradas de terra, com o objetivo de calcular um novo acréscimo em quilômetros e em percentual para o transporte em trechos em terra, incorporando toda e qualquer inovação tecnológica;
- g) Manter registradas no processo todas as memórias dos cálculos realizadas, principalmente as que dizem respeito às transformações de custo fixo total em custo fixo por km e custo total por km em custo por tonelada;
- h) Atualizar o mapa de produção fixando, de forma inequívoca e principalmente baseada em estudos e pesquisas, a quilometragem média mensal rodada e os respectivos números de viagens por mês, tendo em vista o impacto dessa definição no custo final;
- i) Utilizar – para o cálculo de distâncias e para definição se o trecho é pavimentado ou não – parâmetros de formação dos referenciais de distâncias que reduzam as vulnerabilidades referentes à desatualização das informações e à obtenção de dados de modo empírico;
- j) Atualizar os coeficientes, utilizando como parâmetro de caminhões pesados, também o bitrem, incorporando nos cálculos os prováveis ganhos de eficiência que podem ser obtidos com as inovações tecnológicas, principalmente na capacidade de carga;
- k) Manter registros das pesquisas realizadas sobre os preços de veículos, pneus, salários de motoristas e outros preços que possam impactar os custos, anexando a comprovação da sua realização aos processos;
- l) Apurar responsabilidades e quantificação dos prejuízos advindos das superestimativas evidenciadas nos custos dos fretes.

**06 – Item do RAE: 9.6 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRAÇAGEM**

1. Recomenda-se à Diretoria Colegiada da CONAB:

- a) A reavaliação dos termos da Comunicação Interna - CI Nº 061, de 7/7/2011, e por consequência, da decisão do Voto DIRAD n.º 51/2011, de 3/5/2011, tendo em vista que as orientações emanadas carecem de amparo legal.
- b) Que, quando da contratação de prestação de serviços de movimentação de mercadorias:
- b1) Instrua o processo com os elementos constitutivos da escolha pela modalidade de trabalhador avulso ou terceirização de mão-de-obra, circunstanciando as condições específicas que justificam a modalidade de prestação de serviços a ser contratada.
- b2) Atente que, na contratação direta de serviços de braçagem por trabalhadores avulsos, a intermediação deve ser realizada por Sindicato da categoria da base territorial de execução dos serviços, e deve ser formalizada por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, com fiel observância aos dispositivos que tratam da matéria, na Constituição Federal e na CLT, assim como às prescrições específicas da Lei n.º 12.023/2009.
- b3) Atente que, para contratação de empresas prestadoras de serviços de movimentação de mercadorias com alocação de mão-de-obra, deve ser realizado o devido processo licitatório em consonância às disposições da Lei n.º 8.666/1993.

**Providências Adotadas**

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
<p><b>01 – Item do RAE: 9.1:</b></p> <p>Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)  Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG.</p> <p>Recomendação 1.b)  Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG.</p> <p>Recomendação 1.c)  Presidência – PRESI e Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – COAMO.</p> <p>Recomendação 1.d)  Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC.</p> <p>Recomendação 1.e)  Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg's.</p> <p>Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)</p>	<p>002114</p>

<p>Procuradoria Geral – PROGE.</p> <p>Recomendação 2.1.b) Presidência – PRESI e Procuradoria Geral – PROGE.</p> <p>Recomendação 2.1.c) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradorias Regionais – PRORE's.</p> <p>Recomendação 2.2.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.</p> <p>Recomendação 2.2.b) – (b.1 e b.2) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.</p> <p>Recomendação 2.2.c) Presidência – PRESI e Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP.</p> <p>Recomendação 2.2.d) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC.</p> <p><b>02 – Item do RAE: 9.2:</b></p> <p>Recomendação 1.a) Procuradoria Geral – PROGE.</p> <p>Recomendação 1.b) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradoria Regional Goiás – PRORE/GO.</p> <p>Recomendação 1.c) Procuradoria Geral – PROGE. Procuradorias Regionais – PRORE's, Superintendência de Contabilidade – SUCON, Superintendência Financeira – SUFIN e Gerências Financeiras Administrativas – GEFAD's.</p> <p>Recomendação 1.d) Superintendência de Contabilidade – SUCON.</p> <p><b>03 – Item do RAE: 9.3:</b></p> <p>Recomendação 1.a) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD.</p> <p>Recomendação 1.b) Superintendência de Administração – SUPAD e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC.</p> <p>Recomendação 1.c) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD.</p> <p>Recomendação 1.d) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD.</p> <p>Recomendação 1.e) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD.</p> <p><b>04 – Item do RAE: 9.4:</b></p> <p>Recomendação 1.a) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE.</p> <p>Recomendação 1.b) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendências Regionais de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais – SUREG/MT, SUREG/GO e SUREG/MG.</p> <p>Recomendação 1.c) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE.</p> <p>Recomendação 1.d) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE.</p> <p>Recomendação 1.e) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Fiscalização – SUFIS.</p> <p>Recomendação 1.f) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SUREG/RS.</p> <p>Recomendação 1.g)</p>	
---	--

<p>Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional de Mato Grosso – SUREG/MT.  Recomendação 2.a)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI).</p> <p>Recomendação 2.b)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.</p> <p>Recomendação 2.c)  Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI, Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Fiscalização – SUFIS.</p> <p>Recomendação 3.a)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.</p> <p>Recomendação 3.b)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.</p> <p>Recomendação 3.c)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE).</p> <p>Recomendação 3.d)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.</p> <p>Recomendação 3.e)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Fazenda – MF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.</p> <p>Recomendação 3.f)  Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - SUTIN).</p> <p><b>05 – Item do RAE: 9.5:</b></p> <p>Recomendação 1.a)  Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.b)  Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.c)  Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.d)  Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.e)  Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque –</p>	
---	--

<p>SUARM.</p> <p>Recomendação 1.f) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.g) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.h) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.i) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.j) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.k) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p>Recomendação 1.l) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM.</p> <p><b>06 – Item do RAE: 9.6:</b> Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3) Diretoria Colegiada da CONAB.</p>	
<p><b>Síntese da providência adotada:</b></p>	
<p>As providências a seguir foram objeto do Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Especial n.º 00190.021911/2011-41-A, e encaminhado para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, mediante o Ofício PRESI n.º 104, de 07.03.2012, respectivamente.</p> <p><b>01 – Item do RAE: 9.1:</b> Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)</p> <p>Em 08/03/2012 foi instalado o referido Grupo de Trabalho, mediante portaria de nº 278, 07/03/2012, para realizar a ação proposta. A partir desta data iniciaram os encontros para discussão de decisões a serem tomadas. Uma das reuniões contou com a presença do supervisor do GT, o Diretor (DIAFI) que determinou ao grupo retomar o planejamento existente de forma a atualiza-lo revalidando os objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas.</p> <p>Acatando a decisão do diretor, o grupo buscou material existente, imprimiu e levou para apresentação no Fórum dos Superintendentes. Após discussão ficou estabelecido que cada superintendente receberia por e-mail os seus indicadores, analisaria junto à sua equipe e depois receberia a visita dos membros do GT para revalidação.</p> <p>Essas ações serão contempladas com a implementação do plano de trabalho e a validação dos objetivos, indicadores de desempenho e respectivas iniciativas por parte dos superintendentes.</p> <p>No início de abril, de posse das informações coletadas o GT esbarrou num problema técnico-operacional para atualizar os indicadores no software. A técnica responsável pelo gerenciamento da ferramenta que a Conab dispõe, explicou toda a operacionalização do sistema e sinalizou que seria necessária a migração dos dados “antigos” e a inserção dos atuais para um novo banco denominado “Versão 2012”, contudo é imprescindível suporte técnico da empresa que vendeu o programa para a Conab à época.</p>	

Em face desse entrave foi feita uma visita ao MAPA, para tentar encontrar algumas soluções técnicas junto aos gestores da Assessoria Estratégica. Durante a reunião a responsável pelas informações mostrou que o Mapa utiliza uma versão atualizada -Versão 9.0 e que já estão migrando para a Versão 11.0

A Conab ainda está na Versão 4.01, portanto, de acordo com a técnica responsável será necessário elaborar um novo mapa – Versão 2012 para atualizar os nossos indicadores além de contratar suporte técnico para atualização tecnológica da ferramenta.

No momento está sendo feito contato com Oracle, fabricante do software, solicitando proposta técnica de preço de serviço. De antemão sabe-se que após a proposta deverá ser feita licitação para contratação do serviço proposto.

Para os meses de abril e maio pretende-se “alimentar” o atual banco de dados com as informações já coletadas, até a contratação da empresa que fará a atualização e suporte técnico. Em seguida (meados de junho) está previsto atendimento individual pela técnica de informática aos usuários que ficarão responsáveis pela manutenção dos indicadores.

**Ressalta-se que a execução dos trabalhos** e do referido cronograma só obterá êxito se o sistema operacional da Conab não apresentar nenhuma falha e/ou problema técnico/operacional. Além disso, espera-se que todo processo licitatório e de contratação sejam autorizados e realizados a contento para que no segundo semestre de 2012 o Planejamento Estratégico da Conab esteja totalmente atualizado e em operação como almejam toda a Diretoria da empresa e os membros do GT.

Em decorrência do alerta constante do subitem 1.7.1 do Acórdão n.º 835/2011-TCU-2ª Câmara, em 08/03/2012 foi instituído um Grupo de Trabalho/GT (Portaria n.º 278, 07/03/2012), com a participação de representantes de todas as Diretorias da empresa, segundo princípio administrativo da coordenação (§ 1º do art. 8º do Decreto-Lei n.º 200, de 25/02/1967), a fim de que fossem retomados os trabalhos de Planejamento Estratégico, no âmbito da Conab, até mesmo como forma de diminuir riscos, conforme abordado pelo Tribunal de Contas da União no referido Acórdão. A partir desta data, iniciaram-se os encontros para a discussão sobre as decisões a serem tomadas. O supervisor do referido GT, o Diretor determinou que o grupo retomasse o planejamento estratégico existente de forma a atualizá-lo, revalidando os objetivos e seus indicadores, inclusive diante dos entendimentos preparatórios no 1º semestre/2012 que redundaram nos compromissos assumidos por meio de Acordo de Gestão celebrado entre a Companhia e o Ministério da Agricultura, assinado em 13/08/2012, do conhecimento da Auditoria Interna.

Com base nessa orientação, o grupo buscou o material existente e o apresentou no Fórum dos Superintendentes. Após discussão da média gerência da empresa, ficou estabelecido que, numa primeira etapa, o grupo encaminharia para cada Superintendência da Matriz, por mensagem eletrônica, os indicadores de desempenho de sua área com vistas à análise junto à sua equipe, oportunamente. A segunda etapa foi o alinhamento dos objetivos e dos indicadores, utilizando-se do resultado das oficinas realizadas durante o Encontro de Superintendentes, em agosto.

Paralelamente, em face dos itens 07 a 12 do Parecer da AUDIN publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2006 (Seção 1, folha 6), a CODAG contactou a AUIND/GERIS para que, oportunamente, pudesse ser oferecida uma opinião técnica sobre os indicadores de desempenho da Companhia, no intuito de avaliar o nível de atendimento dos novos indicadores propostos aos atributos elencados pela Controladoria-Geral da União-CGU, ou seja: homogeneidade; praticidade; validade; independência; simplicidade; cobertura; economicidade; acessibilidade e estabilidade.

Neste momento (setembro/2012), estão sendo pedida a colaboração de todos os empregados, com sugestões de melhorias nos indicadores do Mapa Estratégico. Para isso, criou-se um página na intranet para colher as sugestões, que estão sendo analisadas durante as oficinas do curso de Capacitação em Gestão para Resultados para a Conab, a cargo do Instituto Publix. As oficinas começaram em 11 de setembro, com previsão de finalização dos indicadores em 04 de outubro, para apresentação à Diretoria Colegiada da Companhia para validação em REDIR, seguindo para a segunda etapa que será da metodologia de construção e validação das iniciativas prioritárias detalhadas.

#### Recomendação 1.b)

Por tratar-se de adequação de regimento interno, não é permitido ao Planejamento Estratégico fazer alteração.

O Presidente solicitou a Gemor que estudasse o assunto e apresentasse o resultado em Redir, oportunamente.

A Sumoc informa, através do despacho de 20.7.2012, na CI Audin n.º 232, de 19.7.2012, que as demandas de alteração da estrutura organizacional estão contidas no Acordo de Gestão assinado entre a Conab e o MAPA. Esta ação do acordo está com prazo para realização de 180 dias.

Permitimo-nos levar ao conhecimento dessa AUDIN/GEDOP posicionamento técnico diverso daquele esposado pela Controladoria-Geral da União, com todo o respeito, no sentido de que, por tratar-se especificamente o item 9.1 (das recomendações da CGU – ação n.º 2 do Plano de Providências) na adequação de regimento interno e na definição de responsabilidades, acredita-se não ser o assunto do planejamento estratégico, propriamente dito, pertinente à órbita da disciplina *Organização e Métodos em Administração* (na qual são estudados, por exemplo, estruturas organizacionais e critérios de departamentalização: por função, por produto ou linha, por processo ou equipamento, por área geográfica, por clientela, por período, por amplitude de controle, por critérios mistos, etc.), no âmbito da Administração de Empresas; haja vista, inclusive, que a academia houve por bem situá-lo em âmbito outro, específico da *Estratégia Empresarial*, ao qual a CODAG se mostra mais aderente. Não é por outra razão que o Regimento Interno da Companhia (norma interna n.º 10.104, de 14/02/2012), em seu artigos 93 (item I, letra c) e 95 (item I) determina caber à Diretoria da Gestão de Pessoas e Modernização, especificamente sua Gerência de Modernização Organizacional – GEMOR matérias afetas à definição de atribuições organizacionais e à adequação regimental.

Acredita-se que a conexão lógica existente entre o planejamento estratégico e a definição departamental/regimental de nossa empresa pública federal seja de caráter estritamente temporal, quer dizer, antes de adequar-se o Regimento Interno (segundo AC15 do Acordo de Gestão CONAB-MAPA, de 13/08/2012 - “Revisar a estrutura organizacional da Companhia, adequação de atividades e processos e trabalho”) seria de bom tom fazê-lo diante de diretrizes estratégicas oriundas de prévio Planejamento Estratégico, salvo melhor juízo.

Encontra-se em fase de conclusão um Termo de Referência para a contratação, por pregão eletrônico, de empresa de assessoramento para adequação da Conab ao referido Acordo de Gestão CONAB-MAPA.

Há que se fazer referência, também, que, em atendimento ao Ofício n.º 4.174/2012-LLO/PRDF/MPF (Processo Administrativo n.º 1.16.000.002913/2011-14, Procuradoria da República no Distrito Federal), o sr. Daniel Odon, Procurador Geral da Companhia, confirmou que entrou pessoalmente em contato com a Dr.ª Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora da República do 9º Ofício de Patrimônio Público – PRDF/MPF, quando explicou-lhes as medidas que estavam sendo adotadas pela empresa no fluxo normal dos acontecimentos, observada a relação de causalidade entre diretriz estratégica prévia e consequente estruturação/departamentalização.

Por fim, vale ressaltar entendimento desta signatária de que, à Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag, por constituir-se em assessoramento técnico de suporte à tomada de decisão por parte da alta administração da empresa, não caberiam atribuições regimentais de caráter permanente (atreladas à ação administrativa programática típica de unidades organizacionais em linha); ou seja, como instância de assessoramento à Presidência (staff), deveria constituir-se em uma espécie de assessoria técnica, até mesmo com outra denominação, incumbida regimentalmente do atendimento a demandas conjunturais típicas da função de assessoramento, devendo-se, portanto, na maior brevidade possível, alterar o art. 25 do Regimento Interno da empresa, com a supressão dos oito incisos ali constantes, os quais seriam substituídos por uma única incumbência regimental: assessorar e subsidiar a Presidência na tomada de decisão.

[Recomendação atendida conforme resolução CONAD n.º 009, de 19/12/2012, a CODAG foi extinta e suas atribuições migraram para a nova Superintendência de Estratégia e Organização – SUORG.](#)

Recomendação 1.c)

O assunto foi discutido pela Diretoria Colegiada, porém não se seguiu a consenso, sendo adiado para o mês de fevereiro/2012.

[Recomendação atendida Conforme resolução CONAD n.º 009, de 19/12/2012, a COAMO foi extinta e suas atribuições migraram para a Gerência de Execução Orçamentária – GEORC.](#)

Recomendação 1.d)

O processo referente a contratação de entidade que irá realizar o certame encontra-se em andamento a fim de adequá-lo as normas e legislações pertinentes para que se cumpram seus ritos legais, sendo que atualmente encontra-se nesta SUMOC para proceder ajustes recomendados pela GECOT.

Visando posicionar essa AUDIN no que se refere às providências até então adotadas por esta SUMOC quanto ao Item 1, da Ação nº4, do Relatório de Auditoria Especial da CGU nº00190.021911/2011-41-A, expomos os seguintes itens:

- Em 15/5/2012, foi firmado Contrato Administrativo Conab nº17/2012 com o Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES, para a realização do concurso público.

- Em 5/7/2012, foram publicados o Edital nº1/2012, com 95 vagas e cadastro reserva para diversas formações, e o Edital nº2/2012, 60 vagas para a área de TI,- As provas dos dois editais estão previstas para serem realizadas no dia 23/9/2012.

Esta SUMOC tentou realizar, ainda em 2011, a contratação de entidade técnica capacitada para realizar o levantamento geral da força de trabalho, bem como a elaboração de quadro de pessoal da Companhia (lotaciograma), conforme consta no Processo n.º 2616/2011. Em virtude de restrições orçamentárias e financeiras não foi possível realizar esta contratação. Como não temos em nosso quadro pessoal com qualificação específica para realizarem estes trabalhos, estamos partindo para a capacitação dos nossos técnicos a fim de que adquiram expertise e com isto possamos realizá-lo. Assim, tal opção nos demandará um tempo maior para atingirmos este objetivo.

Recomendação 1.e)

Encaminhada a CI Supad n.º 079, de 28.2.2012 às Superintendências Regionais, solicitando reavaliação circunstanciada sobre a situação de cada imóvel.

Os Trabalhos encontram-se sob análise, consolidação dos dados e emissão de relatório circunstanciado pela Supad/Gepas.

A Gepas informa através da CI n.º 192, de 29.6.2012, que as informações disponibilizadas pelas Suregs, conforme requeridas nos termos da CI n.º 079/2012, encontra-se reunidas em relatório que traz em detalhes a real situação dos bens imóveis da Conab.

Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)

a.1 O plano de ações quanto ao número de ações é acompanhado pela Proge desde 2006, mensalmente.

Em 2011, foi reforçada a solicitação de estatística local às Procuradorias Regionais referentes às demandas cíveis e trabalhistas da Conab (CI n.º 447/2011), visando o conhecimento do n.º e objeto das ações.

O prazo para cumprimento era de 30 dias, sendo dever das regionais e matriz a prestação da informação mensalmente por intermédio do relatório qualiquantitativo.

a3. a adoção de teses específicas são recomendadas por intermédio de CI's e arquivada no banco de teses da pasta em rede da PROGE – JURIDNET.

A PROGE, mediante as CI's n.º 107/12, 109/12 e 110/12 (anexadas), reiterou os termos de expedientes anteriores, inclusive com fixação de prazos para o fiel cumprimento, no sentido de determinar ao contencioso da Matriz e as Prores, a atualização do SIAJUR (Sistema de Atividades Jurídicas), do CPJ, bem como informar da existência de ações rescisórias ajuizadas pela CONAB e as eventuais intervenções em processo especiais; assim considerados, os que envolvem valores significativos.

As respostas decorrentes das CI's em comento estão sendo organizadas com vistas à ulterior compilação, confecção dos correlatos relatórios e

demais providências pertinentes.

Importante sublinhar que foi contratada pela CONAB e encontra-se na fase de aceitação do produto, a ferramenta de informática denominado Processo (em substituição ao CPJ), que se trata de um sistema de controle de processos judiciais, que dispõe de inúmeros recursos com vistas ao melhor aparelhamento da PROGE e aprimoramento no controle de suas atividades regimentais.

Com a recente implantação do Sistema Process, de gerenciamento jurídico, em substituição ao anterior sistema (CPJ) que, efetivamente, vinha atendendo precariamente às necessidades da Companhia, hoje já se mostra possível extrair-se relatórios que trazem dados muito próximos da real situação dos processos da Conab, cíveis e trabalhistas, na Matriz e nas Regionais. Com o trabalho que vem sendo feito em todo o Brasil, sob coordenação do Grupo Gestor do Process (Portaria Presi nº 1.495/2012), estima-se que, nos próximos meses, atingiremos a situação ideal de controle das atividades jurídicas da Conab.

#### Recomendação 2.1.b)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na GECOT e DIRAD.

MAPA: dos 4 procuradores apenas um se apresentou para retorno.

DPU: informou pelo Ofício 3161/2011/GAB/DPU a impossibilidade de devolução das 2 empregadas.

Nas SUREG's GO, RS e RJ os superintendentes são procuradores.

Em relação aos procuradores com atuação na Matriz, remanesce apenas o lotado na Gecot que não retornou à PROGE.

A providência já foi administrativamente adotada desde o início do ano de 2012, tendo retornado à então Procuradoria- Geral quase todos os procuradores que, na Matriz, encontravam se deslocados da atividade. No início de janeiro do corrente ano, foram admitidos, por concurso público, mais 10 (dez) procuradores, que foram imediatamente distribuídos entre as 3 subprocuradorias, hoje gerências. Cumprem ainda aqueles novos profissionais seu contrato de experiência, ajustando-se de modo a permitir a breve assunção, se não integral, mas da parte mais importante do Contencioso Judicial.

#### Recomendação 2.1.c)

De 1996 a out/2001, contratação de terceirizados em alguns Estados, por intermédio de “pré-qualificação”. De nov/2001 a jan/2002, contratação de terceirizados em alguns Estados. Entre fev/2002 e abril/2003, como 2 terceirizados. De maio/2003 até a presente data, um escritório em cada Sureg, e a partir de 1º de fevereiro de 2012, iniciou-se o processo de assunção do contencioso na Matriz.

Tem sido incrementada a parceria com os Terceirizados, tanto na Matriz quanto nas Regionais, a fim de ser preservar os interesses maiores da defesa judicial da Companhia. Apesar das orientações sistematicamente traçadas para aqueles escritórios jurídicos externos, têm ocorrido algumas falhas, as quais têm sido, também de modo sistemático, objetos de adequadas apurações, a partir de sua constatação.

#### Recomendação 2.2.a)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

#### Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2)

A presente recomendação será apreciada quando da reunião da Diretoria Colegiada para tratar acerca do novo Acordo de Gestão a ser firmado entre a Conab e o MAPA.

#### Recomendação 2.2.c)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na Gecot e Dirad.

#### Recomendação 2.2.d)

Para apresentação de uma nova estrutura de inspetoria com a finalidade de executar cálculos judiciais e acompanhar as ações relacionadas aos processos internos de apuração, sendo necessário que seja indicado:

(a) em qual estrutura orgânica será criada a nova área e, reunir mais elementos a respeito do assunto, quais sejam:

(b) descritivo do processo atual e elenco dos documentos utilizados pelas áreas envolvidas.

Ainda, é indispensável:

(c) interação, comprometimento e participação das áreas de Contabilidade, Recursos Humanos, Corregedoria e Jurídica para implantação da nova área.

## 02 – Item do RAE: 9.2:

#### Recomendação 1.a)

Foram orientadas as aberturas do processo de apuração da condução do processo pelo escritório terceirizadas empresa CARAMURU CI PROGE N.º 415/2011 e dos demais em curso no Distrito Federal. A notificação à OAB ainda não foi realizada tendo em vista o levantamento que está sendo feito de quais profissionais atuaram nos processos, pois em face da terceirização, mais de um escritório pode ter conduzido a demanda. Quanto ao processo da SPAM a minuta a ser encaminhada está sendo elaborada.

Foi expedido Ofício Proge n.º 026/2012, encaminhado ao Presidente do Conselho Federal da OAB, em 13.3.2012, rogando providências quanto apuração de responsabilidade dos advogados que atuaram nos processos SPAM, Renascença e Caramuru.

A Supes em resposta a CI PROGE n.º 114/12, informou, mediante DESPACHO n.º 237/2012, a relação dos advogados que atuaram nos processos em referência. Tal expediente será remetido a Audin, com vistas à OAB.

A recomendação foi atendida por via do Ofício Proge n.º 026/2012, de 13.03.2012, dirigida ao Senhor Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Sem resposta ao nosso ofício até a presente data, encaminhamos à Presidência da Companhia, na data de 01.04.2013, despacho com minuta a ser acolhida e assinada pelo Senhor Presidente, pedindo informações àquela autoridade sobre os desdobramentos da nossa denúncia. Ainda recentemente, também oficiamos à OAB, desta vez a Seccional do Distrito Federal, pedindo providências quanto ao apurado patrocínio infiel de advogada atuante em processo envolvendo a empresa Renascença Armazéns Gerais.

#### Recomendação 1.b)

Foi expedida a CI PROGE 164/2006 E 845/2009 em atenção à recomendação.

Como informado no item 9.1.2.1.c supra, esta Consultoria Jurídica, e também nossas Regionais, têm sistematizado os pedidos de explicações e, na medida em que caiba, vêm aplicando as respectivas medidas previstas em contrato, em face de eventuais falhas cometidas pelos Terceirizados quando na representação dos interesses jurídicos da Companhia. Esses processos administrativos se encontram registrados no Sistema SIAJUR, na página da Intranet da Companhia.

#### Recomendação 1.c)

Periodicamente os dados são levantados e recuperados os créditos, informando a Difin e SUCON para as respectivas baixas conforme CI's PROGE n.º 163/2010, 519/2010, 533/2010 e CI conjunta Difin/Proge 168-378/2010.

Em resposta a CI PROGE n.º 115/12, a Supes informou mediante o Despacho n.º 286/12, quanto aos procedimentos relacionados ao Grupo de Trabalho criado pela Portaria n.º 64, de 06/06/2007.

Vem sendo relativamente bem conduzidos a missão dos Grupos de Trabalho Mistos formados na Matriz e nas Regionais, envolvendo empregados das áreas jurídica, financeira e de contabilidade, que buscam levantar em juízo eventuais depósitos recursais esquecidos em processos findos. A área financeira, inclusive, desenvolveu planilha onde periodicamente atualiza as informações sobre o efetivo resgate daqueles valores.

#### Recomendação 1.d)

Os cálculos foram elaborados e encaminhados ao Gabin/Proge em 25.10.2011

Os cálculos da Caramuru serão, novamente, periciados judicialmente.

Aqueles apresentados pela SUCON foram elaborados de forma a demonstrar ao Juízo que havia erro na perícia judicial por terem sido feitos por amostragem.

### 03 – Item do RAE: 9.3:

#### Recomendação 1.a)

Em relação ao processo de licitação, mesmo com ampla divulgação, as duas primeiras foram desertas e a última contou com apenas um participante. Tal fato, não condiz com a possibilidade de o preço mínimo ter sido subestimado.

#### Recomendação 1.b)

Relativamente a essa recomendação, é de todo oportuno, registrar, mais uma vez, que, além de engenheiros da própria Companhia, o Tribunal de Contas da União – TCU, conforme determinação consubstanciada no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação de imóveis deve ser feita, preferencialmente, pela CEF ou Banco do Brasil.

Sendo uma entidade que detém a especialização para executar avaliações de imóveis, sua condição de entidade pública, e ainda a determinação do TCU contido no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação e aprovação da área técnica da Companhia não coloca o trabalho executado pela entidade como passível de suspeição e/ou falhas? Mencione-se, ainda, que a Companhia possui um único engenheiro habilitado perante o CREA para executar avaliação de imóveis, e o mesmo exerce atualmente a função de Superintendente Regional, o que o impede de exercer esse mister.

Em andamento estudos para adaptação da norma de Alienação de Bens Imóveis as novas orientações da Controladoria Geral da União – CGU.

Informamos que foi encaminhada CI Gemor n.º 006 em 15/03/2012 a Supad/Gepas com a finalidade de adequar a Norma Alienação de Bens Imóveis – 60.208 aos apontamentos citados.

Com relação a esta recomendação e à CI Gemor n.º 006/12 atinentes à adequação da norma 60.208 - Alienação de Bens Imóveis, com vistas ao estabelecimento de rotinas de análise nos laudos de avaliação elaborados por terceiros, cabe destacar o seguinte:

1. Conforme o disposto no subitem 01.1, subtítulo IV da capô II da norma 60.208, o preço mínimo de venda de imóvel é fixado com base em laudo de avaliação expedido pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por empregado da Conab, devidamente credenciado no CREA.

2. Caso não seja possível obter-se avaliação na forma descrita no Subitem 01.1, a administração poderá valer-se de empresa especializada, como por exemplo, Bolsa de Imóveis, Câmara de Valores Imobiliários, Instituto de Engenharia etc., ou da contratação de um engenheiro civil, devidamente credenciado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

O Acórdão TCU nº 456/05 determina que a Conab não acolha, nos processos de alienação, laudos de avaliação contratados por terceiros, devendo efetuar a venda com base em laudos confeccionados por engenheiros do seu quadro de pessoal, preferencialmente pela CEF ou Banco do Brasil.

1. O Voto Diafi nº 024/2008, no inciso 111, alínea "f" especifica: o laudo de avaliação dos imóveis deverá ter o prazo de validade de 1 (um) ano e será elaborado pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por engenheiro do quadro de pessoal da Conab, em conformidade com orientação expressa no Acórdão na 456/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU.

2. Em razão dessa determinação, contida, obrigatoriamente, nos normativos internos da Companhia, as vendas de imóveis pela Conab baseiam-se exclusivamente em laudos de avaliação expedidos pela CEF, Banco do Brasil ou por empregado da Conab.

3. Ante o exposto e considerando que as empresas especializadas não estão contempladas nos atos internos que definem os procedimentos para a avaliação de imóveis, bem como a contratação de engenheiros credenciados, estamos sugerindo a Sumoc a exclusão do subitem 01.2, subtítulo IV do capô II da norma 60.208 - Alienação de Bens Imóveis.

GEPAS solicitou junto a SUPAD, exclusão do subitem 01.2, subtítulo IV do cap. II da norma 60.208 – Alienação de Bens Imóveis. (CI/GEPAS n.º 315/12, de 04/10/2012).

#### Recomendação 1.c)

Foi encaminhado o Ofício Diafi nº 043, de 23.3.2012 à SPU, consultando acerca da possibilidade de execução dos serviços objeto da recomendação emanada pela CGU, na medida em que os laudos de avaliação dos imóveis forem apresentados àquela Secretaria.

Foi recepcionado o Ofício nº 207/2012-DECAP/SPU/MP com resposta ao Ofício Diafi nº 43, de 23.3.2012, com a seguinte redação:

...“Portanto, do acima exposto informamos a esta Companhia Nacional de Abastecimento a impossibilidade do atendimento à execução dos serviços solicitados, posto nos dizeres do Órgão consultado “...se o imóvel é de propriedade de ente da Administração Indireta, a única possibilidade que vislumbramos para atuação da SPU na avaliação seria a União tivesse interesse na aquisição”...”

#### Recomendação 1.d)

Foi registrada que as atividades da Unidade Frigorífica de Curitiba caracteriza-se como eminentemente empresarial daí a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, desconsiderando, inclusive, os ingressos oriundos do Tesouro para cobertura de parte dos dispêndios (sendo uma atividade empresarial, o repasse de recursos dessa natureza constitui-se em mero subsídio). Por outro lado, é preciso considerar que a unidade, em face do longo espaço temporal decorrido desde a sua construção, apresenta-se atualmente como obsoleta como também os equipamentos existentes.

Assim, considerando a recomendação da CGU, a área competente deverá elaborar estudo detalhado de viabilidade econômico-financeira, envolvendo avaliação prospectiva do mercado em potencial e a perspectiva futura, concorrência, projeções de receita e despesas (valores correntes e constantes), retorno do investimento, entre outras variáveis que devem ser, obrigatoriamente, consideradas em uma iniciativa dessa natureza.

A área competente da Conab, conforme registrado no relatório da CGU, asseverou que a unidade deverá funcionar por mais um tempo, para que seja feito o estudo de viabilidade. Ora, esta assertiva foge completamente ao conceito de estudo de viabilidade econômico-financeira, porquanto é óbvio que nenhum estudo de viabilidade é realizado somente após o projeto implantado.

#### Recomendação 1.e)

Referente a presente recomendação, os processos de alienação de imóveis relacionados pela CGU se traduziram em atos perfeitos e acabados, pelos seguintes motivos fáticos:

a) os processos licitatórios respeitaram os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 (artigo 17, inciso I);

b) foram elaborados os laudos de avaliação (art. 17, inciso I da Lei nº 8.666/1993) através de uma entidade pública – no caso a CEF -, indicada, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão nº 425/2005), como também pela SPU;

c) as alienações obedeceram as Normas Internas da Organização - Conab;

d) todas as alienações mereceram a análise prévia da área jurídica da Conab e foram devidamente aprovadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

Em caso de alguma anomalia no processo licitatório por erros nos laudos de avaliação – que não vislumbramos -, e que possam ter causado comprovadamente prejuízo patrimonial à Conab, a iniciativa seria a impetração de ação regressiva contra a Caixa Econômica Federal – CEF.

#### 04 – Item do RAE: 9.4:

##### Recomendação 1.a)

A Procuradoria Geral procedeu à análise acerca do assunto e, em seguida, o encaminhou ao Ministério Público, para providências.

##### Recomendação 1.b)

A Sureg/MG, responsável pela conferência, informou por meio do fax 1322, de 15/3, a regularidade de todas as operações. O processo foi encaminhado à Procuradoria Geral para análise.

##### Recomendação 1.c)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

A SUOPE sugeriu por meio de VOTO DIRAB 62, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MPF, porém a REDIR não apreciou a questão.

##### Recomendação 1.d)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

A SUOPE sugeriu por meio de VOTO DIRAB 62, de 16/10/2012, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MP, porém a REDIR não apreciou a questão.

##### Recomendação 1.e)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

A SUOPE sugeriu por meio de Voto DIRAB 62, de 16/10/2012, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MPF, porém a REDIR não apreciou a questão.

A SUFIS encaminhou a SUOPE toda a documentação relativa operação, é da responsabilidade daquela superintendência adotar todas providências, inclusive, encaminha ao Ministério Público.

Enviado à CGU o Ofício Presi 104, de 7.3.2012, que consta a solicitação de gestões da CGU quanto à promoção de entendimentos junto a SDE/MJ, objetivando a criação de procedimento-padrão com vistas à apuração de infrações da ordem econômica, na forma do art. 36 da Lei n.º 12.529/2011 em operações/leilões na seara das subvenções econômicas.

**Recomendação 1.f)**

Após aplicação de penalidade ao arrematante, foi iniciado processo de cobrança, bem como expedido ofício à Secretaria de Direito Econômico. Suspensas As Penalidades Aplicadas Por Determinação Judicial. 2ª Vara Federal De Santa Maria –RS, Conforme Ci Dirab/Suope N.º 830, De 28.6.2012.

Reiteramos informação anterior quanto à autuação do processo 0527/12, e aplicação das penalidades que foram suspensas por determinação judicial da 2ª Vara Federal de Santa Maria - RS.

**Recomendação 1.g)**

Processo administrativo encaminha para submeter à análise e emissão parecer por parte da Procuradoria Regional em Mato Grosso.

**Recomendação 2.a)**

Foram encaminhados ofícios Presi n.ºs 104 e 105, a CGU e ao MAPA respectivamente, ambos de 7.3.2012, com sugestões técnicas no intuito de aperfeiçoar mecanismos de controle/fiscalização nas operações de subvenção.

Está no bojo da revisão/atualização dos instrumentos proposto na Nota Técnica SUOPE nº 05, de 19/4/12.

**Recomendação 2.b)**

Pelo setor de fiscalização da CONAB, constatou se a ocorrência de práticas entre o arrematante e o produtor que inviabiliza o recebimento do preço mínimo, porém, a documentação apresentada para comprovar a operação não permite detectar o fato relatado. Assim não há como apurar a responsabilidade.

O valor referido não constitui dano ao Governo uma vez que a operação, que objetiva garantir o preço mínimo, foi realizada com comprovação de recebimento do preço garantido pelo produtor.

**Recomendação 2.c)**

Com a futura ampliação do quadro de pessoal, em especial os de Fiscais, estabelecerá novo procedimento acerca do assunto.

Iniciados testes utilizando metodologia amostral – Tabuas de Números Equiprováveis

**Recomendação 3.a)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**Recomendação 3.b)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**Recomendação 3.c)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**Recomendação 3.d)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**Recomendação 3.e)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**Recomendação 3.f)**

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**05 – Item do RAE: 9.5:**

**Recomendação 1.a)**

A presente recomendação originou a Nota Técnica conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/SUGOF N.º 05 de 06.02.2012.

A Presidência da Conab, por intermédio do Ofício PRESI nº 513, de 25/10/2012, solicitou gestão juntos ao TCU, no sentido de que seja promovida auditoria de natureza operacional – ANOp, nos procedimentos de contratação e de operacionalização de remoções no âmbito da Conab, no intuito de aprimora-los.

A Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB, com o objetivo de normatizar os procedimentos de solicitações de remoções por meio de Leilões de Fretes, encaminhou às diversas áreas da Companhia demandantes, a CI DIRAB nº 1218 de 11.12.2011, determinando os requisitos necessários a serem enviados para a realização das Contratações. Ficou definido também o cronograma dos períodos das solicitações a serem seguidos pelas áreas demandantes e para as contratações.

Com o agravamento da crise de abastecimento, foram editadas as PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente, o que impossibilitou a atendimento dos prazos de Contratações previstas na CI DIRAB nº 1.218.

Dando continuidade aos Ofícios nº140/2012/GAB/SAF de 25.01.2012 do MDA e nº36/2012/SPA-MAPA de 01.02.12, as NOTAS TÉCNICAS conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/ SUGOF N.º 05 e N.º 001 de 06/02 e 01/03/2012, e nas PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente e no VOTO DIRAB Nº 010/2012 de 05.03.12, aprovado em Reunião de Diretoria – REDIR, foram elaborados os Avisos de nº 233, 283, 290, 308, 331/12 e 353/12, os quais foram realizados em 09.07, 21.08, 27.08, 06.09, 14/09 e 28.09.2012, respectivamente.

O Leilão do Aviso de nº 233/12 de 09.07.12, teve trinta e seis Lotes, com nove empresas vencedoras, uma nova, que operaram com cinco Bolsas de Mercadorias. Três lotes foram cancelados e seis lotes não foram negociados, pois não tiveram cotações. O deságio do Leilão foi de 9,21% e o dos lotes variou de 0,00% a 16,38% do preço de referência

O Leilão do Aviso de nº 283/12 de 21.08.12, teve somente um Lote que não foi negociado, pois não houve interesse do mercado.

O Leilão do Aviso de nº 290/12 de 27.08.12, teve trinta e sete Lotes, com uma empresa vencedora, nenhuma nova, que operou com uma Bolsa de Mercadorias. O deságio foi de 0,00% do preço de referência.

Nesse leilão só foi negociado um lote, os demais não foram negociados, pois não houve interesse do mercado.

O Leilão do Aviso de nº 331/12 de 14.09.12, teve trinta e três Lotes com treze empresas vencedoras, uma nova, que operaram com quatro Bolsas de Mercadorias. O deságio médio foi de 9,68% e variou de 0,26% a 25,39% do preço de referência.

O Leilão do Aviso de nº 353/12 de 28.09.12, teve trinta e três Lotes com cinco empresas vencedoras, duas novas, que operaram com quatro Bolsas de Mercadorias. O deságio médio foi de 20,70% e variou de 0,00% a 27,04% do preço de referência.

A CONAB alterou a sistemática de remoção de estoques públicos com a adoção das seguintes medidas: a) Os Avisos de Fretes passaram a ter somente Lotes, sem sub-lotes, conforme decisão da DIRAB; b) Foi alterada a metodologia utilizada na formação dos preços dos fretes utilizados como parâmetros nos Leilões de Fretes da Conab pela Gerência de Movimentação e Estoques – GEMOV, com a utilização de Interpolação Linear nos valores dos fretes pesquisados para calcular o preço de referência final. A metodologia foi utilizada nos Avisos nº 331/12 e 353/12 de 14.09 e 28.09.2012, respectivamente.

A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB Nº 047/2012 de 12/09/2012, em Reunião da Diretoria Colegiada - REDIR de nº 1.059 e inseridas nos processos de contratação (ANEXO I e II).

A CONAB em articulação com o Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com vista a ampliar a competitividade na contratação de empresas transportadoras, conforme recomendação da CGU, alterou a sistemática atual de remoção dos estoques públicos, com a adoção das providências a seguir:

a) O Edital de Fretes (AVISOS) passou a ser constituído de Lotes, sem os Sub-Lotes ônus;

b) Nos Leilões de Fretes, ampliou-se o número de preços de fretes na formação do frete utilizado como parâmetro, com a inclusão de Pesquisa de preços de mercado, preços de empresas transportadoras, preços da planilha da Conab, da planilha da NTC. Inicialmente utilizou-se a mediana desses preços. Em seguida, a Gerência de Movimentações de Estoques – GEMOV, utilizou a Interpolação Linear dos preços para a formação dos parâmetros de fretes.

A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB Nº 047/12 de 12.09.12, em Reunião da Diretoria Colegiada – REDIR de nº 1.059 e inserida no processo de contratação.

Por último, foi realizada uma análise com os dados dos Leilões de Fretes realizados após a implantação das medidas recomendadas pela CGU, aonde constatou-se que:

**α)** Bolsas de Mercadorias – Apesar de 27 Bolsas de Mercadorias estarem interligadas com o Sistema Eletrônico de Leilões da Conab, portanto, podendo operar nos Leilões de Fretes da Companhia, somente nove o fizeram, sendo que as Bolsas Vencedoras dos Leilões variaram de um mínimo de uma, e um máximo de seis, por Leilão. Com relação ao ano de 2011 verificou-se que não ocorreu um aumento significativo na participação das Bolsas de Mercadorias nos Leilões de Fretes da Companhia, quando sete operaram com a Conab. Das duas novas, uma (BBC) foi criada em 2012 e a outra (BMCS) só negociou um Lote em um único Aviso. Das quantidades negociadas em 2012, 84,32% foram arrematadas por quatro Bolsas (BNM, BBM\_PR, BBSB e BB\_UB, antigas que já operavam com a CONAB). Com relação aos valores de fechamento, 85,78% do total, foram arrematadas por quatro Bolsas (BNM, BBM\_PR, BBSB e BB\_UB, antigas que já operavam com a CONAB), o que demonstra a especialização delas em operar com a Conab.

**β)** Empresas Transportadoras – Na comparação entre os anos de 2011 (sistema antigo) e o de 2012 (sistema novo) o incremento foi de somente oito empresas novas, duas das quais foram penalizadas por descumprirem o Contrato. Das quantidades negociadas nos Leilões de Fretes, 89,27% foram arrematadas por empresas antigas que já operavam com a CONAB, e 10,73% pelas novas (Lontano Transportes, Cooperativa de T. de Bens, Mosaico T. Ltda, LN Distribuidora e C. Ltda, Nartel Comércio, Sagitário T. Ltda, TDA Logística, T. Giomila Ltda e Cidade Azul Transportes). Com relação aos valores de fechamento, 92,34% foram de empresas antigas que já operavam com a CONAB, e somente 7,66% com as novas.

Recomendação 1.b)

A recomendação originou minuta que foi aprovada pelas áreas finalísticas e seguirá para análise e manifestação da Proge que, alfm, submeterá à aprovação pela Diretoria Colegiada.

A MINUTA de RESOLUÇÃO em substituição a Resolução nº 30 de 18.02.2002, foi aprovada através do VOTO DIRAB Nº 034/2012 de 01.08.2012, e na REDIR Nº 1.054 de 01 de agosto de 2012.

[A minuta de Resolução elaborada em substituição à Resolução nº 30 de 18.02.2002 foi transformada na RESOLUÇÃO Nº 02 de 18 de março de 2013.](#)

Recomendação 1.c)

A recomendação ensejou providências pelas Superintendências Regionais, no sentido de elaboração de Nota Técnica com os dados solicitados e as justificativas técnicas e sociais para recebimento do milho do programa Venda Balcão. Os avisos de fretes seguem as orientações contidas na referida Nota Técnica.

Com base na NOTA TÉCNICA conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/ SUGOF Nº 05 e Nº 001 de 06/02 e 01/03/2012, e nas PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº 144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente e no VOTO DIRAB Nº 010/2012 de 05.03.12,

aprovado em Reunião de Diretoria – REDIR, foram elaborados os Avisos de nº 233, 283, 290, 308, 331/12 e 353/12, os quais foram realizados em 09.07, 21.08, 27.08, 06.09, 14/09 e 28.09.2012, respectivamente.

As Notas Técnicas enviadas pelas SUREG'S, em atendimento ao Fax DIRAB/SUPAB Nº 1.200 de 12.12.2011 e a CI DIRAB nº 1218, de 15/12/2011, que receberão o milho do Programa de Venda Balcão, foram utilizadas para se verificar previamente as estruturas e as condições dos armazéns de destino. Adicionalmente as Notas Técnicas e antes da realização do Leilão de Fretes, às Superintendências Regionais da Conab são consultadas sobre a capacidade de recepção dos armazéns nos novos Pólos que receberão os produtos.

Em substituição a Resolução nº 30 de 18.02.2002, que estabelece os procedimentos e os critérios a serem observados pelas áreas da Companhia com relação a expedição e recepção de produtos oriundos dos estoques reguladores, foi aprovada a MINUTA de RESOLUÇÃO através do VOTO DIRAB Nº 034/2012 de 01.08.2012, na REDIR Nº 1.054 de 01 de agosto de 2012.

A CI DIRAB Nº 1218 de 15/12/2011 foi transformada em MINUTA de RESOLUÇÃO, e está sendo conduzida no processo SUARM Nº 2464/2012, a qual foi aprovada por meio do VOTO DIRAB Nº 076/2012 de 10.12.2012, na REDIR Nº 1.071 de 12 de dezembro de 2012.

[A CI DIRAB Nº 1218 de 15/12/2011 foi transformada na RESOLUÇÃO Nº 01 de 17 de Janeiro de 2013.](#)

#### Recomendação 1.d)

As recomendações estão sendo seguidas e em especial, quanto aos encaminhamentos a STN, SAE, com a justificativa da remoção e com planilha estimada dès despesas. A execução do leilão de fretes ocorre somente após a chegada da resposta oficial.

A solicitação dos recursos para a realização dos Leilões de Fretes é realizada previamente por meio de Ofícios a SPA, SAE e STN conforme determina a Nota Conjunta MAPA/MF/MP nº 034 de 30.04.2004.

Os Ofícios DIRAB Nº 868, 869 e 871 de 11/07/2012 contendo a finalidade e as estimativas de gastos para remoção do milho para a Região Nordeste, e Norte do estado de Minas Gerais foram encaminhados respectivamente a STN, SAE e SPA.

Os Ofícios DIRAB Nº 1.079, 1.080 e 1.081 de 28/08/2012 contendo a finalidade e as estimativas de gastos para remoção do milho para as Regiões Norte/Nordeste, Centro-Oeste, e Norte do estado de Minas Gerais, foram encaminhados respectivamente a SAE, STN e SPA (ANEXOS I, e VI).

Para que a CONAB possa realizar a contratação de frete é necessário que haja a liberação/disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros, para a operação. Assim sendo, é imprescindível a identificação do vínculo do estoque, uma vez que para cada programa, seja de Aquisição do Governo Federal - AGF, Contrato de Opção - COP, Agricultura Familiar - AF ou Convênios específicos, existe rubrica distinta para a utilização dos recursos.

Após a formalização das demandas, a DIRAB encaminha até o 15º dia de cada mês, Ofícios à Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, a Secretaria de Acompanhamento Econômico-SAE do Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional-STN do Ministério da Fazenda, contendo proposta de remoção/movimentação de produtos dos estoques públicos e a planilha com a estimativa de gastos, onde solicita a liberação dos recursos necessários para a contratação da operação de transporte, conforme determina a Nota Conjunta MAPA/MF/MP nº 034 de 30.04.2004.

Só depois da confirmação da liberação dos recursos orçamentários pela Superintendência de Programação Orçamentária e Avaliação – SUPOR, o **Aviso específico** é elaborado pela SUARM/GEMOV, contendo todos os dados de identificação da operação de remoção.

O mesmo é divulgado através de internet, imprensa, CI e Carta Divulgação, com no mínimo oito (08) dias úteis antes da data do leilão para que, se necessário, haja tempo hábil para que as alterações realizadas no aviso sejam de conhecimento das bolsas participantes.

No 4º Trimestre foram encaminhados os Ofícios DIRAB Nº 1.320, 1.321 e 1.322 de 29/10/2012 respectivamente a SAE, SPA e STN contendo a finalidade (Programa Venda Balcão – Portaria Interministerial nº 601 e reposição de Perda por acordo judicial) e as estimativas de gastos para remoção do milho para as Região Nordeste, Centro-Oeste, e Sudeste.

#### Recomendação 1.e)

Foi criado Grupo de Trabalho, o qual já iniciou as atividades a fim de revisar e atualizar o Manual de Custos Operacionais de Transporte.

Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB Nº 615 bem como ao FAX DIRAB Nº 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB Nº 856 de 10.07.12 consulta ao Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual

Em 17.07.12, o Coordenador do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.

Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.

Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.

Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobbo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB com o título “Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab”, para avaliação e considerações.

A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.

O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV nº 2982/11 de 20.12.2011.

Identificação e escolhas dos participantes do Grupo de Trabalho ou contratação de uma Instituição.

Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder contratar a proposta do LabTrans/UFSC informou, "... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 (recursos próprios)".

Em 08.10.2012/ o Processo SUARM /GEMOV nº2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans/UFSC.

Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM Nº 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB - COJUR, foi solicitado uma posição urgente a respeito do assunto.

Em 24.01.2013 a **Consultoria Jurídica – COJUR da CONAB**, antiga PROGE, por meio do **DESPACHO COJUR/GEMAD GR nº099/2013** manifestou-se contrária a contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários, conforme está registrado nas folhas 105v, 106, 107, 108, 109 e 110 do Processo SUARM/GEMOV nº2982.

Tendo em vista:

- a) O posicionamento da COJUR contrário à contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários;
- b) A criação da Superintendência de Logística Operacional – SULOG e da Gerência de Programação em Logística – GELOG;
- c) A contratação de novos funcionários pela CONAB;
- d) A Lotação de dois economistas, sendo um na GELOG e outro na GEMOV;

Decidiu-se que o trabalho de Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários da Conab será realizado pelos dois economistas lotados nas duas Gerências

Recomendação 1.f)

O Grupo de Trabalho oficiou órgãos ligados ao transporte rodoviário de cargas para em busca de trabalhos atuais acerca de acréscimos aos valores do frete em trecho de terra. As respostas serão utilizadas nos estudos referentes aos percentuais a serem aplicados nos trechos de terra, quando da atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários.

Ofício Presi nº 027, 026, 025, 021, de 11/01/2012.

A NTC, o DNIT e a ESALQ, responderam aos ofícios PRESI. A CNT, até o presente momento não apresentou nenhuma manifestação.

Segundo o Diretor Técnico Executivo da NTC&Logística, Engº Neuto Gonçalves Reis, o valor do aumento dos custos para estradas de terras (não pavimentadas) são da ordem de 56% (PICR – GEIPOT).

No DNIT, o Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, Luiz Heleno Albuquerque Filho, informa que no Sistema de Custos Rodoviários – SICRO 2, ref./setembro de 2011, o aumento varia de 48,49% a 50,00% dependendo do tipo de veículo a ser utilizado (c/carroceria ou c/basculante).

A ESALQ na sua resposta citou vários trabalhos (CNT, NTC, Banco Mundial, etc.), mas só de estradas pavimentadas, e não informou qual é o aumento dos custos para estradas de terra.

Os dados encaminhados serão utilizados nos estudos referentes aos percentuais a serem aplicados nos trechos de terra, quando da atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários.

Recomendação 1.g)

A providência será adotada quando da revisão do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários e sempre que houver a atualização das Planilhas de fretes e suas respectivas Tabelas de fretes.

As pesquisas de preços realizadas pelos funcionários da CONAB no mercado de fretes nos estados de origem dos produtos e os preços de fretes coletados no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab estão sendo anexados aos processos de contratação.

Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB Nº 615 bem como ao FAX DIRAB Nº 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB Nº 856 de 10.07.12 consulta ao [Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans](#) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual.

Em 17.07.12, o Coordenador do [Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans](#) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.

Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.

Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.

Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobbo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB com o título “Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab”, para avaliação e considerações.

A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.

O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV nº 2982/11 de 20.12.2011

Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder aceitar a proposta do LabTrans/UFSC informou, “... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 ( recursos próprios)”.

Em 08.10.2012/ o Processo SUARM/GEMOV nº2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans.

Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM Nº 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB – COJUR, foi solicitado uma posição a urgente a respeito do assunto.

Em 24.01.2013 a **Consultoria Jurídica – COJUR da CONAB**, antiga PROGE, por meio do **DESPACHO COJUR/GEMAD GR nº099/2013** manifestou-se contrária à contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários, conforme está registrado nas folhas 105v, 106, 107, 108, 109 e 110 do Processo SUARM/GEMOV nº2982.

Tendo em vista:

- a) O posicionamento da COJUR contrário à contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários;
- b) A criação da Superintendência de Logística Operacional – SULOG e da Gerência de Programação em Logística – GELOG;
- c) A contratação de novos funcionários pela CONAB;
- d) A Lotação de dois economistas, sendo um na GELOG e outro na GEMOV;

Decidiu-se que o trabalho de Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários da Conab será realizado pelos dois economistas lotados nas duas Gerências

Recomendação 1.h)

A recomendação será incluída no manual de Custos Operacionais Rodoviários.

Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB Nº 615 bem como ao FAX DIRAB Nº 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB Nº 856 de 10.07.12 consulta ao Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual

Em 17.07.12, o Coordenador do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.

Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.

Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.

Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobbo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB , com o Título “Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab”, para avaliação e considerações.

A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.

O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV nº 2982/11 de 20.12.2011

Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder aceitar a proposta do LabTrans/UFSC informou, “... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 ( recursos próprios)”.

Em 08.10.2012/ o Processo SUARM/GEMOV nº2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans.

Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM Nº 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB – COJUR, foi solicitado uma posição a urgente a respeito do assunto.

Em 24.01.2013 a **Consultoria Jurídica – COJUR da CONAB**, antiga PROGE, por meio do **DESPACHO COJUR/GEMAD GR nº099/2013** manifestou-se contrária à contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários, conforme está registrado nas folhas 105v, 106, 107, 108, 109 e 110 do Processo SUARM/GEMOV nº2982.

Tendo em vista:

- a) O posicionamento da COJUR contrário a contratação do LabTrans/UFSC para realizar a Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários;
- b) A criação da Superintendência de Logística Operacional – SULOG e da Gerência de Programação em Logística – GELOG;

c) A contratação de novos funcionários pela CONAB;

d) A Lotação de dois economistas, sendo um na GELOG e outro na GEMOV;

Decidiu-se que o trabalho de Atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários da Conab será realizado pelos dois economistas lotados nas duas Gerências.

Recomendação 1.i)

O Grupo de Trabalho oficiou aos órgãos de transporte em busca de subsídios tais como novas ferramentas eletrônicas, para adequação do manual interno.

Para a definição das distâncias dos percursos de origens e destino nas remoções dos produtos, a Gerência de Movimentação de Estoques – GEMOV, continua utilizando os dados do CD-ROM do Guia Quatro Rodas do ano de 2011. Foi solicitada por meio da CI SUARM nº 1.026 de 31.08.2012 e reiterada na CI SUARM nº 1.196 de 26.09.2012, a Superintendência Administrativa - SUPAD a aquisição da versão 2.012 do CD-ROM do Guia Quatro Rodas e, tão logo seja adquirido, será utilizado. Esse procedimento de aquisição/utilização do CD será realizado anualmente pela Gerência de Movimentação de Estoques.

Recomendação 1.j)

A mesma informação da recomendação -1.h

Recomendação 1.k)

A recomendação passou a ser exigência e com aplicação imediata pela SUARM/GEMOV em todos os processos de contratação de frete.

Em prosseguimento ao procedimento adotado anteriormente nos Avisos de nº 55/12, 124/12, 129/12, 159/12 e 202/12, foram inseridos nos processos de contratação dos Avisos de nº 233/12, 283/12, 290/12, 308/12 331/12 e 353/12, datados de 09.07, 21.08, 27.08, 07.09 14.09 e 28.09.12, respectivamente, os dados com os preços de fretes pesquisados pelos técnicos da CONAB nos estados de origens dos produtos, no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab e a metodologia para a formação dos parâmetros de fretes.

Em virtude dos insucessos ocorridos nas contratações dos fretes nos Avisos de nº 290/12 e 308/12 e das alterações ocorridas no mercado de fretes rodoviários no período, foi realizada nova pesquisa dos preços de fretes no mercado nos estados de origens dos produtos, e aplicada pela Gerência de Movimentação de Estoques – GEMOV, metodologia, utilizando a Interpolação Linear dos preços para a formação dos parâmetros de fretes, utilizada nos Avisos nº 331/12 e 353/12 de 14.09 e 28.09.12, respectivamente, baseado nos mesmos dados coletados.

A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB Nº 047/12 de 12.09.12, em Reunião da Diretoria Colegiada – REDIR de nº 1.059 e inserida no processo de contratação.

Os dados com os preços de fretes pesquisados nos estados de origens dos produtos, no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab e a metodologia para a formação dos parâmetros de fretes, estão sendo atualizados e anexados aos processos de Contratação.

Após a contratação do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, os dados referentes às pesquisas serão anexados aos processos de Contratação.

Recomendação 1.l)

A Diretoria de Operações e Abastecimento por intermédio da CI DIRAB n.º 247 de 27.03.12 solicitou a COGER a instauração de Comissão de Investigação Preliminar, a qual foi instaurada conforme Portaria PRESI N.º 594, de 07.05.2012.

O Presidente da Comissão de Investigação Preliminar por meio da CI Nº 01 de 03.08.12 solicitou a PRESI prorrogação de prazo por mais sessenta dias. A COGER, por meio de despacho de 07.08.12 a PRESI, solicitou uma nova Portaria com a prorrogação. A CONAB/PRESI, por meio da PORTARIA Nº 961 de 06 de agosto de 2012, prorrogou por 60 dias, a contar de 13.08.2012. O prazo final para a conclusão dos trabalhos é 12.10.2012.

Conforme CI DIRAB/SUARM nº 1.354 de 17/10/2012, o assunto objeto desta Ação, por força regimental será conduzido pela PRESI/COGER.

A COGER informa que foi constituída Comissão de Investigação Preliminar, por meio da Portaria PRESI nº 594, datada de 07/05/2012, nos termos da Portaria da CGU nº 335/2006 e que foi concedida a prorrogação do prazo por 60 (sessenta) dias, requerida pelo Presidente da Comissão, ficando estabelecido o dia 12/10/2012 para entrega do Relatório.

Conforme CI DIRAB/SUARM nº 1.354 de 17/10/2012, o assunto objeto desta Ação, por força regimental será conduzido pela PRESI/COGER.

O Presidente da Comissão de Investigação Preliminar, por meio da CI Nº 02 de 21.09.2012, encaminhou à PRESI o Relatório de Investigação Preliminar e Anexos. A COGER, por meio do PARECER COGER Nº 013/2013, concluiu pela não instauração de processo Interno de apuração.

Em 11.03.2013, a Corregedora Geral, após dar o de acordo ao Parecer, encaminhou o Relatório e o Parecer a PRESI para ciência e deliberação.

Em 19.03.2013, por meio de despacho o Presidente da Conab, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784 de 29.01.99 e ainda, considerando o subitem 02.9, do item 02, inciso III, capítulo II, da Norma de Organização 10.401, determinou a não instauração de Processo Interno de Apuração e o arquivamento da Investigação Preliminar (ANEXO V). Cópia do Relatório da Comissão Apuradora de Investigação Preliminar e Despacho Presi estão anexados à CI-Coger nº 051, de 20/03/2013.

#### 06 – Item do RAE: 9.6:

Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3)

As Diretorias iniciarão estudos para revisão do Voto objeto da recomendação.

Recomendação atendida.

### Síntese dos resultados obtidos:

#### 01 – Item do RAE: 9.1:

Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)

Grupo de Trabalho designado para acompanhamento e execução do item em comento. Definição acerca da necessidade de atualização do programa de informática, para inserção e atualização do banco de dados.

Recomendação 1.b)

Providência no sentido de que a gerência competente elabore e apresente projeto para modificação no regimento interno. **(Concluída)**

Recomendação 1.c)

O assunto está em debate junto à Diretoria Colegiada, com expectativa de conclusão para fevereiro/2012. **(Concluída)**.

Recomendação 1.d)

A recomendação ensejou providência, pelo setor responsável, no sentido de instruir quanto a serem observados a legislação pertinente.

Recomendação 1.e)

A recomendação ensejou a providência e aguarda-se o setor responsável consolidar os dados colhidos junto as Superintendências Regionais.

Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)

A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, com instrução às Regionais para alimentar o sistema CPJ, bem como, encaminha à Procuradoria Geral, estatística acerca do quantitativo de demandas. Ainda, foi recomendada a adoção de teses uniformes.

Recomendação 2.1.b)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 2.1.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de retomar os serviços pelo quadro de carreira.

Recomendação 2.2.a)

Providência a cargo do Ministério.

Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2)

As recomendações estão em fase de estudos para adequação.

Recomendação 2.2.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 2.2.d)

A recomendação ensejou providências no sentido de iniciar estudos para adequação do organograma institucional, para apresentação futura de projeto.

#### 02 – Item do RAE: 9.2:

Recomendação 1.a)

A recomendação ensejou em diligências e expedição de ofícios e documentos, inclusive com elaboração de minuta para ingresso em juízo.

Recomendação 1.b)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 1.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de designar Grupo de Trabalho para acompanhamento. Periodicamente os dados são revistos.

Recomendação 1.d)

A recomendação foi concluída com elaboração dos cálculos.

**03 – Item do RAE: 9.3:**

## Recomendação 1.a)

Ensejou em estudos para melhoria nos editais.

## Recomendação 1.b)

Ensejou providências no sentido de adequar a norma de alienação de imóveis. Minuta deverá ser apresentada em breve.

## Recomendação 1.c)

Ensejou em encaminhamento junto a SPU, no sentido de que sejam homologados futuros laudos de avaliação. SPU afirma poderá fazer se houver interesse pela União na aquisição do imóvel.

## Recomendação 1.d)

Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.

## Recomendação 1.e)

Em razão dos esclarecimentos constantes do tópico “Síntese da providência adotada” não há o quê dizer sobre resultados.

**04 – Item do RAE: 9.4:**

## Recomendação 1.a)

Ensejou providências no sentido de encaminhamento ao Ministério Público para conhecimento.

## Recomendação 1.b)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 1.c)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência

## Recomendação 1.d)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência

## Recomendação 1.e)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 1.f)

A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames da legislação pertinente.

## Recomendação 1.g)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 2.a)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 2.b)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 2.c)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

## Recomendação 3.a)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

## Recomendação 3.b)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

## Recomendação 3.c)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.d)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.e)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.f)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

**05 – Item do RAE: 9.5:**

Recomendação 1.a)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.b)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.c)

A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames.

Recomendação 1.d)

A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames.

Recomendação 1.e)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.f)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.g)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.h)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.i)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência,

Recomendação 1.j)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.k)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 1.l)

Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.

**06 – Item do RAE: 9.6:**

Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3)

Para essas recomendações, no momento, não há como dizer sobre resultados.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

## Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (2013)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
01	Relatório de Avaliação da Gestão n.º 201308737, exercício 2012	1.1.1.1.	Ofício n.º 30.901/2013/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 09.10.2013.
02		1.1.1.2.	
03		1.2.1.1.	
04		1.2.1.4.	
05		1.2.1.5.	
06		3.1.1.1.	
07		3.1.1.2.	
08		4.1.2.1.	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			002114
Descrição da Recomendação:			
<p><b>01 - 1.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001</b> - Recomendamos à Companhia que adote providências efetivas visando priorizar o cumprimento das ações integrantes do Acordo de Gestão firmado com o MAPA.</p> <p><b>02 - 1.1.1.2. RECOMENDAÇÃO N.º: 001</b> - Recomendamos à Conab que concentre esforços no sentido de implementar efetivamente seu planejamento estratégico.</p> <p><b>03 - 1.2.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001</b> - Utilizar como referência cotações de preços que possuam a mesma natureza para obtenção dos valores de abertura dos leilões de frete.</p> <p><b>RECOMENDAÇÃO N.º: 002</b> - Adotar metodologia representativa para obtenção dos preços de abertura nos leilões de frete.</p> <p><b>04 - 1.2.1.4. RECOMENDAÇÃO N.º: 001</b> - Adote providências no sentido de determinar que suas áreas competentes procedam às análises dos processos em que foram detectadas irregularidades na fiscalização, emitindo parecer conclusivo sobre a aplicação ou não das penalidades previstas nos regulamentos da Companhia, anexando aos mesmos as medidas implantadas em relação às notificações, cobranças, inclusão em cadastro de inadimplentes, pagamentos, e demais atos porventura adotados.</p> <p><b>RECOMENDAÇÃO N.º: 002</b> - Estabeleça mecanismos mais transparentes das decisões adotadas nesses processos, dando publicidade aos atos processuais que envolvam a reconsideração de dívidas ou a devolução de valores vultosos ao erário, bem como um fluxo de andamento desses processos de acordo com normas internas, que estipule competências, prazos, recursos, tipos de decisões (monocráticas ou colegiadas), providências dos setores envolvidos e responsabilidades nos casos de descumprimentos de prazos, retardamentos na apreciação de recursos, e outros.</p> <p><b>RECOMENDAÇÃO N.º: 003</b> - Promova estudos quanto à necessidade de fortalecimento do monitoramento via sistema informatizado do acompanhamento dos processos aqui relatados, com vistas à tomada de decisões e a prestação de informações necessárias sobre andamentos, cobranças, recursos, suspensões, relatórios gerenciais, etc.</p> <p><b>05 - 1.2.1.5. RECOMENDAÇÃO N.º: 001</b> - Adotar medidas no sentido de fortalecer a área de fiscalização da Conab de recursos humanos e tecnológicos suficientes para o cumprimento adequado de suas funções.</p>			

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002** - Aumentar a oferta de cursos de capacitação previstos no cronograma de capacitação para servidores lotados na área de fiscalização, tendo em vista a amplitude e complexidade da atuação da fiscalização de estoques públicos.

**06 - 3.1.1.1. RECOMENDAÇÃO Nº: 001** – Fazer constar nos processos de alienação de imóveis fundamentos técnicos que justifiquem a alienação.

**07 - 3.1.1.2. RECOMENDAÇÃO Nº: 001** - Cadastrar no SPIUnet os imóveis declarados nos Quadros 12.9, 12.10 e 12.11 do item 12.7 do Relatório de Gestão de 2012, de modo a manter adequado controle de informações.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002** - Desenvolver e implementar rotina de controle para atualização de informações no sistema SPIUnet.

**08 - 4.1.2.1. RECOMENDAÇÃO Nº: 001** - Adotar medidas amplas visando cancelar o cadastro no Programa de Venda em Balcão dos empregados da Conab Matriz e SUREGs, assim como dos parentes identificados, inclusive os registrados.

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
<b>01</b> - 1.1.1.1. Presidência – Presi.	002114
<b>02</b> - 1.1.1.2. Presidência – Presi.	
<b>03</b> - 1.2.1.1. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab	
<b>04</b> - 1.2.1.4. Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.	
<b>05</b> - 1.2.1.5. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização - Diafi	
<b>06</b> - 3.1.1.1. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi.	
<b>07</b> - 3.1.1.2. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi	
<b>08</b> - 4.1.2.1. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab	

#### Síntese da providência adotada:

**01 - 1.1.1.1. Rec. 01.** O Acordo de gestão, firmado em agosto de 2012 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabeleceu um conjunto de sessenta ações de interesse para a gestão da Conab, e instituiu um Comitê de Acompanhamento e Avaliação para monitorar sua execução.

No momento, a Conab está preparando um relatório detalhado a ser encaminhado ao Comitê Gestor propondo uma revisão do referido acordo com as seguintes propostas:

1 – suprimir as ações que já foram executadas (como, por exemplo, a Ação nº 9 que trata da ‘criação da estrutura de controle interno no âmbito da Conab’).

2 – suprimir as ações que já foram realizadas e passaram a fazer parte da rotina das áreas responsáveis (como, por exemplo, a Ação nº 44, que trata do ‘planejamento das ações de fiscalização para todas as atividades finalísticas da Companhia’)

3 – Sobrestar as ações que a Conab não tem autonomia para encaminhar a solução e depende da contratação de agentes externos (como a Ação nº 15 que propõe a revisão da estrutura organizacional da Companhia) e de ações que dependem de outras instâncias de decisão do governo federal (como as Ações nº 21 e 27, que dependem de negociações com o Dest).

4 – Revigorar as Ações que ainda estão pendentes de solução (como a Ação nº 47, que trata da ‘revisão dos parâmetros para cobrança de débitos decorrentes de alteração de qualidade, perdas e desvios de produtos’).

5 – Propor a inclusão de novas ações que fazem parte dos propósitos da Conab, como, por exemplo ‘1) a pesquisa de imagem da Companhia’ e o nível de satisfação de seus clientes’ e 2) a organização dos fluxos das informações entre as unidades internas e com o público externo’).

**02 - 1.1.1.2. Rec. 01** - A Diretoria Colegiada aprovou, por unanimidade, em julho deste ano, o Voto 021/2013, que autoriza a continuidade do processo de contratação de empresa de consultoria especializada, para implantação e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas, projetos e operações, objetivando

aperfeiçoar os mecanismos estruturais de gestão da Conab.

O processo encontra-se na fase de atualização das pesquisas de preço que servirão de base para a licitação e posterior encaminhamento à COJUR para chancela do mesmo.

O Plano de Trabalho associado ao projeto destaca cinco blocos distintos de ações, direcionados aos seguintes aspectos: 1) Reativação do Planejamento Estratégico; 2) Gerenciamento de Projetos; 3) Gestão de Processos; 4) Gestão de Pessoas; 5) Estrutura Organizacional.

A contratação de uma única empresa para a implantação de um projeto amplo e articulado visa a propor soluções integradas e consistentes que impeçam que a troca de gestores afete sua capacidade de ação e a qualidade de seu desempenho.

Como consequência dessas mudanças a Conab deverá assumir seu papel de empresa de grande porte e múltiplas funções, que cumpre a nobre missão de cuidar do abastecimento público. Uma empresa com essa finalidade deve apresentar padrões elevados de administração, ter critérios claros e definidos para o desenvolvimento de suas atividades e visão de futuro. Com esse projeto será possível iniciar a formação da consciência que a Conab já deu os passos iniciais para um processo interno de mudanças, e a fase seguinte é contratar suporte especializado para tornar esta transformação um caminho sem volta.

**03 - 1.2.1.1. Rec. 01** – Até que seja providenciada a confecção de uma nova Planilha de Fretes da CONAB, foi determinado por esta DIRAB, conforme cópia de documento anexa, que os valores de abertura dos leilões de fretes sejam obtidos pela metodologia de cálculo da planilha de MEDIANA, deixando-se de utilizar os valores constantes da planilha de cálculos de INTERPOLAÇÃO LINEAR.

**Rec. 02** – Foi editado em 22/10/2013, o Ato de Direção DIRAB Nº 001, cópia anexa, constituindo Grupo de Trabalho, para no prazo máximo de 90 (noventa) dias, proceder à revisão, adequação e atualizações necessárias no Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários da CONAB, visando a obtenção de uma nova Planilha de Fretes Rodoviários da CONAB.

Após o término dos trabalhos do GT, serão necessários, aproximadamente, 30 (trinta) dias para aprovação da nova planilha por parte da Diretoria Colegiada e publicação no Diário Oficial da União – DOU.

Informamos, ainda, que em 23.10.2013, por meio do Ofício DIRAB nº 1.077, cópia anexa, endereçado ao Senhor Coordenador Geral de Auditoria das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Controladoria Geral da União - CGU, foram comunicadas as providências adotadas por esta DIRAB.

**04 - 1.2.1.4. Rec. 01** - “Sobre tal recomendação, há que se observar que os normativos e regulamentos da Companhia já definem de forma clara as competências de cada área e a quem cabe cada providência nos casos de infrações previstas nos regulamentos e Avisos dos instrumentos de subvenção.

Assim, entendemos que para todos os casos que foram constatadas infrações previstas nos Regulamentos e respectivos Avisos dos Instrumentos de subvenção e que não tiveram qualquer orientação contrária ou determinação legal que impedisse tal procedimento, foram aplicadas todas as penalidades previstas, incluindo multas e inclusões em cadastros de inadimplentes. Como exemplo, citamos os casos identificados pela área de fiscalização em que se constatou a inexistência da área de plantio, apesar do registro da inscrição estadual estar correto junto a Sefaz-MT e de existir autorização para emissão de notas fiscais. Nesse caso, pelo fato de não depender de nenhuma investigação adicional para se concluir pela existência da infração, as operações foram canceladas, aplicadas multas e penalidades conforme previsto no Aviso, inclusão no SIRCOI (comprovantes anexos), além da abertura de processo de cobrança de multas quando se aplica e feito a devida denúncia ao Ministério Público Federal Comprovantes – MPF.

Porém, para os casos em que a fiscalização da Companhia detectou irregularidades baseadas em denúncias do produtor, mas sem apresentação de provas concretas, sendo que essas mesmas operações tiveram suas comprovações com documentação atendendo as condições do Regulamento e do respectivo Aviso, considerando ainda que, em muitos casos os próprios denunciadores de irregularidades recuaram nas denúncias, não honrando pela segunda vez as declarações anteriores, atendendo orientações da área jurídica da Conab e da própria Diretoria da área, os pagamentos forma suspensos e qualquer sanção/penalização a cada operação ficou suspensa até que o MPF concluísse se as denúncias procedem ou não.

A título de exemplificar, anexamos uma planilha contendo relação de arrematantes que tiveram operações de PEP/2010 que não atenderam às condições exigidas e que foram canceladas, alcançando, só em Mato grosso, 166 operações.

Importante ressaltar que a área operacional responsável pelos instrumentos de subvenção, no caso específico das

irregularidades apontadas, foi orientada a encaminhar às denúncias para investigação pelo MPF e suspender os pagamentos das operações que tiveram produtores denunciadores, aguardando os resultados da investigação para qualquer prosseguimento e demais providências. Tal decisão foi recentemente ratificada pelo Presidente da Conab, conforme despacho anexo ao relatório final elaborado pelo grupo designado a avaliar a situação e enquadrar as operações que não estão sob investigação do MPF e aguardará novas orientações para as demais operações sob investigação no MPF”

**Rec. 02** – A SUOPE está selecionando um analista para atuar no estudo visando atendimento da recomendação nº 002 e 003. Pretende que, a medida que os novos sistemas em desenvolvimento na área de TI sejam implantados, o acompanhamento e controle dos processos novos seja permanente e ocorra desde o momento do leilão até o fechamento efetivo da operação. Já está em andamento também a revisão do normativo do PEPRO, prevendo a atuação dos processos individualizados de cada operação de subvenção (por DCO). A inclusão dentro do plano de treinamento permanente da Companhia de curso para capacitação de técnicos para análise das comprovações de operações de subvenção. Para os processos de exercícios anteriores, processos pendentes na SUOPE, será feita comunicação aos arrematantes informando sobre a situação que se encontra cada um e as previsões para cada etapa seguinte

**Rec. 03** - Idem às providências a serem implementadas pelo Gestor informadas na Recomendação nº 002.

**05 - 1.2.1.5. Rec. 01** — a) No que concerne a estruturação da área e também da regulamentação da atividade de fiscalização, considerados pontos essenciais para o adequado exercício dos trabalhos efetuados, observa-se que ao longo de muito tempo e desde a proposta formal apresentada em 2011 (Nota Técnica SUFIS nº 19 e 20/2011anexo), além das poucas ocorrências de transferências internas de interessados para a área e tentativas para ajuste no PCCS/91 ou do reconhecimento de uma carreira específica para o fiscal, somente nos últimos concursos da Conab houve a disponibilização e preenchimento de 11 vagas, exclusivamente para a Matriz, da necessidade integral informada de 171 técnicos para a área de fiscalização em todo território nacional, das quais 147 se destinavam às Superintendências Regionais, permanecendo, portanto, a carência de 160 técnicos.

Além da referida insuficiência no número de empregados alocados na área de fiscalização, o quadro atual em atividade já chegou ao seu limite, considerando, sobretudo, a idade média avançada dos componentes, o esforço físico incomensurável na rotina de trabalho desses empregados e os riscos operacionais e de deslocamentos a que *estão* diariamente submetidos. Cabe lembrar, que já foram habilitados por esta SUFIS, aproximadamente 400 empregados, entretanto, se encontram na atividade apenas 130 colaboradores.

Some-se a essa situação, a completa falta de estímulo e reconhecimento ao setor em razão da ausência de regulamentação e estruturação da atividade, o que determina por estimular os empregados a procurar setores que exijam menores esforços. Como exemplo, pode-se tomar a função do Fiscal Federal Agropecuário, que atua em atividades muitas vezes semelhantes ao Fiscal da Conab, e que hoje está devidamente amparado em legislação e suporte regulamentar que lhe permite exercer com confiança e sustentabilidade as suas funções.

b) Em relação ao parque tecnológico colocado a disposição da SUFIS para execução de suas atividades, pode-se dizer que houve uma melhoria significativa, principalmente no volume e na qualidade dos equipamentos introduzidos, o que permitiu uma maior segurança nos resultados alcançados. Todavia, a obsolescência, a insuficiência e o desgaste dos equipamentos em uso exigem a sua modernização e em quantidade compatível às exigências das tarefas executadas, o que necessariamente deverá ser suprido e/ou renovado pela área competente da Conab.

Já a ausência de sistema informatizado que ainda se encontra em produção e que de acordo com a última posição manifestada pela SUTIN, área responsável pela elaboração e desenvolvimento do sistema, está no momento sobrestado (posicionamento da área), foi suprida parcialmente pelo esforço competente das equipes técnicas desta SUFIS, que elaboraram uma planilha técnica com modelos volumétricos que permite o suporte necessário ao fiscal por ocasião da avaliação quantitativa dos estoques, com ganhos relevantes na precisão, segurança e agilidade na realização dos cálculos dos estoques disponíveis em depósitos de formatos diversos que operam com a Conab. É preciso, no entanto, compreender a necessidade fundamental de um sistema perfeitamente estruturado de fiscalização, compartilhado e integrado aos demais sistemas corporativos da Companhia, o que resultará em maior eficiência e garantia de serviços melhor realizados.

**Rec. 02** - É importante salientar, que a capacitação e a habilitação do quadro técnico é efetuada com conhecimentos e competências gerados exclusivamente pela própria Superintendência de Fiscalização e pelos Setores Regionais de execução da atividade, o que resulta em substancial redução de gastos para a Conab. Mesmo assim, dependemos de recursos orçamentários e financeiros para custear os treinamentos de formação e aperfeiçoamento dos empregados para a melhoria e ampliação do quadro de fiscais da Companhia.

Lembramos, também, que em razão da reduzida contratação de novos empregados para a área da Sufis, aquém das

necessidades definidas e citadas anteriormente, e diante da racionalização de recursos disponíveis, estamos planejando a realização de treinamento para a formação e aperfeiçoamento dos colaboradores que se encontram no desempenho da atividade de fiscalização, a ser incluído no cronograma de capacitação desta Superintendência, para o exercício de 2.014. Caso sejam disponibilizados recursos suficientes, as ações poderão ser antecipadas.

Registramos finalmente, que a alçada para solucionar as questões pendentes e o prazo para seu atendimento fogem da competência desta Superintendência, ficando a solução na dependência de providências da DIAFI, da DIPAI e da DIGEP visando atender as recomendações e determinações dos órgãos de controle.

**06 - 3.1.1.1. Rec. 01** – Tem-se que esta Gerência de Material e Patrimônio, quanto aos processos de alienação/cessão, não está se limitando a orientar com base em decisões pretéritas, da forma como ocorria em 2010. Faz-se mister observar que no corrente ano, nos autos que tratam do assunto em epígrafe os Técnicos e Analistas lotados na área foram orientados a consultar constantemente as áreas técnicas da Companhia quanto ao interesse atual e futuro da utilização dos imóveis a serem alienados. Além da consulta às áreas que se referem às Políticas de Armazenagem, consultamos o Colegiado de Diretores e o Conselho de Administração. Ressaltamos que esta GEMAP é sabedora da importância da renovação quanto às decisões que se referem à alienação, em consequência das mudanças nas Políticas Públicas de Armazenagem.

Com essas providências que estão sendo tomadas pelas áreas que gerem os imóveis da Conab, ficam evidentes os fundamentos técnicos que justifiquem a alienação do imóvel.

**07 - 3.1.1.2. Rec. 01** – Ao que se refere ao quadro 12.9 do Relatório de Gestão Conab 2012, os imóveis de propriedade da Companhia serão cadastrados no SPIUnet, de acordo com as orientações do SPU-DF. Os imóveis da União que estão sendo utilizados pela Conab são cadastrados no referido sistema pelo proprietário, no caso a União, representada pelos seus Órgãos.

**Rec. 02** - A Conab-Matriz solicitou, por meio da Comunicação Interna nº 413 de 05/09/2013 (anexa), que as Superintendências Regionais encaminhem as informações dos imóveis incluídos nas respectivas UG's, visando a princípio centralizar o cadastro na Gerência de Material e Patrimônio. O cadastramento foi iniciado pelo Edifício Sede da matriz, gerando RIP de utilização nº 970132822.500-4, posteriormente cancelado em decorrência da duplicidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, após o Registro no SPIUNET, fato que não era de conhecimento dos técnicos da CONAB.

Considerando que a Conab é uma Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica própria, solicitamos à SPU por meio da Carta Supad nº 483, de 08/10/2013, solução/informação à questão de duplicidade, que poderia influenciar nos resultados contábeis da CONAB.

**08 - 4.1.2.1. Rec. 01 - PROVIDÊNCIAS JÁ ADOTADAS** - Visando atender as recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201208737/2013, esta SUPAB/DIRAB adotou todas as medidas necessárias, visando sanar as pendências apontadas e sempre mantendo à Controladoria Geral da União-CGU informada das providências adotadas, conforme segue:

OF.DIRAB Nº 790, de 06/08/13 (cópia anexa);

OF. DIRAB Nº 816, de 12/08/2013 (cópia anexa);

CI/SUPAB Nº 752, de 09/08/13, enviado a SUREG/BA/SE (citada no OF. DIRAB nº 752/13 (cópia anexa));

OF. DIRAB Nº 909, de 16/09/13 (cópia anexa) e;

CI SULOG Nº 1352, de 13/09/13 enviada à SUPAB, comunicando o cancelamento dos cadastros dos empregados da Conab que realizaram compras de milho em grãos do Programa de Vendas em Balcão.

**PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO GESTOR** - Visando atender recomendações da CGU, a DIRAB/SUPAB elaborou as normas do Programa de Abastecimento Social – Vendas em Balcão que se encontra na fase final de formatação pela SUCOR/GECOI, e que posteriormente será submetido por meio de Voto DIRAB para apreciação/deliberação da Diretoria Colegiada. No Capítulo II – CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO; Sub título III – HABILITAÇÃO, foi incluído o item 1 que trata de conflito de interesses em Vendas em Balcão em relação aos empregados da Conab.

Síntese dos resultados obtidos:

**01 - 1.1.1.1** - Está em processo de elaboração de relatório a ser encaminhado ao Comitê de Acompanhamento e Avaliação para monitorar a execução do acordo firmado com o MAPA.

**02 - 1.1.1.2** - Ensejou providências no sentido de aprovação do Voto 021/2013, autorizando a continuidade do processo de contratação de empresa de consultoria especializada, para aperfeiçoar os mecanismos estruturais de gestão.

**03 - 1.2.1.1.** 01 e 02 - Ensejou providências no sentido de utilizar a metodologia de cálculo da planilha de MEDIANE, bem como, a edição do Ato de Direção DIRAB nº 001, constituindo grupo de trabalho, para revisar, adequar e atualizar o Manual de Cálculo de Custo Operacional Rodoviário.

**04 - 1.2.1.4.** 01, 02 e 03 - Ensejou providências no sentido de solicitar a todas as áreas da matriz observância das medidas estabelecidas necessárias recepção de denúncias, encaminhar para Ministério Público da União. Inclusão do plano de treinamento permanente para capacitação de técnicos e fortalecimento do monitoramento via sistema dos processos.

**05 - 1.2.1.5.** 01 e 02 - Com as providências adotadas o que se espera como resultado é um maior controle quanto à efetividade dos programas de fiscalização, com melhora do parque tecnológico e pessoal, com capacitação técnica.

**06 - 3.1.1.1.** Ensejou providências no sentido melhor fundamentar os processo justificando adequadamente a alienação do imóvel, perquirindo as áreas técnicas da Companhia quanto ao interesse atual e futuro da utilização do imóvel.

**07 - 3.1.1.2.** 01 e 02 - A recomendação ensejou providencias no sentido de incluir dos imóveis no SPIUnet;

**08 - 4.1.2.1.** Ensejou em providências no sentido de sanar as pendências, bom como, de elaboração de norma vetando a participação de parentes no programa.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

### Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (2013)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAG	Comunicação Expedida
	<b>Relatório de Avaliação da Gestão n.º 201308737, exercício 2012.</b>		
Órgão/entidade objeto da recomendação:			Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			002114
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.1 - Baixa execução das ações constantes do Acordo de Gestão firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Recomendamos à Companhia que adote providências efetivas visando priorizar o cumprimento das ações integrantes do Acordo de Gestão firmado com o MAPA.			
N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.2 - Permanência do risco à governança da Companhia em decorrência da não implantação efetiva			

do Planejamento Estratégico.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001** - Recomendação 1: Recomendamos à Conab que concentre esforços no sentido de implementar efetivamente seu planejamento estratégico.

N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - Baixa representatividade frente ao mercado do valor de abertura obtido com base em cotações de naturezas distintas. Alteração da metodologia para atender necessidade temporária sem retorno à metodologia original.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001** - Recomendação 1: Utilizar como referência cotações de preços que possuam a mesma natureza para obtenção dos valores de abertura dos leilões de frete.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002:** Adotar metodologia representativa para obtenção dos preços de abertura nos leilões de frete.

N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - Ausência de aplicação, na esfera administrativa, das penalidades previstas nos regulamentos da Companhia.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001:** Adote providências no sentido de determinar que suas áreas competentes procedam às análises dos processos em que foram detectadas irregularidades na fiscalização, emitindo parecer conclusivo sobre a aplicação ou não das penalidades previstas nos regulamentos da Companhia, anexando aos mesmos as medidas implantadas em relação às notificações, cobranças, inclusão em cadastro de inadimplentes, pagamentos, e demais atos porventura adotados.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002:** Estabeleça mecanismos mais transparentes das decisões adotadas nesses processos, dando publicidade aos atos processuais que envolvam a reconsideração de dívidas ou a devolução de valores vultosos ao erário, bem como um fluxo de andamento desses processos de acordo com normas internas, que estipule competências, prazos, recursos, tipos de decisões (monocráticas ou colegiadas), providências dos setores envolvidos e responsabilidades nos casos de descumprimentos de prazos, retardamentos na apreciação de recursos, e outros.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 003:** Promova estudos quanto à necessidade de fortalecimento do monitoramento via sistema informatizado do acompanhamento dos processos aqui relatados, com vistas à tomada de decisões e a prestação de informações necessárias sobre andamentos, cobranças, recursos, suspensões, relatórios gerenciais, etc.

N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.5 - Deficiência no quantitativo de pessoal e nas estruturas tecnológicas para área de fiscalização dos estoques

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001:** Adotar medidas no sentido de fortalecer a área de fiscalização da Conab de recursos humanos e tecnológicos suficientes para o cumprimento adequado de suas funções.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002:** Aumentar a oferta de cursos de capacitação previstos no cronograma de capacitação para servidores lotados na área de fiscalização, tendo em vista a amplitude e complexidade da atuação da fiscalização de estoques públicos.

N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.1 - Riscos verificados no processo de alienação de imóveis no exercício de 2012 em decorrência da fundamentação em expedientes de 2010, sem revisão do alinhamento com as diretrizes estratégicas, conforme recomendado no item 9.1.1.e) do Relatório de Auditoria Especial CGU nº 00190.021911/2011-41-A.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001:** Fazer constar nos processos de alienação de imóveis fundamentos técnicos que justifiquem a alienação.

N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - Ausência de registro dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros e de propriedade da União no SPIUnet.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 001:** Cadastrar no SPIUnet os imóveis declarados nos Quadros 12.9, 12.10 e 12.11 do item 12.7 do Relatório de Gestão de 2012, de modo a manter adequado controle de informações.

**RECOMENDAÇÃO Nº: 002:** Desenvolver e implementar rotina de controle para atualização de informações no sistema SPIUnet.

N.º da CONSTATAÇÃO: 4.1.2.1 -Conflito de interesses em Vendas em Balcão realizadas com empregados da Conab.	
RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Adotar medidas amplas visando cancelar o cadastro no Programa de Venda em Balcão dos empregados da Conab Matriz e SUREGs, assim como dos parentes identificados, inclusive os registrados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
<p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001:</b> Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI – Corregedoria Geral – COGER.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.</b> Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 003.</b> Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.5 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.5 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.</b> Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD – Gerência de Material e Patrimônio – GEMAP.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg’s</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.</b> Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg’s.</p> <p><b>N.º da CONSTATAÇÃO: 4.1.2.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.</b> Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI - Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg’s.</p>	002114

Síntese da providência adotada:

Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.

O Acordo de gestão, firmado em agosto de 2012 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabeleceu um conjunto de sessenta ações de interesse para a gestão da Conab, e instituiu um Comitê de Acompanhamento e Avaliação para monitorar sua execução.

No momento, a Conab está preparando um relatório detalhado a ser encaminhado ao Comitê Gestor propondo uma revisão do referido acordo com as seguintes propostas:

1 – suprimir as ações que já foram executadas (como, por exemplo, a Ação nº 9 que trata da 'criação da estrutura de controle interno no âmbito da Conab').

2 – suprimir as ações que já foram realizadas e passaram a fazer parte da rotina das áreas responsáveis (como, por exemplo, a Ação nº 44, que trata do 'planejamento das ações de fiscalização para todas as atividades finalísticas da Companhia')

3 – Sobrestar as ações que a Conab não tem autonomia para encaminhar a solução e depende da contratação de agentes externos (como a Ação nº 15 que propõe a revisão da estrutura organizacional da Companhia) e de ações que dependem de outras instâncias de decisão do governo federal (como as Ações nº 21 e 27, que dependem de negociações com o Dest).

4 – Revigorar as Ações que ainda estão pendentes de solução (como a Ação nº 47, que trata da 'revisão dos parâmetros para cobrança de débitos decorrentes de alteração de qualidade, perdas e desvios de produtos').

5 – Propor a inclusão de novas ações que fazem parte dos propósitos da Conab, como, por exemplo '1) a pesquisa de imagem da Companhia' e o nível de satisfação de seus clientes' e 2) a organização dos fluxos das informações entre as unidades internas e com o público externo').

N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.

A Diretoria Colegiada aprovou, por unanimidade, em julho deste ano, o Voto 021/2013, que autoriza a continuidade do processo de contratação de empresa de consultoria especializada, para implantação e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas, projetos e operações, objetivando aperfeiçoar os mecanismos estruturais de gestão da Conab.

O processo encontra-se na fase de atualização das pesquisas de preço que servirão de base para a licitação e posterior encaminhamento à COJUR para chancela do mesmo.

O Plano de Trabalho associado ao projeto destaca cindo blocos distintos de ações, direcionados aos seguintes aspectos:

- 1) Reativação do Planejamento Estratégico
- 2) Gerenciamento de Projetos
- 3) Gestão de Processos
- 4) Gestão de Pessoas
- 5) Estrutura Organizacional

A contratação de uma única empresa para a implantação de um projeto amplo e articulado visa a propor soluções integradas e consistentes que impeçam que a troca de gestores afete sua capacidade de ação e a qualidade de seu desempenho.

Como consequência dessas mudanças a Conab deverá assumir seu papel de empresa de grande porte e múltiplas funções, que cumpre a nobre missão de cuidar do abastecimento público. Uma empresa com essa finalidade deve apresentar padrões elevados de administração, ter critérios claros e definidos para o desenvolvimento de suas atividades e visão de futuro. Com esse projeto será possível iniciar a formação da consciência que a Conab já deu os passos iniciais para um processo interno de mudanças, e a fase seguinte é contratar suporte especializado para tornar esta transformação um caminho sem volta.

N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.

Até que seja providenciada a confecção de uma nova Planilha de Fretes da CONAB, foi determinado por esta

DIRAB, conforme cópia de documento anexa, que os valores de abertura dos leilões de fretes sejam obtidos pela metodologia de cálculo da planilha de MEDIANA, deixando-se de utilizar os valores constantes da planilha de cálculos de INTERPOLAÇÃO LINEAR.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.**

Foi editado em 22/10/2013, o Ato de Direção DIRAB Nº 001, cópia anexa, constituindo Grupo de Trabalho, para no prazo máximo de 90 (noventa) dias, proceder à revisão, adequação e atualizações necessárias no Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários da CONAB, visando a obtenção de uma nova Planilha de Fretes Rodoviários da CONAB.

Após o término dos trabalhos do GT, serão necessários, aproximadamente, 30 (trinta) dias para aprovação da nova planilha por parte da Diretoria Colegiada e publicação no Diário Oficial da União – DOU.

Informamos, ainda, que em 23.10.2013, por meio do Ofício DIRAB nº 1.077, cópia anexa, endereçado ao Senhor Coordenador Geral de Auditoria das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Controladoria Geral da União – CGU, foram comunicadas as providências adotadas por esta DIRAB.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.**

Sobre tal recomendação, há que se observar que os normativos e regulamentos da Companhia já definem de forma clara as competências de cada área e a quem cabe cada providência nos casos de infrações previstas nos regulamentos e Avisos dos instrumentos de subvenção.

Assim, entendemos que para todos os casos que foram constatadas infrações previstas nos Regulamentos e respectivos Avisos dos Instrumentos de subvenção e que não tiveram qualquer orientação contrária ou determinação legal que impedisse tal procedimento, foram aplicadas todas as penalidades previstas, incluindo multas e inclusões em cadastros de inadimplentes. Como exemplo, citamos os casos identificados pela área de fiscalização em que se constatou a inexistência da área de plantio, apesar do registro da inscrição estadual estar correto junto a Sefaz-MT e de existir autorização para emissão de notas fiscais. Nesse caso, pelo fato de não depender de nenhuma investigação adicional para se concluir pela existência da infração, as operações foram canceladas, aplicadas multas e penalidades conforme previsto no Aviso, inclusão no SIRCOI (comprovantes anexos), além da abertura de processo de cobrança de multas quando se aplica e feito a devida denúncia ao Ministério Público Federal Comprovantes – MPF.

Porém, para os casos em que a fiscalização da Companhia detectou irregularidades baseadas em denúncias do produtor, mas sem apresentação de provas concretas, sendo que essas mesmas operações tiveram suas comprovações com documentação atendendo as condições do Regulamento e do respectivo Aviso, considerando ainda que, em muitos casos os próprios denunciante de irregularidades recuaram nas denúncias, não honrando pela segunda vez as declarações anteriores, atendendo orientações da área jurídica da Conab e da própria Diretoria da área, os pagamentos forma suspensos e qualquer sanção/penalização a cada operação ficou suspensa até que o MPF concluísse se as denúncias procedem ou não.

A título de exemplificar, anexamos uma planilha contendo relação de arrematantes que tiveram operações de PEP/2010 que não atenderam às condições exigidas e que foram canceladas, alcançando, só em Mato grosso, 166 operações.

Importante ressaltar que a área operacional responsável pelos instrumentos de subvenção, no caso específico das irregularidades apontadas, foi orientada a encaminhar às denúncias para investigação pelo MPF e suspender os pagamentos das operações que tiveram produtores denunciante, aguardando os resultados da investigação para qualquer prosseguimento e demais providências. Tal decisão foi recentemente ratificada pelo Presidente da Conab, conforme despacho anexo ao relatório final elaborado pelo grupo designado a avaliar a situação e enquadrar as operações que não estão sob investigação do MPF e aguardará novas orientações para as demais operações sob investigação no MPF.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.**

A SUOPE esta selecionando um analista para atuar no estudo visando atendimento da recomendação nº 002 e 003. Pretende que, a medida que os novos sistemas em desenvolvimento na área de TI sejam implantados, o acompanhamento e controle dos processos novos seja permanente e ocorra desde o momento do leilão até o fechamento efetivo da operação. Já está em andamento também a revisão do normativo do PEPRO, prevendo a atuação dos processos individualizados de cada operação de subvenção (por DCO). A inclusão dentro do plano de treinamento permanente da Companhia de curso para capacitação de técnicos para análise das comprovações de operações de subvenção. Para os processos de exercícios anteriores, processos pendentes na SUOPE, será feita comunicação aos arrematantes informando sobre a situação que se encontra cada um e as previsões para cada etapa

seguinte

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO Nº: 003.**

*Idem às providências a serem implementadas pelo Gestor informadas na Recomendação nº 002.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.**

*a) No que concerne a estruturação da área e também da regulamentação da atividade de fiscalização, considerados pontos essenciais para o adequado exercício dos trabalhos efetuados, observa-se que ao longo de muito tempo e desde a proposta formal apresentada em 2011 (Nota Técnica SUFIS nº 19 e 20/2011anexo), além das poucas ocorrências de transferências internas de interessados para a área e tentativas para ajuste no PCCS/91 ou do reconhecimento de uma carreira específica para o fiscal, somente nos últimos concursos da Conab houve a disponibilização e preenchimento de 11 vagas, exclusivamente para a Matriz, da necessidade integral informada de 171 técnicos para a área de fiscalização em todo território nacional, das quais 147 se destinavam às Superintendências Regionais, permanecendo, portanto, a carência de 160 técnicos.*

*Além da referida insuficiência no número de empregados alocados na área de fiscalização, o quadro atual em atividade já chegou ao seu limite, considerando, sobretudo, a idade média avançada dos componentes, o esforço físico incomensurável na rotina de trabalho desses empregados e os riscos operacionais e de deslocamentos a que estão diariamente submetidos. Cabe lembrar, que já foram habilitados por esta SUFIS, aproximadamente 400 empregados, entretanto, se encontram na atividade apenas 130 colaboradores.*

*Some-se a essa situação, a completa falta de estímulo e reconhecimento ao setor em razão da ausência de regulamentação e estruturação da atividade, o que determina por estimular os empregados a procurar setores que exijam menores esforços. Como exemplo, pode-se tomar a função do Fiscal Federal Agropecuário, que atua em atividades muitas vezes semelhantes ao Fiscal da Conab, e que hoje está devidamente amparado em legislação e suporta regulamentar que lhe permite exercer com confiança e sustentabilidade as suas funções.*

*b) Em relação ao parque tecnológico colocado a disposição da SUFIS para execução de suas atividades, pode-se dizer que houve uma melhoria significativa, principalmente no volume e na qualidade dos equipamentos introduzidos, o que permitiu uma maior segurança nos resultados alcançados. Todavia, a obsolescência, a insuficiência e o desgaste dos equipamentos em uso exigem a sua modernização e em quantidade compatível às exigências das tarefas executadas, o que necessariamente deverá ser suprido e/ou renovado pela área competente da Conab.*

*Já a ausência de sistema informatizado que ainda se encontra em produção e que de acordo com a última posição manifestada pela SUTIN, área responsável pela elaboração e desenvolvimento do sistema, está no momento sobrestado (posicionamento da área), foi suprida parcialmente pelo esforço competente das equipes técnicas desta SUFIS, que elaboraram uma planilha técnica com modelos volumétricos que permite o suporte necessário ao fiscal por ocasião da avaliação quantitativa dos estoques, com ganhos relevantes na precisão, segurança e agilidade na realização dos cálculos dos estoques disponíveis em depósitos de formatos diversos que operam com a Conab. É preciso, no entanto, compreender a necessidade fundamental de um sistema perfeitamente estruturado de fiscalização, compartilhado e integrado aos demais sistemas corporativos da Companhia, o que resultará em maior eficiência e garantia de serviços melhor realizados.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.**

*É importante salientar, que a capacitação e a habilitação do quadro técnico é efetuada com conhecimentos e competências gerados exclusivamente pela própria Superintendência de Fiscalização e pelos Setores Regionais de execução da atividade, o que resulta em substancial redução de gastos para a Conab. Mesmo assim, dependemos de recursos orçamentários e financeiros para custear os treinamentos de formação e aperfeiçoamento dos empregados para a melhoria e ampliação do quadro de fiscais da Companhia.*

*Lembramos, também, que em razão da reduzida contratação de novos empregados para a área da Sufis, aquém das necessidades definidas e citadas anteriormente, e diante da racionalização de recursos disponíveis, estamos planejando a realização de treinamento para a formação e aperfeiçoamento dos colaboradores que se encontram no desempenho da atividade de fiscalização, a ser incluído no cronograma de capacitação desta Superintendência, para o exercício de 2.014. Caso sejam disponibilizados recursos suficientes, as ações poderão ser antecipadas.*

*Registramos finalmente, que a alçada para solucionar as questões pendentes e o prazo para seu atendimento fogem da competência desta Superintendência, ficando a solução na dependência de providências da DIAFI, da DIPAI e da*

*DIGEP visando atender as recomendações e determinações dos órgãos de controle.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.**

*Tem-se que esta Gerência de Material e Patrimônio, quanto aos processos de alienação/cessão, não está se limitando a orientar com base em decisões pretéritas, da forma como ocorria em 2010. Faz-se mister observar que no corrente ano, nos autos que tratam do assunto em epígrafe os Técnicos e Analistas lotados na área foram orientados a consultar constantemente as áreas técnicas da Companhia quanto ao interesse atual e futuro da utilização dos imóveis a serem alienados. Além da consulta às áreas que se referem às Políticas de Armazenagem, consultamos o Colegiado de Diretores e o Conselho de Administração. Ressaltamos que esta GEMAP é sabedora da importância da renovação quanto às decisões que se referem à alienação, em consequência das mudanças nas Políticas Públicas de Armazenagem.*

*Com essas providências que estão sendo tomadas pelas áreas que gerem os imóveis da Conab, ficam evidentes os fundamentos técnicos que justifiquem a alienação do imóvel.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 001.**

*Ao que se refere ao quadro 12.9 do Relatório de Gestão Conab 2012, os imóveis de propriedade da Companhia serão cadastrados no SPIUnet, de acordo com as orientações do SPU-DF. Os imóveis da União que estão sendo utilizados pela Conab são cadastrados no referido sistema pelo proprietário, no caso a União, representada pelos seus Órgãos.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO Nº: 002.**

*A Conab-Matriz solicitou, por meio da Comunicação Interna nº 413 de 05/09/2013 (anexa), que as Superintendências Regionais encaminhem as informações dos imóveis incluídos nas respectivas UG's, visando a princípio centralizar o cadastro na Gerência de Material e Patrimônio. O cadastramento foi iniciado pelo Edifício Sede da matriz, gerando RIP de utilização nº 970132822.500-4, posteriormente cancelado em decorrência da duplicidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, após o Registro no SPIUNET, fato que não era de conhecimento dos técnicos da CONAB.*

*Considerando que a Conab é uma Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica própria, solicitamos à SPU por meio da Carta Supad nº 483, de 08/10/2013, solução/informação à questão de duplicidade, que poderia influenciar nos resultados contábeis da CONAB.*

**N.º da CONSTATAÇÃO: 4.1.2.1- RECOMENDAÇÃO Nº: 001.**

*PROVIDÊNCIAS JÁ ADOTADAS - Visando atender as recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201208737/2013, esta SUPAB/DIRAB adotou todas as medidas necessárias, visando sanar as pendências apontadas e sempre mantendo à Controladoria Geral da União-CGU informada das providências adotadas, conforme segue:*

*OF.DIRAB Nº 790, de 06/08/13 (cópia anexa);*

*OF. DIRAB Nº 816, de 12/08/2013 (cópia anexa);*

*CI/SUPAB Nº 752, de 09/08/13, enviado a SUREG/BA/SE (citada no OF. DIRAB nº 752/13 (cópia anexa));*

*OF. DIRAB Nº 909, de 16/09/13 (cópia anexa) e;*

*CI SULOG Nº 1352, de 13/09/13 enviada à SUPAB, comunicando o cancelamento dos cadastros dos empregados da Conab que realizaram compras de milho em grãos do Programa de Vendas em Balcão.*

*PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO GESTOR - Visando atender recomendações da CGU, a DIRAB/SUPAB elaborou as normas do Programa de Abastecimento Social – Vendas em Balcão que se encontra na fase final de formatação pela SUCOR/GECOI, e que posteriormente será submetido por meio de Voto DIRAB para apreciação/deliberação da Diretoria Colegiada.*

*No Capítulo II – CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO; Sub título III – HABILITAÇÃO, foi incluído o item 1 que trata de conflito de interesses em Vendas em Balcão em relação aos empregados da Conab.*

Síntese dos resultados obtidos:

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.1 - RECOMENDAÇÃO N.º: 002.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO N.º: 002.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.4 - RECOMENDAÇÃO N.º: 003.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.5 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 1.2.1.5 - RECOMENDAÇÃO N.º: 002.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.1 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - RECOMENDAÇÃO N.º: 002.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**N.º da CONSTATAÇÃO: 4.1.2.1 - RECOMENDAÇÃO N.º: 001.**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

## ANEXO X - Demonstrações Contábeis – Lei nº 6404/76 - Balanço Patrimonial

 <b>Conab</b> Companhia Nacional de Abastecimento	<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	
ATIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.483.015</b>	<b>3.989.786</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.125</b>	<b>1.063</b>
Aplicações Financeiras	1.125	1.063
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>995.570</b>	<b>1.257.681</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>887.246</b>	<b>836.575</b>
Devedores por Fornecimento	10.951	129.214
Créditos Tributários	260.853	254.355
Recursos a Receber	456.933	294.016
Créditos Diversos a Receber	158.509	158.990
<b>DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>101.773</b>	<b>415.358</b>
Entidades Devedoras	1.114	14.332
Créditos Parcelados	174	300
Recursos da União	100.485	400.726
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>6.551</b>	<b>5.748</b>
Adiantamentos a Pessoal	6.551	5.748
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.486.257</b>	<b>2.730.991</b>
Estoques para Alienação	1.977.608	2.115.378
Estoques de Distribuição	230	239
Estoques Internos - Almoxarifado	1.705	2.131
Títulos e Valores em Circulação	491	727
Materiais em Trânsito	8.105	14.012
Compra Antecipada - Entrega Futura	498.118	598.504
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>63</b>	<b>51</b>
Valores Pendentes	63	51
<b>ATIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>684.880</b>	<b>690.052</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>441.221</b>	<b>440.681</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>143.907</b>	<b>138.973</b>
Recursos Vinculados	143.907	138.973
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>297.314</b>	<b>301.708</b>
Devedores - Entidades e Agentes	197	859
Créditos Diversos a Receber	297.117	300.849
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>73.603</b>	<b>78.259</b>
Participações Societárias	27.803	27.803
Outros Investimentos	45.800	50.456
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>170.014</b>	<b>171.052</b>
Bens Imóveis	303.093	291.652
Bens Móveis	86.022	81.452
Depreciações	-219.101	-202.052
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>42</b>	<b>60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.167.895</b>	<b>4.679.838</b>

PASSIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.768.704</b>	<b>4.273.055</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>38.678</b>	<b>51.147</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>7.111</b>	<b>3.012</b>
Pensão Alimentícia	1	0
Planos de Seguros	233	204
Empréstimos	545	435
Outros Tributos e Consignações	6.331	2.373
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>12.516</b>	<b>20.596</b>
Recursos Fiscais	4.537	8.101
Recursos Previdenciários	7.979	12.495
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>19.051</b>	<b>27.549</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>3.730.026</b>	<b>4.221.908</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>660.150</b>	<b>208.874</b>
Fornecedores	640.309	66.641
Pessoal a Pagar	308	517
Encargos Sociais a Recolher	14.705	1.216
Obrigações Tributárias	1.004	35
Débitos Diversos a Pagar	3.624	103.953
Dividendos/Lucros Sobre Capital Próprio a Pagar	0	16.512
<b>PROVISÕES</b>	<b>244.867</b>	<b>234.074</b>
Provisão para Férias	41.580	34.855
ICMS s/Mercadorias para Revenda	295	361
Provisão para ICMS	46.469	46.469
Provisão para Contingências	131.122	129.702
Provisão para INSS	9.251	9.251
Provisão para IRPJ e CSLL	599	373
Provisão para o PIS/PASEP	0	33
Encargos Sociais sobre Provisões	15.551	13.030
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>601.813</b>	<b>848.230</b>
Entidades Credoras	601.813	848.230
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.208.062</b>	<b>2.910.549</b>
Operações Especiais	2.208.062	2.910.549
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>10.296</b>	<b>20.119</b>
Adiantamentos de Clientes	10.296	20.119
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>9</b>	<b>38</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>13</b>	<b>24</b>
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>4.817</b>	<b>0</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.685</b>	<b>1.639</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>722</b>	<b>69</b>
Depósitos e Cauções	722	69
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>963</b>	<b>1.570</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>963</b>	<b>1.570</b>
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	2	0
Entidades de Previdência Complementar	0	609
Entidades Federais	961	961
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>397.505</b>	<b>405.144</b>
<b>Capital</b>	<b>302.801</b>	<b>302.801</b>
<b>RESERVAS</b>	<b>94.705</b>	<b>102.343</b>
Reservas de Lucros	94.705	102.343
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.167.895</b>	<b>4.679.838</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
PRESIDENTE

ROGÉRIO LUIZ ZERAK ABDALLA  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

JOÃO MARCELO INTINI  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
Contador CRC DF 065963/0-5 CPF: 066936721-53

## DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL	
	2.013	2.012
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>787.930</b>	<b>1.161.925</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>765.121</b>	<b>1.143.776</b>
Vendas Estoques Estratégicos	271.852	709.833
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	493.317	433.908
Vendas Atacado - Outros	1	55
Adição à Receita de Vendas	1	-20
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>22.759</b>	<b>18.149</b>
Serviços de Armazenagem	22.735	18.102
Outros Serviços	24	47
<b>(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>16.729</b>	<b>24.073</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>771.201</b>	<b>1.137.852</b>
<b>(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.186.269</b>	<b>1.788.252</b>
CMV - Estoques Estratégicos	593.393	1.183.328
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	592.743	604.378
CMV - Atacado e Outros	133	546
<b>(+/-)ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-38</b>	<b>-10</b>
<b>(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-433.962</b>	<b>-696.840</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>18.932</b>	<b>46.450</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>871.976</b>	<b>764.468</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>619.753</b>	<b>509.924</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	398.219	332.652
Obrigações Patronais	146.925	126.841
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	30.360	28.350
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	44.249	22.081
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>252.223</b>	<b>254.544</b>
Despesas/Receitas Financeiras	720	347
Contrib. a Entid.Fechadas de Previdência	31.534	28.587
Transferências ao Exterior	606	6.084
Material de Consumo	5.748	9.811
Diárias-Pessoal Civil	10.711	8.056
Passagens e Desp.com Locomoção	4.729	3.612
Serviços de Consultoria	0	16
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.703	2.652
Locação de Mão-de-Obra	26.085	19.418
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	101.946	96.070
Obrigações Tributárias e Contributivas	12.825	34.519
Aquisições de Bens para Revenda	-2	0
Outras Despesas Operacionais	54.538	45.372
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>846.831</b>	<b>726.199</b>
Transferências Financeiras	702.985	622.661
Multas e Encargos de Outras Origens	4.021	2.842
Indenizações e Restituições	113.911	89.217
Receitas Imobiliárias	5.833	5.472
Receitas de Valores Mobiliários	7	8
Receitas Diversas	14.074	5.999

<b>(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>-12.213</b>	<b>8.181</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>5.036</b>	<b>61.714</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>4.219</b>	<b>62.383</b>
Alienação de Bens Móveis	-490	-528
Alienação de Bens Imóveis	4.181	62.022
Depreciação - Reversão	528	889
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>-817</b>	<b>669</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>-7.177</b>	<b>69.895</b>
Provisão para Imposto de Renda	436	271
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	163	102
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-7.776</b>	<b>69.522</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>-4,18</b>	<b>37,38</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
PRESIDENTE

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

JOÃO MARCELO INTINI  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
Contador CRC DF 005969/0-5 CPF:086930721-53

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

EM R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
SALDO EM 01/01/2012	223.181	25.373	443	729	13.962	51.817	23.769	0	339.214
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620	-25.373	-443	-729	0	-51.817	-1.258	0	0
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0	0	0	0	0	22.452	-22.452	0	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	12.920	0	0	12.920
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	69.522	0	69.522
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	0	0	0	0	0	49.534	-49.534	0	0
RESERVAS DE RET. DO LUCRO EXERC. ANTERIO	0	0	0	0	1.058	-1.058	0	0	0
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	0	0	0	0	3.476	0	-3.476	0	0
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	0	0	0	0	0	0	-16.512	0	-16.512
<b>SALDO EM 31/12/2012</b>	<b>302.801</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18.526</b>	<b>83.818</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>405.144</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	0	0	0	0	0	0	0	138	138
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	-7.776	0	-7.776
RESERVAS DE RET. DO LUCRO EXERC. ANTERIO	0	0	0	0	0	138	-138	-138	0
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	0	0	0	0	0	-7.776	7.776	0	0
<b>SALDO EM 31/12/2013</b>	<b>302.801</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18.526</b>	<b>76.180</b>	<b>-138</b>	<b>0</b>	<b>397.506</b>

*As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.*

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
PRESIDENTE

ROGERIO LUZ ZERANI ABDALLA  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

JOÃO MARCELO INTINI  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 0059896-5 CPF 00690731-63

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2013	2012
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	-7.177	69.895
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>34.968</b>	<b>-66.445</b>
Depreciações e Amortizações	17.067	16.340
Aumento (Redução) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	122.475	-167.450
Aumento nos Créditos Tributários	-5.529	-17.994
Redução (Aumento) nos Recursos Fiscais e Previdenciários	-9.070	3.418
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	-162.917	-38.363
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores	313.641	-122.152
Aumento (Redução) em Pessoal e Encargos	12.449	-194
Aumento (Redução) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	4.805	-8
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	-457.753	74.305
Aumento nas Consignações e Fornecedores	457.626	27.781
Redução nos Depósitos e Cauções	-8.498	-70.393
Aumento (Redução) nas Provisões	10.567	-5.298
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-373	-3.632
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	-246.417	231.181
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	-9.171	13.513
Aumento nos Recursos Vinculados	-4.934	-7.499
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>27.791</b>	<b>3.450</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	4.856	1.963
Aplicações no Imobilizado e Intangível	-16.011	-10.846
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-11.355</b>	<b>-8.883</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	0	-16.512
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	-16.512	9.027
Outros Resultados Abrangentes	138	12.920
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-16.374</b>	<b>5.435</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>62</b>	<b>2</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>62</b>	<b>2</b>
No Início do Exercício	1.063	1.061
No Final do Exercício	1.125	1.063
<p>RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS PRESIDENTE</p> <p>MARCELO DE ARAUJO MELO DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO</p> <p>JOAO MARCELO INTINI DIRETOR DE POLÍTICA, AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES</p> <p>ROGERIO LUIZ ZERAIK ABDALLA DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS</p> <p>LINEU OLÍMPIO DE SOUZA DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO</p> <p>JOSE CARLOS DE ANDRADE SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE Contador CRC DF 0069690-5 CPF:086930721-53</p>		

## Demonstração do Valor Adicionado



**Conab**  
Companhia Nacional de Abastecimento

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2013	%	2012	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>792.965</b>	<b>115,97</b>	<b>1.223.639</b>	<b>175,98</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	787.930	115,23	1.161.925	167,11
1.2 - Outros Resultados	5.035	0,74	61.714	8,88
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>932.528</b>	<b>136,38</b>	<b>1.237.000</b>	<b>177,90</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	771.095	112,77	1.092.608	157,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	161.433	23,61	144.392	20,77
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-139.563</b>	<b>-20,41</b>	<b>-13.361</b>	<b>-1,92</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>17.582</b>	<b>2,57</b>	<b>17.609</b>	<b>2,53</b>
4.1 - Depreciação	17.582	2,57	17.609	2,53
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-157.145</b>	<b>-22,98</b>	<b>-30.970</b>	<b>-4,45</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>840.909</b>	<b>122,98</b>	<b>726.295</b>	<b>104,45</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	840.909	122,98	726.295	104,45
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>683.764</b>	<b>100,00</b>	<b>695.325</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>683.764</b>	<b>100,00</b>	<b>695.325</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	676.838	98,99	564.854	81,24
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	11.101	1,62	58.104	8,36
8.3 - Juros e Aluguéis	3.002	0,44	2.472	0,36
<b>8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL</b>	<b>-7.177</b>	<b>-1,05</b>	<b>69.895</b>	<b>10,05</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	436	0,06	271	0,04
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	163	0,02	102	0,01
<b>8.7 - Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-7.776</b>	<b>-1,14</b>	<b>69.522</b>	<b>10,00</b>
8.8 - Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	0	0,00	16.512	2,37
8.9 - Destinação para Reserva Legal	0	0,00	3.476	0,50
<b>8.10 - Lucros/Prejuízos Retidos</b>	<b>-7.776</b>	<b>-1,14</b>	<b>49.534</b>	<b>7,12</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
PRESIDENTE

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

JOÃO MARCELO INTINI  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 005969/0-5 CPF:086930721-53

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2013**

*Sumário*

<b>Nota</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>Descrição</b>
01	Contexto Operacional	12	Bens de Estoques
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Endividamento
03	Alterações na Legislação Societária	14	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	16	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Resultado do Exercício
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados

**NOTA 1**

**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 26 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 96 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

**NOTA 2**

**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força da Decisão Normativa – DN/TCU nº 132/, de 02 de outubro de 2013, a Conab, apresentará Processo de Contas individual.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

**NOTA 3****ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

**NOTA 4****RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1 Equivalente de Caixa:** Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**4.2 Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**4.3.1 Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**4.3.2 Valor Presente dos Estoques:** Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2013, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**4.5 Almoxarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**4.6 Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**4.7 Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**4.8 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2013, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**4.10 Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**4.11 Outros Resultados Abrangentes:** Os outros resultados abrangentes, na forma definida no CPC 26 e Resolução CFC nº 1.185/2009, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2013, totalizaram R\$138 mil e foram provenientes de baixas de valores recebidos no exercício de 2012.

#### 4.12 Reconhecimento da Receita:

**4.12.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**4.13 Provisões para Contingências:** Após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, ficou constituído o valor de R\$131.122 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas.

A respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23.

O saldo existente, juntamente com os Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as possíveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2014.

**4.14 Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### NOTA 5

#### CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2013	2012	
ICMS a Compensar	260.852	254.178	
IRRF a Compensar	44	56	
Contribuições Outros Impostos	137	121	
Total de Créditos Tributários Circulante	260.853	254.355	

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

**NOTA 6****LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$137.465 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2014, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

**NOTA 7****RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL****7.1 Recursos a Receber por Transferência – Termo Cooperação**

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$319.468 mil, relativo aos Termos de Cooperação Técnica, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente para pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com a seguinte composição:

- A. R\$49 mil, a ser repassado pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, para aquisição e distribuição de cestas.
- B. R\$280.704 mil, a ser repassado pela Secretaria de Produção de Agroenergia – SPAE/MAPA, para pagamento da Subvenção Extraordinária da Cana de Açúcar e Etanol.
- X. R\$2.475 mil, a ser repassado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA, para aquisição de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.
- Δ. R\$36.240 mil, a ser repassado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS, para aquisição e doações de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.

**7.2 Recursos a Receber por Pagamento de RP – Inscrição**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$415.185 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- E. R\$11.162 mil: refere-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2013, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- Φ. R\$28.342 mil: refere-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2013, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$375.681 mil: refere-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2014;

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

**NOTA 8****DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$10.951 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, com baixa processada na ocasião do retorno deles.

**NOTA 9****CONTAS A RECEBER**

O total de R\$455.626 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

**9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Créditos por Cessão de Pessoal	284	316
Créditos por Alienação	8.453	8.358
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	17.043	14.827
Créditos p/Infrações Legal/Contratual e Outros	132.729	135.489
Subtotal – Circulante	158.509	158.990

**9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Créditos por Alienação de Bens	52.565	56.387
Títulos a Receber	15.289	15.298
Outros Créditos	899	975
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.179	46.310
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	174.058	158.006
Créditos por Infrações Legal/Contratual	8.127	23.692
Subtotal – Não Circulante	297.117	300.668
Total – (Circulante + Não Circulante)	455.626	459.658

**NOTA 10****DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Entidades Devedoras - Federais	1.114	14.332
Créditos Parcelados	174	300
Recursos da União - Equalização	100.485	400.726
<b>Total – Circulante</b>	<b>101.773</b>	<b>415.358</b>

**10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Entidades Federais	0,0	609
Créditos Parcelados	135	188
Créditos a Recuperar	62	62
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>197</b>	<b>859</b>

**NOTA 11****RECURSOS VINCULADOS**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$143.907 mil.

**NOTA 12****BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$498.118 mil, representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, - Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; para a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, a partir de 2007 até 2013; que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produto, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Estoques de Mercadorias	1.977.608	2.115.378
Estoques de Distribuição	230	239
Estoques de Almoxarifado	2.196	2.858
Materiais em Trânsito	8.105	14.012
Compra Antecipada - CPR	498.118	598.503
<b>Total</b>	<b>2.486.257</b>	<b>2.730.990</b>

**12.1 – Equalização de Preços**

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar

desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2013, as equalizações totalizaram R\$433.962 mil.

#### NOTA 13

### ENDIVIDAMENTO

Até o mês de dezembro/2013, as Obrigações Circulante, totalizaram o montante de R\$3.768.704 mil, com a seguinte composição:

□ R\$640.309 mil, relativos às liquidações de despesas, com aquisições de produtos, pagamento de subvenção da cana-de-açúcar e etanol e outros, que serão pagos em sua maioria, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

□ R\$244.867 mil, referente às provisões constituídas para Contingências (ações cíveis, trabalhistas e tributárias), Férias e Encargos Sociais, Impostos e Outras.

□ R\$601.813 mil, referente Termos de Cooperação Técnica, firmados entre a Conab, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA, garantidos pelos estoques e Cédula do produtor Rural - CPR.

□ R\$2.208.062 mil, relativos aos débitos de Operações Especiais, referentes aos empréstimos e financiamentos, garantidos pelos estoques de produtos adquiridos para formação de estoques públicos, da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e Mercado de Opções.

□ R\$73.653 mil, de Outras Obrigações, relativas aos recebimentos de Depósitos e Cauções, Impostos e Contribuições a Recolher e Outras.

#### NOTA 14

### CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

#### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

□ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2013	2012	2013	2012
Cível	61.946	48.603	137.709	110.195
Trabalhista	61.739	326.408	95.360	323.877
Tributária	5.504	8.021	17.887	16.346
<b>Total</b>	<b>129.191</b>	<b>383.032</b>	<b>255.956</b>	<b>450.418</b>

**Passivo Contingente – Possível**

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2013	2012	2013	2012
Cível	267.976	12.130	298.541	15.481
Trabalhista	107.986	48.603	376.305	64.350
Tributária	117.955	75.186	102.849	21.821
<b>Total</b>	<b>493.918</b>	<b>135.919</b>	<b>777.695</b>	<b>101.652</b>

**Ativo Contingente – Provável**

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

□ **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

□ **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

□ **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2013	2012	2013	2012
Cível	1.838.126	124.475	1.099.155	96.237
Trabalhista	223	8.429	226	7.089
Tributária	40	8.052	57	18.346
<b>Total</b>	<b>1.838.389</b>	<b>140.956</b>	<b>1.099.438</b>	<b>121.672</b>

**NOTA 15****OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Refere-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2013, corresponde a R\$2.208.062 mil.

**NOTA 16****PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2013, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$436 mil e R\$163 mil, respectivamente.

**NOTA 17****RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representadas com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2013, a Companhia apurou o prejuízo de R\$7.776 mil.

**NOTA 18****PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**18.1 Capital Social:** O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**18.2 Reserva Legal:** Não houve constituição da Reserva Legal, em razão do resultado ter apresentado prejuízo.

**18.3 Reserva de Retenção do Lucro:** Em 31 de dezembro de 2013, foi transferido para a Reserva de Retenção do Lucro, o valor de R\$138 mil, referente a Outros Resultados Abrangentes, nos termos do CPC 26 e Resolução CFC 1.185/2009 e o valor de R\$7.776 mil, foi absorvido pelas Reservas de Lucros, conforme parágrafo único, art. 189, da Lei nº 6.404/76.

**NOTA 19****DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrado no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque

para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso, Pará e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2013, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$72.108 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2012	61.637
2013	72.108

**NOTA 20****BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****20.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário

propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, as Companhias Nacionais de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2013 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2013, foram amortizadas 239, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente, foi de R\$14.941 mil e R\$1.114 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

**20.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados

e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2012/2013, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2013, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$25.549 mil, beneficiando 4.708 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2013, referente à participação financeira dos empregados é de R\$16.635 mil.

**NOTA 21****REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2013 e 2012, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2013	2012
Maior Remuneração Dirigente	27.235,15	23.945,89
Menor Remuneração Dirigente	27.235,15	23.945,89
Maior Remuneração Empregado	29.326,61	27.220,73
Menor Remuneração Empregado	1.292,34	1.131,31

Salários Médios	Exercício	
	2013	2012
Dirigentes	27.235,15	23.945,89
Empregados	3.771,64	3.150,45

**NOTA 22****TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****22.1 Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); b) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras) e, c) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis.

As ações do projeto, em 2012 e 2013, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA. Em 2013, foram executados somente com recursos repassados do FUNCAFÉ/MAPA e estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2013	2012
Repasse – Recursos Próprios	0,0	4.369
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	686	1.243
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	0,0	472
<b>Total de Repasses</b>	<b>686</b>	<b>6.084</b>

## 22.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantida com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 524 municípios e 41.412 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 123 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2013.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2013.

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
PRESIDENTE

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

**LINEU OLÍMPIO DE SOUZA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E  
DE FISCALIZAÇÃO

**JOÃO MARCELO INTINI**  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF:  
086930721-53

## ANEXO XI - Relatório do Auditor Independente



Brasília, DF, 28 de março de 2014.

**A**  
**D.D. DIRETORIA DA**  
**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA Nº 01/14

Servimo-nos da presente para encaminhar a V.Sas., nosso relatório circunstanciado de auditoria externa nº 01/14, referente ao exercício de 2013.

Nosso exame abrangeu a avaliação dos procedimentos contábeis, por amostragens, adotados na entidade, e realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos e na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste Relatório, que é estritamente confidencial e tem como única finalidade sua apreciação e discussão com o destinatário, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do Art. 371 da Lei 5.869/73, "Código de Processo Civil - CPC", seu uso para qualquer outro fim.

Ressaltamos que a auditoria foi realizada em contas específicas do plano de contas da Companhia envolvendo a parte contábil e de controles internos.

Atenciosamente,

  
MACIEL AUDITORES S/S - EPP  
CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - DF  
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
Contadora CRC/RS 65.932/O -7 - "S" - DF  
Responsável Técnica



## ÍNDICE

<b>PARTE I - REGISTROS CONTÁBEIS .....</b>	<b>3</b>
<b>1. ATIVO CIRCULANTE.....</b>	<b>3</b>
1.1 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	3
1.2 ESTOQUES.....	3
<b>2. ATIVO NÃO CIRCULANTE.....</b>	<b>5</b>
2.1. INVESTIMENTOS .....	5
2.2 IMOBILIZADO .....	5
2.3 INTANGÍVEL .....	6
<b>3. PASSIVO CIRCULANTE.....</b>	<b>7</b>
3.1 FORNECEDORES .....	7
3.2 DEPÓSITOS.....	7
3.3 CONTINGÊNCIAS.....	10
<b>4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>10</b>
<b>PARTE II – CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>11</b>
<b>2. PROCESSOS LICITATÓRIOS.....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE III - CONCLUSÃO .....</b>	<b>14</b>



## PARTE I - REGISTROS CONTÁBEIS

### 1. ATIVO CIRCULANTE

#### 1.1 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A seguir, demonstramos a composição do grupo em 31/12/2013:

CONTA	SALDO CONTÁBIL
Banco do Brasil S/A	1.124.825,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.124.825,08</b>

Fonte: Balanete Contábil, Extrato em 12/2013

Por tratar-se de conta vinculada ao Tesouro Nacional, não é disponibilizado à auditoria o extrato bancário, com isso através de exames alternativos com base no razão contábil selecionamos alguns registros e identificamos o documento suporte encontrando propriedade no saldo.

#### 1.2 ESTOQUES

A composição do grupo de contas em 31/12/2013 é a seguinte:

CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Estoques para alienação	1.977.608.188,52
Estoques de Distribuição	229.758,49
Estoques Internos Almoxarifado	1.704.715,83
Títulos de Valores em circulação	490.936,18
Materiais em Trânsito	8.104.881,77
Compra antecipada – entrega futura	498.118.426,78
<b>TOTAL</b>	<b>2.486.256.908,57</b>

Balanete de dezembro/2013.

Nossa amostragem representou 79,49% daquele grupo de contas representado pela conta Estoques para Alienação que estava assim composta:

TIPO	VALOR
Estoque Mercado de Opções	1.541.943.417,66
Estoque P G P M	369.993.693,20
Estoque Estratégico	30.132.680,78
Estoque Programa de Aquisição de Alimentos	34.201.973,74
<b>SOMA RELATÓRIOS</b>	<b>1.976.271.765,38</b>
<b>DIFERENÇAS REGULARIZADAS EM JANEIRO/2014</b>	<b>1.336.423,14</b>
<b>TOTAL AJUSTADO</b>	<b>1.977.608.188,52</b>



Com relação a conta Estoque Mercado de Opções selecionamos o relatórios de inventário que significa uma amostragem de 89,65% daquela conta, como demonstramos a seguir:

Estoque Mercado de Opções	VALOR R\$
Unidade – MT	382.638.452,68
Unidade – MG	457.555.745,96
Unidade – RS	542.183.729,59
SOMA	1.382.377.928,23

Cabe destacar que não houve acompanhamento físico no inventário e nossos exames se restringiram aos relatórios de inventário apresentados naquelas unidades com posição em 31/12/2013, encontrando propriedade no saldo contábil.

Com relação a conta Estoque P G P M selecionamos o relatórios de inventário que significa uma amostragem de 67,37% daquela conta, como demonstramos a seguir:

Estoque PGPM	VALOR R\$
Unidade – RS	249.283.198,99

Cabe destacar que não houve acompanhamento físico no inventário e nossos exames se restringiram aos relatórios de inventário apresentado naquela unidade com posição em 31/12/2013, encontrando propriedade no saldo contábil.



## 2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 2.1. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos a composição do grupo e respectivos saldos contábeis em 31/12/2013:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Participações Societárias	27.803.290,88
Outros Investimentos	45.799.666,23
<b>TOTAL</b>	<b>73.602.957,11</b>

Balancete de Dezembro/2013

Analizamos os registros contábeis em confronto com o Departamento de Patrimônio, bem como a identificação dos certificados e nossa amostragem representou 42,67% do saldo contábil, onde encontramos propriedade.

### 2.2 IMOBILIZADO

O saldo desse subgrupo em 31/12/2013 é de R\$ 170.014.592,01 representando 42,71% do patrimônio líquido da empresa, e está constituído da seguinte forma:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
<b>Bens Imóveis</b>	<b>303.093.487,22</b>
Edifícios	144.193.201,95
Terrenos	5.806.641,55
Salas e Escritórios	192.000,00
Armazens e silos	81.110.320,46
Edifícios	30.616.769,14
Terrenos/Glebas	1.422.595,83
Armazens e galpões	24.473.811,83
Estacionamento e Garagem	1.257.195,56
Obras em Andamento	13.121.820,52
Beneficiárias em Obras de Terceiros	899.130,38
<b>Bens Móveis</b>	<b>86.021.846,21</b>
Aparelhos de medição e Orientação	3.716.902,95
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.267.959,22
Aparelhos e Equipamentos Utensílios Med Odont	48.272,60
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.536.818,81
Armazens Estruturais	331.092,62
Equipamentos de Proteção	761.472,80
Máquinas e Equipamentos Energéticos	4.368.725,44



Máquinas e Equipamentos Gráficos	260.900,40
Equipamentos para Audio	563.175,36
Máquinas e Utensílios Equipamentos	1.920.360,43
Equipamentos de Processamento de Dados	21.643.091,63
Máquinas Instalações e Utensílios	435.814,14
Máquinas e Ferramentas	1.462.387,85
Equipamentos Hidráulicos	388.280,96
Máquinas, Equipamentos e utensílios Agric/agrop	12.419.352,32
Mobiliário em Geral	9.324.152,28
Obras de Arte	2.831,21
Veículos Diversos	2.838.258,31
Peças não incorporáveis a imóveis	1.885.578,09
Veículos de Tração Mecânica	19.476.747,34
Acessórios para Automóveis	19.468,69
Equipamentos e Máquinas Permanente vinculados	13.207,98
Bens Móveis em Recuperação	337.000,00
(-) Depreciações, Amortizações Acumuladas	(219.100.741,83)
<b>TOTAL</b>	<b>170.014.592,01</b>

Balancete de Dezembro/2013.

Em função da Companhia manter seus controles patrimoniais junto as unidades, desenvolvemos nosso trabalho com base nos controles da Matriz, que representou uma amostragem de 12,35%, onde confrontamos os registros contábeis com os controles patrimoniais, identificando o valor original, a depreciação e o valor líquido, encontrando propriedade nos saldos contábeis.

### 2.3 INTANGÍVEL

A composição do grupo de contas em 31/12/2013 é a seguinte;

CNTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Softwares	92.656,98
(-) Amortizações	(50.928,39)
<b>TOTAL</b>	<b>41.728,59</b>

Balancete de dezembro/2013.

Em função da Companhia manter seus controles patrimoniais junto as unidades, desenvolvemos nosso trabalho com base nos controles da Matriz, que representou uma amostragem de 92,60%, onde confrontamos os registros contábeis com os controles patrimoniais, identificando o valor original, a amortização e o valor líquido, encontrando propriedade nos saldos contábeis.



### 3. PASSIVO CIRCULANTE

#### 3.1 FORNECEDORES

O Passivo Circulante representa 90,41% do Passivo Total. O grupo apresenta saldo contábil de R\$ 640.308.703,83 em 31/12/2013 com a seguinte composição.

CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Fornecedores	640.308.703,83
<b>TOTAL</b>	<b>604.308.703,83</b>

Balancete de Dezembro/2013.

Daquele saldo nossa amostragem representou 44,43% se realizou sobre a unidade de Brasília que apresentou um saldo de R\$ 280.092.694,57. Conseguimos confirmar através de evento subsequente confrontando a apropriação da obrigação com o efetivo desembolso no mês de janeiro de 2014 no valor de R\$ 50.986.107,59 que significou 18,20% do saldo, encontrando propriedade nos registros contábeis em relação aos relatórios emitidos pelo financeiro.

#### 3.2 DEPÓSITOS

Posição em 31/12/2013:

CONTA	SALDO CONTÁBIL	FOPAG E CONT AUX	DIVERGÊNCIA
Pensão alimentícia	1.060,49		
Planos de Seguro	232.573,83		
Empréstimos	545.588,18		
Recursos Previdenciários	7.979.225,36		
Pessoal a Pagar	300.402,66		
Encargos sociais a Recolher	14.705.155,85		
Provisão de Férias	41.580.223,94	41.580.223,94	0,00
Encargos Sociais s/Provisões	15.551.219,71	15.551.219,71	0,00
Provisão p/INSS	9.250.888,13		
Outros Tributos e Contribuições	6.331.517,12		
Recursos Fiscais	4.538.868,27		
Obrigações tributárias	1.003.966,45		
Débitos Diversos a Pagar	3.824.335,08		
ICMS s/mercadorias převende	295.368,38		
Provisão p/ICMS	46.468.762,88		
Entidades credoras	601.813.041,48		
Débito de Operações Especiais	2.206.062.164,28	2.219.018.708,93	(10.954.544,67)
Adiantamentos de clientes	10.296.344,95		
Valores em Trânsito exigíveis	9.320,21		
Outras Obrigações	11.779,02		
Valores Pendentes a Curto Prazo	4.819.504,81		
Depósitos diversas Origens	19.090.974,89		
<b>TOTAL</b>	<b>2.998.675.431,71</b>		

Fonte: Razão/Balancete Contábil, Controle Auxiliar e Fopag, Dezembro/2013



A nossa amostragem contemplou 96,04% do saldo daquele grupo de contas e a diferença apurada nas contas Débito de operações Especiais que se apresenta devidamente identificada através de planilha de conciliação contábil e Entidades Credoras.

Cabe destacar que a conciliação contábil é um excelente instrumento de controle interno, onde identifica as divergências apuradas, porém não se extingue ali, devendo ser regularizadas o mais breve possível.

A seguir apresentamos algumas inconsistências apontadas na planilha da conciliação contábil que já poderiam estar regularizadas:

PTC 003/03-09

DATA	Nº NL's	HISTÓRICO	VALOR
10/06/2013	GR800041	Recup. rec. inden. oper. ofic. - 00C estornar	921.451,83
03/07/2013	GR800047	Ressarc. rec. ref. contr. de opções milho via SETIP est	6.082.140,47
06/08/2013	GR800054	Recup. rec. ref. contr. de opções milho via SETIP estorn	809.775,20
02/10/2013	GR800064	Ressarc. rec. contr. opções de café via SETIP estornar	1.538.744,00

Diante do exposto, **recomendamos**, que sejam envidados esforços no sentido de regularizar as divergências apuradas, no máximo no mês subsequente, a fim de apresentar adequadamente os saldos contábeis.

### 3.2.1 – ENTIDADES FEDERAIS

Esta rubrica apresentou saldo em 31/12/2013 de R\$ 598.616.509,93, analisamos os registros contábeis e controles auxiliares encontrando propriedade, testamos o Termo Cooperativo nº 04/2012 – SESAN (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional processo nº 71000.047887/2012-90, cujos valores apresentamos a seguir:

Processo 71000.047887/2012-90	
Valor total	2.633.750.164,00
Exercício 2012	(368.811.295,00)
Exercício 2013	(727.264.884,00)
Exercício 2014	(922.686.291,00)
Exercício 2015	(615.007.694,00)

### 3.2.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Destacamos os recursos empregados pelo Tesouro Nacional no exercício 2013, a saber:



EXERCÍCIO 2013	
Recursos Recebidos	530.264.884,00
(-) Prestação de Contas	(225.003.608,01)
(-) Recursos Devolvidos	(304.914.875,93)
Recursos a Devolver	346.400,06

Com relação a prestação de contas nossa amostragem foi de 9,85% onde analisamos o relatório dos documentos comprobatórios como destacamos a seguir:

VALOR	DESCRIÇÃO
68.715,19	Convênio
976.147,20	Doação
619.021,47	Doação
673.360,00	Doação
813.310,50	Doação
750.339,87	Formação de Estoque
589.933,54	Formação de Estoque
931.060,80	Compra de 567.720 kg. De arroz beneficiado
1.945.466,40	Compra de 1.186.260 Kg. De arroz beneficiado
1.159.004,40	Compra de 706.710 kg. De arroz beneficiado
339.480,00	Compra de 207.000 kg de arroz beneficiado
608.702,40	Compra de 371.160 kg de arroz beneficiado
599.600,40	Compra de 365.610 kg de arroz beneficiado
<b>3.050.000,00</b>	<b>Prestação de Serviços na Organização de Eventos</b>
4.410.000,00	Aquisição de 50 camionetes
1.100.000,00	Aquisição de microcomputadores
791.500,00	Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados
43.200,00	Despesas com 03 empilhadeiras horizontais
<b>22.158.321,57</b>	<b>Soma</b>

### 3.2.2.1 - IMOBILIZADO

Cabe destacar que as aquisições classificadas no IMOBILIZADO (R\$ 6.301.500,00) serão entregues no decorrer do exercício de 2014, segundo nos informou o responsável pelo setor, e serão registradas no patrimônio da CONAB, a medida que os bens são recebidos e submetidos a depreciação.

Destacamos a seguir o que dispõe a CLÁUSULA NONA do Termo de Cooperação:

#### "CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

Na data da conclusão ou término deste Instrumento, o MDS, detentor do direito de propriedade dos bens materiais remanescentes que, em razão deste Termo, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, poderá, a seu único e exclusivo critério, doá-lo à CONAB sempre que necessário para assegurar a continuidade do projeto desenvolvido, mediante procedimento próprio, de acordo



com o estabelecido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normativos aplicáveis. (grifo nosso)

Destacamos também a CLÁUSULA QUARTA do Termo de Cooperação:

**"CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

*O presente Termo terá vigência até **31 de julho de 2015** e vigorará a partir de sua publicação resumida no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, se houver interesse dos partícipes."* (grifo nosso)

Diante do exposto, **recomendamos** que aqueles bens, embora a CONAB detenha a posse dos mesmos, só poderão ser imobilizados mediante documento de doação emitido pelo MDS, assim sendo devem ficar registrados quando do recebimento dos mesmos numa conta no ATIVO CIRCULANTE, a fim de melhor representar a operação entre as partes.

### 3.3 CONTINGÊNCIAS

A Provisão p/Contingência apresenta o seguinte saldo em 31/12/2013:

Valores em R\$	
CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Provisão p/Contingências	131.121.463,00
<b>TOTAL</b>	<b>131.121.463,00</b>

Balancete de Dezembro/2013.

Verificamos que o relatório do jurídico dá respaldo ao saldo contábil apresentado, sendo que examinamos por amostragem, os processos judiciais existentes.

### 4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apresenta a seguinte composição em 31/12/2013:

Valores em R\$	
CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Capital Social	302.801.001,74
Reserva de lucros	102.342.888,97
(-) Prejuízos Acumulados	(7.638.018,80)
<b>TOTAL</b>	<b>397.505.871,91</b>

Balancete de Dezembro/2013

Analisamos as contas que compõe este grupo, cruzando os dados com os registros contábeis e a composição dos saldos, encontrando propriedade.



## PARTE II – CONTROLE INTERNO

### 1. RECURSOS HUMANOS

Com relação ao pessoal, analisamos a folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, selecionamos contracheques, (cadastros examinados: 6830, 11183, 14867, 27896, 71364, 22177, 107319, 34647, 65151, 34655) a fim de testar o cálculo do INSS, FGTS e IRRF, e relatório da provisão de férias, onde constatamos inconsistência nos cálculos, como exemplo citamos:

#### 1.1 PROVISÃO DE FÉRIAS

CADASTRO	PERÍODO	CORRETO	RELATÓRIO	DIVERGÊNCIA
71364	01/07/12 a 31/12/13	18.635,40	29.436,64	10.801,24
34647	09/01 a 31/12/2013	13.920,91	18.102,79	4.181,88
65151	01/08/12 a 31/12/13	33.570,91	21.732,44	(11.838,47)
34655	09/01 a 31/12/2013	12.241,90	23.470,46	11.228,56

Diante do exposto, recomendamos que seja revisada a parametrização nos cálculos da provisão de férias, ajustando as diferenças apontadas acima, a fim de fortalecimento dos controles internos.

#### 1.2 DIÁRIAS QUE EXCEDERAM A 50% DO SALÁRIO

Foram realizados pagamentos de diárias que excederam a 50% do salário de funcionário, que não foram considerados na remuneração do mesmo na base de cálculo do FGTS e INSS, como demonstramos a seguir:

MATRÍCULA SIAPE	MÊS/ANO	DIÁRIAS	SALÁRIO	%
1085616	DEZEMBRO/2013	6.300,00	8.887,44	70,89%

Com relação ao assunto transcrevemos a seguir textos da CLT, do Regulamento do FGTS, do Regulamento do INSS e uma súmula do TST, a saber:

#### CLT

*Art. 457 - Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)*



§ 2º - Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinqüenta por cento) do salário percebido pelo empregado. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953)\*

#### Decreto nº 99.684/1990 Regulamento do FGTS

Art. 27. O empregador, ainda que entidade filantrópica, é obrigado a depositar, até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento de remuneração paga ou devida no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Parágrafo único. Não integram a base de cálculo para incidência do percentual de que trata este artigo:

a) a contribuição do empregador para o Vale-Transporte (Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987); e

b) os gastos efetuados com bolsas de aprendizagem (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 64). (O grifo é nosso)

#### Decreto nº 3.048/1999 Regulamento do INSS

\*Art. 214. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e o trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

§ 8º O valor das diárias para viagens, quando excedente a cinqüenta por cento da remuneração mensal do empregado, integra o salário-de-contribuição pelo seu valor total.\*

#### TST ENUNCIADO

\*TST Enunciado nº 101 - RA 65/1980, DJ 18.06.1980 - Incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 292 de SBDI-1 - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

#### Efeitos Indenizatórios - Diárias de Viagem - Salário

Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinqüenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens. (primeira parte - ex-Súmula nº 101 - RA 65/1980, DJ 18.06.1980; segunda parte - ex-CJ nº 292 de SBDI-1 - inserida em 11.08.2003)



Referências:

- Art. 457, § 1º, Remuneração - Contrato Individual de Trabalho - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - DL-005.452-1943  
obs.dj: Diárias para Viagem; Empregado; Indenização Trabalhista; Remuneração do Empregado; Salário

Diante do exposto, recomendamos sempre que o valor da Diária paga ao funcionário exceder a 50% do seu salário, aquele valor seja incorporado na base de cálculo para o INSS e FGTS, a fim de cumprimento da legislação vigente.

## 2. PROCESSOS LICITATÓRIOS

Nos processos licitatórios analisamos que representaram uma aquisição total de R\$ 10.994.470,00, onde identificamos os vencedores dos certames bem como a apresentação da documentação exigida, em nossos exames não evidenciamos situações ou aspectos que merecessem ponto de atenção nesse relatório, encontrando propriedade.



### PARTE III - CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória e foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

O resultado de nosso trabalho demonstrou que a entidade possui um adequado gerenciamento dos controles internos e registros contábeis, cabendo destacar os seguintes fatos:

- Fomos contratados após a data do inventário não nos possibilitando o acompanhamento dos mesmos;
- Revisão dos parâmetros de cálculos de provisão para férias;
- Concessão de diárias superiores a 50% do salário.

*Rosângela P. Peixoto*

MACIEL AUDITORES S/S  
CRC/RS 5.460/O-0 – "S" – DF  
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
Contadora CRC/RS 65.932/O – 7 – "S" – DF  
Responsável Técnica